

*A Câmara dos Pares na Época das Grandes  
Reformas Políticas (1870-1895)*

Alberto José Grilo Belo

Tese de Doutoramento em História, especialidade de  
História Contemporânea

Fevereiro de 2012

Modelo Formal de Apresentação de Teses  
e Dissertações na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

**Nome Completo do Autor**

**Dissertação/ Trabalho de Projecto/ Relatório de Estágio  
de Mestrado em ...  
Tese de Doutoramento em ...**

**Data (Mês, Ano)**



*A Câmara dos Pares na Época das Grandes  
Reformas Políticas (1870-1895)*

Alberto José Grilo Belo

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos  
necessários à obtenção do grau de Doutor em  
História, realizada sob a orientação científica da  
Professora Doutora Maria de Fátima Bonifácio

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a  
Tecnologia e do Fundo Social Europeu no âmbito do  
III Quadro Comunitário de Apoio

Fevereiro de 2012



## **A Câmara dos Pares na Época das Grandes Reformas Políticas (1870-1895)**

**Alberto José Grilo Belo**

### **RESUMO**

Esta investigação teve como principal objectivo o estudo da Câmara dos Pares e respectiva articulação com os restantes órgãos de soberania, nomeadamente com o Poder Executivo, entre 1870 e 1895. Um período em que o sistema político, em duas das suas peças essenciais – sistema eleitoral e Câmara dos Pares – sofreu as mais profundas reformas desde a implantação do constitucionalismo monárquico em 1834.

Composta exclusivamente por membros vitalícios e hereditários de nomeação régia, a Câmara Alta portuguesa tornou-se um anacronismo no contexto do bicameralismo europeu. Por isso, a composição da segunda câmara foi também o principal alvo das críticas. Mais do que os seus poderes e as suas funções, foi a sua estrutura organizativa que mais reiteradamente foi posta em causa.

Teoricamente, a Câmara dos Pares devia desempenhar uma missão moderadora e estabilizadora do regime monárquico constitucional. Contudo, devido à sua génese histórica, foi por vezes factor de perturbação da estabilidade desse regime. Este invulgar protagonismo da Câmara Alta obrigava os governos a recorrerem às famosas “fornadas”. Ainda assim era ali que, por vezes, eram derrubados.

Esta originalidade portuguesa não se devia única e exclusivamente à ingratidão do pariatto português. Até certo ponto tal originalidade estava relacionada com a forma como a independência dos pares do reino se manifestava. Mas era também uma consequência do facto de os governos, até inícios da década de 1880, estarem ameaçados por uma maioria ausente que só aparecia na Câmara em ocasiões excepcionais, ou seja, nas votações mais importantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bicameralismo, Câmara Alta, Pariato

## **The Chamber of Peers in the Age of the Great Political Reforms (1870-1895)**

**Alberto José Grilo Belo**

### **ABSTRACT**

The main purpose of this study was to investigate the Chamber of Peers and its articulation with the remaining sovereignty organs, namely with the executive branch between 1870 and 1895. A period wherein the political system, in two of its essential pieces - the electoral system and the Chamber of Peers - suffered the deepest reforms since the establishment of constitutional monarchy in 1834.

Composed exclusively by members for life and hereditary of royal appointment, the Portuguese Upper House has become an anachronism in the context of European Bicameralism. Therefore, the composition of the Second Chamber was also the main target of criticism. More than its powers and functions is its organizational structure which is more repeatedly called into question.

Theoretically, the Chamber of Peers should play a moderating and stabilizing mission of the constitutional monarchy. However, due to its historical genesis, it was sometimes a disturbing factor of regime stability. This unusual protagonism of the Upper House forced the governments to resort to the famous “*fornadas*”. Even so it was there that sometimes were overturned.

This Portuguese originality was not due to the ingratitude of the Portuguese Peerage solely. To some extent such originality was related to the way the Peerage expressed its independence. But it was also a consequence of the fact that governments, at least until the early 1880s, are threatened by an absent majority that only appeared in the Chamber in exceptional circumstances, that is, in the most important votings.

**KEYWORDS:** Bicameralism, Upper House, Peerage

# Índice

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
------------------------	----------

## CAPÍTULO I

### *A excepcionalidade portuguesa*

<b>1. As raízes históricas e os fundamentos teóricos do sistema bicamaralista:</b>	
<b>1.1. As primeiras manifestações do bicamaralismo.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2. As origens do bicamaralismo francês.....</b>	<b>21</b>
<b>2. A singularidade da segunda câmara portuguesa no quadro do bicamaralismo europeu.....</b>	<b>32</b>
<b>3. A génese histórica da índole rebelde da Câmara dos Pares.....</b>	<b>52</b>
<b>4. O papel da Câmara dos Pares no sistema político.....</b>	<b>69</b>
<b>5. Perspectiva estatística e sociológica da Câmara dos Pares (1870-1885).....</b>	<b>86</b>

## CAPÍTULO II

### *A Câmara dos Pares e a vida política da época*

<b>1. A Saldanhada de 19 de Maio de 1870 na Câmara dos Pares.....</b>	<b>105</b>
<b>2. O julgamento do Conde de Peniche pelo Tribunal de Justiça da Câmara dos Pares.....</b>	<b>122</b>
<b>3. O “oportunismo” reformista de Fontes Pereira de Melo.....</b>	<b>139</b>
<b>4. A Câmara dos Pares e a queda do segundo ministério fontista.....</b>	<b>149</b>
<b>5. Reflexos da reorganização partidária de 1875-1876.....</b>	<b>160</b>
<b>6. O “Triângulo das Bermudas” do primeiro governo progressista:</b>	
<b>6.1. O imposto sobre o rendimento, o tratado de Lourenço Marques e a segunda fornada de pares.....</b>	<b>169</b>
<b>6.2. A queda do primeiro governo progressista na Câmara dos Pares.....</b>	<b>181</b>



7. A tentativa de <i>revanche</i> progressista na Câmara dos Pares.....	194
8. A luta pela sobrevivência: o regresso do Partido Progressista às raízes.....	201
9. Duas perspectivas antagónicas sobre a missão da Câmara dos Pares.....	211

## CAPÍTULO III

### *A Câmara dos Pares face às reformas político-constitucionais*

<b>1. <u>1870 – 1878</u></b>	
1.1. O início do <i>élan</i> reformista.....	218
1.2. A reacção regeneradora inspirada pelo “espírito do século”.....	226
1.3. A renovação do protagonismo oposicionista do Partido Histórico.....	233
1.4. A tentativa oposicionista de ressuscitar a proposta fontista.....	239
1.5. As reformas políticas de Maio de 1878:	
1.5.1. A reforma eleitoral.....	245
1.5.2. A reforma do pariato.....	254
<b>2. <u>1878 – 1885</u></b>	
2.1. O reacendimento do afã reformista (1881-1883).....	266
2.2. As segundas reformas políticas de Fontes:	
2.2.1. A reforma eleitoral de 21 de Maio de 1884.....	280
2.2.2. A reforma constitucional de 24 de Julho de 1885.....	294
<b>3. <u>1885 – 1895</u></b>	
3.1. A decrescente influência e independência da Câmara dos Pares.....	324
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>340</b>

<b>ANEXOS.....</b>	<b>342</b>
--------------------	------------

**Anexo 1.** Sentido de voto dos pares nomeados por proposta do Partido Regenerador

**Anexo 2.** Sentido de voto dos pares nomeados por proposta do Partido Progressista

**Anexo 3.** Sentido de voto dos pares nomeados num período antecedente

**Anexo 4.** Sentido de voto dos pares que ingressaram na Câmara pela via hereditária

**Anexo 5.** Sentido de voto do episcopado

**QUADROS.....355**

**Quadro 1.** Presença média diária (1870-1894)

**Quadro 2.** Média de faltas por sessão (1870-1894)

**Quadro 3.** Média de pares electivos e de pares não electivos presentes por sessão  
(1886-1894)

**Quadro 4.** Número de deputados e de pares do reino (1870-1895)

**Quadro 5.** Relação entre o universo populacional e o número de representantes de cada  
uma das câmaras legislativas de alguns países europeus no último quartel do  
século XIX

**FONTES e BIBLIOGRAFIA.....360**

## ***Introdução***

### ***1.***

A 10 de Junho de 1910, uma data impregnada de simbolismo republicano que assinalava a passagem do trigésimo aniversário das comemorações camonianas de 1880, às 2 horas e 25 minutos da tarde, a Câmara dos Dignos Pares do Reino reuniu, em sessão normal, tendo como ponto principal da ordem de trabalhos a continuação da discussão relativa à resolução da última crise ministerial. O 3.º Conde de Bertiandos, Gonçalo Pereira da Silva de Sousa de Meneses<sup>1</sup>, depois de verificada a comparência na sala de 29 pares do reino, declarou aberta a sessão que por sinal seria a derradeira da Câmara dos Pares no decorrer do constitucionalismo monárquico. Às 5 horas da tarde, antes de encerrar a sessão que acabou dominada por um acalorado debate em torno de alegadas irregularidades praticadas na direcção da Companhia do Crédito Predial, o Presidente informou o Plenário, como era da praxe, de que a próxima sessão realizar-se-ia no dia 14 de Junho e anunciou a respectiva ordem do dia. Ainda foram agendadas sessões para 18, 20 e 25 de Junho. Mas estas também não se realizaram devido ao facto de, nessas três ocasiões, o número de pares do reino presentes ter ficado aquém do mínimo previsto no Regimento para haver quórum para a Câmara funcionar. Na sessão de 25 de Junho, na véspera da demissão do penúltimo ministério da Monarquia presidido por Francisco da Veiga Beirão<sup>2</sup>, motivada justamente pelo escândalo do Crédito Predial, “uma história succulenta de falsificação, desfalque e suicídio” que “deu uma apreciável contribuição para a queda final do regime”<sup>3</sup>, estiveram apenas presentes, para além do Presidente, mais dois pares do reino. Mas realmente interessante é o facto de essas duas enigmáticas presenças provirem dos dois representantes do Partido Republicano na Câmara dos Pares, Augusto José da Cunha e Anselmo Braamcamp Freire que, desiludidos com a Monarquia e como protesto contra a política autoritária de

---

<sup>1</sup> O 3.º Conde de Bertiandos era um proprietário minhoto que era dono de uma das maiores casas senhoriais do norte do país, sendo igualmente um grande benfeitor de várias Misericórdias, nomeadamente da de Ponte de Lima, à qual deixou a maior parte da sua fortuna.

<sup>2</sup> Para uma descrição pormenorizada das peripécias da política portuguesa nos últimos tempos da Monarquia consultar: SOUSA, 1912, 2 Volumes.

<sup>3</sup> VALENTE, 1999, p. 37.

João Franco, tinham aderido ao Partido Republicano Português em finais de 1907<sup>4</sup>. Dificilmente o epílogo da Câmara dos Pares podia ter sido mais exótico, acabando completamente votada ao abandono pela generalidade dos seus membros, excepto pelos que, em princípio, mais desejavam a sua extinção.

Com a República a menos de três meses de distância e volvidos 84 anos desde a institucionalização do bicamaralismo em Portugal, a Câmara dos Pares era uma instituição bastante diversa daquela que D. Pedro IV idealizara quando, em 29 de Abril de 1826, no palácio imperial do Rio de Janeiro, decidiu outorgar uma Carta Constitucional aos seus súbditos portugueses. As contingências da Guerra Civil de 1832-1834 entre liberais e absolutistas despojaram-na largamente do carácter aristocrático que fora intenção do outorgante conferir-lhe, ficando assim desde os seus primórdios com a base de representação em que assentava a sua estrutura organizativa seriamente combalida. Em 19 de Maio de 1863, mergulhou novamente numa crise de legitimidade na sequência da abolição dos vínculos, os quais – pelo menos segundo a doutrina – funcionavam como uma âncora da existência de um pariato hereditário independente, tornando a manutenção do princípio hereditário nas funções legislativas muito questionável<sup>5</sup>. Em 3 de Maio de 1878, o princípio da livre escolha dos pares era retirado ao monarca o qual, daí em diante, passaria a exercitar a prerrogativa da nomeação de pares do reino em número ilimitado dentro de determinadas categorias socioeconómicas fixadas na nova lei orgânica do pariato. Em 24 de Julho de 1885, além da limitação do número de pares nomeados a uma centena, era ainda adoptado um

---

<sup>4</sup> O primeiro foi inclusivamente presidente da Câmara Alta entre 25 de Janeiro de 1906 e 22 de Abril de 1908, enquanto o segundo foi o primeiro presidente republicano da Câmara Municipal de Lisboa, desempenhando este cargo durante os dois últimos anos de vigência do regime monárquico e nos primeiros tempos da República. Em 26 de Agosto de 1911, Anselmo Braamcamp Freire foi eleito Presidente do Senado, sendo depois reeleito em 2 de Dezembro de 1911 e em 2 de Dezembro de 1913 (V. CABRAL, 1931, p. 194, GALLIS, 1909, Complemento, Volume II, pp. 560-561 e VALE, 1953, p. 10). No que diz respeito ao sobrinho de Anselmo José Braamcamp, podemos acrescentar que «Logo que as Cortes reabriram, na Primavera de 1908, enviou um ofício ao presidente da Câmara dos Pares, datado de 30 de Abril, em que renunciava ao cargo de par do Reino; simultaneamente, devolvia a Carta Régia da sua nomeação. O assunto foi discutido na Câmara, nas sessões de 5 de Julho, 3 e 29 de Agosto; o debate levou à aprovação de um parecer que afirmava a falta de competência da Câmara dos Pares para aceitar a renúncia de qualquer dos seus membros, uma vez que cada um deles era representante de toda a Nação e a título vitalício. De modo que, oficialmente, continuou a ser par do reino, até ao final da Monarquia» (MÓNICA (coord.), 2005, Volume II, p. 230).

<sup>5</sup> Um dos argumentos de peso a favor da vinculação era que, para desempenhar a sua função política, a aristocracia tinha de possuir uma base territorial. Por essa razão, o Marquês de Fronteira achou que «A conduta da Câmara dos Pares, na questão dos morgados, foi vergonhosa, e deve considerar-se como um verdadeiro suicídio» (V. ALORNA, 1932, Apêndice, p. 194; COELHO, 1980, pp. 111-131; GUIMARÃES, 1863, pp. 223-226; HERCULANO, 1983, Volume II, pp. 21-59; NORONHA, 1909, pp. 392-393).

sistema misto de recrutamento que, além de abrir as portas da Câmara Alta ao pariato electivo, abolia parcialmente o pariato hereditário. Em 25 de Setembro de 1895, suprimiu-se a parte electiva da câmara ao mesmo tempo que o número de pares de nomeação régia era ainda mais restringido, passando a haver somente noventa (entre os quais não estavam compreendidos os pares de direito hereditário e os pares de direito próprio)<sup>6</sup>. Finalmente, em 23 de Dezembro de 1907, foi suprimido o número fixo de pares nomeados pelo Rei, restituindo-se ao Poder Moderador a faculdade de nomear pares do reino em número ilimitado. No estertor da monarquia constitucional, a Câmara dos Pares era um órgão legislativo truncado de alguns dos seus atributos constitutivos, dos quais restavam apenas algumas reminiscências<sup>7</sup>. A agonia fora de facto lenta; a morte, embora previsível, teve como pano de fundo o colapso da Monarquia que D. Afonso Henriques fundara oito séculos antes<sup>8</sup>. Entretanto, a controvérsia em torno da Câmara dos Pares atravessou os três últimos quartéis do século XIX, sendo sintomático o facto de ter sido criada em 1826, abolida em 1828 e 1836<sup>9</sup>, restaurada em 1834 e

---

<sup>6</sup> Esta reestruturação, que foi depois confirmada pela lei de 3 de Abril de 1896, mereceu de Casal Ribeiro o seguinte reparo: «A estrutura do novo pariato, compreendendo a supressão das categorias [...]. Doutrinariamente considerada, é tão evidentemente monstruosa, que não se carece larga discussão, para o demonstrar. Um pariato cerrado, sem elasticidade proveniente do número ilimitado, ou do elemento electivo, seria uma oligarquia, se não fosse, como é, uma sombra, um fantasma de câmara alta» (RIBEIRO, 1895, p. 149). Já o Conde de S. Januário, numa reunião do Conselho de Estado, referiu-se-lhe assim: «Por três formas diferentes se tem organizado a Câmara dos Pares. Inicialmente, o número de pares era ilimitado; depois seguiu-se um sistema misto tendo a Câmara dos Pares uma parte electiva; e finalmente a constituição marca um número certo de pares. No primeiro caso havendo conflito podia o chefe do estado resolver a crise pela nomeação de mais pares e no segundo caso pela dissolução da parte electiva. Agora que o número de pares é limitado, a dificuldade resiste, porque se aplica a esta câmara um regimento que foi elaborado para uma câmara de pares onde o número era ilimitado [o Regimento Interno da Câmara dos Pares datava de 11 de Dezembro de 1826]. A forma de resolver a questão consiste em modificar o regimento, que permite votar moções de censura e modificado este a questão está resolvida [...] Façamos, pois, a reforma do regimento, que, em todo o caso, talvez tenha resultados mais práticos e mais úteis do que uma revisão constitucional ou uma nova lei eleitoral» (V. Actas do Conselho de Estado, sessão de 29.12.1900, ANTT, Casa Forte, Livro 077). Comparativamente, vale a pena acrescentar que, nesta altura, a Câmara dos Deputados já conhecera nada mais, nada menos de cinco Regimentos Internos – 1821, 1827, 1837, 1876 e 1896 (V. SANTOS, 1986, p. 157 e COELHO, 1906, p. 100).

<sup>7</sup> Ainda assim, era na Câmara Alta que se continuavam a ouvir vozes verdadeiramente incômodas. Numa altura em que eram poucos os que se queriam comprometer com um regime que parecia cada vez mais condenado, o Conde de Arnoso foi uma das poucas vozes, embora «Cada vez mais isolado, mais só», a clamar incessantemente, durante três anos a fio, que se investigasse até às últimas consequências as complicitades em torno do regicídio cometido no Terreiro do Paço na tarde do dia 1 de Fevereiro de 1908. Na sessão de 5 de Junho de 1908, este membro do famigerado grupo dos *Vencidos da Vida* confessou inclusivamente que «Sempre que tenho a honra de falar nesta Câmara sobre este tristíssimo e angustioso assunto, as cartas anónimas com ameaças de morte, insultos e doestos caem-me em casa aos montes» (ARNOSO, 1913, p. 29).

<sup>8</sup> Como determinou o artigo 2.º do decreto-lei de 17 de Outubro de 1910, «Fica abolida a Câmara dos Dignos Pares do Reino, sendo considerados nulos os privilégios, regalias e imunidades de que gozavam os seus membros».

<sup>9</sup> Apesar de a Constituição setembrista de 1838 ter substituído a Câmara dos Pares por um Senado temporário e electivo, do ponto de vista da sua composição, a Câmara dos Senadores não representou um corte tão radical com a Câmara dos Pares como à primeira vista se poderia supor. Como notou o Marquês

1842, e objecto de nada menos que quatro reformas em 1878, 1885, 1895-1896 e 1907<sup>10</sup>.

Ao longo da dilatada vigência da Carta Constitucional de 1826, a Câmara Alta exerceu um grande protagonismo, julgado muitas vezes excessivo, na vida política nacional. Durante a sua atribulada existência intercalada por 4414 sessões normais (não contabilizando as sessões preparatórias, extraordinárias e secretas, cuja realização foi suspensa em 1882), a Câmara dos Pares protagonizou debates intensos, emendou decisivamente alguns projectos importantes (de que são flagrantes exemplos a proposta de abolição do monopólio do tabaco em 1863 e a chamada “lei dos bebés” em 1885), tomou a iniciativa de algumas leis arrojadas (a reforma dos vínculos em 1860), derrubou vários governos, quase desesperou quando a partir da década de 1860 se converteu num dos alvos predilectos das críticas da esquerda radical na imprensa e no parlamento, e na década de 1870 entrou em sobressalto quando se tornou no denominador comum dos vários projectos de revisão constitucional apresentados pelos partidos de quase todos os quadrantes políticos do regime monárquico. Este tipo de reacção é aliás perfeitamente normal na medida que a segunda câmara encontrava a sua melhor protecção na intangibilidade do próprio texto constitucional, o qual conferia aos pares do reino um estatuto altamente privilegiado, vitalício e irrevogável, tornando-os praticamente intocáveis atrás das suas ameias hereditárias.

A Câmara dos Pares possuía um tipo de organização aristocrático baseado quer na segunda câmara de Westminster, cujo assento era inerente à posse de um título<sup>11</sup>, quer nas teorias de Benjamin Constant<sup>12</sup>, o pensador matricial do cartismo. Essas teorias

---

de Fronteira, «O Senado era composto pela maior parte dos Pares que formaram as maiorias *cartistas* desde 1834 a 1836. Parecia-nos, entrando na Câmara, que a Carta tinha sido restaurada e que estávamos funcionando no centro da câmara hereditária». Com efeito, de acordo com os números que apurámos, foram 23 os pares do reino que foram eleitos senadores entre 09.12.38 e 10.02.42 (V. ALORNA, 1929, Volume III, p. 284 e *Estatística do Pariato Português desde a sua fundação até 31.12.1909*, 1910).

<sup>10</sup> Nas vésperas da queda da Monarquia, a reforma da Câmara dos Pares estava novamente em cima da mesa. Com efeito, no último discurso da coroa proferido por D. Manuel II, na sessão de abertura das Cortes, em 23 de Setembro de 1910, foi anunciada a intenção do último governo monárquico, presidido por Teixeira de Sousa, de efectuar uma reforma da Câmara dos Pares que pretendia reintroduzir os pares electivos e acabar de vez com os pares hereditários (V. SOUSA, 1917, Volume I, pp. 343-345 e 348).

<sup>11</sup> Em 1876, a Câmara dos Lordes era constituída por 555 membros que estavam repartidos do seguinte modo: 4 Príncipes Reais, 2 Arcebispos e 24 Bispos, 28 Duques, 33 Marqueses, 194 Condes e 270 Viscondes e Barões (SMITH, 1992, p. 54).

<sup>12</sup> Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830), deputado, escritor e constitucionalista francês que foi um dos supremos responsáveis pela construção do liberalismo pós-revolucionário. Além de ter legado à posteridade uma vastíssima correspondência pessoal e política, foram ainda de sua autoria mais de duas dezenas de obras bibliográficas de entre as quais podemos destacar: *De l'esprit de conquête et*

estiveram de algum modo na génese da *Chambre des Pairs* da Carta francesa de 1814, a matriz a partir da qual foram decalcadas as demais Cartas Constitucionais que estiveram muito em voga durante a primeira metade de Oitocentos. Mas desde então muita água tinha corrido debaixo das pontes pois, no início da década de 80, a Câmara Alta portuguesa, exclusivamente constituída por membros vitalícios e hereditários de nomeação régia em número ilimitado, convertera-se numa espécie de ermo reduto no contexto do parlamentarismo europeu. Por essa altura a maior parte das câmaras altas existentes no velho continente já tinham sido reformadas (na própria Câmara dos Lordes tinha assento um pequeno número de pares electivos)<sup>13</sup>, divergindo consideravelmente do modelo original que era filho de outra época histórica e de outra conjuntura política internacional<sup>14</sup>. O primeiro projecto de lei de reforma da Carta Constitucional, apresentado durante o período em apreço, não deixou passar em claro este anacronismo, qualificando-o de “singular paradoxo político” em que “os costumes e as práticas da moderna liberdade parecem que vivem em legítimo consórcio com as últimas relíquias do feudalismo”<sup>15</sup>. Aliás, nas *Memórias* que começou a escrever em 15 de Novembro de 1853, o dia da morte da sua esposa a rainha D. Maria II, D. Fernando acaba mesmo por reconhecer que um Senado eleito, à imagem do previsto na Constituição de 1838, “era mais aceitável para o trono do que uma câmara de pares hereditários, cujos descendentes, orgulhosos e arrogantes, tornam frequentemente atitudes bem mais incómodas do que um deputado de extrema-esquerda. À falta de qualidades morais, o pariato, sem instrução e sem riqueza, [...] é um absurdo”<sup>16</sup>.

O tempo e uma constituição diuturna, não obstante alguns dos seus artigos, por tão incessante desuso, estarem ainda novíssimos em folha<sup>17</sup>, envelheceram sobremaneira a controversa instituição. Entretanto a Câmara dos Pares não parou de

---

*l'usurpation, Réflexions sur les constitutions, Principes de politique applicables à tous les gouvernements, Cours de politique constitutionnelle e Mémoires sur les Cent Jours.*

<sup>13</sup> Com efeito, na sequência do *Act of Union* de 1707, de que resultou o Reino Unido da Grã-Bretanha, a Escócia teve direito a eleger 16 pares em cada legislatura. Quando a Irlanda se uniu à Grã-Bretanha, em 1800, formando o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda, esta teve direito a eleger 28 pares vitalícios (V. SMITH, 1992, pp. 72-77).

<sup>14</sup> Segundo Donald R. Shell «A maioria dos países europeus tinham segundas câmaras aristocráticas, as quais incluíam frequentemente altas entidades religiosas. Este tipo de Câmaras Altas perdurou em Portugal, Áustria e Alemanha até ao início do século XX, e no Japão e Hungria até à Segunda Guerra Mundial. Nos nossos dias somente a Grã-Bretanha tem uma Câmara Alta com este tipo de organização» (V. KURIAN (ed.), 1998, Volume II, p. 849).

<sup>15</sup> *Projecto de lei para a reforma da Carta Constitucional apresentado à Câmara Electiva em sessão de 16 de Agosto de 1871 pelos deputados do Partido Reformista*, 1871, p. 11.

<sup>16</sup> Citação retirada de BONIFÁCIO, 2005, pp. 111-112. O itálico é do próprio D. Fernando.

intumescer “fornada” atrás de “fornada”<sup>18</sup>, tornando inevitável a sua reorganização e adaptação às transformações sociais e políticas que paulatinamente começavam a trespassar o país. A adopção do sufrágio quase universal, em finais da década de 1870, para além de conceder participação política a uma parte significativa dos membros da sociedade até aí dela excluídos, conduzia a uma democratização da esfera política que aconselhava também a uma introdução de alterações substanciais na segunda câmara legislativa, mormente através de uma reformulação dos requisitos exigidos para se ser integrante da mesma. Mas, em meados da década de 1870, no plano internacional, também se dá um acontecimento político que acentua ainda mais a pressão reformista exercida sobre a Câmara dos Pares: a restauração da monarquia constitucional com Afonso XII em Espanha. Cánovas del Castillo, o grande artífice da Restauração Bourbon, forja em Espanha um regime moderado do tipo *two-parties system* britânico, assente numa constituição de inspiração conservadora cujo organigrama institucional estabelecia um Senado tripartido composto por 180 senadores vitalícios de nomeação régia e de direito próprio, e por 180 senadores electivos<sup>19</sup>. Levando em consideração as afinidades entre os dois sistemas políticos ibéricos – o *turno* espanhol é o equivalente do *rotativismo* português –, a Câmara Alta espanhola, em termos de organização, era bem mais avançada e democrática do que a sua congénere portuguesa. O aforismo *se nos renovarmos desaparecemos, se não nos renovarmos morremos de velhos*, aplicava-se que nem uma luva aos membros da Câmara dos Pares e traduzia um pungente dilema que, mais tarde ou mais cedo, o constitucionalismo monárquico português precisava de solucionar.

Com excepção das eleições, que funcionavam como os principais momentos de agitação e dinamização da vida política, nenhum outro tema atinente à organização dos poderes constitucionais se prestou tanto a um ataque tão sistemático, a ser a vítima expiatória dos partidos e a servir de mote da arenga política como o da constituição da segunda câmara legislativa. O principal reparo que na época era dirigido à Câmara dos

---

<sup>17</sup> Exemplos flagrantes são os artigos 57.º e 58.º da Carta Constitucional respeitantes ao direito de veto real.

<sup>18</sup> Com efeito, o pariatto não era uma casta fechada já que os governos podiam injectar-lhe sempre sangue novo através das *fornadas*. Num artigo redigido no início da década de 1880, Camilo Castelo Branco refere a este respeito que, «Em vez de se fazerem caudilhos para o conflito inevitável, fazem-se pares como quem atira uns cepos ao prato da balança para equilibrar as forças hostis. Pares e Viscondes a rodo. Os primeiros dão o voto nas contendas da câmara alta em harmonia com as votações da câmara baixa. Os segundos dão dinheiro; são uns sujeitos que mudam de nome, e sustentam em carnaval perpétuo a ficção da velha aristocracia aluída» (FERREIRA, 1965, p. 486).

<sup>19</sup> VERA SANTOS, 2000, p. 41.



Pares referia-se ao facto de esta, ao arrepio da doutrina que lhe estava subjacente, possuir uma especial propensão para derrubar governos<sup>20</sup>. Na generalidade dos países europeus os ministérios mantinham-se no poder apesar das votações contrárias na Câmara Alta, dependendo exclusivamente do apoio da Câmara Baixa onde os cidadãos estavam directamente representados<sup>21</sup>. Mas, estranhamente, em Portugal as coisas não eram bem assim<sup>22</sup>. O grande argumento dos críticos que recusavam o direito de derrubar governos a uma segunda câmara exclusivamente constituída por membros vitalícios e hereditários residia essencialmente no facto de esta carecer de legitimidade democrática, pelo que não devia possuir a efectiva influência política que só a eleição popular confere. Deste protagonismo político, visto como excessivo e anormal, resultou a inevitabilidade de reforma da Câmara Alta, a qual se teria prestado a representar um papel que, em princípio, pelas suas raízes históricas e fundamentos doutrinários, não lhe estaria reservado. Como contraponto é importante realçar que em Espanha, só a partir de 1871, durante a vigência da chamada Constituição democrática de 1869, é que foi pela primeira vez estatutariamente reconhecido ao Senado o direito de apresentar moções de censura, estando esta prerrogativa anteriormente vedada à Câmara Alta espanhola. Com o Regulamento de 1871, a Câmara Alta espanhola granjeia finalmente a faculdade de formular um voto de censura ao governo, desde que este fosse firmado por uma proposta subscrita por 7 senadores<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> Efectivamente, como escreveu Joaquim Veríssimo Serrão, “A evolução dos tempos pusera a nu a existência de um corpo legislativo que, a coberto de funções constitucionais, servia de permanente cobertura ou ataque ao poder executivo, de acordo com as influências partidárias que nele se faziam sentir” (SERRÃO, 1995, Volume IX, p. 70).

<sup>21</sup> A Câmara Baixa, a assembleia cujos membros são eleitos por sufrágio popular, tem em regra faculdades mais amplas que a Câmara Alta, nomeadamente no campo legislativo (prioridade na apresentação de determinados projectos de lei) e no político (quer pedindo responsabilidades aos ministros quer derrubando governos pela votação de moções de censura).

<sup>22</sup> Segundo o deputado José Dias Ferreira, «Em parte nenhuma do mundo se mantêm câmaras constituídas sobre a base da nossa câmara dos pares do reino, senão quando essas câmaras têm uma posição simplesmente ponderadora e moderadora, e se não metem em política activa. Nesses países são por vezes rejeitadas as propostas do governo por grande maioria, aprovam-se moções de censura contra o gabinete, e o governo mantém-se impassível e seguro à sombra do apoio que lhe dispensa a câmara popular» (DCD, sessão de 13.04.85, p. 1172).

<sup>23</sup> V. ANADÓN BENEDICTO, 1998, p. 326 e MARCO MARCO, 2003, pp. 174-180.

## 2.

Não obstante o facto de a sua pré-história remontar à Grécia Clássica e à Roma Antiga, cujas assembleias foram minuciosamente descritas por historiadores como Tucídides e Tácito, foi só após o aparecimento formal de duas câmaras legislativas distintas em Inglaterra no século XIV, no reinado de Eduardo III (1327-1377)<sup>24</sup>, nos alvares da Guerra dos Cem Anos, que o bicamaralismo pegou de estaca, criando ali densas raízes que alguns séculos depois irradiariam para o outro lado da Mancha e do Atlântico. No que concerne ao continente europeu, foi o movimento iluminista iniciado pelos filósofos do século XVIII que proporcionou o surgimento de novas ideias e de novos projectos políticos. E dos pensadores do século das Luzes, Montesquieu é de longe aquele que alimentará mais a doutrina constitucional do século seguinte<sup>25</sup>, que verá nele o teórico por excelência da separação dos poderes, sobretudo pelo impacto da sua maior obra *O Espírito das Leis* de 1748, que bebeu algumas premissas do seu pensamento inovador no parlamentarismo britânico. De resto, um dos argumentos invocados pelos defensores do bicamaralismo, nomeadamente por Benjamin Constant (o qual acrescentaria um quarto poder, o Poder Moderador ou Poder Real, aos tradicionais três poderes concebidos por Montesquieu, residindo aqui a maior novidade das Cartas Constitucionais)<sup>26</sup>, era precisamente o facto da dualidade parlamentar responder ao postulado da divisão dos poderes. Por essa razão, Constant distingue claramente dois poderes dentro do legislativo: o poder representativo da “conservação” e o poder representativo da opinião pública. O primeiro, dado o seu carácter permanente, seria da competência da assembleia hereditária; enquanto o segundo, devido à sua natureza mutável, devia residir na assembleia electiva<sup>27</sup>.

Por outro lado, ao optar pelo velho sistema britânico das duas câmaras, sendo uma hereditária, Constant pretendia atribuir à antiga nobreza um novo papel político no quadro da nova ordem liberal e monárquica pós-revolução francesa, e simultaneamente continuar a defender o princípio hereditário como fonte de legitimidade política. O

---

<sup>24</sup> Segundo John Wells, «Em Abril de 1341 a assembleia conjunta [composta por representantes dos condados, das cidades e dos burgos e também por lordes] finalmente separou-se dando origem às duas Câmaras do Parlamento» (V. WELLS, 1997, p. 71).

<sup>25</sup> MONTESQUIEU, Charles Luís de Secundat, Barão de La Brède e de (1689-1755), historiador e filósofo iluminista que foi um dos mais valiosos e originais pensadores do século XVIII. Autor de obras de referência como as *Cartas Persas* (1721), *Considerações sobre as causas da grandeza e decadência dos Romanos* (1734) e o *Espírito das Leis* (1748).

<sup>26</sup> V. BONIFÁCIO, 1993, p. 1064, nota n.º 38.

<sup>27</sup> CONSTANT, 1872, Volume I, p. 19.

sistema bicameralista permitiria assim à nobreza opor-se parlamentarmente a qualquer lei contrária aos seus interesses. Deste modo, as câmaras hereditárias surgidas neste período destinam-se basicamente a servir de contrapeso às câmaras electivas e de paládio às novas monarquias: é nelas que o poder régio se apoia para resistir à pressão popular. No que respeita à Carta portuguesa de 1826 e ao sistema bicameralista nela consagrado, a sua principal fonte inspiradora e influência mais patente foi a Constituição brasileira de 1824. Através dela foi indirectamente captada a inspiração da Carta francesa de 1814, um código susceptível de fazer a síntese entre elementos da Revolução Francesa e do Antigo Regime, e que, por sua vez, se inspirava no sistema parlamentar britânico<sup>28</sup>.

Na realidade, os argumentos teóricos aduzidos em prol do sistema bicameralista não mudaram muito ao longo dos tempos. Desde Montesquieu, há cerca de 250 anos atrás, que o bicameralismo tem sido glosado como um modelo parlamentar que permite emendar e refinar a legislação através de um uso mais ponderado e reflexivo da função legislativa, evitando as resoluções precipitadas e as iniciativas presumivelmente mais radicais da Câmara Baixa; como uma forma de melhor representar politicamente os diferentes interesses nacionais, sejam eles interesses regionais (caso dos estados federados), económicos ou corporativos; quer ainda como um figurino parlamentar que, no plano das relações entre os poderes, permite uma mais ponderada distribuição do poder entre dois órgãos legislativos visando um melhor relacionamento e uma maior harmonia entre as Cortes e o Executivo, possibilitando que uma das câmaras, a que não está em confronto com o Governo, possa actuar como mediadora num possível conflito. Essa função mediadora e conciliadora estaria especialmente indicada para as segundas câmaras, onde, em princípio, estavam representados os elementos mais conservadores e estáveis da sociedade<sup>29</sup>, enquanto a câmara electiva, o bastião das franquias populares, seria mais volátil e impetuosa, reproduzindo deste modo as variações da opinião pública. Para além de todos estes méritos, reais ou presumidos, podemos acrescentar ainda que uma segunda câmara poderá sempre fiscalizar a actividade de um governo a quem outra câmara legislativa conceda carta-branca.

---

<sup>28</sup> CAETANO, 1994, pp. 29-30.

<sup>29</sup> São do historiador Oliveira Martins as seguintes palavras: «A câmara dos pares, compondo-se assim com os representantes das famílias aristocráticas [...] seria verdadeiramente conservadora [...] e poderia então exercer, transformada segundo as exigências sociais do tempo, esse papel de ponderação constitucional que os lordes ainda exercem em Inglaterra» (MARTINS, 1923, Tomo I, p. 106).

Todos estes pressupostos estão perceptíveis no *Principes de Politique* de Abril de 1814, o primeiro volume do *Cours de Politique Constitutionnelle*<sup>30</sup>, a obra publicada em 1818 que funcionou como uma espécie de cartilha do cartismo, onde Benjamin Constant afirma terminantemente que “Numa monarquia hereditária, a hereditariedade de uma classe é indispensável”<sup>31</sup>, de modo que a sucessão régia não se torne num privilégio extravagante e intolerável pela sua absoluta excepcionalidade e pelo seu carácter exclusivo. Efectivamente, a existência de um corpo intermédio e conservador que garantisse a estabilidade da monarquia constitucional hereditária era algo que Constant julgava absolutamente fundamental. Essa classe que funcionaria como o elo de ligação entre a nação e o trono e como o garante da tradição e conservação seria, segundo ele, o pariato hereditário de nomeação régia em número ilimitado. Portanto, teoricamente, a Câmara dos Pares seria o pêndulo do regime, o órgão de preservação do equilíbrio político constituído por uma elite aristocrática que deveria velar pela estabilidade da monarquia constitucional e desempenhar um papel semelhante ao de uma báscula interposta entre duas forças contrárias. A principal das suas missões seria moderar e refrear o previsível impulso democrático da câmara electiva, onde, em princípio, a natureza dos debates era mais vigorosa e apaixonada, funcionando como um órgão de controlo e exame que permitia rever a legislação e ponderar melhor as decisões. Comparando metaforicamente o Estado a uma nau, diríamos que a Câmara dos Deputados era a bóia enquanto a Câmara dos Pares era a âncora.

A questão complica-se de facto quando a assembleia assente nos ordeiros princípios atrás enunciados se torna paradoxalmente num factor de desestabilização, verificando-se como que uma inversão dos papéis que deviam representar as duas câmaras parlamentares, em que a Câmara dos Pares, em vez de contrabalançar o temperamento instável da Câmara dos Deputados, se torna num foco gerador de turbulência política. De acordo com esses papéis, a Câmara dos Deputados seria, manifestamente, mais impetuosa e imoderada, enquanto a Câmara dos Pares seria, em princípio, mais ponderada e reflexiva. No entanto, a *praxis* parlamentar demonstrou que um dos problemas fundamentais da Câmara Alta portuguesa residia na sua reiterada acrasia, na sua apetência para fazer cair governos: entre 1851 e 1910, foram cinco os ministérios derrubados pelo sopro das ventanias parlamentares da Câmara dos Pares.

---

<sup>30</sup> Na verdade, esta obra é uma antologia onde Benjamin Constant reúne os seus escritos políticos mais importantes sob o título de *Cours de Politique Constitutionnelle* (V. TODOROV, 1999, p. 233).

Com efeito, vitimou dois governos históricos, um em 16 de Março de 1859, outro em 17 de Abril de 1865; vitimou um governo reformista em 9 de Agosto de 1869; um governo regenerador em 28 de Maio de 1879; e um progressista em 21 de Março de 1881. Houve ainda dois governos regeneradores que se demitiram em 6 de Junho de 1856 e em 6 de Fevereiro de 1897 na sequência das recusas de D. Pedro V e de D. Carlos em lhes conceder uma “fornada”. Devemos convir que, para um órgão teoricamente considerado de ponderação, de equilíbrio, portador de estabilidade e do espírito conservador da constituição, tudo isto não era realmente o mais salutar distintivo nem a melhor imagem de marca. E, não esqueçamos, era totalmente singular no panorama europeu de então.

### 3.

A grande renovação operada no campo historiográfico a partir da década de 70 do século passado veio reabilitar a história política, tornando-a numa das áreas de maior produção historiográfica dos nossos dias. Porém, um campo com um perímetro tão vasto e tão diversificado como a história política encerra necessariamente algumas omissões. Não obstante o facto de cerca de um terço dos parlamentos nacionais actualmente existentes em todo o mundo serem bicamaralistas<sup>32</sup>, as segundas câmaras legislativas não têm atraído muito os investigadores sendo, salvo honrosas excepções, instituições relativamente mal estudadas e de certo modo negligenciadas pelo mundo académico.

O protagonista desta história não foge à regra. Uma das lacunas da historiografia contemporânea portuguesa respeita à evolução das instituições representativas e, particularmente, à trajectória da Câmara dos Pares e ao interessante debate sobre a razão da sua existência, uma questão que se coloca com grande acuidade a partir da década de 70 de Oitocentos, quando a Câmara Alta se converte em matéria de discussão pública de grande interesse político e em objecto de propostas de reforma para travar a sua obsolescência.

---

<sup>31</sup> CONSTANT, 1872, Volume I, p. 35.

<sup>32</sup> Em termos demográficos, Portugal constitui actualmente o maior estado europeu onde vigora um sistema parlamentar unicamaralista. Todas as grandes democracias ocidentais têm parlamentos constituídos por duas câmaras legislativas, enquanto o unicamaralismo está mais vulgarizado nos países menos populosos e nos regimes democráticos relativamente recentes (Cf. BALDWIN, 2001; KURIAN (ed.), 1998, 2 Volumes; PATTERSON e MUGHAN (ed.), 1999; TSEBELIS e MONEY, 1997).

Antes de mais, é intenção deste estudo desvendar a génese histórica do excessivo intervencionismo da Câmara dos Pares que, não raras vezes, se arrogava uma iniciativa política que excedia a influência que o espírito da Constituição e a opinião política geral lhe atribuíam. Se é certo que a Câmara dos Pares era, por definição e doutrinariamente, uma instituição conservadora, não é menos verdade que ao longo da vigência da Carta Constitucional de 1826 a Câmara dos Pares não foi um inalterável bastião do conservadorismo.

Para além disso, com intuito de evidenciar o anacronismo da Câmara Alta portuguesa face à generalidade das segundas câmaras europeias suas contemporâneas, será dedicada uma atenção especial à forma como os seus membros eram recrutados, ao modo como estavam organizadas e aos poderes que detinham.

Pretende-se ainda neste estudo não só dar conta da incidência da Câmara dos Pares na vida política ao longo do período compreendido entre 1870 e 1895, mas também dar conta das tentativas que ao longo deste período foram brotando para corrigir a sua estrutura “antidemocrática” e a sua excessiva influência política.

Relativamente à articulação da Câmara Alta com os restantes órgãos de soberania, e especificamente no que concerne à sua interferência no processo legislativo, pretende-se sobretudo explicar as razões do eclipse da Câmara dos Pares no desempenho das suas funções legislativas.

No que diz respeito ao relacionamento da Câmara dos Pares com o Poder Executivo, este trabalho propõe-se esclarecer um ponto fundamental: por que razão alguns governos, durante o período em apreço, apesar do recurso às “fornadas”, um paliativo indispensável para desembaraçar a acção governativa<sup>33</sup>, continuaram a ter ali maiorias bastante precárias e a ver o efeito das nomeações rapidamente esfumar-se, acabando inclusivamente derrubados na sequência de votações desfavoráveis na Câmara dos Pares.

Finalmente, outro dos objectivos primordiais desta investigação é esclarecer com rigor quais os efeitos concretos das reformas parlamentares de 3 de Maio de 1878 e de 24 de Julho de 1885, as quais são politicamente indissociáveis das reformas eleitorais

---

<sup>33</sup> A Câmara dos Pares foi inclusivamente taxada de «um forno apagado onde cada Governo mete lenha nova – para poder cozer o seu pão» (QUEIRÓS, 2001, p. 251).

de 1878 e de 1884. Esses efeitos serão considerados em dois planos. Primeiro, no plano do exercício do pariato e do funcionamento da Câmara dos Pares. Refiro-me ao modo como essas reformas afectaram o recrutamento dos membros da câmara e a sucessão no pariato, e muito em particular, ao modo como afectaram a liberdade e a independência do pariato. Segundo, considerarei aqueles efeitos numa perspectiva mais generalista que se prende com as repercussões produzidas pelas reformas políticas no próprio sistema político da Monarquia.

# **CAPÍTULO I**

*A excepcionalidade portuguesa*



## ***1. As raízes históricas e os fundamentos teóricos do sistema bicameralista:***

### ***1.1. As primeiras manifestações do bicameralismo***

Não é adequado falar-se de bicameralismo, no sentido moderno do termo, quando nos reportamos às assembleias representativas das civilizações clássicas que foram descritas por filósofos e por historiadores da antiguidade. Nessa época, com efeito, as funções executivas, legislativas e judiciais não estavam rigorosamente definidas e muito menos ainda separadas<sup>1</sup>. É, no entanto, manifesto que a missão de revisão e de duplo parecer que caracteriza o bicameralismo do mundo contemporâneo já estava de certa forma presente naquelas arcaicas instituições políticas. Quer o sistema de governo ateniense, que tinha uma base mais democrática de organização política, quer o romano, com um cariz mais aristocrático, pressupunham conselhos e assembleias cujas funções consultivas constituem como que um primeiro paralelo ou embrião do sistema de dupla reflexão que encontramos no bicameralismo moderno.

Em Atenas, para além da *Eclésia*, o supremo órgão legislativo e a mais democrática das antigas assembleias atenienses, que agrupava todos os cidadãos, os quais nela tinham o direito e o dever de tomar parte, temos conhecimento da existência de um grande conselho constituído por 500 membros (a *Boulé*) escolhidos anualmente pelos cidadãos, 50 por cada uma das 10 tribos em que estava organizada a sociedade ateniense. O papel essencial dos *bouleutas* era contrabalançar o poder do *Areópago*, a assembleia de homens notáveis e provados em toda a virtude que, até ao pleno funcionamento da democracia ateniense na sequência da obra legislativa iniciada por Sólon no começo do século VI a.C., constituiu o mais importante órgão governativo da *polis*. Com efeito, esta assembleia possuía um vasto leque de poderes que iam desde o exercício de funções judiciais e políticas até à nomeação de todos os cargos administrativos<sup>2</sup>. E na Antiga Roma, sabemos que os primeiros reis nomeavam um

---

<sup>1</sup> Por exemplo, na Grécia Antiga, os tribunais também exerciam poderes políticos, e exprimiam, tanto como as assembleias, a soberania popular (V. PEREIRA, 1988, Volume I, p. 172). Por outro lado, quando se fala de *politeia* ou Constituição, não se pode pensar num documento escrito, onde o legislador definia claramente a natureza e competências das várias magistraturas e os órgãos de determinada forma de governo. Tal documento não existia nem poderia existir, pois nessa altura ainda não se encontrava estabelecido o conceito de *politeia*.

<sup>2</sup> V. TSEBELIS e MONEY, 1997, pp. 17-18. Em França, durante o Directório, o órgão composto por cinco membros a quem a constituição thermidoriana de 1795 ou do ano III (segundo o calendário revolucionário) confiou o Poder Executivo, foi adoptado um modelo muito semelhante em que o Poder

Conselho de Anciões composto por chefes de clã (*gens*) que tinha unicamente a função de os aconselhar e cujo voto era apenas um parecer<sup>3</sup>, o qual recebeu posteriormente a designação de Senado<sup>4</sup>, o famigerado sínédrio onde o “grande” Júlio César, que derrotou Vercingetórix e seduziu Cleópatra, foi assassinado por Brutus e seus comparsas nos Idos (quinze) de Março do ano 44 a.C. Ao longo dos seus sete reinados<sup>5</sup>, a Monarquia romana manteve o Senado mas sujeitou-o a novas regras de recrutamento, passando a ser composto por um conjunto de patrícios com funções vitalícias, as quais com o decorrer do tempo tenderam a tornar-se hereditárias. Depois, com o advento da República no ano 509 a.C., o Senado conquistou mais poderes convertendo-se no órgão director da política do Estado (avoca a si a prerrogativa de declarar a guerra e fazer as pazes, selar alianças, gerir as finanças, sentenciar os pleitos e os processos, etc.), formado por antigos magistrados. A influência deste órgão deliberativo na Roma republicana era de tal forma marcante que, mesmo no caso de um regresso de uma campanha militar bem sucedida, o general vitorioso e as respectivas legiões não tinham outro remédio senão esperar fora do chamado *pomerium* – isto é, no exterior das muralhas da Cidade Eterna, mais concretamente no chamado Campo de Marte, a vasta planície situada na margem esquerda do Tibre, dedicada a Marte, o Deus da Guerra – que o Senado decretasse o triunfo. E finalmente, na época imperial, iniciada em 27 a.C. com Octávio Augusto, a instituição senatorial passou a ser uma mera correia de transmissão das decisões do imperador, o qual era ainda o detentor do poder tribunício que lhe conferia, entre outras prerrogativas, o direito de veto e a presidência do Senado<sup>6</sup>. A situação chegou inclusive ao ponto de Calígula nomear o seu cavalo favorito (*Incitatus*) senador<sup>7</sup>. Quanto às assembleias do povo, ou comícios, ao longo da história institucional e política de Roma, são vislumbráveis nada menos de quatro, sendo a mais antiga, a *comitia curiata*, um corpo consultivo meramente simbólico.

---

Legislativo era confiado a duas câmaras parlamentares para assim se evitar o despotismo de uma assembleia única: o *Conseil des Cinq-Cents* e o *Conseil des Anciens* (V. MARICHY, 1969, p. 54).

<sup>3</sup> *Conselho dos Anciões*, *Gerúsia* e *Boulé* são igualmente termos que Aristóteles e outros filósofos da antiguidade empregaram para designar a assembleia de Cartago correspondente ao Senado.

<sup>4</sup> A designação romana de Senado foi recuperada pela primeira vez na Constituição de 1787 dos Estados Unidos da América, a qual preconizava um Congresso composto por duas câmaras legislativas (a Câmara dos Representantes e o Senado), passando a partir de então a denominar a segunda câmara parlamentar em muitos países (V. TOCQUEVILLE, 2002, pp. 159-162).

<sup>5</sup> Tarquínio, o *Soberbo* (534 – 510 a.C.), sucessor de Sêrvio Túlio, foi o sétimo e último rei de Roma.

<sup>6</sup> Na verdade, o Senado não só viu os seus poderes diminuídos, como os próprios senadores foram muitas vezes os alvos a abater ou a enviar para o exílio por parte dos imperadores mais hostis à instituição.

<sup>7</sup> Este imperador sanguinário ficou de resto conhecido pela sua aversão aos senadores, os quais, segundo rezam as crónicas, eram frequentemente obrigados a correr ao lado do carro imperial, envergando as suas compridas togas brancas listradas de púrpura.

Portanto, restam apenas as *comitia centuriata* (assembleia que agrupava os cidadãos segundo as unidades de exército – centúrias – a que pertenciam), as *comitia tributa* (assembleia composta por todos os cidadãos organizados por tribos) e os *concilium plebis* ou concílios da plebe (assembleia composta apenas por plebeus)<sup>8</sup>.

Com o advento do sistema feudal, após a queda do Império Romano do Ocidente no século V d.C. sob o impacto das invasões bárbaras<sup>9</sup>, as assembleias populares romanas encomiasticamente descritas por Tácito nos incompletos *Annales* deram lugar, durante a chamada Idade das Trevas, a reuniões limitadas de próceres e de bispos das quais a plebe acabou por ficar excluída.

Nas monarquias medievais, a Cúria Régia era o órgão político-administrativo que auxiliava a realeza na função governativa nos estados neo-godos (dominados pelos Visigodos e pelos Ostrogodos). Também encontramos esta instituição na monarquia portuguesa até meados do século XIII, cujo funcionamento se repartia em sessões ordinárias e em sessões extraordinárias ou solenes. A participação na Cúria Régia “não constituía de início uma prerrogativa; era antes uma obrigação derivada dos laços de vassalagem que ligavam os senhores ao rei”<sup>10</sup>. Além disso, a relativa simplicidade dos primeiros tempos da vida política e administrativa fazia com que as reuniões ordinárias da Cúria bastassem para o bom andamento dos negócios públicos, sendo raras, por isso, as reuniões extraordinárias ou solenes, que evoluem progressivamente, a partir de meados do século XIII, para assembleias de tipo menos palaciano, com funcionamento e atribuições próprias, e que ficarão na história com o título de Cortes. “As cortes ou cúrias solenes, expressões que já se lêem em Herculano, costumam distinguir-se das assembleias donde provieram por um conjunto de sinais que irão sucessiva ou simultaneamente manifestar-se. Esses sinais são, fundamentalmente, a composição mais complexa da assembleia, primeiro só com elementos da nobreza e do clero e mais tarde também com elementos populares, os representantes dos concelhos”<sup>11</sup>. De facto, em

<sup>8</sup> V. CHRISTOL e NONY, 1993; HILDINGER, 2002; MARTINS, 1987, Volume I e MONTESQUIEU, 1965.

<sup>9</sup> Rómulo Augusto, o último imperador romano do Ocidente, foi deposto em 476 d.C. por Odoacro, rei da tribo germânica dos Hérulos, o qual enviou ao imperador do Oriente, Zenão, as insígnias do Império, assumindo apenas o título de patricio.

<sup>10</sup> SERRÃO (dir.), 1984 a), Volume II, p. 197.

<sup>11</sup> SERRÃO (dir.), 1984 a), Volume II, p. 201. Em Portugal, as Cortes de Leiria de 1254, realizadas por determinação de D. Afonso III, são aquelas em que, pela primeira vez, tiveram voz os representantes dos estratos populares (V. AAVV, 2006).

meados do século XIII a Cúria Régia irá dar origem a dois órgãos distintos: o Conselho do Rei (Cúria Régia ordinária) e as Cortes (Cúria Régia extraordinária).

Na Idade Média os reis ingleses tinham, como os demais soberanos europeus, o seu Conselho e as suas Cortes onde, a partir de 1275, passaram a estar politicamente representadas as três classes sociais de Antigo Regime, ou seja, o alto clero e a grande nobreza (barões), e cavaleiros, cidadãos e burgueses, que acabariam por formar o terceiro estado<sup>12</sup>. Contudo, no reinado de Eduardo III (1327-1377) verifica-se um facto importante que representa um ponto de viragem e uma importante baliza histórica no processo evolutivo da formação do Parlamento britânico, que adquire então algumas das características específicas que identificam o sistema bicamaralista. Segundo Marcello Caetano, “em 1332 já as reuniões do Parlamento se faziam em duas salas, a dos *lordes* espirituais e temporais e a dos *comuns*, embora as petições e resoluções fossem apresentadas ao Rei, em nome de todos, pelo Lord Chanceler. Ora em 1377 os Comuns, em vez de irem pedir ao Lord que servisse de intermediário entre eles e o monarca, elegeram de entre si um *speaker*, isto é, um representante que fosse *falar* ao Rei em nome deles, conquistando deste modo a autonomia”<sup>13</sup>. Com efeito, na primeira metade do século XIV, os representantes das comunidades – cavaleiros, burgueses e cidadãos – começaram a reunir-se separadamente dos barões e dos membros da igreja, originando assim as duas câmaras – a Câmara dos Comuns, que teve as suas origens nas reuniões do terceiro estado ocorridas no século XIII, e a Câmara dos Lordes, que teve as suas origens no *Great Council* dos reis<sup>14</sup>. Porém, a densa cerração da distância temporal obscurece um pouco a origem da organização bicamaralista do Parlamento britânico, não existindo entre os especialistas um completo consenso quanto à data de nascimento da *House of Lords* – “essa augusta e gótica assembleia” que, segundo Eça de Queiroz, na segunda metade do século XIX ainda era um concílio “de senhores semi-feudais”<sup>15</sup> –, sendo seguro que no final do reinado de Eduardo III a separação das duas assembleias já estava plenamente consumada<sup>16</sup>. Mais, é partir daí que, segundo Tsebelis e Money,

---

<sup>12</sup> SMITH (ed.), 1994, pp. 28-43.

<sup>13</sup> CAETANO, 1983, Tomo I, p. 51.

<sup>14</sup> KURIAN (ed.), 1998, Volume II, p. 694.

<sup>15</sup> QUEIROZ, 1982, Volume XVI, p. 157.

<sup>16</sup> Cf. CARMICHAEL e DICKSON (ed.), 1999, p. 70; LONGFORD, 1999, p. 19; PATTERSON e MUGHAN (ed.), 1999, p. 3; PIKE, s. d., pp. 322-323; TSEBELIS e MONEY, 1997, p. 21; WELLS, 1997, p. 71.

“as duas dimensões do bicameralismo – representação política e eficiência legislativa – vão estar inextricavelmente interligadas”<sup>17</sup>.

Em todo o caso, o advento de uma segunda câmara aristocrática foi o ponto culminante de um dos mais distintivos e estruturantes períodos de toda a história da aristocracia britânica. Nos anos compreendidos entre a perda da Normandia em 1204 e a eclosão da Guerra dos Cem Anos em 1337, “a alta aristocracia sofre uma metamorfose em termos de nacionalidade – de Anglo-Normanda para Inglesa – e em termos de definição – o barão feudal passa a par do reino”<sup>18</sup>. Esta dupla mudança é concomitante com a consecução de uma condição social inerente à “honra” adquirida. Com efeito, a terra vai ser a chave do sucesso da aristocracia britânica, funcionando como uma fonte de riqueza e de *status* social que lhe vai facultar o poder político<sup>19</sup>. Como corolário desta ascensão, “a imagem de uma aristocracia poderosa começa a emergir na sua heráldica e nas esfinges dos seus túmulos”<sup>20</sup>. Daí à formação de uma câmara aristocrática foi um pequeno mas determinante passo histórico. Vale a pena acrescentar ainda que quando os lordes adquiriram a sua identidade como órgão independente na primeira metade do século XIV, eram designados por *domini* (senhores, lordes) *spirituales* e *temporales* e, posteriormente, por *domus* (casa, câmara) *superior*, donde surgiu, a actual expressão *Upper House* (Câmara Alta). O termo Câmara Alta tornar-se-ia sinónimo de segunda câmara porque nela estavam representados os estratos superiores da sociedade e a própria igreja, enquanto as classes mais baixas estavam representadas na Câmara Baixa.

Começava assim a dar os primeiros passos a mais antiga organização parlamentar baseada em duas câmaras distintas, ou seja, numa Câmara Baixa e numa Câmara Alta onde estavam representados o elemento democrático e o elemento aristocrático da sociedade. E embora as primeiras manifestações e os antecedentes históricos profundos do parlamentarismo enraízem de facto na antiguidade, parece-nos por demais evidente que as verdadeiras origens dos parlamentos modernos, e particularmente do bicameralismo, datam dos tempos medievais, especialmente dos antigos conselhos feudais. A própria Câmara dos Lordes, o arquétipo das câmaras altas,

---

<sup>17</sup> TSEBELIS e MONEY, 1997, p. 21.

<sup>18</sup> SMITH, 1994, p. 38.

<sup>19</sup> SMITH, 1994, p. 13.

<sup>20</sup> SMITH, 1994, p. 28.

é considerada uma “reliquia do passado feudal”<sup>21</sup>. Os lordes são os descendentes e os herdeiros dos barões feudais, que dividiram entre si, depois da conquista normanda, o solo da Inglaterra, tornando-se nos detentores da grande propriedade. Esta grande propriedade fundiária podia transmitir-se e, por conseguinte, servir de fundamento à transmissão do direito de legislar numa assembleia hereditária onde estaria representado este proeminente grupo social<sup>22</sup>.

Esta estrutura institucional baseada em duas câmaras perdurou ao longo de séculos com exceção de uma curta interrupção de pouco mais de uma década (1649-1660) em que a Câmara dos Lordes e a própria Monarquia britânica foram abolidas na sequência da execução em 30 de Janeiro de 1649 do rei Carlos I<sup>23</sup>. O reinado deste *Stuart* foi em grande parte dominado por um duro braço de ferro com o Parlamento de que resultaram duas guerras civis: uma de 1642 a 1645 e a outra em 1648<sup>24</sup>. Desta última, que levou Carlos I ao cadafalso, saíram vitoriosas as hostes parlamentares comandadas por Oliver Cromwell<sup>25</sup>, o estadista responsável pela única Constituição escrita (e logo republicana) que a Inglaterra conheceu<sup>26</sup>, cuja estátua ornamenta a ala norte do átrio de entrada do Palácio de Westminster onde fica localizado o Parlamento britânico<sup>27</sup>. Entretanto, a secular Câmara dos Lordes tornou-se não só num dos mais firmes pilares institucionais da Monarquia britânica – os nobres sempre foram os conselheiros naturais do monarca e um elemento de continuidade e estabilidade institucional<sup>28</sup> – mas também no modelo de Câmara Alta perfilhado mais tarde por

<sup>21</sup> SMITH, 1992, p. 131.

<sup>22</sup> Segundo Marcelo Caetano, «Os lordes ficam, deste modo, independentes de quaisquer correntes políticas ou forças sociais, mas o que não oferecem é garantias de competência legislativa» (CAETANO, 1989, Tomo I, pp. 230-231).

<sup>23</sup> V. SMITH, 1999 e SWATLAND, 1996.

<sup>24</sup> Como se sabe, esta última data assinalou também a famigerada Paz de Vestefália que colocou um ponto final na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) que assolou a Europa Central, muito particularmente os estados que integravam o Sacro Império Romano-Germânico dominado pelos Habsburgos, na sequência da chamada «Defenestração de Praga».

<sup>25</sup> É por esta altura que surgem em Inglaterra dois partidos políticos distintos: os partidários do rei (*Tories*) e os dissidentes do rei (*Whigs*), simultaneamente defensores dos direitos do Parlamento.

<sup>26</sup> Ainda hoje estão ali em vigor uma série de documentos históricos não codificados, alguns com vários séculos de existência, os quais, conjuntamente com uma série de práticas e praxes que regem a vida constitucional britânica, consubstanciam o que geralmente se designa por *unwritten Constitution* (V. CAETANO, 1989, Tomo I, pp. 45-48).

<sup>27</sup> SMITH, 1994, pp. 66-86.

<sup>28</sup> Até ao último quartel do século XVIII a Câmara dos Lordes foi sempre um órgão numericamente estável. Porém, a partir de 1776, no decurso do reinado de George III, com a chegada de Pitt o *Jovem* ao poder, tudo se alterou, deixando de existir parcimónia nas nomeações, as quais acompanharam a subida em flecha dos títulos nobiliárquicos. Só durante os 55 anos seguintes, foram criados 209 pariatos e a composição da Câmara Alta passou de 199 para 358 membros (JONES e JONES (ed.), 1986, p. 408). Segundo Maria do Rosário Braga da Cruz, «Quando a Rainha Vitória subiu ao trono, em 1837, a Câmara Alta tinha aproximadamente o dobro dos membros que registava em 1783. Excluindo os duques da

várias nações do velho continente. “Como a Câmara dos Lordes, a Câmara dos Pares da Restauração, a Câmara dos Senhores austríaca e a Câmara dos Magnates húngara, as Câmaras Altas da Prússia, Baviera ou do Wurtemberg respondem à necessidade de representação política da nobreza no século XIX”<sup>29</sup>. A estas podíamos ainda acrescentar outras Câmaras Altas de nomeação régia como a *Câmara dos Pares* portuguesa de 1826, o *Estamento de Próceres* espanhol de 1834 e o *Senato del Regno* italiano de 1861. Efectivamente, após a queda definitiva de Napoleão, foram vários os regimes liberais, e não liberais como a Áustria de Metternich e, mais tarde, a Prússia de Bismarck, que adoptaram o velho modelo do parlamentarismo britânico de duas câmaras legislativas, seguindo assim as pisadas de Luís XVIII que, em 4 de Junho de 1814, outorgara uma Carta Constitucional aos franceses cuja grande novidade residia essencialmente no facto de ser uma constituição outorgada pelo monarca, e não elaborada pelos representantes da nação. Outro dos traços mais salientes da Carta francesa era, como dissemos, o reconhecimento de dois órgãos legislativos, aos quais eram reservados uns modestos poderes já que, segundo o seu artigo 16.º, a proposição das leis não competia a cada uma das câmaras mas única e exclusivamente ao rei. Estas duas assembleias que partilhavam o Poder Legislativo conjuntamente com o monarca eram uma Câmara de Deputados eleitos indirectamente por um período de 5 anos e uma Câmara dos Pares que, à imagem da segunda câmara inglesa, onde tinha assento uma aristocracia terratenente verdadeiramente pujante e sumptuosa<sup>30</sup>, se compunha de um número ilimitado de membros de direito próprio e hereditários de nomeação régia. Deste contraste sociológico entre ambas as câmaras legislativas dependia em larga medida, segundo a doutrina bicamaralista da época, a eficácia da missão de contrapeso e de freio dos pares aos excessos da câmara electiva.

---

família real, os bispos e os representantes dos pares escoceses e irlandeses, o número de pares era de 358 no primeiro Parlamento da Rainha Vitória e de 517 no último» (CRUZ, 1996, p. 24).

<sup>29</sup> MARICHY, 1969, p. 11.

<sup>30</sup> Embora fosse possível fazer fortuna em Londres no mundo do comércio e da finança desde o século XIV, em meados do século XIX o pariato britânico era constituído ainda por uma aristocracia predominantemente rural e nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Câmara dos Lordes ainda era uma assembleia onde predominavam os proprietários de terra – os *landlords* (SMITH, 1992, p. 148).

## 1.2. As origens do bicameralismo francês

Se a evolução histórica das instituições britânicas nos sugere que o advento do bicameralismo na antiga terra dos Anglos não foi resultado de quaisquer esquematizações teóricas mas sim da própria evolução dos conselhos feudais da Idade Média, a França, pelo contrário, não tinha um *background* histórico nem uma tradição parlamentar bicameralista. Aliás, em França, os Estados Gerais não reuniam desde 1614, altura em que começaram a interessar-se demasiado pela Fazenda, levando Luís XIII a dissolver este organismo, que só voltou a ser convocado quase dois séculos depois por Luís XVI, a pretexto de um lançamento de novos impostos, reunindo-se então pela primeira vez a 5 de Maio de 1789 em Versalhes nas vésperas da Revolução.

Vejamos então o quadro teórico que serviu de pano de fundo ao sistema bicameralista em França. O bicameralismo francês é, por um lado, fruto das reflexões teóricas desenvolvidas pelos pensadores iluministas do século XVIII, especialmente de Montesquieu, que expôs a sua teoria sobre os órgãos legislativos no *Espírito das Leis*, onde defende a existência de assembleias legislativas separadas para a aristocracia e para o povo: “o poder legislativo será confiado a um corpo dos nobres e a um corpo escolhido para representar o povo, que terão cada um a sua assembleia e deliberações separadas bem como pontos de vista e interesses distintos”. Além disso, na sua opinião, “O corpo dos nobres deve ser hereditário. Em primeiro lugar devido à sua natureza; e em segundo lugar, porque daí resulta que ele tenha o maior interesse em conservar as suas prerrogativas”<sup>31</sup>.

Tal como a maioria dos outros grandes pensadores iluministas contemporâneos do despotismo esclarecido de Luís XIV e do seu bisneto Luís XV, Montesquieu não escondia a sua simpatia pelas instituições políticas do outro lado da Mancha, sendo um grande admirador do tipo de monarquia observável em Inglaterra, a qual era temperada pela existência de duas câmaras legislativas e pela partilha harmoniosa dos poderes do Estado. Por essa razão, no *Espírito das Leis*, Montesquieu propôs-se expor e justificar historicamente as condições que garantiam a liberdade política do cidadão. Tal liberdade, na sua opinião, não era inerente por natureza a nenhum tipo de governo, nem mesmo à democracia; ela era própria apenas dos governos moderados, isto é, dos governos em que o poder era limitado. A esta exigência correspondia a divisão dos três

---

<sup>31</sup> MONTESQUIEU, 1856, Tome I, pp. 133-134.



poderes clássicos, legislativo, executivo e judicial, observada na monarquia inglesa<sup>32</sup>, que, para Montesquieu, estava nos antípodas da monarquia francesa, que era governada por um monarca absoluto de direito divino cuja autoridade não tinha limites nem controlo, a não ser, teoricamente, a vontade de Deus<sup>33</sup>. Correndo o risco de ser redundante, vale a pena voltar a referir que um dos principais argumentos invocados na época a favor do bicameralismo era precisamente o facto de, sob o ponto de vista teórico, este sistema parlamentar se ajustar melhor à doutrina da separação dos poderes<sup>34</sup>. O próprio Benjamin Constant reflectiu também sobre este assunto, embora não necessariamente pelas mesmas razões de Montesquieu, insistindo particularmente na distinção entre o poder real e o poder executivo, não porque desejasse fortalecer algum, mas sim porque desejava enfraquecer os dois face ao poder parlamentar.

Seria porém fundamentado nas teorias políticas de Benjamin Constant que o bicameralismo desenvolveria duradouras raízes em solo francês<sup>35</sup>. Na verdade, o bicameralismo faz a sua aparição em França em 1795 com a Constituição do ano III que, como vimos, instituiu duas assembleias legislativas, o *Conselho dos Anciões* composto por 250 membros e o *Conselho dos Quinhentos*, eleitas por sufrágio censitário indirecto. No entanto, apesar de formalmente existirem duas câmaras, na prática era como se o Poder Legislativo estivesse confiado a uma só câmara, já que a iniciativa das propostas de lei era uma prerrogativa exclusiva do *Conselho dos Quinhentos*, transitando depois as proposições para o *Conselho dos Anciões*, que não possuía poderes para as modificar, examinando unicamente a sua constitucionalidade<sup>36</sup>. O problema do bicameralismo ou “the question of the Two Chambers”, parafraseando John Stuart Mill, foi pela primeira vez suscitado na Assembleia Nacional convocada logo após a tomada da Bastilha (14 de Julho) e a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (26 de Agosto), dois dos momentos de maior simbolismo da Revolução Francesa de 1789. “Os bicameralistas, monárquicos liberais, receavam o excesso de autoridade de uma assembleia soberana: o equilíbrio entre os

---

<sup>32</sup> V. GASH, 1986.

<sup>33</sup> Devido a esta espécie de simbiose entre o trono e o altar, o rei sagrado era objecto de um respeito verdadeiramente religioso (V. MONTESQUIEU, 1856, Tome I, pp. 130-139).

<sup>34</sup> MORABITO e BOURMAUD, 1991, p. 40.

<sup>35</sup> Segundo Jean Mastias, a segunda câmara francesa «Ao longo da Monarquia e do Império, foi um corpo aristocrático e uma força de moderação na vida política nacional». E quando da implantação da III República em 1875, a organização de um Senado conservador foi o preço que os republicanos tiveram de pagar aos monárquicos pela implantação do novo regime político (V. MASTIAS, 1999, p. 163; HALÉVY, 1995 b), pp. 123-130 e MARICHY, 1969, p. 531).

<sup>36</sup> DESLANDRES, 1932, Tome I, pp. 303-305.

poderes legislativo e executivo seria, na sua opinião, mais bem conseguido com duas assembleias do que com uma única que dominaria inevitavelmente o executivo. Por outro lado, sublinhavam as vantagens técnicas do bicameralismo na elaboração das leis”<sup>37</sup>. A bem dizer, o que os “monarchiens” temiam era a onipotência do Poder Legislativo – e por isso defendiam para além das duas câmaras também o veto real. E a história provou que tinham razão: a Constituição de 3 de Setembro de 1791 entronizou uma assembleia legislativa onipotente, à qual se subordinavam o rei e o executivo, que não tinham poder efectivo praticamente nenhum. Houve portanto uma adulteração da teoria de separação dos poderes, tal como ela foi teorizada por Montesquieu, em benefício do poder da Assembleia Nacional.

Por seu turno, de entre os vários argumentos aduzidos pelos adeptos do unicameralismo salientava-se um que se revelava extraordinariamente eficaz na tempestuosa atmosfera política da época, o qual assentava na premissa de que, sendo a soberania una e indivisível, a sua representação devia efectuar-se por uma assembleia única<sup>38</sup>. Outra das objecções ali formuladas contra o bicameralismo era que este, de uma forma geral, era pouco democrático. A Revolução Francesa acabara de proclamar uma nova ideologia cujo lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” se opunha radicalmente à natureza hierárquica e exclusiva de uma segunda câmara legislativa.

Perante este cenário manifestamente desfavorável ao bicameralismo, “o princípio da assembleia única foi votado em 10 de Setembro de 1789 por 490 votos contra 89 entre 701 representantes populares”<sup>39</sup>. Na realidade, o unicameralismo não só vigoraria até à abolição da monarquia em 21 de Setembro de 1792<sup>40</sup>, como seria um dos pilares e uma condição fundamental do regime republicano que se lhe seguiu, quer na

---

<sup>37</sup> MARICHY, 1969, p. 47.

<sup>38</sup> O abade Emmanuel Sieyès (1748-1836), um façanhudo anti-bicameralista do período revolucionário, atacava o bicameralismo formulando o seguinte dilema: «se há duas câmaras ou estão ambas de acordo, e uma é inútil, ou estão em oposição e nesse caso a segunda é perniciosa» (V. TSEBELIS e MONEY, 1997, p. 35 e DICKSON e CARMICHAEL, 1999, p. 69). Em Portugal, a questão do unicameralismo *versus* bicameralismo foi suscitada nas Cortes Gerais Extraordinárias de 1821. Com efeito, na sessão de 24 de Fevereiro, o deputado Borges Carneiro contestou o sistema bicameralista nos seguintes termos: «Não falo das duas câmaras, isso é absurdo. A nação é uma e indivisível, nela reside a soberania e seria tumultuoso que esta soberania se dividisse em duas partes» (MESQUITA, 2006, p. 251).

<sup>39</sup> MARICHY, 1969, p. 48.

<sup>40</sup> Aprisionado e despojado do seu título real, o monarca deposto, chamado agora de Luís Capeto, foi julgado pelos deputados da Convenção, sendo condenado à morte em 18 de Janeiro de 1793 e guilhotinado três dias depois. Segundo Michel Vovelle, «A Gironda inclinava-se para a clemência; tentava propor soluções capazes de evitar a pena capital: o exílio, a detenção até à paz e a ratificação popular. Pelo contrário, os líderes montanheses, cada qual ao seu estilo, como Marat, Robespierre ou Saint-Just, concordavam em pedir a morte em nome da Salvação Pública e das necessidades da Revolução» (VOVELLE, 2007, p. 42).

fase jacobina, quer na fase thermidoriana, à qual o golpe de estado do 18 Brumário do ano VIII (9 de Novembro de 1799) veio pôr cobro, bem como ao processo revolucionário que estava em curso há mais de uma década. Na sequência deste golpe que inaugurou a era napoleónica propriamente dita, o Directório foi substituído pelo regime consular, sendo designado Primeiro Cônsul o célebre Napoleão Bonaparte, um jovem general de brigada que vinha dando nas vistas pela sua genialidade nos campos de batalha.

Durante o período do Consulado e do Império napoleónico, que culmina com a primeira abdicação de Napoleão em Fontainebleau a 6 de Abril de 1814, vigorou em França um sistema parlamentar verdadeiramente *sui generis*, que alguns autores designam de “pluricamaralismo” e outros de “policamaralismo”. Efectivamente, de acordo com chamada Constituição do Ano VIII, eram três as assembleias representativas: o Tribunato, o Corpo Legislativo e o Senado. Todavia, apenas as duas primeiras são assembleias legislativas, pois o Senado não intervinha na elaboração das leis. O Tribunato e o Corpo Legislativo eram nomeados pelo Senado e compreendiam, respectivamente, 100 e 300 membros, sendo o primeiro uma assembleia permanente enquanto as sessões do segundo estavam limitadas a quatro meses de duração. Nenhuma destas assembleias possuía iniciativa legislativa que, segundo a aludida constituição, era uma prerrogativa exclusiva do governo imperial. O Tribunato discutia todas as propostas de lei, depois disso ou as transmitia ao Corpo Legislativo ou as rejeitava, não podendo modificá-las. Quanto ao Corpo Legislativo, apenas adoptava ou rejeitava as propostas que lhe eram enviadas, não podendo discuti-las.

No que concerne ao Senado, era um órgão pouco numeroso composto por 60 elementos. Cada lugar de senador vago era depois provido pela própria assembleia que escolhia um de entre três candidatos apresentados pelo Tribunato, pelo Corpo Legislativo e pelo Primeiro Cônsul. Quanto à origem deste primeiro Senado, resulta perfeitamente claro que a nomeação dos primeiros senadores ainda escapou à influência de Napoleão. O artigo 24.º da Constituição do Ano VIII determinava de uma forma peremptória que 31 dos 60 senadores iniciais, ou seja a maioria do Senado, seriam nomeados pelos 2 cônsules provisórios e pelos 2 cônsules fixos designados na Constituição, enquanto os restantes 29 elementos seriam depois cooptados pelos 31 senadores de nomeação consular<sup>41</sup>. Embora não exercesse funções legislativas, o

---

<sup>41</sup> DESLANDRES, 1932, Tome I, p. 468.

Senado possuía algumas prerrogativas específicas. No âmbito da Constituição competia-lhe, entre outras atribuições, eleger os legisladores, os tribunos, os cônsules e os juízes. Ainda não tinham passado dois anos desde que Napoleão se tornara cônsul vitalício, quando a 18 de Maio de 1804 o Senado, que entre os seus membros contava não poucos regicidas de 1793 a despeito de ser o órgão conservador do regime<sup>42</sup>, deliberou entregar o governo a um “César”, instaurando o Império, o qual foi depois ratificado por uma esmagadora maioria de votos num plebiscito popular.

Com o advento do Império, ao mesmo tempo que é consagrado o princípio da hereditariedade para o poder supremo do Estado, tornando Napoleão I “Imperador hereditário dos franceses”, o Senado também sofre uma reorganização. A sua composição é alterada de modo a que o seu controle fique nas mãos do imperador. Assim passam a fazer parte do Senado imperial os príncipes maiores de 18 anos, os 5 grandes dignitários do Império que constituem o Grande Conselho do Império (os quais eram nomeados pelo imperador), 80 membros nomeados pelo próprio Senado após apresentação ao imperador das listas de candidatos elaboradas pelos colégios eleitorais, mais um número ilimitado de cidadãos que o imperador julgasse conveniente elevar à dignidade de senador. Posteriormente, este direito do chefe de Estado foi de certa forma limitado, já que o número de membros do Senado foi reduzido a 120 elementos<sup>43</sup>. Em suma, durante o Império, o Senado viu ser-lhe coarctado uma boa parte do carácter independente que originariamente seria seu apanágio. Ávido de glória à moda antiga, Napoleão reavivou um Senado inspirado no de Roma – uma assembleia “cujo aspecto majestoso se impunha à veneração da plebe” que “até fizera estacar perante si, domados pelo respeito, os bárbaros gauleses”<sup>44</sup> –, e, tal qual um imperador romano, chama a si a convocação e a nomeação anual do presidente da Câmara Alta.

Foi portanto preciso esperar pelo efémero regresso de Napoleão Bonaparte ao poder, após o curto exílio na ilha de Elba e a marcha triunfal até Paris que se seguiu à sua fuga, para o bicamaralismo francês, sob a inspiração doutrinária de Benjamin Constant, voltar a dar sinais de vida. Numa tentativa de acalmar a oposição liberal, Napoleão decide apelar e confiar a redacção do Acto Adicional às Constituições do Império de 22 de Abril de 1815 a Benjamin Constant, uma das mais proeminentes figuras dessa oposição e do liberalismo francês, que em Janeiro de 1802 fora expulso do

<sup>42</sup> V. MORABITO e BOURMAUD, 1991, pp. 151-152 e PÉREZ LEDESMA (coord.), 1998, pp. 24-25.

<sup>43</sup> DESLANDRES, 1932, Tome I, p. 567.

<sup>44</sup> PÉREZ LEDESMA (coord.), 1998, pp. 23-24.

Tribunato precisamente por ter pronunciado violentos discursos contra a deriva autoritária do regime de Bonaparte<sup>45</sup>. Não podendo mais impor-se aos seus compatriotas pelo seu prestígio e pelas vitórias espectaculares nos campos de batalha<sup>46</sup>, Napoleão pretendia atrai-los pelo seu liberalismo e pela sua política absorvente<sup>47</sup>. Na verdade, o imperador já não podia fazer tábua rasa das novas instituições liberais introduzidas em França pela Carta Constitucional de 1814 que tinha sido outorgada pelo irmão do malogrado Luís XVI. Deste modo, o Acto Adicional de 22 de Abril de 1815 rompe em parte com o autoritarismo e com a tradição “parlamentar” imperial para acompanhar, sob a influência das ideias liberais de Constant, o espírito dos tempos. Efectivamente, uma das principais características da chamada Constituição dos *Cem-Dias* ou *Benjamine* é a compartimentação do Poder Legislativo em duas assembleias: uma Câmara Baixa composta por 629 membros eleitos de forma indirecta e uma Câmara Alta de natureza aristocrática, onde é notória uma grande proporção da nobreza do Antigo Regime e do Primeiro Império<sup>48</sup>. No fundo, a concessão de representação política a dois grupos que exigiam especial consideração era uma forma de Napoleão se coligar à velha nobreza – em 1806, pouco depois de derrotar os exércitos russo e austríaco na batalha de Austerlitz em 2 de Dezembro de 1805, o imperador voltara a restabelecer a nobreza de sangue – e de recompensar os seus grandes chefes militares. Em termos organizativos, esta segunda câmara legislativa, composta por um número ilimitado de membros nomeados pelo imperador a título irrevogável e hereditário,

<sup>45</sup> *A priori* pode parecer estranho que um opositor de Napoleão se tornasse seu conselheiro de Estado e assumisse a responsabilidade pela elaboração de um Acto Adicional que, apesar do título, era uma verdadeira nova constituição. Como se explica então esta súbita mudança? Segundo Tzvetan Todorov, por um simples facto: “Constant não era leal a partidos, mas a princípios [...]. Estando empenhado em defender uma ideia de monarquia constitucional, não se importou muito se o nome do monarca era Napoleão ou Luís [...]. Constant era capaz de se comportar lealmente com qualquer monarca que se compromettesse respeitar a constituição e as liberdades fundamentais” (V. TODOROV, 1999, pp. 94-95). Porém, isto não é inteiramente verdade. Constant era bastante oportunista, embora nós tenhamos dificuldade em admitir isso porque o vemos sempre como o doutrinário grave e sério. Foi muito criticado por se ter lançado nos braços de Napoleão, após o que também não teve escrúpulos em colaborar com a Restauração.

<sup>46</sup> A aura invencível de Napoleão desvaneceu-se em 1812 quando o seu Grande Exército composto por 600 mil homens foi destroçado na duríssima Campanha da Rússia, um país onde era aplicado à risca o princípio da «terra queimada» (no final, as forças de invasão ficaram reduzidas a 10 % do seu contingente inicial, contabilizando 540 mil baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos). Como diria Tolstói «A invasão francesa, à semelhança de uma fera enraivada mortalmente ferida na sua carreira, pressentia estar perdida, mas assim como o exército russo, duas vezes mais fraco, não podia ceder, a invasão não podia deter-se [...] os Franceses ainda iriam até Moscovo, mas seria aí, sem que as forças russas tivessem de fazer novos sacrifícios, que soçobriariam, perdido que fora todo o seu sangue pela ferida mortal que receberam em Borodino» (TOLSTOI, 1973, Livros III e IV, p. 989).

<sup>47</sup> Para além de tudo o mais, Napoleão foi um “filho da revolução” que teve o condão de cativar tanto revolucionários quanto os que não eram revolucionários.

<sup>48</sup> MORABITO e BOURMAUD, 1991, p. 182.

afigura-se nitidamente à Câmara dos Pares da Restauração<sup>49</sup>. Esta semelhança entre as duas assembleias, cujas sessões eram secretas, seria ainda reforçada pela continuidade de pessoal político. Com efeito, 84 senadores bonapartistas (num total de 154 nomeações iniciais) serão depois nomeados pares por Luís XVIII<sup>50</sup>, logo após a segunda abdicação de Napoleão em 22 de Junho de 1815, na sequência do baque militar em *Waterloo*, o qual acarretou o desmoronamento definitivo de um Império cujos *limes* geográficos, nos seus tempos áureos, se estendiam da Península Ibérica às portas da Rússia, passando pelo Egipto e pela Palestina.

Finda a segunda aventura napoleónica, é com o segundo regresso dos Bourbons, em 1815, que se consolida o regime constitucional assente na Carta outorgada por Luís XVIII em 4 de Junho de 1814. Manifestamente confinante da doutrina bicamaralista de Benjamin Constant<sup>51</sup>, o bicamaralismo da Restauração foi um modelo parlamentar que, além de tudo o mais, possibilitou à aristocracia de sangue recuperar a sua influência política e readquirir antigos direitos e regalias<sup>52</sup>. Efectivamente, um dos desígnios políticos de Constant era a reconciliação das duas França: a do Antigo Regime e a da Revolução. E pese embora o facto de Constant não ter desempenhado qualquer papel na elaboração do texto constitucional de 1814, um código político de transição do absolutismo para o liberalismo em que se tentava conciliar duas soberanias aparentemente incompatibilizáveis (a nacional e a régia), teve no entanto uma inegável influência doutrinal na forja de uma cultura política comprometida com a aposta na conciliação da monarquia com o liberalismo, conciliação que, no seu conceito, só poderia ser operada na base de uma nova doutrina política, o “cartismo”. Embora não rompendo com a soberania nacional, à qual sintomaticamente não dedicava sequer uma palavra<sup>53</sup>, a Carta restaura não só a legitimidade monárquica como também restabelece a unidade do poder de Estado e faz uma concessão ao princípio representativo, o que era

---

<sup>49</sup> Segundo M. Morabito e D. Bourmaud «A hereditariedade da função [senatorial] foi o preço que Napoleão teve de pagar a Constant, para que este aceitasse elaborar o Acto Adicional» (MORABITO e BOURMAUD, 1991, p. 181).

<sup>50</sup> MARICHY, 1969, p. 64.

<sup>51</sup> Não obstante a notória influência que a sua doutrina exerceu no cartismo, Benjamin Constant não fez parte da comissão encarregada por Luís XVIII de redigir a Carta de 4 de Junho de 1814, a qual era presidida por Talleyrand e composta por 3 comissários reais, 10 senadores e 10 deputados. Embora os primeiros escritos de Constant sobre o bicamaralismo (*D’une assemblée héréditaire et de la nécessité de ne pas limiter le nombre de ses membres* é de Abril de 1814) sejam praticamente concomitantes com a redacção da Carta de 4 de Junho de 1814, não consta que este tenha influenciado a sua concepção e a sua feitura. Foi um teorizador *ex post facto*.

<sup>52</sup> FONTANA (ed.), 1997, p. 38.

<sup>53</sup> V. BONIFÁCIO, 1993, p. 1047.

indispensável para conciliar o passado revolucionário da França. Entre outras prerrogativas, o rei era o chefe do Poder Executivo, era o chefe supremo do Estado e, para além disso, toda a justiça era uma emanção real. De acordo com a Carta de 1814, o rei possuía ainda um papel determinante no exercício da função legislativa posto que, além da nomeação dos membros da câmara hereditária, a iniciativa das propostas de lei, bem como a sua sanção e o direito de veto, também eram seu apanágio. Finalmente, como corolário de tudo isto, o monarca estava completamente resguardado pela sua inviolabilidade política, já que era a própria Carta que estabelecia que eram os ministros – cujo poder era uma mera emanção do poder real – as entidades politicamente responsáveis pelos seus actos<sup>54</sup>. O poder real sistematizado por Constant traduzia-se na prática por uma ostensiva preponderância em relação aos restantes três poderes do Estado, tornando o monarca “[n]um ser à parte no topo do edifício”<sup>55</sup>. Estes eram, em suma, os sãos princípios do cartismo francês até 1830, traduzíveis na máxima “o rei reina e também governa”, que contrariava a célebre fórmula de Thiers “o rei reina e não governa”.

Tal como Constant, Luís XVIII teve claramente noção da importância de uma câmara hereditária de natureza aristocrática como fonte de estabilidade da monarquia constitucional hereditária. Decidiu por isso dotar o Poder Legislativo de uma segunda câmara que, supostamente, estaria imbuída de espírito conservador. Através do seu recrutamento aristocrático, a Câmara Alta fornecia ao monarca uma importante base de apoio político face à pressão advinda da índole democrática da Câmara Baixa, enquanto o pariato hereditário, nomeado pelo rei em número ilimitado, seria a sua guarda pretoriana e um garante de independência e de continuidade dos valores conservadores<sup>56</sup>. E era mais do que isso, era um órgão que serviria de cimentação entre o velho e o novo, entre a França antiga e a França moderna: a Câmara dos Pares da Restauração era uma “Assembleia compósita, onde era possível encontrar representantes das mais distintas famílias do Antigo Regime [...]. Bem como os mais ilustres marechais do Império [...]. E numerosos membros das assembleias revolucionárias [...]. Uma assembleia verdadeiramente heterogénea formada única e exclusivamente por vontade do rei que era uma tentativa de fundir a França antiga, a

---

<sup>54</sup> Teófilo Braga diria que «Pela Carta constitucional a realza não é absoluta, mas conserva o espírito do absolutismo» (BRAGA, 1912, Volume I, p. 148).

<sup>55</sup> CONSTANT, 1872, Volume I, p. 24.

<sup>56</sup> V. CONSTANT, 1872, Volume I, pp. 35-38.

França revolucionária e a França imperial”<sup>57</sup>. No entanto, pese embora a heterogeneidade dos seus membros, a conduta da câmara hereditária da Restauração foi digna de uma genuína câmara conservadora. Foi um símbolo de estabilidade, mostrando-se sempre muito ciosa de evitar conflitos com o Poder Executivo. Naturalmente que estas relações, pautadas por uma grande harmonia e convergência de propósitos com o executivo, se explicam quer pelo facto das sessões da Câmara dos Pares não serem públicas, quer pela sua domesticação política através de sucessivas “fornadas” que asseguravam ali as maiorias aos diferentes ministérios, quer ainda pelo facto da Câmara Alta francesa não possuir iniciativa legislativa nem direito de emenda, vendo assim os seus poderes bastante restringidos. No que respeita às “fornadas”, em 1819, só de uma assentada, foram nomeados 53 novos pares por Luís XVIII; e em 1827, de uma só vez, o seu irmão Carlos X nomeou nada mais nada menos que 75<sup>58</sup>. De qualquer modo, quando este último caiu no desagrado popular devido à sua política prepotente, muitos dos pares pertencentes à antiga nobreza escudaram-se numa cómoda neutralidade política, não arriscando tomar partido por Carlos X.

Do regresso de Luís XVIII em 2 de Maio de 1814 à revolução de 24 de Fevereiro de 1848<sup>59</sup>, a França conheceu dois regimes, separados pela revolução de Julho de 1830: a Restauração e a Monarquia de Julho, que adoptaria também um sistema parlamentar bicamaralista, embora fundando a Câmara Alta sobre uma aristocracia que alguns autores classificam de “depreciada, sem independência nem prestígio, privando-a de toda a eficácia”<sup>60</sup>. Este facto ter-se-á devido à necessidade de Luís Filipe de Orleães recompensar os apoiantes mais ilustres – ou mais activos – da sua ascensão ao trono de França. Porém, entre os dois regimes há duas importantes diferenças constitucionais. O orleanismo é resultado de um compromisso entre o rei e a nação, o qual cria as condições de um verdadeiro equilíbrio entre os poderes executivo – agora separado do poder régio – e legislativo, ao mesmo tempo que viabiliza um autêntico regime parlamentar. A outra diferença de monta é respeitante à legitimidade dos dois regimes.

<sup>57</sup> DESLANDRES, 1932, Tome I, pp. 689-690.

<sup>58</sup> V. MARICHY, 1969, pp. 64-65.

<sup>59</sup> As revoluções de 1848 constituem a última grande vaga revolucionária europeia, encerrando o ciclo infernal de revoluções e contra-revoluções iniciado em 1789 pela Revolução Francesa (V. HOBSBAWM, 2001 e BONIFÁCIO, 1998, pp. 30-35).

<sup>60</sup> MARICHY, 1969, p. 70. Este ponto de vista é corroborado por Oliveira Martins que, visando enfatizar o papel secundário do Senado entre 1830-1848, refere que «quando a República se proclamou em França, os senadores que funcionavam no momento da revolução esperaram debalde que os fossem dissolver e tiveram de retirar à formiga para suas casas. Os republicanos tinham-se esquecido de que existia um senado!» (MARTINS, 1957, Volume I, p. 224).



Luís XVIII, o outorgante da Carta Constitucional de 1814, era um sucessor legítimo do desafortunado Luís XVI [o delfim virtual, Luís XVII, morreu na prisão em 1795], herdeiro do ramo mais velho da dinastia dos Bourbons; enquanto Luís Filipe “era um Bourbon do ramo mais novo, ao qual o trono, em princípio e por direito, não pertencia. Mas, ainda assim, era um Bourbon, e era, portanto, um rei – quase-legítimo”. E, na realidade, foi este “rei quase-legítimo” que aceitou jurar a Carta reformada imposta pelas barricadas, o que equivalia a aceitar uma constituição disfarçada de Carta, “conferindo-lhe, também a ela, uma quase-legitimidade”<sup>61</sup>.

A 26 de Julho de 1830, Carlos X suspende a liberdade de imprensa e dissolve a Câmara Baixa. Confrontado com o desagrado e com a resistência popular às suas medidas governativas, Carlos X é forçado a abdicar, caindo a dinastia Bourbon por terra. Na sequência da revolta parisiense de Julho de 1830, a Carta Constitucional de 1814 seria enfim reformada num sentido mais democrático com a garantia de uma atenuação do privilégio real. Mas as modificações acentuadamente liberais introduzidas pelos reformadores no texto de 1814 não retiram somente poderes ao rei, nomeadamente a exclusividade na proposta das leis, dotando assim a Câmara dos Deputados de iniciativa legislativa e de poder efectivo: privam também a Câmara dos Pares da sua antiga independência ao abolirem definitivamente o *pariato* hereditário<sup>62</sup>. Sobre isso, a Câmara dos Pares de Luís Filipe sofreu uma profunda renovação: todas as nomeações de pares efectuadas durante o reinado de Carlos X foram consideradas nulas e 126 pares legitimistas, incompatibilizados com o novo regime, decidiram não prestar juramento<sup>63</sup>. Por outro lado, as suas sessões também foram tornadas públicas.

Tendo já perdido todo o prestígio depois da “fornada” de 1827 que a colocou definitivamente no panteão do descrédito<sup>64</sup>, “a Câmara dos Pares remodelada pela Monarquia de Julho foi privada de toda a independência”. Efectivamente, “O aspecto que ressalta imediatamente à vista quando se analisa a actividade política da Câmara dos Pares, durante o reinado de Luís Filipe, é a sua quase completa inexistência”<sup>65</sup>. Não

---

<sup>61</sup> BONIFÁCIO, 1993, p. 1054.

<sup>62</sup> Depois de ser aprovada pela Câmara dos Deputados por 386 votos contra 40 (entre estes incluíam-se Guizot e Royer Collard, duas figuras incontornáveis do liberalismo doutrinário), a abolição da hereditariedade do *pariato*, graças a uma providencial “fornada” de 36 novos pares, passaria na Câmara dos Pares com 103 votos a favor e 70 contra (MARICHY, 1969, p. 66).

<sup>63</sup> MARICHY, 1969, p. 67.

<sup>64</sup> Cf. LAVRADIO, 1943, Volume VIII, p. 172.

<sup>65</sup> MARICHY, 1969, p. 69.

seria certamente esta a Câmara Alta que Benjamin Constant, feito par do reino por Luís Filipe e falecido em Dezembro de 1830, havia idealizado.

Num estudo em que escarpeliza detalhadamente sete segundas câmaras legislativas, Meg Russell refere que “A forma como a Câmara Alta se comporta, a influência que tem no sistema político e a maneira como é vista pelo público, estão estritamente dependentes do tipo de membros que nela se sentam”<sup>66</sup>. Uma coisa é certa, embora se tivesse sumido da face da terra poucos meses após a entronização de Luís Filipe, Constant não deve ter morrido com a consciência muito pesada já que, apesar de tudo, lhe restava a consolação de ter alertado em devido tempo para os perigos das “fornadas” e para a importância do pariato hereditário<sup>67</sup>.

Este era aliás um ponto extremamente importante da teoria de Constant sobre a Câmara Alta. No quarto capítulo do *Principes de Politique*, Constant deixou bem claro que as “fornadas”, isto é, a liberdade de nomear pares em número ilimitado, eram uma condição *sine qua non* para evitar a formação e consolidação de facções no seio da Câmara, ficando assim excluída a hipótese de um grupo se apossar permanentemente da maioria que, exactamente por isso, se podia constituir numa obstrução sistemática a todos os governos<sup>68</sup>. “Desta forma, os obstáculos criados aos executivos pela hereditariedade dos pares eram atenuados, mas não suprimidos, pela influência do governo na nomeação de novos pares do reino sem número fixo”<sup>69</sup>. Mas, por outro lado, Constant não deixou também de alertar para os efeitos perniciosos que poderiam advir das nomeações em massa de pares, uma vez que um recurso desmesurado a este expediente rebaixava a dignidade da própria instituição. Por isso, na sua opinião, era importante que a prerrogativa de nomeação de pares fosse sempre exercitada com a máxima circunspecção<sup>70</sup>.

Termino esta retrospectiva histórica e teórica do bicamaralismo com uma menção às tipologias de bicamaralismo definidas por Arend Lijphart que, no meu entendimento, poderão resultar num pertinente instrumento de análise para classificar o sistema bicamaralista consagrado na Carta Constitucional de 1826. De uma forma sintética, podemos afirmar que Lijphard classifica o bicamaralismo com base em dois

---

<sup>66</sup> RUSSELL, 2000, p. 78.

<sup>67</sup> Para além da abolição do pariato hereditário, ao longo dos 18 anos de reinado de Luís-Filipe, ocorreram 337 nomeações de pares (V. DESLANDRES, 1932, Tome II, p. 253).

<sup>68</sup> CONSTANT, 1872, Volume I, p. 37.

<sup>69</sup> BELO, 2000, p. 9.

<sup>70</sup> CONSTANT, 1872, Volume I, p. 38.

critérios: a simetria e a congruência. Primeiro, classifica os poderes das segundas câmaras em relação às primeiras como “simétricos”, “moderadamente assimétricos” ou “extremamente assimétricos”. Depois, classifica também a composição (método de recrutamento) das segundas câmaras relativamente às primeiras como “congruente”, isto é, muito semelhante, ou “incongruente”. Finalmente, com base nestes indicadores, classifica o bicameralismo como *forte* (países com parlamentos em que a composição das duas câmaras é incongruente e os seus poderes simétricos ou moderadamente assimétricos); *fraco* (composição congruente e poderes simétricos ou moderadamente assimétricos; ou composição incongruente e poderes extremamente assimétricos); e *insignificante* (composição congruente e poderes extremamente assimétricos)<sup>71</sup>. Como é evidente, o primeiro caso é aquele em que o sistema bicameralista é mais eficaz, sendo aparentemente aquele em que à partida poderíamos inserir o bicameralismo do constitucionalismo monárquico português, enquanto o último é aquele em que o bicameralismo quase não difere do unicameralismo, tornando a segunda câmara numa espécie de duplicação da primeira. Uma Câmara Alta que seja uma mera duplicação da Câmara Baixa mais não faz do que obstruir e complicar desnecessariamente o processo legislativo.

## ***2. A singularidade da segunda câmara portuguesa no quadro do bicameralismo europeu***

Ao longo dos setenta e seis anos de vigência descontínua da Carta Constitucional de 1826, a Câmara dos Pares foi a instituição que maiores discussões suscitou e que maior celeuma causou entre a classe política, fazendo correr rios de tinta, não só pela sua desconcertante conduta política mas também por motivos relacionados com a sua “defeituosíssima” estrutura organizativa<sup>72</sup>. A Câmara Alta portuguesa foi

---

<sup>71</sup> LIJPHART, 1984, pp. 99-105.

<sup>72</sup> Na opinião de um dos críticos da Câmara dos Pares, «A câmara dos lordes inglesa não tem melhor organização; mas os governos da rainha Vitória, tendo apoio na câmara dos comuns, não julgam com uma votação hostil daquela câmara interrompida a harmonia de poderes» (*O Progresso*, 27.01.84). Com efeito, vejamos o seguinte exemplo: «Na câmara dos lordes foi aprovada por 189 votos contra 68 a moção apresentada e sustentada pelo marquês de Salisbury censurando asperamente o gabinete liberal de Gladstone pelo estado das coisas no Sudão. Quase em simultâneo, o governo venceu na câmara dos comuns por uma fraca maioria de 302 votos contra 288 uma outra votação. Mas nem mesmo assim, amplamente censurado na câmara alta e preso por um fio na câmara baixa, o ministério se demitiu» (*Diário de Notícias*, 01.03.85).

inclusivamente taxada de “um monumento em ruínas”<sup>73</sup>, não faltando também quem afirmasse que “não há país nenhum, regido por instituições constitucionais, que tenha uma segunda câmara em condições tão defeituosas e anacrónicas como a nossa”, pois até “Na própria câmara dos lordes há um pequeno elemento electivo”<sup>74</sup>. Justamente, para melhor compreendermos a situação anacrónica e o estado de senescência da Câmara dos Pares, particularmente no arranque do último quartel do século XIX, torna-se indispensável transpor os limites fronteiriços para observarmos mais de perto, através do potente telescópio da história, o que se passava noutros estados europeus no que concerne à organização das respectivas segundas câmaras legislativas. Subsidiariamente, importa ainda assinalar que, nessa altura, predominava uma Europa vincadamente monárquica com uma república inspiradora, a França.

Por maioria de razões, nas quais pesa sobretudo o facto de o seu modelo organizativo ter servido de arquétipo em 1885 à reforma da Câmara dos Pares, começarei por analisar um pouco mais minuciosamente a composição do Senado espanhol durante a chamada “restauração canovista”<sup>75</sup>, o regime de configuração liberal forjado por Cánovas del Castillo que pôs termo a três quartos de século de grande instabilidade política<sup>76</sup>.

Restaurada a monarquia constitucional em Espanha na pessoa de Afonso XII de Bourbon, na sequência do pronunciamento militar encetado pelo general Martínez Campos em Sagunto, em 29 de Dezembro de 1874<sup>77</sup>, alguns dos mais insígnies constitucionalistas espanhóis foram incumbidos pela Assembleia de Notáveis, constituída por ex-deputados, ex-senadores e antigos parlamentares, de elaborar as bases do futuro texto constitucional, de forma a conferir expressão jurídica formal à nova situação política. Desse profícuo labor proveio a Constituição de 30 de Junho de 1876,

<sup>73</sup> *O Jornal do Comércio*, 02.02.79.

<sup>74</sup> *O Progresso*, 21.02.82.

<sup>75</sup> Nas palavras de José Luis Comellas, «A expressão *restauração canovista* supõe um reconhecimento da obra de Cánovas enquanto arquitecto e chefe de orquestra de um regime político e até de um sistema de convivência entre os espanhóis» (COMELLAS, 1997, p. 198).

<sup>76</sup> A profusão de normas constitucionais reflecte com alguma fidelidade o ritmo das mutações políticas em Espanha ao longo de Oitocentos. Vejamos então a sua sequência cronológica: Estatuto de Bayona de 1808, Constituição de 1812, Estatuto Real de 1834, Constituição de 1837, Constituição de 1845, Constituição de 1869 e Constituição de 1876. Pelo meio ainda há a registar a Constituição «nada-morta» de 1856 que nunca foi promulgada (o chamado «biénio progressista» – 1854-1856 – constituiu um curto parêntesis em quase cinco lustros de governação moderada, a qual se espraiou de 1843 até 1868) e o projecto de Constituição republicana de 1873 elaborado durante a efémera I República espanhola (V. NÚÑEZ RIVERO e MARTÍNEZ SEGARRA, 2002). Neste capítulo, a Espanha só foi inapelavelmente batida pela França que, entre 1791 e 1875, conheceu nada mais, nada menos de 12 Constituições.

<sup>77</sup> VARELA ORTEGA, 2001, p. 64.

uma Constituição “breve” e “flexível” que pretendia fazer uma “síntese” entre a Constituição moderada de 1845 e a Constituição democrática de 1869<sup>78</sup>. No seguimento de uma tradição parlamentar bicamaralista iniciada em Espanha com o Estatuto Real de 10 de Abril de 1834, nela se previam duas câmaras legislativas dotadas de poderes simétricos (artigo 19.º) – o que levando em linha de conta as tipologias classificativas propostas por Arend Lijphart era sinónimo de um bicamaralismo *forte*; para além disso, tanto o Congresso como o Senado da Restauração eram compostos por um número limitado de membros, 431 e 360, respectivamente (embora nem sempre esta regra básica do sistema bicamaralista fosse observada à risca, mandava a boa doutrina que a Câmara dos Deputados, onde estava representado o conjunto da nação, fosse mais numerosa do que a segunda câmara legislativa, a qual devia primar pela qualidade da opinião dos seus membros e não propriamente pela sua quantidade). Os deputados eram eleitos por um período de cinco anos<sup>79</sup>, enquanto os membros da Câmara Alta se ordenavam da seguinte forma: senadores por direito próprio (a duração do seu mandato era temporal “*lato sensu*”), senadores vitalícios de nomeação régia e senadores electivos; ou seja, o cargo de senador era pessoal e intransmissível. Os senadores por direito próprio e os senadores vitalícios de nomeação régia não podiam exceder 180, que era o número correspondente aos senadores electivos. Na verdade, era o chefe do governo que propunha a nomeação de senadores vitalícios ao monarca e, segundo rezam as crónicas, as senadorias vitalícias eram muitíssimo apetecidas em Espanha já que asseguravam um lugar permanente na política, evitando igualmente o incómodo de ir periodicamente às urnas e o espartilho da disciplina partidária.

Segundo a letra da norma constitucional de 1876, os senadores por direito próprio eram os filhos do Rei e do herdeiro da coroa logo que atingissem a maioridade; os Grandes de Espanha que usufruíssem de uma renda líquida anual de 60.000 pesetas (o que segundo a generalidade dos autores constituía um forte obstáculo, inclusivamente para os mais favorecidos); os Capitães-generais do Exército e os Almirantes da Armada; o Patriarca das Índias e os Arcebispos; os Presidentes do Conselho de Estado, do Supremo Tribunal e do Tribunal de Contas, do Conselho Supremo da Guerra e da Armada com dois anos de exercício efectivo. Os restantes senadores pertencentes aos

<sup>78</sup> Na opinião de Juana Anadón Benedicto, «Em 1876 tenta-se chegar a uma fórmula intermédia de tolerância política que permita, sem abandonar o doutrinário, introduzir pinceladas democráticas» (ANADÓN BENEDICTO, 1995, pp. 294-295).

<sup>79</sup> Para uma análise profunda aos processos eleitorais, à composição, às funções e à actividade do Congresso de Deputados espanhol entre 1876 e 1885 consultar: DIEGO GARCIA, 2001.

grupos dos vitalícios e dos electivos estavam abrangidos por um conjunto de categorias estabelecidas no artigo 22.º da Constituição que, no geral, não diferiam muito do leque de categorias previstas na lei orgânica do pariato de 1878. Com efeito, à semelhança da lei das categorias de Casal Ribeiro, no leque de categorias espanholas estavam igualmente incluídas as mais altas individualidades políticas (presidentes do Senado e do Congresso, ministros e deputados com alguns anos de exercício do cargo), diplomáticas e militares, bem como os mais altos cargos da justiça, das academias e das universidades<sup>80</sup>. Podemos mesmo dizer que a única diferença substancial entre as duas grelhas de categorias dos países ibéricos residia no facto de, em Espanha, os Bispos não integrarem a Câmara Alta por direito próprio, estando por essa razão compreendidos numa das 12 categorias senatoriais enumeradas na Constituição.

No caso dos senadores electivos e de nomeação régia, eram também exigidos alguns requisitos económicos para o desempenho do cargo, mais precisamente 7.500 pesetas de rendimento anual proveniente de bens próprios ou do respectivo salário, enquanto no caso dos maiores contribuintes eram exigidas 20.000 pesetas de renda anual ou 4.000 pesetas de contribuições directas<sup>81</sup>. Os senadores eram eleitos por uma série de corporações discriminadas no artigo 1.º da Lei de 8 de Fevereiro de 1877 e pelos maiores contribuintes de cada província através de um sufrágio indirecto e a duração do seu mandato estava confinada a um prazo máximo de dez anos, o equivalente a duas legislaturas integrais. No entanto, metade da parte electiva do Senado era renovada de cinco em cinco anos, sendo renovada na totalidade no caso de o Rei dissolver o Congresso dos Deputados.

Como ficou demonstrado, pese embora as conhecidas similitudes entre o *turno* espanhol e o *rotativismo* português – quer um quer outro são fruto de um sistema bipartidário sobre o qual repousava o funcionamento dos dois regimes –, as diferenças entre a Câmara Alta espanhola e a sua congénere portuguesa eram demasiadamente flagrantes. Além de o cargo de senador não ser ali transmissível, a inclusão de 180 membros electivos conferia ao Senado tripartido da Restauração um cariz bem mais democrático e muito mais condizente com o propalado “espírito do século”. Não admira

---

<sup>80</sup> V. VERA SANTOS, 2000, p. 63.

<sup>81</sup> No que respeita aos documentos apresentados pelos senadores para justificar o seu nível económico, Juana Anadón Benedicto dá-nos conta que «nos primeiros anos da Restauração observamos um predomínio das rendas provenientes de bens imóveis, mas com o passar do tempo observamos uma tendência, cada vez mais evocada, de justificarem as suas rendas mediante títulos bancários» (ANADÓN BENEDICTO, 1995, p. 320).

por isso que Fontes se tivesse inspirado no modelo do Senado espanhol quando, no decurso da década de 1880, se propôs dar vida nova a uma instituição decadente como a Câmara dos Pares. Quem o diz é Júlio de Vilhena, o redactor do projecto de revisão constitucional apresentado pelos regeneradores, na Câmara dos Deputados, na sessão de 23 de Janeiro de 1883. Segundo o seu correligionário, Fontes andava muito preocupado com “a situação da Câmara dos Pares que, para dar maioria aos novos governos, carecia de repetidas fornadas que faziam aumentar constantemente o número dos pares, e numa tal progressão, que dentro em pouco não poderia provavelmente funcionar”. Daí a sua decisão de “dar a esta câmara uma organização semelhante àquela que tinha a câmara espanhola, onde uma parte electiva modificava, ou podia modificar, periodicamente a feição política da maioria”<sup>82</sup>. No entanto, como veremos de uma forma clara num dos próximos capítulos, as coisas não iriam correr exactamente como Fontes previra em 1883, quando tomou a iniciativa de reformar a Câmara dos Pares num sentido mais consentâneo com os tempos que corriam.

Antes de prosseguirmos este périplo pelos vários parlamentos europeus, vale a pena recordar que, por motivos relacionados com a falta de matéria-prima que justificasse a existência de uma segunda câmara aristocrática<sup>83</sup>, a própria Constituição brasileira de 25 de Março de 1824, através da qual a Carta portuguesa de 1826 foi indirectamente captar as linhas de força da Carta francesa de 1814 e alguns princípios fundamentais do parlamentarismo britânico, estatuiu um sistema bicameralista composto por uma Câmara dos Deputados e um Senado onde só tinham assento membros vitalícios e electivos cujo número, no seu cômputo geral, perfazia metade dos membros da câmara electiva. Como já foi dito, logo que a poeira da guerra civil assentou, foi o próprio D. Pedro IV o primeiro a mostrar-se arrependido por não ter estabelecido em Portugal um Senado igual ao da antiga colónia. Para além disso, é preciso também ter presente que, em 1831, numa altura em que Monarquia de Julho ainda mal dava os primeiros passos, o pariato hereditário já tinha sido definitivamente abolido em França<sup>84</sup>. Embora longínquo no espaço e no tempo, este facto não era tão inócuo nem tão despreciando como à primeira vista poderia parecer, já que a Câmara dos Pares era uma instituição fortemente contestada exactamente por, entre outras coisas, na

<sup>82</sup> VILHENA, 1916, Volume I, p. 137.

<sup>83</sup> Não deixa de ser verdade que entre os primeiros senadores brasileiros com assento no Palácio do Conde dos Arcos, a primeira sede do Senado do Império, se encontravam 16 Marqueses, 5 Viscondes e 2 Barões, mas era tudo gente recém-nobilitada por D. Pedro.

<sup>84</sup> V. MORABITO e BOURMAUD, 1991, p. 206.

opinião de um dos seus críticos, não ser concebível que alguém “seja legislador apenas por ser filho de seu pai”<sup>85</sup>.

Vejam agora o que se passava na Bélgica, um país com uma população um pouco maior do que a nossa<sup>86</sup>, cujo regime político era universalmente considerado como um modelo de monarquia constitucional, nomeadamente durante os longos reinados de Leopoldo I (1831-1865) e de Leopoldo II (1865-1909). De facto, após a revolução de 25 de Agosto de 1830 (a revolução belga insere-se numa segunda vaga revolucionária – 1829-1834 – cujo zénite foi a queda dos Bourbons, na França, em Julho de 1830, na sequência das famosas barricadas de Paris)<sup>87</sup> e a consequente separação definitiva da Holanda, a Bélgica tornou-se numa espécie de modelo de boa governação para a comunidade internacional em grande parte devido à sua estabilidade institucional e política e aos amplos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição de 7 de Fevereiro de 1831, a qual permaneceu ali ininterruptamente em vigor durante mais de seis décadas sem ter sido submetida a qualquer processo de revisão<sup>88</sup>.

Para melhor vincar o extraordinário contraste organizativo entre a Câmara Alta belga e a Câmara Alta portuguesa, começo por chamar a atenção para o facto de, em 1884, altura em que estava já em curso um processo de revisão constitucional da Carta de 1826 cuja pedra de toque era a introdução da electividade no pariato, a primeira assembleia ser constituída por menos de metade dos membros (66 senadores) que compunham a segunda (142 pares do reino), sendo que, à excepção do herdeiro presuntivo da coroa que era senador de direito logo que completasse dezoito anos (embora só tivesse voz deliberativa aos vinte cinco)<sup>89</sup>, todos os senadores belgas eram electivos. Porém, não obstante o facto de a Bélgica possuir uma Câmara Alta electiva, “A alta taxa exigida aos senadores [1000 florins], cinquenta vezes mais elevada do que a taxa mínima eleitoral [20 florins], assegurava um corpo legislativo essencialmente reservado para os ricos proprietários”<sup>90</sup>. Ou seja, a riqueza dos senadores era um garante de independência política do próprio Senado e de que este funcionava de facto como um

---

<sup>85</sup> *O Progresso*, 19.06.81.

<sup>86</sup> V. Quadro 5, p. 358.

<sup>87</sup> V. HOBBSAWM, 2001, pp. 116-130.

<sup>88</sup> A primeira revisão da Constituição belga teve lugar em 7 de Setembro de 1893 e centrou-se sobretudo na reforma do sistema eleitoral das duas Câmaras (V. DARESTE, 1910, Tome I, p. 73).

<sup>89</sup> Em resultado disso, Leopoldo II, Duque de Brabante, entrou no Senado em 1853 (V. MARTONE, 2003, p. 8).

<sup>90</sup> WITTE, 2000, pp. 22-23.



elemento de ponderação na feitura das leis, impedindo assim as decisões menos reflectidas da Câmara dos Deputados. De acordo com o artigo 53.º da Constituição de 1831, os membros do Senado eram eleitos, em razão da população de cada uma das nove províncias belgas, pelos cidadãos belgas que votavam para a Câmara dos Representantes, a qual era composta por um número de membros equivalente ao dobro dos membros da Câmara Alta, isto é por 132 elementos<sup>91</sup>. Os senadores belgas eram eleitos por um período de oito anos (duas legislaturas completas), mas metade dos senadores eram renováveis de quatro em quatro anos. Em caso de dissolução, a composição do Senado era integralmente renovada<sup>92</sup>.

Tal como na Bélgica, na Holanda vigorava também uma monarquia constitucional hereditária cujo sistema bicameralista foi introduzido em 1815, após a passagem do tufão napoleónico, por insistência dos belgas. Depois de o seu território ter sido incorporado no reino dos Países Baixos (um estado-tampão que foi ampliado em 1815 para impedir uma nova expansão francesa para Este) por determinação do Congresso de Viena, os belgas nunca esconderam o desejo de ver a sua nobreza representada numa assembleia parlamentar de base territorial. Os seus anseios não só foram atendidos pelo soberano Guilherme I de Orange como, após a definitiva separação da Bélgica em 1830, o bicameralismo floresceu naquelas paragens por muitos e bons anos. No entanto, a vida política holandesa só conheceria um clima de relativa estabilidade a partir de 1848, após a promulgação de uma nova normativa constitucional.

No organigrama político-institucional da Constituição holandesa de 11 de Outubro de 1848, a qual teve foros de Lei fundamental durante perto de quarenta anos<sup>93</sup>, o Poder Legislativo era confiado ao Rei e aos Estados Gerais. Porém, o bicameralismo holandês exibía algumas características especiais. Os Estados Gerais eram formados por uma Primeira Câmara (que neste caso era a Câmara Alta) e por uma Segunda Câmara legislativa (Câmara Baixa) dotadas de poderes assimétricos – sinónimo de um bicameralismo *fraco* na terminologia de Lijphart – pois, de acordo com o artigo 111.º do texto constitucional, a iniciativa legislativa pertencia única e exclusivamente à Segunda

<sup>91</sup> Durante a vigência da Constituição setembrista de 1838, o número de senadores também era igual a metade do número dos deputados.

<sup>92</sup> V. DARESTE, 1910, Tome I, p. 64.

<sup>93</sup> Segundo F. R. Dareste, «O novo texto [Constituição de 30 de Novembro de 1887], não modificando o quadro geral da Constituição de 1848, enxertou em quase todos os artigos inúmeras modificações» (DARESTE, 1910, Tome I, p. 107).

Câmara dos Estados Gerais. O número de membros desta assembleia era determinado pela população do reino, à razão de um deputado por cada 45.000 habitantes (a população da Holanda rondava então os 4 milhões de almas). Por seu lado, a Câmara Alta holandesa ou Primeira Câmara dos Estados Gerais era única e exclusivamente constituída por membros eleitos por um período de nove anos, sendo que uma terça parte da câmara era renovada de três em três anos<sup>94</sup>. É importante frisar que a futura Constituição de 30 de Novembro de 1887 não alterou estes pressupostos relativos à duração do mandato e à renovação de uma terça parte da Câmara em cada triénio mas, à semelhança do Parlamento belga, foi estabelecido um número fixo de membros de cada uma das Câmaras dos Estados Gerais. Deste modo, após a promulgação da nova Lei Fundamental, a Câmara Baixa holandesa passou a comportar 100 elementos, enquanto a Câmara Alta passou a comportar apenas metade<sup>95</sup>.

Mais uma vez, as diferenças entre a Câmara Alta portuguesa e as duas últimas congéneres são quase abissais. Não só em termos organizativos, mas também pelo facto de, em Portugal, nos inícios da década de 1880, o número de pares do reino já ter ultrapassado o número de deputados (em 1882, o ano em que se verificou a maior *décalage*, existiam 156 pares enquanto os deputados eram 137), um iniludível contra-senso que subvertia a lógica do próprio sistema bicamaralista. As fontes indagadas revelam que um caso semelhante ao do parliamento português só se verificava na Hungria<sup>96</sup>, um dos núcleos revolucionários em 1848 durante a chamada “Primavera dos Povos”, mas que politicamente estava longe de ser um estado liberal.

Vejamos agora sinteticamente a constituição do Senado francês. Vencida no campo de batalha e minada por insanáveis divergências políticas internas quanto à forma do regime, a França lançou-se nos braços da Terceira República (1875-1940) para esquecer o Segundo Império (1852-1870). Com efeito, a acrescer à humilhante derrota militar e às importantes perdas territoriais, a França ainda teve de enfrentar uma séria crise política na sequência da guerra com a Prússia. O novo governo provisório, presidido pelo liberal moderado Adolphe Thiers, teve de fazer face à violenta sublevação do povo de Paris, exasperado com a derrota e com as privações resultantes de um longo assédio. Mas, na prática, a Comuna de Paris mais não conseguiu fazer do

<sup>94</sup> DARESTE, 1910, Tome I, pp. 90-92.

<sup>95</sup> V. DARESTE, 1910, Tome I, pp. 123-126.

<sup>96</sup> No entanto, em 1885, a Câmara Alta magiar foi objecto de uma reforma que corrigiu este estado de coisas.

que despertar os receios dos moderados franceses e confirmar o conservadorismo da Assembleia Nacional, eleita em Fevereiro de 1871. De resto, numa fase inicial, as forças conservadoras até pareciam capazes de levar por diante uma restauração monárquica; mas a intransigência do Conde de Chambord<sup>97</sup>, os desentendimentos entre os pretendentes rivais e o reavivar do sentimento republicano, sob a égide de Léon Gambetta, levou à adopção de leis constitucionais em 1875, as quais, sem formalmente declararem a França uma república, instituíram um regime republicano<sup>98</sup>. Era “A República dos Duques”, como refere Daniel Halévy.

De qualquer forma, o estabelecimento de um Senado conservador foi o preço que os republicanos tiveram de pagar aos monárquicos pela implantação do novo regime político<sup>99</sup>. Daí que, em vez de uma Câmara Alta única e exclusivamente composta por membros democraticamente eleitos, o máximo que os republicanos conseguiram obter foi um Senado semi-electivo composto por 300 membros: 225 senadores eram eleitos por sufrágio indirecto pelos departamentos regionais (nos quais predominavam as comunas rurais, esses velhos bastiões do tradicionalismo e do conservadorismo)<sup>100</sup> e pelas colónias por um período de 9 anos, sendo uma terça parte renovável de três em três anos; os restantes 75 senadores vitalícios eram nomeados pela própria Assembleia Nacional<sup>101</sup>, aonde as hostes monárquicas, apesar de não formarem um grupo coeso e uniforme, estavam em franca maioria<sup>102</sup>. Deste modo, constituiu-se uma espécie de “guarnição monárquica no seio da Câmara Alta”<sup>103</sup> que, na prática, funcionava como um garante da tradição e do conservadorismo. Segundo Jean Mastias, foi durante este período que o *Sénat* “tornou-se sinónimo de uma França rural hostil às ideias progressivas”<sup>104</sup>. Todavia, não foi preciso esperar muito tempo para a III República francesa se tornar numa verdadeira “República dos republicanos”. A vitória

<sup>97</sup> O Conde de Chambord (1820-1883), filho póstumo do Duque de Berry (1778-1820) e neto de Carlos X (1757-1836), era a última esperança dos legitimistas franceses numa restauração integral por ser ali o único descendente do ramo primogénito da casa de Bourbon e o último dos Capetos, mas devido à sua firmeza de princípios e afeição intransigente à causa de direito divino que representava, sem fazer quaisquer concessões aos princípios liberais introduzidos pela Revolução de 1789, foi obrigado a levar para o túmulo a bandeira branca da flor-de-lis e os restos da tradição bourbónica francesa. A sua acção política limitou-se a uns meros manifestos platónicos destinados a alimentar o fogo sagrado da causa que representava (V. CHIAPPE, 1999).

<sup>98</sup> V. HALÉVY, 1995 a) e HALÉVY, 1995 b).

<sup>99</sup> V. MARICHY, 1969, pp. 119 e 531 e MASTIAS, 1999, p. 163.

<sup>100</sup> Segundo James Joll, «No fim do século XIX a França continuava a ser um país predominantemente rural: em 1876, 68 % da população era classificada como rural, e em 1911, 56 %» (V. JOLL, 1995, p. 35).

<sup>101</sup> No caso da morte de um senador vitalício, o seu substituto era escolhido por cooptação.

<sup>102</sup> V. MORABITO e BOURMAUD, 1991, p. 286.

<sup>103</sup> MORABITO e BOURMAUD, 1991, p. 298.

<sup>104</sup> MASTIAS, 1999, p. 163.

dos republicanos em sucessivos actos eleitorais deu lugar, primeiramente, à adopção de medidas simbólicas: as Câmaras trocaram Versalhes por Paris, o 14 de Julho tornou-se feriado nacional e *A Marselhesa*, o hino nacional; para além disso, é concedida uma amnistia aos condenados da Comuna. Senhores do poder, os republicanos procedem ainda, em 1884, já durante a chamada “Belle Époque”, a uma revisão constitucional, a qual especifica que a forma republicana do governo não pode ser objecto de uma proposta de revisão, proíbe a candidatura à presidência da República dos membros das antigas famílias reinantes e suprime a categoria dos senadores inamovíveis – de acordo com a Lei de 9 de Dezembro de 1884, os 75 que se encontravam a exercer funções seriam substituídos após a sua morte por senadores eleitos –, sujeitando assim os 300 membros do Senado à eleição indirecta<sup>105</sup>.

Outro dado extremamente importante é o facto de, pela primeira vez, o Senado francês se encontrar num plano de igualdade face à Câmara dos Deputados em matéria de poderes. Aliás, bem vistas as coisas, até estava numa posição de superioridade política já que, segundo o artigo 5.º da Lei Constitucional de 25 de Fevereiro de 1875, relativa à organização dos poderes públicos, o presidente da República não podia dissolver a Câmara dos Deputados sem o voto favorável do Senado<sup>106</sup>. Pode mesmo dizer-se que nenhuma Câmara Alta teve um protagonismo tão grande na vida política francesa como o Senado da Terceira República<sup>107</sup>, o qual fez largo uso dos poderes políticos e das prerrogativas institucionais que lhe foram conferidos, tendo estado na génese da demissão de 10 dos seus 101 ministérios<sup>108</sup>. Uma média indiscutivelmente elevada (9,9 %) mas que ainda assim não supera a da Câmara dos Pares que, directa ou indirectamente, foi responsável pelo derrube de 7 dos 35 ministérios (20 %) que estiveram ancorados no poder durante o período compreendido entre 1851 e 1910.

Vejamos agora a organização parlamentar italiana. A estrutura bicamaralista do Parlamento italiano precede a própria unificação da Itália. Com efeito, após a entrada das tropas italianas em Roma em 1870<sup>109</sup>, e a consequente concretização do velho sonho

<sup>105</sup> Este diploma reformou a Lei Constitucional de 24 de Fevereiro de 1875 relativa à organização do Senado (V. DARESTE, 1910, Tome I, p. 32).

<sup>106</sup> HALÉVY, 1995 b), p. 217.

<sup>107</sup> V. RUSSELL, 2000, p. 62.

<sup>108</sup> V. MARICHY, 1969, pp. 573-574 e MASTIAS, 1999, p. 163.

<sup>109</sup> Até 1870, a cidade de Roma manteve-se fora do reino italiano já que a soberania do papa estava protegida por um destacamento de tropas francesas enviadas pelo Imperador Napoleão III. Porém, para os liberais italianos, a unidade italiana nunca estaria verdadeiramente concluída enquanto Roma não fosse a capital do novo reino. A eclosão da guerra franco-prussiana foi a chave da questão pois, na sequência deste conflito, a guarnição francesa abandonou a cidade e as tropas italianas entraram finalmente em

de Cavour de uma Itália una<sup>110</sup>, continuou ali em vigor o Estatuto Fundamental de 1848 (também conhecido como Estatuto do Piemonte), outorgado por Carlos Alberto de Sabóia, Rei da Sardenha e do Piemonte, na sequência dos levantamentos populares europeus em 1848. Como sabemos, uma boa parte da península italiana encontrava-se submetida ao domínio austríaco enquanto o restante território encontrava-se dividido em pequenos reinos independentes ou estados pontifícios. À medida que o movimento pela unificação de Itália (*Risorgimento*) encetado por Vítor Manuel II foi avançando, a Constituição piemontesa foi sendo paulatinamente introduzida nos estados anexados acabando crismada em Estatuto Fundamental do Reino de Itália em 1861<sup>111</sup>. Juntamente com uma Câmara de Deputados, nele se fazia referência a um *Senato del Regno*, “concebido nos mesmos moldes da *House of Lords* britânica e da *Chambre des Pairs* francesa”<sup>112</sup>, o qual era composto por membros de direito próprio (príncipes reais) e por membros vitalícios de nomeação régia, em número ilimitado, escolhidos dentro de um conjunto de 21 categorias definidas no artigo 33.º do Estatuto Fundamental do Reino. Nesse rol de categorias estavam incluídos dignitários religiosos, civis e militares, altos funcionários e grandes contribuintes, bem como indivíduos que tivessem ilustrado a pátria “com serviços e méritos eminentes”. De resto, um dos mais ilustres membros do Senado italiano desse período era o famoso compositor Giuseppe Verdi, o qual foi nomeado senador pelo facto de ter apoiado activa e entusiasticamente o *Risorgimento*<sup>113</sup>. No entanto, segundo rezam as crónicas, Verdi apresentou-se só uma vez no Senado para prestar juramento<sup>114</sup>.

Em termos organizativos, as afinidades entre o Senado italiano e a Câmara dos Pares são mais do que óbvias (de facto, a única diferença substancial entre as duas

---

Roma no dia 20 de Setembro de 1870. Ou seja, Roma caiu nas mãos dos italianos como consequência directa de Sedan.

<sup>110</sup> O maior sonho de Camillo di Cavour foi a criação de um Estado italiano sob a autoridade do Rei da Sardenha, Vítor Manuel II, o monarca que foi pai de um Rei de Espanha e de uma Rainha de Portugal. Lançando os franceses contra os austríacos e servindo-se do lendário chefe dos Camisas Vermelhas Giuseppe Garibaldi quando era necessário, Cavour foi o grande arquitecto do *Risorgimento*, o renascer que acabaria por conduzir a uma Itália unificada. Quando finalmente foi criado o reino de Itália, em 17 de Março de 1861, foi primeiro-ministro de Vítor Manuel II.

<sup>111</sup> Este Estatuto esteve em vigor até à tomada do poder por Benito Mussolini em 1922 pois, como não podia deixar de ser, o advento do fascismo implicou o desmantelamento das estruturas liberais italianas. Após a unificação, o Estado italiano limitou-se apenas a regular a situação da Santa Sé (Lei de 13 de Maio de 1871).

<sup>112</sup> LODICI, 1999, p. 227.

<sup>113</sup> Consta até que as cinco letras do nome do compositor, cujas óperas «guardavam as mensagens de um político liberal e nacionalista», foram utilizadas como um símbolo do *Risorgimento*: Vittorio Emanuele Re D'Italia (Vítor Manuel Rei de Itália); assim, o grito VIVA VERDI, repetido vezes sem conta nas salas de espectáculo, tinha um duplo significado.

<sup>114</sup> MALATESTA, 1941, Volume III, p. 227.

assembleias é respeitante à hereditariedade do cargo), mas o mesmo já não se pode dizer dos respectivos poderes pois, ao contrário dos costumes políticos lusos de então, na *Jovem Itália*, “Um voto negativo do senado não precipitava a resignação automática do governo”<sup>115</sup>. Para além disso – quem o diz é Nogueira Soares –, ali “os partidos têm tido o bom juízo não só de não agravar os defeitos orgânicos da câmara alta, metendo-lhe *fornadas após fornadas* para satisfazer vaidades pessoais e aumentar o número dos seus correligionários, mas até de atenuar esses defeitos, recorrendo raras vezes à prerrogativa régia”<sup>116</sup>. Refira-se que, em boa verdade, são estas duas práticas políticas que impedem o ingurgitamento da Câmara Alta transalpina. Como os governos, particularmente durante o período compreendido entre a ocupação de Roma (1871) e a implantação da ditadura fascista (1922), não necessitavam de uma maioria no Senado para se manterem no poder, o número de membros que ali tinham assento nunca disparou muito ao longo dos tempos, situando-se sempre bastante aquém do número de membros da Câmara dos Deputados.

Embora as origens e a evolução histórica da *House of Lords* já tivessem sido objecto de análise neste estudo, chegou agora o momento de perscrutarmos a sua estrutura organizativa. Não obstante os seus poderes terem começado a declinar a partir da reforma parlamentar de 1832<sup>117</sup>, ao mesmo tempo que os comuns se vão tornando no braço mais forte do Parlamento<sup>118</sup>, podemos desassombradamente afirmar que, no último quartel do século XIX, a Inglaterra era a única nação liberal a possuir uma segunda câmara legislativa com um tipo de organização verdadeiramente aristocrático. Não só porque o ingresso na segunda câmara de Westminster era inerente à posse de um

<sup>115</sup> LODICI, 1999, p. 230. Paradoxalmente, a Itália é hoje um dos poucos países do mundo onde um governo pode ser derrubado na sequência de um voto de desconfiança na Câmara Alta (V. RUSSELL, 2000, p. 194). O supernoticiado caso ocorrido em 24 de Janeiro de 2008, quando o *Senato della Repubblica* rejeitou uma moção de confiança ao governo de Romano Prodi, por 161 votos contra 156, determinando o fim da coligação de centro-esquerda, eleita em 2006, é a prova disso.

<sup>116</sup> SOARES, 1883, p. 515.

<sup>117</sup> Como refere Marcelo Caetano, «De 1688 a 1832 pode dizer-se que [a Câmara dos Lordes] constituiu o centro da política inglesa preponderando na legislação, e formando e fazendo cair os governos, visto nela terem assento os homens mais ilustrados e representativos do país, geralmente grandes proprietários rurais com considerável influência eleitoral e nessa qualidade chefes de partido e manipuladores dos deputados: é a época do regime aristocrático. Mas pouco a pouco o eixo do poder foi passando, em virtude do alargamento do sufrágio e do progresso das ideias democráticas, para a Câmara electiva» (CAETANO, 1989, Tomo I, pp. 54-55).

<sup>118</sup> Na verdade, «a Câmara dos Comuns da época vitoriana possuía uma característica que falta, geralmente, à do século XX: o *suspense* dramático dos debates cujo desenlace permanecia incerto até ao fim, até ao momento em que os deputados se separavam para votar. O rigor da disciplina partidária do século XX significa, em geral, que os resultados do debate são conhecidos de antemão; o que interessa é sobretudo o número de abstenções. Pelo contrário, no século XIX, os resultados ficavam, com muita frequência, em suspenso até ao final. Os chefes dos dois partidos tinham então o costume, quando dos debates importantes, de falar em último lugar, de fechar» (CHARLOT e MARX (dir.), 1995, p. 203).

título nobiliárquico, mas também pelo facto desta compreender um número ilimitado de membros entre os quais figuravam as mais altas entidades religiosas da Grã-Bretanha. Com efeito, “A aristocracia, embora pertencendo a formas de organização social e económicas típicas das sociedades tradicionais e dos períodos pré-industriais continuou a deter uma posição hegemónica na sociedade vitoriana, conservando a sua supremacia política, social e económica aparentemente intacta até aos finais do século XIX”<sup>119</sup>. Para se fazer uma ideia da presença massiva da aristocracia em Westminster, podemos adiantar que “Em 1867, mais de 500 dos 658 Membros do Parlamento faziam parte da aristocracia fundiária”<sup>120</sup>. Ou seja, a aristocracia não só exercia o seu poder na Câmara dos Lordes, como a Câmara dos Comuns também se encontrava, em grande parte, sob a sua alçada<sup>121</sup>.

Tal como na actualidade, a Câmara Alta britânica era composta por dois tipos de membros: os lordes temporais e os lordes espirituais. Os lordes temporais englobavam os príncipes reais, a nobreza titular hereditária, pares de nomeação régia a título hereditário, pares vitalícios da Irlanda e pares electivos da Escócia; enquanto os lordes espirituais englobavam os 2 Arcebispos e os 24 Bispos da Igreja Anglicana. Segundo E. A. Smith, em 1876, o ano em que a rainha Vitória se tornou imperatriz das Índias, a Câmara dos Lordes era composta por 555 elementos entre os quais se contavam 4 Príncipes Reais, 2 Arcebispos e 24 Bispos, 28 Duques, 33 Marquesses, 194 Condes e 270 Viscondes e Barões<sup>122</sup>. Ora, se não contabilizarmos os 26 pares espirituais, os 28 pares vitalícios da Irlanda e os 16 pares electivos da Escócia que ali tinham assento, os números de E. A. Smith vão de certa maneira ao encontro dos números avançados por Maria do Rosário Braga da Cruz, a qual refere que “O número de pares hereditários na

---

<sup>119</sup> CRUZ, 1996, p. 9.

<sup>120</sup> CRUZ, 1996, pp. 28-29.

<sup>121</sup> V. SMITH (ed.), 1994, p. 107.

<sup>122</sup> SMITH, 1992, p. 54. Entre os pares do Reino Unido figurava então um ilustre fidalgo português, o 2.º Conde de Mesquitela (D. João Afonso da Costa de Sousa de Macedo e Albuquerque), 1.º Duque de Albuquerque em 1886 e 6.º Barão de Mullingar (Irlanda) com assento vitalício na Câmara dos Lordes ao abrigo do *Act of Union* de 1800. Segundo o Conde de Mafra, isto «só acontecia a dois estrangeiros: a ele e, em Espanha, ao duque de Alba e Berwich» (V. MAFRA, 1934, p. 78). O 2.º Conde de Mesquitela integrou também o pariatto português entre 1854 e 1890 e apesar de raramente comparecer na Câmara dos Pares, nos deslumbrantes salões da aristocracia alfacinha e «No teatro de São Carlos, onde tinha uma assinatura na plateia superior, era ele certo todas as noites» (MAFRA, 1934, p. 79). De resto, como constata Rui Ramos, «A alta sociedade era só uma, da política à fidalguia. A *saison* em Lisboa começava com a abertura do S. Carlos e de S. Bento, a ópera e o Parlamento, duas faces da mesma vida» (RAMOS, 1994, Volume VI, p. 75).

Câmara dos Lordes rondava os 350 em 1832, era superior a 400 em 1870, aproximava-se dos 450 em 1885 e ultrapassava os 570 em 1914”<sup>123</sup>.

Como já foi dito, o modelo da Câmara Alta britânica foi a suprema inspiração de várias Câmaras Altas existentes nos sistemas liberais. Mas outros regimes não liberais como a Áustria, a Hungria e a Prússia possuíram segundas câmaras como um tipo de organização aristocrático em que a grande nobreza, de forma hereditária ou vitalícia, também tinha assento. Era o caso da Câmara dos Magnates húngara que, em inícios da década de 1880, chegou a possuir mais de 700 membros de direito próprio e hereditário, que a tornavam então na câmara parlamentar “mais numerosa de todo o mundo”<sup>124</sup>. Ao passo que a Câmara dos Representantes, a única que possuía iniciativa legislativa, não ultrapassava os 450 membros. O pior de tudo é que, não obstante a sua exorbitante quantidade de membros, as sessões da Câmara Alta magiar geralmente não contavam com mais de 50 presenças, havendo mesmo sessões que não se realizavam por falta de quórum. Razão pela qual a reforma levada a cabo pela «Lei 7 de 1885» varreu literalmente para fora da Câmara os magnates mais absentistas, fixando a composição da Câmara Alta magiar em 372 elementos, ou seja, pouco mais de metade do número que registava antes<sup>125</sup>.

O Parlamento austríaco acomodava também dois órgãos legislativos, um dos quais uma Câmara dos Senhores composta de membros vitalícios e hereditários de nomeação régia, como a Câmara dos Pares. No entanto, como notou Nogueira Soares, “A Constituição da Áustria prescreve ao soberano a obrigação de limitar a sua escolha aos indivíduos que tiverem prestado *serviços relevantes ao Estado ou à Igreja, às ciências e às artes*”, ao passo que “Entre nós, todas as *moedas de honra* com que se costumam pagar estes serviços andam muito depreciadas”<sup>126</sup>. Como já foi dito noutra capítulo, após o estabelecimento do Império Austro-Húngaro em 1867, sob os auspícios de Francisco José, cada parte integrante do Império tinha a sua própria Constituição, Parlamento e Governo. Apenas os negócios externos, o exército, a marinha e as finanças de ambos os países eram administrados por órgãos unitários sendo que, dos 60 membros

---

<sup>123</sup> CRUZ, 1996, p. 26.

<sup>124</sup> DCD, sessão de 28.04.85, p. 1365.

<sup>125</sup> V. DARESTE, 1910, Tome I, pp. 493-499.

<sup>126</sup> SOARES, 1883, p. 532.



que constituíam cada parte das delegações ou ministérios comuns, 20 eram eleitos pelas respectivas Câmaras Altas e 40 pelas Câmaras Baixas<sup>127</sup>.

À imagem da sua rival derrotada em Sadowa em Janeiro de 1866, a Prússia de Otto von Bismarck também possuía uma Câmara dos Senhores onde tinha assento um número ilimitado de membros vitalícios e hereditários de nomeação régia. Os membros vitalícios da Câmara Alta prussiana eram escolhidos de acordo com uma lista de 6 classes de indivíduos entre os quais se contavam grandes proprietários, lentes universitários e o alto clero, enquanto os membros hereditários eram recrutados entre as grandes famílias principescas e entre a alta nobreza prussiana<sup>128</sup>. Este era de resto o caso da família do chanceler Bismarck que, “Embora lhe tivesse sido atribuído assento na câmara alta, nunca lá discursou [...] a não ser do banco dos ministros”<sup>129</sup>. Mesmo depois de perder a confiança do jovem imperador Guilherme II, “nunca ocupou o seu lugar no *Reichstag*. Explicou que não tinha casa em Berlim e que estava demasiado velho para se alojar num hotel”<sup>130</sup>. Importa ainda referir que o Império Alemão que emerge depois de 1871 é um estado federal dominado pela Prússia que apresenta duas novidades ao nível político e institucional. Por um lado, e pela primeira vez na história europeia, os membros da Câmara Baixa do Parlamento (*Reichstag*) são eleitos por sufrágio universal masculino directo e secreto; por outro lado, é instituída uma espécie de Câmara Alta sob a denominação de Conselho Federal (*Bundesrat*), em que cada um dos 25 estados germânicos tinha uma representação baseada no seu tamanho (logo dominado pela Prússia, o maior estado germânico e grande potência económica da confederação, que ocupava 17 dos 58 lugares)<sup>131</sup>. De qualquer forma, não se pense que daqui resultou um parlamentarismo genuíno uma vez que o chefe do governo, ou chanceler, era apenas responsável perante o *Kaiser* e não perante o *Reichstag*. O próprio Bismarck era de resto sobejamente conhecido pelo seu autoritarismo político<sup>132</sup>.

<sup>127</sup> V. KURIAN (ed.), 1998, Volume I, pp. 32-35.

<sup>128</sup> DARESTE, 1910, Tome I, pp. 170-171.

<sup>129</sup> TAYLOR, 2009, p. 36.

<sup>130</sup> TAYLOR, 2009, p. 253.

<sup>131</sup> Nas palavras de A. J. P. Taylor, «O conselho federal, representando os príncipes, governaria a Alemanha e iniciaria a legislação; a representação da Prússia dava-lhe o direito de veto sobre quaisquer alterações à constituição. O parlamento, eleito por sufrágio universal, limitar-se-ia a aprovar a legislação apresentada pelo conselho» (TAYLOR, 2009, p. 95).

<sup>132</sup> Segundo o mesmo autor, «Embora [Bismarck] admitisse o direito de os parlamentares o interrogarem, recusava-se a ouvir as suas críticas e retirava-se ostensivamente para a sua sala sempre que o debate se virava contra si» (TAYLOR, 2009, p. 55).

Apesar de o absolutismo ter perdurado nos países nórdicos até um pouco mais tarde, as novas correntes políticas de matriz liberal também afectaram as monarquias do norte da Europa. Em 1849, quando ainda estavam bem frescos na memória dos monarcas europeus os levantamentos liberais de 1848, o Rei da Dinamarca, Frederico VII (1848-1863), aceitou a criação de duas câmaras legislativas e a conversão da Dinamarca numa monarquia constitucional e parlamentar. As bases constitucionais do liberalismo dinamarquês foram lançadas pela Constituição de 5 de Junho de 1849, a qual previa uma Câmara Alta (*Landsting*) composta por 66 membros, entre os quais se incluíam 12 elementos vitalícios de nomeação régia e 54 elementos electivos. O mandato dos membros electivos do *Landsting* era de oito anos, tal como o dos senadores belgas, sendo tal-qualmente metade deles renováveis de quatro em quatro anos<sup>133</sup>.

Devido à sua aliança com Bonaparte, a Dinamarca tinha sido obrigada, após o baque napoleónico, a abandonar a sua soberania sobre a Noruega, vendo-se forçada a assinar em 1814 o Tratado de Kiel, pelo qual teve de ceder a Noruega à Suécia. Não obstante os noruegueses recusaram-se a aceitar um acordo assinado nas suas costas, a incorporação do país na Suécia efectuou-se militarmente e foi reconhecida pelo Congresso de Viena<sup>134</sup>. Em 1815, foi firmada a Acta de União que ligou a Noruega à pessoa do soberano sueco, o qual assegurou aos noruegueses a conservação da Constituição recentemente promulgada e inteira liberdade e independência dentro dos seus limites. No entanto, a história da Noruega durante a união com a Suécia reduz-se a um constante empenhamento em obter a independência total, a qual foi conseguida em 1905, quando uma comissão conjunta de ambos os Parlamentos pôs fim pacífico à união dos dois países escandinavos. A evocação destas vicissitudes políticas visa realçar o facto de a Constituição norueguesa de 17 de Maio de 1814, uma das mais antigas da Europa, ter chegado até aos nossos dias, com algumas emendas de permeio, mas sem ter sido sujeita a nenhuma revisão profunda<sup>135</sup>. De resto, um dos artigos que ainda hoje se mantém de pedra e cal é o 73.º, relativo à organização do poder legislativo. Segundo

<sup>133</sup> DARESTE, 1883, Tome II, p. 67.

<sup>134</sup> Uma das consequências políticas da derrota da França e da queda de Napoleão no plano internacional foi a rectificação de todas as fronteiras do centro e do leste da Europa em proveito dos vencedores e, concomitantemente, em detrimento dos antigos aliados de Napoleão.

<sup>135</sup> Os princípios fundamentais da Constituição de 17 de Maio de 1814 assentam, na sua maior parte, nos ideais expressos nas constituições dos Estados Unidos da América (1776) e da República Francesa (1791), ou seja, nos princípios da soberania popular e da separação de poderes e na apologia dos direitos humanos. O próprio Latino Coelho, um dos «cristãos-novos» do Partido Republicano, considerava-a «a mais democrática Constituição que existe na Europa» (V. BRAGA, 1912, Volume II, p. 166).

este projecto artigo, depois de eleito, o *Storting* (Parlamento composto por 114 membros) divide-se em duas câmaras: o *Lagting*, que corresponde à Câmara Alta, e o *Odelsting*, que corresponde à Câmara Baixa. Antes, porém, os deputados eleitos reúnem-se em Assembleia Nacional onde escolhem de entre eles um quarto para formar a segunda câmara, constituindo os três quartos restantes a primeira câmara legislativa<sup>136</sup>. No caso de não haver acordo sobre uma determinada matéria, as duas câmaras voltavam a reunir-se numa assembleia única cujas deliberações careciam de uma maioria de dois terços.

Para terminar esta breve relance pelo bicameralismo oitocentista, vejamos finalmente o Parlamento sueco, o *Riksdag*. Ao longo de aproximadamente um século (1867-1970) a estrutura do *Riksdag* passou de um estádio semi-medieval, no qual estavam representados quatro estados ou ordens (nobreza, clero, burguesia e camponeses), para um sistema unicameralista. Existe no entanto um acontecimento decisivo na futura definição do *Riksdag*. Esse facto ocorre em 1809, logo após a perda da Finlândia para a Rússia, quando Gustavo IV é destronado por um golpe de estado. Como o seu tio, que lhe sucedeu com o nome de Carlos XIII, não possuía descendência directa, o *Riksdag*, para captar a boa vontade de Napoleão – que governava directa ou indirectamente uma grande parte da Europa Continental, através do estabelecimento de uma série de reinos satélites, ao leme dos quais colocou alguns dos seus brilhantes generais e os seus próprios familiares<sup>137</sup> –, vai escolher para sucessor um dos mais brilhantes generais franceses, o marechal Bernadotte (o fundador da actual dinastia), o qual subirá ao trono com o nome de Carlos XIV. Mas, além de um novo monarca e de uma nova dinastia, a Suécia granjeia também a partir de 6 de Junho de 1809 de uma Constituição novinha em folha que, não obstante a nova mentalidade liberal que contagiava a Europa, mantém um sistema tradicional de representação orgânica por estados ou ordens. Porém, desde logo fica claro que esta antiga divisão do *Riksdag*, típica das sociedades de Antigo Regime, já não se compaginava com a realidade social sueca do século XIX. Depois de várias tentativas frustradas de revisão constitucional,

<sup>136</sup> DARESTE, 1883, Tome II, p. 178.

<sup>137</sup> Com efeito, Jerónimo Bonaparte, o irmão mais novo de Napoleão, foi proclamado rei da Vestefália em 7 de Julho de 1807, Luís Bonaparte foi coroado rei da Holanda em 24 de Maio de 1806 e a José Bonaparte, o irmão mais velho de Napoleão, foi oferecido o trono de Nápoles em 31 de Março de 1806 e depois o trono de Espanha em 6 de Junho de 1808. Quando este assumiu a coroa espanhola quem o substituiu como soberano de Nápoles foi o marechal Joaquim Murat, o marido de Carolina Bonaparte, uma das três irmãs de Napoleão. De entre os quatro manos varões de Napoleão, somente Luciano Bonaparte, o presidente do *Conselho dos Quinhentos* aquando do golpe de estado do 18 Brumário, não obteve o ceptro real em virtude da oposição que, a partir de determinado momento, moveu ao irmão.

em 22 de Junho de 1866, no início do reinado de Carlos XV, foi finalmente encetada uma reforma radical: por um lado, as quatro ordens tradicionais são definitivamente abolidas; por outro lado, é estabelecido um sistema bicamaralista, composto por duas Câmaras electivas dotadas dos mesmos poderes<sup>138</sup>, o qual vigorou na Suécia até 1970, altura em que foi ali introduzido o unicamaralismo. Ou seja, passou-se de oito para oitenta. Como já vimos, a existência de duas câmaras legislativas com uma composição congruente e poderes simétricos ou moderadamente assimétricos, configura um bicamaralismo *fraco*. Perante este cenário, a Suécia preferiu o unicamaralismo, um sistema que objectivamente confere ao Parlamento maior simplicidade e rapidez nas deliberações. Como diria Carlos Lobo de Ávila, “A câmara alta não pode ser apenas a repetição da câmara baixa, sob pena de ser uma roda inútil no mecanismo do sistema político, e, portanto, como inútil, não só indiferente ao funcionamento desse mecanismo, mas até prejudicial a ele”<sup>139</sup>.

Não é de estranhar que os sectores liberais mais radicais não escolhessem palavras meigas para caracterizar a forma como a Câmara dos Pares estava organizada. Nem era irreflectidamente que se dizia que a segunda câmara de São Bento era a “mais mal constituída de todos os senados existentes nos diversos países da Europa”<sup>140</sup>. Além de um problema de legitimidade resultante do comprometimento político da maioria dos pares nomeados em 1826 com a facção que veio a ser derrotada na guerra civil (1832-1834), e de uma estrutura organizativa baseada num modelo “demasiado idiossincrático” como o da Câmara dos Lordes<sup>141</sup>, a Câmara Alta portuguesa apresentava ainda alguns sintomas anormais. Uma primeira anomalia que importa sublinhar é relativa ao número de habitantes por cada par do reino. Em 1884, cada par do reino representava 33.416 habitantes<sup>142</sup>, um rácio extremamente baixo que, nesse preciso momento, só era batido pela Hungria com 22.701 habitantes por cada prócere (de qualquer forma é preciso ter em conta que, após as reformas constitucionais que tiveram lugar nos dois países em 1885, Portugal passou a deter o menor número de

<sup>138</sup> DARESTE, 1883, Tome II, p. 135.

<sup>139</sup> ÁVILA, 1881, pp. 107-108.

<sup>140</sup> *O Jornal do Comércio*, 07.02.79.

<sup>141</sup> Maria Filomena Mónica refere que «Em vez de um parlamentarismo aristocrático, como em Inglaterra, tivemos uma oligarquia burocrática. Mas liberal» (MÓNICA, 1999, p. 194).

<sup>142</sup> Este número ainda sofreria uma diminuição uma vez que, após o II Acto Adicional, não só continuaram a ter assento na Câmara todos os pares que já lá estavam como ainda ali entraram 50 novos pares electivos. Ou seja, a reforma constitucional de 1885 veio introduzir uma maior democraticidade no recrutamento dos membros da Câmara dos Pares mas, por outro lado, acentuou sobremaneira esta anomalia.

habitantes por cada membro da Câmara Alta pois, ao passo que o sínédrio húngaro viu o seu número de membros drasticamente reduzido, o português viu o seu número de membros aumentar consideravelmente, atingindo em 1886 um rácio de 26.206 habitantes por cada par do reino)<sup>143</sup>. Por si só estes números são bem reveladores de que a Câmara Alta portuguesa estava claramente desproporcionada em relação ao universo populacional do país. Por exemplo, em Espanha cada senador representava 46.176 habitantes, na Bélgica 83.888, na Itália 88.314, na França 123.019 e na Inglaterra cada membro da Câmara dos Lordes representava qualquer coisa como 63.507 súbditos de Sua Majestade<sup>144</sup>. Ou seja, por comparação com outros povos europeus, a população portuguesa estava sobrerrepresentada na segunda câmara do Parlamento. Para além disso, os dados apresentados no Quadro 5 revelam que, no período em apreço, o número médio de membros das Câmaras Altas ali analisadas rondava 62% do número de membros da Câmara Baixa<sup>145</sup>. Como já foi mencionado, uma importante característica distintiva das segundas câmaras é o facto de estas, geralmente, serem menos numerosas do que as primeiras câmaras. A Câmara dos Magnates (antes da reforma de 1885) e a Câmara dos Pares (em 1880, 1881, 1882, 1883 e 1884) constituíam as excepções à regra; mas ao passo que a Câmara Alta húngara passa de 155% em 1884, para 83% em 1885-1886, a Câmara Alta portuguesa passa de 104% em 1884, para 117% em 1886, tornando-se ainda mais obesa. Nenhum dos outros países analisados possuía em finais de Oitocentos uma segunda câmara parlamentar maior do que a primeira. Enquanto a maior diferença em termos de grandeza entre as duas Câmaras Legislativas se verificava na Alemanha, o estado europeu com maior densidade populacional, onde o número de membros da segunda câmara representava apenas 15% do número de membros da primeira.

Podemos portanto dizer que, no início da década de 1880, a Câmara Alta portuguesa, exclusivamente constituída por membros vitalícios e hereditários de

---

<sup>143</sup> O aumento do número de pares verificado depois de 1885 levou *O Comércio do Porto* a tecer o seguinte comentário: «Estamos com alguma curiosidade a respeito do modo prático pelo qual 125 lugares não-de ser repartidos por 240 dignos pares. Na mesa há 3 lugares, e fora há 122. Os dignos pares da conta antiga são uns 190, aos quais acrescem os 50 eleitos. Supondo que a câmara alta um dia chegava *au grand complet*, como se acomodariam 240 dignos pares em 125 cadeiras? Só assentando-se uns no colo dos outros, e, a dizermos a verdade, a sala, apesar de ter custado caro, não dá lugar para um número de dignos pares muito superior ao número das praças de qualquer dos nossos regimentos segundo os temos visto em parada, principalmente depois da última reforma. É providencial até certo ponto a negação de muitos dignos pares do reino de comparecerem aos trabalhos parlamentares» (*O Comércio do Porto*, 26.01.86).

<sup>144</sup> V. Quadro 5, p. 358.

<sup>145</sup> Segundo Meg Russell, actualmente, a média de membros das segundas câmaras mundiais ronda 60% do número de membros da primeira câmara (RUSSELL, 2000, p. 25).

nomeação régia em número ilimitado, convertera-se numa espécie em vias de extinção no contexto do parlamentarismo europeu. É um facto que outras segundas câmaras do velho continente mantinham um tipo de organização semelhante ao da Câmara dos Pares, mas, – ponto decisivo – não lhes era permitido em circunstância alguma derrubar governos, enquanto as que detinham poderes para os derrubar, como os Senados francês, sueco e espanhol, estavam organizadas de uma forma muito mais democrática. Não deixa de ser verdade que estados como a Espanha, a França, a Itália e a Inglaterra possuíam também segundas câmaras bastante numerosas. Mas se nós compararmos a população portuguesa com as das nações indicadas no Quadro 5 e se analisarmos a proporção entre a população de cada país e o número de membros da respectiva Câmara Alta, chegamos necessariamente à conclusão de que a Câmara Alta portuguesa não deveria exceder os 60 ou 70 elementos. A prova disso é o facto de que a Bélgica, um país com uma população um pouco maior do que a nossa (mais 791.530 habitantes), possuía um Senado composto apenas por 66 membros.

Finalmente, é conveniente recordar que na Bélgica, na Holanda, na Suécia, na Noruega e na Dinamarca quase só existiam senadores electivos<sup>146</sup>. Na França republicana, os senadores vitalícios tiveram uma vida efémera, sendo rapidamente substituídos por senadores eleitos, os quais ocuparam assim todos os lugares da Câmara. Na Espanha, metade dos 360 senadores eram electivos e – pese embora o Patriarca das Índias e os Arcebispos serem senadores por direito próprio – os Bispos não tinham assento na Câmara Alta por inerência de funções. Na Itália, o cargo de senador não era nem nunca foi hereditário. E até na *House of Lords* havia uma percentagem residual de pares electivos. Ou seja, antes da revisão constitucional de 1885, no contexto do liberalismo europeu, a Câmara Alta portuguesa era sem sombra de dúvida a mais anacrónica e a menos democrática de todas. Se a este aspecto acrescentarmos o excessivo protagonismo político que lhe era inerente, podemos com a propósito dizer que, mais tarde ou mais cedo, a Câmara dos Pares estava “fatalmente condenada a sofrer

---

<sup>146</sup> Num discurso proferido na câmara electiva em 29 de Janeiro de 1884, o deputado Dias Ferreira disse que «Nós com a segunda câmara de nomeação real somos uma excepção na Europa [...] A Bélgica, a Holanda, a Suécia, a Dinamarca, a Noruega, a Roménia, a Sérvia e a Grécia, não têm assembleias parlamentares senão electivas [...] a Sérvia, como a Bulgária e a Grécia, têm uma câmara só; mas na Sérvia é escolhida pelo Rei a quarta parte dos seus membros, e eleitas pelo povo as outras três quartas partes, e na Dinamarca, que tem duas câmaras, são nomeados pelo Rei doze membros da câmara alta» (FERREIRA, 1884 a), pp. 11-12).

uma modificação qualquer”<sup>147</sup>. Por muito que a tenha adiado tanto, expondo-se assim às críticas impiedosas dos seus adversários, Fontes sabia isso melhor do que ninguém.

### ***3. A génese histórica da índole rebelde da Câmara dos Pares***

Um investigador de história contemporânea que estude as instituições representativas do constitucionalismo monárquico e de uma forma particular o funcionamento da Câmara dos Pares e respectiva articulação com os restantes órgãos de soberania, nomeadamente com o Poder Executivo, chegará rapidamente à conclusão de que a segunda câmara legislativa prevista no artigo 14.º da Carta Constitucional de 1826 nunca correspondeu inteiramente à ideia basilar que presidiu ao seu estabelecimento. Como já foi dito, de acordo com o espírito dos seus teóricos, às Câmaras Altas cabia essencialmente uma dupla missão: por um lado, deviam servir de freio aos previsíveis excessos da representação popular; por outro lado, seriam o garante da defesa dos interesses conservadores no seio do Parlamento. Consequentemente, o ideal de actuação de uma Câmara Alta organizada nos moldes em que estava a Câmara dos Pares portuguesa repousava sobre duas ideias principais: uma concepção moderada do Poder Legislativo e uma concepção conservadora da ordem e dos valores sociais.

A grande originalidade da Câmara dos Pares, para além da sua novidade na história constitucional portuguesa<sup>148</sup>, reside contudo no facto de nunca ter sido verdadeiramente conservadora, tendo sido amputada deste importante atributo muito prematuramente – apesar de, do ponto de vista do seu modo de constituição e da sua composição, ter sido a Câmara Alta menos democrática e mais conservadora da Europa, como vimos! Na realidade, a adesão de uma parte considerável da grande nobreza titulada à causa absolutista em 1828<sup>149</sup> foi uma opção contra-revolucionária que, sob o

<sup>147</sup> DCP, sessão de 29.05.85, p. 471.

<sup>148</sup> No início, «À falta de um único edifício que dispusesse de dois espaços distintos suficientemente amplos para cada Câmara reunir, tornou-se necessária a sua divisão por locais diferentes. Assim, por portaria de 17 de Agosto, e até 1828, a Câmara dos Deputados passou a ter assento na Casa da Suplicação [Terreiro do Paço] e a Câmara dos Pares no Palácio da Regência [Rossio]» (AFONSO (coord.), 2003, p. 27).

<sup>149</sup> Segundo Maria Alexandre Lousada, «ao nomear para o pariatto apenas os titulados com grandeza (2 duques, 21 marqueses, 40 condes e 2 viscondes, dos quais 20 não chegaram a tomar posse, para além dos altos dignitários eclesiásticos), e, mesmo neste caso, com excepções, D. Pedro aprofundou as clivagens no interior da fidalguia e, em simultâneo, suscitou a oposição de uma grande parte desta ao novo regime político. Assim, e pondo momentaneamente de lado o conflito entre diferentes projectos políticos, as

lábano da trilogia *Deus, Pátria e Rei*, teve consequências decisivas e irreversíveis no que concerne ao funcionamento e à actuação política da Câmara dos Pares ao longo da segunda e da terceira experiência cartista<sup>150</sup>. De acordo com Maria Alexandre Lousada, 46,2 % das casas tituladas que foram nomeadas para a Câmara dos Pares em 1826, optaram politicamente por D. Miguel em 1828-1834, enquanto 33,8 % optou por D. Pedro (todos estes nobres adeptos do regime liberal tiveram de emigrar devido ao receio de represálias pelas suas opiniões políticas); 20,0 % mantiveram-se neutrais ou desconhece-se a sua opção política. Quanto às casas tituladas que não foram nomeadas para a Câmara dos Pares em 1826 (constituídas sobretudo por viscondados e baronatos), 71,4 % optaram pelo absolutismo e apenas 14,3 % pelo liberalismo; 14,3 % mantiveram-se neutrais ou desconhece-se a sua opção política<sup>151</sup>. Em suma, “D. Miguel obteve o apoio da maior parte dos nobres titulados que tomaram uma opção política clara”<sup>152</sup>.

Esta preferência política da velha aristocracia por D. Miguel e a consequente rejeição do sistema liberal<sup>153</sup> hipotecou logo à nascença a base em que assentava a constituição da Câmara Alta, abalando definitivamente não só a sua legitimidade aristocrática mas privando-a também, no mesmo passo, das sólidas raízes de uma vigorosa organização conservadora que lhe seria emprestada senão por todos, seguramente pela maior parte dos chefes das grandes famílias nobres e da aristocracia de velha linhagem<sup>154</sup>. Depois de jurar fidelidade em 31 de Julho de 1826 à Carta

---

primeiras atitudes da nobreza titulada face à Carta (e a D. Pedro que a personalizava) foram em grande medida determinadas pela sua inclusão ou não na Câmara dos Pares» (V. LOUSADA, 1987, p. 162).

<sup>150</sup> A primeira experiência cartista é relativa ao biénio 1826-1828; a segunda é relativa ao biénio 1834-1836; e a terceira, a mais duradoura, é relativa ao período compreendido entre 1842 e 1910.

<sup>151</sup> LOUSADA, 1987, pp. 163-164.

<sup>152</sup> LOUSADA, 1987, p. 179.

<sup>153</sup> Segundo Oliveira Martins, quando D. Miguel procedeu à sua dissolução em 13 de Março de 1828 «As pobres Câmaras morreram sem um grito: os pares quase aplaudiam, os deputados sumiam-se ou submetiam-se» (MARTINS, 1986, Volume I, p. 104).

<sup>154</sup> Segundo Maria Alexandre Lousada «58,5 % das casas tituladas ficaram representadas na Câmara dos Pares criada em 1826» (LOUSADA, 1987, p. 287). O próprio marquês de Fronteira, um dos pares do reino nomeados em 1826 que foi forçado a emigrar devido à sua opção liberal, confessa nas suas *Memórias* o seu espanto pela forma como a antiga aristocracia esposou as prerrogativas políticas que lhe eram conferidas na Carta: «Saindo de Benfca e entrando na sociedade que, naquela época, era muito animada na capital, fiquei maravilhado da revolução que tinha havido na mesma sociedade e da mudança de opiniões políticas em grande parte da aristocracia. Os fidalgos que, com tanto entusiasmo, haviam proclamado o absolutismo em 1823, lisonjeavam-se muito com o pariato e parecia que se tinham feito liberais. Chegava a ser um pouco caricato o muito que apreciavam o pariato hereditário, não largando a farda de Par nas mais pequenas *soirées* e, quando a largavam, vestiam um fraque azul com uns botões imensos, em que estavam gravados o manto de Par e a legenda: *Par do Reino*. Lembro-me de ter dito a alguns que, para obra ser completa, faltava o nome do digno Par, o que seria útil, para evitar o trabalho duma apresentação. Encontrava os mais façanhudos miguelistas de 1828, como o Duque de Cadaval, Marquês de Tancos, Conde de Mesquitela e muitos outros, não largando o honroso uniforme e pregando,



Constitucional outorgada no Brasil aos portugueses pelo pai de D. Maria II<sup>155</sup>, em 1828 a maior parte da antiga nobreza abalou de armas e bagagens para o campo ideológico contrário, aclamando o infante rebelde como rei absoluto de Portugal<sup>156</sup>.

As Cortes reabriram em 15 de Agosto de 1834, na sequência do restabelecimento do regime constitucional após um hiato forçado de 6 anos, para decidir das magnas questões da regência do reino durante a menoridade de D. Maria II e do seu casamento com um príncipe estrangeiro. Nesse dia, apenas 13 indivíduos<sup>157</sup>, dos 91 pares do reino nomeados por D. Pedro IV em 30 de Abril de 1826 (19 eclesiásticos e 72 titulares, a que se juntou em 1827 um outro titular), retomaram o seu lugar no novo Palácio das Cortes<sup>158</sup>, o qual foi transplantado para um antigo convento beneditino logo após o final da guerra civil, sendo doravante, e até à actualidade, a sede do parlamento português<sup>159</sup>. Desta maneira, as “fornadas” de 1834, 1835 e 1842 que suprimiram as desfalcadas fileiras do pariato “mudam o carácter da câmara alta do parlamento: de facto, ela deixa de ser a assembleia dos nobres grandes do reino e abre as suas portas às eminências ou às notabilidades do tempo”<sup>160</sup>, ou seja, às elites militares, políticas e financeiras do liberalismo.

Porém, não foi apenas a base sociológica da Câmara dos Pares que sofreu uma radical transfiguração na sequência do *haraquiri político* protagonizado pela velha nobreza do reino. Na realidade, essa transfiguração implicou ainda uma profunda excisão na sua putativa natureza conservadora, amplamente ceifada pelo decreto de 28 de Maio de 1834. Com efeito, neste se estabelecia que “os indivíduos que tinham assinado a representação da nobreza dirigida a D. Miguel, pedindo a abolição da Carta e

---

de missão, a favor da Carta Constitucional e do novo Monarca» (V. ALORNA, 1928, Volume II, pp. 112-113).

<sup>155</sup> V. Autos do juramento da Carta Constitucional e os respectivos signatários em SANTOS, 1884, Tomo II, pp. 96-99.

<sup>156</sup> «Rebelde» porque D. Miguel regressara a Portugal ligado ao compromisso constitucional de respeitar a Carta; só com esta condição, por ele aceite, mais a de casar com D. Maria, seria nomeado regente assim que atingisse a maioria.

<sup>157</sup> Os 13 pares do reino que compunham a Câmara Alta no fim da guerra civil, eram os Duques de Palmela e da Terceira, os Marqueses de Fronteira, Loulé, Ponte de Lima, Santa Iria e Valença, os Condes da Cunha, Ficalho, Lumiares, Paraty, Taipa e Vila Real. Todos eles tinham emigrado durante o miguelismo constituindo o restrito grupo aristocrático de expatriados (V. ALORNA, 1929, Volume III, p. 114).

<sup>158</sup> Segundo Espinha da Silveira «em 1826-1827 foram nomeados 92 indivíduos. No entanto, durante esta legislatura só 60 tomaram posse [...]. Em 1834, destes 60 estavam vivos 37, dos quais 24 se excluam ou foram excluídos por motivos políticos. Sendo assim, em Agosto daquele ano, quando as cortes reabriram, restavam unicamente 13 indivíduos» (V. SILVEIRA, 1992, p. 336).

<sup>159</sup> A portaria do Ministério do Reino que ordenava a instalação das Câmaras dos Pares e dos Deputados no Mosteiro de São Bento da Saúde data de 4 de Setembro de 1833.

<sup>160</sup> SILVEIRA, 1992, p. 344.

a convocação de cortes à maneira tradicional, haviam renunciado voluntariamente à dignidade de par”<sup>161</sup>. Por outro lado, o pretenso carácter conservador da Câmara dos Pares foi igualmente afectado pelas referidas “fornadas”, mormente pelas duas primeiras, esmagadoramente constituídas por convictos liberais que ajudaram D. Pedro IV a vencer a contenda, para os quais o pariato seria uma forma de recompensa pela lealdade demonstrada na guerra civil. Sendo que alguns dos distinguidos, como o 1.º Marquês de Saldanha, o 1.º Conde de Melo, o 1.º Conde de Terena, o 4.º Conde de Sampaio, o 1.º Visconde de Bruges, o 1.º Visconde do Reguengo, o 1.º Visconde de Sá da Bandeira, o 1.º Visconde da Serra do Pilar, Henrique da Silva Fonseca (1.º Barão de Alcobaça em 1834), José Joaquim Gerardo de Sampaio (futuro 1.º Visconde de Laborim em 1835) e Agostinho José Freire deviam a nomeação à sua importância militar. Outros, como o 1.º Conde de Farrobo, o 1.º Visconde de Porto Covo da Bandeira, Bartolomeu de Gambôa e Liz (1.º Barão da Arruda em 1845) e Policarpo José Machado (1.º Visconde de Benagazil em 1846), ascendiam ao pariato por terem subsidiado monetariamente a onerosa empresa dirigida por D. Pedro. Cumpre ainda referir o 2.º Conde do Lavradio, cuja experiência política e talento diplomático foram de considerável importância para o sucesso da causa de D. Maria. Houve ainda outros nomeados, onde se incluíam Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, Francisco Simões Margiochi e Tomás de Melo Breyner, que, não tendo tido nenhum papel decisivo no plano militar, financeiro ou diplomático, foram ainda assim incondicionais adeptos da causa liberal.

Nestas circunstâncias, a Câmara dos Pares dificilmente poderia ter sido uma assembleia com o prestígio da Câmara dos Lordes, em que o lustre e o renome dos seus membros eram garante do seu prestígio junto da opinião pública<sup>162</sup>, fazendo dela um verdadeiro bastião do conservadorismo. Ora, a aristocracia do mérito que acedeu à Câmara dos Pares portuguesa, precisamente porque era isso mesmo – do mérito –, haveria naturalmente de ser liberal e progressista, e de favorecer a evolução meritocrática que precisamente permitira a sua própria ascensão social e política. Mas

---

<sup>161</sup> SILVEIRA, 1992, p. 336.

<sup>162</sup> Num dos seus estudos consagrados ao liberalismo, M. Filomena Mónica disse que «ao contrário da Inglaterra, onde a deferência diante dos poderosos era genuína, em Portugal desenvolveu-se uma cultura que alternava entre a rebeldia e subserviência» (MÓNICA, 1996, p. 1070). Com efeito, como infere Maria do Rosário Braga da Cruz, «O hábito de deferência, a admiração reverencial perante um lorde, a noção enraizada em muitos membros da classe média de que os aristocratas haviam sido educados para governar e tinham qualidades ideais para o fazer, mantiveram-se durante décadas na sociedade inglesa» (CRUZ, 1996, p. 183).

há mais do que isto. Sem ela, sem a sua ajuda e o seu empenho, D. Pedro não poderia ter triunfado e segurado o trono da sua filha. Este facto, sem o tornar um mero *primus inter pares*, diminuiu sem dúvida a distância entre o “Imortal Dador” e os seus súbditos que, pelos favores prestados à “causa”, que sem eles não teria vingado, legitimamente podiam continuar a exigir o direito a ter uma palavra de peso no ulterior curso da vida política nacional. Esta circunstância explica, como veremos, entre outras coisas, que os pares recém-criados pelo ex-imperador não tenham tido escrúpulos em lhe contestar o direito à regência, pouco depois de as Cortes abrirem. A relação de submissão dos súbditos ao monarca, ao estilo do Antigo Regime, foi parcialmente comprometida pela experiência do exílio e da guerra civil, ao longo da qual todos se “irmanaram” numa causa comum. Acresce que essa causa era a do liberalismo, ou seja, um regime em que o monarca perde o privilégio de estar acima de toda a crítica e se encontra, também ele, submetido ao império da lei geral. As vicissitudes da chamada “causa de D. Maria II”, pelos motivos que deixo apontados, resultaram num golpe irreparável na cultura dinástica que fora dominante durante o Antigo Regime, abrindo caminho ao desenvolvimento de uma cultura política republicana que se tornaria hegemónica no decurso do século XIX português.

Como já foi mencionado, dos 37 pares do reino existentes após o desfecho da guerra civil<sup>163</sup>, apenas 13 não foram proscritos pelo draconiano decreto de 28 de Maio de 1834<sup>164</sup>. Deste modo, a Câmara Alta instituída sobre os escombros da guerra civil aparece largamente escorada numa nobreza de “pé fresco”, adepta do liberalismo e sem o prestígio nem os pergaminhos da aristocracia de Antigo Regime<sup>165</sup>. Como afirmou

<sup>163</sup> Na realidade não eram 37 mas sim 52 os pares nomeados em 1826-1827 que se encontravam vivos, só que 15 deles nem sequer chegaram a tomar posse antes de 1828. Destas 15 pessoas, 7 foram definitivamente excluídas por motivos políticos enquanto as restantes 8 vieram a tomar posse por intermédio dos seus descendentes quando o governo do Duque de Saldanha publicou o decreto de 23 de Maio de 1851, que abria as portas da câmara aos pares que o decreto de 28 de Maio de 1834 havia excluído, assim como aos sucessores dos pares miguelistas já falecidos (V. SILVEIRA, 1992, pp. 336-337).

<sup>164</sup> De acordo com Barbosa Colen, «Segundo a lista fornecida pelo governo, não eram 13, mas apenas, 11: os duques de Palmela e da Terceira; os marqueses de Loulé, Fronteira, Ponte de Lima, Valença e Santa Iria; os condes da Cunha, Ficalho, Lumiares e Vila Real. O conde da Taipa não era incluído no aviso para o comparecimento às sessões por se não saber onde estava, desde que fora pronunciado». Enquanto «O conde de Paraty também não era chamado, por ter assinado a representação feita a D. Miguel para se proclamar rei absoluto, perdendo por esse facto o pariato» (COLEN, 1904, Volume IX, p. 563).

<sup>165</sup> A multiplicação de títulos nobiliárquicos, particularmente o número de viscondes e barões, depois de 1834, foi realmente impressionante. De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, «em 1855 existiam trezentas e duas casas tituladas em Portugal, ou seja: o seu número quase triplicara desde o triunfo da revolução liberal» (MONTEIRO, 1990, Volume I, p. 256; cf. também VASCONCELOS, 2003, p. 140).

Oliveira Martins, “A nova Câmara só na forma correspondia à velha, ou *estado da nobreza*: na essência era de todo outra, pois essa nobreza podia dizer-se acabada”<sup>166</sup>.

A delicada situação em que a guerra civil deixou a câmara hereditária igualmente não passou ao lado de Almeida Garrett. Nas cortes constituintes de 1837-1838 de que saiu a nova ordem jurídico-constitucional que enquadrou a Revolução de Setembro de 1836, o autor de *Viagens na Minha Terra* asseverou categoricamente que, na sequência da opção política tomada pela velha aristocracia em 1828, “A câmara hereditária tinha deixado de existir”. Disse ainda que “Restaurada a Carta, quiseram restaurá-la também; mas que aconteceu? Fez-se uma aparência disso, uma comédia, em que representaram de pares hereditários gentes que nenhuma herança tinham que adir, nenhuma que legar. Eram hereditários sem haver que herdar ou testar”<sup>167</sup>. O facto de entre os novos membros da Câmara Alta estarem compreendidos muitos indivíduos que não tinham quaisquer títulos hereditários não deverá ter sido alheio à aprovação, em 11 de Abril de 1845, de um regulamento específico para a sucessão do pariato<sup>168</sup>, a qual anteriormente não precisava de um regime próprio, uma vez que se transmitia da mesma forma que a grandeza<sup>169</sup>.

Vejamos então quem são os indivíduos que vão compor a Câmara dos Pares após a definitiva implantação do liberalismo. No que concerne aos pares nomeados em 1834, estamos “perante um grupo bem diferente, sob quase todas as perspectivas, dos pares de 1826, em que só o Conde de São Paio [cujo título remonta a 1764] se poderia integrar. Aproximam-se todos, no entanto, por serem, geralmente, grandes proprietários”<sup>170</sup>, embora não fosse por serem grandes proprietários que lá foram parar. No que concerne aos títulos dos pares de 1834, o Conde de Sampaio era o único nomeado cujo título, em termos de antiguidade, se podia comparar ao dos pares de 1826. Devemos, no entanto, assinalar os casos especiais do Duque de Palmela e do Conde da Taipa. Com efeito, estes dois pares não possuíam títulos até 1812 e 1823, respectivamente, mas eram considerados *grandes* do reino, pertencendo o primeiro à primeira nobreza do reino desde o século XVII, enquanto o segundo atingiu este

<sup>166</sup> MARTINS, 1986, Volume II, p. 126.

<sup>167</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 73; cf. também SILVA, 1992, p. 308.

<sup>168</sup> A Lei de 11 de Abril de 1845, exarada durante o consulado de Costa Cabral, estabeleceu regras muito precisas e específicas para a sucessão no pariato, tornando-o dependente, simultaneamente, do grau de riqueza e do nível cultural do indivíduo.

<sup>169</sup> V. VASCONCELOS, 2003, p. 63.

<sup>170</sup> SILVEIRA, 1989, p. 38.

patamar em virtude do seu casamento com a filha do 7.º Conde dos Arcos, cujo título remontava também ao século XVII.

Quanto aos pares nomeados em 1835, “Do conjunto dos titulares sobressai o 4.º Visconde de Fonte Arcada, cujo título remonta ao século XVII. Os restantes herdaram ou vêm a receber títulos criados já no século XIX. Sendo também de sublinhar que eram na sua esmagadora maioria posteriores a 1832”<sup>171</sup>. Finalmente, em relação à “fornada” concedida a Costa Cabral em 1842, “No momento da sua elevação ao pariatto 15 indivíduos já eram titulares, 8 vieram a sê-lo, restando 7 que nunca o serão. Dos 23 titulares podemos separar o 9.º Marquês das Minas e 10.º Conde do Prado, títulos que remontam, respectivamente, aos séculos XVII e XVI [...]. Todos os outros ostentam títulos que datam do século XIX: um só é anterior a 1807, o do Barão de Vila Pouca, criado em 1805; outros dois foram concedidos pela primeira vez em 1824 e os restantes 18, a esmagadora maioria, são posteriores a 1834. Destaque-se que, destes, 8 obtiveram o seu primeiro título depois da restauração da Carta em 1842”<sup>172</sup>. É certo que a nobreza titular, independentemente da época da sua criação, continua a estar representada na Câmara Alta ao longo da monarquia constitucional, mas é igualmente verdade que esta vê a sua presença regredir, acabando por se tornar ali minoritária no começo da década de 1880<sup>173</sup>.

Depois do triunfo do exército liberal em 1834, a Câmara dos Pares tornou-se numa espécie de *Jangada da Medusa* do constitucionalismo monárquico português<sup>174</sup>, onde sobrenadavam pouquíssimos “troncos vetustos e já carcomidos das melhores árvores genealógicas do reino”<sup>175</sup>, cuja fusão com a nova nobreza liberal foi única e exclusivamente política. A velha aristocracia era, de resto, avessa a dar-se com *parvenus*, como à época se dizia<sup>176</sup>. Segundo Luís Espinha da Silveira, “Raros são os novos pares que casam na nobreza titulada mais antiga. Isto acontece, como uma excepção, quando eles próprios provêm dessa nobreza”<sup>177</sup>. Daí o amontoado de críticas

<sup>171</sup> SILVEIRA, 1989, p. 39.

<sup>172</sup> SILVEIRA, 1989, p. 44.

<sup>173</sup> SILVEIRA, 1992, p. 351.

<sup>174</sup> Retábulo do naufrágio da fragata *Medusa* – um barco da armada francesa que se afundou ao largo da costa ocidental africana com centenas de homens a bordo, dos quais apenas um punhado deles foram salvos, depois de passarem vários dias numa jangada improvisada – que constitui um dos expoentes da pintura romântica do início do século XIX, da autoria de Théodore Géricault (1791-1824).

<sup>175</sup> PIMENTEL, 1925, p. 232.

<sup>176</sup> V. ALMEIDA, 1915, Volume III, pp. 43-45.

<sup>177</sup> SILVEIRA, 1992, p. 344. Segundo algumas interpretações de natureza sociológica, «o incesto de *Os Maias* seria uma parábola sobre uma aristocracia, a portuguesa, que, ao longo de séculos, teimara em

que ecoavam a enorme indignação “pela existência de uma câmara aristocrática em Portugal, onde não há aristocracia”<sup>178</sup>. John Stuart Mill já observara em meados do século XIX que “Uma câmara aristocrática só é poderosa numa sociedade organizada aristocraticamente”<sup>179</sup>. O próprio D. Pedro IV teve perfeita noção desta realidade ao reconhecer, depois de chegar a Portugal, que se tivesse um conhecimento mais profundo da realidade do país, em vez da Câmara dos Pares, teria estabelecido na Carta outorgada em 1826 um Senado composto por membros vitalícios e electivos como o que havia estabelecido na constituição do Brasil<sup>180</sup>. Porém, o que é um facto é que D. Pedro IV, após o final da guerra civil, não teve tempo de vida suficiente para tentar corrigir este equívoco cometido em território brasileiro. Quer a nível nacional quer a nível internacional, estavam reunidas condições que, em princípio, validavam uma solução que apontasse nesse sentido: a legitimidade aristocrática em que assentara a constituição da Câmara Alta em 1826 estava como vimos irremediavelmente comprometida e, para além disso, em França, no início do reinado de Luís-Filipe de Orleães, mais precisamente em 29 de Dezembro de 1831, já tinha sido definitivamente abolido o pariato hereditário<sup>181</sup>. Mas a morte prematura de D. Pedro IV, em 24 de Setembro 1834, apenas nos permite especular sobre este assunto, sem descortinarmos quais eram realmente os seus projectos futuros em relação à segunda câmara. Tudo o que sabemos é que D. Pedro, tendo tomado conta de “um liberalismo moribundo em 1831”, idealizou um projecto sobre o futuro Portugal Liberal designado de “via média”, assente nas notabilidades que o ajudaram a ganhar a guerra civil<sup>182</sup>.

Logo em Agosto de 1834, na ressaca da guerra civil, aquando da confirmação da regência permanente de D. Pedro IV durante a menoridade da rainha D. Maria II, algumas dessas notabilidades demonstraram numa fase bem precoce o seu propósito de levar a Câmara dos Pares por caminhos menos moderados. Porém, o primeiro

---

casar-se entre si» (MÓNICA, 2001, p. 235). Sobre os comportamentos matrimoniais da aristocracia portuguesa, consultar MONTEIRO, 1998.

<sup>178</sup> *O País*, 16.05.74.

<sup>179</sup> MILL, 1998, p. 386.

<sup>180</sup> PRAÇA, 1983, Volume II, p. 48. Esta ideia foi corroborada pelo Marquês de Sá da Bandeira, numa sessão do Conselho de Estado, convocada a pretexto de um pedido de Fontes Pereira de Melo de uma «fornada», na qual o Marquês asseverou que a Câmara dos Pares carecia de reforma desde os seus primórdios pois, segundo as suas palavras, «o próprio senhor D. Pedro dizia que, se tivesse conhecido, quando redigiu a Carta Constitucional, qual o estado social que nesse tempo existia em Portugal, ele teria estabelecido, em lugar de uma Câmara dos Pares, um senado vitalício, como estabelecera na Constituição do Brasil» (V. Actas do Conselho de Estado, sessão de 15.05.74, ANTT, Casa Forte, Livro 77 D).

<sup>181</sup> MORABITO e BOURMAUD, 1991, p. 206.

<sup>182</sup> VALENTE, 1993, p. 13.

contratempo ocorreu na recém-eleita Câmara dos Deputados, onde “Não só o reconhecimento do seu direito à regência não passava sem debate, mas, até se reconhecia que este tinha de ser amplo, alargando o período destinado à discussão [que consumiu integralmente as sessões de 25 e 26 de Agosto]. O triunfo assim, não era decerto aquele a que aspirava a sua vaidade, o que convinha ao seu prestígio”<sup>183</sup>. Segundo o artigo 92.º da Carta, durante a menoridade do rei, a regência devia ser confiada ao parente mais próximo “segundo a ordem de sucessão”. Ora este ordenamento, fixado nos artigos 87.º e 88.º da Carta, excluía a pessoa de D. Pedro, pois colocava em primeiro lugar os descendentes legítimos da rainha e, na ausência destes, os seus colaterais. Por fim, “Sustentou-se a tese de que o artigo 92.º não tinha aplicação forçosa ao caso em discussão, visto que as normas de sucessão prescritas nos artigos 87.º e 88.º deviam interpretar-se como aplicáveis apenas aos descendentes de D. Maria II”<sup>184</sup>. A regência de D. Pedro foi aprovada pelos deputados na sessão de 26 de Agosto de 1834 por 89 votos contra 5<sup>185</sup>. Entre estes incluíam-se dois deputados eleitos pela “província do Douro”, os conhecidos irmãos José e Manuel da Silva Passos, os chefes políticos da esquerda liberal que reeditavam agora as amargas quezílias e divergências sobre a legalidade da regência de D. Pedro que já se arrastavam desde os tempos do exílio da família liberal portuguesa<sup>186</sup>.

Mas se a Câmara dos Deputados se apresentava “irrequieta, irritada, explorando os tumultos e procurando mostrar bem que não transigia com ressentimentos e malquerença pessoal do imperador, a Câmara dos Pares procurava, em certo modo, excedê-la, agravando mais os últimos acontecimentos”<sup>187</sup>. De facto, nesta assembleia as coisas não se revelaram nada fáceis para o ex-imperador que, para além de todas as atribulações, frustrações e adversidades que enfrentava, estava ainda a meio de um grande padecimento físico. Logo na sessão de 28 de Agosto de 1834, não obstante “o

<sup>183</sup> COLEN, 1904, Volume IX, p. 557.

<sup>184</sup> PERES, 1935, Volume VII, p. 239.

<sup>185</sup> V. *Gazeta Oficial do Governo* de 27.08.34, n.º 50, p. 221.

<sup>186</sup> A partir de 1832, quando D. Pedro se auto-proclama regente, começam a tornar-se explícitas as clivagens políticas entre os emigrados liberais através da publicação de vários folhetos contestatários da legalidade da regência do pai de D. Maria da Glória, inaugurando-se deste modo o famigerado «reinado da frase e do tiro». Sobre a polémica suscitada durante a emigração liberal pelo opúsculo *Norma das Regências em Portugal* de Rodrigo Pinto Pizarro (depois Barão da Ribeira de Sabrosa e acérrimo anti-pedrista), o qual, juntamente com os irmãos Passos, negava a D. Pedro o direito ao exercício da regência por esta ser uma prerrogativa inalienável das Cortes, cf. MARTINS, 1986, Volume I, pp. 206-212 e CABRAL, 1920, p. 209.

<sup>187</sup> COLEN, 1904, Volume IX, p. 600.

maior respeito, consideração e entusiasmo” que o Duque de Bragança infundia<sup>188</sup>, um grupo de pares do reino mais irreverente, entre os quais se incluíam os Marqueses de Fronteira e Loulé e os Condes da Cunha e da Taipa, após um conciliábulo no palácio do primeiro em Benfica<sup>189</sup>, numa clara ofensa a D. Pedro IV, apresentou duas restrições ao exercício do Poder Moderador por parte do regente do reino<sup>190</sup>: a primeira proposta pretendia “que se conservassem reunidas as cortes até que o orçamento seja votado, e a lei sobre a liberdade de imprensa sancionada”; a segunda, a mais ofensiva, visaria “não poder o regente nomear pares do reino senão com a aprovação das três quartas partes do Conselho de Estado”. A primeira proposta foi rejeitada por 9 votos contra 4 (Marqueses de Fronteira e Loulé e Condes da Cunha e Taipa) e a segunda por 10 contra 3 (Marqueses de Fronteira e Loulé e Conde da Taipa)<sup>191</sup>. Depois de rejeitar esta dupla proposta, a Câmara dos Pares aprovou a regência de D. Pedro por uma maioria de 10 votos (Fronteira, Loulé e Taipa optaram pela abstenção).

À primeira vista, poderá parecer algo estranho que pares do reino pertencentes à antiga nobreza como Fronteira, Loulé e Taipa, hostilizassem abertamente D. Pedro, sem o qual, independentemente das suas tergiversações até 1831<sup>192</sup>, nunca a causa liberal teria triunfado. Ora essa oposição, e essa cultura de oposição, vinha da emigração, e da guerrilha política que então se verificara. Havia, na emigração, uma forte corrente anti-pedrista, mas nem todos os anti-pedristas o eram pelas mesmas razões. Loulé e Saldanha, por exemplo, eram anti-pedristas porque já então pendiam para os radicais. O primeiro, depois de tomar abertamente partido pela Junta do Porto na guerra civil da Patuleia, viria na década de cinquenta a emergir como chefe do Partido Histórico, e assim se conservou até à morte. E Saldanha chegou a consagrar-se como caudilho da esquerda liberal – embora viesse a romper com ela logo em 1835.

A preferência de Loulé pela regência da infanta D. Isabel Maria era resultante do facto desta, no seu entendimento, ser mais influenciável do que seria D. Pedro que, indiscutivelmente, possuía uma autoridade, inclusive sobre os militares, que a infanta sua irmã de todo não tinha. Quanto ao Marquês de Fronteira e ao Conde da Taipa, as

<sup>188</sup> ALORNA, 1929, Volume III, p. 117.

<sup>189</sup> ALORNA, 1929, Volume III, p. 114.

<sup>190</sup> Embora se tratasse de uma clara deselegância para com D. Pedro, os pares do reino estavam plenamente no seu direito ao apresentarem aquela proposta já que o §2.º do artigo 15.º da Carta Constitucional preceituava que era atribuição das Cortes «eleger o Regente, ou a Regência, e marcar os limites da sua autoridade».

<sup>191</sup> V. *Gazeta Oficial do Governo* de 30.08.34, n.º 53, p. 243.

<sup>192</sup> Cf. BONIFÁCIO, 2004, pp. 519-545.



causas do seu antagonismo para com D. Pedro eram de natureza diversa. No que toca ao primeiro, a génese do seu anti-pedrismo foi a abolição dos dízimos. Segundo Fronteira, foi Sá da Bandeira quem alertou D. Pedro para a popularidade desta medida e “Apesar dos esforços que o Duque de Palmela fez para adiar um negócio tão importante, que privava o Estado duma avultada receita e a nós outros, os fidalgos, que tantos sacrifícios tínhamos feito pela dinastia e pela liberdade, duma grande parte das nossas fortunas, nada conseguiu”<sup>193</sup>. No que concerne ao Conde da Taipa, a quem não faltavam razões para tomar a dor do seu cunhado visto que era também comendador de duas ordens militares que lhe rendiam uma verba considerável<sup>194</sup>, as razões do seu anti-pedrismo eram, apesar disso, de outro tipo ainda. D. Gastão da Câmara Coutinho Pereira de Sande, 1.º Conde da Taipa, teve sérias desavenças com o Duque de Bragança por ter dirigido ao regente em 1833 duas acintosas cartas, as quais causaram grande alarido na época depois de aparecerem a circular em Lisboa. Os factos nelas referidos remontam ao Verão de 1832, altura em que D. Pedro desembarcou no Porto à frente do exército libertador. Confrontado com a escassez de recursos pecuniários, D. Pedro decidiu recorrer à avultada fortuna do antigo Barão de Quintela, “o Rothschild português”, que com a liberalidade que o caracterizava não disse que não, avançando logo com dinheiro fresco para o andamento da empresa<sup>195</sup>. O assunto não ganharia certamente a dimensão que teve caso o Conde da Taipa não resolvesse trazê-lo novamente à baila por ocasião da arrematação do contrato do tabaco<sup>196</sup>, acusando então o regente de ter favorecido o futuro Conde de Farrobo por causa do referido empréstimo. Segundo Barbosa Colen, “O autor das epístolas tomou para tema da sua catilinária a concessão do contrato do tabaco feita ao conde de Farrobo e rompendo lanças em favor dos antigos

<sup>193</sup> ALORNA, 1929, Volume III, p. 39. O Marquês refere nas suas *Memórias* que “tinha na Ordem de Cristo cinco Comendas que rendiam oito contos de reis”, queixando-se por isso amargamente da medida decretada por D. Pedro. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, em 1822, a nobreza titulada auferia mais de 82 % do total dos rendimentos das comendas das três ordens militares, que se distribuíam por cerca de duas centenas de casas (V. MONTEIRO, 1990, Volume I, p. 248).

<sup>194</sup> ZUQUETE (dir.), 1961, Volume III, p. 415.

<sup>195</sup> Herdeiro de uma colossal fortuna proveniente dos negócios dos tabacos, este representante típico da alta burguesia da época «foi acusado de prestar mais atenção às questões do espírito, da arte e do coração do que às relacionadas com os seus negócios, facto que terá provocado a erosão do património familiar» (VAQUINHAS e CASCÃO, 1994, Volume V, p. 448). Após a derrocada financeira da família Quintela, o 2.º Conde de Farrobo, Joaquim Pedro Quintela, par do reino por sucessão de seu pai, «viu-se obrigado, por falta de meios, a aceitar a pensão anual de um conto e duzentos mil réis, concedida por carta de lei de 22 de Maio de 1878, em remuneração dos avultados serviços pecuniários e pessoais prestados por seu pai à causa liberal». As Cortes concederam também uma pensão idêntica aos restantes filhos do milionário falido. Nem o camarote que o Conde possuía no Teatro de S. Carlos escapou, sendo comprado pelo Rei D. Fernando em 1880 (NORONHA, 1922, p. 257).

<sup>196</sup> Para mais detalhes sobre o alvoroço provocado pelo negócio dos tabacos no constitucionalismo monárquico ver MÓNICA, 1992 b), pp. 461-479.

concessionários, sócios de João Paulo Cordeiro – o paladino entusiasta de D. Miguel, o generoso doador do canhão famoso destinado a tragar liberais – deu lugar à indignação, que o assaltava, dizia ele, *por se praticar uma preferência, imoralíssima, realizada camarariamente e desprezando-se uma oferta muito mais valiosa para o tesouro público*<sup>197</sup>. Para além destas acusações graves, D. Pedro mostrou-se particularmente agastado com as insinuações aleivasas de D. Gastão relativas ao facto, sobejamente conhecido, de o Conde de Farrobo ter aberto, em Paris, um crédito destinado a prover às despesas da Rainha e da Duquesa de Bragança, então ali residentes<sup>198</sup>. A ousadia do Conde da Taipa exasperou D. Pedro. O conde foi alvo de um despacho de pronúncia recebendo ordem de prisão, da qual só se livrou por ter encontrado refúgio a bordo de um navio inglês aportado no Tejo, onde permaneceu uns tempos sob protecção britânica. Ora, o que esta história demonstra é que mesmo a antiga nobreza já se tinha “republicanizado”, atrevendo-se a afrontar D. Pedro dentro e fora da Câmara.

Para pôr termo à situação peculiar em que se encontrava a Câmara dos Pares, desfalcada, como vimos, da antiga aristocracia, D. Pedro IV resolveu recorrer a um paliativo tantas vezes usado, e abusado, no futuro. Em 1 de Setembro de 1834, exactamente no dia em que a Câmara dos Deputados começou a discutir a autorização do casamento da jovem rainha com um príncipe estrangeiro, e que seria aprovada na sessão subsequente com 28 votos contra e 70 a favor<sup>199</sup>, nomeou uma “fornada” de 21 novos pares. Entre estes, sinal dos novos tempos, contavam-se já maioritariamente os não titulares (eram 15 ao todo, embora 7 deles estivessem prestes ou viessem a ser, alguns anos depois, agraciados com uma distinção nobiliárquica), com os quais eram intercalados meia dúzia de titulares, quase todos sem *pedigree* aristocrático, simpatizantes da nova ordem política. Gente que, ao fim e ao cabo, ajudara o ex-imperador do Brasil a ganhar a contenda, “que se tinha celebrizado, não pelo sangue azul, mas antes pela sua coragem e talento”<sup>200</sup> e que era agora recompensada pelo seu

<sup>197</sup> COLEN, 1904, Volume IX, p. 370.

<sup>198</sup> COLEN, 1904, Volume IX, p. 375. Segundo Maria Rattazzi, após a guerra civil, o Conde de Farrobo continuou a dar mostras da sua elevada estima pela jovem soberana, recebendo «muitas vezes a rainha D. Maria II no seu palácio das Laranjeiras, e sempre com todas as pompas palacianas». Tanto assim que «Nesses dias a rainha não dava um passo que não pisasse uma alfombra de flores raras, importadas a maioria das vezes dos países estrangeiros, à custa de avultadas despesas» (RATTAZZI, 1997, p. 137).

<sup>199</sup> V. *Gazeta Oficial do Governo* de 02.09.34, n.º 55, pp. 256-259 e de 03.09.34, n.º 56, pp. 262-267.

<sup>200</sup> SILVEIRA, 1989, p. 11.

esforço e dedicação à causa liberal durante os dias amargos da emigração, sendo por isso elevada à dignidade de pares do reino<sup>201</sup>.

Depois de aprovar a lei de liberdade de imprensa na sessão de 4 de Setembro de 1834, uma das várias leis regulamentares de alguns preceitos constitucionais anunciadas em 15 de Agosto de 1834 no discurso da coroa, a Câmara Alta deliberou sobre uma questão reveladora. O Conde de Sampaio – um dos pares nomeados por D. Pedro em 30 de Abril de 1826 que, depois de prestar juramento na Câmara, decidiu enviar procurador aos 3 estados convocados por D. Miguel – voltou a ser nomeado para o pariato em 1 de Setembro de 1834, contudo não admitiu a invalidade da sua primeira nomeação, tendo dirigido à câmara um requerimento no qual declarava: “Se porém a Câmara hesitar em me fazer tomar assento por aquela minha primeira Carta, e quiser fazer valiosa a que me dirigiu agora, duvidando da nobreza de meus sentimentos, carácter, fidelidade à Rainha, à Carta, à Nação, nesse caso, peço-vos, sem demora, ser imediatamente julgado com o maior rigor pela Câmara constituída em Tribunal de Justiça; [...] que seja eu o primeiro que manche a dignidade da família Sampaio, preferindo mil vezes a morte, que ver realizada em mim tal infâmia”<sup>202</sup>. A comissão encarregada de dar o parecer sobre o requerimento foi da opinião de que o conde devia ser admitido na câmara sem prestar novo juramento, levando principalmente em consideração o facto de se ter apresentado ao Duque da Terceira depois deste entrar e se assenhorear de Lisboa<sup>203</sup>. Prevaleceu portanto a nomeação de 1826 em detrimento da de 1834.

O conde de Sampaio era então vedor da infanta D. Isabel Maria, e isso explica bem o seu estado de espírito. “O grupo da infanta andava exasperado por se tirar a regência a quem a carta destinava [...]”<sup>204</sup>. Esse grupo, chamado de partido aristocrático, compunha-se dos marqueses de Fronteira, Ponte de Lima e Valença, e dos condes da Cunha, Taipa e Vila Real. Mas já nada tinha a ver com o partido aristocrático do tempo da emigração, do qual Palmela era o chefe informal. Ainda assim, a verdade é que “as questões que os deputados [oposicionistas] do Douro exploravam, eram as

---

<sup>201</sup> O rol dos pares nomeados em 01.09.34 era o seguinte: 1.º Marquês de Saldanha, 1.º Conde de Farrobo, 4.º Conde de Sampaio, 1.º Visconde de S. Gil de Perre, 1.º Barão do Pico do Celeiro, 1.º Barão de Sá da Bandeira, Alexandre Tomás de Moraes Sarmento, António Lobo de Teixeira Girão, Bartolomeu de Gambôa e Liz, Fernando Luís de Sousa Barradas, D. Filipe de Sousa Holstein, Francisco Trigo de Aragão Morato, Francisco Simões Margiochi, Henrique da Silva da Fonseca, João da Cunha Souto Maior, José Francisco Braamcamp, José Joaquim Gerardo de Sampaio, Manuel de Macedo Pereira Coutinho, Policarpo José Machado, Roque Ribeiro de Abranches Castelo Branco e Tomás de Melo Breyner.

<sup>202</sup> V. *Gazeta Oficial do Governo* de 06.09.34, n.º 59, p. 284.

<sup>203</sup> V. *Gazeta Oficial do Governo* de 12.09.34, n.º 64, p. 310.

<sup>204</sup> COLEN, 1904, Volume IX, p. 601.

mesmas que na câmara alta eram depois reproduzidas, até com o servilismo dos mesmos argumentos! Contudo, pela posição e relações pessoais, e até de família, que o imperador tinha com os pares do reino empenhados em lhe amargurar os últimos dias de existência, certamente os ataques e as contrariedades destes mais no íntimo o deviam ferir”<sup>205</sup>.

Não tinham ainda terminado as tribulações de D. Pedro. Se as anteriores questões já não tinham sido pacíficas, o debate sobre a maioria da rainha foi ainda mais controverso entre o pariatto. A debilidade física de D. Pedro, cujo estado de saúde se agravava a cada dia que passava, tornou inadiável a votação pelas Cortes da maioria de D. Maria. Em 18 de Setembro de 1834, uma semana antes da sua morte, D. Pedro enviou um ofício às câmaras legislativas no qual anunciava a sua incapacidade para continuar a desempenhar o cargo de regente, deixando ao cuidado das Cortes a resolução deste assunto<sup>206</sup>. Confrontados com esta comunicação, logo os deputados votaram por unanimidade a maioria da rainha proposta pela comissão especial presidida pelo Marquês de Saldanha<sup>207</sup>, a qual com a maior diligência subiu à Câmara Alta, onde seria também votada no mesmo dia, mas não sem antes dar lugar a polémica. Depois do presidente Duque de Palmela transmitir a mensagem de D. Pedro aos pares do reino, foi nomeada uma comissão especial composta por 5 elementos para dar o respectivo parecer. Declarou-se, pois, a sessão permanente enquanto a comissão composta por Fernando Luís Pereira de Sousa Barradas, Conde de Sampaio, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, José Joaquim Gerardo de Sampaio e D. Filipe de Sousa Holstein elaborava o parecer. Estava a comissão reunida já há mais de uma hora quando o Conde de Lumiares informou os pares do reino da proposta de maioria da rainha enviada pelos deputados, proposta que por sugestão do Presidente foi também remetida à comissão presidida por Fernando de Sousa Barradas. Passaram os comissionados várias horas em conferência, enquanto os restantes pares “cochichavam à socranca” ou se distraíam em “apartes e excogitações” na Sala dos Passos Perdidos, essa espécie de ante-câmara parlamentar. Quando ressurgiram na sala das sessões, os membros da comissão vinham de “cenho carregado”, uma vez que não traziam uma deliberação unânime. O relator da comissão, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, emitiu um parecer diferente do da maioria, introduzindo deste modo a

<sup>205</sup> COLEN, 1904, Volume IX, p. 602.

<sup>206</sup> V. PERES, 1935, Volume VII, p. 241.

<sup>207</sup> V. Suplemento ao n.º 69 da *Gazeta Oficial do Governo* de 18.09.34.

discussão na Câmara dos Pares. O parecer maioritário era “de opinião que se adopte literalmente a resolução da Câmara dos Senhores Deputados”, enquanto o de Trigoso de Aragão, desaprovando a maioria da rainha, dizia basicamente que não se devia alterar a Regência estabelecida no artigo 92.º da Carta, “isto é, a Regência da Senhora Infanta D. Isabel Maria”<sup>208</sup>. Esta desfeita deve ter deixado D. Pedro profundamente desgostoso pois não seria certamente este o agradecimento que esperaria de Trigoso de Aragão. Este, pela sua parte, achou-se desobrigado de ser grato pela nomeação com que D. Pedro o distinguira.

Inconformada, a Câmara dos Pares discutiu novamente a legalidade de uma nova regência, que era a solução proposta pelos pares que discordavam de que se declarasse antecipadamente a maioria da neta do imperador Francisco I. Em rigor foram duas as questões suscitadas pelos pareceres da comissão: uma jurídica e outra política. A jurídica consistia principalmente na interpretação do artigo 91.º da Carta Constitucional que estabelecia que “O Rei é menor até à idade de dezoito anos completos”; e a interpretação dos restantes artigos do Capítulo V que determinavam a quem devia competir a regência, nos casos de menoridade ou impedimento do rei ou rainha. Quanto à questão política, tratava-se sobretudo de decidir entre uma solução provisória determinada pelo estabelecimento de uma regência e uma solução definitiva determinada pela antecipação da maioria da rainha.

A defesa do parecer maioritário da comissão ficou a cargo de Gerardo de Sampaio, que defendeu a tese de que D. Maria II se achava “moral e fisicamente desenvolvida, e certamente em um estado de madureza superior à sua idade”; acrescia que, dadas as circunstâncias extraordinárias em que o país se encontrava, o fim da menoridade de D. Maria II era uma exigência ditada pela “imperiosa Lei da necessidade”<sup>209</sup>. Por seu turno o Conde da Taipa, estribando-se nos artigos 91.º e 92.º da Carta, defendeu que “a Regência do reino, no caso actual, pertence de direito à Senhora D. Isabel Maria, e para lha negar é preciso atacar o seu direito; é preciso, como já disse, rasgar a Carta”<sup>210</sup>. Sob o pretexto da tenra idade e inexperiência da rainha, invocadas pelo Conde da Taipa, pelo Marquês de Loulé e por Trigoso de Aragão, o que estava fundamentalmente em causa era colocar a regência nas mãos da infanta D. Isabel Maria

<sup>208</sup> *Gazeta Oficial do Governo* de 26.09.34, n.º 76, pp. 389-393.

<sup>209</sup> *Gazeta Oficial do Governo* de 26.09.34, n.º 76, p. 389.

<sup>210</sup> *Gazeta Oficial do Governo* de 26.09.34, n.º 76, p. 389.

que, segundo alguns relatos, “já não estava muito bem da cabeça”<sup>211</sup>. Por outro lado, os partidários da regência temiam ficar dependentes de uma criança dominada pelos aristocratas do Paço, onde o clã dos Ficalhos detinha uma grande influência<sup>212</sup>.

Muito provavelmente, os pares em questão já desconfiavam de que o Presidente do Conselho de Ministros sem pasta seria o Duque de Palmela, e que este, nestas circunstâncias, se comportaria como um regente de facto, “governa[ndo] à vontade o império e o imperante”<sup>213</sup>. Os seus receios eram por isso fundados. Não tanto pela influência pessoal que, segundo Maria Amália Vaz de Carvalho, Palmela tinha em D. Maria<sup>214</sup>, mas sobretudo pela sua posição institucional enquanto Primeiro-Ministro sem pasta de uma rainha adolescente. Além de que, em 5 de Setembro de 1834, não obstante o facto de não morrerem de amores um pelo outro<sup>215</sup>, D. Pedro já tinha nomeado Palmela presidente da Câmara dos Pares porque este, na realidade, era uma figura incontornável. A ele se deveu a sobrevivência da “causa de D. Maria” enquanto D. Pedro não voltou do Brasil, sendo igualmente um personagem talhado para tranquilizar o *Foreign Office* e os vacilantes meios de negócio estrangeiros e portugueses.

Como lhe competia, foi Palmela, o presidente da Câmara, que deitou alguma água na fervura. Relembrou que se estava perante uma proposta votada por unanimidade pelos deputados e que estava por isso de acordo com a soberana vontade da nação. Sem demoras, procedeu-se logo a seguir à votação dos dois pareceres da comissão. O primeiro a ser votado foi o de Trigoso Aragão que, como vimos, defendia a regência da infanta D. Isabel Maria, o qual foi rejeitado por 25 votos contra 6 (Marqueses de Fronteira e de Loulé, Condes de Lumiares, da Taipa e de Vila Real e Trigoso de Aragão)<sup>216</sup>. Procedeu-se depois à votação do parecer subscrito pelos restantes elementos da comissão que propunham que D. Maria fosse declarada maior de

<sup>211</sup> VALENTE, 1993, p. 23.

<sup>212</sup> A viúva do 2.º Conde de Ficalho, D. Eugénia de Almeida, distinguiu-se como fervorosa partidária de D. Maria II, tendo sido presa no Convento de Carnide, onde foi maltratada. Em recompensa desta dedicação, foi nomeada camareira-mor e elevada a Marquesa em 1833 e a Duquesa em 1836. Os restantes membros do clã eram três dos filhos de D. Eugénia: o 3.º Conde e 2.º Marquês de Ficalho, o 1.º Conde do Sobral e o 4.º Conde de Mafra (V. VALENTE, 1993, p. 94).

<sup>213</sup> COLEN, 1905, Volume X, p. 32.

<sup>214</sup> CARVALHO, 1903, Volume III, p. 73.

<sup>215</sup> Com efeito, não obstante Palmela ser o chefe informal de um pretenso partido aristocrático e de ter votado pela regência de D. Pedro sem hesitações, era público que este e Palmela não gostavam um do outro. Para Palmela, D. Pedro era demasiado jacobino; para D. Pedro, Palmela era demasiado conservador e, de facto, tentou até ao limite uma transacção com o Antigo Regime, ou como refere Vasco Pulido Valente, «com o que sobrava dele» (VALENTE, 1993, p. 20).

<sup>216</sup> *Gazeta Oficial do Governo* de 26.09.34, n.º 76, p. 392.

idade com vista a começar imediatamente a reinar<sup>217</sup>. A maioria da rainha foi aprovada por 25 pares do reino e entre os que a rejeitaram incluíam-se mais uma vez Trigoso de Aragão<sup>218</sup>, os Condes de Lumiares, da Taipa e de Vila Real<sup>219</sup> e os Marquês de Fronteira e de Loulé.

Com a morte a aproximar-se a passos largos, foi um D. Pedro com a mão já trémula com o frio que vinha do túmulo que sancionou o decreto aprovado pelas Cortes declarando maior a senhora D. Maria da Glória, a primeira rainha constitucional portuguesa, a qual iniciava o seu reinado com pouco mais de 15 anos de idade. D. Pedro vencera a guerra mas não iria vencer a doença que lhe estava a minar o corpo.

Estes episódios relativos à confirmação da regência de D. Pedro IV e à aprovação da maioria da rainha D. Maria II foram apenas o começo de uma sucessão de casos ocorridos ao longo do constitucionalismo monárquico em que foi manifesto o excesso de protagonismo da Câmara dos Pares e a grande conflitualidade existente no seu interior<sup>220</sup>. O invulgar intervencionismo da Câmara Alta portuguesa está ligado à sua génese histórica, como procurámos mostrar. Nunca, no seu todo, seria uma câmara vincadamente conservadora, visto que os verdadeiros conservadores – a antiga nobreza de pendor miguelista – foram impedidos de lá tomar assento em 1834. Todos os novos pares do reino foram nomeados em resultado de uma guerra civil ganha pelo partido liberal, ou mais rigorosamente, pelas diversas facções em que estava cindido o partido liberal<sup>221</sup>. Deste modo, a opção da alta nobreza pelo miguelismo vai ter consequências decisivas do ponto de vista da composição política da Câmara Alta, amputada do elemento genuinamente conservador, e do ponto de vista do exercício do pariató,

<sup>217</sup> *Gazeta Oficial do Governo* de 26.09.34, n.º 76, p. 393.

<sup>218</sup> Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato acabou por ser nomeado vice-presidente da Câmara dos Pares em 24.09.34, exactamente o dia da morte de D. Pedro (V. Suplemento ao n.º 74 da *Gazeta Oficial do Governo*).

<sup>219</sup> Segundo o Marquês de Fronteira, o Conde de Vila Real declarava-se oposição por se sentir «despeitado da conduta que [os amigos de D. Pedro] tinham tido com ele nos Açores» (V. ALORNA, 1929, Volume III, p. 117).

<sup>220</sup> Exemplo disso é a seguinte intervenção de Costa Cabral, a qual ocorre numa altura em que o chefe do governo era o alvo da fúria da Câmara dos Pares: «O que eu sinto [...] é que tão importantes questões sejam por tal forma tratadas na câmara hereditária, que, por todos os títulos, deveria ser o símbolo da decência, do respeito e da moderação! O que não pode deixar de lamentar-se é que a oposição queira fazer da Câmara dos Pares um campo de gladiadores, onde não se combate o físico mas onde se destroem as reputações de todos os homens de Estado» (DCP, sessão de 15.02.50, pp. 192-193).

<sup>221</sup> Durante a emigração são detectáveis quatro correntes ou tendências do liberalismo português: o partido aristocrático (palmelista), a direita liberal (cartista), a esquerda liberal e o radicalismo. Estas tendências são superficialmente neutralizadas pela autoridade de D. Pedro e pela necessidade de convergência na guerra civil. Quando se alcança a paz as dissensões irrompem de imediato, particularmente quando D. Pedro morre, deixando de existir o que Vasco Pulido Valente designou de «única autoridade acima das facções».

encarado como uma oportunidade de intervenção política activa e não como um meio de amortecimento dos choques provocados pela política partidária. Nobres antigos ou recentes, titulares ou não titulares, todos os pares eram *liberais*. Advogavam genericamente o progresso e perfilhavam uma cultura de livre discussão sobre o bem comum e o bom governo. A este respeito, havia diversas opiniões arregimentadas em diversos “partidos”, cujos contornos, já delineados durante a emigração, mais se precisaram quando, depois da paz, a vida política entrou na normalidade constitucional. A Câmara dos Pares, naturalmente, já nasceu partidarizada e, sobretudo, predisposta para o combate político. Esta marca genética perdurou ao longo do século. As “fornadas” e “contra-fornadas” só acentuavam a tendência.

#### **4. O papel da Câmara dos Pares no sistema político**

Embora a Câmara Alta fosse uma peça fundamental no funcionamento do bífido sistema parlamentar monárquico e um dos sustentáculos do organograma institucional da Carta Constitucional de 1826, a imagem que dela se tinha já na época da sua vigência era a de uma segunda câmara legislativa com manifestas deficiências estruturais e funcionais. De uma maneira geral, a imprensa radical fazia gala de menosprezar a Câmara dos Pares apodando-a de “instituição anómala” e de “fruto enfezado da carta”, ora enjeitando o seu excessivo protagonismo político que as forças mais progressistas condenavam em nome do princípio democrático, ora classificando-a politicamente como uma instituição anacrónica e um resquício do feudalismo em que até a própria nomenclatura da assembleia era um arcaísmo que recordava o velho sistema feudal<sup>222</sup>. O mesmo é dizer que, na óptica dos seus críticos, o modelo de Câmara Alta consagrado na Lei Fundamental outorgada em 1826 aos portugueses não passava de uma excrescência incrustada no mecanismo constitucional, ou seja, uma espécie de “quinta roda no carro da constituição”, na qual o facciosismo político e o espírito reaccionário imperavam.

Como regime conciliatório que era, o constitucionalismo, embora monárquico e liberal, fazia algumas concessões – bem limitadas – à democracia. O povo elegia directamente a Câmara Baixa do Parlamento através de um sistema de voto censitário

---

<sup>222</sup> V. *O Progresso*, 21.02.82.



mas, em contrapartida, os membros da Câmara dos Pares não estavam sujeitos à eleição popular pois, como sabemos, os pares do reino, vitalícios e hereditários, resultavam de um acto espontâneo do rei<sup>223</sup>. Justamente por esta razão, a reforma da câmara hereditária foi um dos tópicos imutáveis da agenda política da esquerda liberal<sup>224</sup>, e um tema recorrente das parangonas da sua imprensa periódica durante anos e mesmo décadas a fio. Sendo a sua característica mais visível, a composição da segunda câmara foi também o primeiro alvo das críticas já que, mais do que os seus poderes e as suas funções, são os aspectos relacionados com a sua constituição que são sistematicamente focados pelas críticas e pelas diversas propostas de reforma apresentadas ao longo do período em apreço. Alguns críticos vaticinavam até que “Se não lhe acodem com o remédio de uma reforma, se não se acaba com o privilégio que faz legisladores por direito de nascimento, veremos qualquer dia desabar, de apodrecido, o edifício que se apoia em tão fracos alicerces”<sup>225</sup>.

Entretanto, a controvérsia em torno da composição foi sempre acompanhando a vida da Câmara dos Pares, com os radicais a reclamarem cada vez mais alto a abolição do pariato hereditário, o factor que alegadamente inquinava a instituição desde a promulgação da “liberalíssima” lei de abolição dos vínculos de 1863, e os conservadores a conseguirem contrariar esta velha aspiração popular através de vários expedientes até ao final da Monarquia, não obstante as várias revisões constitucionais a que a Carta de 1826 foi sendo sujeita. E não se pense que esta antiga animosidade do progressismo contra a Câmara dos Pares, patente na ferocidade das críticas que lhe movia e nos mais diversos rótulos pejorativos com que a depreciava, era apenas fruto de um obstinado capricho ou de uma simples embirração destituída de qualquer

<sup>223</sup> O artigo 104.º do Regimento Interno da Câmara dos Dignos Pares do Reino determinava que «Logo que um par for nomeado dirigirá pessoalmente ou por escrito, ao presidente da câmara, a carta régia da sua nomeação; e o presidente informará a câmara desta nomeação na próxima sessão». Por sua vez, de acordo com o artigo 105.º, «A comissão de verificação de poderes examinará a carta régia de nomeação, bem como a idade, naturalidade e mais circunstâncias do novo par, expressas na carta constitucional. Esta comissão fará depois o seu relatório e, se não houver reclamação alguma, o presidente ordenará que o novo par seja admitido». Embora as «reclamações» não abundem, o facto é que ainda se registaram algumas. Segundo Eduardo de Noronha, «Uma das nomeações para pares mais combatidas [de sempre] foi a do marquês de Penafiel, súbdito brasileiro, naturalizado português. Fontes Pereira de Melo empenhou-se muito especialmente por essa nomeação. Na discussão do parecer, apresentado na Câmara Alta, falaram contra: Reis e Vasconcelos, visconde de Fonte Arcada e conde de Cavaleiros, e, a favor: Morais de Carvalho e Barjona de Freitas. Por último, foi aprovado por vinte e oito votos contra dezasseis» (NORONHA, 1926, p. 217).

<sup>224</sup> No primeiro projecto de lei de reforma da Carta Constitucional apresentado durante o período em apreço, considerava-se incompreensível que uma prerrogativa régia permitisse «converter em um momento o mais obscuro cidadão num perpétuo legislador» (*Projecto de lei para a reforma da Carta apresentado pelos deputados do Partido Reformista em 16.08.71*, 1871, p. 5).

<sup>225</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 03.10.81.

fundamento. Com efeito, para mal dos seus pecados, na Câmara dos Pares convergiam dois aspectos que eram considerados pelos democratas como altamente ofensivos do princípio da soberania nacional. Pelo seu significado enquanto manifestação do aparato real e, sobretudo, enquanto momento de afirmação da superioridade do princípio da soberania régia sobre o da soberania popular, a nomeação de pares do reino sem número fixo pelo monarca era um sinal evidente da subalternização da “vontade geral” em relação ao trono, o qual encontrava na Câmara dos Pares um importante baluarte. Mas para além de um expediente destinado a harmonizar as maiorias das duas assembleias parlamentares, as “fornadas” eram igualmente um fermento de perturbação que, de tempos a tempos, entre o confuso clamor dos partidos, se precipitava sobre a vida política, colocando a Câmara dos Pares no centro das atenções, já que discutir as “fornadas” era discutir directamente o papel e o modo de constituição da Câmara Alta (e discutir indirectamente o próprio rei)<sup>226</sup>. Por esse motivo, no último quartel do século XIX, um dos períodos áureos da nomeação de pares ao longo do qual “O forno nunca chegou a esfriar”<sup>227</sup>, o alarido em torno da reforma da “inaceitável câmara aristocrática”<sup>228</sup> atinge uma dimensão nunca antes vista, tornando-se numa fonte inesgotável de debate político que alimenta ao mesmo tempo as crónicas jornalísticas e a controvérsia parlamentar<sup>229</sup>.

---

<sup>226</sup> Quem não se escusava de dizer de sua justiça quando se verificavam nomeações de pares era o Conde do Lavradio. Cedemos a palavra ao Conde aquando de uma “fornada” de 20 pares ocorrida em 5 de Março de 1853: «Uma Câmara dos Pares, tal qual ela deve ser, segundo a Carta Constitucional, é um elemento necessário para a Monarquia Representativa, mas, para ela ser o que deve ser, é necessário que o número dos seus membros não seja excessivo, e sobretudo que as nomeações recaíam em pessoas notáveis pela sua moralidade, talentos e serviços, finalmente por uma posição social que as torne dignas do respeito público [...]. Duvido de que uma Câmara dos Pares, composta como presentemente se acha a de Portugal, se possa sustentar por muito tempo, ou, pelo menos, prestar qualquer serviço útil. Logo que uma corporação deixe de ser respeitável, perde toda a autoridade e, por consequência, toda a utilidade» (LAVRADIO, 1943, Volume IV, p. 225).

<sup>227</sup> *O Progresso*, 05.01.81.

<sup>228</sup> *O Progresso*, 27.01.80.

<sup>229</sup> Nem sequer a contratação e o aumento dos vencimentos dos funcionários da Câmara dos Pares escapavam à crítica. Vejamos o seguinte exemplo: «Estamos em fins de Março, e a câmara dos dignos pares ainda não teve mais que vinte e seis sessões, devendo notar-se que, em mais de metade delas, não tem havido trabalho. O presidente abre a sessão, declara que não há nada que fazer, fecha a sessão, e vão-se os dignos pares embora. O *Diário das sessões* da câmara dos dignos pares ainda não chega este ano a 200 páginas! Veja-se que *horroroso* trabalho tem tido a secretaria! Pois é esta exactamente a ocasião escolhida pelo governo para alargar os quadros, aumentando o pessoal e os vencimentos!» (*O Progresso*, 27.03.83). Ora, vem a propósito sublinhar que havia um reconhecimento quase consensual das deficiências da repartição taquígráfica decorrentes não só do reduzido número dos funcionários, em especial dos taquígrafos, como da sua qualidade, as quais justificaram a apresentação e aprovação de várias propostas no sentido de tornar mais eficaz o seu funcionamento. Só entre 1870 e 1885, várias foram as propostas apresentadas pelos pares individualmente ou pelas comissões nomeadas para o efeito, para fazer diminuir o atraso na publicação das sessões. Uma dessas iniciativas ocorreu em 21 de Janeiro de 1878, quando Eduardo Montufar Barreiros, o primeiro-secretário da Câmara dos Pares (1870-1890) e,

Segundo Maria Filomena Mónica, “entre 1852 e 1885 as liberdades fundamentais foram respeitadas, o clima ideológico foi tolerante e, por muito centralizado que o sistema fosse, existiam barreiras ao poder”. Essas barreiras, na sua opinião, já não eram a nobreza, as corporações ou a Igreja, as quais tinham sido desmanteladas pelas guerras cívicas e pelos acontecimentos políticos subsequentes. “O órgão que em parte cumpriu esse papel foi a Câmara dos Pares, cujos membros, uma vez nomeados, o governo não podia despedir, manipular e desprezar a seu bel-prazer”<sup>230</sup>. Efectivamente, uma vez nomeados e constitucionalmente escudados no carácter irreversível das suas funções, os membros da Câmara Alta granjeavam um estatuto político excepcionalmente vantajoso, ficando doravante salvaguardados da ameaça de uma eventual ordem de despejo que estava sempre pendente como uma *Espada de Dâmoques* sobre os seus colegas deputados, podendo por isso tornar-se num grande embaraço e numa enorme dor de cabeça para todos os governos, independentemente da sua matriz política ou coloração partidária.

Se é verdade que a maioria dos “filhos da urna”, porque dependentes da maquinaria eleitoral dos governos, tendiam a tornar-se deputados monossilábicos que diziam submissamente sim e não conforme Fontes Pereira de Melo e Anselmo José Braamcamp ordenavam<sup>231</sup>, pois, caso contrário, corriam sérios riscos de não serem reeleitos na próxima legislatura<sup>232</sup>. Com os pares do reino, as coisas já não se

---

nessa qualidade, responsável pelas actas das sessões e pelos trabalhos de taquigrafia, apresentou em nome da mesa da Câmara, uma proposta para o provimento, e melhoria de remuneração, dos cargos de director-geral da repartição de taquigrafia, primeiro-taquígrafo e segundo-taquígrafo (DCP, sessão de 21.01.78, p. 15).

<sup>230</sup> MÓNICA, 1994, p. 122.

<sup>231</sup> Após o Partido Progressista decidir abster-se de discutir e de votar as reformas políticas, no momento em que o projecto de reforma da Carta foi votado na generalidade na sessão de 25.04.85 pelos deputados, “a oposição progressista não estava representada nem por um só dos seus membros” (*O Jornal do Comércio*, 26.04.85). Pelo contrário, verificamos que alguns pares progressistas, num gesto de manifesta rebeldia, resolveram fazer as orelhas moucas às directrizes da cúpula partidária, não respeitando a abstenção decretada por Anselmo Braamcamp e companhia.

<sup>232</sup> Segundo Teixeira de Sousa, um dia um deputado regenerador fez questão de vincar a sua independência relativamente a um determinado assunto que estava em discussão no hemiciclo. Mais tarde, por altura da formação das listas de candidatos eleitorais, aquele deputado, ao ver que estava a ser preterido, dirigiu-se a Fontes pedindo-lhe explicações, obtendo a seguinte resposta: «Não me tenho esquecido da candidatura de V. Ex.<sup>a</sup> mas ainda não pude encontrar um círculo independente que corresponda à atitude de independência que V. Ex.<sup>a</sup> adoptou quando na Câmara dos Senhores Deputados se discutia um projecto da minha iniciativa e a que eu ligava a existência do governo. Logo que o encontre, esteja V. Ex.<sup>a</sup> certo de que a sua candidatura será a, por mim, preferida». Escusado será dizer que o círculo à medida do deputado nunca apareceu. O chefe regenerador era um político muito versado que sabia resolver os casos de rebeldia partidária com mão de ferro em luva de veludo (SOUSA, 1917, Volume I, p. 106).

processavam de uma forma tão simples<sup>233</sup>, sobretudo no que diz respeito aos sucessores dos pares falecidos, ou seja, os pares independentes que estavam desobrigados dos deveres de disciplina partidária, dado que deviam o seu lugar no Parlamento a um privilégio de nascimento que lhes era concedido pela constituição que juravam velar<sup>234</sup>. A título de exemplo atente-se na intervenção proferida pelo par do reino Diogo de Sequeira Pinto: “Entrei nesta casa por virtude da lei da sucessão do pariato, e da benevolência de vossa excelência e da câmara, que por votação unânime autorizou a que tomasse lugar nesta assembleia; não tenho compromisso com algum dos partidos políticos do nosso país; respeito os cavalheiros, que lhes pertencem, mas não estou ligado pelo sentimento da probidade política a apoiar ou rejeitar certas medidas”<sup>235</sup>.

De qualquer modo, embora os membros da segunda câmara espanhola não fruissem de um estatuto hereditário, nem por isso deixou ali de verificar-se também

<sup>233</sup> Observemos um depoimento efectuado na Câmara dos Pares por António Augusto de Aguiar. Este professor de Química da Escola Politécnica de Lisboa, deputado do Partido Constituinte e ministro das Obras Públicas entre 1884 e 1885, comentou assim a sua ascensão ao pariato: «se a não aceitasse, estaria ainda agora vinculado por essa espécie de contrato de escravidão política, pela qual, todas as vezes que fosse eleito membro do parlamento, se entenderia que não lhe era dada a liberdade de sustentar as suas opiniões de harmonia com a independência do seu carácter. O sr. Braamcamp, promovendo a sua nomeação para par do reino, dera-lhe com ela a sua carta de alforria» (DCP, sessão de 13.03.85, p. 143). Já António Cabral refere com imenso sarcasmo nas suas *Memórias Políticas* que «os deputados independentes, mal chegavam a Lisboa e ao parlamento, logo perdiam o *in*, e ficavam *dependentes*; depois, perdiam o *de*, e ficavam *pendentes*; e, a breve trecho, perdiam o *pen*, e ficavam só os *dentes*... para comer, e comer bem!» (CABRAL, 1929, p. 344).

<sup>234</sup> Ainda assim havia alguns pares de nomeação régia que, após tomarem assento na câmara hereditária, eram logo assaltados por súbitos lampejos de independência, revelando-se politicamente um verdadeiro «pau de dois bicos». O testemunho de António Cabral é, uma vez mais, elucidativo. Este «antigo ministro da coroa» refere que um belo dia – algures entre princípios de Abril e princípios de Maio de 1905 – ouviu José de Alpoim dizer «Eu, agora, já sou par do Reino, e, por isso, as coisas hão-de correr de outra maneira», manifestando desta forma a «ingratidão para com José Luciano, a quem ele devia o seu lugar na câmara alta» (CABRAL, 1927, p. 154). Com efeito, José de Alpoim – apontado como delfim de Luciano de Castro no Partido Progressista, mas demasiado impaciente para esperar a sua vez – «só se sublevou contra o chefe depois de ter sido nomeado par do Reino: três semanas depois de ter recebido de José Luciano os arminhos de prócere. Até aí, esteve prudentemente calado. Até aí, achou óptimo o contrato dos tabacos. Até aí, manteve e sustentou o voto que em conselho de ministros deu a esse contrato. Só depois de ter assento na câmara alta renegou o seu voto e achou péssimo o contrato, que antes considerara muito bom». E, «quando surgiu a dissidência, a primeira vez que falou na câmara dos pares do Reino foi para atacar pessoal e politicamente quem ali lhe dera entrada; foi para vexar o presidente do conselho, seu antigo chefe e amigo, foi para o arguir, para o ofender!» (CABRAL, 1930, pp. 201 e 224). Em Maio de 1863, *O Português* queixou-se também amargamente do comportamento de um par do reino, recém-elevado àquela categoria pelo Partido Histórico, nos seguintes termos: «O senhor Visconde de Vila Maior aceitou a nomeação de par, referendada pelo senhor Anselmo Braamcamp, para votar sempre contra o governo. A independência podia ser menos tardia; consistia em não aceitar o diploma» (*O Português*, 23.05.63). Recuando ainda mais no tempo, podemos igualmente notar que «O Conde do Bonfim, o Conde das Antas, Preto Geraldês e muitos outros, conhecidos pelo seu antagonismo a Costa Cabral e pela sua oposição à restauração da Carta, vieram à Câmara e logo manifestaram quanto eram adversários ao Ministério a que eles deviam o pariato» (ALORNA, 1931, Volume IV, p. 9). Devido a esta conduta de alguns pares que nomeara, o governo recorreu a outra «fornada» e, desta vez, entre os nomeados estava o próprio Costa Cabral.

<sup>235</sup> DCP, sessão de 03.03.73, p. 99.

alguns casos de rebeldia política. Exemplo disso é uma recriminação de Cánovas a um senador conservador por este ter votado no Senado contra uma proposta do seu governo, não obstante o haver feito senador vitalício. Mas à reprimenda de Cánovas responderia o senador visivelmente ofendido: “[...] não presumia que a senadoria me condenasse a viver permanentemente como homem de partido e a renunciar na política a toda a independência de juízo e de conduta dentro dos princípios da nossa escola conservadora. À custa disto prefiro renunciar ao cargo”<sup>236</sup>. Consta que desde então o senador dissidente passou a actuar a solo.

Outro exemplo da forma como os pares do reino se podiam tornar muito embaraçosos para os governos que propunham a sua nomeação é particularmente flagrante numa carta de José Luciano de Castro ao general e futuro ministro da Guerra (1897-1898) Francisco Maria da Cunha, um par nomeado em 7 de Janeiro de 1881 por indicação do Partido Progressista que, meses depois de ascender ao pariato, viu aquele dirigir-se-lhe assim: “Por minha mão e por proposta minha vigorosamente apoiada pelo meu amigo visconde de S. Januário, foi dado a V. Ex.<sup>a</sup> um lugar na Câmara dos Pares que, a não ser ocupado por V. Ex.<sup>a</sup>, certamente o seria por algum amigo dedicado, que não duvidasse aceitar as responsabilidades de tão importante investidura. [...] E sem nos ouvir – aos homens de quem V. Ex.<sup>a</sup> recebeu, agradecido, a honra de representar na câmara alta o seu Partido – espontaneamente e como quem está livre de todas as contemplanções pessoais ou políticas, dispõe de si, da sua cadeira, do voto, que exclusivamente deve ao Partido Progressista! [...] A cadeira de par que o meu amigo ocupa pertence ao Partido Progressista. Se as suas convicções lhe não permitem continuar a defender nela as ideias desse Partido, parece-me que deve restituí-la a quem lha deu, pelo único modo possível – pela renúncia”<sup>237</sup>. Obviamente que renunciar ao pariato era algo que, ao invés do senador espanhol, não estava nos planos do general. Das centenas de nomeações ocorridas ao longo de décadas, os únicos nomeados que não aceitaram o pariato e que viram a renúncia confirmada por decreto contavam-se pelos dedos de uma mão (Alexandre Herculano e João de Sousa Pinto de Magalhães em 1861

<sup>236</sup> Citação extraída de TUSELL e PORTERO (eds.), 1998, p. 158.

<sup>237</sup> MOREIRA (org.), 1998, pp. 124-125. Outro caso conhecido de rebeldia partidária foi protagonizado por Anselmo Braamcamp Freire: «Na Câmara dos Pares, onde tomou posse na sessão de 25 de Abril de 1887, foi eleito membro da Comissão de Agricultura, mas, como votou contra a opinião da maioria, numa questão que o chefe do seu partido político declarara aberta, nunca mais o elegeram para essa comissão; foi escolhido para outra de menor importância, mas como nessa também não se mostrasse suficientemente dócil às imposições partidárias, foi posto à margem», acabando por ingressar no Partido Republicano (VALE, 1953, p. 9).

e Anselmo José Braamcamp e o 5.º Marquês de Castelo Melhor em 1874), demonstrando-nos como o pariato era realmente algo bastante apetecível<sup>238</sup>. Pelo menos pelo sentido honorífico do cargo e pelo prestígio social que tal distinção proporcionava já que, de acordo com o decreto de 28 de Setembro de 1835, os membros da Câmara dos Pares gozavam de todas as honras e regalias que eram inerentes aos *grandes* do reino. Em 1874, por ocasião da nomeação para o pariato de Joaquim Tomás Lobo de Ávila, antigo chefe da *unha-negra* do Partido Histórico e futuro 1.º Conde de Valbom, foi dito até que “O manto de arminhos é uma distinção não só tão cobiçada, que há, como ainda agora se viu, quem para a adquirir renegue o seu passado político”<sup>239</sup>.

De acordo com a doutrina de Benjamin Constant, para constituírem um órgão de ponderação e moderação dos possíveis ímpetus democráticos da Câmara Baixa, os membros da Câmara Alta tinham forçosamente de gozar de uma desafogada indepedência; mas, justamente porque eram independentes, “Suas Excelências” podiam transformar-se numa fonte de instabilidade governativa. Podiam, mas não tinham necessariamente. Contudo, em Portugal, em resultado da sua génese histórica, a independência da Câmara dos Pares levou-a a abusar da sua influência política, convertendo-se num potencial foco de oposição que os governos não podiam subestimar. De facto, a Câmara dos Pares arrogava-se por vezes uma iniciativa política que, segundo as vozes críticas da época, excedia a influência que lhe era constitucionalmente reconhecida. Como diria Mártens Ferrão, o Procurador-Geral da Coroa, “Uma segunda câmara é sempre um corpo com uma larga influência política,

---

<sup>238</sup> De tal modo apetecível que houve até quem pedisse, directamente, ao Rei o ingresso no pariato. Numa carta dirigida ao Rei D. Carlos em 31 de Agosto de 1895, a determinado passo, o Major-General da Armada, Almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral refere: «Permita-me agora Vossa Majestade, que eu faça um pedido de ordem política, em cuja satisfação eu creio que Vossa Majestade poderá encontrar não um simples capricho pessoal, mas uma intenção de bem o servir. [...] É preciso que eu não fique mais uma vez fora da Câmara, mas como pela lei eleitoral actual os militares não recebem vencimentos, enquanto forem deputados, eu tenho a pior das incompatibilidades, a da fome, pelo que respeita a ser deputado: mas posso ser par, sem perder os vencimentos, e para isso tenho categoria. Se Vossa Majestade me pudesse adoptar como seu candidato ao pariato, estou certo que seria uma indicação que, aos próprios progressistas, os traria a um campo mais racional do que o que têm seguido, porque veriam bem o que teriam a ganhar, conservando-se fiéis, e enjeitando ligações híbridas». Pese embora todo o seu empenho, a aspiração do Almirante Ferreira do Amaral não seria atendida. O primeiro presidente do conselho de ministros do reinado de D. Manuel II ascendeu ao pariato, mas só uns anos mais tarde. A sua carta régia foi expedida em 17 de Março de 1898, ou seja, quase três anos depois do inusitado pedido (V. PAIXÃO, 1979, pp. 288-292).

<sup>239</sup> *O País*, 19.05.74. Com efeito, depois de os regeneradores lhe moverem uma guerra sem quartel em 1864-1865, quando o chefe da *unha-negra* era ministro da Fazenda, a propósito de um assassinato que ficou conhecido como «Crime de Soutulho», alegadamente cometido às ordens do seu irmão Francisco de Paula durante a guerra civil da Patuleia, Lobo de Ávila acabou por abandonar os históricos em 1873, recebendo dos seus antigos detractores um pariato, um título de Conde, um lugar no Conselho de Estado e a embaixada de Madrid! Como recompensa pela deserção partidária, não estava nada mal.

mas de dizer que é um corpo com larga influência política, a ser centro do movimento político, vai uma grande diferença”<sup>240</sup>.

Naturalmente que os excessos da Câmara dos Pares podiam sempre ser refreados pela influência do governo na nomeação de novos pares hereditários sem número fixo pelo monarca. Mas, devido à prodigalidade dos governos, o feitiço acabou por se virar contra o feiticeiro, pois que, no início da década de 1880, a câmara estava literalmente a rebentar pelas costuras à custa de tantas “fornadas”<sup>241</sup>. Seja como for, desde meados de 1861, após D. Pedro V conceder a primeira “fornada” de pares ao governo presidido pelo Marquês de Loulé, que o Conde do Lavradio, na altura o presidente da Câmara dos Pares, vinha alertando o monarca para este problema, garantindo que “o mal já não tem remédio, e cada vez que Vossa Majestade for obrigado a mudar de Ministério será também obrigado a criar novos Pares e a destruir por fim um dos elementos essenciais da nossa Constituição”<sup>242</sup>. Houve mesmo quem dissesse que “o pariato não é bagatela que os reis devam atirar a punhados das varandas do paço, como se atirassem moedas à gentilha”<sup>243</sup>. Na verdade, tornara-se praticamente insustentável continuar a garantir a cada novo governo uma recomposição da câmara através da nomeação de novas levas de pares. Um recurso no entanto indispensável para a rotação dos partidos no poder.

Com efeito, é realmente verdade que as “fornadas” funcionavam como uma espécie de elixir da longa vida governativa mas, como advertira Constant, comprometiam a autoridade da Câmara Alta e expunham a repetidas censuras o Poder Moderador, politicamente irresponsável. Podemos inclusive dizer que o número de pares do reino crescia na exacta proporção em que se acentuava a impopularidade e o desprestígio da Câmara Alta<sup>244</sup>, cuja organização nas décadas de 1870 e 1880 é

<sup>240</sup> DCP, sessão de 27.05.85, p. 544.

<sup>241</sup> Segundo Casal Ribeiro, só entre 1871 e 1883, um período que «se caracteriza pela decisiva preponderância de Fontes Pereira de Melo e pela sua quase constante permanência no poder, expediram-se noventa e seis cartas régias, nomeando outros tantos novos pares do reino. Destas pertenceram cinquenta e seis aos diversos consulados regeneradores, e quarenta ao ministério progressista de Junho de 1879. Nada menos de noventa e seis novos pares, em treze anos!» (RIBEIRO, 1895, p. 38).

<sup>242</sup> V. LAVRADIO, 1943, Volume VIII, p. 63. Ao mesmo tempo que criticava ferozmente as «fornadas de pares», tendo inclusive chegado ao extremo de pedir a demissão do cargo de Presidente da Câmara dos Pares, em 26.01.63, na sequência de uma «fornada» concedida por D. Luís aos históricos, o Marquês do Lavradio foi também um dos que mais pôs em evidência a utilidade do pariato hereditário para a conservação do moderantismo que caracterizava o regime da Carta e a importância dos vínculos para a preservação de um autêntico pariato hereditário.

<sup>243</sup> *O País*, 16.05.74. Este novo órgão do Partido Histórico surgiu em 1 de Janeiro de 1873, em lugar da anterior *Gazeta do Povo*.

<sup>244</sup> D. Pedro V tinha perfeita consciência deste epifenómeno pois, em 18 de Junho de 1856, já escrevera ao seu tio, o príncipe Alberto, que «Toda a gente está sempre a queixar-se da Câmara Alta, mas o que é

sistematicamente questionada. Nos moldes em que havia cristalizado, uma tal organização subsistia apenas em Portugal e na Inglaterra, isto no que toca a países com um sistema constitucional-monárquico, embora com fundamentos inteiramente distintos. E ainda com a agravante da “idiossincrática” *House of Lords* ter perdido a preponderância política a partir da reforma eleitoral de 1832<sup>245</sup>, um facto que tornava a Câmara dos Pares portuguesa ainda mais excepcional, e, segundo alguns críticos, talvez “na mais mal constituída de todos os senados existentes nos diversos países da Europa”<sup>246</sup>. Demais a mais, a investidura no pariato era rodeada de praxes e cerimónias solenes, com juramento aos “Santos Evangelhos” efectuado perante toda a “câmara levantada”, conferindo ao acto da posse um aparato formal algo exagerado.

Acresce a tudo isto o facto de a intumescência do pariato através de sucessivas “fornadas” funcionar ainda como uma faca de dois gumes para os próprios governos. Se, por um lado, as “fornadas” de pares eram um expediente indispensável para a domesticação política da Câmara Alta, “uma das poucas instituições que ainda conseguia resistir à vontade do Executivo”<sup>247</sup>; por outro lado, eram também um factor de perturbação que tornava cada vez mais complicado o controle político da câmara, pois tornou-se cada vez mais difícil a gestão de tantos pares pelos governos que, a certa altura, foram confrontados com a ameaça de uma maioria ausente. Com efeito, na década de 1860, havia um grande número de pares que só afluíam à Câmara em ocasiões excepcionais, ou seja, nas votações importantes<sup>248</sup>, revelando-se os governos, não obstante o recurso às “fornadas”, impotentes para travar esta capacidade de mobilização do pariato que tornava a Câmara indomável<sup>249</sup>.

Mas para além disso, o avolumar do número dos seus membros colocava subsidiariamente mais duas questões. Uma delas era relativa ao facto de o número de

---

que eles fazem por melhorá-la? [As fornadas] Apenas a degradam ainda mais» (V. MÓNICA (org.), 2000, pp. 117-124).

<sup>245</sup> Na Grã-Bretanha, segundo a tradição, as duas câmaras parlamentares sempre tiveram direitos iguais. Contudo, na sequência do alargamento do sufrágio operado pelo *Great Reform Act* de 1832 da iniciativa dos *Whigs* (Partido Liberal), a Câmara dos Lordes perdeu a preponderância para a Câmara dos Comuns. Como a Câmara dos Lordes não podia ser dissolvida, também não podia derrubar os governos, deixando estes de ser politicamente responsáveis perante essa câmara. Assim, apenas a Câmara dos Comuns podia efectivar a responsabilidade política do gabinete e fazer tombar o ministério (V. CAETANO, 1983, Tomo I, pp. 56-57 e LANG, 1999, pp. 34-39).

<sup>246</sup> *O Jornal do Comércio*, 07.02.79.

<sup>247</sup> MÓNICA, 1999, p. 131.

<sup>248</sup> Raul Brandão refere nas suas memórias que «Nos dias de votações importantes e decisivas reclamava-se o auxílio de algumas figuras, já recolhidas à tranquilidade da província, bispos, políticos velhos e reformados, que eram conhecidos na gíria da política por *mulas de reforço*» (BRANDÃO, 1988, Volume I, pp. 226-227).

<sup>249</sup> V. BELO, 2000, pp. 136 e 138.



membros da Câmara dos Pares na década de 1880 já ultrapassar o da Câmara dos Deputados<sup>250</sup>, fazendo letra-morta de uma das regras básicas que devia regular a organização de uma segunda câmara legislativa<sup>251</sup>. Com efeito, mandava o bom senso que a Câmara Baixa, com deputados eleitos em número proporcional à população do país, e, logo, mais representativa, fosse mais numerosa que a Câmara Alta, onde o que contava não era propriamente o número dos seus membros, mas o prestígio da opinião. A outra questão estava relacionada com a maior ou menor capacidade que os governos tinham para mobilizar e controlar os pares que lhes eram afectos, de molde a que não fossem surpreendidos por uma votação fortuita. Como o próprio Fontes Pereira de Melo reconheceu, foi exactamente isso o que acabou por suceder na sessão de 28 de Maio de 1879, provocando a súbita queda do seu ministério e o advento ao poder do Partido Progressista<sup>252</sup>. Efectivamente, numa altura em que a “câmara patrícia” discutia acaloradamente os prós e os contras do exclusivismo partidário que vinha caracterizando o sistema de “fornadas”, o caudilho regenerador desabafou: “Bom seria que entre nós se pudesse governar como se governa na Bélgica” onde “dois ou três votos só constituem maioria”<sup>253</sup>. Pode objectar-se que esse não era agora o caso, pois a maioria obtida em 28 de Maio pelo governo de Fontes foi um tudo-nada superior – na verdade, e talvez decisivamente, à frágil maioria da Câmara dos Pares juntava-se ainda uma conjuntura político-económica muito adversa –, embora essa fragilidade já denotasse uma perda de apoios que em breve trecho se poderia traduzir numa maioria anti-governamental. Mas não podemos igualmente esquecer o caso de um outro governo que, em 1881, pediu a demissão depois de ter obtido uma apertada maioria numa votação na Câmara Alta. Daí que, na opinião de Fontes, a oposição estivesse permanentemente de atalaia à espreita de um “ensejo favorável da ausência de um certo número de amigos do governo para apresentar uma moção política”<sup>254</sup>.

Depois de alguns anos no limbo, resultado do amplo consenso político alcançado pela Regeneração, a Câmara dos Pares, com o despontar do radicalismo da amálgama

<sup>250</sup> Entre 1880 e 1884, ou seja, antes ainda do II Acto Adicional de 1885, o número de pares do reino – 139 em 1880, 146 em 1881, 156 em 1882, 147 em 1883 e 143 em 1884 – já ultrapassara o número de representantes da nação que, de acordo com a lei eleitoral de 8 de Maio de 1878, se cifrava nessa altura nos 137 deputados.

<sup>251</sup> V. RUSSELL, 2000, pp. 50-52.

<sup>252</sup> *O Jornal do Comércio* de 29.05.79 afirma inclusivamente que nesta memorável sessão «A oposição tinha chamado a capítulo todos os seus apaniguados: nenhum faltara».

<sup>253</sup> Em Portugal, uma excepção a esta regra foi o segundo ministério histórico (1860-1865) que, apenas com um voto de maioria nos pares, continuou a governar não se inibindo mesmo de tomar a iniciativa de algumas medidas de grande alcance como a abolição dos morgados e a extinção do monopólio do tabaco.

<sup>254</sup> V. DCP, sessão de 01.04.84, p. 319.

em que se diluíra depois de 1851, voltou a estar na berlinda nos finais da década de 1850<sup>255</sup> e mormente nos princípios da década de 1860. Depois de D. Pedro V conceder uma “fornada” de 15 pares a Loulé em 17 de Maio de 1861, a 30 de Dezembro de 1862 foi a vez de D. Luís presentear o seu tio com uma “fornada” de 25 pares, que nem mesmo assim encontrou antídoto para impedir o derrube do ministério a que presidia justamente pela Câmara Alta. A partir de então, a reforma da Câmara dos Pares foi “um tópico obrigatório”<sup>256</sup> do ideário radical e uma questão insistentemente invocada ao longo do período subsequente, acompanhada por uma persuasiva campanha de injúrias tendente a denegrir a imagem, já de si pouco positiva, da Câmara dos Pares junto da opinião pública. Mas, para além de servir de alvo predilecto das diferentes propostas de reforma constitucional que irrompem em força a partir do princípio da década de 1870, a Câmara dos Pares era ainda uma das bandeiras que, de uma forma cristalina, no campo político, separava os verdadeiros progressistas dos empedernidos conservadores. Mesmo dentro do próprio campo progressista havia divergências a este respeito. José Luciano de Castro, por exemplo, não foi nada brando para com a Câmara dos Pares no projecto de revisão constitucional apresentado em 1872, sustentando de uma forma bastante veemente a necessidade de uma reforma que acabasse de vez com a hereditariedade do pariato<sup>257</sup>. Ainda assim, não pensava dela o mesmo que alguns dos seus correligionários mais puritanos que não se reviam inteiramente na linha oficial do partido, e que não se poupavam a esforços nem doseavam as palavras para transmitir da instituição a ideia de que era inconciliável com os mais elementares princípios democráticos e nociva à monarquia liberal.

Situada no vórtice das aspirações reformistas e ocupando um lugar de destaque no debate sobre a estrutura do sistema político, a câmara hereditária constituiu um foco permanente de discórdia partidária e uma das linhas de fractura entre a classe política. Não era a organização dual do Poder Legislativo que era questionada pelos partidos, dado que isso nunca esteve verdadeiramente em causa ao longo do período considerado. Era sobretudo a estrutura organizativa da Câmara dos Pares, a qual carecia da “seiva das

---

<sup>255</sup> Segundo M. Fátima Bonifácio, a abolição da Câmara dos Pares era uma pretensão que, nas páginas d’*O Português*, «se apresentava directamente conexa» com a questão das irmãs de caridade, desencadeada a partir de Julho de 1858 (V. BONIFÁCIO, 2001, p. 997).

<sup>256</sup> BONIFÁCIO, 1999, p. 246.

<sup>257</sup> No projecto de reforma da Carta Constitucional apresentado em 24.01.72, o então deputado do Partido Histórico criticava entre várias coisas que «A câmara dos pares nem representa actualmente uma classe distinta, que entre nós não existe, nem tem a autoridade e o prestígio necessários para obstar às demasias da câmara popular» (*Projecto de lei apresentado na Câmara dos Senhores Deputados em sessão de 24 de Janeiro de 1872 por José Luciano de Castro*, 1872, p. 17).

instituições democráticas”, e eram as suas funções, as quais, como já foi referido, evoluíram no sentido de uma inversão dos papéis que deviam representar as duas câmaras do Parlamento. O facto de ninguém aparecer a defender a existência de uma única câmara legislativa, durante a discussão da reforma constitucional de 1885, é sobejamente sintomático de que a esmagadora maioria dos sectores políticos reformistas, mas situados no hemisfério monárquico, eram decididamente bicamaralistas<sup>258</sup>. Na realidade, abolir a Câmara Alta, liquidar o pariato, equivaleria a golpear brutalmente o prestígio do Rei e a ferir a própria Monarquia. Para além desta consideração, que por si só bastaria, acrescia o facto de que a história institucional e política portuguesa dos tempos mais chegados abonava pouco em favor do unicamaralismo. As constituições que resultaram do labor de uma só câmara, como foi o caso das Cortes Constituintes de 1821-1822 e 1837-1838, foram demasiado efémeras e nunca asseguraram a estabilidade nem a longevidade do regime: o absolutismo regressou vitorioso em 1823 e o cartismo voltou triunfante em 1842.

No plano político, a questão fundamental relativa à Câmara dos Pares foi formulada, de modo bem incisivo, por Oliveira Martins: “É, ou não é indispensável para governar constituir maioria na Câmara dos Pares?”<sup>259</sup> A resposta não poderia deixar de ser afirmativa. Em Portugal, um governo que fosse censurado pela Câmara Alta, via nessa censura motivo para abandonar o poder mesmo que continuasse a ter o apoio e a confiança política da outra câmara legislativa, necessitando por isso de possuir ali a todo o custo uma maioria. Como já foi dito, este intrigante fenómeno constitui uma especificidade do bicamaralismo português – visto que lá fora os ministérios se mantinham no seu posto apesar das votações contrárias na Câmara Alta<sup>260</sup> – e está também relacionado com a génese histórica da Câmara dos Pares em 1834, onde se

---

<sup>258</sup> Vale a pena referir que, por esta altura, a Grécia era o único grande estado europeu com um sistema parlamentar não bicamaralista: de acordo com o artigo 22.º da Constituição helénica de 28 de Novembro de 1864 que proclamou o princípio da soberania popular, «O poder legislativo é exercido colectivamente pelo Rei e pela Câmara [sic]» (DARESTE, 1883, Tome II, p. 325). Trindade Coelho refere que «Em geral, o sistema de duas câmaras é incomparavelmente melhor do que uma assembleia única; esta oferece menos inconvenientes em Estados minúsculos, como são os cantões suíços, onde o poder legislativo é exercido por um grande conselho» (COELHO, 1908, pp. 90-91).

<sup>259</sup> MARTINS, 1959, Volume III, p. 21.

<sup>260</sup> Um pequeno excerto rebuscado do *Diário Popular* de 4 de Abril de 1881 corrobora parcialmente este facto: «Se a censura da câmara dos dignos pares pode ter alta significação política, o que não está admitido na Inglaterra, onde ainda há muito pouco tempo não causou crise ministerial uma moção de censura da câmara dos lordes – o que não está também admitido na Itália, onde os governos continuam no seu posto quando perdem votações no senado – e igualmente na França, posto que a câmara alta tenha uma organização democrática – não pode deixar de ter muito maior significação política a confiança da câmara dos senhores deputados, onde melhor se representa o espírito público».

sentaram os indivíduos que, tendo dado um contributo decisivo para a vitória da “causa de D. Maria”, adquiriram direito a uma palavra de peso no decurso da vida política da monarquia constitucional. Em Espanha, quando o período designado de “década moderada” (1844-1854) vivia o seu estertor final, um ministério presidido pelo Conde de San Luis (Luis Sartorius) sofreu em 19 de Dezembro de 1854 um voto de censura no Senado por 105 votos contra 69, mas não se demitiu<sup>261</sup>. E em 3 de Agosto de 1880, o ministério do Partido Liberal presidido por Gladstone, viu rejeitada por uma grande maioria, na Câmara dos Lordes, uma proposta sua aprovada nos Comuns<sup>262</sup>, referente à questão agrária irlandesa<sup>263</sup>. Porém, nem mesmo assim o governo *Whig* se demitiu, mantendo-se no poder, impassível e seguro, à sombra do apoio que a câmara electiva lhe prestava<sup>264</sup>. Na perspectiva d’*O Progresso*, este exemplo devia servir de “alta lição constitucional”<sup>265</sup> para a nossa Câmara dos Pares que, no entanto, não adoptou esta doutrina.

Na realidade, a preponderância conservadora na *House of Lords* foi um produto da história. Durante a maior parte do século XVIII, os *Whigs* detinham nesta câmara uma pequena maioria. Todavia, quando William Pitt, o Jovem, se tornou Primeiro-Ministro em 1783, verificou-se uma vaga de nomeações numa escala sem precedentes<sup>266</sup>. Com efeito, “durante os dezassete anos em que [o implacável inimigo de Napoleão] esteve à frente do governo foram criados 140 novos pares, proporcionando aos *Tories* uma confortável maioria e colocando-os numa posição de ascendência na Câmara dos Lordes. Esta ascendência era acentuada pela natural tendência conservadora de uma câmara hereditária e foi ainda aumentada pelas defecções verificadas entre os pares liberais”<sup>267</sup>. Não admira pois que em 1868, em plena era vitoriana, já existisse na câmara uma maioria de 60 a 70 pares opositores do primeiro gabinete presidido por

<sup>261</sup> Em 16 de Janeiro de 1864, um ministério presidido pelo Marquês de Miraflores apresentou a demissão depois de perder uma votação no Senado, mas esta resolução deveu-se ao facto de «o governo ter convertido o assunto em questão de confiança, em questão de gabinete, vinculando a sua continuidade à frente do executivo à aprovação pelo Senado do projecto de lei, sem que este tivesse tomado nenhuma iniciativa nesse sentido». (MARCO MARCO, 2003, pp. 147-150 e 163-165).

<sup>262</sup> PARTRIDGE, 2003, p. 191.

<sup>263</sup> Para mais esclarecimentos sobre esta questão consultar: SMITH, 1992, p. 129; WATTS, 2002, pp. 95, 96 e 105 e WILLIS, 1999, p. 56.

<sup>264</sup> Na opinião de Meg Russell, seria inconcebível que a Câmara Alta britânica detivesse o poder de derrubar ministérios pois nesse caso nenhum governo Liberal podia ali sobreviver. Esta restrição aplica-se à maioria dos sistemas parlamentares bicamaralistas, onde os governos eram removidos por um voto de censura na Câmara Baixa, mas não por um procedimento idêntico no Senado. (V. RUSSELL, 2000, p. 194).

<sup>265</sup> *O Progresso*, 12.08.80.

<sup>266</sup> V. LONGFORD, 1999, p. 109 e McCAHILL, 2009, p. 14.

<sup>267</sup> CARMICHAEL e DICKSON (ed.), 1999, p. 32.

Gladstone<sup>268</sup>. A preponderância conservadora já era uma indesmentível realidade<sup>269</sup>. Que o diga o “Grand Old Man” que experimentou em primeira-mão as frustrações de governar com uma Câmara Alta hostil.

Do ponto de vista constitucional, os pares do reino tinham um estatuto praticamente igual aos deputados da nação em matéria legislativa, o que aponta para a confirmação de uma elevada simetria de poderes entre as duas câmaras, segundo a classificação proposta por Arend Lijphart que vimos anteriormente. Ambas as câmaras legislativas dispunham de “meios de controlo ordinários” (perguntas, interpelações, comissões gerais e especiais de inquérito, a resposta ao discurso da coroa, etc.) e de “meios de controlo extraordinários” da actividade governativa (moções de confiança e moções de censura)<sup>270</sup>. As únicas excepções a esta equidade dos órgãos legisladores eram a prioridade da Câmara dos Deputados no que respeita a lançamento de impostos e recrutamento militar, e o facto de as propostas de lei de iniciativa governamental terem de ser primeiro apresentadas na Câmara dos Deputados, subindo à Câmara dos Pares já numa segunda fase do trâmite legislativo. No que concerne aos restantes assuntos, os poderes da Câmara Baixa eram perfeitamente simétricos relativamente aos da Câmara Alta, onde a iniciativa legislativa era no entanto muito reduzida<sup>271</sup>. Porém, a intervenção da Câmara dos Pares no processo legislativo abarcava ainda outra importante faceta: a sugestão de emendas ou aditamentos aos projectos emanados da câmara electiva, sendo principalmente deste modo que os pares do reino faziam prevalecer as suas ideias e os seus pontos de vista, mormente quando estavam em causa os seus direitos e as suas regalias políticas.

Ainda que no decurso do período compreendido entre 1870 e 1885 a câmara hereditária tivesse sido responsável pelo derrube de dois dos oito ministérios que

<sup>268</sup> CARMICHAEL e DICKSON (ed.), 1999, p. 32.

<sup>269</sup> Segundo E. A. Smith, «A análise das votações nos lordes entre 1860 e 1886 revela que, nas quinze questões mais importantes, votaram 737 pares, dos quais 306 demonstraram uma forte preferência pelos Conservadores, contra 188 pelos Liberais, enquanto apenas 26 se mostraram completamente independentes» (SMITH, 1992, p. 104). Aliás, um dos germens do *Parliament Act* de 1911 que restringiu significativamente os poderes da Câmara dos Lordes, ao ponto de a deixar reduzida a um mero papel retardador, foi o facto de esta funcionar como um obstáculo à legislação progressista, deixando passar quase todos os projectos sem os alterar quando os conservadores estavam no poder, o que não acontecia quando estavam no poder os liberais, já que então os lordes eram tomados por um extremoso zelo que emperrava toda a acção legislativa da Câmara dos Comuns.

<sup>270</sup> Dizia-se porém que «se à câmara alta se concedeu os mesmos poderes da outra, é para deles fazer diferente emprego [...]. Deste princípio se devem compenetrar os nossos próceres» (*O Jornal do Comércio*, 15.05.83).

<sup>271</sup> Segundo Pedro Tavares de Almeida, a quase totalidade das propostas de lei (1028 em 1044) discutidas e votadas pelo Parlamento entre 1868 e 1884 foram de iniciativa governamental (V. ALMEIDA, 1995, Volume I, p. 138).

presidiram aos destinos nacionais, em nenhum dos casos tal facto se deveu à rejeição de propostas de lei apresentadas pelos governos e em que estes se empenhassem, fazendo questão ministerial da sua aprovação. Pelo contrário, a queda desses ministérios foi motivada sobretudo pelo facto de a Câmara dos Pares suscitar “questões políticas”, como se dizia na época, que, em última instância, ditaram a demissão daqueles governos. Com efeito, entre 31 de Março de 1870 e 5 de Junho de 1906, somente 3 projectos de lei vindos da Câmara dos Deputados foram rejeitados pela dos dignos pares do reino<sup>272</sup>, uma prática que desmente os que sustentavam que “Uma câmara de procedência régia está destinada a viver em conflito, sem solução pacífica, com a câmara popular”<sup>273</sup>. Como já ficou claro noutro estudo sobre o pariato, não era de uma forma directa, isto é, através da criação de entraves à iniciativa legislativa da Câmara dos Deputados, que o papel da Câmara dos Pares no sistema político se fazia fundamentalmente sentir, mas sim através do recurso a outros expedientes igualmente eficientes que a Câmara tinha à sua disposição. “Tais expedientes traduziam-se na prática pela apresentação de constantes requerimentos, por insinuantes interpelações e incisivas moções de ordem que nalguns casos eram também sinónimo de severas moções de censura, que mantinham constantemente sob estreita vigilância e apertado controlo o desempenho do executivo”<sup>274</sup>. Sendo que a moção de censura constitui a última das armas de que as câmaras legislativas dispõem para exercer o controlo da actividade governativa.

Em traços gerais, podemos afirmar que, ao longo dos cinco lustros compreendidos entre 1870 e 1895, foi a Câmara dos Deputados que funcionou como o verdadeiro epicentro do Poder Legislativo e ainda como o trampolim de ascensão ao pariato<sup>275</sup>, e que a Câmara dos Pares ficou relegada, em matéria legislativa, a uma

---

<sup>272</sup> *Sinopse dos trabalhos da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Lisboa, 1870-1906. Como termo de comparação assinalamos que, entre 9 de Dezembro de 1838 e 10 de Fevereiro de 1842, a Câmara dos Senadores da Constituição Setembrista de 1838, rejeitou 19 propostas de lei enviadas pela Câmara dos Deputados. E no que respeita à Câmara dos Pares podemos ainda acrescentar que, entre 1842 e 1883, de 3221 propostas de lei que a Câmara dos Deputados enviou, depois de por ela aprovadas, à Câmara dos Pares, esta só rejeitou 19 (V. SANTOS, 1887, Volume I, p. 306). Em Inglaterra, o quadro não era muito distinto. Segundo M. W. McCahill, durante o reinado de George III, «apenas uma pequena percentagem dos *bills* enviados pelos Comuns foi reprovada pelos Lordes e os que foram ali reprovados eram pouco relevantes» (McCAHILL, 2009, p. 7).

<sup>273</sup> *O País*, 12.03.75.

<sup>274</sup> BELO, 2000, pp. 138-139.

<sup>275</sup> A maioria dos pares do reino que foram nomeados ao longo deste período encontrava-se compreendida na 4.ª categoria mencionada no artigo 4.º da Lei de 3 de Maio de 1878. Estes indivíduos tinham completado no mínimo 8 sessões legislativas como deputados da nação, ficando deste modo com as portas da Câmara Alta completamente escancaradas. Senão vejamos: dos 96 indivíduos nomeados que

câmara de ressonância da câmara popular. Durante o período estudado, e sobretudo no final das sessões legislativas, encontramos numerosas queixas de pares do reino por as leis lhes chegarem à última da hora, ficando assim impossibilitados de as “estudar” e apenas com tempo para, segundo a pitoresca linguagem da época, as discutir “a galope”<sup>276</sup>. Ora, como é compreensível, não era possível examinar as leis à luz da moderação e da prudência num sistema de contra-relógio. A Câmara Alta, à qual chegam as questões já muito debatidas<sup>277</sup>, deparava-se ainda com falta de tempo para desempenhar uma das suas obrigações institucionais: funcionar como um fórum de debate amplo e independente das propostas legislativas. O dado mais ilustrativo a este respeito é o exíguo número de comissões mistas – apenas uma – constituídas entre 1870 e 1895. A magreza numérica demonstra que a necessidade de recorrer a este mecanismo, destinado a resolver as disputas entre as duas câmaras legislativas, era muitíssimo esporádica, o que aponta para uma grande coincidência de critérios e de pontos de vista entre ambas as Câmaras e para o facto de as leis chegarem quase sempre à Câmara Alta já prontas<sup>278</sup>, circunstância que abona pouco em favor da necessidade prática desta Câmara. A Câmara dos Pares reduz-se, pela força das circunstâncias, a um trâmite dilatatório na sanção das leis decretadas pela outra assembleia, nova e rapidamente discutidas na segunda câmara para serem aprovadas sem modificação substancial<sup>279</sup>.

---

tomaram posse na Câmara dos Pares entre 1870 e 1885, nada mais, nada menos de 70 (73 %) eram ex-deputados. Vale a pena acrescentar ainda que, durante o espaço temporal em que a Carta Constitucional esteve em vigor, dos 418 nomeados por Carta Régia que tomaram posse no pariato, 274 (66 %) eram ex-deputados; enquanto dos 122 pares que tomaram posse por sucessão durante igual período, somente 27 (22 %) eram ex-deputados (V. *Estatística do Pariato Português desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1909*, 1910 e SANTOS, 1890, Volume II, pp. 452-455).

<sup>276</sup> Em 25.04.78, o *Diário Popular* dá-nos inclusive conta que «O sr. Mártens Ferrão protestou energicamente na câmara contra os que, em nome dos interesses pessoais dos deputados, querem que as leis na câmara dos pares sejam votadas sem serem discutidas, e contra os que pretendem obrigar a câmara a votar às cegas a canastrada de projectos importantes que à última hora entregaram ao exame dela».

<sup>277</sup> Tomemos como exemplo a lei eleitoral de 28.03.85 que adoptou o princípio de representação das minorias e o escrutínio de lista incompleta, a qual esteve em discussão na Câmara dos Deputados entre 13.02.84 e 15.03.84, enquanto a Câmara dos Pares a discutiu em apenas três dias, compreendidos entre 13.05.84 e 15.05.84.

<sup>278</sup> Como salienta M. Fátima Bonifácio, «Depois que um governo subia ao poder e através de eleições arranjava a sua maioria na Câmara dos Deputados, tratava de pedir ao rei que lhe fabricasse igualmente uma maioria na Câmara dos Pares. O rei concedia então as famosas fornadas, quer dizer, nomeações de pares indicados pelo governo. Deste modo se estabelecia a sintonização partidária entre as duas Câmaras, que explica o baixo grau de conflito verificado entre ambas» (BONIFÁCIO, 2007 b), p. 162).

<sup>279</sup> Em Inglaterra era algo normal os ministérios sofrerem reveses na Câmara dos Lordes, a qual introduzia muitas emendas à legislação vinda da Câmara dos Comuns que, por sua vez, também rejeitava muitas das emendas feitas pelos lordes, dando por isso ensejo à constituição de múltiplas comissões mistas. Foram estes sucessivos conflitos entre as duas câmaras legislativas que estiveram na génese do *Parliament Act* de 1911 que restringiu de uma maneira drástica os poderes da *House of Lords*. Segundo o

Mas o papel da Câmara dos Pares não se consubstanciava nem se esgotava na sua função legislativa. Para além desta e das funções judiciais, que serão analisadas mais adiante quando abordarmos o intrincado julgamento do Conde de Peniche, a segunda câmara tinha também um papel político-social muito importante. De acordo com a doutrina, devia representar as notabilidades do país mais eminentes pela fortuna, mérito ou nascimento, funcionando assim como um fórum de reunião das grandes eminências nacionais<sup>280</sup>. Com efeito, a segunda câmara também se destinava a conferir à aristocracia uma função política numa sociedade em que, apesar da igualdade de direitos civis, o status aristocrático proporcionava na prática uma grande distinção social. Além disso, Constant acreditava também que não era concebível uma monarquia hereditária sem uma aristocracia hereditária<sup>281</sup>. A hereditariedade do pariato derivava desta circunstância pois, de certo modo, o pariato hereditário legitimava a hereditariedade do monarca numa época em que já não se acreditava em reis de direito divino.

Para terminar, justifica-se um breve esclarecimento relativo à imprevisibilidade da Câmara Alta, cuja explicação constitui um dos objectivos principais desta tese. Como teremos oportunidade de testemunhar através de exemplos concretos, a imprevisibilidade da Câmara dos Pares face aos governos não era apenas fruto de uma causa específica mas de um conjunto de causas. Estas causas estavam relacionadas com o facto de os pares do reino, porque inamovíveis, serem independentes e se considerarem desobrigados perante quem os nomeava; por outro lado, verificaremos também que a imprevisibilidade da assembleia provinha de complexos mecanismos de afluência à Câmara que os governos, por mais que se esforçassem, não conseguiam controlar.

---

*Parliament Act* de 1911, os projectos contendo matéria financeira (*money bills*) que no prazo de um mês, a contar do envio pela Câmara dos Comuns, não fossem aprovados sem emendas pelos lordes, poderiam ser submetidos à sanção real pela Câmara dos Comuns e assim ganhar força de lei. Quaisquer outros projectos, votados em três sessões consecutivas pela Câmara Baixa e a seguir rejeitados pela Câmara Alta, poderiam também ser submetidos à sanção real pelos comuns e adquirir peso de lei desde que tivesse decorrido pelo menos um ano entre a primeira e a terceira votação na Câmara dos Comuns. Como a concessão da sanção régia era um acto puramente formal – desde o reinado da rainha Ana (1702-1714) que não era recusada –, isto significa que na prática a Câmara dos Lordes ficou apenas com o poder de retardar em um mês a entrada em vigor das leis financeiras e em um ano as outras leis, limitando-se a exercer um simples voto suspensivo (V. RUSSELL, 1999; TSEBELIS e MONEY, 1997 e LANG, 1999).

<sup>280</sup> Cf. FONTANA (ed.), 1997, p. 39.

<sup>281</sup> V. CONSTANT, 1872, Volume I, p. 35.



### 5. *Perspectiva estatística e sociológica da Câmara dos Pares (1870-1885)*

A Câmara dos Pares tinha a dupla função de assembleia política e de tribunal de justiça, as quais eram funções completamente distintas e independentes uma da outra. O funcionamento da Câmara dos Pares e o exercício do pariato estavam regulados por um Regimento Interno composto por 18 títulos e 112 artigos que continham os preceitos relativos à constituição da Câmara e ao desempenho das suas funções legislativas, enquanto as suas funções judiciais estavam reguladas por um Regulamento Interno da Câmara dos Pares Constituída em Tribunal de Justiça composto por 21 artigos<sup>282</sup>. A Carta Constitucional estabeleceu que o pariato fosse de nomeação régia, vitalício e hereditário, logo inamovível, para assim o tornar forte e independente. Mas parecendo ao legislador que só isto não bastava, tornou ainda os pares do reino praticamente invioláveis concedendo-lhes imunidades especiais. Não podiam, por exemplo, ser presos sem ordem expressa da Câmara a que pertenciam, nem julgados ante outros juízes que não fossem os seus próprios pares constituídos em tribunal de justiça. Convém acrescentar que esta regulamentação interna, formada por uma série de mecanismos conducentes a regular a actividade da Câmara a todos os níveis, era perfeitamente imprescindível já que na Carta Constitucional apenas se fazia uma breve referência aos preceitos e às funções dos órgãos co-legislativos.

Inicialmente, de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Dignos Pares do Reino, era necessária a presença de metade dos membros da Câmara para o presidente abrir a sessão. Depois, com o avolumar das dificuldades em reunir o número suficiente de pares do reino para que a Câmara pudesse funcionar legalmente, convencionou-se que o número de pares presentes na abertura da sessão seria equivalente a um terço da totalidade dos membros. Ainda assim as dificuldades em reunir, por vezes, o número exigível pelo Regimento foram bem manifestas. Por isso estabeleceu-se que o número ideal seria um quarto da totalidade dos membros da Câmara. Mas nem mesmo assim o problema foi ultrapassado, determinando-se por fim que seria necessária a presença de 19 pares do reino para se proceder à abertura da sessão<sup>283</sup>. Estas sucessivas alterações regulamentares mostram que os dignos pares não

<sup>282</sup> A título comparativo podemos adiantar que o Regulamento de 30.06.71 do Senado espanhol contava com 238 artigos distribuídos por 26 títulos. Este Regulamento continuou em vigor após a promulgação da Constituição de 1876 já que foi preciso esperar pela fase final da Restauração para que a Câmara Alta espanhola fosse dotada de um novo Regulamento em 6 de Maio de 1918.

<sup>283</sup> Durante a sessão legislativa de 1896, a Câmara dos Pares ficou mesmo conhecida como a *Assembleia dos Dezanove*, devido ao facto de funcionar quase sempre com o número mínimo de membros exigido

se distinguiam pela assiduidade no cumprimento dos seus deveres<sup>284</sup>, o que revela que a eminência da sua posição lhes transmitia um certo sentido de impunidade.

De resto, este estado de coisas já tinha levado o Conde do Lavradio, em 1843, a soltar duras críticas ao procedimento dos seus colegas que costumavam primar pela ausência, deixando a Câmara quase deserta: “Consta-me que em Lisboa se acham mais de quarenta Dignos Pares, e parece-me que é contra decência da Câmara, e contra o desempenho dos nossos deveres o não haver sessão, ou esta não poder continuar por falta de número: isto é vergonhoso, e pediria portanto que algum dos srs. secretários fizesse umas circulares aos Dignos Pares que faltaram, pedindo-lhes que não deixem de comparecer à hora indicada. Ora o caso não está só em se apresentarem, é necessário que se conservem [nos seus lugares] até ao fim da sessão”<sup>285</sup>.

É também curioso notar que, durante o período em apreço, mais precisamente na sessão de 22 de Fevereiro de 1884, quando a Câmara Alta se preparava para votar um projecto de lei, verificou-se com algum espanto na mesa da presidência que não havia na sala número suficiente de pares para votar o projecto que, por essa razão, foi imediatamente procrastinado. Com efeito, apesar de terem comparecido 43 pares do reino na referida sessão, no momento da votação, que é sem dúvida o melhor barómetro para medir a afluência do pariato, apenas restavam na sala 16 próceres. Como se dizia na gíria da época, os restantes 27 puseram-se “na alheta”, sendo este facto um claro indício de que um número considerável de membros apenas se deslocava à Câmara para “marcar o ponto”, abandonando logo a seguir os respectivos trabalhos. Esta sorrateira debandada verificada durante as sessões não era, como no caso dos lordes britânicos, em que o trabalho de emendar e rever a legislação vinda da Câmara dos Comuns deixava sempre tempo para tomar o famoso *five o'clock tea*<sup>286</sup>, devida a qualquer

---

pelo artigo 1.º do Regimento. Mas não se pense que, por esta altura, na outra câmara legislativa, o panorama era muito mais animador. Da eleição geral de deputados, realizada sob o signo da ditadura Hintze-Franco de 1895 (um autêntico *annus horribilis* em termos parlamentares pois à ditadura somou-se um pavoroso incêndio que destruiu parte do Palácio das Cortes, designadamente a antiga sala das sessões da Câmara dos Deputados), veio à luz a famosa câmara monopartidária que ficou imortalizada pela pouco edificante designação de *Solar dos Barrigas*, um título manifestamente incompatível com a dignidade parlamentar.

<sup>284</sup> Por exemplo, «Desde o Verão de 1864 até Janeiro de 1867, Eugénio de Almeida não compareceria senão a uma única sessão do pariato. Os seus negócios particulares absorviam-lhe toda a atenção». Outra «Prova do seu afastamento político foi a absoluta ausência da Câmara dos Pares a partir de Janeiro de 1868 – e até à Primavera de 1871, altura em que fez ali as suas duas últimas intervenções» (SARDICA, 2005 b), pp. 141 e 158).

<sup>285</sup> DCP, sessão de 17.01.43, p. 76.

<sup>286</sup> Em boa verdade, na era vitoriana, aos nobres lordes britânicos sobrava tempo para fazerem mil e uma coisas. De manhã troteavam na coutada. Quando saíam da Câmara passavam pelo clube, jantavam por

formalidade. Ao que parece, era antes uma consequência directa da inexistência de uma lei reguladora das incompatibilidades no pariato<sup>287</sup>, já que eram constantes os pedidos de autorização para acumulação de cargos públicos com as funções legislativas por parte dos pares do reino, dos quais uma grande maioria prestava igualmente serviço nas várias repartições dos diferentes ministérios<sup>288</sup>. A estes há ainda que acrescentar aqueles pares que acumulavam funções públicas e privadas<sup>289</sup>. Aliás, “Quem comparar as listas de pares do reino e conselheiros de Estado com as das direcções de bancos, companhias e sociedades filantrópicas verá que os mesmos nomes se repetem na corte, na política, nas finanças e na caridade”<sup>290</sup>.

As sucessivas rectificações efectuadas no Regimento não são mais do que o reflexo e, sobretudo, o reconhecimento do forte absentismo verificado entre os membros da Câmara Alta, muitos deles já velhos e cansados<sup>291</sup> e com escassas forças para as pelejas parlamentares<sup>292</sup>. Com efeito, os *Diários das Sessões* estão repletos de chamadas

---

volta da sete horas e, se não houvesse baile, mostravam-se no teatro ou na ópera antes de voltarem ao clube, que só abandonavam ao nascer do Sol (V. ALEXANDRE e DE L’AULNOIT, 2002, p. 23).

<sup>287</sup> Para obviar este problema, o artigo 7.º da Lei espanhola de 8 de Fevereiro de 1877, relativa à eleição e organização do Senado, determinava que o cargo de senador era incompatível «com todo o emprego activo retribuído com fundos do Estado, provinciais ou municipais» que não estivesse compreendido numa das 12 categorias designadas no artigo 22.º da Constituição de 1876. Por seu turno, o artigo 155.º do código eleitoral belga de 1877 preceituava que «Os funcionários e empregados assalariados pelo estado, que forem nomeados membros de uma e de outra casa do parlamento, antes de prestar juramento, optarão entre o mandato parlamentar e os seus empregos».

<sup>288</sup> Para se fazer uma ideia da dimensão deste fenómeno consultar os requerimentos dirigidos pelos vários ministérios à Câmara dos Pares nas sessões de 11.01.76 e 14.01.76.

<sup>289</sup> Como sustentava o par do reino Luís da Câmara Leme, em 12 de Março de 1888, aquando da apresentação de um projecto de lei sobre incompatibilidades políticas (o outro subscritor do projecto era Manuel Vaz Preto), «Raro é o homem político de importância em Portugal que não seja director, administrador ou do conselho fiscal de alguma companhia, banco ou sociedade anónima, e muitos ocupam lugares desta natureza em mais de uma. Além do mau efeito que estes abusos produzem não há tempo material que chegue para tratar de tantos e variados mesteres. Ou se há-de ocupar dos negócios públicos ou particulares. Uns prejudicam os outros» (LEME, 1889, pp. 12-13). O projecto em questão foi rejeitado pela Câmara Alta por 31 votos contra 17. Entre os pares que votaram contra estava José Luciano de Castro que na altura desempenhava as funções de governador do Crédito Predial Português, o mais apetecido de todos os lugares.

<sup>290</sup> RAMOS, 1994, Volume VI, p. 75. Citando José Miguel Sardica, podemos avançar que «Em 1875, o *Almanaque Burocrático* de Aristides Abranches – uma espécie de *Who’s Who* português – referia o Marquês de Ávila e Bolama como detentor de sete empregos simultâneos. Por ordem decrescente de importância, era Presidente da Câmara dos Pares (e Par do Reino), Conselheiro de Estado, Governador do Crédito Predial Português, Vice-Presidente da Classe das Ciências Morais, Políticas e Belas Letras da Academia Real das Ciências, 1.º Vogal do Supremo Tribunal Administrativo, Presidente da Direcção da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado e Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Agrícola e Financeira de Portugal» (SARDICA, 2005 a), pp. 531-532).

<sup>291</sup> De acordo com Pedro Tavares de Almeida, no período compreendido entre 1851 e 1890, a idade dos pares do reino de nomeação régia, à data da tomada de posse, em 37,1 % dos casos situava-se acima dos 60 anos (ALMEIDA, 1995, Volume I, p. 121).

<sup>292</sup> Exemplo disso é uma carta enviada pelo 3.º Conde de Cavaleiros ao 4.º Conde de Rio Maior que foi publicada no *Diário Popular* de 14.01.79, na qual se dizia: «Meu caro conde de Rio Maior – Sofrendo as consequências duma gravíssima doença, que me tem atormentado, não me é possível acompanhar a

de atenção aos pares do reino, tanto pela sua falta de comparência como pela sua falta de pontualidade. Na realidade, apesar de a sua estrutura organizativa se estribar no modelo da Câmara dos Lordes, a pontualidade britânica não era de todo uma das imagens de marca da Câmara dos Pares. Já nos conturbados tempos do cabralismo, “Quando na Câmara dos Pares os ataques sibilantes de Lavradio ao conde de Tomar zuniam como o vento nas cordagens do navio ameaçado”<sup>293</sup>, “pelo menos metade dos dignos pares do reino não se dignava honrar a Câmara com a sua presença e havia apenas uns quarenta habituais”<sup>294</sup>. Aliás, volvidas quase duas décadas, não obstante o cômputo geral de pares haver disparado, o número de “habituais” era praticamente o mesmo. Efectivamente, durante a vigência do segundo governo histórico presidido por Loulé (1860-1865), a média de pares presentes situou-se nos 47 elementos, enquanto a média de faltas foi de 74 pares por sessão, sendo que das 343 sessões da Câmara Alta ocorridas neste período, por 295 vezes – ou seja, em 86 % do total das sessões – compareceram menos de 50 % dos pares<sup>295</sup>. Por sua vez, no que concerne ao ciclo político compreendido entre 1870 e 1885, verificamos uma vez mais que estamos em presença de um cenário muito semelhante. Ao longo das 940 sessões normais da Câmara Alta ocorridas durante este espaço temporal, a média de presenças foi de 53 pares por sessão, enquanto a média de faltas se voltou a situar bem acima, nos 76 pares por sessão, ou seja, qualquer coisa como 60 % de ausências diárias durante o referido período<sup>296</sup>.

O absentismo entre o pariatto continuava portanto extremamente elevado<sup>297</sup>. E, segundo os indicadores de que dispomos, assim se manteve durante os tempos

---

câmara dos dignos pares do reino nos seus trabalhos, e provavelmente jamais lá poderei voltar, é o termo da minha vida pública. Desejo pois dever-te o favor de fazer constar à câmara o motivo real porque falto às suas sessões [...]. Eis a razão da minha falta aos trabalhos parlamentares, que aliás em consciência eu acompanharia sempre, se as forças não me faltassem como me sucede agora. Sou teu velho e obrigado amigo e parente. *Conde de Cavaleiros*». Noutra epístola dirigida em 20 de Fevereiro de 1862 ao 4.º Conde de Rio Maior, a Condessa de Rio Maior, sua mãe, dá-nos também conta deste incontornável fenómeno. De acordo com o seu relato «o Ávila e o visconde de Sá começaram por insultar a Câmara, pois disseram que qualquer que fosse a decisão, o Ministério não se demitiria. Apesar disso, fizeram toda a diligência para ter maioria, mandaram vir Pares, *fizeram levantar da cama os que estavam doentes*, etc., etc., e por fim votaram eles mesmos, os três ministros, [...]» (V. MÓNICA, 2004 b), pp. 298-299). O *italico* é meu.

<sup>293</sup> MARTINS, 1986, Volume II, p. 150.

<sup>294</sup> BONIFÁCIO, 2002 a), p. 44.

<sup>295</sup> V. BELO, 2000, pp. 22, 171 e 174.

<sup>296</sup> V. Quadros 1 e 2, p. 355.

<sup>297</sup> O absentismo estava longe de ser um problema exclusivo do pariatto português. Em Inglaterra, ao longo dos tempos, as queixas sobre a fraca afluência dos pares foram também frequentes, tanto assim que «A média de presenças por sessão entre 1887 e 1909 andou entre os quinze e os vinte por cento relativamente ao número total de pares» (V. SMITH, 1992, pp. 41 e 160). E em Espanha, aonde «Para

vindouros pois em 1896, numa altura em que a Monarquia já tinha vivido os seus melhores dias, abeirando-se da nova centúria a braços com uma crise desencadeada pelo *ultimatum* britânico mas que se agravou com a desintegração do rotativismo<sup>298</sup>, era o próprio ministro João Franco que se referia em plena Câmara Alta ao facto “sabido de todos, de um grande número de pares vitalícios se absterem por uso, costume ou hábito, de assistir às sessões”<sup>299</sup>. Com efeito, vejamos mais um flagrante exemplo. Na sessão de 25 de Fevereiro de 1896, o 2.º Conde de Tomar, filho do famoso Costa Cabral, dirigiu ao presidente da Câmara a seguinte observação: “Permita-me s. Ex.<sup>a</sup> que lhe diga que um projecto que ataca a constituição, que reforma a Câmara dos Pares, não é como outro qualquer. É de uma grande importância e lamento ver as cadeiras dos dignos pares quase completamente desertas”<sup>300</sup>. É interessante notar que, em Espanha, ao longo da Restauração, “A percentagem de senadores *silenciosos* rondava os 60 %, no que respeita a senadores electivos e vitalícios, elevando-se quase aos 90 % no caso dos senadores de direito próprio”. Enfim, tal como cá, “Estes dados mostram-nos como o peso dos trabalhos da Câmara recai numa minoria, pois o resto da Câmara ou não assiste às sessões ou se o faz guarda absoluta passividade”<sup>301</sup>. Para além disso, “Esta ausência

---

abrir a sessão era exigida a presença de trinta senadores, bastando quarenta para o debate», a taxa de absentismo era igualmente elevada (V. ANADÓN BENEDICTO, 1998, p. 325). Contudo, era na Hungria (desde o recuo dos turcos que os magiares vinham reivindicando uma maior autonomia no seio do Império Austríaco; em 1848, os revolucionários húngaros já haviam desencadeado um movimento nacionalista em prol da independência e, em 1867, para evitar a independência húngara, o imperador Francisco José reconheceu o reino autónomo da Hungria, surgindo então a chamada «Monarquia Dual», em que os dois estados que integravam o Império Austro-Húngaro possuíam administrações independentes – excepto no que toca a assuntos de política externa, financeira e militar – e os seus próprios Parlamentos) que o fenómeno absentista atingia proporções verdadeiramente escandalosas. Embora a chamada Câmara dos Magnates possuisse mais de 700 membros, em finais da década de 1870 e inícios da década de 1880, as suas sessões não contavam normalmente com mais de 50 presenças, isto é, menos de dez por cento do total (V. DARESTE, 1883, Tome I, p. 391). Após a reforma operada pela chamada «Lei 7 de 1885», que modificou a organização da Câmara Alta magiar, o número de membros desta assembleia foi bastante limitado. Assim na nova Câmara dos Magnates, que reuniu pela primeira vez em 1886, só tiveram assento 372 membros (V. DARESTE, 1910, Tome I, pp. 493-499).

<sup>298</sup> Segundo Rui Ramos, «Em 1893, os jornais reconheciam pelo menos 12 facções diferentes no parlamento. Ainda se falava muito de regeneradores e progressistas, nominalmente chefiados por António de Serpa e José Luciano de Castro, respectivamente. Mas o que havia na Câmara dos Deputados e na Câmara dos Pares não era dois partidos, mas várias facções, compostas pelos “amigos” de Franco, Hintze e de outros» (RAMOS, 2001 a), p. 69).

<sup>299</sup> DCP, sessão de 26.02.96, p. 149. O exemplo de Mártens Ferrão é flagrante: «Durante os seus últimos dez anos de vida [1885-1895], estando deslocado como diplomata em Itália, foram raríssimas as vezes em que compareceu nas sessões do pariato, apenas o fazendo quando, ocasionalmente, vinha a Lisboa em missão oficial» (MÓNICA (coord.), 2005, Volume II, p. 766).

<sup>300</sup> DCP, sessão de 25.02.96, p. 142.

<sup>301</sup> ANADÓN BENEDICTO, 1998, p. 334. Cf. MÓNICA, 1999, p. 161. No que respeita ao pariato português atente-se nos casos do 2.º Barão de Ancede e do 1.º Conde e 1.º Marquês da Praia e Monforte. O primeiro, foi par do reino por sucessão de seu pai, tomou posse em 23 de Maio de 1857, tendo falecido em 13 de Abril de 1890. Contudo, de acordo com o Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910), ao longo destes trinta e três anos incompletos, não há registo de qualquer intervenção sua na Câmara dos

crónica de senadores nas Cortes, para além do seu efeito negativo na opinião pública, dificultava sobremaneira as próprias tarefas ordinárias da Câmara, começando pela própria celebração das sessões”<sup>302</sup>.

Basta-nos dar uma vista de olhos nos acervos epistolares de Anselmo José Braamcamp e de José Luciano de Castro para termos uma pequena noção deste preocupante fenómeno absentista. Através de algumas das missivas dirigidas aos seus “amigos políticos”, podemos facilmente auscultar os esforços dos então Primeiro-Ministro e Ministro do Reino para mobilizar até São Bento alguns dos pares progressistas normalmente ausentes das sessões, utilizando inclusivamente como expediente preferencial da convocatória o telégrafo<sup>303</sup>, uma das maravilhas da época. O próprio *Progresso*, o órgão oficial do partido, sentiu então necessidade de vir a terreiro refutar “supostos subsídios a pares provincianos menos apressados em virem ocupar as suas cadeiras na câmara”<sup>304</sup>. Como se isto por si só não bastasse, existem ainda relatos hilariantes de tentativas de captação por parte do governo dos poucos votos dos bispos “que, por sistema e prática, votam de ordinário com o governo”, sendo por isso “solicitados instantemente a que, com sacrifício das suas pessoas e abandono dos seus rebanhos, viessem fazer número de votos favoráveis ao ministério”<sup>305</sup>. De facto, levando em linha de conta a imprevisibilidade de que por vezes se revestiam as votações da Câmara dos Pares, somos levados a reconhecer que, para os governos, os prelados seriam mesmo dos “amigos” mais certos das horas incertas<sup>306</sup>. O Partido Progressista era inclusivamente tachado pelos regeneradores de ser o “partido dos padres”, enquanto os republicanos o vergastavam dizendo que o “partido da Granja” era dominado por uma “verdadeira teocracia religiosa”<sup>307</sup>. Na realidade, algo que nunca faltava nas suas listas de candidatos ao Parlamento eram eclesiásticos. Entre outros, podemos citar os

---

Pares. O segundo, tomou posse como par do reino, por sucessão, em 31 de Março de 1876, tendo falecido em 1 de Maio de 1903, e de acordo com a mesma fonte, também não se encontra registada no *Diário da Câmara* qualquer intervenção sua.

<sup>302</sup> ACOSTA RAMÍREZ, 1998, p. 375.

<sup>303</sup> V. MOREIRA (org.), 1998 e *Reservados* da BNL, Caixa 142, Documentos 1-12 (Cartas de Anselmo José Braamcamp a Fausto de Queirós Guedes, 2.º Visconde de Valmor).

<sup>304</sup> *O Progresso*, 13.02.81.

<sup>305</sup> V. *A Revolução de Setembro*, 10.03.80.

<sup>306</sup> V. Anexo 5, p. 354. Para além de serem criticados por tenderem a ser excepcionalmente dóceis em relação aos governos, os bispos eram também acusados de canalizar para dentro de um órgão de soberania os interesses do Vaticano.

<sup>307</sup> N.º *O Jornal do Comércio* comentava-se mesmo que «Quando vemos padres mostrarem-se, não moderada e reservadamente liberais, mas progressistas facciosos, e mais ainda radicais, temos razão para duvidar da sua sinceridade, e supor, ou que são maus padres, ou que são maus cidadãos. Estimariamos sobremaneira que tal não fosse; mas dúvida é lícita, por plenamente justificada» (*O Jornal do Comércio*, 22.07.79).

reverendos cônegos Gaudêncio Pereira (Viseu) e Joaquim Alves Mateus (Celorico de Basto)<sup>308</sup>, e o venerando prior Garcia Dinis (Mafra), um triunvirato habitual nas candidaturas do partido a deputados da nação<sup>309</sup>. E na Câmara Alta, para além do Bispo de Viseu (D. António Alves Martins), obviamente o primeiro prelado a vir acudir ao ministério progressista aquando da cruzada anti-governamental ali encetada na alvorada de 1881, enfileiravam ainda nas hostes progressistas D. José António Pereira Bilhano, Arcebispo de Évora e par do reino por direito próprio<sup>310</sup>, Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima, vigário geral da diocese de Aveiro, e D. António Aires de Gouveia, também conhecido como Bispo eleito do Algarve e posteriormente como Bispo de Bethsaída, ambos pares do reino de nomeação régia incluídos nas “fornadas” progressistas<sup>311</sup>. Ora aqui está mais uma das incongruências que eram frequentemente apontadas ao Partido Progressista, que nunca deixou de se manifestar abertamente contra o facto, consagrado na constituição, do episcopado poder desempenhar funções legislativas na câmara hereditária, mas que não se coibia de indicar prelados nas suas “fornadas”<sup>312</sup>.

Tal como na década de 1860, das largas dezenas de pares que integravam a Câmara durante as décadas de 1870, 1880 e 1890, só umas escassas dezenas, quase

<sup>308</sup> Foi o cônego Joaquim Alves Mateus que, a mando do Centro do Partido Progressista, proferiu a oração fúnebre do Bispo de Viseu, D. António Alves Martins, em 7 de Março de 1882.

<sup>309</sup> A lista de candidaturas governamentais às eleições de 19.10.79 incluía 11 clérigos: o padre Luís José Dias (Monção); o cônego J. Alves Mateus (Celorico); o padre António Cândido Ribeiro da Costa (Amarante); o abade J. Marques da Silva Neves (Paredes); o cônego Pires de Lima (Vila da Feira); o abade Manuel Marques Pires (Ovar); o cônego Gaudêncio Pereira (Viseu); o padre Garcia Dinis (Mafra); o cônego Feliciano Teixeira (Funchal); o cônego Alfredo César de Oliveira (Ponta do Sol - Madeira); e o cônego José da Fonseca Abreu (Angra do Heroísmo). Enfim, o Partido Progressista formigava de sacerdotes dispostos a celebrar o *Te-Deum* em acção de graças pelo retumbante resultado que alcançaria nas urnas (V. *Diário de Notícias* de 19.10.79 e 22.10.79).

<sup>310</sup> O Arcebispo de Évora foi o pontífice que presidiu às exéquias solenes que o Partido Histórico mandou celebrar pela alma do Duque de Loulé. A sua fidelidade partidária foi especialmente patente por ocasião da cruzada anti-governamental desencadeada na Câmara dos Pares contra o ministério progressista, durante a qual o Arcebispo de Évora nunca faltou ao governo com o apoio do seu importante voto (V. Anexo 5, p. 354).

<sup>311</sup> Devido às suas obrigações sacerdotais, a taxa de absentismo entre os bispos era também muitíssimo elevada. Vejamos uma crítica que se podia ler numa das gazetas mais folheadas da época a este respeito: «Discutem-se ali assuntos e providências que interessam à igreja e os senhores bispos brilham na câmara alta...pela sua ausência» (*O País*, 28.03.76).

<sup>312</sup> Esta reivindicação da esquerda liberal não era nova. Numa carta enviada a Latino Coelho nos primórdios da década de 1870, numa altura em que a reforma da Carta estava na ordem do dia, além da supressão do pariatato hereditário, Sá da Bandeira advoga ainda a derrogação do decreto de 30.04.26 que preceituava o pariatato para o cardeal patriarca de Lisboa, os arcebispos e os bispos do reino. Ou seja, para os que não careciam, assim como o príncipe real e os infantes, de nomeação real. Por outro lado, achava «muito conveniente que a câmara dos pares seja dispensada de exercer funções judiciais» consagradas no artigo 41.º da Carta Constitucional (*Carta dirigida ao exm.º sr. José Maria Latino Coelho sobre a reforma da Carta Constitucional pelo marquês de Sá da Bandeira*, 1872, pp. 7-8).

sempre os mesmos, ali se deslocavam regularmente<sup>313</sup>. Aparentemente, havia mesmo quem fugisse da Câmara que nem o diabo da cruz. Tal seria o caso do turbulento Conde de Peniche, em que é flagrante uma coincidência entre a intensificação das suas actividades subversivas e o seu completo sumiço das sessões da Câmara Alta, da qual se ausentou desde o dia 1 de Abril de 1870 em diante. Depois disso, “A primeira sessão a que compareceu foi a de 17 de Março [1871], mas não abriu a boca e, até ao fim da legislatura, que contou mais cinquenta e uma sessões, só compareceu a onze”<sup>314</sup>. Muitos dos membros da Câmara que residiam fora da capital, os chamados “pares de arribação” ou “pares da província”, só apareciam quando havia debates importantes e alguns nem mesmo assim colocavam os pés no Parlamento. Isto mesmo é em parte corroborado por Manuel Vaz Preto Geraldês, um dos pares do reino mais assíduos, a despeito de ser um dos maiores proprietários do distrito de Castelo Branco e um grande cacique, sendo inclusivamente chamado de “Patrono da Beira Baixa”<sup>315</sup>. Na sessão de 7 de Abril de 1884, numa altura em que a Câmara Alta já discutia quase há um mês a necessidade de reforma da Carta Constitucional, Vaz Preto desabafou com franqueza que alguns dos seus ilustres companheiros “raras vezes vêm às sessões ordinárias de cada ano; mas se algumas vezes aparecem, é quando são chamados para qualquer votação importante, feita a qual, imediatamente se retiram”<sup>316</sup>. Veja-se o caso do 2.º Conde de Samodães, Francisco de Azeredo Teixeira de Aguillar, sucessor de um par cabralista e reputado ponta de lança da Associação Católica do Porto, a primeira das associações católicas a surgir em Portugal no ano de 1870<sup>317</sup>, tido como a presença mais continuada do catolicismo militante na vida social e política portuguesa do constitucionalismo monárquico à república<sup>318</sup>. Pelo facto de ter sido escolhido, por obra e graça dos seus condiscípulos, para relator do projecto de lei do imposto do rendimento apresentado pelo governo progressista, o Conde de Samodães viu-se inesperadamente na obrigação

<sup>313</sup> Vejamos o seguinte exemplo: durante as 30 sessões da sessão legislativa compreendida entre 02.01.74 e 02.04.74, a quarta e última da 20.ª Legislatura, compareceram na Câmara Alta apenas 70 (64 %) dos seus 109 membros. Por sua vez, de entre os 70 pares que compareceram na câmara, 35 não estiveram presentes em pelo menos metade das sessões (15) e nada mais, nada menos de 23 pares não estiveram sequer presentes num terço das sessões (10). Por seu lado, de entre os mais assíduos destacam-se Ávila (Presidente), Moraes Carvalho e Martens Ferrão, que foram totalistas; logo a seguir surgem Marino J. Franzini, Pinto Basto, Sequeira Pinto e Custódio de Carvalho com 29 sessões e o Marquês de Sá da Bandeira, Visconde da Praia Grande e Reis e Vasconcelos com 28 sessões (Fonte: *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*).

<sup>314</sup> DÓRIA, 2004, p. 170.

<sup>315</sup> Vaz Preto constitui o protótipo acabado do *influyente-proprietário* assinalado por Oliveira Martins (V. MARTINS, 1957 b), pp. 58-59).

<sup>316</sup> DCP, sessão de 07.04.84, p. 663.

<sup>317</sup> CRUZ, 1981, p. 291.

<sup>318</sup> V. CLEMENTE, 2002 e GONÇALVES, 2004.



de fazer uma breve pausa numa ausência dos trabalhos parlamentares que durava já há alguns anos. Por esse motivo, na sessão de 29 de Maio de 1880, este “par de arribação”, que costumava ficar hospedado em Lisboa no “Hotel de Itália”<sup>319</sup>, nas raras vezes em que os seus deveres parlamentares falavam mais alto do que as exigências da sua militância católica, resolveu prestar algumas explicações à Câmara alusivas ao seu porfiado absentismo parlamentar. Disse então que “Concorreria mais vezes a esta câmara se acaso entendesse que a minha presença aqui era de alta conveniência e importância para a causa pública [...]. É verdade que poderia concorrer aqui unicamente para fazer número; mas esta câmara, sendo actualmente tão numerosa, e podendo funcionar com um pequeno número dos seus membros, entendo que a minha falta não pode prejudicar”. E rematou dizendo, em tom dogmático, “Aqui está a razão porque durante anos não tenho vindo a esta casa”<sup>320</sup>.

Vindas de um par do reino, estas afirmações são altamente reveladoras da forma pouco exigente e escrupulosa como alguns membros da Câmara Alta encaravam o exercício das suas funções. De resto, “muitos deles viam no seu *status* parlamentar, em primeiro lugar, uma honra, e só depois um dever político”<sup>321</sup>. Vale a pena acrescentar ainda que o Conde de Samodães constitui o paradigma do católico fervoroso que não via incoerência no facto de militar numa formação partidária mais esquerdista, deambulando por entre a sombra sagrada da sacristia e as agitações profanas da vida política liberal como o peixe na água. Depois de transitar pelo Partido Histórico e pelo Partido Reformista<sup>322</sup>, acolitando politicamente o bispo de Viseu, de quem era amigo íntimo, este solícito colaborador do jornal católico *A Palavra*, que trajava invariavelmente “de preto e chapéu alto”, após romper com os reformistas na sequência do Pacto da Granja, ingressou no ainda mais radical Partido Constituinte de José Dias Ferreira<sup>323</sup>, um partido monárquico desejoso de “amigar-se com a república”<sup>324</sup>. De

<sup>319</sup> V. *Relação nominal dos Dignos Pares do Reino e suas moradas*, 1863.

<sup>320</sup> DCP, sessão de 29.05.80, p. 836. Para mais dados relativos à assiduidade do Conde de Samodães na Câmara dos Pares (1858-1910) consultar: GONÇALVES, 2004, pp. 74-75.

<sup>321</sup> BELO, 2000, p. 19.

<sup>322</sup> O Conde de Samodães foi ministro da Fazenda, entre 17 de Dezembro de 1868 e 2 de Agosto de 1869, de um ministério reformista presidido pelo Marquês de Sá da Bandeira.

<sup>323</sup> Carlos Lobo de Ávila refere inclusive que o Conde de Samodães «trouxe talvez ao partido constituinte o sufrágio de muito ultramontano [...] mas tira-lhe todo o aspecto sério de um partido verdadeiramente liberal». Não se ficaram por aqui as farpas do filho do Conde de Valbom. O futuro ministro das Obras Públicas (1893-1894) e dos Negócios Estrangeiros (1894-1895) asseverou ainda que, após esta esdrúxula aliança política, «a extrema-esquerda monárquica e o mais carregado ultramontanismo, as aspirações democráticas e as insídias jesuíticas, a constituição de 1838 e o *Syllabus*, são das coisas mais homogêneas que há neste mundo» (ÁVILA, 1881, pp. 21-22 e 73).

<sup>324</sup> *O Jornal do Comércio*, 22.07.79.

qualquer modo, quando José Relvas proclamou *urbi et orbi* o advento do novo regime do alto da varanda da Câmara Municipal de Lisboa, na manhã do dia 5 de Outubro de 1910, o Conde de Samodães era, de longe, o decano da câmara com 52 anos de pariato<sup>325</sup>.

Determinados pares do reino, pela extraordinária raridade com que eram vistos pelas bandas de São Bento, tornavam-se automaticamente no centro das atenções quando, volta não volta, por ali apareciam a dar sinal de si. Este era particularmente o caso do antigo chefe do velho liberalismo conservador, Costa Cabral, o 1.º Marquês de Tomar, que na década de 1880 constituía sempre “uma curiosidade quando vinha à Câmara dos Pares, sentar-se tranquilamente ao lado dos seus adversários de trinta anos antes”<sup>326</sup>, se bem que nas raríssimas vezes em que lá foi visto o venerável ancião tivesse entrado mudo e saído calado, limitando-se a fazer ofício de corpo presente. De arena de combate político, onde na década de 1840 se travaram algumas das batalhas parlamentares mais violentas da história do constitucionalismo monárquico, a Câmara dos Pares, com o passar dos anos e o consequente desvanecimento do anticabralismo, tornou-se num tranquilo retiro parlamentar aonde o antigo contendor da Maria da Fonte, injuriosamente acusado nas histórias do “caleche” e do “affidavit”, ia, de tempos a tempos, dar um ar da sua graça<sup>327</sup>.

Como é óbvio, o elevado absentismo verificado tradicionalmente entre o pariato não escapou ao crivo jornalístico. No arco-íris de opiniões que eram veiculadas pela generalidade da imprensa enaltecia-se sobretudo a assiduidade dos deputados, para assim se sublinhar mais vincadamente a inacção e o pouco caso que alguns pares do reino faziam das suas funções parlamentares, assinalando-se mormente que “aqueles são em grande parte substituídos nas diferentes legislaturas, vivem todos na actividade da vida política, são assíduos às sessões; estes, não sendo substituídos, envelhecem, gastam-se, adoecem, muitos militam menos activamente na política, e em grande parte

---

<sup>325</sup> De acordo com Pedro Tavares de Almeida, «Entre os mais longevos, destacam-se [também] Augusto César Cau da Costa e Luís Pinto da França (2.º Conde da Fonte Nova), que foram pares do reino durante 35 anos, o Visconde de Seabra, Miguel Martins Dantas, António Aires de Gouveia, António Quaresma Lopes de Vasconcelos, o Conde do Casal Ribeiro e Matias de Carvalho e Vasconcelos, que estiveram no mínimo 30 anos na câmara alta» (ALMEIDA, 1995, Volume I, p. 115).

<sup>326</sup> RAMOS, 1994, Volume VI, p. 109. Consultar também PIMENTEL, 1925, pp. 231-232.

<sup>327</sup> Nos finais da década de 50 e nos inícios da década de 60, a Câmara dos Pares ainda foi palco de algumas discussões procelosas envolvendo o Conde de Tomar, designadamente nas sessões de 03.03.58 e 17.02.62, nas quais Costa Cabral e António José de Ávila, um antigo cabralista, trocaram amargas injúrias e ressentimentos pessoais (V. SARDICA, 2001 a), p. 240 e BELO, 2000, p. 62).

esquivam-se ao trabalho das sessões”<sup>328</sup>. Fazendo uma analogia com a fábula de La Fontaine, podemos inclusivamente dizer que, de acordo com a maior parte das gazetas da época, os deputados da nação desempenhavam o papel da formiga e os pares do reino o papel da cigarra<sup>329</sup>. Decididamente, os modelos do “trabalhador infatigável” e do “homem dos sete instrumentos”, que eram personificados pelo Duque de Ávila e por Fontes Pereira de Melo, duas figuras parlamentares de primeira grandeza que nas décadas de 1870 e 1880 ocuparam a prestigiante cadeira da presidência da Câmara dos Pares, não eram nem de perto nem de longe aqueles que melhor se coadunavam com o temperamento indolente e o pendor ocioso que, de uma maneira geral, transparecia do que à época se escrevia sobre os pares do reino. Aliás, na perspectiva d’*O Progresso*, o pariato só despertava desta letargia quando se tratava de converter a “assembleia conservadora” em “assembleia revolucionária” e em “circo tumultuoso de anarquia constitucional”<sup>330</sup>.

Esta efígie menos favorável do pariato era, afinal de contas, em larga medida resultante do facto de a esmagadora maioria da iniciativa legislativa ter origem na Câmara dos Deputados, cuja índole era claramente mais técnica e vocacionada para a discussão dos meandros das leis. Logo, durante uma boa parte da sessão legislativa, mas sobretudo no seu início, os trabalhos na Câmara dos Pares, dependentes que estavam das iniciativas legislativas da Câmara Baixa, eram algo escassos e pouco produtivos, registando-se sempre uma maior afluência de membros e uma crescente azáfama legislativa com o aproximar do final da sessão. A este respeito, a frontalidade de Vaz Preto, mais uma vez, é elucidativa: “Ora, nós estamos a 8 de Março, poucos dias faltam para o encerramento da sessão anual ordinária, e até hoje nem um único projecto foi aqui discutido! Agora falta-me só ver que o governo venha aqui, no fim da sessão, pedir a dispensa do regimento, para que lhe votemos projectos importantes, quase sem

<sup>328</sup> *A Revolução de Setembro*, 22.05.74.

<sup>329</sup> O relatório da comissão presidida pelo Marquês de Sousa Holstein que analisou o projecto de reforma do Regimento da Câmara dos Pares ali apresentado em 1867 corrobora de certo modo esta ideia. Nele podia ler-se: «Se buscarmos o número de sessões acharemos em 1858, na casa hereditária, 78 sessões e 150 horas de trabalho taquigráfico, e no mesmo ano na casa electiva 165 sessões e 660 horas. Diferença para mais na câmara dos deputados 87 sessões e 504 horas de trabalho. Em 1861 houve a mais na casa electiva 51 sessões e 334 horas. Em 1864 houve a mais na mesma casa 41 sessões e 318 horas. Se compararmos depois as colunas de impressão das sessões teremos no ano de 1842, por exemplo, temos 592 no diário da câmara dos pares, e 1866 no da câmara dos deputados, sendo a diferença a mais no diário da casa electiva de 1274 colunas. No ano de 1866 publicou o Diário de Lisboa 650 colunas de sessões da casa hereditária, e 2320 de sessões da câmara dos deputados. Diferença a mais para esta ultima 1670 colunas» (DCP, sessão de 22.04.67, p. 1247).

<sup>330</sup> *O Progresso*, 19.06.81. V. também FAFES, 1858 b), p. 13.

discussão, e que a câmara dos pares se preste a servir de simples chancela, e que vote esses projectos importantes sem maduro e consciencioso exame”<sup>331</sup>. Mas não era só em São Bento que aumentava o corrupio com a aproximação do defeso parlamentar. A intensificação do labor legislativo nas últimas sessões provocava também algum congestionamento no despacho do Paço, onde a avalanche de projectos submetidos à sanção real antes do encerramento das Cortes devia deixar o monarca com os dedos entorpecidos e completamente repassados de tinta.

A Câmara dos Pares era ainda uma assembleia sensivelmente mais velha que a Câmara dos Deputados<sup>332</sup>. Não só pelo imperativo constitucional que estabelecia uma idade mais avançada para o pariato, mas também pela consolidação de uma prática que tendia a consagrar o lugar na segunda câmara como um estádio terminal da carreira política, ao qual chegavam em geral deputados mais antigos ou politicamente mais influentes, cuja nomeação era normalmente o corolário de uma carreira parlamentar bem sucedida e também uma recompensa pelos serviços prestados ao partido do governo que propunha a sua nomeação<sup>333</sup>. Por outro lado, o carácter vitalício dos membros da Câmara dos Pares acarretava necessariamente a existência permanente de uma franja de pares de idade vetusta e já pouco aptos para a vida parlamentar por motivo da sua idade avançada<sup>334</sup>. Mas junto ao factor biológico, outra causa estrutural explicava a fraca assiduidade dos pares às sessões da sua Câmara: a composição

<sup>331</sup> DCP, sessão de 08.03.82, p. 180.

<sup>332</sup> V. ALMEIDA, 1995, Volume I, pp. 121 e 149.

<sup>333</sup> Observemos os seguintes exemplos: «Em 4 de Abril de 1905, foram assinadas as cartas régias de nomeação dos novos pares do Reino. Foram eles 16, *quase todos velhos parlamentares*. Além de Alexandre Cabral, mereceram essa elevada mercê: Francisco Beirão, Eduardo Vilaça, Dias Costa, Augusto José da Cunha, Ressano Garcia, Manuel Espregueira, José de Alpoim, Luís Poças Falcão, José Dias Ferreira, Francisco José Machado, Pedro de Araújo, Tavares Proença, D. António de Lencastre, Jorge de Melo, depois conde do Cartaxo, e Francisco José de Medeiros. Alexandre Cabral recebeu com satisfação essa alta e inequívoca prova de reconhecimento dos seus muitos serviços políticos, tanto mais que não a tinha solicitado» (CABRAL, 1923, p. 201). O itálico é meu. «Mesmo no final da Monarquia, em Setembro de 1910 – por despacho do Ministério do Reino, datado de 19 desse mês e publicado no *Diário do Governo* (20.09.1910) – João Pinto Rodrigues dos Santos foi nomeado par do Reino, juntamente com quinze outros políticos, por iniciativa e proposta de António Teixeira de Sousa, último presidente do Conselho de Ministros e ministro do Reino da Monarquia, (aprovada, claro está, pelo rei). Esta elevação a par do Reino foi a coroação duma longa e brilhante como deputado; e inscrevia-se numa aliança político-parlamentar entre o Partido Regenerador (facção ortodoxa), que era chefiada por Teixeira de Sousa, e a Dissidência Progressista (de José de Alpoim, que era par do Reino desde 1905». Porém, «Como par do Reino, João Pinto dos Santos só participou num único acto oficial, que foi a sessão real de abertura das Cortes Gerais, em 23 de Setembro de 1910 – na sequência das eleições gerais de deputados ocorridas em Agosto desse ano» (MÓNICA, (coord.), 2006, Volume III, p. 575).

<sup>334</sup> Neste particular, é relevante salientar que «os três pares nomeados em idade mais avançada foram José Manços de Faria (84 anos), Fortunato José Barreiros (83) e Marino Miguel Franzini (82), todos eles militares» (ALMEIDA, 1995, Volume I, p. 120). Numa época em que a esperança de vida não era a de hoje, não deixa de ser realmente notável.

socioprofissional do pariato. A necessidade de reunir na Câmara Alta as mais altas individualidades nacionais oriundas dos diversos ramos de actividade levantava alguns problemas. Com efeito, o facto de algumas actividades profissionais serem manifestamente incompatíveis com o regular exercício do pariato levou a que, não raras vezes, esta função fosse deliberadamente relegada para um segundo plano face às sinecuras que alguns dos membros da Câmara usufruíam à sombra amena e protectora do Estado<sup>335</sup>.

Contrariamente ao que se verificava em Inglaterra, onde a *House of Lords* se mantinha como uma coutada exclusiva e um bastião inexpugnável da aristocracia<sup>336</sup>, em Portugal, na década de 1870, apesar de os titulares constituírem ainda o grupo mais numeroso na Câmara Alta, era já flagrante o decréscimo do seu peso no seio da instituição. Recordo que em 1860 os titulares ainda representavam 66 % do total, mas em 1865 a sua percentagem já havia descido para 54,5 %<sup>337</sup>. Esta tendência não deixaria de se acentuar, assistindo-se mesmo à previsível ultrapassagem dos titulares pelos não titulares na década de 1880, uma das mais quentes do constitucionalismo monárquico no que respeita a “fornadas”, no decorrer da qual os primeiros já representavam menos de 50 % ainda antes do aparecimento dos pares electivos em 1885; os titulares representavam em 1884, mais precisamente, 41,3 % dos membros da Câmara dos Pares<sup>338</sup>. Este declínio dos titulares é, aliás, ainda mais perceptível quando analisamos as nomeações para o pariato ocorridas durante um espaço temporal mais dilatado. Com efeito, dos 181 pares do reino nomeados por carta régia entre 1851 e 1890, apenas 68, isto é 37,6 %, eram titulares<sup>339</sup>. É portanto indiscutível que, em termos globais, o peso dos titulares estava em franco retrocesso na Câmara dos Pares, tornando-a assim ainda menos “aristocrática” do que de facto já era. Não se pense, porém, que a concessão de títulos abrandara, pelo contrário, “terá, isso sim, diminuído a sua cotação social”<sup>340</sup>.

<sup>335</sup> V. *O Primeiro de Janeiro*, 29.01.85.

<sup>336</sup> V. SMITH, 1992.

<sup>337</sup> BELO, 2000, p. 172.

<sup>338</sup> V. SILVEIRA, 1992, pp. 346-347. Em 1884, a Câmara dos Pares contava entre os seus 143 membros com 1 Infante (D. Augusto, Duque de Coimbra), 2 Duques (2.º Duque de Loulé e 3.º Duque de Palmela), 10 Marqueses, 23 Condes, 22 Viscondes, 2 Barões, 73 indivíduos sem títulos e 10 Prelados (V. *O Comércio do Porto*, 22.03.84).

<sup>339</sup> ALMEIDA, 1995, Volume I, p. 129. Podia também dar-se o caso de um indivíduo vir a ser agraciado com um título nobiliárquico depois de já ter ingressado no pariato. Foi o caso do par do reino Vicente Ferrer Neto de Paiva que «Nomeado, uma vez, visconde do Freixo no *Diário do Governo*, em 1870, recusou o título com grande aplauso do seu amigo Herculano» (MONCADA, 1947, p. 14).

<sup>340</sup> FONSECA, 1994, Volume V, p. 466. Ver também pp. 448-449.

Ao todo, dos 102 pares nomeados entre 1870 e 1885, apenas 28 detinham títulos nobiliárquicos e, ainda assim, muitos deles aplicados sobre o próprio apelido (Conde do Casal Ribeiro, Viscondes de Alves de Sá, de Bívar, de Borges de Castro, de Sieuve de Meneses, etc.)<sup>341</sup>, o que é normalmente um indício de que o título é extremamente recente<sup>342</sup>. Dizia-se até com deslavada ironia que estes pares titulares recém-nomeados não costumavam exibir os brasões nas suas carruagens porque estas eram bem mais antigas que a sua nobreza. Mas a respeito dos titulares nomeados durante o supracitado período (1870-1885), detectou-se ainda uma importante diferença entre as “fornadas” regeneradoras e as progressistas. Com efeito, dos 41 pares indicados ao monarca pelos últimos, somente quatro já possuíam títulos (Viscondes de Borges de Castro, de S. Januário, de Valmor e da Gandarinha), enquanto outros dois vieram a adquiri-los alguns anos mais tarde (Luís de Carvalho Daun e Lorena que seria agraciado com o título de 1.º Marquês de Pomares em 19 de Maio de 1886 e Henrique de Macedo Pereira Coutinho que seria distinguido com o título de 1.º Conde de Macedo em 30 de Julho de 1890). Demasiado longe iam os tempos em que o Conselho de Estado se insurgia contra esta tendência “democratizante” que se começava a delinear e recomendava que todo o par nomeado tivesse um título<sup>343</sup>, tentando-se assim seguir o exemplo da Câmara dos Lordes cuja entrada, como já vimos, era inerente à posse de um título nobiliárquico<sup>344</sup>.

No ano de 1884, nas vésperas da introdução do pariato electivo, a Câmara dos Pares era uma instituição maioritariamente constituída por um conjunto de membros muito recentes saídos das últimas “fornadas”. Na época, o decano da Câmara era o Marquês de Ficalho, que tinha sido nomeado em 30 de Abril de 1826 embora só viesse a tomar posse em 15 de Agosto de 1834. Depois, cronologicamente, seguiam-se um par de 1842 (João de Almeida Morais Pessanha), três de 1843 (Marquês da Graciosa, Conde das Alcáçovas e Visconde da Paradinha do Outeiro), um de 1845 (Marquês de Tomar), um de 1848 (Visconde das Laranjeiras) e um 1850 (Conde de Paraty). Todos os restantes pares entraram na Câmara Alta após a Regeneração, sendo que mais de uma centena tinha tomado posse depois de 1870, havendo portanto ali uma maioria

<sup>341</sup> Em Inglaterra, os indivíduos que se tornavam lordes adoptavam um cognome. Por exemplo, Benjamin Disraeli foi elevado ao pariato com o título de Lord Beaconsfield.

<sup>342</sup> Comparativamente, é interessante notar que de entre 49 senadores com título que tinham assento no Senado da Constituição espanhola de 1869, 33 haviam-no logrado depois de 1847 e a maior parte deles, tal como cá, tinha também o título sobre o próprio apelido (V. DÍEZ DE ULZURRUN, 1998, p. 284).

<sup>343</sup> V. Actas do Conselho de Estado, sessão de 01.09.34, ANTT, Casa Forte, livro 77 A.

<sup>344</sup> Segundo *O Progresso* de 01.02.81, por esta altura a Câmara dos Lordes era constituída por 561 membros, a saber: 4 Príncipes, 2 Arcebispos e 24 Bispos, 22 Duques, 19 Marqueses, 188 Condes, 32 Viscondes e 270 Barões.

esmagadora de pares do reino acabados de sair do “forno”, embora a maior parte deles contasse com uma larga trajectória parlamentar na Câmara dos Deputados. Aliás, o aumento do número de ex-deputados no pariato é particularmente notório ao longo deste período. Em 1865, mais de metade (50,7 %) dos pares do reino já tinham sido membros da câmara electiva<sup>345</sup>. Esta invasão da segunda câmara pelos deputados não deu sinais de abrandamento durante o período em apreço já que, dos 96 pares de nomeação régia que tomaram posse entre 1870 e 1885, nada mais, nada menos de 70, isto é, 73 % eram ex-deputados<sup>346</sup>. Portanto, era sobretudo em indivíduos com experiência da vida parlamentar, e que em princípio davam maiores garantias de fidelidade partidária, que os governos faziam recair as suas escolhas. Este ponto é de resto importante para explicar a crescente docilidade da Câmara Alta a partir de meados da década de 1880.

Estes números vão igualmente ao encontro dos valores apurados por Pedro Tavares de Almeida, segundo o qual 73,5 % dos pares do reino nomeados entre 1851 e 1890 já possuíam experiência parlamentar<sup>347</sup>. Deste modo, a tendência foi no sentido de que a Câmara dos Pares, especialmente a partir dos anos setenta, fosse adquirindo uma componente político-partidária muito forte, em detrimento da sua índole tendencialmente independente, pois pelas razões que são conhecidas os governos não apenas nomeavam quase só apaniguados seus para o pariato, como nomeavam sobretudo os seus prosélitos mais salientes da Câmara Baixa<sup>348</sup>. Na realidade, esta opção tinha implicações importantes e desejadas: a inclusão deste funcionalismo partidário na Câmara Alta colocava-a, teórica e praticamente, cada vez mais à mercê do Poder Executivo, visto que estes pares arregimentados partidariamente, ao contrário dos seus parceiros sucessores, que eram muito mais problemáticos para os governos, contribuíam para limitar a imprevisibilidade da Câmara dos Pares, um fenómeno que ganha nitidez a partir da década de 1880.

No que concerne à caracterização socioprofissional dos pares do reino que tiveram assento na segunda câmara entre 1870 e 1885, confirmam-se plenamente as

---

<sup>345</sup> BELO, 2000, p. 172.

<sup>346</sup> V. *Estatística do Pariato Português desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1909*, 1910.

<sup>347</sup> ALMEIDA, 1995, Volume I, p. 132.

<sup>348</sup> De acordo com os números avançados em 26.11.79 pela *Revolução de Setembro*, dos 57 pares do reino de nomeação régia existentes na época, nada mais, nada menos de 49 (86 %) eram ex-deputados. Casos como o de Eduardo Montufar Barreiros (filho do 1.º Visconde da Luz), um parlamentar novo e inexperiente que nunca exerceu funções na Câmara dos Deputados, eram raros. Com efeito, «A sua carreira parlamentar cingiu-se à câmara alta, na qual tomou posse, como par hereditário, por sucessão ao pai, a 8 de Março de 1867» (MÓNICA (dir.), 2004 a), Volume I, p. 316).

suspeitas de alguns pares do reino suscitadas durante a discussão da nova lei orgânica do pariatto de 1878. Muitos denunciaram que a Câmara Alta, com a introdução das categorias, iria transformar-se numa espécie de feudo do funcionalismo público<sup>349</sup>. Com efeito, de acordo com Maria Filomena Mónica, “Em 1887, o maior grupo era já, de longe, o dos funcionários públicos. Mesmo sem integrarmos nele gente como *engenheiros* ou *médicos*, dos quais alguns trabalhariam para o Estado, o grupo ascendia a metade da câmara”<sup>350</sup>.

Embora não tenhamos contabilizado os pares electivos<sup>351</sup>, é notório que, por esta altura, o pariatto já estava irreversivelmente tomado de assalto pelos funcionários públicos. Sobretudo pelos detentores de altos cargos na administração central e local. De entre estes sobressaem ex-ministros – em 1885 eram 36 os pares que já tinham sobraçado pastas governamentais<sup>352</sup> –, governadores civis, presidentes de câmaras municipais e directores gerais. Mas há também que mencionar indivíduos com outras carreiras ligadas ao aparelho de Estado, como magistrados, professores e militares que, no seu conjunto, somavam cerca de 65 % dos membros da Câmara entre 1870 e 1885. Aliás, este não era um fenómeno exclusivo da Câmara Alta, pois que também se verificava na Câmara Baixa. Vários observadores consideraram não existir em mais nenhum Parlamento “um tão elevado número de empregados públicos, como nas nossas Câmaras Legislativas”<sup>353</sup>. De facto, na ausência de outras alternativas, dada a debilidade do desenvolvimento económico português ao longo do século XIX, a vida política constituía uma das vias mais rápidas e eficazes de promoção social.

Por seu lado, os proprietários, os negociantes e os industriais constituíam um grupo bastante reduzido, não ultrapassando neste período os 28 elementos, isto é qualquer coisa como 13 % dos membros da Câmara<sup>354</sup>. De facto, aqueles que podemos

<sup>349</sup> V. DCP, sessões de 19.03.78 e de 23.03.78.

<sup>350</sup> MÓNICA, 1994, p. 141.

<sup>351</sup> A Câmara dos Deputados, antes de 1885, já era uma fonte primordial de recrutamento do pariatto e, ao que tudo indica, esta tendência acentuou-se com a inclusão dos pares electivos. De acordo com *O Comércio do Porto* de 29.08.85, só na câmara electiva existiam nesta altura 77 indivíduos que preenchiam todos os requisitos, constantes das 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> categorias do artigo 4.º da Lei de 3 de Maio de 1878, para serem eleitos ou nomeados Pares do reino. Para além disso, podemos ainda acrescentar que, dos 43 pares eleitos em 02.12.85 que tomaram posse na Câmara Alta, mais de metade (23) saíram directamente da Câmara dos Deputados.

<sup>352</sup> SANTOS, 1890, Volume II, pp. 442-447.

<sup>353</sup> ALMEIDA, 1995, Volume I, p. 186.

<sup>354</sup> Como contraponto, vejamos a estrutura socioprofissional do Senado da III República francesa. Dos 300 senadores electivos que em 1876 compunham esta segunda câmara, 76 (25 %) eram proprietários agrícolas; 65 (22 %) eram juristas ou advogados; 43 (14 %) eram militares; 18 (6 %) eram industriais; 16 (5 %) eram professores; 9 (3 %) eram médicos; 8 (3 %) eram funcionários públicos; 8 (3 %) eram



definir profissionalmente como proprietários são muito poucos, ao contrário do que se verificava no Senado espanhol da Restauração, onde abundavam quer os grandes proprietários das regiões mais agrárias como a Andaluzia quer os opulentos industriais dos enclaves industrializados do norte<sup>355</sup>. Na verdade, entre nós e como vimos, as últimas nomeações para o pariato vinham contemplando quase exclusivamente os funcionários públicos, “aqueles que têm talher à mesa do orçamento”, em detrimento dos grandes proprietários e dos capitalistas, os quais se revelavam manifestamente incapazes de atingir os réditos prescritos por uma lei das categorias pouco acomodada à realidade de um país pobre e atrasado economicamente como Portugal<sup>356</sup>, onde não abundavam os capitalistas como José Maria Eugénio de Almeida que possuía uma grande fortuna em qualquer parte do mundo<sup>357</sup>.

Um problema que seria aliás afluído por Mártens Ferrão. Este regenerador da “velha guarda”, que com o decorrer do tempo se foi tornando conhecido pela independência das suas opiniões, achava incompreensível que “a categoria de rendimento actualmente exigida, [fosse] superior ao que se acha em outros países onde há maiores fortunas do que entre nós”<sup>358</sup>. Coincidência ou não, o certo é que a resposta do governo não se fez esperar já que, para fazer face a este alegado desnivelamento, o valor do rendimento e da contribuição industrial ou bancária fixado nas categorias 19.<sup>a</sup> e 20.<sup>a</sup> do artigo 4.º da Lei de 3 de Maio de 1878 foi reduzido de 8.000\$000 para 4.000\$000 e de 1.400\$000 para 700\$000 réis, respectivamente<sup>359</sup>. Passando assim nos dois casos para metade do valor inicial.

Todas as restantes áreas profissionais, nas quais se incluem os diplomatas e as chamadas profissões liberais, englobando engenheiros, médicos e advogados, funcionavam como uma fonte secundária de recrutamento pois, na sua totalidade, representavam pouco mais de 11 % dos membros da Câmara Alta entre 1870 e 1885.

---

engenheiros; 6 (2 %) eram publicistas; 4 (1 %) eram comerciantes; os restantes 47 senadores (16 %) exerciam outras actividades ou não tinham uma profissão definida (MARICHY, 1969, p. 327).

<sup>355</sup> TUSELL e PORTERO (eds.), 1998, p. 171.

<sup>356</sup> V. MARTINS, 1954 e REIS, 1993.

<sup>357</sup> V. FONSECA e REIS, 1987, pp. 865-904 e SARDICA, 2005 b), pp. 18-21. No que respeita às maiores fortunas nacionais, no início da década de 1870, «Porventura os duques de Palmela estariam em primeiro lugar, desde que Farrobo perdera o seu enorme rendimento ao qual se devera, em grande parte, o triunfo do constitucionalismo [...] Outras grandes fortunas eram a de António Bernardo Ferreira, o *Ferreirinha da Régua*; a dos condes de Bolhão; a de José Maria Eugénio de Almeida; a dos marqueses Viana; a dos Porto Covo; a dos Bessones; a dos Folgosa; a dos Pinto Leite; a dos Barahonas e a dos condes de Penafiel que deslumbavam Lisboa» (MARTINS, 1930, p. 77).

<sup>358</sup> V. discurso proferido por Mártens Ferrão na sessão de 29.05.85 da Câmara dos Pares.

<sup>359</sup> A lei em causa é de 21 de Julho de 1885, tendo sido referendada pelos ministros Barjona de Freitas e Hintze Ribeiro.

Uma palavra final justifica-se ainda para sublinhar a dificuldade dos descendentes dos pares falecidos em ocupar o lugar destes. Como é patente nas *Estatísticas do Pariato*, faleceram ao longo deste período 111 pares do reino, enquanto os pares empossados pela via sucessória foram apenas 30. Um facto que, segundo julgamos, está intimamente ligado à grande dificuldade dos candidatos em preencher todos os requisitos da lei que regulava a sucessão no pariato. Convém referir que, numa tentativa de circunscrever a base de autonomia da Câmara dos Pares, logo em 11 de Abril de 1845 surgiu uma primeira reforma visando limitar o regime de sucessão do pariato, a qual fora até então o da sucessão regular, isto é, semelhante ao da coroa. Com o novo regime exarado durante o consulado de Costa Cabral, passaram a vigorar regras muito precisas e específicas para a sucessão no pariato, tornando-a dependente, simultaneamente, do grau de riqueza e do nível cultural do indivíduo<sup>360</sup>, o qual só podia suceder no pariato se fosse maior de 25 anos, se estivesse na posse dos direitos políticos e se viesse munido com uma certidão de “moralidade e boa conduta” atestada por três membros da câmara. Segundo as alíneas 4 e 5 do artigo 2.º da lei de 11 de Abril de 1845, nenhum par poderia tomar assento na Câmara, por direito hereditário, sem provar que pagava cento e sessenta mil réis de imposto e contribuição directa ou que usufruía o rendimento de pelo menos um conto e seiscentos mil réis; para além disso, tinha também que provar que era formado numa das faculdades da Universidade de Coimbra, ou que tinha completado o curso de qualquer estabelecimento público de instrução superior, ou ainda que era diplomado em alguma universidade estrangeira<sup>361</sup>. Em suma, para os herdeiros dos pares falecidos tomarem posse da sua cadeira na Câmara Alta tinham de oferecer todas as garantias de “capacidade” e “independência”<sup>362</sup>.

Por outro lado, a chamada Lei das categorias de 3 de Maio de 1878 também não veio facilitar nada a tarefa dos candidatos à sucessão no pariato<sup>363</sup>. Entre 1 de Janeiro de 1870 e 31 de Dezembro de 1878, para um total de 57 pares falecidos entraram na câmara 22 pares hereditários; enquanto entre 1 de Janeiro de 1879 e 24 de Julho de 1885, data da abolição parcial do pariato hereditário, para um total de 54 pares falecidos apenas entraram na câmara 8 pares pela via hereditária, isto é pouco mais de um terço

---

<sup>360</sup> A lei de 11.04.45 para além de fechar as portas à ignorância exigindo a presunção de certas habilitações literárias aos pares hereditários, exigiu-lhes ainda um determinado rendimento para satisfazer as despesas de representação inerentes à importância do cargo.

<sup>361</sup> V. PRAÇA, 1879, Volume I, p. 182.

<sup>362</sup> SOARES, 1883, pp. 513-514.

<sup>363</sup> V. discurso proferido pelo Visconde de Moreira de Rei na sessão de 22.03.84 da Câmara dos Pares.

em relação ao primeiro período<sup>364</sup>. Ou seja, entre 1870 e 1878, a percentagem de sucessores que ocupavam a vaga dos pares falecidos foi de 38,6 %, percentagem que desceu bruscamente para 14,8 % durante o período compreendido entre 1879 e 1885. Tudo isto cerceava a autonomia e a independência da Câmara dos Pares. É igualmente importante salientar que, ao longo dos 16 anos compreendidos entre 1870 e 1885, o número total de membros que compunham a Câmara Alta passou de 110 para 142 pares do reino, chegando inclusive aos 156 em 1882. Estes dados numéricos revelam-nos um ingurgitamento do pariato que vem corroborar ainda mais a perda de influência dos pares investidos pela via hereditária, pois a desproporção entre estes e os pares de nomeação régia era cada vez maior. Consequentemente, esse ingurgitamento contribuiu para uma gradual perda de independência da segunda câmara que no lugar oportuno teremos ocasião de comprovar.

---

<sup>364</sup> Corroborando de certo modo a tendência do segundo período (1879-1885), em 14.07.83, *A Revolução de Setembro* dá-nos conta que «Em menos de um ano têm falecido 13 dignos pares, os srs. cardeal patriarca, condes da Lousã, de Porto Covo e de Torres Novas, visconde da Praia Grande, António Francisco Machado, Xavier da Silva, Custódio Rebelo de Carvalho, D. António José de Melo, António Rodrigues de Sampaio, Rodrigo de Castro, Morais Pessanha e Melo e Carvalho. Nenhum deixou sucessor no pariato».

## **CAPÍTULO II**

*A Câmara dos Pares e a vida política da  
época*

### ***1. A Saldanhada de 19 de Maio de 1870 na Câmara dos Pares***

Tanto no plano internacional como no plano nacional, 1870 foi um ano repleto de acontecimentos políticos. No ano da guerra franco-prussiana, da Terceira República Francesa, da ocupação de Roma pelas tropas italianas, chega a Espanha um novo rei, Amadeu de Sabóia e, em Portugal, para além da dissolução da Câmara dos Deputados, de eleições gerais e do abandono do Parlamento pela oposição reformista, ocorre um golpe de estado que, ao que parecia, marcava o regresso do caudilhismo militar à cena política nacional e o retorno da antiga praga dos pronunciamentos militares e do vírus da indisciplina no exército.

Após uma primeira metade de século repleta de comoções políticas e de lutas sangrentas<sup>1</sup>, o regime liberal encontra enfim uma estabilidade relativa com a Regeneração. Entre 1851 e 1870, a tropa praticamente não tornou a arbitrar as dissensões políticas dos civis. O único incidente de relevo protagonizado pelo exército, durante este período, foi o pronunciamento militar ocorrido em Braga a 16 de Setembro de 1862, vindo então logo à baila boatos de que o marechal Saldanha “era conivente com os revoltosos”<sup>2</sup>. Mas com o Marquês de Loulé ausente em Turim, por motivos relacionados com a celebração do casamento por procuração de D. Luís com a princesa Maria Pia de Sabóia, o governo, sob a batuta do ministro da Guerra, Sá da Bandeira, que fazia então as vezes do presidente do conselho, respondeu com mão de ferro, suspendendo as garantias no distrito de Braga por 30 dias e mandando prender dezenas de militares, bem como alguns civis implicados na insurreição ocorrida no Minho<sup>3</sup>.

Seja como for, a Regeneração foi um regime que conseguiu resolver um dos problemas fundamentais dos primeiros tempos do liberalismo, o do papel das forças armadas num sistema constitucional. De tal modo que, na sequência do movimento empreendido por Saldanha em Maio de 1851 contra Costa Cabral, a tropa regressa finalmente às casernas, ainda que a troco de algumas contrapartidas. Com efeito, uma das primeiras medidas do marechal foi premiar os militares com a chamada “promoção-monstro”, uma medida que estaria na base da unificação do exército<sup>4</sup>. Saldanha

---

<sup>1</sup> Segundo Vasco Pulido Valente, entre 1808 e 1847, «Portugal sofreu uma série ininterrupta de choques e de humilhações: três invasões francesas, a fuga do rei para o Rio de Janeiro, a independência do Brasil, a ocupação inglesa, o pró-consulado de Beresford, quatro guerras civis, várias revoluções falhadas e várias intervenções estrangeiras, militares e diplomáticas» (VALENTE, 1999, pp. 27-28).

<sup>2</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 208.

<sup>3</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 207.

<sup>4</sup> MÓNICA, 1999, p. 18.

promoveu todos os oficiais, aderentes e não aderentes ao golpe de 1851, e ainda os que estavam na 3.<sup>a</sup> secção por terem participado noutros golpes ocorridos desde 1834, acabando assim com uma fonte de descontentamento do exército. Por outro lado, exigiu-se às forças armadas mais instrução e obrigou-se os soldados ao estrito cumprimento dos seus deveres militares. Os oficiais que estavam no activo adoptaram uma postura política muito mais institucional, ao mesmo tempo que muitos foram eleitos deputados, foram nomeados ministros e entraram na Câmara Alta, intervindo assim, mas a título individual, directamente na administração do Estado e na governação do país. O próprio Fontes Pereira de Melo, não esqueçamos, era um militar. Começara a sua carreira em 1841 no posto de tenente-coronel de engenharia, tendo chegado em 1886 a general de divisão<sup>5</sup>.

Mas em 19 de Maio de 1870, numa pálida madrugada primaveril ainda apegada aos rigores de Inverno, Lisboa acordou sobressaltada pelo tiroteio das armas. Pela calada da noite, o Duque de Saldanha, uma velha glória do exército português com perto de oitenta anos ainda bem frescos de espírito aventureiro, de uniforme de gala e ostentando todas as condecorações obtidas nos seus feitos militares, leva a cabo um golpe de estado, o último do liberalismo, que, em boa verdade, seria o remate coerente de uma vida militarmente brilhante mas não menos tempestuosa de um ponto de vista político.

Como corolário da “revolta da caserna” encabeçada por Saldanha, em 21 de Maio, o Diário do Governo anunciava uma das mais caricatas nomeações de governo de que há memória, demonstrando de passagem que “Foi mais fácil a Saldanha derrubar um governo do que formar outro”<sup>6</sup>. Além da presidência do conselho, a qual desempenhava pela quarta vez, o Marechal-Duque de Saldanha, num acto sem precedentes, assumia interinamente todas as pastas do ministério<sup>7</sup>, dando assim origem a um dos gabinetes mais insólitos que presidiram aos destinos nacionais. A esta situação anómala não será estranho o facto de D. Luís se encontrar sob coacção. Esta hipótese seria, de resto, corroborada pelo próprio Duque de Loulé, o qual recusou

---

<sup>5</sup> V. GALLIS, 1908, Volume I, p. 52 e MÓNICA, 1999, p. 172. Vem a propósito acrescentar que os militares (35,5 %) constituíram a principal fonte de recrutamento ministerial durante a Monarquia Constitucional; seguiram-se os professores universitários (19,2 %) e os magistrados (16,9 %) (V. ALMEIDA, PINTO e BERMEJO (orgs.), 2006, p. 41).

<sup>6</sup> MÓNICA, 1999, p. 90.

<sup>7</sup> *Diário do Governo* de 21.05.70, n.º 113, p. 729.

terminantemente referendar os decretos de exoneração dos ministros demissionários<sup>8</sup>. Na Câmara dos Pares, Loulé afirmou estar plenamente convencido de que Sua Majestade, intimidado pelo aparato bélico à volta do seu palácio, “não estava no uso pleno das suas prerrogativas” pois, na sua opinião, “não [era] costume proceder-se à nomeação do presidente do conselho sem haver gabinete formado, para serem substituídos os ministros demitidos”<sup>9</sup>. Desta forma, o monarca ficou como que entre a espada de Saldanha e a irredutibilidade de Loulé que, apesar da sua reconhecida brandura, não cedeu ao ultimato. No entanto, diante do “chuveiro de balas que entravam pelas janelas” e perante o iminente “derramamento de sangue às portas do paço”, D. Luís não teve outro remédio senão capitular, anuindo, embora a contra-gosto, às exigências de Saldanha. Terminada a aventura, o duque voltaria novamente no dia seguinte ao Paço da Ajuda para cumprimentar a rainha, mas consta que D. Maria Pia, exibindo profundo desagrado, “Recebeu-o tão friamente que nem a mão lhe estendeu”<sup>10</sup>. Para consumir a sua façanha, em 21 de Maio, depois de um Conselho de Estado, obteve do rei o adiamento das Cortes até 21 de Junho<sup>11</sup>. Porém, achou esta protelação insuficiente e, por um decreto de 4 de Junho, entendeu dilatá-la até 31 de Outubro, evitando com isso “explicar o inexplicável”. Ora, exactamente no momento em que os tambores de guerra franco-prussianos começavam a ouvir-se praticamente em toda a Europa, “Portugal tinha à sua frente um político totalmente imprevisível”<sup>12</sup>.

O golpe de estado militar do velho caudilho liberal temperado no fogo da repressão miguelista, contra o ministério do Duque de Loulé, tinha como pano de fundo a questão ibérica<sup>13</sup>. Como disse João de Andrade Corvo quase em cima dos acontecimentos, “As datas falam”<sup>14</sup>. Com efeito, na sequência da *Gloriosa*, a revolução de 17 de Setembro de 1868 que destronou Isabel II de Bourbon, deixando a Espanha literalmente *sem rei nem roque*, “a questão da *Ibéria* passa do debate ideológico e da

<sup>8</sup> V. *Diário do Governo* de 20.05.70, n.º 112, p. 725.

<sup>9</sup> DCP, sessão de 20.05.70, p. 83.

<sup>10</sup> NORONHA, s.d. a), p. 247. Segundo António Cabral, «Também se conta que a Rainha Senhora D. Maria Pia, nessa ocasião, mal impressionada pela atitude de Saldanha, lhe dissera, em francês, com aspereza e com a altivez de uma Sabóia: *Si j'étais le maître, marechal, je vous ferais fusiller sur place!*» (CABRAL, 1927, pp. 121-122).

<sup>11</sup> V. Actas do Conselho de Estado, sessão de 21.05.70, ANTT, Casa Forte 77 D.

<sup>12</sup> MÓNICA, 1999, p. 92.

<sup>13</sup> Por essa razão, as acusações de iberista, de traidor à pátria e à independência nacional buriladas na imprensa escrita e em múltiplos folhetos não se fizeram esperar (V. PEREIRA, 1995, Volume I, pp. 235-301).

<sup>14</sup> Em 1870, após uma profunda reflexão sobre os graves problemas políticos contemporâneos, Andrade Corvo publicou uma obra sugestivamente intitulada *Perigos* em que a Espanha e a questão ibérica ocupam uma parte substancial do estudo (V. CORVO, 2005, p. 106).

propaganda impressa, para o plano prioritário da construção de uma solução política, que poderia conduzir à unificação das duas coroas”<sup>15</sup>. Foi de resto o governo provisório, formado por progressistas, democratas e unionistas logo após a entrada das tropas comandadas pelo general Francisco Serrano em Madrid<sup>16</sup>, que encetou a complicada peregrinação espanhola em busca de um novo monarca de forma a conquistar argumentos que pudessem pesar na eleição das Cortes Constituintes agendadas para 11 de Fevereiro de 1869. Mesmo em crise, ou talvez por causa da crise, o vizinho peninsular não tirava os olhos de Portugal. Como veremos, os acontecimentos verificados em Espanha desde a revolução de Setembro de 1868, os quais viriam a culminar na proclamação da efémera I República espanhola em Fevereiro de 1873, tiveram uma incidência profunda na vida interna portuguesa<sup>17</sup>.

De entre as várias candidaturas que desde logo se começaram a perfilar, destacavam-se sobre todas as outras as da família real portuguesa<sup>18</sup>. Uma das alternativas que se aventava “seria a passagem de D. Luís a rei de Espanha, abdicando da coroa portuguesa a favor do infante D. Carlos, com D. Fernando regente em Lisboa. Outro projecto seria D. Fernando assumir a coroa espanhola, como um primeiro passo, por herança natural, da unificação ibérica”<sup>19</sup>. Efectivamente, além de não suscitar a oposição internacional, como acontecia com Montpensier, cuja candidatura era antipática a Napoleão III, pelo seu sangue orleanista, e a Bismarck, por se tratar de um francês, a opção fernandina “mantinha vivas as expectativas dos iberistas espanhóis”<sup>20</sup>, sendo por isso o candidato preferido de democratas e progressistas<sup>21</sup>.

---

<sup>15</sup> LOPES, 1996-1997, p. 103.

<sup>16</sup> Os partidos Progressista e Democrata foram os subscritores do Pacto de Ostende, uma aliança firmada em 1865 com o objectivo de derrubar Isabel II, a qual, após a morte de Leopoldo O'Donnell, contou também com a União Liberal. Esta adesão seria absolutamente decisiva para o sucesso do pronunciamento de 17.09.68, dado o grande número de oficiais que militavam nas suas fileiras, os quais passaram a ser liderados pelo general Serrano. Por outro lado, a morte de Ramón María Narváez, outro dos grandes generais da vida política isabelina, em 23.04.68, deixou Isabel II ainda mais isolada, sendo um dos factores que veio aplanar o caminho para a sua destronização (V. COMELLAS, 1997, p. 124).

<sup>17</sup> Sobre a “questão ibérica” ver: SILVEIRA e FERNANDES, 2009, pp. 195-224.

<sup>18</sup> A hipótese de um Orleães, nomeadamente o Duque de Montpensier, 5.º filho do rei Luís Filipe e cunhado da rainha deposta, ocupar o trono espanhol deparou logo com um obstáculo de monta decorrente da oposição frontal de Napoleão III. Por isso, o imperador francês optou decididamente por, na questão sucessória espanhola, promover a candidatura de D. Fernando (V. CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 410).

<sup>19</sup> LOPES, 1996-1997, p. 105.

<sup>20</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 413. Em Portugal, a candidatura de D. Fernando ao trono de Espanha teve um dos seus principais arautos no Marquês de Nisa, o famoso fundador da *Sociedade do Delírio*, um antro de libertinagem muito mal afamado que fez pasmar a pacata Lisboa de então. Nisa era além disso um fogaço sectário do iberismo e um velho amigo do general Prim, ao qual nunca virou as costas nos momentos difíceis, sendo seu protector durante o conturbado exílio de 1866 (V. MACHADO,



Nesse sentido, em Março de 1869, o governo presidido pelo general Juan Prim, uma espécie de Saldanha castelhano mas com menos feitos militares e não mais tino político, após um primeiro contacto ocorrido nas imediações do Palácio da Pena em 19 de Janeiro de 1869 entre o enviado secreto Angel Fernandez de los Rios e D. Fernando, deu início às negociações oficiais da candidatura do ex-regente de Portugal<sup>22</sup>. Com efeito, o governo de Madrid estava empenhadíssimo em que D. Fernando aceitasse o trono espanhol e Saldanha, o embaixador português em Paris, em estreita colaboração com Salustiano de Olózaga<sup>23</sup>, vai coadjuvá-lo nessa tarefa servindo de intermediário nas negociações. O próprio Prim deslocou-se inclusive a França com o intuito de solicitar pessoalmente os ofícios do Duque de Saldanha para pressionar o viúvo de D. Maria II<sup>24</sup>. Por outro lado, a missão que Saldanha se propôs levar a cabo servia às mil maravilhas os propósitos de Napoleão III que, como vimos, se interessou vivamente pela sucessão espanhola.

O golpe saldanhista de 19 de Maio de 1870 inseria-se portanto numa estratégia que, antes de mais nada, visava colocar D. Fernando no trono de Espanha. A recepção que foi dispensada ao velho marechal por Serrano e Prim – a quem supostamente pediu ajuda financeira para levar adiante uma acção revolucionária, oferecendo em troca “projectos de maior alcance, que Prim qualificava de imaturos e pouco razoáveis”<sup>25</sup> –, à sua passagem por Madrid, em Outubro de 1869, corrobora sobremaneira esta ideia. “A visita do marechal era interpretada, e nisso coincidia a opinião pública de ambos os países, como uma manobra orquestrada pelo governo espanhol e pela embaixada de Espanha em Paris para obter de D. Fernando a definitiva aceitação da coroa”<sup>26</sup>. Por outro lado, Saldanha parecia acreditar que, se D. Fernando se sentasse no trono

---

1884, pp. 154-158; NORONHA, 1909, pp. 6-7 e 53-71 e PATO, 1986 a), Volume I, p. 75 e Volume II, pp. 133-140).

<sup>21</sup> CARR, 2000, p. 308.

<sup>22</sup> MASCARENHAS, 1980, Tomo II, p. 620.

<sup>23</sup> As estreitas relações entre as embaixadas de Portugal e de Espanha da cidade-luz são também corroboradas pela princesa Maria Letícia Rattazzi que, na obra *Portugal à vol d’oiseau*, refere ter tido “o prazer de reunir algumas vezes” com Saldanha e Olózaga, “quando eram ambos embaixadores em Paris” (RATTAZZI, 1997, p. 126).

<sup>24</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 435. Fernando de Saxe Coburgo Gotha casou em 1836 com D. Maria II e os seus três primeiros lustros na Corte dos Braganças foram francamente crispados em termos políticos, a começar pela Revolução de Setembro de 1836, passando pelo golpe de Costa Cabral em 1842 e pela guerra civil da Patuleia em 1846-47, terminando este conturbado período em 1851 com o pronunciamento desencadeado por Saldanha que este na génese da Regeneração, no qual o futuro regente de Portugal teve uma activa participação.

<sup>25</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, pp. 436 e 465.

<sup>26</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 440.

espanhol, a Monarquia na Europa estaria salva e seria evitada uma guerra franco-prussiana.

Saldanha chegou a Lisboa em finais de Outubro e foi recebido em apoteose pelo radicalismo militante, muito especialmente pelos *penicheiros*<sup>27</sup>, que vinha clamando nos clubes, nos comícios e também nos teatros por uma constituição mais liberal do que a constituição espanhola aprovada em 6 de Junho de 1869 pelas Cortes Constituintes. Ora, em 1 de Dezembro de 1869, o marechal deslocou-se aparentemente com segundas intenções ao teatro D. Maria, onde uma assistência, escolhida a preceito, não se cansou de gritar *vivas* a Saldanha e *morras* a Loulé. Ainda assim, o marechal não se livrou de ser apupado por um punhado de polícias que se encontravam dispersos pela plateia do teatro, provocando a pronta reacção de um grupo de oficiais, que “decidiu *desafrontar* o marechal, com um acto provocatório, colectivo e público”<sup>28</sup>. À cautela, o governo convidou imediatamente Saldanha a reocupar o seu lugar na legação de Paris. Contudo, ao contrário do sucedido em 1862, em que com muito custo se sujeitou ao “degredo político” como embaixador junto da Santa Sé, agora o turbulento marechal não acatou as ordens do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mendes Leal, e, numa carta que lhe dirigiu em 6 de Dezembro de 1869, colocou imediatamente o seu lugar de embaixador à disposição<sup>29</sup>. A recusa de Saldanha provocou a sua exoneração do cargo, mas não o fim da sua carreira diplomática.

Ao tomar conhecimento destes casos, Loulé transferiu imediatamente para a província perto de uma centena de oficiais afectos a Saldanha. Porém, a propaganda saldanhista que vinha sendo soprada junto dos oficiais do exército, profusamente lubrificada com promessas de promoção na carreira, foi hábil e surtiu efeito.

Em Janeiro de 1870, numa altura em que o país assistia quase indiferente ao quarto acto eleitoral em quatro anos<sup>30</sup>, Saldanha regressou novamente a Paris para tratar dos preparativos da intentona com Olózaga. O diplomata espanhol, apesar das divergências com Prim, que considerava que um golpe de Saldanha não beneficiava em nada a candidatura de D. Fernando dado que atijaria ainda mais o anti-iberismo, “manteve a sua ideia de apoiar o golpe de Saldanha, convencido de que esta mudança de

<sup>27</sup> DÓRIA, 2004, p. 132.

<sup>28</sup> VALENTE, 2001, p. 270.

<sup>29</sup> GOMES, 1907, Volume XII, pp. 359-360.

<sup>30</sup> Numa perspectiva queirosiana, «O País ouv[ia] falar da evolução política, com a mesma distracção com que ouv[ia] falar dos negócios do Cáucaso» (QUEIRÓS, 2001, p. 15).

rumo na política portuguesa significaria a aceitação por D. Fernando do trono espanhol e a materialização da união ibérica”<sup>31</sup>.

Aliás, no governo de Madrid, era também visível que nem todos ministros partilhavam das ideias de Prim que, acima de tudo, “queria um rei português, não a união ibérica”<sup>32</sup>. Pelo contrário, o ministro de Estado, o conhecido Sagasta, era um iberista convicto que via no golpe ruminado por Saldanha “uma nova oportunidade para concretizar o ansiado ideal iberista, tão caro nas fileiras progressistas”<sup>33</sup>. Para desfazer de vez as dúvidas, em meados de Maio, cerca de uma semana antes da *Saldanhada*, Prim viu-se obrigado a comunicar a Olózaga a sua decisão irreversível de não secundar a insurreição militar<sup>34</sup>. De resto, “Madrid soube do acontecimento através de um despacho telegráfico de Olózaga, o qual mantinha [profusa] correspondência com Saldanha”<sup>35</sup>.

Na presidência do conselho, Saldanha propunha-se relançar a candidatura de D. Fernando, o qual, no espaço de um ano, já havia recusado duas vezes a coroa que lhe era oferecida<sup>36</sup>. Deve contudo dizer-se que nem a pressão exercida pelo Marechal-Duque durante os três meses em que esteve à frente do governo, nem tão pouco os esforços desenvolvidos por Fernandez de los Rios, entretanto nomeado representante oficial do governo espanhol em Lisboa, chegaram para demover D. Fernando, que resistiu sempre com notável patriotismo e sentido de estado aos insistentes cantos da sereia castelhana. Somente em meados de Julho de 1870, quando foi colocado na delicada posição de “salvador da paz europeia”, o ex-regente da coroa portuguesa esteve quase a aceitar, embora com condições, a coroa espanhola<sup>37</sup>. De facto, D. Fernando só equacionou a possibilidade de se tornar rei de Espanha quando estava iminente o confronto bélico entre a França e a Prússia<sup>38</sup>, as quais, devido ao seu envolvimento no desfile de candidaturas reais, acabaram sendo arrastadas para uma guerra que custaria à França

<sup>31</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 467.

<sup>32</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 436.

<sup>33</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 468.

<sup>34</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 467.

<sup>35</sup> DÓRIA, 2004, p. 136.

<sup>36</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, pp. 422 e 478.

<sup>37</sup> Para além da condição relativa ao estatuto da sua nova esposa, a Condessa d’Edla, D. Fernando exigia a aprovação da sua candidatura por, pelo menos, três quartos das Cortes espanholas, “requisito que era muito difícil, senão impossível de alcançar”. Exigiu, por outro lado, que a Inglaterra e a França dessem o seu explícito apoio à sua candidatura e, por fim, impôs a condição de que “as duas coroas peninsulares nunca poderiam reunir-se na mesma cabeça”, salvaguardando assim a independência de Portugal (V. CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, pp. 492 e 495; GOMES, 1907, Volume XII, pp. 380-383 e PERES, 1935, Volume VII, pp. 395-396).

<sup>38</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 490.

duas das suas mais ricas províncias e uma avultada indemnização financeira, não esquecendo os milhares de vidas perdidas de ambos os lados<sup>39</sup>. Ainda assim, D. Fernando insistia na exigência, irrenunciável, de que as Cortes espanholas aprovassem uma lei que inviabilizasse qualquer hipótese de união das duas coroas peninsulares, caso contrário daria as negociações como terminadas<sup>40</sup>, porque mesmo que a união não se fizesse durante a sua vida, far-se-ia na do seu neto D. Carlos, que herdaria a coroa de Portugal de seu pai e a de Espanha de seu avô.

Como não obteve as garantias de que as suas condições seriam atendidas na íntegra, em 4 de Agosto de 1870, D. Fernando dava por definitivamente terminada a questão da sua candidatura. Por sua vez, em 7 de Agosto, era um Prim sorumbático e muito decepcionado que considerava “oficialmente terminada a negociação com o candidato português”<sup>41</sup>. Para cúmulo do revés, seria o próprio Fernandez de los Rios que, numa missiva dirigida a Prim, acabaria por reconhecer “a patente inimizade entre o marechal Saldanha e a família real portuguesa”<sup>42</sup>, a qual, na sua opinião, havia prejudicado bastante as negociações. De um ponto de vista mais perverso diria até que, no fim de contas, os tiros disparados na madrugada de 19 de Maio de 1870 pelas tropas sublevadas pelo Duque de Saldanha contra a Guarda Real acabaram por sair pela culatra, frustrando irremediavelmente os planos do marechal.

Saldanha, “persuadido de que a questão dinástica estava prestes a resolver-se em Espanha”<sup>43</sup>, demitiu-se pouco depois do fim das negociações entre o governo espanhol e o patriarca da família real portuguesa. A Espanha teve, pois, de ir procurar soberano noutra família real. A escolha acabou por recair no Duque de Aosta (Amadeu de Sabóia)<sup>44</sup>, filho do rei de Itália Vítor Manuel II e irmão da rainha D. Maria Pia, o qual foi o escolhido, em 16 de Novembro de 1870, pela maioria dos membros das Cortes Constituintes reunidas em Madrid para reinar numa nação que, sobretudo depois da

---

<sup>39</sup> Em 18 de Janeiro de 1871 teve lugar em Versalhes, na sumptuosa Galeria dos Espelhos, o episódio mais humilhante para a França: a coroação do *Kaiser* Guilherme I da Prússia como Imperador da Alemanha unificada. Devemos no entanto convir que foi a *Realpolitik*, ou seja, a condução de uma política realista baseada na avaliação do poder e nos interesses nacionais, que impulsionou a unificação germânica sob os auspícios do chanceler Otto von Bismarck (V. HOWARD, 2000 e HALÉVY, 1995 a).

<sup>40</sup> MASCARENHAS, 1980, Tomo II, p. 622.

<sup>41</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 505.

<sup>42</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 504.

<sup>43</sup> BONIFÁCIO, 2002 b), p. 88.

<sup>44</sup> O Duque de Aosta obteve 191 votos entre 344 representantes presentes, enquanto a segunda opção mais votada foi a república federal com 60 votos. Houve 19 votos em branco, incluindo-se entre estes Cánovas e o seu grupo liberal-conservador (V. NÚÑEZ RIVERO e MARTÍNEZ SEGARRA, 2002, p. 153 e DÍEZ DE ULZURRUN, 1998, p. 257).

morte de Prim em 30 de Dezembro de 1870 e da consequente desagregação da coligação revolucionária de 1868, se apresentava praticamente ingovernável<sup>45</sup>. Mas, é claro, as negociações conducentes a este desfecho já tinham sido concluídas antes<sup>46</sup>. Por isso, Saldanha pôde partir para o “desterro, doirado e rendoso, da embaixada de Londres”<sup>47</sup>, embora com a garantia régia e a palavra de honra dos Marqueses de Sá da Bandeira e de Ávila de que não haveria represálias políticas contra os seus amigos<sup>48</sup>.

Do ponto de vista político, esta aventura-relâmpago não foi apenas o canto do cisne da tempestuosa carreira do Duque de Saldanha. Na verdade, foi também o último suspiro do iberismo, “um arremesso fundamental na luta partidária da conturbada década de sessenta”<sup>49</sup> e uma questão a propósito da qual a Câmara dos Pares, a partir de 1869, “retomara um protagonismo de que há tempos andava arredada”<sup>50</sup>. Esta reassunção de protagonismo por parte da câmara conservadora acabaria, de resto, por vitimar um ministério reformista encabeçado pela dupla “Sá-Viseu”. Portanto um governo que, de um ponto de vista teórico, estaria bastante próximo das aspirações populares e radicais, o qual, em 9 de Agosto de 1869, viu a Câmara Alta infligir-lhe, de uma assentada, duas fulminantes moções de censura de natureza anti-ibérica que o atiraram imediatamente ao tapete. Com efeito, naquela memorável sessão, Rebelo da Silva terminou os seus ataques ao ministério com uma moção de censura pelo não cumprimento das suas promessas no plano orçamental, incluindo a exigência do pleno respeito pela independência do país: recolheu 25 votos favoráveis contra 13. Uma outra

<sup>45</sup> Pouco mais de dois anos durou o reinado de Amadeu I. Foi aclamado em 4 de Dezembro de 1870 e abdicou em 11 de Fevereiro de 1873, regressando imediatamente a Itália, onde viria a falecer em 1890, tragado por uma pneumonia. Segundo José Luis Comellas, «Em Espanha, todos os combateram: os monárquicos, porque acabava de suplantar reis legítimos, os republicanos, porque não queriam um rei, os católicos porque era maçom, os maçons porque quis presidir à procissão do Corpus, os nobres, porque passeava aos domingos com os burgueses pela Castellhana, saudando cordialmente todo o mundo e os burgueses porque não concebiam um rei que não se portava como um nobre» (COMELLAS, 1997, p. 141).

<sup>46</sup> CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 479.

<sup>47</sup> PERES, 1935, Volume VII, p. 389.

<sup>48</sup> Numa carta dirigida ao Marquês de Valada em 30.08.70, a qual foi depois publicada no *Jornal do Comércio* de 03.09.70, o Marechal-Duque confessa ao seu amigo e «corajoso companheiro na jornada gloriosa de 19 de Maio» que a sua demissão dependia de duas condições: «Que sua majestade e os novos ministros me haviam de dar a sua palavra de honra de que não haveria reacção política, e que el-rei e os ministros tomavam debaixo de sua especial protecção os meus amigos, e muito especialmente os que me tinham acompanhado à Ajuda no dia 19 de Maio» e que a aceitação da missão diplomática que lhe era oferecida estava dependente de quem fosse o ministro dos negócios estrangeiros. «El-rei disse-me – O ministro dos negócios estrangeiros é o marquês de Ávila, que no conselho de estado tem sempre votado com o duque; e o presidente do conselho é o seu verdadeiro amigo marquês de Sá. Tanto el-rei como os marqueses de Sá e de Ávila me asseguraram que não haveria reacção política, e que os meus amigos achariam neles toda a protecção necessária» (V. *Jornal do Comércio*, 03.09.70).

<sup>49</sup> PEREIRA, 1995, Volume I, p. 287 e CHATO GONZALO, 2004, Tomo I, p. 470.

<sup>50</sup> CUNHA, 2003, p. 144.

moção, apresentada pelo Marquês de Sabugosa, contra a *propaganda federativa ibérica* foi aprovada por unanimidade<sup>51</sup>. Como diria José de Arriaga, irmão do primeiro presidente da República, “Essa câmara dos nobres, refúgio da reacção, teve o impudor de aprovar tão ignóbil acusação! Perante a Europa assombrada afirmou que em Portugal os mais distintos homens do partido avançado conspiravam contra a pátria!”<sup>52</sup>.

A demissão do “velho leão” em 29 de Agosto e a consequente reentrada da vida política na senda constitucional foi saudada por todos os “partidos oficiais” e acolhida com alívio pela caudalosa corrente de opinião anti-iberista que não necessitou de toque de clarim para cerrar fileiras. Porém, Saldanha partiu sem prestar contas ao Parlamento da promulgação pelo seu executivo, no curto prazo de 100 dias, de mais de 70 medidas de natureza legislativa<sup>53</sup>. Com efeito, Saldanha deixou o governo antes de pedir o *bill* de indemnidade sem o qual não era possível aos novos ministros referendarem os decretos que o rei tinha assinado durante a “ditadura”. Foi, por isso, o seu sucessor que se incumbiu da proposta de um *bill* de indemnidade para os actos da “ditadura”. Ora, como veremos, esta questão deu pano para mangas, mormente na Câmara dos Pares, uma instituição externa à máquina governativa e por isso sempre muito incómoda e bastante imprevisível para os ministérios. Conforme constava da letra da Carta, os ministros eram sem dúvida os responsáveis pelos actos do Poder Moderador, cujas decisões referendavam obrigatoriamente. Mas seria talvez levar demasiado longe aquele escrúpulo constitucional exigir-se a um ministério recém-empossado a responsabilidade pelos actos “ditatoriais” praticados pelo seu antecessor já exonerado.

A proposta do governo constava de duas partes distintas. Por um lado, no artigo 1.º, aquele que concedia o *bill* de indemnidade propriamente dito, “É[ra] relevada a responsabilidade em que incorreu o governo pelas medidas de natureza legislativa que promulgou desde o mês de Maio do presente ano em diante”; enquanto no artigo 2.º o que basicamente se pretendia era dar força de lei aos decretos promulgados durante a esquipática “ditadura” saldanhista.

---

<sup>51</sup> V. DCP, sessão de 09.08.69, p. 388.

<sup>52</sup> ARRIAGA, 1911, p. 155.

<sup>53</sup> LOBO, 1939, p. 266. Entre as medidas anunciadas por Saldanha destacavam-se a reforma da lei eleitoral e da Câmara dos Pares. A reforma da Câmara Alta visava basicamente abolir a hereditariedade do pariató, fixar as categorias que enquadrassem a nomeação dos novos pares e transferir para o Supremo Tribunal de Justiça as funções judiciais desempenhadas pela Câmara dos Pares. Para além disso, preconizava-se ainda a criação de um ministério da Instrução Pública, a reforma do Conselho de Estado, uma reforma administrativa amplamente descentralizadora, a legalização das associações políticas populares e um recheado pacote de medidas de austeridade e de cortes nas despesas públicas entre as quais se incluía a extinção do subsídio dos deputados. Ou seja: o programa do radicalismo!

Para melhor se compreender a polémica a que o caso deu lugar na Câmara dos Pares, comecemos por ver o que se passou na Câmara dos Deputados. Aqui foi nomeada uma comissão de 14 elementos cujo parecer foi apresentado na sessão de 23 de Novembro de 1870. Segundo o parecer subscrito por “metade dos signatários com declarações ou nota de vencidos no todo ou em parte”, os decretos ditatoriais deviam ser ratificados, embora com algumas excepções – ao todo eram 15 – entre as quais constava inevitavelmente a extinção do subsídio dos deputados<sup>54</sup>. O parecer acabou por ser aprovado na generalidade, sendo ampliado na especialidade com a revogação dos decretos de criação do ministério da Instrução Pública e de extinção do conselho geral das alfândegas. Deste modo, a proposta do governo subiu à Câmara Alta, cujo comportamento era por vezes uma verdadeira caixa de surpresas, já com as arestas mais radicais eliminadas pelos deputados.

O *bill* de indemnidade entrou em discussão na Câmara dos Pares em 19 de Dezembro. Como a sessão legislativa estava à beira do fim houve necessidade de se dispensar os 3 dias previstos no artigo 35.º do Regimento, que prescrevia que “nenhum projecto poderá ser dado para a discussão sem que entre a leitura do relatório e a sua discussão medeiem três dias pelo menos”<sup>55</sup>. Por outro lado, na sequência de uma proposta da mesa da presidência, o início das sessões foi também antecipado das duas horas da tarde para o meio-dia<sup>56</sup>.

Em termos práticos, o governo do Marquês de Ávila podia trilhar dois caminhos: ou revogava todos os decretos promulgados “ditatorialmente”, ou adoptava esses decretos, apresentando-os posteriormente ao Parlamento. O governo, como vimos,

<sup>54</sup> PERES, 1935, Volume VII, pp. 397-398. De acordo com o artigo 38.º da Carta Constitucional, as Cortes deviam estipular, na última sessão de cada legislatura, o subsídio que os deputados iriam auferir na próxima legislatura.

<sup>55</sup> O parecer da comissão foi apresentado num sábado, mais exactamente no dia 17 de Dezembro, e entrou logo em discussão na segunda-feira seguinte.

<sup>56</sup> Ainda assim, no final da sessão de 19.12.70, o Conde de Cavaleiros queixou-se amargamente da fraca iluminação – cujo sistema, segundo Eduardo de Noronha, era o mesmo «empregado no teatro do Châtelet de Paris e no parlamento de Londres» – e da falta de caloríferos da sala. Era de resto frequente, nos dias mais invernosos, os pares queixarem-se do muito frio que se fazia sentir na nova sala das sessões, inaugurada em 3 de Janeiro de 1867. Com efeito, logo numa das primeiras sessões ali realizadas, o Visconde de Fonte Arcada pediu a palavra e disse: «Senhor Presidente parece que estamos nos gelos da Sibéria [...] desejo, pois, que V. Ex.ª dê as providências necessárias para que os caloríferos, que devem estar em alguma parte, posto que os não veja, se acendam» (V. DCP, sessão de 03.01.67, p. 48 e NORONHA, 1909, pp. 397 e 421-422). Não se ficaram por aqui os queixumes dos dignos pares. Durante o Inverno em que decorreram as primeiras sessões sucederam-se as queixas dos pares do reino sobre as más condições climatéricas, acústicas e de luminosidade da nova sala, tal como a descreve o Conde da Ponte: «Neste edifício belo, sumptuoso, não se calculou com o clima nem a luz de Portugal. Para o Verão faltam janelas, para o Inverno, caloríferos de sorte que os milhares de orifícios do chão lançam frio, que constipa os pés dos dignos Pares. A luz é escassa, e a acústica péssima».

seguiu o segundo caminho. A primeira voz crítica desta decisão veio do Marquês de Sabugosa, um histórico, que afirmou peremptoriamente: “voto contra o artigo 1.º, que importa a absolvição do ministério de 19 de Maio”<sup>57</sup>. Num tom indignado, disse ainda: “insubordinam-se uns centos de soldados nos quartéis, e com esta companhia vai-se alta noite arrancar ao chefe do estado os selos públicos; fecham-se as portas aos representantes do país; [...] adia-se quase indefinidamente o parlamento; e decretam-se essas medidas que aí vemos, das quais algumas aproveitáveis, mas nenhuma urgente; e há quem venha pedir ao parlamento benevolência para isto, e ao país que aceite a humilhação? Eu não a aceito, Sr. presidente, eu voto contra”<sup>58</sup>.

Estava dado o mote. As críticas sucederam-se em catadupa. Miguel Osório Cabral, uma figura grada da esquerda radical que vivia alojada nos “subterrâneos maçónicos” do Partido Histórico, declarou: “censuro o governo por não ter imediatamente, logo que subiu ao poder, revogado, quanto possível as medidas ditatoriais”<sup>59</sup>. Disse ainda, a terminar um longuíssimo discurso: “se a câmara dos senhores deputados declarou que prescindia do seu direito de acusação nós não podemos acusar, mas também não podemos perdoar”<sup>60</sup>. Por isso propôs a eliminação, pura e simples, do artigo 1.º. Outro que se declarou contrário à aprovação do *bill* foi o Conde de Cavaleiros. Este descendente de um antigo miguelista afirmou não compreender “para que é um bill de indemnidade dado para sancionar os actos que todos os ditames da consciência reprovam”<sup>61</sup>. Corroborando de certa forma esta ideia, Fontes Pereira de Melo limitou-se simplesmente a dizer que a aprovação do artigo 1.º equivalia à sanção do movimento de 19 de Maio e que jamais se prestaria a sancionar com o seu voto qualquer espécie de ditadura<sup>62</sup>. Já o Conde do Casal Ribeiro, que havia pedido a demissão do posto de embaixador em Paris aquando da *Saldanhada*, não votava o *bill* por duas razões: primeiro, porque era uma medida “inoportuna e desnecessária” pois, na sua opinião, a responsabilidade política do ministério extinguiu-se no momento da demissão de Saldanha; segundo, pela simples razão de que não sancionava actos com os quais não estava em “comunhão”<sup>63</sup>, logo “Contra o artigo

---

<sup>57</sup> DCP, sessão de 19.12.70, p. 97.

<sup>58</sup> DCP, sessão de 19.12.70, p. 97.

<sup>59</sup> DCP, sessão de 19.12.70, p. 107.

<sup>60</sup> DCP, sessão de 19.12.70, p. 114.

<sup>61</sup> DCP, sessão de 20.12.70, p. 101.

<sup>62</sup> DCP, sessão de 21.12.70, p. 117.

<sup>63</sup> DCP, sessão de 20.12.70, p. 105.



1.º voto sem hesitação, e rejeito absolutamente o *bill* de indemnidade”<sup>64</sup>. Por seu turno, Andrade Corvo, que fazia então o seu primeiro discurso enquanto par do reino, optou pela ambivalência. Por um lado, considerava o *bill* de indemnidade escusado visto que, segundo as suas palavras, “aos defuntos não se dão votos de confiança”; dito isto, desatou a desferir farpas no novo ministério, o qual acusou de “cúmplice da ditadura” por ter perfilhado de “ânimo leve” os decretos promulgados ditatorialmente pelo seu antecessor<sup>65</sup>. Logo, no seu ponto vista, cabia-lhe também uma parte da responsabilidade que o *bill* tencionava relevar.

A defesa da proposta do governo esteve a cargo do Presidente do Conselho. Astuto, o Marquês de Ávila optou por uma tática que consistia fundamentalmente em pôr a nu a incoerência dos pares do reino<sup>66</sup>. Nesse sentido, começou por lhes recordar que este não era um caso inédito já que, em 1868, o primeiro governo a que presidiu “veio pedir ao parlamento, não só a sanção de um acto que não havia praticado, mas um *bill* de indemnidade para o ministério que incorrera na responsabilidade desse acto”, tendo os pares do reino nessa ocasião sustentado “doutrinas opostas”<sup>67</sup>. De facto, é realmente verdade que, por vezes, os governos se viam na necessidade de legislar por decretos, sem a intervenção do Parlamento. Mas uma coisa era relevar-se a responsabilidade de um governo por este ter exorbitado *excepcionalmente* a esfera das suas atribuições, como aliás estava previsto no n.º 34 do artigo 145.º da Carta Constitucional, e outra bem diferente era relevar-se a responsabilidade de um governo que foi imposto ao rei a altas horas da noite por um golpe de estado militar. Neste caso, como referiu o Marquês de Sabugosa, “nem em Inglaterra nem em parte alguma se lhes votaria um *bill* de indemnidade”<sup>68</sup>. Depois Ávila dirigiu-se particularmente a Andrade Corvo, recordando-lhe com grande a-propósito que “sua excelência está aqui com a carta de par do reino passada pela situação que condena”<sup>69</sup>. Com efeito, a referenda da carta régia de nomeação de Andrade Corvo para o pariatato foi uma das pouquíssimas medidas resultantes da meteórica passagem de Rodrigues Sampaio pelo ministério do

---

<sup>64</sup> DCP, sessão de 20.12.70, p. 164.

<sup>65</sup> DCP, sessão de 20.12.70, p. 118.

<sup>66</sup> Como refere José Miguel Sardica, «Durante o debate, o Marquês-Presidente esquivou-se sempre a comentar o golpe e o governo da saldanhada, dizendo apenas que não estava ali para perseguir, ou permitir que se perseguissem, os amigos de Saldanha, por ser adepto, desde sempre, de uma política de conciliação» (SARDICA, 2005 a), p. 464).

<sup>67</sup> DCP, sessão de 22.12.70, p. 130.

<sup>68</sup> DCP, sessão de 19.12.70, p. 96.

<sup>69</sup> DCP, sessão de 22.12.70, p. 130.

Reino entre 26 de Maio e 3 de Junho<sup>70</sup>. No entanto, como vimos, o *governo dos cem dias* não conseguiu sequer captar a benevolência do único par do reino que indicou ao Poder Moderador.

Embora momentosa e por vezes crispada, a discussão protagonizada pelos pares do reino não passava, no fundo, de mera retórica bizantina, pois não havia ali uma voz que assumisse a responsabilidade política em que incorreu o ministério saldanhista ao extravasar a órbita das suas atribuições, nem tão pouco nenhum acusado que respondesse por ele, uma vez que a Câmara dos Deputados não havia promovido qualquer acusação. Com efeito, de Saldanha e Peniche, os dois pares que tinham desempenhado funções governativas durante a “ditadura”, o novo executivo não queria nem sombras, despachando-os com toda a ligeireza para as embaixadas de Londres e de Bruxelas de forma a afastá-los, no primeiro caso definitivamente e no segundo apenas momentaneamente, do já de si agitado cenário político interno.

Apesar da forte oposição que suscitou entre o pariato, o *bill* acabou por ser aprovado na generalidade por 29 votos contra 16<sup>71</sup>. Entre os 29 votos a favor contaram-se os dois ministros que eram pares do reino, nomeadamente o Bispo de Viseu e o Marquês de Ávila e Bolama. Apesar dos protestos vindos das galerias, estes ilustres dissidentes de 1862 não se eximiram a participar na votação pois, ao contrário dos membros da outra câmara legislativa, podiam acumular as funções ministeriais com o exercício do pariato. Por seu turno, o artigo 1.º da proposta governativa foi aprovado na especialidade por 30 votos contra 18 (neste escrutínio votaram mais três pares do que no anterior: o Marquês de Valada e o Conde da Fonte Nova, que aprovaram o *bill*, e Baião Matoso, que rejeitou; por sua vez António de Gambôa e Liz, que tinha votado a favor na generalidade, resolveu depois votar contra na especialidade)<sup>72</sup>. Contudo, para melhor se entender este voto dos pares torna-se necessário avaliar o que representava, politicamente, o governo oficialmente empossado a 29 de Outubro de 1870.

---

<sup>70</sup> Na imprensa comentava-se que o antigo redactor d’*O Espectro* se juntou a Saldanha com o intuito de evitar a ditadura, saindo uma semana depois por não ter conseguido dar conta do recado.

<sup>71</sup> DCP, sessão de 22.12.70, p. 133. O 1.º Conde do Casal Ribeiro e o 2.º Visconde de Algés, dois pares que declararam que iriam votar contra o *bill*, não estiveram presentes nesta sessão em que ocorreu a votação do mesmo.

<sup>72</sup> DCP, sessão de 22.12.70, p. 134.

Na realidade, o governo presidido pelo Marquês de Ávila era uma coligação de reformistas e avilistas<sup>73</sup>, ou seja, era um governo apoiado pelos radicais (os reformistas tinham ganho as eleições de 18 de Setembro de 1870, obtendo 52 % dos votos), em que Ávila, tal como noutras ocasiões, servia de “contrapeso respeitável num gabinete de base populista”<sup>74</sup> e inspirava confiança perante o Paço, sendo uma garantia de moderação<sup>75</sup>. É que na pasta do Reino estava o Bispo de Viseu, chefe dos reformistas, uma agremiação radical nascida do rescaldo da *Janeirinha* e em cujas bases se encontrava muita da gente que apoiara a *Saldanhada* e que, a par das reformas tradicionais do radicalismo, só se daria por satisfeita com reformas políticas. Sozinho, o Bispo de Viseu não poderia conter os seus próprios apoiantes, e Ávila estava portanto destinado a servir-lhe de escudo.

A facção avilista surgiu em finais da década de 1850, quando Ávila e Carlos Bento entraram para um governo de coligação presidido pelo Duque de Loulé e, após a remodelação ministerial de Fevereiro de 1862, denominou-se de dissidência da maioria histórica<sup>76</sup>. Constituindo uma espécie de “*tiers parti*”, a importância do avilismo no tabuleiro do xadrez político não advinha tanto do seu número de efectivos no Parlamento mas sobretudo da “posição de charneira” que ali ocupava<sup>77</sup>. É certo que, na Câmara Alta, o avilismo ainda não tinha a relevância nem o peso que viria a ter no começo da década de oitenta, nomeadamente nos anos de 1880-1881, em que os votos dos pares avilistas se tornaram absolutamente decisivos para fazer pender os pratos da balança para um dos lados<sup>78</sup>. Como teremos oportunidade de observar, este reforço do número de efectivos verificado nas fileiras avilistas foi sobretudo proporcionado pela “fornada” de 8 de Janeiro de 1880, do primeiro governo progressista, uma vez que os ministérios representativos de pequenos grupos partidários, presumivelmente por se tratar de executivos fracos e geralmente de transição, jamais conseguiram arrancar do

---

<sup>73</sup> O Marquês era acolitado por mais três avilistas (Carlos Bento da Silva na Fazenda, José Maria Morais Rego na Guerra e José de Melo Gouveia na Marinha) e por dois reformistas (D. António Alves Martins no Reino e Augusto Saraiva de Carvalho na Justiça).

<sup>74</sup> SARDICA, 2005 a), p. 111.

<sup>75</sup> Além do cunho conservador que lhes emprestava, a presença de Ávila nos governos de esquerda reflectia também as dificuldades com que históricos e reformistas se debatiam para resolver o problema da falta de personalidades para ocupar a pasta da Fazenda.

<sup>76</sup> O termo foi utilizado pelo próprio Marquês de Loulé na sessão de 17.03.62 do Conselho de Estado, quando propôs à apreciação deste órgão consultivo o adiamento das Cortes «para entrar em negociações com a parte dissidente da maioria» (V. BELO, 2000, p. 65).

<sup>77</sup> SARDICA, 2001 b), p. 671.

<sup>78</sup> Ao contrário de outros governantes, Ávila não teve grandes razões de queixa da câmara hereditária pois nenhum dos três governos que chefiou (em 1868, 1870-71 e 1877-78) caiu por pressão da Câmara Alta.

Poder Moderador qualquer grande “fornada”, que era para todos os efeitos um apanágio exclusivo dos chamados grandes partidos. Em boa verdade, os únicos pares do reino que, entre 1851 e 1890, não foram nomeados por indicação de ministérios histórico-progressistas e regeneradores foram João de Andrade Corvo (carta régia de 30 de Maio de 1870) e António Florêncio de Sousa Pinto (carta régia de 27 de Dezembro de 1877), que ascenderam ao pariato indicados por um ministério saldanhista e por um ministério avilista<sup>79</sup>.

Todavia, na votação do *bill* de indemnidade, além dos pares avilistas (Marquês de Ávila e Viscondes de Chancelieiros e de Seabra), dos pares de tendência radical (alguns deles ligados aos históricos como os Condes de Bertandos, de Castro e de Podentes, o Visconde de Condeixa, o Barão de Vila Nova de Foz Côa, Alberto António de Moraes Carvalho, António de Azevedo Coutinho Melo e Carvalho, Custódio Rebelo de Carvalho, Marino João Franzini e Roque Joaquim Fernandes Tomás; outros ligados ao Partido Reformista como o Bispo de Viseu e o Barão de S. Pedro<sup>80</sup>) e dos pares comprometidos com Saldanha (Marqueses de Nisa e de Valada), o governo Ávila ainda conseguiu reunir uma dezena de votos (Condes de Cabral, de Fornos de Algodres e da Lousã, dos Viscondes de Porto Covo da Bandeira e da Vargem da Ordem, António de Gambôa e Liz, Jaime Larcher, José Ferreira Pestana, José Lourenço da Luz e Reis e Vasconcelos) provindos de um “grupo [de pares] algo inconsistente e volátil”<sup>81</sup> que não denunciava antecipadamente o seu voto e que ora pendia para a esquerda ora para direita, conforme as circunstâncias políticas, a natureza dos assuntos em questão e os seus próprios interesses ou do partido ou facção a que pertenciam. Porém, entre os pares que votaram com o governo encontravam-se ainda mais um prelado (Bispo de Lamego) e três pares conotados com os regeneradores (Marquês de Viana, Conde da Fonte Nova e Félix Pereira de Magalhães) que, nesta questão, fizeram prevalecer a sua independência em detrimento da disciplina de voto e da homogeneidade partidária. Ou seja, o governo só não sofreu um hediondo revés em virtude de uma fortuita conjugação de votos.

Quantos aos pares que rejeitaram o *bill*, com excepção do Visconde de Fonte Arcada que era um oposicionista compulsivo, todos os restantes eram indefectíveis

<sup>79</sup> V. ALMEIDA, 1995, Volume I, p. 113.

<sup>80</sup> Em 15 de Fevereiro de 1850 este par madeirense apresentou na Câmara Alta um projecto de abolição dos vínculos naquele arquipélago (V. COUTO, 1988, Volume I, pp. 671-686).

<sup>81</sup> Na primeira metade da década de 1860 este grupo já era constituído por cerca de trinta pares (V. BELO, 2000, p. 134).

históricos (Duques de Loulé e de Palmela, Marquês de Sabugosa, Condes de Cavaleiros, de Linhares, de Paraty e do Sobral, José Augusto Braamcamp, Justino Máximo Baião Matoso, Miguel Osório Cabral e Augusto César Xavier da Silva) e indefectíveis regeneradores (Fontes Pereira de Melo, Eduardo Montufar Barreiros, Francisco Simões Margiochi, João de Andrade Corvo e Marquês de Sousa Holstein).

Como não podia deixar de ser, entre os pares que rejeitaram o *bill*, encontrava-se o fleumático Duque de Loulé, o chefe do governo apeado do poder na sequência do golpe militar de 19 de Maio. No entanto, o líder dos históricos nunca se envolveu na discussão, mantendo-se sempre em silêncio ao longo dos quatro dias de debate. Porque terá estado Loulé tão silencioso? Podemos interpretar a sua contenção verbal de duas formas: por um lado, o duque não queria ser acusado de falta de isenção na condução dos trabalhos da assembleia a que presidia, limitando-se por isso a dirigir o debate com a sua famigerada “proverbial serenidade”<sup>82</sup>; por outro lado, é também compreensível que Loulé não quisesse levantar ondas no interior do seu partido e que tivesse ficado calado para não hostilizar as suas bases radicais, dada a conhecida capilaridade entre estas e os grupos avulsos de radicais que emergiram na cena política lisboeta na sequência da *Janeirinha*, e entre os quais a *Saldanhada* recrutou muitos adeptos.

Quanto ao comportamento do pariato neste caso específico – mas não único – o que importa acima de tudo realçar é a existência de uma grande indisciplina de voto, mormente entre os pares históricos. Esta rebeldia verificada nas fileiras históricas constitui um claro indício de que, não obstante o carácter intrinsecamente partidário das nomeações, o efeito das grandes “fornadas” do segundo governo Loulé (1860-1865) já se tinha quase completamente esfumado. Sublinhe-se, no entanto, que neste caso tal facto não se deveu à afluência de uma “maioria ausente” (só votaram o *bill* 45 dos 110 membros da Câmara); nem se deveu às “contra-fornadas” (após a demissão de Loulé em 1865 só se verificaram 7 novas nomeações de pares). O escasso efeito das referidas “fornadas” deveu-se sobretudo à defecção de 15 pares indicados por Loulé, os quais decidiram votar contra a parcialidade que os distinguiu<sup>83</sup>, mostrando de passagem que, por vezes, a imprevisibilidade da Câmara Alta também se devia à defecção do pariato. Sem este precioso auxílio, o *bill* de indemnidade solicitado pelo governo Ávila não teria

<sup>82</sup> SABUGOSA, 1974, p. 304.

<sup>83</sup> Os 15 pares do reino em questão foram o 3.º Duque de Palmela; o 1.º Marquês de Ávila; o 2.º Conde de Bertandos e o 1.º Conde de Cabral; o 1.º Visconde de Condeixa, o 2.º Visconde de Porto Covo e o 1.º Visconde de Seabra; o 1.º Barão de Foz Côa; Custódio Rebelo de Carvalho, José Lourenço da Luz, José Ferreira Pestana, Marino Miguel Franzini, Melo e Carvalho, Morais Carvalho e Reis e Vasconcelos.

seguramente passado na Câmara Alta. Ora, nesse caso, levando em linha de conta os costumes políticos domésticos, não seria preciso nenhuma bola de cristal para o governo saber a sorte que o esperava.

Depreende-se portanto que, em 1870, e dado o facto de já não haver grandes “fornadas” desde 30 de Dezembro de 1862, as votações na Câmara dos Pares se tinham tornado numa espécie de lotaria para os governos. Como vimos, em 1869, já se tinha verificado a queda de um governo reformista às mãos da Câmara Alta. Mas também podia verificar-se o caso desta ser pontualmente dominada por um governo ali minoritário, como foi o caso do governo Ávila/Viseu de 1870, muito embora este tivesse maioria na Câmara dos Deputados já que o Partido Reformista ganhara as eleições de 18 de Setembro de 1870. Com efeito, só havia 3 pares do reino genuinamente reformistas, mas destes o Conde de Samodães, como já era hábito, nem sequer se dignou comparecer. Ainda assim, o governo ganhou a votação apoiado por uma maioria volúvel que, além dos poucos pares reformistas e avilistas, incluía 3 regeneradores indisciplinados, 15 históricos que viraram as costas a Loulé e uma dezena de desalinhados “crónicos”. Era por isso evidente que, nesta altura, a Câmara dos Pares estava a precisar urgentemente de uma arrumação. Esta arrumação seria levada a cabo pela primeira “fornada” de Fontes, que se viu na necessidade de injectar na Câmara Alta elementos da sua confiança política de forma a constituir ali uma maioria regeneradora estável, um requisito de todo em todo indispensável para conseguir levar a bom porto a sua missão governativa.

## ***2. O julgamento do Conde de Peniche pelo Tribunal de Justiça da Câmara dos Pares***

À imagem da sua congénere britânica, a Câmara Alta portuguesa também desempenhava funções judiciais<sup>84</sup>. O artigo 41.º da Carta Constitucional determinava que era uma competência exclusiva da Câmara dos Pares julgar os delitos cometidos pelos membros da família real, ministros e conselheiros de estado, pelos deputados da nação e pelos próprios pares do reino, embora com a ressalva expressa no artigo 37.º da Lei Fundamental de que os crimes envolvendo responsabilidade ministerial e os crimes

---

<sup>84</sup> V. CARMICHAEL e DICKSON (ed.), 1999 e STEVENS, 1979.

cometidos pelos conselheiros de estado seriam os únicos em que a acusação teria de ser obrigatoriamente promovida pela Câmara dos Deputados.

Foram poucas as vezes em que os pares vestiram a sua indumentária forense para se reunirem em tribunal de justiça. Entre 1842 e 1910 foram formulados 18 processos-crime contra deputados, que depois foram remetidos à respectiva Câmara em conformidade com o artigo 27.º da Carta Constitucional. Este artigo, a que mais adiante teremos de voltar a fazer referência, determinava que “Se algum par ou deputado for pronunciado, o juiz, suspendendo todo o ulterior procedimento, dará conta à sua respectiva câmara, a qual decidirá se o processo deve continuar, e o membro ser, ou não, suspenso, no exercício das suas funções”. Mas, de todos aqueles processos, apenas relativamente a quatro deles foi concedida luz verde para que avançassem, sendo então remetidos à Câmara dos Pares. No caso de Joaquim Pedro Celestino Soares, pelo facto deste já não ser deputado no momento da sentença, o tribunal dos pares, em 18 de Fevereiro de 1846, remeteu o processo ao foro militar onde o réu devia ser julgado, enquanto no caso do deputado José Bento Ferreira de Almeida, a Câmara dos Pares constituída em Tribunal de Justiça decidiu, em 18 de Agosto de 1887, julgar procedente a acusação por agressão física, em pleno “recinto do suposto santuário das leis”<sup>85</sup>, ao então Ministro da Marinha e Ultramar Henrique de Macedo, aplicando-lhe uma pena de 4 meses de prisão militar, “levando-se-lhe em conta para o cumprimento desta pena o tempo de prisão sofrida desde 7 de Maio deste ano”<sup>86</sup>. Não obstante isso, o 1.º tenente Ferreira de Almeida acabaria por ser nomeado par do reino, em 29 de Dezembro de 1900, pelo governo regenerador de Hintze Ribeiro, acabando no entanto por falecer pouco tempo depois, mais precisamente no dia 4 de Setembro de 1902. A Câmara dos Pares constituiu-se ainda por mais duas vezes em Tribunal de Justiça para julgar dois deputados, em 19 de Dezembro de 1887 e em 26 de Julho de 1899, tendo em ambos os casos absolvido José de Azevedo Castelo Branco e António Tavares Festas dos crimes de que eram indiciados. Quanto às acusações apresentadas ou solicitadas contra ministros na Câmara dos Deputados, entre 1842 e 1856 registaram-se nada menos que dez, uma boa parte delas contra Costa Cabral, resolvendo-se em todos os casos que não havia lugar a decretar a acusação. Já no que concerne ao período compreendido ente 1857 e 1886, não foi levantada pelos deputados qualquer acusação contra ministros de

---

<sup>85</sup> MARTINS, Oliveira, 1959, Volume IV, p. 150.

<sup>86</sup> DCP, sessão de 18.08.87 da Câmara dos Pares constituída em Tribunal de Justiça, p. 1014.

Estado<sup>87</sup>. Ainda assim, meia dúzia de anos mais tarde, após consumir uma cisão no Partido Regenerador da qual resultaria o Partido Regenerador-Liberal, João Franco expôs um vasto conjunto de princípios políticos que consubstanciavam um verdadeiro programa de governo onde se preconizava uma lei de responsabilidade ministerial que permitisse a acusação dos membros do governo e o seu julgamento pelo Supremo Tribunal de Justiça, e não pela Câmara dos Pares, uma vez que, no seu entendimento, os conluíus políticos estabelecidos na Câmara Alta impossibilitavam qualquer responsabilização dos ministros<sup>88</sup>. Dito por outras palavras, efectivamente, “São bastantes os casos em que se denuncia o comportamento dos ministros, mas aqueles que foram apreciados pela Câmara dos Pares reunida em tribunal jamais sofreram qualquer sanção”<sup>89</sup>.

Temos pois que, no decurso do período compreendido entre 1842 e 1910, a Câmara dos Pares se reuniu em Tribunal de Justiça por 17 vezes. Por seu turno, no período que é objecto deste estudo, o tribunal de justiça dos pares do reino reuniu-se quatro vezes<sup>90</sup>, a primeira das quais em 1872, aquando do célebre julgamento do digno par do reino Marquês de Angeja pelo crime de “atentado contra as instituições estabelecidas, a dinastia reinante e a independência nacional”. Por volta dos 50 anos, na força da vida, podíamos caracterizar D. Caetano de Almeida e Noronha Portugal Camões de Albuquerque Moniz e Sousa, 3.º Conde de Peniche e 8.º Marquês de Angeja, como um excêntrico fidalgo de impecáveis pergaminhos aristocráticos com uma visceral vocação demagógica e uma assolapada paixão pelas artes teatrais<sup>91</sup>. Este homem riquíssimo, com um percurso político desalinhado, foi um dos principais instigadores da *Janeirinha*, o movimento popular atizado contra os impostos decretados pelo governo da Fusão, ao qual moveu uma guerra sem tréguas após a entrada de

---

<sup>87</sup> O Senado espanhol também desempenhava funções de Tribunal de Justiça mas só com uma missão muito precisa, a de julgar exclusivamente os ministros acusados pelo Congresso. Contudo, durante a Restauração, o Senado não se constituiu uma única vez em Tribunal (V. ANADÓN BENEDICTO, 1998, p. 332).

<sup>88</sup> V. PROENÇA e MANIQUE, 1989, Volume II, p. 35.

<sup>89</sup> SANTOS, 1986, p. 195.

<sup>90</sup> A saber: uma vez em 1872, para julgar o Conde de Peniche; duas vezes em 1887, para julgar os deputados José Bento Ferreira de Almeida e José de Azevedo Castelo Branco; e uma vez em 1889, para julgar o par do reino Conde de Gouveia.

<sup>91</sup> MORAIS, 2003, p. 135. Segundo Raul Brandão, «O marquês de Angeja foi um dos maiores originais do século. Andava sempre de botas de alça, jaleca, chapéu redondo e alforges às costas. [...] Quem não o conhecesse, tomava-o por um saloio autêntico. Mas se acaso se metia a ser marquês, ninguém o era mais nem melhor do que ele. Quando entrava na câmara dos pares, o que raras vezes fez, ia de saloio até à porta do parlamento, mas no primeiro recanto tirava dos alforges o manto de arminhos, e só de manto de arminhos assistia às sessões» (BRANDÃO, 1988, Volume II, pp. 218-219).



Mártens Ferrão e de Casal Ribeiro para o ministério<sup>92</sup>, datando sobretudo daí a sua má fama política. Até ao ano de 1872 jamais deixou de desempenhar papel de relevo em todas as contingências políticas da época, sendo inclusivamente acusado na Câmara dos Pares, já em Maio de 1868, “pelos crimes de rebelião, associação ilícita e desobediência”, do qual foi posteriormente absolvido em 25 de Junho de 1868 por um decreto do primeiro governo avilista<sup>93</sup>. Mas mal se livrou desta primeira acusação, o Conde de Peniche não perdeu tempo e retomou as suas actividades subversivas, promovendo reuniões sediciosas no seu sumptuoso palácio situado na rua de S. Lázaro, ao Socorro, as quais se tornaram num foco permanente de desordens e que, segundo algumas testemunhas, eram sempre muito concorridas por notáveis e por militares<sup>94</sup>. Aliás, foi manifesta a cooperação entre alguns oficiais do exército e certas franjas radicais da sociedade na agitação conspirativa fomentada pelo Conde de Peniche, como, de resto, se depreende do teor do despacho de pronúncia enviado pelo juiz Miguel Osório à Câmara dos Pares. De acordo com o parecer, as reuniões promovidas pelo Conde de Peniche quer na sua residência, quer na loja maçónica situada “para os lados da Bica” numa ruela conhecida por “Carreirinha do Socorro”, eram muito concorridas não só por “paisanos arregimentados” mas também por militares (praças, furriéis, coronéis, majores e sargentos), entre os quais se incluíam alguns recalcitrantes da *Saldanhada* de 19 de Maio de 1870. “O próprio D. Caetano referia-se por vezes ao importante papel que teriam os oficiais da saldanhada no desenrolar da revolta”<sup>95</sup>.

Quando da formação do ministério saído do golpe militar levado a cabo por Saldanha em 19 de Maio de 1870, a entrada do Conde de Peniche para o governo – agraciado nesta altura com o título de 8.º Marquês de Angeja enquanto legítimo descendente da antiquíssima casa de Noronha – não causou grande espanto<sup>96</sup>. Salientara-se ele nos últimos anos por ser o chefe de uma seita desordeira, os

---

<sup>92</sup> Vasco Pulido Valente refere que «A entrada de Martens Ferrão e Casal Ribeiro transformara o ministério numa pura coutada dos regeneradores, a que Loulé e o partido histórico só por impotência se resignavam» (VALENTE, 2001, p. 240).

<sup>93</sup> A Câmara dos Pares, em sessão realizada em 22 de Junho de 1868, julgou procedente a acusação contra o Conde de Peniche e, «atendendo às circunstâncias do processo», determinou que o réu «se livrasse solto sem fiança». Em sessão de 3 de Agosto de 1868, a Câmara dos Pares constituída em Tribunal de Justiça, deliberou, por acórdão e a requerimento do Procurador-Geral da Coroa, aplicar o decreto de amnistia de 25 de Junho de 1868.

<sup>94</sup> DÓRIA, 2004, p. 184.

<sup>95</sup> DÓRIA, 2004, p. 188.

<sup>96</sup> O Marquês de Angeja era descendente directo de algumas figuras ilustres da história de Portugal como Afonso de Albuquerque, D. António de Noronha, D. Miguel de Almeida e D. Filipa de Vilhena (V. *O Conde de Peniche, Marquês de Angeja, e o seu Manifesto*, 1872, p. 3).

*penicheiros*. De resto, este movimento populista, difícil de caracterizar, não deixa de evocar uma espécie de “miguelismo” corrigido pelo radicalismo da época e pelo meio urbano. O Conde de Peniche como que incorporava duas personalidades antagónicas que representavam, dentro do sistema monárquico liberal, o que podia haver de mais irreconciliável, ou seja, o progressismo que ia quase até ao republicanismo e o conservadorismo que ia quase até ao absolutismo. Já foi de resto notado que dentro da conspiração que estava em marcha existiam “indivíduos de todas as políticas”<sup>97</sup>.

Peniche era portanto um dos principais animadores do híbrido movimento que ditou o derrube do terceiro governo histórico presidido pelo Duque de Loulé, e como tal julgava-se plenamente no direito de ser recompensado com uma das pastas no chamado governo da “Meia-noite” presidido por Saldanha, organizando inclusive comícios em seu favor<sup>98</sup>. Todavia, passado pouco tempo, a sua permanência no poder tornou-se insustentável quando, a 27 de Julho, os seus amigos arruaceiros realizaram uma manifestação frente ao centro do Partido Reformista, apupando e apedrejando “a gente do bispo de Viseu” e as forças da ordem. Os militares, obedecendo às ordens do ministro Dias Ferreira, que já estava manifestamente apreensivo com o facto de o seu colega não controlar os seus indómitos “amigos”, não tiveram outra saída senão carregar violentamente sobre os *penicheiros*<sup>99</sup>.

Escorraçado do poder sem honra nem glória e, para mais, profundamente ressentido pelo seu afastamento, o conde e a irascível turba radical que gravitava em seu redor logo procuraram vingar-se dos que tão mal o recompensaram pelos seus prestimosos serviços, tornando-se desde então num perigo iminente para as instituições vigentes, ora desacatando as leis ora desafiando as autoridades. Chegou mesmo a ventilar-se nos jornais o seu conluio com as guerrilhas carlistas espanholas que semeavam a propaganda reaccionária junto à fronteira e com os refugiados carlistas que se encontravam exilados em Lisboa<sup>100</sup>. Uma das testemunhas arroladas no processo asseverou mesmo durante um depoimento policial que “Havia elementos do partido *legitimista* a frequentar as reuniões, em baixo número e com peso político muito limitado”<sup>101</sup>. A crescente actividade conspirativa do Conde de Peniche e da sua pandilha

---

<sup>97</sup> DÓRIA, 2004, p. 199.

<sup>98</sup> O namoro entre os *penicheiros* e Saldanha já durava desde o tumultuoso ano de 1868 (V. MÓNICA, 1999, p. 88).

<sup>99</sup> DÓRIA, 2004, pp. 145-147.

<sup>100</sup> V. *Diário de Notícias*, 25.10.70.

<sup>101</sup> DÓRIA, 2004, p. 191.

culminou com o seu envolvimento na *Pavorosa* de 24 de Julho de 1872. Uma revolta que apesar de ter abortado<sup>102</sup>, à semelhança da famosa conjura urdida por Catilina na Roma Antiga, daria contudo ensejo a um debate político de alguma gravidade. Não só porque entre os nomes do vasto rol de delinquentes – onde era possível encontrar mais alguma gente graúda como o Conde de Magalhães, o Visconde de Ouguela e o Barão de Pomarinho – se contava aquele desaustinado par do reino<sup>103</sup>, acusado no processo instaurado pelo ministério público de ser o cabecilha da tenebrosa conspiração cujos objectivos ambíguos iam desde o derrube do governo de Fontes até à mudança dinástica, à proclamação da república e à união ibérica, mas sobretudo pela enorme controvérsia e pelas incríveis vicissitudes que rodearam o seu julgamento.

Por força do seu estatuto de par do reino, o Conde de Peniche gozava de um foro especial de imunidade, sendo o seu julgamento uma prerrogativa inalienável da Câmara dos Pares, depois de ouvido o parecer do Conselho de Estado sobre o melindroso assunto<sup>104</sup>. Uma reunião que não foi totalmente pacífica. Na sua sequência, por entender que a constituição da Câmara dos Pares em Tribunal de Justiça devia ser decidida pela própria câmara e não pelo governo, o Duque de Loulé pediu a demissão da presidência da Câmara Alta<sup>105</sup>, um cargo que vinha desempenhando desde 21 de Setembro de 1870, tendo desde então presidido a mais de uma centena de sessões. Tal como acontecia com a nomeação dos pares do reino, a nomeação do presidente e do vice-presidente da Câmara dos Pares era uma prerrogativa exclusiva do monarca estabelecida pelo artigo 21.º da Carta Constitucional<sup>106</sup>. Por sugestão de Fontes Pereira de Melo, D. Luís

<sup>102</sup> Tudo leva a crer que o governo tinha informações de que o plano dos conspiradores era vasto e bem organizado e de que estes se sentiam fortes para o realizar. Alarmado com o fantasma da rebelião, o governo seguiu o fio da conspiração de modo a combater o mal pela raiz, impedindo a eclosão da revolta.

<sup>103</sup> V. OUGUELA, 1873. O Marquês de Nisa foi outro dos membros do pariato que também veio à baila, contudo numa carta aberta datada de 29.09.72, o marquês negou veementemente tais boatos. Mas como diz o provérbio, «a calúnia é como o carvão, quando não queima, suja» (V. *Diário de Notícias*, 10.10.72).

<sup>104</sup> V. Actas do Conselho de Estado, sessão de 30.09.72, ANTT, Casa Forte 77 D. O facto de estar sob a alçada judicial da Câmara dos Pares evitou-lhe o encarceramento pois, com excepção do Marquês de Angeja, todos os restantes conspiradores viram pender sobre si mandados de captura emitidos pelo juiz que instruiu o processo da *Pavorosa*, indo uma boa parte deles passar uma temporada aos calabouços do Limoeiro. De resto, uma das mais persuasivas críticas dirigidas aos pares do reino era relativa ao seu estatuto jurídico-constitucional excepcionalmente favorecido.

<sup>105</sup> Anselmo José Braamcamp foi o único conselheiro de estado que alinhou com Loulé no que respeita à ilegalidade da convocação. Na sua opinião, «o governo tão-somente podia convocar a câmara dos dignos pares para julgar um dos seus membros depois dela ter concedido a necessária licença, no exercício das suas atribuições políticas» (Actas do Conselho de Estado, sessão de 30.09.72, ANTT, Casa Forte 77 D).

<sup>106</sup> No entanto, o cargo de presidente da Câmara dos Pares deixou de ser vitalício logo após a morte de Fontes posto que, de acordo com o decreto de 27.01.87, o presidente e o vice-presidente da Câmara dos Dignos Pares do Reino passaram a ser nomeados por decreto real no princípio de cada sessão legislativa ordinária (V. PRAÇA, 1983, Volume II, p. 389). Sobre as supostas desvantagens do carácter vitalício da presidência da Câmara dos Pares ver GARRETT, 1984, pp. 176-177.

decidiu-se em 11 de Outubro de 1872 pelo Marquês de Ávila<sup>107</sup>. Segundo José Miguel Sardica “Tudo o empurrava para o lugar: a idade, o currículo, o favor régio, a disponibilidade política, o perfil moderado e conciliador”<sup>108</sup>.

No entanto, a tomada de posse do novo presidente da Câmara dos Pares, não obstante a gravidade do acto, foi objecto de algumas dúvidas. A investidura de Ávila, o 6.º presidente desde a fundação do pariatto em 1826, ocorreu precisamente na 1.ª sessão extraordinária em que a Câmara planeava constituir-se em tribunal de justiça para julgar do caso em que o Marquês de Angeja se encontrava implicado até à raiz dos cabelos. Nessa ocasião, o Marquês de Valada resolveu interrogar a mesa para saber se o acto da tomada de posse da presidência da Câmara dos Pares era um “acto judicial”<sup>109</sup>. De acordo com a constituição, a Câmara dos Pares exercia funções legislativas e funções judiciais, as quais eram funções autónomas e completamente distintas. Contudo, segundo a esmagadora maioria dos pares presentes na sessão extraordinária de 18 de Outubro de 1872, essa discriminação de funções não era inibitória da investidura do presidente que, na sua perspectiva, era um “acto muito especial” que transcendia o facto da Câmara Alta estar exercendo funções judiciais ou legislativas.

Embora o móbil da acesa polémica que arrastou a Câmara dos Pares para a crista da onda fosse o decreto governamental de 30 de Setembro de 1872, pelo qual o governo convocava a Câmara dos Pares a reunir-se extraordinariamente em Tribunal de Justiça, na verdade as peripécias em torno do julgamento do Marquês de Angeja começaram logo com a convocação dos pares do reino. Devido à demissão de Loulé, os ofícios de participação da reunião do tribunal estiveram a cargo do Conde de Castro, o vice-presidente da Câmara, que cometeu a *gaffe* de convocar o chefe dos *penicheiros* para ser juiz num processo em que o próprio figurava como arguido, fazendo assim tábua-rasa do artigo 2.º do Regulamento. Segundo este artigo, para que a Câmara se pudesse constituir em tribunal de justiça e funcionar legalmente, era necessária a presença de pelo menos 17 pares que não estivessem inibidos de serem juízes na causa que iria passar em julgado. Num ofício que dirigiu à Câmara, o Marquês de Angeja não só demonstrava a sua estupefacção por ter sido intimado “a servir de juiz num processo em

---

<sup>107</sup> DÓRIA, 2004, p. 217.

<sup>108</sup> SARDICA, 2005 a), p. 527.

<sup>109</sup> DCP, sessão extraordinária de 18.10.72.

que era indigitado como réu”, como protestava ainda com toda a candura do mundo contra a ilegalidade da convocação do tribunal<sup>110</sup>.

Como já referimos, foi todavia o decreto do governo de 30 de Setembro de 1872, já acima referido, convocando a Câmara dos Pares para que esta se constituísse em tribunal de justiça, que levantou ondas de protestos entre a oposição histórica. A começar, como vimos, pelo próprio presidente da Câmara que, por não estar de acordo com a decisão do governo, pediu a demissão do cargo, alegando uma intromissão do Poder Executivo no campo da Justiça. Na realidade, o que Loulé desejava era evitar ter que assumir as funções de juiz-presidente, um papel que muito o impopularizaria junto da plebe lisboeta entre a qual o Partido Histórico recrutava apoio popular. Por essa razão, os regeneradores afirmavam que a demissão de Loulé, que tornou uma questão judicial num bocado problema político, fora sugerida mais por conveniências e pressões partidárias do que por escrúpulos de consciência<sup>111</sup>. Não admira que Loulé tivesse querido evitar a fúria da plebe lisboeta: durante os famigerados tumultos do Natal de 1861, ocorridos após a morte de D. Pedro V e dos infantes D. Fernando e D. Augusto, vira-se obrigado a fugir da turba exaltada por uma recôndita janela do Arsenal da Marinha, juntamente com os restantes ministros<sup>112</sup>.

De resto, não era esta a primeira vez que se colocava com especial acuidade o problema da falta de autoridade do chefe do “partido popular” sobre as suas bases mais radicais. Na verdade, este garboso prócere que “Representava e traduzia fielmente o *whig* aristocrata inglês”<sup>113</sup>, nunca foi um líder consensual e incontestado entre os seus correligionários<sup>114</sup>, sendo “manifesta a fractura desde sempre existente no Partido Histórico entre uma tendência representada por Loulé, que se inclinava para a colaboração com os regeneradores, e uma tendência *radical* que apostava, pelo contrário, na afirmação da autonomia da esquerda”<sup>115</sup>. Por essa razão, *O Português*, o órgão oficial do Partido Histórico, e a facção radical que ali dominava, nunca poupou as críticas, as admoestações e as ameaças a Loulé sempre que entendia que os seus governos se desviavam da “vereda progressista”<sup>116</sup>. Não sendo a única, a chamada

<sup>110</sup> DCP, sessão de 04.11.72 da Câmara dos Pares constituída em Tribunal de Justiça.

<sup>111</sup> V. *A Revolução de Setembro*, 04.10.72.

<sup>112</sup> V. GOMES, 1907, Volume XII, p. 189.

<sup>113</sup> SABUGOSA, 1974, p. 303.

<sup>114</sup> Segundo José Miguel Sardica, «Loulé era mais um conservador centrista do que um rasgado líder de esquerda» (V. SARDICA, 2001 a), p. 226).

<sup>115</sup> BONIFÁCIO, 2001, p. 991.

<sup>116</sup> V. *O Português* de 19.02.58, 31.07.61 e 02.03.65.

questão das Irmãs de Caridade foi sem dúvida um flagrante exemplo desta petulância política e jornalística<sup>117</sup>.

Loulé entendia que o decreto de 30 de Setembro de 1872 violava a constituição já que, estando o Parlamento encerrado, o decreto não convocava simultaneamente a Câmara dos Deputados. Era portanto ilegal. Mas esta hipótese, segundo o governo, só seria admissível se o processado fosse um deputado, sendo, então sim, necessária a reunião das duas câmaras, uma para conceder a licença e a outra para julgar. Para além disso, o duque, estribando-se no artigo 27.º da Carta, entendia ainda que pertencia única e exclusivamente à Câmara dos Pares, no exercício das suas atribuições políticas, a decisão de continuar ou de suspender o processo, ou seja, de apurar se existia ou não matéria de facto que justificasse o seu envio ao Tribunal de Justiça da Câmara dos Pares. Por outras palavras, na opinião de Loulé, a verificação das garantias contidas no artigo 27.º da Carta Constitucional era uma prerrogativa da exclusiva competência da Câmara dos Pares enquanto corpo político, e não da competência da Câmara dos Pares constituída em Tribunal de Justiça. Como veremos adiante, no fim, prevaleceu a opinião do Governo de que a Câmara dos Pares podia ser convocada isoladamente. Mas deste braço de ferro entre o Duque de Loulé e o executivo resultou um intrincado imbróglio jurídico-constitucional que colocou a Câmara dos Pares numa espécie de círculo vicioso, do qual muito dificilmente conseguiria sair. Demais a mais, o único precedente conhecido remontava a 10 de Maio de 1860, altura em que a Câmara dos Pares também se reunira em tribunal de justiça estando a outra câmara encerrada, para julgar de um processo relativo ao par do reino Silva Ferrão. Nessa altura, conforme acusavam os regeneradores, a opinião do Duque de Loulé tinha sido contrária àquela que defendia agora em 1872<sup>118</sup>.

Na sequência do pedido de demissão do Duque de Loulé, em 4 de Outubro, o Partido Histórico, solidário com o seu líder, publicou um manifesto onde contestava a convocação da Câmara dos Pares pelo governo. Posteriormente, os pares históricos ainda ponderaram não comparecer nos trabalhos de constituição da Câmara em tribunal de justiça. Mas, após uma reunião realizada na residência do par Reis e Vasconcelos, resolveram antes ir à Câmara protestar contra a sua convocação. Tanto na imprensa histórica como na imprensa regeneradora esgrimiam-se acalorados argumentos sobre se

---

<sup>117</sup> V. BELO, 2000, p. 30.

<sup>118</sup> V. *A Revolução de Setembro*, 04.10.72.

a Câmara dos Pares poderia ou não funcionar não estando aberta a Câmara Electiva. Os históricos acusavam o governo de cometer uma ilegalidade, enquanto os regeneradores acusavam os históricos de quererem embaraçar a acção da justiça. Para agravar o caso, alguns jornais da oposição ainda entendiam que, na eventualidade de uma votação desfavorável ao governo, isto é, no caso em que a Câmara dos Pares declarasse que o governo a convocara ilegalmente, um tal veredicto importava a queda do ministério. Como denunciava *A Revolução de Setembro*, o oráculo dos regeneradores, “A reunião era ilegal para se dar licença que continuasse o processo do sr. marquês de Angeja, não era para se dar, se fosse possível, um cheque político ao governo”<sup>119</sup>.

Tal como decretara o governo, em 18 de Outubro de 1872, a Câmara Alta reuniu-se enfim para julgar o Conde de Peniche pelos crimes de “Conspiração tendente a mudar a forma do governo, destruir a integridade do reino, excitar os habitantes do território português à guerra civil, e os militares a levantarem-se contra a autoridade real, e contra o livre exercício das faculdades constitucionais dos ministros da coroa”. A Câmara reuniu, sim, mas com isso não dissipou o problema que vinha sendo ventilado desde a publicação do decreto de 30 de Setembro, a saber, o problema da legalidade da convocação e, portanto, da própria reunião. Apanhados nesta complexa teia, os pares do reino, perante o decreto governamental, equacionaram o excruciante problema deste modo: “Os dignos pares, não podem funcionar como tribunal de justiça, por não estar verificada pela câmara, a garantia do artigo 27.º da carta [acto preparatório indispensável para se constituir o tribunal]<sup>120</sup>, e ela não ter determinado constituir-se em tribunal de justiça, e não podendo funcionar como câmara para verificar aquela garantia, porque lhe o veda o artigo 44.º da mesma carta [o qual estipulava que as sessões das duas câmaras legislativas deviam principiar e terminar simultaneamente], e ainda o único do artigo 2.º da lei de 15 de fevereiro de 1849” a que adiante aludirei. E concluía que, por estas razões, davam “os seus trabalhos [por] findos”<sup>121</sup>. Em suma, os pares do reino encontravam-se completamente emaranhados nas teias da lei e perante um beco sem saída, pese embora o facto de naquela assembleia estar reunida uma plêiade de membros das mais altas instâncias judiciais do país. Criara-se o mais completo impasse.

<sup>119</sup> *A Revolução de Setembro*, 22.10.72.

<sup>120</sup> Volto a citar que o artigo 27.º da Carta Constitucional preconizava que «Se algum par ou deputado for pronunciado, o juiz, suspendendo todo o ulterior procedimento, dará conta à sua respectiva câmara, a qual decidirá se o processo deva continuar, e o membro ser, ou não, suspenso, no exercício das suas funções».

<sup>121</sup> DCP, 1.ª sessão extraordinária de 18.10.72, p. 226.

O que dizia a lei regulamentar de 15 de Fevereiro de 1849? De acordo com o primeiro dos seus dois artigos, “A Câmara dos Pares do reino, constituída em tribunal de justiça criminal, reúne-se para exercer suas funções judiciais, não somente enquanto duram as sessões da câmara dos deputados, mas também depois do encerramento das cortes gerais; ainda no caso de ter sido dissolvida a Câmara dos Deputados”. Por seu turno, o seu segundo artigo rezava taxativamente: “A reunião da Câmara dos Pares em tribunal de justiça, quando fora do tempo das sessões da câmara dos deputados, não poderá ter lugar sem preceder de decreto do poder executivo, ouvido o conselho de estado. No caso do presente artigo o decreto designará o objecto da convocação sobre que tem de decidir a Câmara dos Pares, como tribunal de justiça, e além dele não poderá a mesma câmara ocupar-se de outro assunto, e nem, decidido ele, continuar as suas sessões”. Enfim, apesar de aparentemente simples, no fundo a questão era bem complexa. Tão complexa que o ex-ministro da Justiça, Vicente Ferrer, um dos mais eminentes jurisconsultos do século XIX e um *expert* em questões regimentais, a descreveu da seguinte maneira: “não podemos entrar para o tribunal de pares, porque nos fecha a porta o artigo 27.º da carta; e não podemos entrar para a câmara, porque nos fecha a porta o artigo 44.º da carta. Não há como fugir a nenhum destes precipícios senão indo-nos embora [...]. Isto é um labirinto sem fim”<sup>122</sup>. Vindas de um homem da academia que era doutor em Direito e que por isso via para além da superfície e da espuma dos factos, estas palavras são sobejamente reveladoras do desnorteamento reinante entre o pariato.

De facto, era tal a confusão que se havia instalado entre os presentes e tão densa a nebulosa que envolvia a querela jurídica, que à medida que as diferentes opiniões se sucediam, transparecia apenas uma certeza: a de que a Câmara (ou o tribunal de justiça) se atolava cada vez mais no dilema em que o decreto de 30 de Setembro a colocara. O governo, por seu lado, pese embora o facto de o polémico decreto ter sido da sua lavra, achou por bem colocar-se na posição de Pilatos, lavando as mãos. Durante o período em que a questão esteve incandescente nenhum dos ministros, nem tão-pouco os dois que integravam o pariato, ousou comparecer na Câmara para defender a paternidade do decreto.

Ao fim e ao cabo de 3 longos dias de discussão, os pares continuavam com sérias dúvidas acerca do modo como a Câmara deveria funcionar. Como corolário desta

---

<sup>122</sup> DCP, 3.ª sessão extraordinária de 21.10.72, p. 262.



tremenda embrulhada jurídica em que os pares do reino se viram enleados, alguns deles envergavam o uniforme apropriado ao funcionamento da Câmara Alta em tribunal de justiça, ao passo que outros se apresentavam normalmente trajados<sup>123</sup>. Aliás, muitos deles deram logo parte à Câmara de que não pretendiam participar no julgamento, uns por impedimento canónico e por serem parentes de Peniche, outros por doença, outros ainda por considerarem o decreto de 30 de Setembro inconstitucional<sup>124</sup>. Tudo somado, dos 112 membros que integravam a Câmara só se apresentaram 57<sup>125</sup>. Mas, como veremos, ainda ocorreriam mais algumas baixas no decorrer do processo.

A solução para o complicado imbróglio jurídico-constitucional em que a assembleia estava mergulhada foi o arrombamento a golpes de votos das “portas” dos dois desditosos artigos evocados por Vicente Ferrer. A proposta partiu do próprio Ferrer e compunha-se de duas partes distintas, sendo por isso submetida a duas votações: a primeira parte, que propunha que “Os pares do reino não podem funcionar como tribunal de justiça por não estar verificada pela câmara a garantia do artigo 27.º da carta”, foi rejeitada por 40 votos contra 15; a segunda parte, que sustentava “que não nos podemos constituir em câmara, porque lhe resiste o artigo 44.º da mesma carta”, foi igualmente rejeitada por 40 votos, embora desta vez fossem só 14 os votos favoráveis dado que o Duque de Palmela decidiu não votar<sup>126</sup>. O Rubicão judicial tinha sido finalmente transposto deixando o terreno livre para a justiça dos pares percorrer o seu intrincado caminho.

Depois da rejeição da proposta de Ferrer, Ávila, recém-empossado presidente da Câmara Alta, ordenou que se acatasse imediatamente o artigo 7.º do Regimento segundo o qual “quando um processo seja remetido à câmara, ela o deve remeter à comissão de legislação”, para que o processo do Conde de Peniche fosse apreciado por esta comissão permanente da Câmara dos Pares. No entanto, na sequência da rejeição da proposta de Ferrer, os pares que a tinham sustentado e votado favoravelmente, entenderam não

<sup>123</sup> V. NORONHA, s.d. a), pp. 266-267. O Regimento da Câmara dos Pares impunha ainda o uso, em funções normais, de dois uniformes: um de gala, de corte renascentista, de veludo negro, arminhos, capa ou manto e chapéu de plumas brancas; outro de uso corrente, com casaca azul bordada a ouro e calça de lista dourada, bicorne com cocarda nacional e plumagem branca.

<sup>124</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 408.

<sup>125</sup> Em 16 de Dezembro de 1889, a Câmara dos Pares voltou a constituir-se em Tribunal de Justiça para julgar o par do reino Conde de Gouveia, «na qualidade de engenheiro director da companhia do caminho de ferro», pelo crime de «homicídio involuntário», do qual viria a ser absolvido. Nessa ocasião, dos 183 indivíduos que integravam o pariató só compareceram 60 (DCP, Tribunal de Justiça dos Pares do Reino, sessão de 16.12.89, pp. 790-807).

<sup>126</sup> DCP, 3.ª sessão extraordinária de 21.10.72, pp. 259-260.

participar nos trabalhos subsequentes a esta votação, afastando-se voluntariamente do rocambolesco processo do Marquês de Angeja. De entre os 14 pares que se auto-excluíram do julgamento figuravam 10 históricos (Duque de Loulé, Marquês da Sabugosa, Conde de Linhares, Visconde de Portocarrero, Augusto César Xavier da Silva, José Augusto Braamcamp, José da Costa Sousa Pinto Basto, Marino João Franzini, Miguel Osório Cabral de Castro e Vicente Ferrer Neto de Paiva), 2 regeneradores (Marquês de Sousa Holstein e Conde de Avelaz) e 2 pares não arregimentados partidariamente (Marquês de Valada e o Visconde de Fonte Arcada, tendo-se este último tornado notável “pela sua oposição permanente a todos os governos”<sup>127</sup>), os quais se juntavam aos Condes de Podentes e de Samodães, ao Barão de Vila Nova de Foz Côa e a Miguel do Canto e Castro, todos eles históricos, que não compareceram em nenhuma sessão do tribunal por considerarem inconstitucional o decreto de 30 de Setembro<sup>128</sup>. Por outro lado, é também perceptível que na resolução do chamado “grupo dos catorze” funcionaram outros móveis que não apenas o partidário já que, com excepção dos pares históricos, somente o Conde de Avelaz não possuía laços de parentesco com Angeja, sendo os três restantes parentes do réu dentro do quarto grau<sup>129</sup>. Depreende-se portanto que, ao invés do governo, que desejava uma punição exemplar para um par do reino que tinha cometido a proeza de fomentar três revoltas no espaço de cinco anos, os históricos não estavam minimamente interessados em julgar o Conde de Peniche.

Na 5.<sup>a</sup> sessão extraordinária realizada em 30 de Outubro, a Câmara, com 29 elementos presentes, aprovou unanimemente o parecer da comissão de legislação favorável à continuidade do libelo acusatório. O parecer fora emitido em 25 de Outubro e finalizava sustentando que “todas as considerações exigem a continuação do processo”<sup>130</sup>. E em 4 de Novembro, já com a Câmara dos Pares constituída em Tribunal de Justiça, o areópago elegeu Moraes de Carvalho para relator do processo. De acordo com o Regimento, a primeira audiência do julgamento só teria lugar depois de o juiz-relator comunicar ao juiz-presidente a conclusão do relatório do processo.

Em 26 de Novembro de 1872, mais de três semanas depois, houve finalmente fumo branco, confirmando-se a acusação do Marquês de Angeja pelos crimes de

<sup>127</sup> COLEN, 1906, Volume XI, p. 636.

<sup>128</sup> DÓRIA, 2004, p. 218.

<sup>129</sup> DÓRIA, 2004, p. 228.

<sup>130</sup> V. ANTT, Arquivos Particulares Ávila e Bolama, Antiga mala 8, Pasta n.º 33.

conspiração contra as instituições, contra o livre exercício das faculdades constitucionais e contra a independência da pátria. Mal acabaram de ouvir o relatório, os 32 juízes presentes abandonaram imediatamente a sala das sessões para se reunirem na chamada “sala das conferências”. E no dia seguinte, a Câmara dos Pares, constituída em Tribunal de Justiça, em conformidade com o parecer do juiz-relator, ratificou maioritariamente o acórdão<sup>131</sup>, confirmando a denúncia feita pelo juiz de 1.<sup>a</sup> instância do segundo distrito criminal da comarca de Lisboa contra o par do reino Marquês de Angeja por este “ter incorrido nos crimes de conjuração para destruir a forma de governo e depor o rei, proclamando a república, de incitar à guerra civil e a levantar-se contra a autoridade real e o livre exercício das faculdades constitucionais dos ministros da coroa”, ordenando por isso que fosse expedido o respectivo mandado de captura<sup>132</sup>. Porém, depois de superar o cabo das tormentas que quase impedira a sua constituição, o tribunal de justiça dos pares do reino não pode dar continuidade ao processo, dando por findos os seus trabalhos devido ao exílio do réu. Enquanto os seus dignos colegas estavam encaalhados na polémica em torno do decreto de convocação, o Conde de Peniche, percebendo que estava em muito maus lençóis, zarpou sorrateiramente para lugar seguro, colocando-se ao abrigo da punição. A polícia ainda cercou o palácio de S. Lázaro, mas não encontrou o mentor da intentona. O marquês, acossado pelo escândalo e, quem sabe, pela vergonha do processo judicial que lhe foi movido, evadiu-se do país para assim escapar das garras da justiça, só tendo reaparecido em Portugal alguns anos depois.

Em 24 de Maio de 1873, o Tribunal da Relação reunido na Boa-Hora pronunciava o seu veredicto absolvendo por falta de provas todos os civis implicados na projectada revolta de 24 de Julho de 1872, tendo os ilibados sido conduzidos a suas casas como verdadeiros heróis por uma multidão de manifestantes que, de archotes em punho, os aguardava à porta do palácio da justiça. Consequentemente, “O mais que se podia conjecturar, em presença do que julgara a Relação, era que havia alguns *cidadãos impacientes*, os quais, menos confiantes na acção das oposições constitucionais, tinham pretendido forçar o ministério à demissão”<sup>133</sup>. Não se confirmavam portanto as acusações de conspiração contra a independência nacional, contra a Monarquia e contra

<sup>131</sup> As actas são omissas no que respeita à informação de quem votou a favor e contra.

<sup>132</sup> Logo que Tribunal de Justiça da Câmara dos Pares anunciou a sentença, Fontes Pereira de Melo tratou imediatamente de informar D. Luís (Cartório da Casa Real, ANTT, Caixa 7341, Capilha 350, Carta de 27 de Novembro de 1872).

<sup>133</sup> DÓRIA, 2004, p. 222.

a dinastia reinante que o Ministério Público dirigia aos arguidos. O único crime pelo qual eram pronunciados reduzia-se simplesmente ao facto de terem querido concorrer para acelerar a queda do gabinete de Fontes. Esta sentença, segundo a oposição, foi um claro desaire para o governo e uma agraz censura aos rigores com que procedera contra os presumíveis autores da *Pavorosa*. E depois de o próprio Angeja ter sido amnistiado, Vaz Preto não se escusou também de acusar Fontes Pereira de Melo de ter procurado tirar partido do caso para se manter no poder, a fim de se inculcar como o homem indispensável nas ocasiões em que a ordem e as instituições corriam perigo. Segundo Vaz Preto, mas contrariamente ao veredicto da Câmara dos Pares, Fontes teria afinal fomentado uma pseudo-revolução com o fim de “lançar poeira nos olhos do público e do Rei, e mostrar-se homem necessário e indispensável [...] a prova de que essas pavorosas não existiam, senão na mente do governo, é que os tribunais julgaram inocentes os acusados, e enquanto não foram julgados o governo deixava-os passear livremente”<sup>134</sup>. O desvario jornalístico ia inclusive ao ponto de se sugerir que a revolta fora combinada com Fontes<sup>135</sup>.

Por seu lado, as altas patentes militares implicadas na intentona de 24 de Julho de 1872 foram julgadas pelo Conselho de Guerra no Supremo Tribunal de Justiça Militar, o qual se reuniu pela primeira vez para o efeito em 17 de Maio de 1873<sup>136</sup>. Depois de ter consumido mais de quatro dezenas de sessões, a justiça castrense proferiu a sua sentença salomónica na audiência de 7 de Fevereiro de 1874. E, neste caso, prevaleceu efectivamente a disciplina militar, não se mostrando esta tão branda e complacente como a justiça civil. Não obstante ilibar todos os restantes arguidos das acusações que sobre eles pendiam, o Conselho de Guerra julgou provada a acusação dirigida ao Barão de Pomarinho e contra os réus Simplício José da Silva e José dos Santos Rodrigues, os quais pagaram bem cara a ousadia<sup>137</sup>. Porém, em virtude de já ter decorrido um largo período de tempo desde a sua prisão, Fontes Pereira de Melo, talvez para evitar a deflagração de turbulência no seio do exército numa altura em que o seu ministério navegava em velocidade de cruzeiro, foi de opinião de levar os casos dos três

---

<sup>134</sup> V. DCP, sessão de 23.03.78, p. 178.

<sup>135</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 27.10.72.

<sup>136</sup> *Diário de Notícias*, 18.05.73.

<sup>137</sup> V. *Diário de Notícias*, 08.02.74.

militares condenados a Conselho de Estado que, por unanimidade, aconselhou o rei D. Luís a aplicar-lhes o perdão previsto no n.º 7 do artigo 74.º da Carta Constitucional<sup>138</sup>.

O tempo passou e o indulto do caudilho *penicheiro* chegou em 28 de Junho de 1877, novamente pela mão do Marquês de Ávila, quando este presidia o ministério “*mientras vuelve*”. A amnistia geral decretada por Ávila em 1877 colocava assim um ponto final no acidentado processo judicial da *Pavorosa*. Mas primeiro era necessário que o caso Angeja fosse considerado abrangido pelo estabelecido no decreto. Para tal houve que reunir novamente a Câmara dos Pares em Tribunal de Justiça. Mais de oito meses volvidos, a 16 de Março de 1878, o areópago proferia o seguinte acórdão: “Deferem a dita promoção; em virtude do que julgam por conforme a amnistia à culpa, e sem efeito a pronúncia do réu o digno par marquês de Angeja, dando-se baixa na culpa, para o que se passará carta de ordem ao juiz do 1.º distrito criminal da comarca de Lisboa”. O digno par Marquês de Angeja, pronunciado por uma série de crimes de que fora posteriormente acusado pelo ministério público, estava finalmente compreendido na amnistia concedida no decreto de 28 de Junho. Para colocar definitivamente uma pedra sobre o assunto, “Três dias depois, uma delegação do tribunal da câmara deslocou-se ao palácio de S. Lázaro com o fim de apresentar o acórdão a Angeja – o qual tinha regressado à pátria havia longo tempo”<sup>139</sup>.

Com a derrogação da pena terminava também a suspensão do pariato. Todavia, o Marquês de Angeja já não voltou a desfrutar de qualquer notoriedade política, aparecendo muito esporadicamente na Câmara Alta nas sessões legislativas de 1879 e 1880, quase sem se dar por ele. Na realidade, só voltaria a ser objecto da curiosidade jornalística por ocasião do seu empenhamento na eleição do seu amigo João Gualberto de Barros e Cunha, um avilista que era então apoiado pelos progressistas, pelo círculo 95 da capital, o qual só conseguiria entrar no Parlamento após uma renhida segunda votação de desempate realizada em 3 de Novembro de 1878<sup>140</sup>. O marquês viria a falecer a 1 de Julho de 1881, mas era um homem politicamente morto já há algum tempo. O processo que pôs fim à Lisboa revolucionária de 1868-1872 e ao desvario *penicheiro* determinou o seu definitivo apagamento político.

<sup>138</sup> V. Actas do Conselho de Estado, sessão de 28.01.75, ANTT, Casa Forte 77 D.

<sup>139</sup> DÓRIA, 2004, p. 232.

<sup>140</sup> V. *O Diário Popular* de 06.11.78 e 26.11.78.

A encerrar este capítulo, importa referir que o julgamento do Conde de Peniche constituiu um flagrante exemplo de tentativa de instrumentalização da Câmara dos Pares pelo governo e pelos partidos. Cada qual à sua maneira, tanto regeneradores como históricos tentam manipular a Câmara dos Pares de acordo com as suas conveniências políticas. Para o governo, custasse o que custasse, era extremamente importante levar aquele par do reino a julgamento, pois só assim passaria para a opinião pública a sua firme determinação de acabar de vez com o rebuliço radical e com o clima de instabilidade que vinha atormentando os ministérios desde a *Janeirinha*. Já os históricos, pelo contrário, apostavam tudo em conseguir evitar um julgamento presidido pelo seu próprio chefe, já que esta circunstância poderia melindrar as franjas radicais que se reclamavam do “partido popular” e que este não se podia dar ao luxo de alienar, sob pena de descontentar as suas bases mais militantes, de fomentar a hostilidade da imprensa radical e até mesmo de sacrificar valiosos cabos eleitorais, principalmente na capital<sup>141</sup>.

Apanhado no meio desta inflamada peleja partidária que trepidava entre o calor das emoções e a frieza das leis, o pariato assumiu duas atitudes distintas. Por um lado, uma parte significativa dos membros da Câmara reagiu de uma forma corporativa, colocando a solidariedade de grupo e também familiar acima das suas obrigações constitucionais. Por outro lado, outra parte da Câmara constituída pelos pares do reino que questionavam a legalidade do decreto de 30 de Setembro de 1872 e pela maioria dos pares que apoiaram a moção de Ferrer, isto é, uma facção que compreendia grosso modo o lastro da minoria histórica, colocou a solidariedade político-partidária acima da corporativa. De resto, não foi por uma mera coincidência que, quando o tribunal dos pares proferiu a sua sentença em 27 de Novembro de 1872, apenas estivessem presentes 31 dos 112 membros da Câmara, ou seja, mais de dois terços do pariato tinha-se eximido a desempenhar as funções de juiz alegando os mais díspares motivos.

No momento em que o tribunal dos pares ditou a sua sentença incriminando Angeja, as cadeiras do auditório estavam na sua esmagadora maioria preenchidas por pares afectos ao governo. Com efeito, dos 31 juízes que assinaram o acórdão da Câmara dos Pares constituída em Tribunal de Justiça, nada mais, nada menos de 25 eram regeneradores, restando apenas 1 avilista (1.º Marquês de Ávila e Bolama) e 5 históricos (1.º Conde de Castro, 1.º Visconde da Vargem da Ordem, António de Sousa Costa

---

<sup>141</sup> Sobre a importância da militância histórica nas eleições lisboetas, ver BONIFÁCIO, 2001, p. 995.

Lobo, Félix Pereira de Magalhães e José Joaquim dos Reis Vasconcelos). Em boa verdade se pode dizer que a imparcialidade do tribunal acabou por ficar irremediavelmente manchada na sequência das vicissitudes que rodearam o julgamento e que, não obstante a especificidade e a natureza radicalmente distinta de cada uma das suas funções, a partidarização da Câmara dos Pares acabava por prevalecer mesmo quando esta funcionava como Tribunal de Justiça.

### 3. O “oportunismo” reformista de Fontes Pereira de Melo

Uma vez superados os conturbados anos da década de 1860, em que é notória uma primeira metade de franca hegemonia do Partido Histórico na governação, e uma segunda metade dominada pelo espectro da crise económica, da instabilidade governamental, da fragmentação e efemeridade dos agrupamentos partidários<sup>142</sup>, os anos setenta e oitenta assistiriam a uma acalmia política. Este período politicamente mais calmo corresponde grosso modo ao apogeu do “fontismo”, a “política de alicerce filosófico positivista”<sup>143</sup>, levada a cabo por Fontes Pereira de Melo, o qual preside a três governos de 1871 a 1877, de 1878 a 1879 e de 1881 a 1886.

No final do Verão de 1871, Fontes Pereira de Melo chega finalmente à presidência do conselho. Tendo visto com preocupação os governos sucederem-se a um ritmo acelerado<sup>144</sup>, os grupos extremistas medrarem nos clubes e nas ruas e todas as hipóteses de coligação entre os partidos praticamente esgotadas, “D. Luís olhou à volta. Desolado, voltou a olhar. Era como se todos os políticos tivessem já ocupado todos os postos. Eis que se lembrou de António Maria Fontes Pereira de Melo. Com 52 anos e uma saúde de ferro, este nem hesitou”<sup>145</sup>. Era a hora de Fontes. O tirocínio político estava concluído há muito, experiência governativa não lhe faltava e já se tornara num dos mais notáveis estadistas do seu tempo. Para além disso, fazia mais de uma década que Fontes era o verdadeiro chefe do Partido Regenerador, privava com o rei nos

<sup>142</sup> O período de 1858-1871 foi de uma intensa instabilidade ministerial, sucedendo-se no poder 7 ministérios com uma duração média de 7 meses (V. PROENÇA e MANIQUE, 1989, Volume II, p. 51).

<sup>143</sup> SERRÃO, 1978, Volume II, p. 255.

<sup>144</sup> A instabilidade governativa verificada durante o chamado «regime dos pequenos partidos», que intermediou a queda do governo da Fusão (1868) e o advento do «fontismo» (1871), pode equiparar-se de certo modo à do curto reinado de D. Manuel II que, em pouco mais de dois anos, empossou seis ministérios (V. LOBO, 1941, pp. 245-247).

<sup>145</sup> MÓNICA, 1999, p. 95.

jantares do Paço e nas reuniões do Conselho de Estado e tinha acabado de ser nomeado para o pariato pelos seus adversários políticos. Tratando-se de um político de créditos já firmados, a assunção do poder trazia um novo prestígio ao seu inegável talento.

Assim, depois dos anos difíceis e de grande turbulência<sup>146</sup>, chegam os dias felizes de cinco anos e meio de estabilidade política e de prosperidade económica, no mais longo gabinete de toda a história da monarquia constitucional. O chefe do Partido Regenerador, além de relançar uma política de fomento económico que a maioria dos liberais via como complemento do constitucionalismo, vai pegar na governação com um pulso de ferro e uma determinação inabalável<sup>147</sup>. Com Fontes, um intransigente defensor da ordem constitucional tal como estava estabelecida na Carta, as conspirações *penicheiras* são definitivamente sufocadas e a actividade *meetingueira* é praticamente extinta na sequência do fracasso da *Pavorosa*<sup>148</sup>. Mas os novos tempos resultam também – ou sobretudo – de uma nova conjuntura económico-financeira<sup>149</sup>. Com o fim da guerra do Paraguai, as remessas dos emigrantes brasileiros recomeçam a afluir com normalidade à metrópole, o que explica que, “Em 1874, o déficit estava reduzido a metade do que fora alguns anos antes”<sup>150</sup>, pois “Sempre que o cordão umbilical que ligava Portugal ao Brasil se entupia, imediatamente se hipertrofiava o déficit, o caudal da dívida flutuante aumentava e todo o desarranjo acabava por vir desaguar no curso da

<sup>146</sup> Nos primórdios de 1872, José Luciano de Castro fazia a crítica da vida política nacional nos seguintes termos: «Há quatro anos sucedem-se as eleições, sobem e descem ministérios, as dissoluções repetem-se com regularidade quase inalterável, e o país desiludido por tantas adversidades, perdida a fé na sua regeneração, cansado de eleger hoje para tornar a eleger amanhã, desenganado, frio, indiferente, quase inerte espectador das lutas partidárias, não espera já remédio dos governos, nem acredita na virtude dos parlamentos» (*Projecto de lei de reforma da Carta apresentado na Câmara dos Senhores Deputados em sessão de 24 de Janeiro de 1872 por José Luciano de Castro*, 1872, pp. 6-7).

<sup>147</sup> É preciso levar em conta que a derrota da Comuna de Paris, em 28 Maio de 1871, instilou grande desalento no radicalismo europeu (como já acontecera com a derrota da Primavera dos Povos em 1848-1849). E em 1874 termina a experiência republicana em Espanha. Ou seja: nem tudo se deveu ao pulso de Fontes – embora ele o tivesse.

<sup>148</sup> A desmobilização da actividade *meetingueira* foi também fruto do desenvolvimento económico, da recuperação das finanças do Estado e da retomada das obras públicas, concorrendo tudo isto para aumentar o emprego assalariado e dar trabalho aos pequenos produtores e artesãos (V. MÓNICA, 1986).

<sup>149</sup> Ora, quando Fontes subiu ao poder em meados de Setembro de 1871, «os fundos portugueses não obtinham nem em Lisboa nem em Londres o preço de 37 por cento. A sua cotação em Lisboa era de 36,50, e em Londres de 36,25. Agora no dia em que pediu a sua demissão os nossos fundos internos estavam cotados a 50 na praça de Lisboa, e os externos na de Londres a 52,50. O *deficit* da gerência de 1870-1871 fôra de 4.500 contos, apesar do pequeno desenvolvimento das obras públicas naquela época. O *deficit* da gerência do último ano de 1875-1876 foi de 2.800 contos [...]. Mas o que sobretudo constituiu o melhoramento mais eficaz da situação financeira foi o aumento considerável das receitas ordinárias do tesouro. Estas foram no ano económico de 1870-1871, de 16.537 contos, e no último de 1875-1876, de 23.892» (GOMES, 1907, Volume XII, p. 456).

<sup>150</sup> BONIFÁCIO, 2002 b), p. 92.



dívida pública”<sup>151</sup>. Tudo parecia correr às mil maravilhas, “os bancos multiplicam-se como cogumelos depois das chuvas”<sup>152</sup> à conta do negócio das remessas dos emigrantes, quando de repente estala a crise financeira de 1876, com a corrida aos bancos e a suspensão dos pagamentos, esfriando a onda de optimismo que se instalara no sector bancário. Por muito que o estimulasse, o desenvolvimento económico não dependia só da política de obras públicas pois, na realidade, o barómetro da economia é como o do tempo, não favorece previsões seguras.

Com o apoio de uma sólida maioria parlamentar – mormente a emergente do acto eleitoral de 12 de Julho de 1874, em que a oposição conjunta de históricos e reformistas apenas elege 16 deputados –, uma oposição desorganizada e um rei satisfeito, Fontes consegue, através do pragmatismo político, ser um mestre na conservação do poder. O facto de se chegar ao termo de duas legislaturas consecutivas em 1874 e em 1878 sem necessidade de dissolução, vem por si só demonstrar a estabilidade do fontismo. Mas a longa permanência de Fontes no poder também teve os seus custos, que é como quem diz o reverso da medalha. Os executivos que o intervalaram depararam-se com uma Câmara dos Pares maioritariamente regeneradora e viram-se por isso na necessidade de injectar-lhe elementos da sua confiança política em número suficiente para compensar as anteriores “fornadas” regeneradoras<sup>153</sup>. Deste modo, levando em conta a controvérsia que normalmente rodeava as “fornadas”, podemos dizer que este foi um efeito perverso da estabilidade governativa que marcou longas fases do período em apreço.

Entretanto, em meados da década de 1870, assiste-se ao nascimento de duas novas forças políticas e a uma importante reorganização partidária. À margem do regime, em 1875, ocorre a fundação do Partido Socialista<sup>154</sup> e, em 1876, verifica-se a fundação do Partido Republicano, o qual elegeria o seu primeiro deputado pelo Porto

<sup>151</sup> RAMOS, 1989, Volume II, p. 138.

<sup>152</sup> TELO, 1993, Volume IX, p. 19.

<sup>153</sup> Casal Ribeiro refere inclusive que a chegada de Fontes ao poder em 1871 constitui o «ponto de partida de repetidos e repreensíveis desvios da boa doutrina, no uso frequente, imoderado, da prerrogativa de nomear pares sem número fixo» (RIBEIRO, 1895, p. 38). Ora, se não contabilizarmos as nomeações iniciais de D. Pedro IV, Fontes foi o chefe de governo do constitucionalismo monárquico que mais recorreu à nomeação de pares (61 nomeados durante os seus consulados, dos quais 2 não aceitaram, enquanto outros 2 não tomaram posse); seguiram-se o Duque de Loulé com 46 (2 dos quais não aceitaram, enquanto outros 2 não tomaram posse); Braamcamp com 40 e o Duque da Terceira com 39 (3 dos quais também não chegaram a tomar posse).

<sup>154</sup> V. MÓNICA, 1984.

em 13 de Outubro de 1878, logo nas primeiras eleições gerais a que concorreu<sup>155</sup>. Tratava-se de Rodrigues de Freitas que, durante anos a fio, fará da redução da dotação da família real o seu cavalo de batalha parlamentar<sup>156</sup>. Aliás, os ventos que sopram das duas grandes cidades do reino são os que vão empurrar cada vez com mais força as velas do Partido Republicano até ao Parlamento. Enquanto isso, na órbita monárquica, históricos e reformistas, mais separados por divergências pessoais – ultrapassadas após a morte do Duque de Loulé – do que por razões ideológicas<sup>157</sup>, resolvem fundir-se em finais de 1876, formando o Partido Progressista. Esta fusão, ocorrida na sequência do Pacto subscrito na praia da Granja, destinava-se a evitar a dispersão das forças de esquerda, pois tornara-se urgente reagrupar as facções antifontistas de modo a consolidar-se uma estrutura bipartidária indispensável à rotação pacífica do poder. A partir de então, ficam lançadas as bases de uma alternância entre progressistas e regeneradores, à semelhança da que se verificou em Espanha, após a Restauração de 29 de Dezembro de 1874 que recolocou os Bourbons no trono, entre o Partido Conservador de Cánovas del Castillo e o Partido Liberal de Mateo Sagasta.

Com efeito, o turno espanhol é o equivalente do rotativismo português (embora este só se tenha implantado mais tarde), e Cánovas del Castillo, para além de um amigo de Fontes Pereira de Melo<sup>158</sup>, era também o seu modelo, daí as flagrantes similitudes entre o “sistema canovista”<sup>159</sup> e o “sistema fontista”<sup>160</sup>. Modernizar o país, tendo por base uma política de obras públicas, não era só a palavra-chave do fontismo mas também o lema do canovismo. À semelhança de Fontes<sup>161</sup>, são evidentes os esforços de Cánovas para lograr a prosperidade e a modernização do estado vizinho. Mas não

<sup>155</sup> V. CATROGA, 1991, Volume I.

<sup>156</sup> V. *O Comércio do Porto*, 21.04.81.

<sup>157</sup> V. *A Revolução de Setembro*, 02.04.73 e 16.04.73.

<sup>158</sup> Aquando dos conturbados dias da Restauração afonsina, Fontes ajudara Cánovas na ascensão ao poder (V. MOREIRA, (org.), 1998, p. 114). Foram também os dois estadistas que prepararam os encontros entre os dois chefes de estado peninsulares ocorridos em Elvas em Fevereiro de 1879 e em Cáceres em Outubro de 1881, na sequência dos quais Afonso XII concedeu o Tosão de Oiro a Fontes Pereira de Melo, enquanto D. Luís agraciou Cánovas del Castillo com a Grã-cruz da Ordem de S. Tiago.

<sup>159</sup> V. TUSELL e PORTERO (eds.), 1998.

<sup>160</sup> V. RAMOS, 1989, Volume II, pp. 125-146.

<sup>161</sup> Segundo M. Filomena Mónica, «À data da sua morte [1887], Portugal era atravessado por 6.500 quilómetros de estradas, 1.500 quilómetros de caminhos-de-ferro e 6.000 quilómetros de linhas telegráficas. À luz do que existia em Inglaterra ou em França, poderá parecer pouco. Mas, se compararmos estes dados com os relativos a trinta anos antes, as conclusões terão de ser diferentes [...] Vejamos, a título exemplificativo, o que ocorreu no domínio ferroviário. Durante os governos a que ele presidiu ou em que teve assento (1851-56, 1859-60, 1865-68, 1871-78 e 1881-86), planearam-se 1.775,7 km de vias-férreas. Durante os governos Histórico-Progressistas (1856-59, 1860-65 e 1879-81), apenas 377,6 km. A percentagem de vias ferroviárias projectadas por Fontes corresponde, por conseguinte, a 82,5 % dos 2.153 quilómetros, construídos ou traçados, entre 1856 e 1886» (MÓNICA, 1999, p. 180). Sobre os dados respeitantes às estradas nacionais consultar NORONHA, 1926, pp. 115-116.

obstante todos esforços dos governantes ibéricos em dotar os seus países com as mais modernas benfeitorias, cujas populações começavam a descobrir a facilidade e o conforto das viagens de comboio, o que é um facto é que nem assim estes deixavam de ocupar modestas posições relativas no *ranking* dos caminhos-de-ferro europeus, os quais tendem a hierarquizar-se segundo o nível de industrialização dos respectivos países<sup>162</sup>.

Tanto o rotativismo português como o turno espanhol vão estribar-se na polarização da vida política em torno de duas forças partidárias ideologicamente distintas que, simbolizando, em princípio, a conservação e o progresso, fossem capazes de propiciar estabilidade política e uma alternância regrada e consensual no poder. O exemplo acabado desta fórmula através da qual os partidos alternariam pacificamente no poder era o eficiente bipartidarismo britânico, o qual vivia então um dos seus períodos mais brilhantes com a alternância entre Benjamin Disraeli e William Gladstone no leme da governação. Além disso, este sistema bipartidário, cá como em Espanha, permitia evitar o monopólio de um partido (monopartidarismo) a que se atribuiu quer a eclosão das “campanhas democráticas” contra D. Luís, ou mais precisamente contra a “ditadura” do “valido” apoiada pelo Paço, quer o fracasso da monarquia isabelina, minada por uma excessiva colagem ao Partido Moderado.

Contudo, foi somente a partir de 1884, após a aprovação da nova lei eleitoral que combinava o sistema de representação proporcional com os círculos uninominais que, de resto, já vigoravam em Portugal desde 1859<sup>163</sup>, que o chamado rotativismo monárquico assentou entre nós sobre bases políticas firmes. “Com o expediente da representação proporcional, a derrota nas urnas não deixava nenhum partido arrasado, e, nestas circunstâncias, a rotação podia tornar-se regrada e consensual”<sup>164</sup>. No fundo, este era também o segredo do *encasillado*, o sistema de repartição de votos característico do regime da Restauração espanhola que, independentemente de quem usufruísse do poder, garantia sempre à oposição a eleição de um número razoável de deputados<sup>165</sup>.

Com este tipo de sufrágio misto, de inspiração progressista, ocorrem vitórias eleitorais dos regeneradores em 1884, 1890 e 1892, bem como dos progressistas em

---

<sup>162</sup> RAMOS, 1989, Volume II, p. 143.

<sup>163</sup> As principais novidades da Lei de 21 de Maio de 1884 foram a introdução de 21 novas circunscrições plurinominais e a representação das minorias; outra inovação menor era a eleição de 6 deputados por acumulação de votos (ALMEIDA (org.), 1998, p. 728).

<sup>164</sup> BONIFÁCIO, 2002 b), p. 105.

<sup>165</sup> VARELA ORTEGA, 2001, p. 498.

1887 e 1889. Até então parece evidente que não existia em Portugal um verdadeiro rotativismo como o que se verificou durante o último quartel do século XIX em Espanha, com o “turno pacífico” entre Cánovas e Sagasta, os quais se revezavam no poder numa dinâmica pendular com a precisão de um relógio suíço<sup>166</sup>, constituindo as respectivas políticas “um complemento necessário para a integração da dualidade que era inerente ao próprio sistema”<sup>167</sup>. Com efeito, depois de o Partido Regenerador ter governado quase ininterruptamente entre 1871 e 1879, seguiu-se finalmente um governo progressista entre 1879 e 1881. A este ministério progressista sucederam-se consecutivamente três ministérios regeneradores durante o período compreendido entre 1881 e 1886. Logo, falar-se de rotativismo antes da reforma eleitoral de 1884, só com muitas reservas<sup>168</sup>. Na realidade, o que houve de facto foi uma rotação do mesmo partido nos bancos do poder, a qual o avilista Carlos Bento definiu como uma “rotação em torno do mesmo eixo, uma simples mudança de personalidades, com a constância dos mesmos processos governativos e das mesmas normas de administração”<sup>169</sup>.

Depois de vários anos de rejeição das propostas de reforma apresentadas pela oposição, Fontes percebeu que teria de ceder, tanto mais que a crise financeira, reaparecida desde 1876, prometia despertar o radicalismo doméstico. Daí que, em 1878, o ano da publicação d’*O Primo Basílio*, “o homem que Eça nunca compreendeu”<sup>170</sup> resolvesse finalmente tocar na Câmara dos Pares, introduzindo categorias no pariato, e levasse a cabo uma reforma eleitoral elaborada pelo governo de Ávila que praticamente estabelece o sufrágio universal, duplicando o eleitorado.

Importa referir que, nesta altura, o sufrágio universal era ainda um ilustre desconhecido para muitos países europeus<sup>171</sup>. Em Portugal, a questão foi discutida após a Revolução Liberal de 1820. A esquerda vintista era favorável à criação de um sufrágio alargado, mas não existia consenso, havendo quem achasse que o sufrágio censitário era mais exequível e se harmonizava melhor com o subdesenvolvimento do país e com os

<sup>166</sup> COMELLAS, 1997, p. 251.

<sup>167</sup> COMELLAS, 1997, p. 292.

<sup>168</sup> Segundo Rui Ramos, «Nos 37 anos que vão da queda do governo da *segunda regeneração*, em 1860, à queda do governo de João Franco e Hintze Ribeiro, em 1897, o governo mudou 23 vezes, mas a substituição de um governo partidário por outro governo partidário só aconteceu quatro vezes: em 1879 (quando Anselmo Braamcamp sucedeu a Fontes), em 1881 (quando António Rodrigues Sampaio sucedeu a Braamcamp), em 1886 (quando José Luciano sucedeu a Fontes) e em 1890 (quando Serpa sucedeu a José Luciano). A *rotação dos partidos* era um mecanismo conhecido e aceite pelos liberais portugueses, mas muito pouco usado» (RAMOS, 1994, Volume VI, p. 249).

<sup>169</sup> DCP, sessão de 18.05.83, p. 414.

<sup>170</sup> Cf. MÓNICA, 2001 a).

<sup>171</sup> MÓNICA, 1999, p. 117.

modestos índices de alfabetização da sociedade portuguesa. Das eleições realizadas de acordo com o novo regime político acabariam por ficar excluídos os menores de 25 anos, com algumas excepções, bem como algumas camadas da população discriminadas no artigo 33.º da Constituição de 1822. Na França, a Constituição ultra-democrática de 1792 consagrara o princípio do sufrágio universal, mas esta medida (como aliás toda a Constituição), não seria colocada em prática, sendo inclusive vista pelos franceses com muita desconfiança depois de Luís Bonaparte, presidente da segunda república francesa, utilizar o sufrágio universal, através de um plebiscito maciço, para restaurar o Império em 1852, abrindo assim as portas a duas décadas de cesarismo napoleónico<sup>172</sup>. E mesmo em Inglaterra, o berço do sistema representativo, não obstante as reformas eleitorais de 1832 e de 1867 e o consequente alargamento do direito de voto aos estratos da pequena-média burguesia, o eleitorado era reduzido, até que em 1884 foi enfim concedido o direito de voto à maioria da população masculina adulta<sup>173</sup>. Enquanto na Bélgica, o sufrágio universal só foi conquistado em 1893, depois de uma série de tumultuosas manifestações e violentas greves promovidas pelos partidos liberal e socialista<sup>174</sup>. Por seu turno, em Espanha, uma nação que “mudava de constituição como se muda de camisa” e que por isso “era tida como um exemplo a não seguir”, o sufrágio universal tinha um adversário de respeito na pessoa de Cánovas. Numa típica atitude de doutrinário, o político malaguenho considerava o sufrágio universal como um atentado contra a própria natureza humana, achando que “não seria justo outorgar a mesma capacidade de decisão ao sábio que ao ignorante”<sup>175</sup>, sendo por isso, na sua perspectiva, uma verdadeira utopia ignorar as diferenças provenientes quer de desigualdades naturais de talentos e competências, quer da diversidade de funções e actividades profissionais. Para além disso, Cánovas acusava ainda este tipo de sufrágio de “preparar o despotismo das massas e o socialismo”<sup>176</sup>. De forma que, logo que a Restauração assentou arraiais, o sufrágio universal do “sexénio revolucionário” passou imediatamente à história, sendo substituído por um censo determinado pelo grau de “riqueza” e pela “capacidade” de cada indivíduo<sup>177</sup>. Aliás, é interessante notar o facto de ter sido um regime não liberal a possuir um órgão legislativo baseado no primeiro sufrágio universal masculino da Europa. Refiro-me, como é óbvio, à Câmara Baixa do Parlamento alemão (o *Reichstag*)

<sup>172</sup> V. CORVO, 2005, pp. 33-34 e RIBEIRO, 1895, p. 138.

<sup>173</sup> V. LANG, 1999.

<sup>174</sup> WITTE, 2000, p. 86.

<sup>175</sup> COMELLAS, 1997, p. 294.

<sup>176</sup> TUSELL e PORTERO (eds.), 1998, p. 54.

<sup>177</sup> TUSELL e PORTERO (eds.), 1998, p. 129.

instituído logo após a proclamação do Império em 18 de Janeiro de 1871<sup>178</sup>. De qualquer modo, é conveniente abordar esta questão sempre com algumas reservas pois, “na Alemanha, o voto estava domesticado pela engenharia imaginada por Bismarck”<sup>179</sup>. Com efeito, “Ao introduzir o sufrágio universal, Bismarck parece ter partido levemente do princípio de que as massas votariam como um rebanho nos conservadores, que por sua vez apoiariam inquestionavelmente – até cegamente – o chanceler imperial”<sup>180</sup>.

A evocação destas trivialidades destina-se a situar na devida escala o alcance da reforma eleitoral de 8 de Maio de 1878. Com esta nova lei que tornava a capacidade de votar mais dependente da condição cultural e da condição familiar do que da condição económica, o corpo eleitoral português quase duplica, subindo espetacularmente para 824.726 eleitores<sup>181</sup>, aproximando-se nomeadamente do corpo eleitoral espanhol que, de acordo com a Lei eleitoral de 28 de Dezembro de 1878, se situava nos 850.000 eleitores para uma população que, na época, quase quadruplicava a população portuguesa<sup>182</sup>. Com esta decisão de alargar o sufrágio, Fontes Pereira de Melo consegue, de uma assentada, granjear dois importantes êxitos políticos: por um lado, arrebatava a republicanos e progressistas uma das suas principais bandeiras de campanha política; por outro lado, ao alargar quase para o dobro a base eleitoral da monarquia constitucional, conta reforçar a legitimidade do regime. Como todos aqueles que professam convicções profundamente arraigadas e corroborando de certo modo uma das máximas de Cánovas segundo a qual “a política é a arte do possível”, Fontes cedia no que era acessório para manter o que era essencial. E o essencial era a sobrevivência do próprio regime monárquico, que se via agora reforçado com uma legitimidade democrática que antes não possuía.

Ainda antes de Fontes Pereira de Melo levar a cabo a segunda vaga de reformas políticas dá-se um acontecimento digno de registo. Refiro-me à turbulenta passagem dos progressistas pela governação entre 1879 e 1881, a qual pôs completamente a nu as incongruências do Partido Progressista. Com efeito, depois de anunciar com pompa e circunstância ao país, em 16 de Dezembro de 1876, um extenso rol de reformas do

<sup>178</sup> V. DARESTE, 1883, Tome I, p. 141; JOLL, 1995, p. 22 e KURIAN (ed.), 1998, Volume I, p. 266.

<sup>179</sup> MÓNICA, 1999, p. 117.

<sup>180</sup> TAYLOR, 2009, pp. 149-150.

<sup>181</sup> ALMEIDA, 1991, p. 216.

<sup>182</sup> V. TUÑÓN DE LARA, 1983, Tomo VIII, pp. 291 e 323 e TUSELL e PORTERO (eds.), 1998, pp. 128-130.

sistema político destinadas a captar a simpatia dos descontentes e das classes mais desfavorecidas, o partido de Anselmo Braamcamp resolveu fazer tábua rasa de quase todos os pontos do seu ambicioso Programa<sup>183</sup>. O ministério progressista foi de facto uma desilusão tão grande que podemos afirmar, sem risco de exagero, que a sua mesquinha *performance* governativa se situou exactamente nos antípodas da sua audaciosa linha de conduta política enquanto oposição<sup>184</sup>. Na imprensa regeneradora disse-se até que, quando estavam no poder, os progressistas eram “como o peixe fora de água”, e que na oposição “nadam em mar de rosas”<sup>185</sup>. Com efeito, “O costume em Portugal é[ra] pedir na oposição administração económica, e dar no poder centenas de contos aos banqueiros estrangeiros, apregoar a descentralização e não descentralizar, pedir a reforma do código político e deixá-lo intacto depois”<sup>186</sup>.

Entretanto, no início da década de 1880, Fontes Pereira de Melo começou a ficar preocupado com o crescendo da contestação radical e a olhar apreensivo para a colaboração de progressistas e republicanos<sup>187</sup>. Na sequência do certame eleitoral de 21 de Agosto de 1881, ficara evidente que estes “cresciam a olhos vistos”, sobretudo em Lisboa<sup>188</sup>, enquanto os primeiros tinham sido quase exterminados parlamentarmente encontrando-se por isso, nesta altura, um pouco à deriva. Por outro lado, os progressistas encontravam-se também extremamente ressabiados pelo facto de o seu ministério, após um virginal fulgor de felicidade que não podemos sequer definir como estado de graça, ter encontrado um obstáculo intransponível na Câmara dos Pares. Por esse motivo, os incisivos publicistas do universo progressista crivavam aquele “enxerto inglesado” e os “homens especiais” que o integravam de todas as acusações imagináveis.

---

<sup>183</sup> Na opinião de Fernando Moreira, «Poderia pensar-se que a reforma da instrução [secundária] era o cumprimento de um dos pontos do programa progressista. Terá ficado demonstrado que a reforma proposta foi apenas uma necessidade do regime e que, por isso, seria aplicada por quem no momento estivesse no poder» (V. MOREIRA, 1992, p. 147).

<sup>184</sup> Assim que chegou ao poder o Partido Progressista começou logo a “virar o bico ao prego”. Vejamos as explicações de Luciano de Castro expressas dois dias depois da apresentação do governo nas Câmaras: «Nesta situação, e em tais circunstâncias, não seria sensato nem patriótico levantar questões políticas, ou trazer ao debate a solução de problemas da organização constitucional [...]. Chama primeiro a atenção o estado da fazenda. Depois procuraremos realizar as reformas inscritas no nosso programa, quando a oportunidade e as exigências da opinião pública no-lo indicarem. O programa é de um partido, não é de um ministério» (DCP, sessão de 04.06.79, p. 439). Como teremos oportunidade de ver, a primeira governação progressista iria ser fértil em mudanças de critério.

<sup>185</sup> *O Jornal do Comércio*, 12.06.81.

<sup>186</sup> *A Revolução de Setembro*, 04.01.72.

<sup>187</sup> V. BONIFÁCIO, 2002 b), p. 104.

<sup>188</sup> V. MÓNICA, 1994, p. 129.

Daí que Fontes, um homem com muita experiência política e muito pragmatismo – não fosse ele discípulo de uma astuta “raposa” política como Rodrigo da Fonseca Magalhães –, começasse a pensar que o melhor seria proceder rapidamente a uma revisão constitucional. Desta forma matar-se-iam dois coelhos de uma cajadada. Por um lado, operava-se o retorno do Partido Progressista à “órbita constitucional” a troco de uma reforma eleitoral que lhe seria mais favorável; com isso se poria cobro às renovadas “campanhas democráticas” contra D. Luís que, volvidos pouco mais de dois anos, voltaram a despontar nas páginas dos jornais progressistas com a mesma tinta aguerrida que, pelo jeito, ainda não tinha secado completamente<sup>189</sup>. Por outro lado, sendo Fontes Pereira de Melo a marcar o compasso das reformas políticas e a assumir a iniciativa de as levar por diante, havia a garantia de que estas não ofenderiam as consciências mais conservadoras nem serviriam de estímulo a exaltações radicais. Com Fontes, sabia-se onde as reformas começavam e onde acabavam.

Paradoxalmente, seriam as consciências menos conservadoras as mais ofendidas. Certas sensibilidades no interior do Partido Progressista nunca viram com bons olhos que fossem os regeneradores a cumprir alguns dos pontos fundamentais do seu manifesto programático. Nomeadamente os pontos relativos à representação das minorias e à reforma da Câmara dos Pares, os quais conferiam ao partido de Fontes Pereira de Melo uma aura democrática de que a esquerda há muito se arrogava mas que, na prática governativa, contradizendo de algum modo a tese de que na governação as escolhas difíceis são inevitáveis, descuraria por completo. Dito por outras palavras, proferidas por um par do reino num momento em que a boca lhe fugia para a verdade, “Os progressistas evangelizam a ideia, preparam-lhe as condições de realização oportuna, e quando o fruto está sazonado e em condições saborosas, vem o sr. Fontes e come-o”<sup>190</sup>.

Como salientou Rui Ramos, “Fontes sempre se classificou politicamente como um *oportunist*: um homem de ideias avançadas que, no entanto, nunca as tentava aplicar sem que prudentemente avaliasse a *oportunidade* de o fazer”<sup>191</sup>. De facto, embora não fosse um aficionado das grandes reformas<sup>192</sup>, tal como Cánovas, Fontes Pereira de Melo tinha a capacidade de reconhecer quando as reformas eram inadiáveis a

---

<sup>189</sup> V. *O Progresso*, 07.06.81.

<sup>190</sup> DCP, sessão de 31.03.84, p. 306.

<sup>191</sup> RAMOS, 1994, Volume VI, p. 109.

<sup>192</sup> V. MÓNICA, 1999, p. 155.



fim de não comprometer o regime. Feitas por ele, com a sua autoridade, com o seu sentido de oportunidade e com os seus créditos de conservador bem firmados, essas reformas não assustavam ninguém. De resto, ele próprio sustentava a doutrina de que competia aos partidos moderados e conservadores executarem as reformas políticas que os partidos “mais avançados” reclamavam mas que, chegados ao poder, não conseguiam materializar, por receio de desencadearem uma dinâmica radical que eles próprios já não pudessem travar, correndo o risco de se verem ultrapassados. Com o “senhor Fontes”, este risco não existia.

Como teremos oportunidade de comprovar noutro capítulo consagrado às reformas político-constitucionais, o que é um facto é que, não obstante o seu inegável timbre conservador, as reformas encetadas por Fontes Pereira de Melo acabariam por afectar profundamente o funcionamento da Câmara dos Pares.

#### ***4. A Câmara dos Pares e a queda do segundo ministério fontista***

Depois de um lustro de governação plácida e bonançosa em que Portugal viveu tranquilamente sob o signo do progresso material e da prosperidade económica, a 18 de Agosto de 1876 rebenta uma grave crise financeira devido à especulação com os “fundos espanhóis”. As notícias de bancarrota em Espanha desencadeiam uma desenfreada corrida às instituições bancárias para a restituição dos depósitos, obrigando à suspensão de pagamentos por parte da maioria dos bancos, incluindo o de Portugal, durante a chamada “sexta-feira negra” de 18 de Agosto de 1876.

Os cinco anos que antecederam o reventamento da crise de 1876 foram marcados por um forte crescimento do sector financeiro português. Esse *boom* económico e financeiro que sacudiu Portugal “manifestou-se no aumento do número de bancos e do valor dos depósitos bancários, assim como no aumento das emissões de títulos da dívida pública interna colocadas pela Junta do Crédito Público”<sup>193</sup>. Com efeito, “No ano de 1870 havia apenas 10 bancos comerciais em Portugal (a que acrescia

---

<sup>193</sup> LAINS, 2002 b), p. 63. Não obstante o sensacionalismo que normalmente lhe é inerente, já há algum tempo que a imprensa vinha alertando para a proliferação de instituições bancárias. Com efeito, em 21.03.75, o *Diário de Notícias* informava os seus leitores de que «Fundaram-se em Lisboa nos últimos oito dias mais quatro estabelecimentos bancários, e fala-se na criação de mais cinco ou seis. Esta multiplicidade de bancos, e a facilidade com que eles fazem as suas emissões, prova a grande abundância de capitais, mas pode ter consequências funestas, se houver uma crise comercial».

um número pequeno de casas bancárias). Cinco anos depois, o número de bancos subiria a 51, ao passo que o valor dos depósitos bancários aumentaria cerca de 13 vezes”<sup>194</sup>. Segundo Luciano Cordeiro, só no espaço de um ano (1870-1871), o montante dos depósitos bancários passou de 7.699 para 14.674 contos<sup>195</sup>; ao passo que, no decurso do ano de 1875, foram fundados em Portugal nada mais, nada menos de 12 novos bancos<sup>196</sup>. Por outro lado, “verificou-se ainda uma grande exportação de capitais para o estrangeiro, essencialmente para Espanha, país onde se vivia igualmente uma febre nos mercados de títulos da dívida pública”<sup>197</sup>. Em suma, depois de um ciclo de franca expansão económica, produziu-se uma crise que não só apanhou desprevenidos muitos capitalistas especuladores nacionais como ainda colocou a nu as debilidades do sistema financeiro português.

O aumento do número de bancos esteve intimamente associado ao reatamento do fluxo de remessas dos emigrantes portugueses no Brasil, na sequência do fim da Guerra da Tripla Aliança que devastou o Paraguai entre 1865 e 1870. As remessas dos emigrantes eram, de resto, absolutamente cruciais para o equilíbrio das finanças públicas portuguesas, já que o recurso aos empréstimos externos, como forma de financiamento da política de obras públicas, era uma crónica inevitabilidade<sup>198</sup>. Mas a partir de Janeiro de 1876 o câmbio brasileiro fraquejou novamente. Para agravar a situação, as más colheitas verificadas no triénio de 1874-1876 fizeram triplicar a importação de cereais. Por fim, quando “o Governo espanhol frustrou as especulações com os títulos da sua dívida”, os bancos, que no país vizinho tinham arriscado uma boa parte dos seus capitais, “viram-se em apuros”<sup>199</sup>, sendo obrigados a fechar temporariamente as suas portas. Perante este cinzento panorama de insolvência bancária, o governo não teve outro remédio senão decretar uma moratória de 60 dias (decreto de 18 de Agosto de 1876)<sup>200</sup>. Além desta medida, o governo promoveu ainda

<sup>194</sup> LAINS, 2002 b), p. 64. Ver também SERRÃO, 1990, p. 151.

<sup>195</sup> CORDEIRO, 1877, p. XIV.

<sup>196</sup> A saber: Banco Comércio e Indústria, Banco Comercial de Guimarães, Banco Mercantil de Viana, Banco do Alentejo, Banco Nacional, Banco Mercantil de Braga, Banco Vilanovense, Banco de Chaves, Banco de Bragança, Banco de Viana, Banco de Barcelos e Banco Agrícola e Industrial da Estremadura. A estas doze instituições podemos acrescentar ainda o Banco Comercial de Lisboa que estava em instalação (V. COELHO, 1875).

<sup>197</sup> LAINS, 2002 b), p. 64.

<sup>198</sup> Os problemas que as finanças públicas portuguesas atravessaram no início da década de 1890 estiveram também relacionados com esta enorme dependência da importação de capitais, quer por via das remessas dos emigrantes, quer por via da concessão de empréstimos externos (V. LAINS, 2002 a), pp. 57-79).

<sup>199</sup> RAMOS, 1989, Volume II, p. 136.

<sup>200</sup> V. *O País*, 20.08.76.

uma importação maciça de ouro de molde a restabelecer rapidamente a solvibilidade do sistema bancário e a amortecer os efeitos da crise<sup>201</sup>.

Numa epístola remetida ao escritor Bulhão Pato, António de Serpa Pimentel, o ministro da Fazenda em 1876, corrobora a tese de que a crise “foi principalmente o resultado do jogo dos fundos espanhóis e da criação de desnecessários estabelecimentos financeiros”. Já quanto às culpas que eram imputadas ao ministério pelo “grande cataclismo”<sup>202</sup>, o futuro chefe do Partido Regenerador refere, pelo contrário, que “As operações do Governo não só não foram a causa da crise, mas o bom resultado destas operações, dando-nos grande crédito em Londres, pelo facto de se terem passado quatro anos sem recorrermos àquele mercado, permitiu-me que, para debelar a mesma crise [...] mandasse vir imediatamente de Londres, e com juro módico, todo o dinheiro em oiro, que julguei conveniente”. Tanto assim que “Dentro de alguns meses, ficando apenas perdidos os estabelecimentos que não tinham condições de vida, os principais bancos tinham restituído ao Estado o dinheiro que este lhes havia emprestado, e o Estado restituído aos banqueiros de Londres as importâncias, que dali mandou vir, sem nada perder na compensação dos encargos destas espécies de operações”<sup>203</sup>. Com efeito, a crise bancária de 1876 acabou por não ter consequências de maior para o sistema financeiro do país, nem repercussões extremas no resto da economia<sup>204</sup>. Mas o mesmo já não se pode dizer do impacto da crise na reestruturação do sistema político. Como frisa Manuel Villaverde Cabral, “É importante notar, neste contexto, o papel deflacionista, não só anti-especulativo mas decididamente anti-expansionista, que o Partido Progressista, criado em Dezembro de 1876, será levado a desempenhar após a crise”<sup>205</sup>.

Logo que a crise amainou, o governo incumbiu uma comissão de apurar as suas “causas profundas”. No entanto, o parecer desta comissão de inquérito nunca saiu do segredo dos deuses, deixando a crise financeira de 1876 envolta numa nebulosa camada

---

<sup>201</sup> Segundo os números avançados por Rodrigues de Freitas «Vieram do estrangeiro grandes provisões de numerário; em poucos dias Lisboa recebeu 1.491:824 libras, das quais um milhão para o tesouro; o Porto recebeu 106:926 libras; parece que o governo contratou ainda mais 300:000 libras em Youle; total destas adições, cerca de 1.898:750 libras, ou 8:544 contos» (FREITAS, 1876, pp. 98-99).

<sup>202</sup> MOREIRA (org.), 1998, p. 96.

<sup>203</sup> PATO, 1986 a), Volume II, p. 185. Convém referir que o ouro era o padrão monetário português enquanto a prata era uma moeda subsidiária do ouro destinada apenas aos pequenos pagamentos. Porém, devido à escassez de moeda-rainha, a quase totalidade das transacções era feita através da moeda menos nobre, o que obrigava os governos a recorrerem frequentemente à injeção de nova moeda de prata, propiciando uma desvalorização galopante.

<sup>204</sup> LAINS, 2002 b), p. 76.

<sup>205</sup> CABRAL, 1988, p. 21.

de dúvidas e um vasto rol de perguntas sem resposta. Por essa razão, este foi um assunto que veio várias vezes à baila na Câmara dos Pares, nomeadamente durante a discussão da resposta ao discurso da coroa que ali teve lugar nos primórdios de 1877, mas acabou por cair rapidamente no esquecimento após a demissão do primeiro ministério fontista em 3 de Março de 1877. Adoentado e fatigado por quase seis anos de governação, Fontes resolve passar o testemunho ao Marquês de Ávila, aproveitando entretanto o ensejo para fazer uma *tournee* de seis meses pela Europa, “*mientras vuelve à la dirección de los negocios de Portugal*”, de acordo com a famosa expressão do jornal espanhol *La Época*. O termo “*mientras vuelve*”, utilizado pelo jornalista espanhol, colar-se-ia que nem uma luva ao terceiro ministério avilista<sup>206</sup>.

Um dos bancos cuja solvência se deveu à pronta intervenção do governo foi o Banco Nacional Ultramarino<sup>207</sup>, o qual estava para o ultramar assim como o Banco de Portugal estava para a metrópole<sup>208</sup>. No entanto, os subsídios àquela instituição bancária não se ficaram por aqui. Com efeito, em 12 de Junho e em 3 de Dezembro de 1878, já durante o segundo consulado fontista, o executivo voltou a acudir financeiramente ao referido banco. Na primeira ocasião o suprimento foi de 200 contos, enquanto na segunda foi de 500 contos, verbas que excediam largamente os 30 contos anuais de subvenção do Estado inicialmente previstos para aquela instituição<sup>209</sup>. Ora, como veremos, em Maio de 1879, o governo haveria de prestar contas na Câmara dos Pares destes “adiantamentos”, pagando então juros políticos extremamente elevados.

Nos alvares de 1879, a vida política estava verdadeiramente ao rubro. No Parlamento as coisas até corriam de feição ao governo regenerador graças às duas folgadas maiorias de que ali desfrutava. Nas eleições de 13 de Outubro de 1878, no primeiro ensaio da nova lei eleitoral de 1878, apesar dos surpreendentes desaires registados nas duas cidades mais “ilustradas” do reino<sup>210</sup>, os regeneradores conseguiram eleger 97 deputados com cerca de 71 % dos votos. Ao passo que, na Câmara Alta, o peso das sucessivas “fornadas” regeneradoras era verdadeiramente esmagador<sup>211</sup>. Na

<sup>206</sup> MÓNICA, 1999, pp. 109-113.

<sup>207</sup> V. DCP, sessão de 15.03.79, p. 455.

<sup>208</sup> Francisco de Oliveira Chamiço, fundador e primeiro governador do BNU (1864), era igualmente vice-presidente da secção africana da Sociedade de Geografia de Lisboa (V. PAIXÃO, 1964, 4 Volumes).

<sup>209</sup> V. GOMES, 1907, Volume XII, p. 226.

<sup>210</sup> V. *O Diário Popular* de 14.10.78 e 04.11.78.

<sup>211</sup> Apesar disso, não faltava optimismo nas fileiras da oposição. O *Diário Popular* de 29.01.79 assegurava que «Naquela câmara cresce a oposição todos os dias, e se alguns dignos pares fossem mais cuidadosos em comparecer e permanecer na câmara, teria já o governo sofrido maior desgosto».

realidade, a vantagem dos regeneradores ali era tão confortável que Fontes Pereira de Melo até se dava ao luxo de ser magnânimo, incluindo por vezes no rol dos nomeados para o pariato proeminentes figuras dos outros partidos como Lobo de Ávila, o antigo chefe da *unha-negra* histórica que, depois de virar a casaca, o *Diário Popular* considerou a “mancha-negra” do Partido Histórico<sup>212</sup>; e Carlos Bento da Silva, o delfim do Marquês de Ávila<sup>213</sup>.

Mas fora do Parlamento o cenário era bem diferente. As “campanhas democráticas” conduzidas pelo Partido Progressista contra D. Luís e contra a “ditadura fontista” estavam no auge, varrendo Portugal de lés a lés. A oposição vociferava furiosamente nas páginas dos jornais e em inflamados *meetings* contra a concessão feita em Moçambique pelo governo regenerador a Paiva de Andrade, no decreto de 26 de Dezembro de 1878. Além disso, o Partido Republicano, muito motivado com a eleição do seu primeiro deputado nas eleições de 13 de Outubro de 1878, começava a questionar de uma forma cáustica a lógica do sistema monárquico, desferindo incessantemente “golpes sobre golpes às instituições monárquicas e ao seu mais alto representante”<sup>214</sup>. Fontes tinha pois fundadas razões para estar preocupado. Ainda por cima, o Conde do Casal Ribeiro, “vexado com o papel subalterno que o partido lhe reservava”<sup>215</sup> e não obstante a sua condição de sogro do ministro das Obras Públicas Lourenço de Carvalho, aproveitou o “monstruoso escândalo”<sup>216</sup> da concessão na

<sup>212</sup> Na década de 1860, os históricos estavam divididos em duas facções rivais: a *unha-branca*, que avalizou o chamado «governo fusionista» (1865-1868), e a *unha-preta*, que se proclamava «antifusionista». A reconciliação entre as duas facções veio a dar-se em 1870, sob a égide do Duque de Loulé, que as associou no poder.

<sup>213</sup> Para além disso, institucionalizara-se também a praxe de se propor o pariato para o chefe do principal partido da oposição – Fontes foi proposto por Loulé, tendo o primeiro retribuído a deferência, após a morte do chefe dos históricos, propondo a nomeação do II Duque de Loulé e de Anselmo José Braamcamp, o qual, para gáudio dos seus correligionários, não aceitou a gentileza (V. *O País*, 19.05.74). Este gesto de cortesia e de elegância política revela-nos, até certo ponto, como era importante para as principais forças políticas terem os seus cabecilhas à frente das suas hostes neste recinto legislativo. Lá fora, provavelmente devido a um entendimento distinto do papel que estava reservado a uma segunda câmara legislativa e também pelo facto de que seria um exercício político de certa maneira incongruente exercer a direcção activa de um partido a partir de uma assembleia, pelo menos em teoria, conservadora e ponderada, os chefes partidários não eram membros da Câmara Alta. Em Espanha, Cánovas e Sagasta não eram senadores. Assim como em Inglaterra, estadistas como Pitt, Palmerston (é vulgar encontrar alguns lordes na Câmara dos Comuns, foi o caso de Lord Palmerston que foi sempre deputado), Peel e Gladstone não faziam parte da Câmara dos Lordes (Disraeli foi elevado à categoria de Par com o título de Conde de Beaconsfield já depois da sua última experiência como Primeiro-Ministro). Como advogava Casal Ribeiro, «os homens que dirigem activamente o grupo a que pertencem não podem razoavelmente continuar a exercer essa preponderância em uma câmara que tem o dever de ser moderada nas suas conclusões e nas suas atitudes» (DCP, sessão de 03.04.84, p. 691).

<sup>214</sup> CABRAL, 1931, p. 66.

<sup>215</sup> MÓNICA, 1999, p. 132.

<sup>216</sup> *O Progresso*, 01.01.79.

Zambézia ao capitão Paiva de Andrade para se zangar definitivamente com o chefe regenerador, passando daí em diante a ler por outra cartilha<sup>217</sup>. Como diria Teixeira de Sousa, o último primeiro-ministro da Monarquia, “Poderia haver dentro do partido regenerador ambições abafadas, mas o prestígio de Fontes era tão grande, tão sólido, que velhos e novos lho respeitavam, sem que na sua longa vida política tivesse outra defecção além da do conde de Casal Ribeiro”<sup>218</sup>.

Ora, foi na sequência desta desinteligência que irrompeu a questão do Banco Nacional Ultramarino. Há algum tempo que os progressistas, em parceria com Carlos Bento, na Câmara dos Pares, vinham dando mostras de suspeitas quanto à transparência das relações entre o ministro da Fazenda Serpa Pimentel e a direcção daquela instituição bancária. Então, na sessão de 15 de Março de 1879, Casal Ribeiro resolveu assumir de uma vez por todas as rédeas desta questão, solicitando ao executivo os contratos relativos a todas as operações financeiras celebradas com o Banco Nacional Ultramarino. Nesse sentido, na sessão de 17 de Março, a Câmara aprovou uma proposta sua para que os ditos documentos fossem imediatamente enviados à comissão de Fazenda. Porém, o moroso arrastamento dos trabalhos desta comissão maioritariamente regeneradora e a veloz aproximação do final da sessão legislativa, obrigaram Casal Ribeiro a mudar de estratégia. Com efeito, em 16 de Maio, o Conde, alegando “carácter urgente”, apresentou um projecto de lei que mais não era do que uma censura velada ao governo. Aparentemente, o objectivo da proposta era relevar o governo da “responsabilidade em que incorreu pela outorga e execução dos referidos contratos”<sup>219</sup>, mas sob o véu da pretensa absolvição vinha tacitamente crivada uma censura política à sua conduta, a qual se tornou bem explícita no apelo que Vicente Ferrer deixou no ar: “Façamos o nosso dever, já que o senhor ministro da Fazenda tarde e a más horas quis

---

<sup>217</sup> Segundo Marques Gomes, o Conde de Casal Ribeiro encontrava-se na «vanguarda dos pares oposicionistas», separara-se do governo, como vimos, «continuando depois a fazer-lhe violenta oposição, tão violenta como há muitos anos não havia memória de outra igual. Ele, que desde 1851, prestara ao Partido Regenerador, ininterrompidamente, valioso apoio, atacava-o agora rudemente, e fazia-o sem compromissos ou divagações partidárias com qualquer outro grupo da oposição» (GOMES, 1907, Volume XII, p. 489).

<sup>218</sup> SOUSA, 1917, Volume I, p. 332.

<sup>219</sup> DCP, sessão de 16.05.79, p. 772. O teor integral do projecto de lei apresentado por Casal Ribeiro era o seguinte: «Artigo 1.º São legalizados os contratos de empréstimo feitos ao banco nacional ultramarino, celebrados entre o governo e o mesmo banco em 14 de Junho e 3 de Dezembro de 1878, sendo o primeiro pela soma de 200:000\$000 réis, e o segundo pela de 500:000\$000 réis, ficando relevada ao governo a responsabilidade em que incorreu pela outorga e execução dos referidos contratos. Artigo 2.º Fica revogada a legislação em contrário».

cumprir o seu”<sup>220</sup>. De resto, segundo a interpretação do próprio ministro, o projecto do Conde “De certo foi uma censura, porque sua excelência, apresentando-o, mostrou a desconfiança que tinha no desempenho da minha palavra”. Considerava no entanto que “esta censura do sr. conde do Casal Ribeiro não significa[va] uma censura da câmara” e que, por isso, “não t[inha] os efeitos políticos que produziria, se partisse da câmara”<sup>221</sup>.

Na sequência da iniciativa de Casal Ribeiro, o ministro da Fazenda apresentou quarenta e oito horas depois uma proposta idêntica na Câmara dos Deputados<sup>222</sup>, “apresentando forçado em dois dias o que voluntariamente não havia feito em dois meses”<sup>223</sup>, a qual foi aprovada “por grande maioria”<sup>224</sup>, evitando assim a censura implícita no projecto apresentado pelo indómito Conde. Ele que “fora o chefe da ovação no Entroncamento”, aquando do apoteótico regresso de Fontes da sua viagem pela Europa, mas que, para todos os efeitos, era agora o “cabeça do motim parlamentar”<sup>225</sup>.

Mas Casal Ribeiro ainda tinha uma palavra a dizer. O Conde estava mesmo decidido a não dar tréguas ao governo e, alguns dias depois, resolveu contra-atacar. Na sessão de 28 de Maio de 1879 apresentou uma moção baseada nas seguintes premissas: a existência de suspeitas de desfalque no Banco Nacional Ultramarino tendo o governo adiantado o dinheiro necessário para cobrir esse desfalque; e a persuasão de que o governo não só podia legalmente inspeccionar o banco, como devia politicamente fazê-lo. Sendo assim, convidava o governo “a usar das faculdades que lhe confere a lei de 16 de Maio de 1864, mandando sem demora proceder a inquérito sobre a situação do banco nacional ultramarino, e sobre a sua gerência e contas, tanto na sede em Lisboa, como nas sucursais ou agências no ultramar”<sup>226</sup>. Como se vê, a moção era engenhosa. Se o governo a aprovasse, seriam então finalmente apuradas eventuais responsabilidades. Se, pelo contrário, o governo achasse o inquérito inoportuno, ficaria demonstrado que a sua intenção era única e exclusivamente abafar o caso.

<sup>220</sup> DCP, sessão de 27.05.79, p. 814. Antes disso, este antigo reitor da Universidade de Coimbra asseverara que «o projecto do sr. conde do Casal Ribeiro era uma censura ao governo porque tendia a remediar um mal que sua excelência não quisera evitar, trazendo logo à câmara o seu projecto [...]» (DCP, sessão de 27.05.79, p. 813).

<sup>221</sup> DCP, sessão de 24.05.79, p. 809.

<sup>222</sup> Sendo os dois projectos idênticos, levantou-se imediatamente na Câmara a questão sobre qual seria então a iniciativa que devia prevalecer. Segundo Vicente Ferrer era «incontestável que dev[ia] ser o projecto de iniciativa mais antiga, que foi a do sr. conde» (DCP, sessão de 24.05.79, p. 808).

<sup>223</sup> *O Diário Popular*, 20.05.79.

<sup>224</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 493.

<sup>225</sup> *O Jornal do Comércio*, 15.02.79. Este referente fundamental da imprensa portuguesa oitocentista referiu inclusivamente que «As questões pessoais tomam proporções de questões do país», reportando-se às tensas relações entre Casal Ribeiro e Fontes Pereira de Melo (V. *O Jornal do Comércio*, 22.02.79).

<sup>226</sup> DCP, sessão de 28.05.79, pp. 824-825.

As probabilidades de o governo cair na Câmara dos Pares eram diminutas, mas foi realmente isso o que acabou por suceder. A moção do Conde do Casal Ribeiro foi rejeitada por 30 votos contra 22, mas esta frágil maioria de 8 votos foi sem dúvida um resultado decepcionante para o governo<sup>227</sup>, particularmente para o seu líder Fontes Pereira de Melo que, entre 28 de Dezembro de 1871 e 2 de Dezembro de 1878, tinha sido “presenteado” por Sua Majestade com 3 “fornadas” consecutivas constituídas por 39 prestimosos reforços<sup>228</sup>. Como o próprio Fontes denunciou, a oposição aproveitou o “ensejo favorável da ausência de um certo número de amigos do governo para apresentar uma moção política”<sup>229</sup>. De facto, com excepção dos ministros da Fazenda (Serpa Pimentel) e da Justiça (Couto Monteiro), os quais, por entenderem que não deviam desempenhar o papel de juízes em causa própria, decidiram abandonar a sala momentos antes da votação, nenhum dos restantes ministros que integravam o pariatto (Rodrigues Sampaio, Andrade Corvo e Fontes Pereira de Melo) esteve presente na sessão de 28 de Maio<sup>230</sup>. Neste particular, é também evidente que o governo não mobilizou até São Bento todos os “seus” pares<sup>231</sup>. Ora, exceptuando António Correia Caldeira, António de Paiva Pereira da Silva, Marcelino de Sá Vargas e os Condes de Castelo Branco e do Seisal, que já haviam falecido, apenas estiveram presentes na fatídica sessão 17 dos 39 regeneradores ultimamente nomeados, entre os quais se registou ainda uma defecção protagonizada pelo futuro ministro regenerador António Barros e Sá<sup>232</sup>. Contudo, dado o contexto político da época, é muito provável que esta fraca mobilização dos pares afectos ao governo se tenha ficado a dever ao facto de este,

<sup>227</sup> Nas palavras de Braga Paixão, «Fontes retirou-se, outra vez voluntariamente por lhe parecer menos satisfatória uma votação, aliás de resultado favorável, na Câmara dos Pares» (PAIXÃO, 1980, p. 94).

<sup>228</sup> Este facto seria de resto amplamente criticado por Nogueira Soares, um fino observador da realidade política embora afecto ao Partido Regenerador, que acusava «Os governos regeneradores [de] meter[e]m na câmara alta diversas fornadas sem que um conflito constitucional as justificasse, e só para comprazerem com os seus amigos políticos, ou por já não poderem resistir à onda de pretendentes, que lhes invadia os gabinetes. Alegavam, é verdade, que era necessário preencher os lugares que a morte tornara vagos; mas a isto respondia um espirituoso conselheiro de estado que a morte levava indistintamente regeneradores e progressistas, e que os ministros só propunham à coroa regeneradores» (SOARES, 1883, pp. 515-516).

<sup>229</sup> DCP, sessão de 01.04.84, p. 319.

<sup>230</sup> *O Diário Popular* de 29.05.79 assegurava que «o sr. Fontes houve por bem não aparecer, a fim de evitar uma interpelação do sr. Vaz Preto, acerca das promoções no exército, que estava dada para a ordem do dia».

<sup>231</sup> Não obstante isso, *O Progresso* em 29.05.79 afiançava que o governo «até nem poupou o sr. visconde dos Olivais, cujo estado de saúde é tão melindroso, que por duas vezes caiu desfalecido na sua cadeira» e que «Também lá estava o sr. marquês de Viana, que nunca aparece na câmara sem pedido especial do governo».

<sup>232</sup> Como vimos, Carlos Bento foi também nomeado par do reino por indicação dos regeneradores, mas era um avilista, votando por isso ao lado de Ávila.



nesta ocasião, não se ter empenhado a fundo na convocatória dos “seus” pares<sup>233</sup>. Com efeito, a aparente distração de Fontes, ainda por cima sabendo que estava em marcha uma forte mobilização dos pares oposicionistas<sup>234</sup>, só é compreensível porque, ao que tudo indica, o chefe regenerador já devia fazer tenção de largar o poder pelas razões que apresentarei um pouco mais adiante.

Quanto aos pares que aprovaram a moção de Casal Ribeiro, além do referido duo e de todos os progressistas, encontramos ainda o Duque de Ávila e Bolama, o recém-amnistiado Marquês de Angeja e o ex-regenerador Vaz Preto<sup>235</sup>. Este conhecido “cartola” que contava “com uma autêntica corte de seguidores dispersos por todo o distrito de Castelo Branco”<sup>236</sup>, furioso com o facto de o caminho-de-ferro da Beira Baixa, que Fontes lhe andava a prometer, nunca mais avançar, entrou em 1875 em rota de colisão com o chefe regenerador<sup>237</sup> – o qual em certas ocasiões demonstrou ter uma paciência de Job e nervos de aço –, conservando doravante uma independência inigualável entre os políticos do seu tempo<sup>238</sup>. Pode mesmo dizer-se que Vaz Preto constituiu um caso único de rebeldia política sistemática, pois em todas as votações que se revestiram de um carácter mais transcendente, ocorridas a partir daquele momento, o sentido de voto do indomável albicastrense foi invariavelmente contra o governo que estava em funções, fosse ele qual fosse<sup>239</sup>.

<sup>233</sup> A prova de que Fontes Pereira de Melo não brincava em serviço quando se avizinhavam batalhas decisivas na Câmara Alta é particularmente patente em duas cartas dirigidas em 21.02.64 e em 12.02.65 ao Marquês de Fronteira, nas quais aquele pedia encarecidamente a “presença” e o “voto” deste par do reino (V. ALORNA, 1986, Apêndice, pp. 252 e 262-263). Quando o primeiro governo progressista se encontrava à frente dos destinos nacionais, Fontes também não se fez rogado, «Tendo chamado a Lisboa todos os pares de província que lhe eram afectos, para dar batalha ao governo logo na primeira medida financeira que este apresentara ali» (GOMES, 1907, Volume XII, p. 503). V. também *O Primeiro de Janeiro*, 08.02.81.

<sup>234</sup> *O Jornal do Comércio* de 29.05.79 dava inclusive conta que «A oposição tinha chamado a capítulo todos os seus apaniguados: nenhum faltara».

<sup>235</sup> V. *Diário de Notícias*, 22.04.75.

<sup>236</sup> PEREIRA, 2002, p. 241.

<sup>237</sup> V. DIAS (intr.), 1964, p. 16 e GOMES, 1907, Volume XII, p. 430. Vaz Preto interpelou inclusivamente o presidente do conselho e o ministro das obras públicas «acerca do uso que fizeram da autorização concedida na lei de 26 de Janeiro de 1876, pelo que respeita ao caminho-de-ferro da Beira Baixa» (V. DCP, sessão 19.03.78, p. 128). Porém, para desespero de Vaz Preto, Fontes Pereira de Melo reservava-se o direito de usar a autorização concedida pelo Parlamento só depois de examinar o projecto cogitado pelo governo espanhol. Quando enfim tomou conhecimento do projecto espanhol, o governo português optou pela Beira Alta (Vilar Formoso) e pelo Douro (Barca de Alva), que foram os percursos escolhidos para entroncar na linha ferroviária de Salamanca.

<sup>238</sup> Segundo José Lopes Dias, «Ao longo de toda uma geração, Vaz Preto foi a personalidade política mais saliente da Beira Baixa» e «impunha-se aos co-provincianos com os obséquios e favores de um procurador atento e zeloso, e, aos de cima, pelo pontificado eleitoral e o temor das violentas invectivas parlamentares» (DIAS, José Lopes (intr.), 1964, pp. 16-17).

<sup>239</sup> V. Anexo 4, p. 353.

Desde o dia em que ocorreu a votação que circulavam boatos não só de crise ministerial, mas de que o chefe do governo iria ao Paço pedir a demissão. Na manhã do dia seguinte (29 de Maio de 1879), algumas gazetas políticas davam corpo a esses boatos. Numa notícia de “última hora” do *Diário de Notícias* podia ler-se que “Falava-se ontem de crise ministerial provocada pela última votação da câmara dos pares e por outras circunstâncias supervenientes”<sup>240</sup>. Com efeito, além da frágil maioria obtida nos pares, Fontes foi também ou sobretudo sensível à deriva esquerdista dos progressistas que, juntamente com os republicanos, vinham apelando para a “revolução” como forma de derrubar o “governo pessoal” e a alegada “ditadura” do “valido”<sup>241</sup>. Com efeito, Fontes demitiu-se, ou “julgou conveniente deixar-se cair”<sup>242</sup>, quando decorriam as famosas “campanhas democráticas” contra D. Luís, a fim de evitar que estas pudessem redundar numa ameaça para a Monarquia<sup>243</sup>. Não deixa de ser notável a semelhança entre a situação política portuguesa e a espanhola deste período. Em carta confidencial de 18 Janeiro de 1879, enviada ao ministro dos Negócios Estrangeiros Andrade Corvo, “O representante português em Madrid [Conde de Valbom] também não poupava críticas a Cánovas del Castillo. Acusava-o de estar agarrado ao poder, não obstante ser um homem superior. Tudo indicava que Cánovas, com o seu procedimento, estava a correr o risco de precipitar uma guerra civil”<sup>244</sup>.

Já vimos também que, no rescaldo da primeira consulta ao povo ocorrida após a reforma eleitoral de 8 de Maio de 1878, o governo, não obstante a sua maioria global, dera um sinal de fraqueza ao ser simultaneamente derrotado em Lisboa e no Porto. Este duplo desaire era grave pois significava perder junto do que se dizia à época ser a parte “mais ilustrada” da nação. Para além disso, Fontes era o primeiro a saber que os ventos da economia não estavam soprando de feição e que se avizinhavam tempos difíceis – o ministro da Fazenda tentara sem sucesso realizar uma operação financeira em Paris. Todas estas razões aconselhavam, portanto, a passar o leme dos destinos nacionais ao Partido Progressista. Um partido que após uma travessia de quase três anos no deserto, “estava [demasiadamente] impaciente e empregava todos os meios que o pudessem

<sup>240</sup> *Diário de Notícias*, 30.05.79.

<sup>241</sup> V. *O Diário Popular* de 30.03.78 e de 08.06.78 e *O Progresso* de 30.01.78.

<sup>242</sup> NORONHA, 1928, p. 18.

<sup>243</sup> V. BONIFÁCIO, 2002 b), pp. 94-95.

<sup>244</sup> CAMEIRA, 1995, p. 221.

levar ao poder”<sup>245</sup>, mostrando-se mesmo disposto “a ir, nessa luta contra D. Luís e o seu valido, até à revolução e à república”<sup>246</sup>.

A demissão de Fontes Pereira de Melo foi portanto determinada pela conjugação de vários factores. Provavelmente, noutras circunstâncias, que não as que se verificavam em 1879, o chefe regenerador nem sequer acharia uma maioria de oito votos demasiado frágil para levar adiante a sua política<sup>247</sup>. Contudo, este resultado menos lisonjeiro tinha como pano de fundo um cenário político altamente crítico e uma conjuntura económica profundamente inquietante. Fontes olhava certamente com muita apreensão para a aliança espúria entre republicanos e progressistas. Por outro lado, os previsíveis apertos financeiros obrigariam inevitavelmente a um agravamento de impostos. Daí a sua decisão de entregar voluntariamente as pastas a pretexto da votação na Câmara dos Pares<sup>248</sup>, o que explica o fraco ou nulo empenho colocado na mobilização de pares fiéis ao governo. Já vimos noutras ocasiões como a afluência de membros à câmara podia ser determinante para o resultado das votações. Interessante e até irónico, neste caso, é verificar como esse mesmo mecanismo pode ser utilizado pelo partido no governo para justificar o seu abandono do poder.

Quanto à actuação da Câmara dos Pares no caso do Banco Nacional Ultramarino, aquilo que mais ressalta é a forte predisposição da câmara para o combate político. Com efeito, numa altura em que o fontismo navegava em águas muito agitadas, o segundo governo de Fontes ainda teve de enfrentar uma oposição extremamente aguerrida na Câmara dos Pares que se revelou um órgão causador de sérios embaraços e de grandes dores de cabeça ao executivo. Outra importante ilação que se retira deste episódio prende-se com o desconcertante fenómeno da mobilização do pariato. A existência de um grande número de pares normalmente ausentes das sessões era um factor de perturbação do funcionamento da Câmara pois, nos momentos decisivos, registava-se sempre uma forte afluência de pares que constituía, em última análise, a chave do resultado das votações. Com efeito, na hora das votações mais importantes, governo e oposição faziam os possíveis e os impossíveis para conseguir trazer à Câmara o maior número de partidários de forma a obterem ali maioria. Era aliás este

---

<sup>245</sup> VILHENA, 1916, Volume I, p. 55.

<sup>246</sup> TELES, 1968, p. 51.

<sup>247</sup> Vale a pena recordar que a média geral da maioria do segundo ministério histórico (1860-1865) na câmara hereditária foi de 8,9 votos.

<sup>248</sup> Algumas folhas regeneradoras como *A Revolução de Setembro* e *O Jornal do Comércio* ainda exortaram o chefe do governo a manter-se firme no seu posto. Mas Fontes, para demonstrar aos seus adversários políticos que não estava agarrado ao poder, ignorou olímpicamente tais apelos.

mecanismo, que consistia tão-somente em chamar a S. Bento pares do reino que normalmente costumavam estar ausentes, que, entre as décadas de 1860 e 1880, impedia as “fornadas” de produzirem um efeito estável e duradouro.

O que parece à primeira vista um paradoxo é que agora o governo tenha utilizado esse mecanismo contra si próprio de forma a justificar a sua saída. Embora apreciasse o poder, Fontes Pereira de Melo sabia melhor que ninguém que a estabilidade política era uma condição essencial para o seu exercício. Como vimos, em 1879, a conjuntura política não era, de todo, aliciante. Daí a sua hábil ideia de usar a fraca mobilização dos pares regeneradores como pretexto para deixar o governo. Ou seja, no caso da moção apresentada a 28 de Maio por Casal Ribeiro, não foi tanto a Câmara Alta que derrubou o governo mas sobretudo este que se deixou derrubar ou provocou mesmo o seu próprio derrube. O caso não desmente, antes pelo contrário confirma, a grande originalidade da Câmara dos Pares portuguesa: a sua utilidade para derrubar governos.

### ***5. Reflexos da reorganização partidária de 1875-1876***

Em meados da década de setenta de Oitocentos a oposição ao “fontismo” repartiu-se em dois campos políticos distintos. No campo monárquico ocorre um facto de notável relevância política, propiciado pela morte do Duque de Loulé em 23 de Maio de 1875. Históricos e reformistas, que até então tinham estado mais separados por divergências pessoais entre os seus chefes do que por diferenças doutrinárias e ideológicas<sup>249</sup>, resolvem coligar-se e fundam o Partido Progressista, na sequência do célebre Pacto da Granja de 7 de Setembro de 1876. Face às dificuldades que a oposição parlamentar vinha evidenciando e à durabilidade e resistência de que o primeiro ministério fontista vinha dando mostras, “tornara-se imperioso um salto qualitativo, quer no plano da iniciativa política, quer no plano organizativo, por parte da oposição”<sup>250</sup>, evitando-se no mesmo passo a dispersão e a consequente astenia das forças de esquerda.

---

<sup>249</sup> Sobre a incompatibilidade entre os chefes dos dois partidos consultar a *Revolução de Setembro* de 02.04.73.

<sup>250</sup> MOREIRA, 1992, p. 111.

Desde finais de 1872 que, volta não volta, circulavam rumores na imprensa de uma eventual fusão dos dois partidos da ala esquerda do constitucionalismo monárquico<sup>251</sup>. Todavia, este desiderato nunca teve quaisquer efeitos práticos durante a vida de Loulé que, não obstante a sua “impassibilidade olímpica”<sup>252</sup>, se revelou sempre um obstáculo intransponível à realização de um conúbio com o Partido Reformista<sup>253</sup>. Em rigor, a morte do carismático chefe histórico em 23 de Maio de 1875, não só franqueia as portas à organização do Partido Progressista<sup>254</sup>, como solta também a principal amarra de sobriedade e de moderação da esquerda monárquica, a qual, no calor das furiosas “campanhas democráticas” contra D. Luís, se declarava disposta a ir “até à revolução e à república”<sup>255</sup>.

Entretanto, fora da órbita monárquica, em 10 de Janeiro de 1875 surge o Partido Socialista e em 25 de Abril do ano seguinte o Partido Republicano, o qual retiraria automaticamente ao primeiro “qualquer hipótese de crescimento”<sup>256</sup>. Com efeito, ao passo que o republicanismo ocupa hegemonicamente o espaço da contestação ao regime constitucional-monárquico, o socialismo, fustigado por dissidências internas e limitado por condicionalismos sociológicos adversos, vai perdendo força e espaço de manobra. Num país de imensos camponeses e de poucos operários, o socialismo português estava forçosamente condenado a ser utópico<sup>257</sup>. Por sua vez, após uma esporádica aparição num plano estritamente intelectual por ocasião das Conferências Democráticas do Casino (1871), o republicanismo vegetou durante algum tempo sem grande vitalidade nem projecção sendo preciso esperar pela comemoração do tricentenário da morte de

<sup>251</sup> V. por exemplo o *Diário de Notícias* de 25.11.72.

<sup>252</sup> SABUGOSA, 1974, p. 303.

<sup>253</sup> Embora não seja absolutamente claro, é provável que o azedume entre o Duque de Loulé e D. António Alves Martins tivesse tido origem na preterição do Bispo de Viseu na remodelação governamental de Fevereiro de 1862.

<sup>254</sup> Perto do final da sessão legislativa de 1876, mais precisamente em 24.03.76, os deputados históricos e reformistas já haviam abandonado em bloco os trabalhos parlamentares por não ter sido ali aprovada uma proposta de inquérito a todas as secretarias de Estado; um sinal de que as coisas iam bem entre os dois partidos e de que, ao contrário de Loulé, Anselmo Braamcamp parecia efectivamente disposto a desempenhar o papel de Cupido entre as duas facções (V. VILHENA, 1916, Volume I, p. 32).

<sup>255</sup> TELES, 1968, p. 51. Consultar também *O Progresso* e *O Diário Popular* de 30.01.78 e 08.06.78, respectivamente.

<sup>256</sup> MÓNICA, 1999, p. 106.

<sup>257</sup> Como menciona Jorge Morais, nos começos do século XX, «Os socialistas, liderados por Azedo Gneco e Aquiles Monteverde, propunham uma utopia que repugnava aos conservadores e não tocava o coração dos republicanos; defendiam uma mudança de raiz na sociedade portuguesa e um modelo económico avançado, sem se preocuparem excessivamente com a questão do regime» (MORAIS, 2007, p. 19).

Camões (10 de Junho de 1880) para o republicanismo fazer a sua “entrada triunfal na cena pública”<sup>258</sup>.

Pela sua importância na consolidação do sistema rotativista, o grande acontecimento político verificado neste período foi o nascimento do Partido Progressista, “um partido que se diz[ia] novo, embora formado de duas metades velhas”<sup>259</sup>. Com a fusão de históricos e reformistas, além de uma oposição constitucional revigorada, o país passou a dispor de “um partido para o rotativismo”<sup>260</sup>, ficando deste modo lançados os futuros fundamentos de um sistema bipartidário sobre o qual irá repousar, mais tarde, o funcionamento do regime.

Filiando o seu ideário na tradição setembrista e patuleia, o Partido Progressista possuía uma estrutura organizativa *sui generis* – a unidade partidária obrigou à constituição de uma presidência bicéfala composta por Anselmo José Braamcamp e pelo Bispo de Viseu – e propunha-se democratizar e reformar politicamente o país. Para tal, o novo partido dotou-se de um programa considerado bastante “avançado” para a época<sup>261</sup>. Dos vinte e dois pontos do manifesto programático apresentado em 16 de Dezembro de 1876, numa sessão solene que teve lugar no antigo centro histórico da Rua do Alecrim em Lisboa, destacavam-se a reforma da Carta Constitucional, a reforma da lei eleitoral, a efectivação da responsabilidade ministerial, a reforma administrativa, a reforma da instrução primária e a reforma e descentralização da instrução secundária, a organização da fazenda pública, a reforma da administração financeira, a organização judiciária e a reforma do exército. O caminho que o novo partido se propunha seguir era tão arraigadamente democrático e tão fracturante que, de acordo com Barjona de Freitas, iria “carecer de mais de um século para tal programa ser levado à prática pelos meios constitucionais”<sup>262</sup>.

Naturalmente, a câmara hereditária, um dos *calcanhares de Aquiles* do nosso constitucionalismo monárquico, não escapou a este ímpeto reformista. Na “Exposição Justificativa” do programa progressista podia ler-se taxativamente que “A câmara dos

<sup>258</sup> TELES, 1968, p. 16.

<sup>259</sup> *A Revolução de Setembro*, 31.10.76.

<sup>260</sup> MOREIRA, 1992, p. 121.

<sup>261</sup> Borges de Macedo considera que o aparecimento em Portugal do conceito de programa político, «enquanto recurso orientador ou aglutinador de grupos politizados e enquanto veículo ordenador da coerência de acção partidária [...] é muito posterior, tanto à vitória do liberalismo, como até à existência de partidos políticos e sua organização nacional». Na sua opinião, «o conceito de programa político surgiu da polémica pública nacional, em estreita ligação com os acontecimentos entre 1836 e 1842» (V. MACEDO, 1981, pp. 5 e 30).

<sup>262</sup> DCP, sessão de 27.01.77, p. 69.

pares, nascida da prerrogativa real, dirigida e aconselhada pelos ministros, ou da cega designação da hereditariedade, não representa nenhum elevado interesse nacional, nem pode ter, em princípio, a independência e a autoridade necessárias para conter as demasias, ou reprimir as funestas tendências dos governos”<sup>263</sup>. Na verdade, este foi um dos pontos de honra do “Programa da Granja” pois, além de uma bandeira do Partido Progressista, a reforma do pariatto foi igualmente um dos cavalos de batalha das propostas de revisão constitucional apresentadas por José Luciano de Castro em 1872 e 1883.

Apesar de se apresentar aos portugueses como uma solução de esquerda e como uma alternativa credível ao Partido Regenerador no comando dos destinos nacionais, o Partido Progressista teve de escalar uma verdadeira montanha de obstáculos até conseguir alcançar o Capitólio do poder<sup>264</sup>. A começar pelo próprio Fontes Pereira de Melo que, em 26 de Janeiro de 1877, na tribuna da Câmara dos Pares, deixou o seguinte aviso: “em vista do programa apresentado pela oposição, julgo-me mais obrigado do que nunca a manter-me nestas cadeiras, como protesto contra as suas ideias subversivas”<sup>265</sup>. Vendo os protestos contra a sua permanência no poder crescerem diariamente como uma bola de neve, e encontrando-se o seu estado de saúde bastante debilitado por uma longa governação que se espalhou por 2001 dias, Fontes acabaria por pedir a demissão passado pouco tempo, em 3 de Março de 1877. No entanto, para desalento do Partido Progressista, o poder não passou de uma miragem, tendo sido prontamente incumbido de formar governo o Marquês de Ávila e de Bolama. Como veremos, a expectativa de uma rápida chamada ao poder gorar-se-ia novamente no início de 1878, o ano que veio acentuar as tendências radicais e os procedimentos extremistas do Partido Progressista.

Além de uma atmosfera de interinidade que normalmente rodeava os governos avilistas, durante a vigência do *mientras vuelve* verificou-se ainda uma situação deveras original, pois que eram “os dois grandes partidos da câmara [que] disputavam [entre si] a preferência em apoiar o governo”<sup>266</sup>. A disputa acabou mal já que este fenómeno

<sup>263</sup> *Partido Progressista. Exposição Justificativa e Programa*, 1877, p. 8.

<sup>264</sup> Em Espanha, o Partido Conservador de Cánovas também permaneceu ininterruptamente no poder entre Janeiro de 1875 e Março de 1879. Não obstante ter funcionado quase tão ordenadamente como o render da guarda no Palácio de Buckingham, o “turno” espanhol só começou a engrenar em 08.02.81 com a nomeação do primeiro governo de Sagasta, iniciando-se então a alternância política entre conservadores e liberais (V. VARELA ORTEGA, 2001, pp. 157-236).

<sup>265</sup> DCP, sessão de 26.01.77, p. 60.

<sup>266</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 459.

esteve no cerne da queda do ministério. O namoro entre os progressistas e o executivo avilista, depois de este lhes piscar o olho com o seu estafado programa de “moralidade” e “economias”<sup>267</sup>, esteve na génese de um acordo de incidência parlamentar entre regeneradores e constituintes<sup>268</sup>, o qual viabilizou a aprovação de uma moção de censura, apresentada em 18 de Janeiro de 1878 por José Dias Ferreira. O destino do ministério avilista ficaria traçado uma semana depois, mais precisamente na sessão de 26 de Janeiro, ante a brutalidade numérica dos votos que puseram termo a uma maratona parlamentar “de mais de seis horas”<sup>269</sup>, saldando-se o embate entre a Câmara dos Deputados e o governo numa expressiva derrota deste por 69 votos contra 19<sup>270</sup>. Estava assim consumada a infausta profecia do *mientras vuelve* do diário espanhol.

Após a queda do governo avilista, ganhou de novo alento a possibilidade de o Partido Progressista se estrear no poder. Todavia, esta hipótese desvaneceu-se num ápice já que D. Luís resolveu mais uma vez convidar Fontes Pereira de Melo para formar governo, levando os progressistas a queixarem-se amargamente de que “ao partido regenerador pertence a plenitude e o monopólio do poder, com uma curta variante apenas para descansar”<sup>271</sup>. A resposta por parte do “Partido da Granja”, em desespero de causa, foi uma verdadeira declaração de guerra à Monarquia. A partir de então, começam os ataques das gazetas progressistas à figura do próprio monarca, não falando nas pedradas que lhe batiam na carruagem nas noites em que a família real ia ao teatro assistir a uma grande estreia.

---

<sup>267</sup> GOMES, 1907, p. 458.

<sup>268</sup> O Partido Constituinte foi fundado oficialmente em 25.02.71 e agregava os «amigos políticos» do deputado José Dias Ferreira. Após o afastamento de Manuel Vaz Preto Geraldês do Partido Regenerador, este influente constituiu um grupo de pressão conhecido por «amigos de Vaz Preto» que, apesar de manter sempre uma larga autonomia política, começou a alinhar a partir de meados da década de 1870 com os constituintes de Dias Ferreira.

<sup>269</sup> As maratonas parlamentares eram bastante frequentes na Grã-Bretanha. Numa determinada ocasião, Palmerston dissertou na Câmara dos Comuns durante «mais de cinco horas», mais precisamente «do cair da noite ao nascer do dia seguinte». Convém no entanto frisar que «Até à década de 1880, não existia um procedimento que permitisse ao presidente da Assembleia (o *speaker*) encerrar os debates, que continuavam até não haver mais nenhum deputado que se erguesse do seu lugar para lhe atrair a atenção». Ora, «No início de 1881, os irlandeses fizeram prolongar uma sessão do Parlamento durante mais de quarenta e duas horas [...] A sessão teria durado ainda mais se o *speaker* não tivesse, por sua livre vontade, recusado dar a palavra a outros deputados e posto a questão à votação. Foi assim que apareceu o encerramento, de início a título extraordinário, como arma excepcional; depois, foi incluído no regimento da Câmara» (CHARLOT e MARX (dir.), 1995, pp. 205-206).

<sup>270</sup> V. GOMES, 1907, Volume XII, p. 470. Segundo o órgão oficial dos regeneradores, «Não era a regeneração que faltava à condição do seu apoio, era o presidente do conselho que faltava à promessa da condição do seu governo» (V. A *Revolução de Setembro*, 27.01.78).

<sup>271</sup> *O Progresso*, 25.01.78.



O regresso de Fontes ao poder encontra pois a feroz oposição dos progressistas, que não só denunciavam a “corrupção” e as “delapidações”<sup>272</sup> do chefe dos regeneradores – cujo aferro ao poder, na óptica daqueles, era comparável ao afinco de um naufrago que abraça a sua derradeira tábua de salvação – como também começam a atacar o próprio rei, falando sistematicamente em “poder pessoal”. Em 29 de Janeiro 1878, o dia da publicação dos decretos de nomeação dos novos ministros, arrancam oficialmente as “campanhas democráticas” contra D. Luís nas páginas do principal órgão do Partido Progressista, que declara terminantemente: “O *Progresso*, até resolução definitiva, deixa de ser órgão oficial do partido progressista, e representa apenas uma entidade particular. O partido progressista, que não tem actualmente objectivo dentro da legalidade constitucional, não pode ter também representação oficial jornalística dentro dela”<sup>273</sup>. À artilharia pesada do *Progresso* de Emídio Navarro veio desde logo juntar-se o bombardeamento intenso do *Diário Popular* de Mariano de Carvalho, outro dos *Jovens Turcos* do novo agrupamento político<sup>274</sup>. Num artigo violentíssimo publicado também em 29 de Janeiro de 1878, Mariano considera inclusivamente que “o sistema representativo está suspenso em Portugal” por obra e graça do rei D. Luís, acrescentando que “Estamos em pleno governo pessoal; governa o partido regenerador, cujo chefe é el-rei”<sup>275</sup>. Ou seja, a imprensa progressista caiu imediatamente em coro em cima do rei, o detentor do Poder Moderador enquanto “Chefe Supremo da Nação”, verberando durante meses a fio, com uma retórica perfumada de aromas republicanos, a desconsideração da Coroa pelo Partido Progressista.

Por seu lado, Fontes Pereira de Melo, interpelado pelos defensores do trono vergastado, respondia do alto da sua majestade olímpica que não lia jornais. Não obstante isso, Fontes acabaria por ser interpelado na Câmara Alta sobre a campanha difamatória de que D. Luís era alvo. Na sessão de 23 de Abril de 1878 da Câmara dos Pares, cujo espírito conservador foi estimulado pelos ataques de que o rei era alvo, o 3.º Conde de Linhares, camareiro de D. Luís, protestou veementemente contra os “ataques desvairados” dirigidos a Sua Majestade, acabando por declarar que “não podia acompanhar um governo que, embora se diga conservador, consente que a imprensa

---

<sup>272</sup> *O Progresso*, 21.04.78.

<sup>273</sup> *O Progresso*, 29.01.78.

<sup>274</sup> Emídio Navarro e Mariano de Carvalho foram inclusivamente tachados pela *Revolução de Setembro* de «Marats da Granja», numa clara alusão ao exaltado jacobino Jean Paul Marat (1743-1793), um dos símbolos da Revolução Francesa e um dos ídolos do povo parisiense juntamente com Robespierre.

<sup>275</sup> *O Diário Popular*, 29.01.78.

agrida quotidianamente o monarca”. Dito por outras palavras, D. Rodrigo de Sousa Coutinho estava implicitamente a desafiar o governo a decretar uma “lei das rolhas” à boa maneira dos velhos tempos do cabralismo<sup>276</sup>. Perante os excessos e vitupérios dirigidos contra o monarca, o 3.º Marquês da Sabugosa, que antes se tinha demitido do cargo de oficial-mor da Casa Real em protesto contra o exclusivismo de D. Luís, sentiu necessidade de abandonar em 19 de Março de 1878 a Comissão Executiva do Partido Progressista, “por divergências com os outros membros quanto ao modo como eram discutidos na imprensa os actos do Poder Moderador”<sup>277</sup>. Mas não se ficaram por aqui as baixas provocadas pelas “campanhas democráticas” contra D. Luís no seio do Partido Progressista. A 12 de Novembro de 1878, foi o par do reino Justino Máximo Baião Matoso que tornou público, numa carta aberta enviada ao *Diário de Notícias*, que “Por motivos que me são pessoais, e sem outras explicações, [...]; declaro, que me separei do partido progressista aonde me achava filiado desde Setembro de 1836 até hoje, sem que contudo esteja em desacordo com os seus princípios políticos, que na minha opinião serão os melhores a seguir nos interesses gerais do nosso país”<sup>278</sup>. Depois de romper publicamente com o Partido Progressista, Baião Matoso foi engrossar a lista de independentes com assento na Câmara dos Pares. Vem a propósito referir que mesmo na *House of Lords*, em meados da década de 1870, os “independentes genuínos eram raros”. Com efeito, “mais do que verdadeiros independentes, a grande maioria dos *cross-benchers* eram homens desafectos com o seu antigo partido”<sup>279</sup>.

A nomeação dos governos era uma prerrogativa exclusiva do rei que, de acordo com a alínea 5 do artigo 74.º da Carta Constitucional, exercia o Poder Moderador *Nomeando e demitindo livremente os ministros de estado*<sup>280</sup>. No entanto, a preferência do soberano pelos regeneradores era vista pelos progressistas como destinada a enfraquecer irremediavelmente um partido que, estando há demasiado tempo arredado do poder, se via impossibilitado de satisfazer a sua clientela política<sup>281</sup>. Como se isto

<sup>276</sup> V. BONIFÁCIO, 2002 a), pp. 169-178.

<sup>277</sup> V. *A Revolução de Setembro*, 23.03.78.

<sup>278</sup> *Diário de Notícias*, 15.11.78.

<sup>279</sup> SMITH, 1992, p. 157. A designação *cross-benchers* deriva do facto de no centro da Câmara, em frente ao trono, existir uma bancada; os lordes situacionistas sentam-se à sua direita, enquanto a oposição senta-se à esquerda; os lordes independentes, conhecidos como *cross-benchers* (entre-bancos), sentam-se frente à bancada.

<sup>280</sup> De facto, como qualquer governo ganhava sempre as eleições, já se sabia que só o rei, devido à sua prerrogativa constitucional de nomear e demitir livremente os ministros, podia provocar rotações no poder.

<sup>281</sup> A máquina do Estado funcionava, de facto, como uma coutada de uma oligarquia, a qual, para se manter no poder, necessitava de alimentar uma infindável clientela.

não bastasse, a idiossincrasia do Partido Progressista não facilitava a vida aos seus chefes, os quais, afastados da governação, tinham muito pouco que oferecer para manter unidas as várias correntes e as diferentes sensibilidades existentes no partido. Só assim se compreende a desenfreada investida do Partido Progressista contra a realeza, ainda por cima quando era o próprio Fontes Pereira de Melo a asseverar que tanto mais duradoura seria a sua permanência no poder, quanto mais radical o Partido Progressista se mostrasse.

Não obstante o desfasamento de mais de uma década entre os dois eventos, não deixa de ser evidente uma certa afinidade entre a situação política espanhola, de franca hegemonia conservadora e do Partido Moderado, anterior à revolução de 1868, e o contexto em que decorreram as “campanhas democráticas” contra D. Luís (1878-1879). Como salientou Raymond Carr, o “retraimento” ou boicote do Partido Progressista espanhol à política “exclusivista” da rainha Isabel II, ao qual se associaram depois o Partido Democrático e o Partido Republicano, “teoricamente foi um protesto contra a corrupção e a fraude eleitoral”, mas “na realidade era uma represália pela recusa de Isabel II em nomear um governo progressista”. Deste modo, o pecado político capital de Isabel II, segundo o historiador inglês, com a sua recusa em admitir os progressistas no poder, foi o de “submeter a fidelidade destes à dinastia a uma dura prova, acabando por empurrá-los para a revolução”<sup>282</sup>. Numa fase embrionária, passou-se algo muito semelhante com o partido de José Luciano de Castro, que travou também um duro braço de ferro com o soberano, ameaçando-o igualmente com o espectro da revolução.

Ostracizar um partido monárquico do poder era empurrá-lo para fora do regime, neste caso para os braços do republicanismo, uma torrente impetuosa que começava a corroer lenta mas inexoravelmente os alicerces da Monarquia, com quem os progressistas viviam então uma anómala lua-de-mel<sup>283</sup>. No entanto, a lição que D. Luís retirou da revolução anti-dinástica em Espanha, onde “O favoritismo real produziu uma

---

<sup>282</sup> CARR, 2000, p. 284.

<sup>283</sup> A cooperação entre algumas franjas progressistas e os republicanos foi fortalecida por uma série de comícios conjuntos realizados em Lisboa e no Porto. A existência de diversas tendências no interior do Partido Progressista ficou de resto patente na votação do projecto de redução da dotação da família real apresentado pelo deputado republicano Rodrigues de Freitas, cuja candidatura tinha sido discretamente patrocinada pelo Partido Progressista. De acordo com o *Diário de Notícias*, «Votaram a admissão do projecto seis deputados, sendo o seu autor e os srs. Adriano Machado, Mariano de Carvalho, Saraiva de Carvalho [todos destacados membros da comissão executiva do Partido Progressista], Alexandre Lobo e Francisco de Albuquerque. Rejeitaram a admissão 63, entre eles os srs. Braamcamp, Navarro, Laranjo, Góis Pinto, Pereira Caldas, Pires de Lima, Barros e Cunha, Montenegro e todos os membros da maioria e os constituintes presentes» (V. *Diário de Notícias*, 27.04.79).

coalizão revolucionária de políticos excluídos”<sup>284</sup>, serviu-lhe de exemplo. Seguindo os conselhos de Fontes, em 1 de Junho de 1879, mais ou menos por altura da inauguração da Avenida D. Carlos, às Cortes, D. Luís convidava finalmente o sorumbático Anselmo José Braamcamp a formar governo. Os progressistas pensaram que lhes tinha saído a sorte grande, mas afinal era o começo de uma descida aos infernos.

Costuma dizer-se que um mal nunca vem só, mas a veracidade do dito peca por excesso no que concerne à primeira experiência governativa do Partido Progressista. A primeira fase da governação progressista que, grosso modo, corresponde ao arco temporal que vai desde a tomada de posse até ao fim da sessão legislativa de 1880, foi dominada principalmente pela melindrosa situação do tesouro, a qual absorveu quase toda a atenção e energia do governo<sup>285</sup>. Numa fase posterior, depois de votadas as medidas de maior alcance económico, quando o ministério já desfrutava de algum desafogo financeiro, proveniente sobretudo de um avultado empréstimo de 19.000 contos, do qual precisava “como de pão para a boca”<sup>286</sup>, foi a vez da Câmara Alta, na sequência da tumultuosa onda de contestação que vinha da rua, desenterrar o velho machado de guerra e enveredar por uma linha política de oposição sistemática face ao executivo<sup>287</sup>. Como teremos oportunidade de comprovar já a seguir, a Câmara dos Pares não só seria um dos vértices do descabro da primeira governação progressista como ainda acabaria por lhe vibrar o golpe de misericórdia na memorável sessão de 21 de Março de 1881.

---

<sup>284</sup> VARELA ORTEGA, 2001, p. 28.

<sup>285</sup> O *Diário Popular* de 23.09.80 corrobora, de resto, plenamente esta tese: «convém notar que o partido progressista se viu obrigado pela dureza das circunstâncias a dedicar principalmente a sua atenção durante a sessão parlamentar finda à questão da fazenda».

<sup>286</sup> A expressão é do próprio presidente do conselho (V. Carta de 15.10.80 de Anselmo José Braamcamp a Fausto de Queirós Guedes, 2.º Visconde de Valmor, Reservados da BNL, caixa 142, documento 6).

<sup>287</sup> O facciosismo acintoso que emergiu então na Câmara dos Pares pode resumir-se fielmente no desabafo de José Luciano de Castro proferido na sessão de 16 de Março de 1881: «agora, finalmente, que há dinheiro, intimam-nos a que nos retiremos» (DCP, sessão de 16.03.81, p. 288).

## 6. O “Triângulo das Bermudas” do primeiro governo progressista:

### 6.1. O imposto sobre o rendimento, o tratado de Lourenço Marques e a fornada de 7 de Janeiro de 1881

Expurgado de republicanismo e com uma imensa corrente de opinião favorável, o Partido Progressista saboreou finalmente o primeiro momento glorioso da sua curta mas conturbada existência. A 1 de Junho de 1879, quase três anos após o Pacto da Granja, assumia pela primeira vez a condução dos desígnios nacionais um ministério do Partido Progressista presidido por Anselmo José Braamcamp, o qual acumulava ainda a pasta dos Negócios Estrangeiros. O restante elenco governativo era constituído por José Luciano de Castro (Ministério do Reino), Adriano Machado (Ministério da Justiça e Negócios Eclesiásticos), Henrique de Barros Gomes (Ministério da Fazenda), João Crisóstomo de Abreu (Ministério da Guerra), 3.º Marquês de Sabugosa (Ministério da Marinha e Ultramar) e Augusto Saraiva de Carvalho (Ministério das Obras Públicas).

Poder-se-á dizer que se tratava de um ministério que não atendia a todas as sensibilidades políticas existentes no partido, mas ainda assim era um gabinete maioritariamente constituído por homens de passado histórico com larga experiência política, os quais faziam a simbiose com indivíduos menos experientes de passado reformista. Nele debutava um jovem político, Henrique de Barros Gomes, o benjamim do partido, que passou da tranquila direcção do Banco de Portugal para a incómoda direcção das finanças governativas, enquanto o sexagenário Braamcamp, apesar da autoridade conferida pelos seus respeitáveis cabelos brancos, era ainda assim um chefe discreto e de “coração murcho” que assumia pela primeira vez a liderança de um ministério. De entre as ausências mais notadas destacavam-se principalmente o Bispo de Viseu, um dos expoentes da esquerda liberal que formava com Anselmo Braamcamp o duunvirato que presidia à Comissão Executiva do partido, e a famosa dupla de redactores constituída por Mariano de Carvalho e Emídio Navarro. No fundo, a exclusão do governo foi o preço que os dois agressivos jornalistas, “tão vigorosos de talento como escassos de justiça”<sup>288</sup>, tiveram que pagar pelos insultos dirigidos a D. Luís durante as “campanhas democráticas”<sup>289</sup>.

---

<sup>288</sup> NORONHA, 1928, pp. 15-16.

<sup>289</sup> Em 05.06.79, o *Diário da Manhã* lamentava assim a exclusão do primeiro do elenco governativo: «parece-nos que se iludiu o sr. Mariano de Carvalho querendo como que assumir a responsabilidade da

Embora acalentado por uma enorme massa popular que o Partido Progressista seduzira com as suas insinuantes promessas, o novo governo herdou uma situação extremamente delicada de gerir já que, em princípio, não podia contar com a confiança política de nenhuma das câmaras legislativas. Na Câmara dos Pares a oposição ainda se despojou de facciosismo, mas depois de os novos ministros terem sido recepcionados na ponta das baionetas na Câmara dos Deputados, onde a oposição regeneradora teve rédea solta<sup>290</sup>, a realização de novas eleições gerais tornou-se de facto impreterível. O objectivo dos regeneradores era óbvio: provocar a incompatibilização imediata entre a câmara electiva e o ministério e, por conseguinte, a dissolução da Câmara dos Deputados e a convocação de eleições. O Partido Regenerador esperava fazer prevalecer a vasta teia de dependentes e os postos-chave que ainda detinha nos vários níveis da administração após uma longa permanência no poder e assim assegurar uma larga representação parlamentar. Na leitura que Luciano de Castro fazia dos factos, o plano regenerador tinha uma explicação muito simples. Segundo o ministro do Reino, “Como se confia[va] que num prazo breve não haver[ia] tempo de desmontar a máquina administrativa, por isso se levantou o conflito com urgência, à pressa, no primeiro momento, contando-se com a resolução imediata da crise, e com as novas eleições dentro de um curto período”<sup>291</sup>.

O governo não caiu no logro urdido pela oposição<sup>292</sup>. Para frustração desta, os progressistas só solicitaram a dissolução da Câmara dos Deputados no final da sessão

---

luta aspérrima que o seu partido travou com a coroa. *Essa responsabilidade cabe a todos os seus correligionários, e dizemo-lo afoitamente porque sabemos que nenhum deles a declina.* Foi pois uma pena que ficasse de fora». Conta-se que a primeira vez que Mariano de Carvalho foi ao Paço a despacho, na qualidade de ministro, D. Luís obrigou-o a estar durante duas horas a ouvir um recital de violoncelo, consumando assim subtilmente a sua vingança (V. CARVALHO, 1946, pp. 36-37).

<sup>290</sup> O novo governo foi recebido na Câmara dos Deputados por uma moção de desconfiança da lavra do deputado Lopo Vaz de Sampaio e Melo, um regenerador que nunca foi um ortodoxo desta nem de nenhuma direcção do partido, a qual rezava o seguinte: «A câmara, resolvendo não recusar ao governo os meios constitucionais de governar, que forem absolutamente indispensáveis, afirma que ele não lhe inspira confiança política, e passa à ordem do dia» (V. DCD, sessão de 02.06.79, p. 1946). Na sequência da aprovação desta moção por 75 votos contra 29, o ministério já não se atreveu a solicitar a aprovação do orçamento apresentado pelo executivo anterior, substituindo-o imediatamente por uma lei de meios, a qual estava muito mais em sintonia com a primeira parte da moção, na qual se declarava que a câmara só daria ao governo os meios estritamente necessários para governar constitucionalmente (V. DCD, sessão de 04.06.79, pp. 1962-1963).

<sup>291</sup> DCD, sessão de 02.06.79, p. 1956.

<sup>292</sup> Segundo o órgão oficial do Partido Regenerador, «A mais simples noção do decoro político deveria ter obrigado [o governo] a não viver nem um dia com o parlamento que se lhe declarara hostil, e a solicitar, sem detença, do poder moderador a solução constitucional da crise declarada» (*A Revolução de Setembro*, 15.08.79).

legislativa<sup>293</sup>, aproveitando entretanto o ensejo para olear com todo o esmero a sua emperrada máquina eleitoral<sup>294</sup>. Sob a batuta de Luciano de Castro, o governo não esteve com meias medidas. Foi efectuada uma limpeza geral nos quadros da administração central e local, ao passo que o país foi inundado de funcionários da sua confiança política<sup>295</sup>. Os resultados das eleições de 19 de Outubro de 1879 traduziram-se, inevitavelmente, numa folgada vitória dos progressistas, que só deixaram à oposição 32 deputados, dos quais 21 aos regeneradores<sup>296</sup>. Segundo Júlio de Vilhena, nestas eleições realizadas sob a égide progressista, o regenerador Lopo Vaz, “perseguido a tiro, arrancou o seu diploma por um círculo de Vila Real [...] mas Tomás Ribeiro, deputado por um círculo do norte [Mogadouro], só pode vir à Câmara numa eleição suplementar”<sup>297</sup>. O próprio Tomás Ribeiro admitiu que “era o único dos ministros demissionários que tinha lugar na câmara dos senhores deputados, e para lá entrar foi preciso que um círculo, onde não tinha nem parente nem aderente, me elegeisse em

<sup>293</sup> O decreto que dissolveu a Câmara dos Deputados é de 28.08.79, enquanto as eleições gerais foram agendadas para 19.10.79.

<sup>294</sup> Um dos grandes financiadores do Partido Progressista era Fausto de Queirós Guedes, 2.º visconde de Valmor e amigo íntimo de José Luciano de Castro e de Anselmo José Braamcamp, pese embora as más-línguas murmurarem que aquilo que lhes interessava no distinto mecenas, fundador do conhecido prémio de arquitectura, ainda hoje o mais famoso do país, era menos a sua filosofia progressista e mais a sua fortuna à qual, verdadeiro saco roto, o partido recorria amiúde para lubrificar as suas campanhas eleitorais. A título de exemplo podemos indicar duas cartas enviadas por Anselmo José Braamcamp ao 2.º Visconde de Valmor: uma em 10.07.81, solicitando-lhe «fundos necessários para as eleições de Lisboa» (Reservados da BNL, Caixa 142, Documento 10); e outra em 29.08.81, agradecendo-lhe o atendimento do pedido e o envio de «uma quantia valiosa para despesas eleitorais» (Reservados da BNL, Caixa 142, Documento 11). Como recompensa, quando o Partido Progressista ascendeu ao poder, Fausto de Queirós Guedes foi lisonjeado com várias distinções, sendo nomeado par do reino, governador civil de Lisboa e embaixador em Viena, embora não necessariamente por esta ordem. Porém, «Se na Câmara dos Deputados ainda a sua voz foi ouvida no plenário, já como par do Reino limitou-se a integrar as comissões de Negócios Estrangeiros, de Administração Pública e de Paz e Arbitragem, sem nunca ter proferido qualquer intervenção no hemiciclo» (MÓNICA (dir.), 2005, Volume II, p. 373). Outro grande mecenas do partido era o opulento capitalista lisboeta e antigo negociante do contrato do tabaco José Ribeiro da Cunha. Em 19.09.83, um dia depois da sua morte, *O Diário Popular* – jornal surgido em 1866, que se tornaria porta-voz do Partido Reformista e mais tarde das posições de Mariano de Carvalho no seio do Partido Progressista – confessava que «Em mais de uma ocasião José Ribeiro da Cunha foi instado para aceitar candidaturas a deputado, e em 1879 foi-lhe oferecido o pariato. Mas sempre se recusou a aproveitar daqueles testemunhos de consideração dos seus amigos políticos». Havia ainda outros financiadores como Tavares Proença, um conhecido cacique progressista albicastrense, que «Todos os anos contribuía para o partido com 100\$000 e 25 assinaturas do *Correio da Noite*, jornal progressista de Lisboa. A sua generosidade podia subir em momentos fulcrais. Em 1897, por exemplo, deu 500\$000 para financiar a campanha eleitoral. Além disso, entre 1884 e 1893, Proença ainda pagou as despesas de *O Correio da Beira*, semanário progressista de Castelo Branco. Em contrapartida, sempre que os progressistas estavam no Poder, a chefia de Lisboa do partido consultava-o sobre todas as nomeações de funcionários para o distrito» (RAMOS, 1994, Volume VI, p. 116).

<sup>295</sup> As listas de despachos administrativos vêm publicadas no *Progresso* de 5, 6, 15, 20, 22 e 27 de Junho e de 4, 6, 12, 18 e 24 de Julho de 1879. Ver também DCP, sessão de 12.02.79, pp. 220-221.

<sup>296</sup> ALMEIDA, 1991, p. 162 e MALTEZ, 2004, Volume I, p. 434.

<sup>297</sup> VILHENA, 1916, Volume I, p. 59.

eleição suplementar”<sup>298</sup>. Como era da praxe, a dissolução da Câmara dos Deputados e a realização de eleições foi acompanhada de uma “fornada” pois, maioritários nas duas câmaras parlamentares, os governos sentiam uma confiança redobrada para levar a cabo a sua difícil e exigente missão<sup>299</sup>. Daí que o governo progressista não tivesse perdido tempo em solicitar a D. Luís, que ao contrário do seu falecido irmão D. Pedro V não era nada avarento na concessão de “fornadas”<sup>300</sup>, a nomeação de 26 novos pares do reino<sup>301</sup>. E isso foi apenas o princípio da história.

Mas o novo ministério ainda tinha mais surpresas desagradáveis à sua espera pois os regeneradores legaram aos seus sucessores um presente envenenado. Refiro-me como é óbvio ao tratado de Lourenço Marques, muito discretamente assinado pelo ministro Andrade Corvo em 30 de Maio de 1879<sup>302</sup>, exactamente no dia em que o governo regenerador pediu a demissão<sup>303</sup>. Por essa e outras razões que veremos adiante, o acordo (sujeito a ratificação) foi muito mal recebido, provocando uma onda de contestação no país. Podemos mesmo dizer que o tratado luso-britânico foi um verdadeiro baptismo de fogo para a diplomacia progressista, nomeadamente para o novo ministro dos Negócios Estrangeiros que, sem saber muito bem como, ficou com esta “bomba diplomática” nas mãos<sup>304</sup>. O sigilo que rodeou a assinatura do tratado foi de tal ordem que, de acordo com Oliveira Martins, “Só tempos depois de instalado na sua repartição, o novo secretário de Estado teve conhecimento desse funesto documento por

<sup>298</sup> DCP, sessão de 09.03.85, p. 107. Ora, nas eleições de 21 de Agosto de 1881, realizadas sob a égide dos regeneradores, foi a vez de estes desforrarem-se com juro, não se coibindo também de fazer uma diligente aplicação do enorme arsenal de recursos que tinham à sua disposição para impedir Anselmo José Braamcamp de entrar no Parlamento.

<sup>299</sup> De facto, a confiança da coroa era geralmente medida pelo uso da prerrogativa régia, sob a forma da dissolução da Câmara dos Deputados ou da nomeação de pares.

<sup>300</sup> Como já foi referido, o governo da Regeneração, presidido por Saldanha, soçobrou em 1856 por causa de D. Pedro V lhe ter recusado uma «fornada». O jovem monarca mencionou inclusivamente numa epístola ao seu tio Alberto, marido da rainha Vitória, que a nomeação de pares era «uma das mais nefastas resoluções» (MÓNICA (org.), 2000, p. 118). Sobre as conhecidas reservas de D. Pedro V relativamente à nomeação de pares do reino consultar também: VILHENA, 1922, Suplemento, pp. 38-50.

<sup>301</sup> Segundo as gazetas afectas ao ministério, o Conde de Valbom foi o único conselheiro de Estado a votar contra a primeira «fornada» de pares indicados pelo governo progressista (V. *O Diário Popular*, 08.01.80).

<sup>302</sup> A assinatura desta convenção inseria-se num plano falhado de aproximação luso-britânica bosquejado pelo ministro Andrade Corvo (V. ALEXANDRE, 1979, Volume III, p. 178 e CORVO, 1883, Volume I, pp. 36-42).

<sup>303</sup> Segundo Andrade Corvo, «O ministro da Inglaterra chegou a Lisboa nas vésperas da queda do ministério, mas este não havia pedido a demissão, e eu não podia recusar-me como negociador, a assinar o tratado sem praticar um acto de descortesia» (V. DCP, sessão de 31.05.81).

<sup>304</sup> Alguns dos pontos mais polémicos do tratado diziam respeito à construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques à região do Transvaal anexada recentemente pela Inglaterra; ao desembarque e livre trânsito de tropas britânicas no estratégico porto moçambicano, um dos mais importantes da costa oriental africana e um natural interposto do comércio *boer*; e ao direito de vistoria e inspecção dos cruzadores ingleses aos navios nacionais em águas de jurisdição portuguesa (V. COSTA, 1998, pp. 50-51).



via de um jornal estrangeiro!”<sup>305</sup>. O que é um facto é que o tratado de Lourenço Marques acabou por ser assumido pelo governo de Braamcamp que, numa tentativa de dar uma feição mais benévola às cores nacionais, acordou com o seu homólogo britânico a sua revisão, da qual resultaria a assinatura de um artigo adicional e de um protocolo em 31 de Dezembro de 1880<sup>306</sup>. Mal sabia o governo que, ao tomar a iniciativa de rectificar o tratado, estava a cavar a sua própria sepultura<sup>307</sup>. Com efeito, os regeneradores não só se livraram do ónus do polémico tratado, como ainda obtiveram carta-branca para se colocarem ao lado da esmagadora maioria da opinião pública sem beliscar a competência política do ex-ministro Andrade Corvo, o artífice do convénio<sup>308</sup>. Embora se tratasse, em princípio, de uma questão supra-partidária e de um desígnio nacional, o certo é que, devido à intoxicante propaganda republicana criada em seu redor, o tratado transferiu-se do plano dos princípios da política externa para o plano dos interesses partidários, transformando-se no grande cavalo de batalha dos partidos da oposição monárquica e republicana no ataque ao governo<sup>309</sup>. Mas sobre o Tratado de Lourenço Marques podemos dizer que ainda a procissão ia no adro.

Ao invés do que seria de esperar, não foram os regeneradores a abrir as hostilidades no rescaldo do desaire eleitoral de 19 de Outubro. Esta missão estaria a cargo de Vaz Preto que, na sessão de 24 de Fevereiro de 1880, anunciou na Câmara dos Pares uma interpelação ao ministro do Reino, tendo por objecto as “práticas ilícitas”, a “imensa corrupção” e a “perseguição escandalosa” que o governo moveu ao seu partido, o Constituinte, no distrito de Castelo Branco<sup>310</sup>, a qual foi logo agendada para a ordem do dia da sessão seguinte (25 de Fevereiro). O estilo acintoso das acusações dirigidas ao governo e, em particular, a Luciano de Castro<sup>311</sup>, que não lhe ficou atrás em excessos<sup>312</sup>,

<sup>305</sup> MARTINS, 1887, pp. 59-60.

<sup>306</sup> Algumas cláusulas do tratado correspondiam na prática a uma alienação da soberania portuguesa. Essas cláusulas acabariam por ser objecto de alterações: da perpetuidade das concessões passou-se para um prazo de doze anos; o policiamento dos navios britânicos só seria admitido quando levassem a bordo um oficial da marinha portuguesa; e as isenções aduaneiras cessariam logo que estivesse amortizado o capital investido nas obras do caminho-de-ferro (V. Diário do Governo de 12.01.81, pp. 108-109).

<sup>307</sup> Como não podia deixar de ser, logo que Anselmo Braamcamp apresentou ao Parlamento o famoso tratado, levantou-se ali uma verdadeira tempestade de protestos.

<sup>308</sup> Maria Filomena Mónica refere que «os Regeneradores se comportavam despudoradamente na questão de Lourenço Marques, renegando o que tinham proposto» (MÓNICA, 1999, p. 137). Em rigor, o governo progressista foi sobretudo vítima da *unha-preta* regeneradora que, de uma forma maquiavélica, criticava a languidez governativa no Parlamento e, simultaneamente, emparelhava com os republicanos na promoção da desordem nas ruas.

<sup>309</sup> V. SANTA-RITA, 1957.

<sup>310</sup> DCP, sessão de 24.02.80, p. 83 e segs.

<sup>311</sup> Nem as autoridades judiciais ficaram imunes às exprobrações de Vaz Preto que asseverou que «Diferentes participações se fizeram para o juiz de Direito, supondo que ele seria imparcial, infelizmente,

dizendo de Vaz Preto coisas que Mafoma não diria do toucinho, estiveram na génese do célebre duelo entre Vaz Preto e Emídio Navarro, depois de este articulista lhe ter respondido à letra no jornal *O Progresso* com sua pena incisiva<sup>313</sup>. Numa linguagem metafórica, poderíamos dizer que o temperamental Vaz Preto, em vez de ir para o duelo parlamentar empunhando o flexível florete com que se esgrime nas lutas da palavra, resolveu arrancar da sua panóplia a pesada espada de combate, avançando para o mais radical dos desagravos, animado do desejo de vencer ou morrer<sup>314</sup>. De qualquer modo, este não seria o primeiro nem o último incidente parlamentar resolvido à espada ou com trocas de tiros<sup>315</sup>. De facto, as violentas discussões parlamentares por vezes extravasavam do hemiciclo para os arrabaldes da capital, e muitos foram os políticos que recorreram aos duelos para resolver conflitos.

Esta perigosa experiência não serviu de emenda a Vaz Preto. O truculento beirão era, em suma, como hoje se diria, um homem de pêlo na venta. Com efeito, por altura

---

amigo político do sr. José Luciano prestou-se aos seus desejos». Estas e outras acusações proferidas por Vaz Preto na câmara hereditária motivaram uma veemente refutação por parte do magistrado visado (V. Carta do Dr. Alexandre Meireles de Távora do Canto e Castro, Juiz de Direito de Idanha-a-Nova, ao Exm.º Sr. Manuel Vaz Preto Gerales, Digno Par do Reino, 1880).

<sup>312</sup> Entre variadíssimas verrinas, o ministro do Reino dirigiu-lhe a seguinte acusação: «o digno par não vê em mim senão más qualidades, mas provavelmente só as vê depois que entendeu separar-se do governo. Antes disso estava sempre na ante-sala do meu gabinete; e era sempre para pedir demissões» (V. DCP, sessão de 25.02.80).

<sup>313</sup> V. *O Progresso* de 26.02.80 e 27.02.80. Para gáudio dos seus correligionários, Emídio Navarro desancou forte e feio em Vaz Preto que, como se costuma dizer, teve de ouvir das boas. Na opinião daquele, «Meia dúzia de oradores do género Vaz Preto davam cabo do sistema parlamentar». Para além disso, Navarro também acusou Vaz Preto de ser um «odre de má criação».

<sup>314</sup> O duelo entre Vaz Preto e Emídio Navarro causou bastante alarido sendo, por isso, um dos assuntos predilectos das crónicas jornalísticas e um dos temas de conversa dos frequentadores do *Passeio Público*. A notoriedade dos duelistas e a célere repercussão do evento, que correu à boca cheia pelas ruas de Lisboa, dificultou-lhes bastante a imperiosa tarefa de iludir as autoridades policiais. Segundo o relato do *Diário de Notícias*, «Como a polícia, há três dias, vigiava activamente os contendores, os padrinhos e os médicos embarcaram em diferentes cais e a diversas horas para um vapor que estava no Tejo de propósito para os conduzir ao outro lado do rio» (V. *Diário de Notícias*, 03.03.80.). Como se depreende deste pequeno trecho, o duelo teve lugar na margem sul – segundo Eduardo de Noronha o combate ocorreu no «dia 2 de Março em Cacilhas» – e obedeceu a certas regras, tendo inclusivamente sido lavradas actas. «O duelo começou às 4 e 20 da tarde», e depois de vários assaltos e algumas interrupções para os esgrimistas receberem assistência, o combate foi dado como terminado. «Eram 5 horas e 5 minutos da tarde». Durou portanto 45 minutos, tendo terminado logo após Emídio Navarro ter sido ferido com «dois golpes» no braço direito que «importavam impossibilidade absoluta de continuar a bater-se» (V. *O Progresso*, 03.03.80). Havia sangue, a honra estava lavada e o duelo, segundo as regras, tinha se ser imediatamente interrompido (V. NORONHA, 1913, pp. 79-82).

<sup>315</sup> Para mais pormenores relativos ao duelo mortal entre Miguel de Sá Nogueira, sobrinho do velho deputado ofendido António Cabral de Sá Nogueira, e o deputado José Júlio de Oliveira Pinto, ocorrido em 29 de Março de 1867, consultar: MARTINS, 1959, Volume V, pp. 29-36; NOBRE, 2004, pp. 35-47 e NORONHA, 1909, pp. 428-440. Segundo Eduardo de Noronha, «Quando o poder judicial tentou instaurar processo contra as testemunhas do duelo, o que só podia fazer com licença das Câmaras, pois duas testemunhas, José Paulino [de Sá Carneiro] e Camilo de Almeida [Carvalho] eram deputados, e [Eduardo] Montufar Barreiros, par do reino, a Câmara dos Deputados negou essa licença por cinquenta e cinco votos contra quarenta e dois, e a Câmara dos Pares concedeu-a por trinta e cinco votos contra cinco» (NORONHA, 1909, p. 440).

da discussão do projecto de resposta ao discurso da coroa de 1881, o hemiciclo voltou a ser palco de outro acalorado debate e de mais algumas trocas de mimos entre Luciano de Castro e Vaz Preto, o qual voltou novamente à carga com as decantadas “manigâncias eleitorais” do governo. Nessa ocasião, no seu jeito arrebatado que o impelia a falar demais, Vaz Preto disse alto e bom som que “as asserções do sr. ministro do reino, a quem por dignidade de mim próprio não me posso dirigir, não têm valor algum”<sup>316</sup>. A relação de cortar à faca entre Vaz Preto e José Luciano de Castro ainda estava para durar mas, de acordo com António Cabral, acabaria por se desvanecer com o passar dos anos. Nas suas *Memórias Políticas*, este “marechal” progressista dá-nos conta que, em 1898, o influente cacique de Castelo Branco, “tendo-se reconciliado com José Luciano, apoiava, politicamente, o ministério de que este era chefe”<sup>317</sup>.

Como já foi referido no final do capítulo anterior, o combate ao défice e o saneamento financeiro foram as primeiras grandes preocupações do ministério progressista. Nesse sentido, depois de apresentar uma proposta de arrematação do imposto do real de água<sup>318</sup>, o ministro Barros Gomes, seguindo de uma certa forma a máxima de Fontes de “que o país podia e devia pagar mais”<sup>319</sup>, apresentou em Janeiro de 1880 uma proposta de lei relativa ao imposto sobre os rendimentos<sup>320</sup> que, para o efeito, era dividido em cinco classes<sup>321</sup>. As principais novidades da proposta do governo eram basicamente duas: por um lado, o facto de o novo imposto incidir sobre os títulos da dívida pública, uma medida no mínimo surpreendente uma vez que o governo estava prestes a contrair um avultado empréstimo<sup>322</sup>, com o qual ia mais uma vez “regar o país

<sup>316</sup> V. DCP, sessões de 01.02.81 e 12.02.81, pp. 65-67 e 156, respectivamente.

<sup>317</sup> CABRAL, 1929, p. 349.

<sup>318</sup> Depois de um porfiado debate, o imposto do real de água, que o governo pretendia arrematar às câmaras municipais ao invés da oposição que pretendia que a cobrança do imposto continuasse a cargo do Estado, foi aprovado na generalidade pelos pares do reino em 06.03.80 por 48 votos contra 38 (V. Anexos, pp. 342-354). Segundo a *Revolução de Setembro* de 07.03.80, «A surpresa do dia foi a da entrada na sala do patriarca encostado a um fâmulos e a um contínuo da câmara que o puxaram para a sua cadeira, onde o deixaram sentado!»

<sup>319</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 272.

<sup>320</sup> Importa referir que o imposto sobre o rendimento era um imposto directo tal como a contribuição predial, industrial e de renda, ou o imposto de viação; os impostos indirectos eram os que incidiam quer sobre os direitos de importação e de exportação, quer sobre o consumo, os cereais, o tabaco e a água, os quais eram colectados pelo sistema de arrematação, isto é, não directamente pelo Estado, mas por intermédio de particulares. Importa ainda dizer que, nas décadas de 1870 e 1880, os impostos indirectos representavam cerca de metade do total das receitas previstas no orçamento de Estado.

<sup>321</sup> No artigo 2.º do projecto os rendimentos dos contribuintes eram agrupados em classes conforme resultassem: de aplicação de capitais (A); de exercício de algum emprego (B); de propriedade imobiliária (C); de comércio e indústria (D); de qualquer proveniência, quando não produzidos, mas desfrutados no continente e nas ilhas adjacentes (E).

<sup>322</sup> Em 12.01.81, o *Diário de Notícias* anunciou as «bases do grande empréstimo ultimamente contraído [pelo governo português] com o sindicato do sr. Henry Burnay», onde se dizia expressamente que «Os

com libras”; por outro lado, eram também abrangidos pelo imposto os rendimentos produzidos fora do país que ficavam assim sujeitos a uma dupla taxa de tributação. Ora, uma medida desta natureza afectaria sobretudo as remessas de capitais dos emigrantes brasileiros. Sem querer, o governo conseguiu cometer a proeza de ficar malquisto por todos. Além de provocar sofrimento nos pobres, mau estar nas classes remediadas e descontentamento nos ricos, a medida do governo suscitou uma apreciável série de tumultuosos *meetings* e um mar de extensas representações, dirigidas por alguns grupos de pressão à Câmara dos Pares, pedindo a abolição do imposto<sup>323</sup>. Para desespero das suas bases, os progressistas refugiavam-se no crónico “drama dos cifrões”, isto é nas questões financeiras e na conjuntura económica, para afastarem o debate das reformas políticas que, de acordo com a retórica governamental, só seriam uma realidade lá para as *calendas gregas*<sup>324</sup>. Houve até quem dissesse que os homens que se diziam os guardiães do legado do “partido popular” que, na década de 1860, tinha perseguido impiedosamente as irmãs de caridade e os padres lazaristas franceses e sido responsável pela abolição dos vínculos e pela extinção do monopólio do tabaco, já nem pareciam mais os mesmos de tão transfigurados que estavam em termos políticos.

A reacção do pariato à criação do novo imposto não se fez esperar. Um coro de vozes imediatamente se ergueu a impugnar o projecto aprovado em 14 de Maio de 1880 pelos deputados, por uns expressivos 89 votos contra 20. Entre as vozes dissonantes estavam os Condes de Rio Maior e de Valbom<sup>325</sup> e o inevitável Vaz Preto, que costumavam agir por conta própria fazendo oposição a solo, aos quais se juntaram também Fontes Pereira de Melo e os seus “amigos políticos”. As desinteligências começaram a lavrar logo no seio da comissão de Fazenda já que Gonçalves Mamede assinou o parecer com declaração (sinónimo de que tinha reservas em relação ao projecto) e Serpa Pimentel vencido em parte. Apesar de se tratar de um escrutínio

---

títulos do empréstimo serão isentos de qualquer imposto no país ou no estrangeiro, exceptuando o de rendimento em Portugal».

<sup>323</sup> O enfado dos grupos de pressão foi enorme. De uma só vez, Fontes enviou para a mesa da presidência da Câmara dos Pares um rol de representações contra o novo imposto que, ao todo, continham mais de 9000 assinaturas. Por seu turno, os comerciantes de norte a sul do país, em sinal de protesto, decidiram fechar as portas dos seus estabelecimentos em 04.02.81 (*Diário de Notícias*, 05.02.81).

<sup>324</sup> Ver as justificações de José Luciano de Castro e de Anselmo Braamcamp proferidas na Câmara Alta sobre este assunto (DCP, sessão de 04.06.79, p. 439 e sessão de 09.02.81, p.135, respectivamente).

<sup>325</sup> *O Progresso* não perdoou a perfídia de Lobo de Ávila afirmando sem rebuços que «O chefe da antiga *unha-preta*, o ministro da guerra de 19 de Maio, o autor e responsável de todos os infortúnios do partido histórico, o desertor, que deixou os seus correligionários na adversidade para receber dos seus adversários o título de conde, o pariato, e o lugar de ministro em Madrid, ousa vir em pleno parlamento exprobrar aos seus antigos amigos o crime da sua honrada coerência, e da inflexível lealdade com que serviram e defenderam os seus princípios na oposição e no governo» (*O Progresso*, 29.02.80).

renhido, não nos é possível apresentar o resultado da votação na generalidade e muito menos o sentido de voto dos pares presentes, uma vez que o *Diário das Sessões* de 3 de Junho de 1880 é omissivo a esse respeito. Sabemos, no entanto, que Couto Monteiro, um par regenerador, apresentou uma emenda com vista a que os títulos da dívida pública continuassem isentos de qualquer dedução<sup>326</sup>, a qual foi rejeitada por 39 votos contra 27, tendo votado com o governo os três bispos presentes (Bispo de Viseu, Arcebispo de Évora e Bispo eleito do Algarve) e todos os pares recém-nomeados, inclusive os pares afectos ao Duque de Ávila<sup>327</sup>. No entanto, as tréguas entre os avilistas e o governo estavam com os dias contados<sup>328</sup>.

Apesar de ter obtido uma importante vitória<sup>329</sup>, o governo não podia embandeirar em arco pois era do domínio público que “a situação t[inha] vivido pela complacência do sr. Fontes e dos seus amigos na câmara dos pares”<sup>330</sup>. Com efeito, não eram só os regeneradores que perfilhavam esta opinião, pois o depoimento de Carlos Bento, de que muitos pares, “para não darem uma demonstração de hostilidade política, abstiveram-se várias vezes de votar”<sup>331</sup>, era também sobejamente revelador da precariedade do governo na Câmara Alta<sup>332</sup>. Um facto que na verdade se repetia regularmente com todos os ministérios, independentemente da sua coloração partidária, e que o presente estudo se propõe precisamente explicar. Ora, para não viver mais de

<sup>326</sup> Este foi o único ponto do projecto de lei que Fontes e os pares regeneradores não votaram favoravelmente na especialidade.

<sup>327</sup> De acordo com *A Revolução de Setembro*, entre os 79 pares que estiveram presentes na sessão de 03.06.80 mas que não participaram na votação final do projecto contavam-se os Marqueses de Ficalho e Valada; os Condes de Gouveia, Lousã e Rio Maior; Visconde de Soares Franco; Agostinho de Ornelas, Melo e Carvalho, Barjona de Freitas, Augusto Palmeirim, Andrade Corvo, Reis e Vasconcelos e Marino Franzini. Ou seja, ao todo foram 8 os regeneradores que se abstiveram de votar (Marquês de Ficalho, Condes de Gouveia e Lousã, Visconde de Soares Franco, Agostinho de Ornelas, Barjona de Freitas, Augusto Palmeirim e Andrade Corvo, além do Conde de Rio Maior que era contra o projecto). Isto significa que, caso estes pares tivessem participado no escrutínio, teria sido uma votação disputada taco a taco. Um facto que vem corroborar a ideia, difundida pela imprensa regeneradora, de que foi a complacência de Fontes, autorizando que alguns dos seus amigos políticos se refugassem nos bastidores, que fez passar o imposto sobre o rendimento (V. *A Revolução de Setembro* de 8, 13, 14 e 15 de Junho de 1880).

<sup>328</sup> Segundo José Miguel Sardica, «A ideia de que os regeneradores andavam a fazer a corte ao Duque vinha sendo veiculada pelo *Diário Popular* desde Dezembro de 1880» (SARDICA, 2005 a), p. 562).

<sup>329</sup> O imposto sobre rendimento teve força de lei em 18.06.80, mas acabaria por ser suspenso por um decreto de 21.04.81 da lavra do ministério Rodrigues Sampaio.

<sup>330</sup> *A Revolução de Setembro*, 02.12.80.

<sup>331</sup> DCP, sessão de 07.02.81, p. 117.

<sup>332</sup> Segundo *O Diário Popular*, o acréscimo de protagonismo político da Câmara dos Pares, onde os regeneradores assestaram todas as suas baterias, era uma consequência directa do desaire eleitoral do Partido Regenerador que, de uma forma deliberada, «desvi[ou] a câmara alta da sua missão constitucional levando-a arrogar a natural preponderância política da outra câmara parlamentar» (*O Diário Popular*, 28.11.80).

favores e para deixar de estar à mercê da falange regeneradora ali entrincheirada, o governo pediu a D. Luís uma segunda “fornada” de pares<sup>333</sup>.

Conforme prescrevia a Lei Fundamental, foi convocado o Conselho de Estado<sup>334</sup>, onde nesta altura tinha assento praticamente todo o estado-maior do Partido Regenerador, o qual se reuniu no penúltimo dia do ano (30 de Dezembro de 1880). De acordo com Marques Gomes, “À reunião assistiram todos os membros do conselho a saber: duque de Ávila, Fontes Pereira de Melo, Anselmo Braamcamp, Mártens Ferrão, António de Serpa, Andrade Corvo, Casal Ribeiro, marquês de Ficalho, Carlos Bento, conde de Valbom e general [Carlos Maria de] Caula, e todos com excepção de Braamcamp, que era o proponente, votaram contra a proposta ministerial, manifestando mais acentuadamente a sua opinião Fontes e Ávila”<sup>335</sup>. O que é certo é que o presidente

---

<sup>333</sup> Logo que soube que vinha aí uma nova «fornada», *O António Maria* pôs-se imediatamente a reinar com os progressistas: «Está pendente do voto do Conselho de Estado a nomeação dos novos dezasseis pares, por meio dos quais o governo projecta reforçar a blindagem das suas baterias na câmara alta. A última nomeação feita segundo a nova lei das categorias não provou bem. Os próceres julgando-se com direitos demasiadamente legítimos às cadeiras do senado em que o ministério os colocou, recusam pagar com o voto o preço das respectivas entradas, e o governo principia a sentir cáirem-lhe no alto da cabeça, contundentemente, algumas das escovas que distribuía aos adeptos encarregados de puxar das botas do poder o lustro que ele julga indispensável para parecer decente. Esta rebeldia constitui da parte dos novos senadores um abuso de confiança que a boa fé dos contratos não pode continuar a permitir. Desde que o sr. José Luciano cria um nobre, um aristocrata, um patrício, um grande do reino, um senador enfim, para que ele seja o engraxador inamovível e perpétuo dos seus tamancos, o dito nobre, desagachando-se, sob qualquer pretexto que seja, dos pés de sua excelência o ministro, roí a corda da solidariedade partidária e engole de um modo vil e negro a graxa da confiança governativa. O meio de pôr cobro a este abuso e de harmonizar em justa coerência as conveniências políticas com a mais digna organização da câmara aristocrática consiste em substituir sem perda de tempo a lei das categorias na candidatura ao pariato por um bom e sólido contrato de locação de serviços. *Eu nobilito-te, tu engraxas-me, Aqui está um tabelião para lavrar a escritura. Assinaste? Muito bem! Toma lá as escovas, e podes agora entrar no tabernáculo e receber do marquês de Valada o beijo fraternal da nobreza. És par.* Reconstituindo por outro modo a sua maioria na câmara alta, o governo verá sucessivamente falhar todas as fornadas que fizer, e será no meio da indiferença geral dos seus servidores que ele porá em cada noite à porta do gabinete ministerial o seu calçado de borra-botas» (*O António Maria*, 16.12.80, p. 410).

<sup>334</sup> Infelizmente, desta vez não pudemos proceder ao exame dos livros de actas do Conselho de Estado, disponíveis nos arquivos da Torre do Tombo, uma vez que os mesmos formam uma série incompleta. Os livros de actas do Conselho de Estado ali existentes compreendem os seguintes períodos: Livro 1 (19.10.1821 a 31.05.1823; 15.11.1833 a 05.08.1836; 12.02.1842 a 20.04.1844); Livro 2 (15.05.1854 a 23.11.1859); Livro 3 (28.07.1860 a 07.04.1865); Livro 4 (29.03.1867 a 30.06.1875); Livro 5 (29.11.1888 a 11.05.1905).

<sup>335</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 510. Embora seja um dado adquirido que a maioria dos conselheiros foi contrária à nomeação de novos pares, as fontes jornalísticas revelam algumas discrepâncias quer quanto ao número de conselheiros de estado presentes na reunião, quer quanto ao sentido de voto de cada um deles. O *Diário Ilustrado* de 31.12.80 encerra a opinião e o sentido de voto dos oito conselheiros de estado presentes na reunião. Por seu turno, segundo o *Diário de Notícias* da mesma data, «consta que se manifestaram abertamente contra os srs. Fontes, Mártens Ferrão, Andrade Corvo, António de Serpa Pimentel, Conde Valbom, Marquês de Ficalho, General Caula e Duque e Ávila; condicionalmente, os srs. Conde de Casal Ribeiro e Carlos Bento; e abertamente a favor, o sr. Braamcamp». Consultar ainda *A Revolução de Setembro*, pelo lado regenerador, e, pelo progressista, *O Progresso* e *O Diário Popular*.

do conselho conseguiu levar a água ao seu moinho<sup>336</sup>, mesmo com o voto contrário do Conselho de Estado<sup>337</sup>. Aliás, esta não era a primeira vez que o soberano não se conformava com o voto do Conselho de Estado<sup>338</sup>. O rei ouvia os conselheiros e depois decidia como muito bem entendia<sup>339</sup>.

Fontes foi seguramente um dos mais inconformados com a decisão de D. Luís. Através de uma carta datada de 14 de Dezembro de 1880, sabemos que o caudilho regenerador tentou por todos os meios persuadir o rei a não ceder, alimentando inclusivamente a profecia da desgraça: “A nomeação de novos pares nas circunstâncias actuais é a morte daquela câmara, o que muitos pretendem conseguir. Não é o *número*, que aliás cria uma grande dificuldade para o futuro, mas a *qualidade*, sobretudo que constitui o verdadeiro perigo. Entre os nomes que se apostam como indigitados alguns há respeitáveis, mas outros, e bastantes, são absolutamente dissolventes, que tornam impossível aquela importante roda na máquina governativa. Se V. Ex.<sup>a</sup> se dignar considerar que a Câmara dos Pares, mesmo como actualmente está composta, é já extremamente difícil para todos os ministérios, com as projectadas nomeações ficará impossível. Pode-se depois, o que não é isento de inconvenientes, fazer outras nomeações, para anular o efeito das anteriores, porém como os que já lá estão não saem, a dificuldade subsiste à mesma. A Câmara dos Pares em tal caso tem forçosamente, mais dia, menos dia, de deixar de existir, e isto não pode ser senão por uma revolução, ou por uma constituinte: o alto espírito, e critério, de V. Majestade compreenderão facilmente os graves perigos de qualquer destes dois meios violentos, que põem à mercê de acontecimentos imprevistos todas as instituições políticas, e a paz pública. Demais, uma vez convocado o Conselho de Estado, a situação de V. Majestade não é boa. Há por certo inconvenientes em conceder, e em negar, o pedido de mais pares. Entretanto é

---

<sup>336</sup> Numa carta endereçada ao 2.º Visconde de Valmor, é o próprio Anselmo Braamcamp a reconhecer que a nova leva de pares «No momento actual dá-nos força, mas acirra mais a oposição da Câmara Alta e os novos eleitos não são de força a nos auxiliar nas refregas que hão-de ser também mais violentas quanto sabem que não podemos pedir mais fornadas» (Reservados da BNL, Cartas de Anselmo José Braamcamp a Fausto de Queirós Guedes (2.º Visconde de Valmor), Caixa 142, Carta datada de 31.12.80, Documento 7).

<sup>337</sup> Esta nova «fornada» que, de certa forma, repôs o equilíbrio dos pratos da balança na Câmara Alta teve o condão de favorecer indirectamente a pequena facção avilista, cujos votos flutuantes se tornaram absolutamente decisiva para fazer pender a maioria para um dos lados, compensando assim a módica cifra de efectivos que ali dispunha com a posição de charneira que ocupava.

<sup>338</sup> V. BELO, 2000, p. 70.

<sup>339</sup> Sobre a secundarização do papel do Conselho de Estado na tomada de decisão do rei consultar: ALMEIDA, 1995, Volume I, pp. 42-44. Por sua vez, Casal Ribeiro salienta que «Pouco a pouco, os governos foram arrogando-se, exclusivamente, as funções de conselheiros do rei, isolando a coroa, e tornando-a inacessível a informações e pareceres, que não fossem os seus» (RIBEIRO, 1895, p. 109).

claro que V. Majestade apoiando-se no voto do seu Conselho de Estado ficará mais livre da responsabilidade moral, e salvará as instituições. Isto não admite dúvidas no meu respeito, e no de toda a gente com quem tenho falado, se exceptuarmos os ministeriais. Há porém um meio, que eu devo sugerir a V. Majestade, e que consiste numa conferência em que V. Majestade convença o seu Presidente do Conselho a tomar sobre si a responsabilidade de não promover agora a nomeação de novos pares, e esperar um voto hostil daquela câmara. Antes disso, e nas circunstâncias presentes, a nomeação toma um carácter faccioso, que a fazem mal vista pelo país, e que vai criar perigos, mais ou menos próximos, porém inevitáveis. Posso esperar que o actual Presidente do Conselho compreenderia perfeitamente o dever, que lhe incumbe, de cobrir com a sua responsabilidade moral de V. Majestade”<sup>340</sup>. Não sabemos quem eram os tais indivíduos “pouco dignos” de ocupar uma cadeira na Câmara Alta mas, não obstante a grande apreensão patenteada pelo estadista, “Por uma vez, o rei não seguiu o conselho de Fontes”<sup>341</sup>.

A 7 de Janeiro de 1881 eram nomeados 16 novos pares do reino, quase todos escolhidos a dedo pelo Partido Progressista<sup>342</sup>. Aliás, foram extremamente raras as vezes em que os monarcas impuseram aos governos a nomeação de certas personalidades para o pariato. Com excepção das nomeações iniciais de D. Pedro IV, apenas Alexandre Herculano, cuja nomeação em 17 de Maio de 1861 foi uma imposição do rei D. Pedro V, Luís Pinto de Soveral (1.º Marquês de Soveral) e António Abranches de Queirós, cujas nomeações em 17 de Março de 1898 foram impostas a José Luciano de Castro pelo rei D. Carlos, foram escolhidos directamente pelo próprio monarca<sup>343</sup>. Se a nomeação dos pares competia exclusivamente ao rei, o facto é que as coisas evoluíram no sentido de o monarca nomear, mas raramente escolher<sup>344</sup>. A prática corrente era pares do reino escolhidos pelo governo e nomeados pelo rei.

<sup>340</sup> ANTT, Arquivo da Casa Real, Carta de Fontes Pereira de Melo ao rei D. Luís, datada de 14.12.80, caixa 7341, capilha 350.

<sup>341</sup> MÓNICA, 1999, p. 137.

<sup>342</sup> Com excepção de António Augusto de Aguiar, que obteve o pariato como recompensa de uma comissão de serviço prestada durante o processo de renegociação do tratado da Índia com o governo britânico, todos os restantes nomeados eram indefectíveis progressistas (V. Anexo 2, p. 346). Significativo também, é o facto de todos os pares nomeados nesta «fornada» estarem compreendidos na disposição do artigo 4.º da Lei de 3 de Maio de 1878, ou seja, vindos directamente da Câmara dos Deputados com pelo menos duas legislaturas cumpridas (V. *Diário do Governo* de 10.01.81).

<sup>343</sup> V. PAIXÃO, 1979, p. 279 e CABRAL, 1927, p. 240.

<sup>344</sup> Ao contrário do que sucedia em Portugal, em Inglaterra, por vezes, os monarcas recusavam alguns dos nomes propostos pelos governos, impondo a estes os seus próprios candidatos. Casos destes verificaram-se sobretudo no reinado de George III (1760-1820). Consultar JONES e JONES (ed.), 1986.



## 6.2. A queda do primeiro governo progressista na Câmara dos Pares

Em princípio, podíamos ser levados a supor que, com esta nova blindagem, o executivo iria ter a vida mais facilitada na Câmara dos Pares, mas afinal a “fornada” arrancada contra o parecer do Conselho de Estado foi a pedra de toque do seu descalabro<sup>345</sup>. A chamada “questão dos pares” foi suscitada na câmara hereditária durante a discussão da resposta ao discurso da coroa, um debate anual que dava azo para o Parlamento passar em revista a vida política nacional e, consequentemente, para a oposição examinar à lupa a actuação do governo<sup>346</sup>. O discurso da coroa era, de resto, uma das liturgias mais importantes do constitucionalismo monárquico e, ao contrário do que o rótulo parece indicar, era um documento da iniciativa e da exclusiva responsabilidade do governo. O discurso era escrito pelo primeiro-ministro, limitando-se o rei a recitá-lo sentado na cadeira do trono presente na sala. Como diria o deputado Gomes da Silva, na sessão de 19 de Novembro de 1894, “Todos nós sabemos que o discurso da coroa não passa de uma ficção. Diz-se: *O Rei diz*. Mas a verdade é que o Rei não diz nada, quem diz é o governo pela boca do Rei”<sup>347</sup>.

O primeiro a levantar a “questão dos pares” foi o 1.º Visconde de Chancelheiros<sup>348</sup>, um abastado proprietário do concelho de Alenquer que nunca deixou

<sup>345</sup> Como podemos comprovar através de uma missiva enviada pelo presidente do conselho ao 2.º Visconde de Valmor, em 23.01.81 o governo já estava novamente em dificuldades: «A nossa situação é tão grave que os meus colegas entendem que devemos sacrificar outras quaisquer considerações à do dever que se nos impõem de resistir às investidas do Partido Regenerador. El-Rei concedeu-nos a nomeação dos últimos pares, na convicção de que este auxílio nos habilitava a governar, cumpre-nos portanto empregar todos os meios para que assim suceda. É para nós estrito dever de honra e de lealdade. Se não fosse a defecção do Duque de Ávila a quem os regeneradores têm queimado mal cheiroso incenso e feito promessas [presidência do conselho] que a seu tempo saberão sofismar, se não fosse essa defecção que parece certa, teríamos grande maioria, mas realizada ela, mal podemos contar com meia dúzia de votos a mais, e o meu amigo bem conhece a dificuldade de obter dos dignos próceres que se mantêm no seu posto [alusão ao absentismo do pariatto]. Aprecio devidamente os grandes inconvenientes da sua retirada de Viena, mas não devo ocultar-lhe que El-Rei fez uma má cara quando lhe disse que o meu amigo não vinha. A batalha na Câmara dos Pares começa para a próxima semana pois que provavelmente discutem a resposta, mas nesta não creio que haja votação hostil, pois que o projecto ainda que muito atravessado não apresenta nenhuma proposição abertamente contrária. Sinto transtornar os seus planos, mas o meu amigo não quererá correr a contingência de sermos derrotados pela falta de um voto» (Reservados da BNL, Cartas de Anselmo José Braamcamp a Fausto de Queirós Guedes (2.º Visconde de Valmor), Caixa 142, Carta datada de 23.01.81, Documento 8). V. também MOREIRA, 1998, pp. 116-118.

<sup>346</sup> Salvaguardadas as devidas distâncias, transposto para os dias de hoje, a resposta ao discurso da coroa podia equiparar-se ao debate sobre o estado da nação.

<sup>347</sup> DCD, sessão de 19.11.94, p. 496.

<sup>348</sup> Segundo Fernando Moreira, a família Carvalho (Chancelheiros) é um caso paradigmático de «dinastia parlamentar» que evidência particularmente bem o carácter endogâmico de que se revestiu a representação parlamentar ao longo de Oitocentos e princípios de Novecentos. Manuel António de Carvalho, 1.º Barão de Chancelheiros, foi pai de cinco parlamentares (entre os quais se incluía Sebastião José de Carvalho, 1.º Visconde de Chancelheiros) e a sua família esteve presente em 35 das 46 legislaturas que decorreram entre 1834 e 1910 (V. MOREIRA, 2006, pp. 128-135).

de carpir as suas mágoas por um país predominantemente agrícola não possuir um ministério da Agricultura<sup>349</sup>. Na sessão de 31 de Janeiro de 1881, o visconde dirigiu ao presidente do conselho a seguinte pergunta: “qual o motivo que o levou a introduzir naquela câmara novos pares?” E a estes, por seu turno, perguntou “de onde vinham e para que vinham”<sup>350</sup>. Embora Anselmo Braamcamp e Pires de Lima, um dos pares nomeados de fresco, tivessem sido lesto a responder-lhe, a réplica mais enérgica veio de Luciano de Castro, um homem que “devorava as gazetas, ao contrário de Fontes Pereira de Melo, que se gabava de que as não lia”<sup>351</sup>. Segundo o ministro de Reino, era a todos os títulos “inexplicável” que “a oposição da câmara dos pares, esquecendo-se da missão moderadora que está confiada a esta câmara, ve[nha] levantar uma questão política, e acusar o governo por haver proposto à coroa a nomeação de dezasseis pares!” De seguida, deixou sair o desabafo: “Grande atentado constitucional”<sup>352</sup>. O que é um facto é que, entre 31 de Janeiro e 12 de Fevereiro de 1881, não se debateu ali outra coisa. O empenho de ambas as partes na mobilização dos seus prosélitos foi tão grande que, nas sessões de 9, 11 e 12 de Fevereiro, foram batidos os recordes de afluência à câmara durante o período considerado (1870-1895): com 105, 108 e 105 pares presentes, respectivamente. Nada mau para uma assembleia cuja média de presenças, entre 1870 e 1895, foi de 53 pares por sessão<sup>353</sup>.

De entre os pares mobilizados pela oposição para participar na contenda, o grande destaque vai para o 1.º Visconde de Seabra, o indómito sogro de José Luciano de Castro. António Luís de Seabra era um eminente causídico que, em 1862, ascendeu ao pariato pela mão do Duque de Loulé mas que, com o passar do tempo, se foi libertando do espartilho partidário<sup>354</sup>. Após uma longa ausência do bulício parlamentar, o velho visconde de 83 anos deixou o remanso do seu lar e a tranquilidade bucólica da sua aldeia sertaneja, perdida para os lados de Alcobaça, para vir combater activamente o governo progressista por ocasião da discussão da resposta ao discurso da coroa. Além de censurar de uma forma veemente a última “fornada” – logo ele que entrou na Câmara

<sup>349</sup> Segundo consta, mesmo quando era ministro de um governo presidido por José Dias Ferreira, «O visconde de Chancelieiros preferia tratar das suas vinhas, onde arruinou a fortuna, a interessar-se pelos negócios das obras públicas» (GALLIS, 1908, Volume I, p. 489).

<sup>350</sup> DCP, sessão de 31.01.81, pp. 49-52.

<sup>351</sup> CABRAL, 1927, p. 42.

<sup>352</sup> DCP, sessão de 31.01.81, pp. 58-59.

<sup>353</sup> V. Quadro 1, p. 355.

<sup>354</sup> O Visconde de Seabra é quase unanimemente considerado o mais notável jurisconsulto português do século XIX a quem se deve a autoria do *Código Civil* que entrou em vigor em 01.07.67. Para além disso, Seabra foi ministro da Justiça entre 4 de Março e 19 de Agosto de 1852 e entre 4 de Janeiro e 22 de Julho de 1868 e reitor da Universidade de Coimbra entre 1866 e 1868.

Alta integrado numa das maiores “fornadas” de que havia memória nos fastos parlamentares –, o visconde ainda arcou com a responsabilidade da apresentação de um aditamento ao projecto de resposta ao discurso da coroa, cujo teor era uma descarada censura ao governo<sup>355</sup>.

Pelo facto de o documento ter sido objecto de vários aditamentos, a comissão que redigiu a resposta ao discurso da coroa, constituída pelo Duque de Ávila e de Bolama, José de Melo Gouveia e António Rodrigues Sampaio, teve de voltar a reunir-se<sup>356</sup>. No entanto, a comissão entendeu que não havia necessidade de lhe introduzir qualquer alteração pois, na sua perspectiva, as ideias contidas nos aditamentos enviados para a mesa já “estão implicitamente compreendidas no projecto da resposta”<sup>357</sup>. Ora, a expressão “implicitamente compreendidas” era de tal modo ambígua que se prestava às mais díspares interpretações. Uma delas, e a mais ponderosa, era que a comissão dava por adquirido que a censura ao governo contida no aditamento do Visconde de Seabra estava subentendida na resposta ao discurso da coroa<sup>358</sup>. Com o intuito de efectuar uma separação das águas, Luciano de Castro manifestou o desejo de que os aditamentos do Bispo de Bragança e de Inácio Ferreira Lapa, por serem politicamente inócuos, fossem votados conjuntamente, mas que o aditamento do Visconde de Seabra, que envolvia uma censura explícita, fosse votado separadamente. Segundo o ministro, este era um procedimento obrigatório “para que não haja a menor dúvida sobre as intenções desta câmara”<sup>359</sup>.

---

<sup>355</sup> O aditamento apresentado pelo visconde de Seabra à resposta ao discurso da coroa rezava o seguinte: «a câmara dos pares entende que faltaria ao impreterível dever, que lhe é imposto pela lei fundamental do estado de velar pela sua guarda e pelo bem geral da nação, deixando de manifestar a vossa majestade, que comprometida a liberdade e independência do corpo legislativo, ou seja por violação da liberdade eleitoral, ou seja pela invasão numerosa e repetida de elementos partidários: a divisão dos poderes que, segundo a nossa lei fundamental reconhece, é a melhor garantia da liberdade, tornar-se-á um sofisma, uma ridícula mentira, como desejam e pretendem os adversários da monarquia constitucional».

<sup>356</sup> De acordo com o artigo 9.º do Regimento, a redacção da resposta ao discurso da coroa era da competência do Presidente e de dois pares eleitos. Por isso, a não escolha de nenhum dos seus pares foi considerada uma derrota para o governo.

<sup>357</sup> O órgão oficial do Partido Progressista não cabia em si de indignação: «O aditamento de censura vai, segundo a praxe mais seguida, à comissão respectiva, para sobre ele dar parecer. Suspende-se a sessão para que a comissão se desempenhe desse encargo. Ao cabo de duas horas, volta a comissão com o seu parecer, que conclui pela rejeição do aditamento... por já estar incluído no espírito do projecto votado! Por este modo, o projecto, que se declarara, antes de votado, não conter em si elogio nem censura, passou, depois de votado, a conter censuras e hostilidade!» (*O Progresso*, 12.02.81).

<sup>358</sup> Tanto assim que *O Jornal do Comércio* de 12.02.81 logo se apressou a afirmar, com todas as letras, que «Qualquer governo, medianamente sensato e respeitador das praxes constitucionais, compreenderia o seu dever».

<sup>359</sup> DCP, sessão de 12.02.81, p. 156.

Como José Luciano de Castro só ingressaria no pariatto em 31 de Março de 1887, já na recta final do reinado de D. Luís e ao fim de 32 anos consecutivos com lugar cativo na câmara electiva<sup>360</sup>, foi o Bispo de Viseu que se incumbiu de apresentar uma emenda à resposta ao discurso da coroa<sup>361</sup>. Nela se dizia que “os aditamentos dos dignos pares bispo de Bragança e Ferreira Lapa estão implicitamente compreendidos na resposta ao discurso da coroa, já aprovada, e que a do digno par, o sr. visconde de Seabra, não pode ser aprovada, porque contraria o pensamento da mesma resposta”<sup>362</sup>. Submetida a votação nominal, a emenda do Bispo de Viseu foi aprovada por 54 votos contra 50<sup>363</sup>. Importa contudo referir que entre os pares que votaram a favor se incluíam dois ministros (Visconde de S. Januário e José Joaquim de Castro) e cinco clérigos (Arcebispo de Évora, Bispo eleito do Algarve, Bispo de Bragança, Bispo de Lamego e Bispo de Viseu). Por outro lado, “os pares affectos ao Duque de Ávila, nada menos de sete, passaram [ali] a votar com a opposição”<sup>364</sup>. De facto, até “O próprio Duque se empenhou pessoalmente em dificultar a vida ao executivo de Braamcamp”<sup>365</sup>, após romper politicamente com os progressistas.

Depois de captar as boas graças do avilismo através da inclusão de alguns amigos do Duque de Ávila na sua primeira “fornada”, o governo sofreu o desgosto de ver quase todos os pares avilistas voltarem-lhe as costas<sup>366</sup>, “incluindo os três caracteres muito respeitáveis e sisudos (José de Melo Gouveia, José de Sande Mexia Salema e Plácido Cunha e Abreu), que o governo teve a imprudência de meter na primeira

<sup>360</sup> O termo «dinossauro» aplica-se que nem uma luva a Luciano de Castro o qual, ao longo da sua carreira política (1855-1910), assistiu ao desfile de nada mais, nada menos de quatro reinados.

<sup>361</sup> DCP, sessão de 11.02.81, p. 147.

<sup>362</sup> DCP, sessão de 12.02.81, pp. 159-162.

<sup>363</sup> V. Anexos, pp. 342-354). Segundo o *Diário de Notícias*, este relativo desaire regenerador era simples de explicar já que «Do governo não faltou nenhum par. Da opposição faltaram, por doentes, os senhores marquês de Fronteira, viscondes da Praia Grande e de Soares Franco; e por diversos impedimentos os senhores visconde do Seisal, marquês de Pombal, condes das Alcôvas e das Galveias, Morais Pessanha e Luís de Castro [Guimarães]» (*Diário de Notícias*, 14.02.81). A resposta d'*O Progresso* não se fez esperar: «A primeira parte é falsa. Com efeito pares ministeriais faltaram pelo menos e por diversos motivos os srs. cardeal patriarca, arcebispo de Braga, visconde de Valmor, Matias de Carvalho, duque de Loulé, Pitta e ainda mais alguns. A segunda parte não é menos correcta. Não consta que os srs. conde das Galveias, marquês de Pombal, Pessanha, Luís de Castro Guimarães e visconde de Soares Franco sejam regeneradores. Os primeiros dois cavalheiros não se envolvem na política, que saibamos. Mas admitamos que todos eram regeneradores. Eram 9. Mas por outro lado faltaram 6 ministeriais e ainda não entraram na câmara os srs. João Crisóstomo, Basílio e Gusmão, também ministeriais. Ficaram, pois, 9 contra 9, e portanto, prevalecia a mesma maioria que se deu» (*O Progresso*, 16.02.81).

<sup>364</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 511.

<sup>365</sup> SARDICA, 2005 a), p. 562.

<sup>366</sup> A excepção foi Carlos Bento que, desta feita, rompeu a relação umbilical com o chefe. Segundo José Luciano de Castro, «O duque de Ávila passa[ra] para a opposição, por causa da fornada, que ele não aprovou, e de uns artigos inconvenientíssimos do Navarro contra ele no *Primeiro de Janeiro*, que o irritaram contra nós com razão» (V. MOREIRA, 1998, p. 116).

*fornada*” os quais, para desgraça de Braamcamp e seus pares, “tão mal têm pago ao partido progressista os assinalados favores que dele receberam ainda há tão pouco”<sup>367</sup>. De facto, a perfídia dos pares avilistas foi uma dura desfeita para os progressistas que haviam apoiado incondicionalmente o *mientras vuelve* do primeiro ao último dia<sup>368</sup>. Entre os pares apóstatas que tinham sido indicados pelo governo incluíam-se ainda Fortunato José Barreiros e José Manços de Faria, dois provectoros gerais de artilharia cuja disciplina de voto tinha muito pouco de militar<sup>369</sup>. Para cúmulo, decorridas quase duas décadas, o efeito das “fornadas” do segundo governo histórico já era praticamente nulo. Dos 45 pares nomeados pelo Partido Histórico entre 1860 e 1865, somente 18 ainda estavam vivos, sendo que apenas metade dos quais esteve presente na sessão de 12 de Fevereiro de 1881: o Duque de Ávila e Bolama, o Visconde de Seabra e José da Costa Pinto Basto, que votaram contra o governo; o Visconde de Vila Maior, Baião Mattoso, Miguel do Canto e Castro e José Augusto Braamcamp, que votaram com o governo; enquanto Reis e Vasconcelos e Vicente Ferrer se ausentaram da sala no momento da votação. Se era realmente verdade que José Luciano de Castro “Não perdoava uma defecção política”<sup>370</sup>, então o futuro chefe do Partido Progressista devia estar mesmo muito agastado e desapontado com o comportamento de alguns pares do reino.

Mas as coisas não ficaram por aqui. Para gáudio da oposição, as relações entre a Câmara dos Pares e o executivo iam de mal a pior. Mal se desenvencilhou da “questão dos pares”, o governo ficou a braços com a “questão dos coronéis” que “a oposição arrastou para a tela do debate sob a forma de um *bill* de indemnidade”<sup>371</sup>, mas que a breve trecho se converteu numa moção de censura<sup>372</sup>. Desta vez, o pomo da discórdia foi o decreto de 10 de Setembro de 1880 exarado pelo ministro da Guerra João

---

<sup>367</sup> *O Progresso*, 17.02.81.

<sup>368</sup> O acordo entre os dois partidos tinha incidência meramente parlamentar: Ávila formava governo apenas com a sua gente e os progressistas apoiavam nas Câmaras.

<sup>369</sup> É bastante provável que a dissensão dos dois antigos generais do exército estivesse relacionada com o facto de estes se encontrarem despeitados com o governo devido à chamada «questão dos coronéis», a qual provocou algum barulho nos quartéis. Por outro lado, não deixa de ser curioso o facto de Fortunato José Barreiros e José Manços de Faria terem sido os indivíduos que foram nomeados para o pariato em idade mais avançada, com 83 e 84 anos, respectivamente (V. ALMEIDA, 1995, Volume I, p. 120).

<sup>370</sup> CABRAL, 1927, p. 38.

<sup>371</sup> *O Progresso*, 19.02.81.

<sup>372</sup> Esta moção de censura esteve mais uma vez a cargo do Visconde de Seabra e rezava o seguinte: «A câmara, afirmando a sua competência para examinar e avaliar livremente os actos do poder executivo, independentemente do seu bom ou mau grado, e desaprovando a maneira inconsciente, versátil, contraditória, deficiente, injusta e ilegal por que o ministério tem procedido na questão sujeita, passa à ordem do dia» (DCP, sessão de 08.03.81, p. 250).

Crisóstomo<sup>373</sup>, o qual esteve na génese da sua demissão em 29 de Novembro e da subsequente entrada de José Joaquim de Castro para o seu lugar. No fundo, nem o próprio ministério estava certo da legalidade do diploma já que depois de suspender o decreto, provocando com isso violentos protestos dos oficiais de engenharia e de artilharia<sup>374</sup>, voltou a colocá-lo em vigor na sequência de um parecer do Procurador-Geral da Coroa. Contudo, a galopante precipitação de acontecimentos protagonizados pela plebe lisboeta, na sequência da discussão e votação do tratado de Lourenço Marques na Câmara dos Deputados<sup>375</sup>, relegaria o *bill* de indemnidade para um segundo plano. Na prática, a “questão dos coronéis” ficava temporariamente pendente.

A 8 de Março, precisamente no dia em que o governo era confrontado na Câmara dos Pares com uma moção de censura, a Câmara dos Deputados preparava-se para votar em sessão secreta o tratado de Lourenço Marques<sup>376</sup>. Entretanto, uma esquadra inglesa acercara-se ameaçadoramente do Tejo<sup>377</sup>, exacerbando ainda mais o nacionalismo dos que se opunham à aprovação do polémico tratado. Muitos viram, ou fingiram ver, na presença das fragatas da marinha britânica fundeadas no estuário do Tejo uma forma de pressão sobre o Parlamento e, por conseguinte, uma ultrajante ameaça à independência nacional. Houve inclusivamente um deputado republicano que propôs a suspensão da discussão do tratado enquanto a esquadra inglesa permanecesse no Tejo, a qual foi liminarmente rejeitada por larga maioria. Igual destino teria uma moção apresentada pelo deputado Fialho Machado que propunha o adiamento da

<sup>373</sup> Segundo João Crisóstomo «havia coronéis com 10 anos de posto, com 70 de idade, e com mais de 50 de serviço. Não havendo entre nós suspensão de serviço activo por limite de idade, era necessário adiantar a promoção para ocorrer àquele estado de coisas». Para a oposição, esta gigantesca «fornada de coronéis» era um absurdo, pois dava azo a que a esmagadora maioria dos coronéis do exército se reformasse com as mesmas regalias de um general de divisão, o posto mais alto da hierarquia militar (*O Jornal do Comércio*, 26.02.81).

<sup>374</sup> V. *Diário de Notícias*, 29.12.80.

<sup>375</sup> O *Diário Ilustrado* de 08.03.81 contém um relato hilariante dos tumultos ocorridos em Lisboa num dos dias em que teve lugar a discussão secreta do tratado de Lourenço Marques.

<sup>376</sup> É oportuno frisar que a discussão secreta dos tratados internacionais no Parlamento não abonava minimamente para o esclarecimento da opinião pública. Como enfatiza Carlos Bento, Portugal era «a única nação, a única, note-se bem, onde se fecha a porta para se discutirem em segredo os tratados, ao mesmo tempo que na rua se discute diante de toda a gente, e às vezes, por causa desse mesmo segredo, com os mais errados fundamentos» (DCP, sessão de 08.03.82, p. 179). Não foi por mera coincidência que uma das maiores vagas de agitação popular que varreu as ruas de Lisboa, em inícios de Março de 1881, ocorreu na sequência de uma evacuação das galerias de S. Bento, para se dar início à discussão secreta do tratado de Lourenço Marques. Para remediar o problema do secretismo que rodeava a discussão das convenções internacionais, o delfim de Ávila apresentou um projecto de lei, ao qual se associou o governo, com vista a alterar os artigos 10.º do Acto Adicional e 75.º da Carta Constitucional, o qual foi aprovado, sem discussão, pela Câmara dos Pares em 27.03.82. O projecto prescrevia que todos os tratados, concordatas e convenções celebrados com outras nações seriam, antes de ratificados, aprovados pelas Cortes em sessão pública.

<sup>377</sup> V. TELES, 1968, p. 88.

discussão do tratado até ao término das hostilidades entre ingleses e *boers*, a qual foi igualmente rejeitada por 76 votos contra 30<sup>378</sup>. O tratado de Lourenço Marques acabaria por ser aprovado por 74 votos contra 19<sup>379</sup> mas neste escrutínio já não participaram os 14 deputados regeneradores presentes que, “sem erguerem rumor nem deixarem rasto”, desertaram do hemiciclo na altura da votação<sup>380</sup>.

Às enormes dificuldades com que o ministério – cada vez mais asfixiado pela atmosfera de impopularidade que o envolvia – se debatia fora de São Bento, onde a febre dos comícios contra o imposto sobre o rendimento e o tratado de Lourenço Marques não descia de temperatura, veio somar-se uma guerra sem quartel encetada pela câmara hereditária, onde a desordem causada pelas escaramuças e pelos motins populares era a ordem do dia. O alvoroço decorrente da aprovação do tratado, alegadamente promovido pela *unha-negra* da oposição regeneradora de mãos dadas com os republicanos, transferiu-se para a tela da discussão parlamentar e esteve no cerne da queda do governo na Câmara dos Pares. Na verdade, quando o governo entrava na segunda câmara do Parlamento para o ritual das interpelações aos ministros, não só era violentamente criticado pela oposição, como ainda era confrontado com a rebeldia dos seus próprios pares. Veja-se o caso de Manuel Pereira Dias<sup>381</sup>, que não teve qualquer constrangimento em declarar que “Enquanto deputado, não se julgava verdadeiramente independente, agora que é par do reino está sentindo já um apetite de se afastar do governo mostrando assim que não é falsa a legenda de que o entrar nesta

<sup>378</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 515.

<sup>379</sup> O republicano Teófilo Braga haveria de referir que se tratou de «Mais uma derrota sem batalha. Mais uma grande parte do território português entregue ao nosso eterno inimigo, a Inglaterra, legalizando por um voto do parlamento o roubo que nos fora restituído pela justiça de uma nobre arbitragem» (BRAGA, 1912, Volume I, p. 248).

<sup>380</sup> V. GOMES, 1907, Volume XII, p. 515 e *O Diário Popular*, 09.03.81. Apesar de estar na génese da demissão do ministério, após a votação nos pares da “moção das arruaças”, o tratado de Lourenço Marques não chegou a estar na ordem do dia na câmara hereditária (esteve apenas pendente), sendo posteriormente revogado, após o novo ministério regenerador negociar com o seu homólogo britânico a sua protelação. A causa determinante da renúncia britânica foi o fim da guerra entre ingleses e *boers* e o consequente reconhecimento por parte dos primeiros da independência da república do Transvaal em Março de 1881.

<sup>381</sup> Em 1 de Setembro de 1905, por altura da dissidência de José de Alpoim, Pereira Dias e o general Dantas Baracho, a pretexto da questão dos tabacos, envolveram-se numa acalorada troca de mimos que culminou numa indecorosa cena de pugilato na Câmara Alta. Segundo rezam as crónicas, este último, «Desencantado com o rumo da vida pública, dedicou o tempo que passou na segunda câmara do Parlamento, até 1908, a desferir cerrados ataques ao regime, chegando ao ponto de ter sido apontado como um dos seus maiores inimigos. Considerava José Luciano de Castro o coveiro da Monarquia. Quando foi proclamada a República, não hesitou em mostrar a sua simpatia pelo novo quadro político que se desenhava no País, colaborando na sua consolidação» (MÓNICA (dir.), 2004 a), Volume I, p. 294). A impertinência de Baracho atingiu o auge em 1907 quando recusou cumprimentar o rei D. Carlos em pleno Chiado.

câmara produz modificação de tal ordem, que o programa de ontem, não é o programa de hoje; por isso não dirá coisa alguma em favor do governo”<sup>382</sup>. Decididamente, “A soberba voz dos pares hereditários”<sup>383</sup> era, por vezes, muito incómoda para os governos.

Vejamos então como é que as coisas se precipitaram. Na sessão de 16 de Março de 1881, Barjona de Freitas, um ex-histórico que se estreou na Câmara dos Deputados em 1865 “com um discurso vigorosíssimo contra o sr. Fontes”<sup>384</sup>, de quem se dizia estar a preparar uma chicotada psicológica na liderança do Partido Regenerador<sup>385</sup>, sustentou a ideia de que o governo não estava “à altura da gravidade das circunstâncias”<sup>386</sup>, após a deflagração de graves tumultos em Lisboa<sup>387</sup>, nos quais se entoaram sediciosos “vivas à república” intercalados com muitos “morras ao governo”<sup>388</sup>. Estes motins seguiram-se à realização de dois tumultuosos *meetings* ocorridos na rua de S. Bento e no teatro de S. Carlos<sup>389</sup>, numa chuvosa tarde de domingo (13 de Março de 1881)<sup>390</sup>, em que a nobre

<sup>382</sup> DCP, sessão de 12.03.81, p. 260.

<sup>383</sup> MÓNICA, 1994, p. 141.

<sup>384</sup> DCD, sessão de 18.01.76, p. 71.

<sup>385</sup> V. *O Progresso*, 19.03.81 e *O Primeiro de Janeiro*, 24.08.81. Na realidade, estes alegados intentos separatistas nunca esfriaram. Quando Fontes Pereira de Melo já estava na terra da verdade, deu-se de facto uma cisão no Partido Regenerador, levada a cabo por Barjona de Freitas, o qual, após ter sido preterido na liderança partidária por António de Serpa Pimentel, formou a Esquerda Dinástica.

<sup>386</sup> DCP, sessão de 16.03.81, p. 277. A moção rezava o seguinte: «A câmara dos pares, afirmando a necessidade da manutenção da ordem sem detrimento das liberdades públicas, e não julgando o governo actual à altura da gravidade das circunstâncias, passa à ordem do dia».

<sup>387</sup> Para mais pormenores sobre os tumultos ocorridos na capital no dia 13 de Março de 1881, ver o *Relatório do Comandante da Guarda Municipal* que vem publicado no Diário do Governo.

<sup>388</sup> Segundo o Conde de Mafra, devido à discussão do tratado de Lourenço Marques no Parlamento, «Os ares andavam já turvos e, na noite do 1.º e único concerto de Rubenstein, começaram os tumultos, saindo para a rua a Guarda Municipal comandada pelo General Macedo, homem pequenino mas teso, que mandou acutillar os desordeiros por terem dado vivas à república» (MAFRA, 1934, p. 94).

<sup>389</sup> O *meeting* da rua de S. Bento, organizado pelos republicanos, tinha por finalidade «lavar um protesto contra o tratado de Lourenço Marques»; enquanto o do teatro de S. Carlos, convocado por alguns monárquicos descontentes, entre os quais se incluíam Dias Ferreira, Rosa Araújo (presidente da edilidade lisboeta) e Pinheiro Chagas, tinha por objecto «a péssima administração e a marcha política do actual governo». Como é compreensível, neste *meeting* não se falou por aí além do tratado de Lourenço Marques, pois um dos partidos que o promoveu tinha nele um importante quinhão de responsabilidade (V. RIBEIRO, 1895, p. 41). Ambos os comícios estavam agendados para a uma hora da tarde, mas devido à chuva torrencial que se abateu sobre Lisboa, o *meeting* republicano, que se realizava num recinto completamente descoberto situado na acanhada rua de S. Bento, sofreu um ligeiro atraso, depois um pequeno incidente com o toldo que cobria o palco. No entanto, nem a bâtega de água demoveu a multidão que se acotovelava e atolava na lama para escutar o verbo inspirado e «à prova de água» dos oradores republicanos que, sob a forma de uma representação de protesto, dirigiram um lancinante apelo à Câmara dos Pares para que esta não aprovasse o tratado de Lourenço Marques. Os jornais afirmam que assim que esta reunião terminou, a assistência «calculada em número superior a 3.000 pessoas» dirigiu-se para o S. Carlos sendo a responsável pela confusão que se instalou dentro e fora da famosa sala de espectáculos, onde a plenos pulmões «soltaram-se vivas à república» e «morras aos traidores», seguindo-se os famigerados tumultos (V. *Diário de Notícias*, 14.03.81).

<sup>390</sup> Esta data assinalava a passagem do 43.º aniversário do «Massacre do Rossio» de 13 de Março de 1838, em que as Guardas Nacionais foram esmagadas pelo exército comandado pelo Conde do Bonfim e pelo Visconde de Reguengo, ou seja, o dia em que os radicais foram aniquilados pelo setembrismo (V. BONIFÁCIO, 1993, p. 1083 e SERRÃO, 1990, p. 109).



sala de espectáculos, palco dos grandes momentos da época teatral de Lisboa, em vez de acolher a exibição de idílicas áreas musicais de consagrados compositores como Wagner, Verdi ou Rossini<sup>391</sup>, foi palco da histeria irracional dos comícios populares e da exacerbada campanha anti-governamental<sup>392</sup>.

Naturalmente que, de todos estes factos, foram pedidas contas ao governo. Numa tentativa de lhe imputar a responsabilidade das cargas policiais e dos excessos praticados pelas forças da ordem, o ministério foi confrontado em 14 de Março na Câmara Baixa com uma moção de censura na qual se dizia que “A câmara condena o abuso da força empregada pelo governo” e que o povo, o risonho *Zé-Povinho*, de Rafael Bordalo Pinheiro, “procedeu com a maior cordura”<sup>393</sup>. Mas sob o peso da dócil maioria que o apoiava, a moção condenatória da brutalidade policial foi facilmente repelida por 64 votos contra 26<sup>394</sup>. Ou seja, o resultado da votação da moção de censura foi uma verdadeira censura à própria moção. Do que o governo não se livrou foi de uma violenta tormenta na Câmara dos Pares, onde “o obstrucionismo, como é sabido, costuma ser coroado de êxito”<sup>395</sup>.

As arruaças foram o pretexto de que os regeneradores precisavam para desferir o golpe de misericórdia na governação progressista<sup>396</sup>. A primeira machadada foi a celeberrima moção de Barjona de Freitas, a qual foi qualificada pela bancada progressista de “apoteose das arruaças” pela Câmara dos Pares. Alguns dias depois da moção de Barjona ter saído de cena, foi a vez de Fontes Pereira de Melo apresentar uma moção mais branda mas que ainda assim ficaria para sempre como uma mancha negra no seu *pedigree* conservador<sup>397</sup>. Desta vez a fórmula escolhida não foi uma moção de censura, mas sim uma moção de desconfiança onde se faziam votos “para que a política

<sup>391</sup> A título de curiosidade podemos acrescentar que, para o teatro de S. Carlos, Rossini compôs expressamente, em 1818, a ópera *Adina, il Califfo di Bagdad*.

<sup>392</sup> Curiosamente, no teatro D. Maria II é que, naquele austrífero dia, a música era outra: de Liszt – um famoso compositor húngaro que em 1845 foi o convidado de honra de uma das estridentes festas oferecidas pelo Marquês de Nisa na *Sociedade do Delírio* –, tocada pelo russo Anton Rubenstein, «o maior pianista da época» (V. MAFRA, 1934, p. 93 e NORONHA, s.d. b), pp. 122-127).

<sup>393</sup> DCD, sessão de 14.03.81, p. 918.

<sup>394</sup> DCD, sessão de 14.03.81, p. 923.

<sup>395</sup> A expressão foi proferida por José Luciano de Castro na tribuna da Câmara dos Pares (DCP, sessão de 16.03.81, p. 286).

<sup>396</sup> Por isso, em 15.03.81, *O Progresso* confessava com comovedora candura que «Depois da resposta ao discurso da coroa, seguiu-se a questão dos coronéis, que ainda está pendente, e agora veio a dos tumultos de domingo!»

<sup>397</sup> Com efeito, Fontes Pereira de Melo também não se livrou da acusação de «transigir com os revoltosos; e, se os não acompanhou até aos *meetings*, consentiu em ir colocar-se à testa deles na câmara dos pares, para dar batalha ao governo numa ocasião, em que os princípios liberais e conservadores exigiam que todos os partidos se colocassem ao lado dele para reprimir as arruaças» (SOARES, 1883, pp. 373 e 386).

do governo se harmonize com os interesses do país”, a qual foi considerada pelos seus adversários políticos como uma tentativa “de hastear novamente nas mãos o pendão que os amigos indiscretos ou impacientes lhe quiseram arrancar”<sup>398</sup>. Vejamos então o que dizia na íntegra a célebre moção de Fontes Pereira de Melo: “A Câmara dos Pares, afirmando a sua dedicação às instituições monárquicas e à dinastia reinante, reconhece como uma das primeiras necessidades a manutenção da ordem sem detrimento das liberdades públicas; faz votos para que a política do governo se harmonize com os interesses do país e passa à ordem do dia”<sup>399</sup>.

Estamos assim na presença de uma moção que se presta a duas leituras distintas: por um lado, era uma forma de Fontes dissipar, de uma vez por todas, as dúvidas sobre quem era de facto o chefe supremo das tropas regeneradoras, face ao crescente protagonismo da ala mais radical do partido liderada por Barjona de Freitas, mostrando-lhe assim que não havia espaço para tantos egos no seu interior; por outro lado, a moção pode também ser entendida como uma forma de Fontes mostrar ao governo quem efectivamente “mandava” na Câmara dos Pares<sup>400</sup>. Desta forma aparentemente simples, Fontes matava dois coelhos com uma cajadada!

Por proposta da mesa da presidência, a moção de Fontes foi submetida a uma dupla votação. Na primeira parte, além de uma prova irrefutável de afirmação dos princípios monárquicos, está implícita uma reacção de repúdio da Câmara dos Pares à ofensiva do republicanismo, em torno da qual se reuniu toda a câmara, com excepção do Visconde de Chancelieiros, que a considerou um “pleonasma político” já que, na sua óptica, esta primeira parte da moção seria uma espécie de repetição do juramento prescrito no artigo 107.º do Regimento Interno da Câmara dos Dignos Pares do Reino. Para além disso, segundo *O Diário Popular*, seria também um objectivo de Fontes “lavar a unha-preta das nódoas que lhe ficaram da sua camaradagem recente com os arruaceiros, que davam vivas nas ruas contra a dinastia”<sup>401</sup>. Por seu turno, na segunda

<sup>398</sup> *O Progresso*, 22.03.81.

<sup>399</sup> DCP, sessão de 21.03.81, p. 296.

<sup>400</sup> Na biografia consagrada ao seu ilustre bisavô, Pedro Paes de Vasconcellos não faz qualquer alusão a esta eventual rotura partidária, referindo apenas que «Barjona colocava o princípio do respeito pela lei, e a manutenção da ordem, como essenciais para o vigor de uma democracia», e que o seu avoengo estava tão-somente «Revoltado com o que se estava a passar nas ruas» (V. VASCONCELLOS, 2001, p. 175).

<sup>401</sup> *O Diário Popular*, 23.03.81. Por sua vez, *O Progresso*, no mesmo dia, asseverava que “a primeira parte da moção foi benzina política para se desnodoarem”. O resto da imprensa afecta ao governo afinava pelo mesmo diapasão, distinguindo-se *O Primeiro de Janeiro* por atribuir a estratégia do chefe regenerador a manejos políticos e a rumores inquietantes de que estava em marcha uma cisão no Partido Regenerador.

parte da moção está tacitamente incrustada uma verrina política ao governo, cuja actuação, na óptica de Fontes Pereira de Melo, não estava em total sintonia com os superiores interesses do país, a qual foi rejeitada à tangente por apenas um voto (50 contra 49)<sup>402</sup>, tendo votado contra os ministros da Guerra e da Marinha<sup>403</sup>. Na perspectiva independente de Casal Ribeiro, “Nunca deviam os próceres confundir os seus votos, no senado, com os gritos sediciosos, nas praças, da demagogia republicana e da demagogia regeneradora”. Por isso, na sua opinião, “Procederam mal, evidentemente mal. Nunca, e menos em circunstância tais, deviam sacrificar à paixão partidária a sua missão essencialmente conservadora”<sup>404</sup>. Consequentemente, para Casal Ribeiro, a Câmara Alta não era só a peça através da qual o rei intervinha na vida política, mas também a peça essencial à moderação e ao funcionamento regrado do sistema político: a sua missão devia ser “essencialmente conservadora, não no sentido partidário, mas na linha geral da sua conduta”<sup>405</sup>. Logo, não lhe pertencia levantar tempestades mas, pelo contrário, acalmá-las.

Num artigo intitulado “Fornada de Pares”, escrito nos princípios da década de 1880, Ramalho Ortigão afirmou que “Entre o Poder Executivo e a Câmara dos Pares passa-se o mesmo caso que se dá entre os que fabricam as couraças dos navios de guerra e os que fabricam as balas de artilharia”<sup>406</sup>. Prossequindo esta perspicaz analogia acrescentaria que a segunda parte da moção de Fontes Pereira de Melo teve o efeito de um torpedo disparado sobre a linha de água da nau governativa que, como sabemos, navegava em águas muito agitadas. O executivo obteve uma maioria de apenas um voto, mas para todos os efeitos esta vitória pírrica, obtida por uma unha negra, equivalia a

<sup>402</sup> DCP, sessão de 21.03.81, p. 300.

<sup>403</sup> O órgão oficial dos regeneradores fazia inclusivamente gala de que, ao contrário do Partido Progressista, «no nosso partido não é costume que os ministros, embora com voto em cada uma das casas do parlamento, usem desse voto em questões políticas» (*A Revolução de Setembro*, 31.12.81). Os únicos precedentes desta natureza de que temos conhecimento ocorreram nas sessões de 15.02.62 e 09.07.69. O primeiro caso ocorreu numa altura em que a Câmara dos Pares discutia acaloradamente as medidas tomadas pelo ministério histórico, por ocasião dos tumultos do Natal de 1861 que varreram Lisboa, aquando da morte de D. Pedro V. Com efeito, uma comissão maioritariamente oposicionista, expressamente eleita para o efeito, proferiu um duplo parecer sendo um deles de censura ao governo, imputando-lhe a responsabilidade nos acontecimentos, o qual foi rejeitado por 36 votos contra 34, tendo votado contra Loulé, António José Ávila e Sá da Bandeira, três pares do reino que naquela altura eram também ministros. Apesar de o ministério ter ganho a votação por dois escassos votos este foi, de facto, um triunfo com todo o carácter de derrota (V. BELO, 2000, pp. 62-63 e MÓNICA, 2004 b), p. 299). O segundo caso verificou-se durante a votação de um *bill* de indemnidade relativo a um empréstimo contraído por um ministério do Partido Reformista, o qual foi aprovado por 24 votos contra 20, tendo votado favoravelmente os três ministros que eram pares do reino – Bispo de Viseu, Marquês de Sá da Bandeira e Conde de Samodães (DCP, sessão de 09.07.69, p. 234).

<sup>404</sup> RIBEIRO, 1895, p. 42.

<sup>405</sup> DCP, sessão de 03.04.84, p. 691.

<sup>406</sup> ORTIGÃO, 1943, Volume IV, pp. 159-160.

uma verdadeira derrota pois, subtraindo os votos dos dois ministros, o governo estava em minoria na Câmara dos Pares<sup>407</sup>. Dada a especificidade do bicameralismo português, o governo sabia muito bem o que isso significava. Ainda por cima quando, menos de dois anos antes, Fontes pedira a demissão por, entre outras coisas, apenas ter conseguido ali oito votos de maioria. Importa no entanto frisar que este revés do governo não foi apenas fruto de uma forte mobilização dos regeneradores, mas também uma consequência da falta de comparência de alguns dos “seus” pares (não contabilizando António de Vasconcelos Pereira Coutinho de Macedo, que já havia falecido em 9 de Julho de 1880, foram 7 os pares recém-nomeados ausentes) e da traição de 3 pares indicados pelo governo progressista (Fortunato Barreiros, Manços de Faria e Mexia Salema)<sup>408</sup>.

Segundo as informações de que dispomos, o executivo ainda equacionou a hipótese de se blindar com uma nova “fornada”<sup>409</sup> mas, depois de ponderar melhor todos os prós e os contras, Braamcamp decidiu apresentar a demissão do gabinete no dia 23 de Março, quase 22 meses e muitos reveses depois de ter sido indigitado<sup>410</sup>. Embora não estivesse disposto a descer do pedestal do poder à “sumária intimação de dois ou três *meetings*”, o governo progressista não vislumbrou outra solução para os seus problemas. Como reconheceu prosaicamente Vaz Preto, o paladino da retórica crispada e da conflitualidade parlamentar, “é mister que os desatinos deste governo fossem muitos e grandes, que as inconveniências se sucedessem em tropel umas às outras, que a direcção dos negócios e a marcha governativa fosse muito desgraçada, para que um governo, que subiu ao poder sob os melhores auspícios, adquirisse em pequeno espaço de tempo uma impopularidade tão grande”<sup>411</sup>. De facto, podemos sem reservas dizer que a sua popularidade foi como um navio a pique. Condicionado pela necessidade de travar o défice, o governo progressista teve de sacrificar a sua popularidade à criação de alguns impostos, ao passo que as reformas políticas, tão do agrado da sua cauda de descamisados, nunca saíram do papel. Ora, sem grandes margens para relaxar a política tributária, atormentado pela desenfreada campanha contra o tratado de Lourenço

<sup>407</sup> O *Jornal do Comércio* de 22.03.81 extraía da votação o seguinte corolário: «Como numa moção de censura os ministros nunca votam, como é natural e está nas praxes constitucionais, o governo teve aritmeticamente um voto de maioria, politicamente ficou em minoria de um voto».

<sup>408</sup> V. Anexo 2, p. 345.

<sup>409</sup> SOARES, 1883, p. 385.

<sup>410</sup> Talvez atenuando a proximidade de uma nova *Janeirinha*, O *Progresso* admitia em 27.03.81 que «O governo não caiu ante a votação da câmara dos pares; aproveitou o ensejo».

<sup>411</sup> DCP, sessão de 16.03.81, p. 279.

Marques e amordaçado pelo seu arrojado programa de reformas políticas, o governo progressista viveu permanentemente acossado por um triplo dilema que acabou por consumi-lo.

É verdade que, na oposição, o Partido Progressista nunca indicou o dia nem a hora em que levaria a cabo as reformas políticas, nem prometeu realizá-las todas de uma só vez, mas daí a escamoteá-las por completo vai uma grande diferença. Além de colocar em causa as credenciais do Partido Progressista, enquanto partido reformador, o ministério Braamcamp ainda dispôs uma parte da imprensa progressista que queria reformas à viva força, vendo inclusive Luís de Almeida Coelho e Campos, um dos pares que indicara ao Poder Moderador numa das suas “fornadas”, afastar-se do Partido Progressista por discordar da marcha do governo no que respeita às reformas políticas<sup>412</sup>. Tanto assim que, aquando da cruzada anti-governamental (31 de Janeiro de 1881 – 21 de Março de 1881), a qual se prolongou por 25 sessões consecutivas cuja média de presenças foi de 90 pares por sessão, nem sequer se dignou aparecer na Câmara dos Pares para vir acudir ao governo. E um voto, como escrevia Anselmo Braamcamp ao Visconde de Valmor, um par do reino afecto ao Partido Progressista que na época ocupava o lugar de embaixador de Portugal em Viena, podia fazer toda a diferença<sup>413</sup>. Mas para desgraça do governo Luís de Almeida Coelho e Campos não foi caso único de defecção pois, além dos 3 pares avilistas que vimos, houve ainda outros 3 pares indicados pelo governo progressista – Fortunato José Barreiros, Francisco Maria da Cunha e José Manços de Faria – que viraram a casaca na sequência da deflagração da “questão dos coronéis”.

Foi em larga medida pela sua falta de prudência e pela sua postura temerária que a Câmara dos Pares se revelou um dos *calcanhares de Aquiles* do nosso constitucionalismo monárquico. Ora, neste caso específico, aquilo que mais ressalta é o facto de a Câmara Alta não se limitar apenas a liderar a fervorosa cruzada anti-governamental, mas ainda o de ter feito questão de a levar às últimas consequências,

---

<sup>412</sup> V. *O Primeiro de Janeiro* e *O Jornal do Comércio* de 22.06.81 e 23.06.81, respectivamente. Já depois da exoneração do governo, mais precisamente durante a crise em que o Partido Progressista mergulhou após a sua traumática saída do poder, foi a vez do par Francisco Maria da Cunha se desvincular do Partido Progressista. Esta decisão valeu-lhe, em 20.11.81, a seguinte repreensão de José Luciano de Castro: «A cadeira de par que o meu amigo ocupa pertence ao Partido Progressista. Se as suas convicções lhe não permitem continuar defender nela as ideias desse Partido, parece-me que deve restituí-la a quem lha deu, pelo único modo possível – pela renúncia. Por minha parte não só me atrevo a aconselhar-lhe esse expediente, mas peço e se mo não leva a mal, até o reclamo» (V. MOREIRA, 1998, pp. 124-125).

<sup>413</sup> Reservados da BNL, Cartas de Anselmo José Braamcamp a Fausto de Queirós Guedes (2.º Visconde de Valmor), Caixa 142, Carta datada de 23.01.81, Documento 8.

tomando sobre os seus ombros a ingrata missão de colocar um ponto final na primeira experiência governativa do Partido Progressista. Apesar de todos os seus esforços de domesticação da Câmara Alta, a grande verdade é que o governo, devido à rebeldia política de alguns pares recém-nomeados e à forte mobilização do pariato durante a feroz cruzada que lhe foi movida, nunca conseguiu assegurar ali uma maioria firme e confortável, nem tão-pouco conseguiu encontrar antídoto para a “política impeditiva”<sup>414</sup> da Câmara dos Pares, a qual, encapelada como um oceano revoltado, nem com duas “fornadas” se vergou<sup>415</sup>.

### 7. A tentativa de revanche progressista na Câmara dos Pares

Como é óbvio, a Câmara dos Pares não saiu incólume do duro braço de ferro travado com o governo progressista. Mal este estava de saída, despenhou-se bruscamente sobre a segunda câmara legislativa uma corrosiva série de críticas desabridas. A bem dizer, não só era calorosamente verberado o excessivo protagonismo da Câmara dos Pares, uma “instituição obsoleta e sem serventia” composta por “aristocratas de meia-tigela”, mas também amplamente postulada a necessidade de reformar a “rancidez organizativa” daquele “sarcófago governativo” até o tornar totalmente electivo e democrático, enaltecendo-se ainda no mesmo passo os pretensos méritos da Câmara Alta da Constituição Setembrista de 1838, a qual foi rebaptizada com o título de Senado por aquele código político<sup>416</sup>. Pode mesmo dizer-se que as gazetas mais afeiçãoadas ao Partido Progressista se atiraram que nem feras à câmara hereditária, apodando-a, entre muitas e variadíssimas coisas, de “sinédrio de política facciosa”, de “instituição fossilizada” e de “antro de política reaccionária”, bem como de um “monumento antigo vindo das brumas da Idade Média” e de uma “ruína a visitar”.

<sup>414</sup> A expressão é do próprio ministro do Reino José Luciano de Castro.

<sup>415</sup> Num editorial de um diário progressista podia ler-se, a este respeito: «O sr. Fontes mandando vir de Paris o sr. marquês de Penafiel, dando entrada na câmara a um interdito rehabilitado, e chamando dos últimos recantos da província, e até das ilhas, alguns dignos pares que há muitos anos não vinham ao parlamento, incumbiu-se de demonstrar que a segunda fornada era necessária, e que fora pequena» (V. *O Primeiro de Janeiro*, 12.04.81).

<sup>416</sup> É importante referir que, nas Cortes Constituintes de 1837-1838, não se discutiu apenas o modelo de Câmara Alta a adoptar (segunda câmara vitalícia de nomeação régia *versus* segunda câmara temporária e electiva). Houve também um confronto muito aceso entre partidários do bicameralismo (ordeiros e setembristas moderados) e partidários do unicameralismo (extrema-esquerda setembrista). Consultar SILVA, 1992, pp. 253-315.

Para acudir à “gravidade das circunstâncias”, D. Luís apelou mais uma vez a Fontes. No entanto, “este considerou que era melhor, ficar durante mais algum tempo, de fora. Por um lado, queria gozar da paz que se respirava na administração do Crédito Predial. Por outro, estava com pouca vontade de aturar a nova geração do partido, Lopo Vaz, Júlio de Vilhena, Manuel de Assunção e Marçal Pacheco. Pediu, por conseguinte, a Rodrigues Sampaio para assumir a Presidência do Governo”<sup>417</sup>, um homem “cuja lealdade garantia que Fontes tomaria o poder quando as circunstâncias o aconselhassem ou a vontade o determinasse”<sup>418</sup>. Tendo em conta a recusa do chefe regenerador e a enfermidade de Ávila que, neste preciso momento, estava prestes a fechar definitivamente os olhos, esta foi uma solução política que se poderá considerar razoável<sup>419</sup>. Na impossibilidade de Ávila, uma reserva de luxo de que D. Luís costumava valer-se para fazer face a este tipo de situações transitórias, foi Rodrigues Sampaio a personalidade escolhida para servir de “bomba de choque” destinada a “amortecer a violência das transições”<sup>420</sup>. Além do mais, era Fontes – a “omnipotência oculta” – que comandava, na sombra, as operações. Como constatava *O Progresso*, numa clara alusão à célebre fórmula de Thiers, “o sr. Sampaio preside mas o sr. Fontes governa”<sup>421</sup>.

Quando um partido ataca violentamente um governo de outro partido ao ponto de provocar a sua demissão, o líder da oposição teria a rigorosa obrigação e o dever indeclinável de aceitar formar governo e governar. No entanto, mais do que uma fuga às suas responsabilidades, como queriam fazer crer os progressistas, Fontes teve perfeitamente noção de que a sua temerária conduta face ao anterior executivo iria muito provavelmente dar lugar a uma espiral de retaliações políticas que, em vez de serenar, ainda exacerbaria mais os ânimos. A frase “Compreendemos que o sr. Fontes não deseje o poder nestas circunstâncias, sabendo a sorte que o espera”<sup>422</sup>, vinda a lume num editorial d’*O Primeiro de Janeiro*, era para todos os efeitos verdadeiramente lapidar.

---

<sup>417</sup> MÓNICA, 1999, pp. 137-138.

<sup>418</sup> SOUSA, 1917, Volume I, p. 74.

<sup>419</sup> Na imprensa, nomeadamente nas páginas d’*O Diário Popular*, ventilou-se a notícia de que D. Luís ainda enviou uma mensagem a Ávila pedindo-lhe para ir ao Paço, mas este desculpou-se com a sua doença e não foi (*O Diário Popular*, 24.03.81).

<sup>420</sup> MARTINS, 1986, Volume II, p. 321.

<sup>421</sup> *O Progresso*, 29.03.81.

<sup>422</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 20.03.81.

Quando contemplaram o 38.º governo constitucional presidido por Rodrigues Sampaio, um primeiro-ministro que alegadamente não tinha o estofo nem a força política que o lugar exigia, o qual vinha única e exclusivamente secundado pela irreverente “nova guarda” regeneradora (exceptuando Sampaio, todos os membros do gabinete eram ministros pela primeira vez), os progressistas ficaram atónitos<sup>423</sup>. Na opinião destes, tratava-se de “uma situação manifestamente de transição”, de “uma administração evidentemente fraca”<sup>424</sup> e de “uma jangada ministerial muito desconjuntada”<sup>425</sup>, notoriamente incapaz, na sua perspectiva, de conduzir o país a bom porto. No entanto, o Partido Progressista, nas eleições de 21 de Agosto de 1881, haveria de sofrer na pele a fereza e a determinação da *unha-negra* regeneradora, nomeadamente de Lopo Vaz, Júlio de Vilhena e Hintze Ribeiro. Tudo gente nova, ousada e ávida de fama e de glória que, ainda não há muitos anos, tinha trocado os bancos da Universidade pelas cadeiras do Parlamento.

Pese embora toda a sua experiência política e toda a sua reputação jornalística, o presidente do conselho não entrou decididamente com o pé direito nesta sua estreia à frente de um ministério. Todos os que estudam o Parlamento no século XIX têm a recordação de extraordinárias disputas oratórias, das lutas encarniçadas aquando dos debates, dos votos perdidos por causa de um discurso desastroso saído de uma bancada, de votos ganhos mediante uma súbita demonstração de brio retórico, vindo por vezes de um canto inesperado da Câmara. Ora bem, em 28 de Março de 1881, numa das raras ocasiões em que Sampaio foi ao Parlamento prestar contas, o reputado jornalista que, segundo as más-línguas, se comprazia mais com as pugnas na imprensa do que com as querelas da tribuna parlamentar<sup>426</sup>, em vez de deitar água na fervura, lançou mais achas para a fogueira, acabando por incendiar ainda mais os ânimos. Com efeito, quando foi interpelado na Câmara Alta sobre as linhas essenciais do programa do seu ministério, Rodrigues Sampaio declarou, com uma grande displicência, que “desejamos antes praticar alguma coisa boa e útil sem programa, do que fazer promessas que talvez não

<sup>423</sup> Costa Lobo designou esta situação de «Governo de ensaio da juventude regeneradora» (LOBO, 1941, p. 116).

<sup>424</sup> DCP, sessão de 28.03.81, p. 313.

<sup>425</sup> DCP, sessão de 03.06.81, p. 366.

<sup>426</sup> Marques Gomes refere inclusive que «Na tribuna parlamentar, Sampaio, ficou muito aquém do que era na tribuna jornalística [...]. Não falava como escrevia». Ou seja, não era um orador por excelência (GOMES, 1907, Volume XII, p. 532). Por sua vez, Alberto Pimentel, um dos redactores da Câmara dos Pares, referiu que «Quando jornalista o sr. Sampaio era esperança de um grande ministro, quando ministro é o epitáfio de um grande jornalista» (PIMENTEL, 1925, p. 197).



possamos cumprir”<sup>427</sup>. Ora, esta crítica velada ao Partido Progressista que, como vimos, foi incapaz de consubstanciar as suas ideias programáticas num contexto muito difícil, mereceu uma resposta na ponta da língua de Henrique de Macedo que, com os nervos em franja, lhe replicou nestes termos: “um gabinete com tal programa, ou antes, com tal ausência de programa político, e em tão difícil e grave conjuntura, é que, a meu ver, poderia dizer-se, afirmar-se com fundada convicção, que ele não está *à altura da gravidade das circunstâncias*”<sup>428</sup>. Outro par do reino que não esteve com meias-medidas para com o novo gabinete foi Costa Lobo. Esta antiga figura grada do radicalismo que, nos finais da década de 1860, pertencera ao Centro Liberal Progressista, presidido pelo Conde de Peniche e pelo Barão de Foz Côa<sup>429</sup>, afirmou sem quaisquer reboços nem rodeios que os destinos nacionais estavam nas mãos de uns “ministros que não têm opinião nenhuma sobre coisa nenhuma, e que precisam de adiar o parlamento para fazerem estudos preparatórios que os habilitem a ter alguma opinião sobre alguma coisa”<sup>430</sup>. Segundo rezam as crónicas, na sala fez-se um “chinfrim atroador”, enquanto os ministros, boquiabertos, se entreolhavam com estupefacção.

Ora, nada vinha mais a propósito para um governo titubeante desprovido de programa político e sem ideias definidas do que um pedido de adiamento. Este oportuníssimo expediente, além de permitir ao novo ministério estudar com mais circunspecção e maior rigor algumas questões politicamente mais quentes que tinha herdado – especialmente o que fazer com o controverso imposto sobre o rendimento –<sup>431</sup>, ainda teve o condão de estrangular abruptamente uma acalorada discussão que estava na ordem do dia na Câmara dos Pares, relativa à aparatosa queda do anterior ministério, a qual, pelo rumo que as coisas levavam, poderia igualmente ditar o naufrágio do seu substituto. Por essa razão houve até quem dissesse que “O governo saiu das entranhas da câmara dos dignos pares, mas o filho tem medo da própria mãe”<sup>432</sup>.

A 29 de Março, escassos dias após ter assumido funções e consciente de que as coisas não lhe estavam a correr de feição, o governo pediu um adiamento de dois meses e foi estudar tranquilamente os dossiers. Reaberto o Parlamento, o governo apareceu em

<sup>427</sup> DCP, sessão de 28.03.81, p. 310.

<sup>428</sup> DCP, sessão de 28.03.81, p. 314.

<sup>429</sup> V. DÓRIA, 2004.

<sup>430</sup> DCP, 28.03.81, p. 329.

<sup>431</sup> O executivo acabaria por publicar um decreto em 21 de Abril suspendendo parcialmente a lei de 18 de Junho de 1880 relativa ao imposto sobre o rendimento.

<sup>432</sup> *O Progresso*, 30.03.81.

peso diante dos deputados mas, em vez de lhes apresentar o resultado dos seus aturados estudos, tirou da cartola um decreto anunciando a dissolução da câmara electiva<sup>433</sup>, a quinta em pouco mais de uma década (1870-1881)<sup>434</sup>, após a comissão de Fazenda ter mostrado sérias dúvidas em “votar precipitadamente” uma Lei de Meios para o ano económico de 1881-1882<sup>435</sup>. Como já era de certa forma previsível, a leitura do decreto de dissolução produziu uma verdadeira tempestade entre os deputados da oposição, “que romperam logo na costumada berraria, com murraça rija nas inofensivas carteiras”<sup>436</sup>. No entanto, no final da contenda, acabou por prevalecer uma moção de Luciano de Castro que foi depositada, sob a forma de mensagem de protesto, nas mãos do chefe de estado por uma deputação que o Partido Progressista enviou expressamente ao Paço da Ajuda, a qual foi acompanhada de um manifesto que a maioria progressista dirigiu ao país em 10 de Junho de 1881<sup>437</sup>.

No fim de contas, a imagem que acabou por transparecer de Rodrigues Sampaio foi a de um presidente do conselho decorativo que, segundo a oposição, se escondia atrás dos ministros e fugia a sete pés do Parlamento. Entre 25 de Março de 1881 e 2 de Janeiro de 1882, somente se realizaram 9 sessões da Câmara dos Pares e outras tantas, ou pouco mais do que isso, da Câmara dos Deputados. Muito pouco para um ministério, supostamente, “à altura da gravidade das circunstâncias”. Uma expressão que, na época, passou a estar muito em voga no léxico parlamentar.

O que é certo é que esta espécie de alergia ao Parlamento não inviabilizou o facto de D. Luís conceder aos regeneradores, em 29 de Dezembro de 1881, uma

---

<sup>433</sup> Segundo as informações de que dispomos, desta vez a opinião do Conselho de Estado dividiu-se. Votaram a favor da dissolução o Marquês de Ficalho, o Conde de Valbom, Fontes, Andrade Corvo e Mendes Leal; pronunciaram-se contra Braamcamp, Casal Ribeiro, o general Carlos Maria de Caula, Mártens Ferrão e Serpa Pimentel. Este último conselheiro pretendia uma prorrogação das Cortes por mais alguns dias até que fosse votado o orçamento na Câmara dos Pares, ao passo que o governo queria ver rapidamente aprovada uma Lei de Meios. Afinal, nem uma coisa nem outra.

<sup>434</sup> SANTOS, 1890, Volume II, 1.ª Parte, p. 187.

<sup>435</sup> A conclusão do parecer da comissão, esmagadoramente constituída por deputados progressistas, logo incompatível com o governo, salientava que a mesma «É de parecer que a lei de meios só deve ser concedida no caso de se prolongar excessivamente a discussão do orçamento do estado e das leis correlativas».

<sup>436</sup> *A Revolução de Setembro*, 05.06.81.

<sup>437</sup> O manifesto subscrito por 84 deputados progressistas que vem publicado no *Progresso* de 15.06.81 terminava desta forma: «As reformas políticas, a que o governo transacto teve de antepor a reorganização financeira, hão-de constituir a principal e impreterível missão a que a maioria da câmara dissolvida se honra de pertencer. Oxalá que as resistências opostas a essas reformas não obstem a que elas se realizem enquanto podem ser deliberação serena e reflectida dos poderes públicos, em vez de forçada e tardia concessão ao descontentamento popular».

“fornada” de 19 pares do reino. Ora, esta infusão de sangue novo na Câmara Alta<sup>438</sup>, além de desnivelar novamente os pratos da balança no que concerne ao peso de cada um dos chamados partidos rotativistas na câmara hereditária, veio ainda reforçar a convicção dos que proclamavam a necessidade das reformas políticas, e, sobretudo, da Câmara dos Pares. *O Progresso* garantia mesmo que “não há país nenhum, regido por instituições constitucionais, que tenha uma segunda câmara em condições tão defeituosas e anacrónicas como a nossa. Na própria câmara dos lordes há um pequeno elemento electivo”. Por isso, “Quem pode acusar de desvairamento revolucionário uma reforma que se limita a pedir a remodelação da segunda câmara conforme os modelos que nos dão a Bélgica, a Holanda, a Itália e a Espanha”<sup>439</sup>. As sucessivas vagas de pares não contribuíam em nada para o prestígio da instituição<sup>440</sup>. Muito pelo contrário, “À medida que o nível do pariato descia abaixo das altas sumidades intelectuais e morais, subiam as ambições dos menos dignos compreendidos nas categorias” da Lei de 3 de Maio de 1878<sup>441</sup>, a qual, de acordo com o seu mentor, “ia tão longe quanto possível para conservar alto o nível do pariato”<sup>442</sup>.

Como dizia o Conde de Valbom com uma boa dose de humor à mistura, a reforma da Câmara Alta tornara-se, senão num imperativo constitucional inadiável, pelo menos numa imperiosa necessidade arquitectónica. Por isso, logo após aquela última leva de pares regeneradores, deixou no ar um alvitre: “ou tem de se alargar esta sala ou de construir outra maior, visto que continuamente se estão nomeando pares do reino às fornadas”<sup>443</sup>. De facto, embora o contínuo intumescimento da Câmara dos Pares constituísse um caso sério, a solução do problema não passava por uma alteração da sua traça arquitectónica. Pela Europa e pelo Mundo fora haveria certamente instalações

---

<sup>438</sup> Segundo *O Diário Popular* de 30.12.81, os conselheiros de estado que votaram contra a «fornada» foram os condes de Casal Ribeiro e Valbom, Mártens Ferrão e o general Caula; por seu turno, entre os que votaram favoravelmente contavam-se Fontes Pereira de Melo, Serpa Pimentel, Andrade Corvo, Marquês de Ficalho e Anselmo Braamcamp. De acordo com a mesma fonte, «O sr. Braamcamp só votou com a declaração de que o governo havia afirmado não ter maioria na câmara dos pares. Foi exactamente como votou no passado, havendo este ano a circunstância de que nós precisamos de que o sr. Fontes complete a sua obra para se tornarem realizáveis as reformas políticas. Além disso é claro, que sendo esta fornada mais um golpe de alvião na câmara dos pares, não era natural que a rejeitasse o sr. Braamcamp, que entende indispensável a reforma». Ou seja, os progressistas achavam que o executivo deveria ter condições para pôr em prática as tão aguardadas reformas políticas.

<sup>439</sup> *O Progresso*, 21.02.82.

<sup>440</sup> É importante salientar que a desconsideração da Câmara Alta aos olhos da opinião pública era também resultante da enorme carga pejorativa a que o termo «fornada» estava associado e que, para mal dos pecados da câmara, se reflectia depois negativamente na sua própria imagem.

<sup>441</sup> SOARES, 1883, p. 515.

<sup>442</sup> RIBEIRO, 1895, p. 38.

<sup>443</sup> DCP, sessão de 08.02.82, pp. 152-153.

parlamentares mais sumptuosas e mais funcionais, mas a sala das sessões do pariato português ainda era relativamente nova<sup>444</sup>, tinha custado quase os olhos da cara<sup>445</sup> e, a fazer fé nas descrições e nas ilustrações disponíveis, não estava nada de se deitar fora<sup>446</sup>, fazendo inclusive lembrar, “mas, para melhor, a Sala das sessões do Senado francês”<sup>447</sup>. Os sucessivos abonos pedidos pelo Marquês de Nisa falavam amplamente por si. Com efeito, este histriónico fidalgo, cuja imagem de marca não era seguramente a forma desastrada como administrava a sua vasta fortuna<sup>448</sup>, “empregou todo o seu finíssimo gosto não só na construção como na ornamentação da sala”<sup>449</sup> onde ficou definitivamente instalada a Câmara dos Pares e onde funcionaram posteriormente o Senado da Constituição de 1911 e a Câmara Corporativa da Constituição de 1933. Excluída por maioria de razões a hipótese ventilada por Lobo de Ávila, a panaceia para o ingurgitamento da Câmara dos Pares, que nesta altura já contava nada mais, nada menos que 156 elementos, isto é mais 7 membros do que a dos deputados, teria forçosamente de passar por uma reformulação da sua estrutura organizativa. Esta era, pelo menos, a opinião do *Jornal do Comércio* que, de uma forma sibilina, vaticinava que “Por pouco que continuássemos mais alguns anos sem a reforma da câmara, e que houvesse em pouco tempo duas ou três mudanças de ministério, que precisasse reforçar-

<sup>444</sup> Efectivamente, «Foi na sessão de 1863 que a Câmara dos Pares reconhecendo a necessidade de alargar e reconstruir a sala das suas sessões, elegeu de entre os seus membros uma comissão para dirigir e levar a efeito a obra. Esta comissão delegou mais tarde os poderes de que se achava revestida num dos seus membros, o marquês de Niza, afim deste dirigir a obra, continuando porém a comissão a fiscalizar e a superintender. [...] Deu-se começo à obra em 1864, pela demolição da sala antiga. No dia 3 de Janeiro de 1867 achava-se concluída a obra, e desde esse dia começava ali a funcionar a câmara alta» (*O Ocidente*, 15.01.78, p. 11). Nela são visíveis as importantes alterações realizadas, além da presença de alguns símbolos políticos, foram ali colocados os bustos do Duque de Palmela, do Patriarca Guilherme de Carvalho, do Duque da Terceira, do Conde do Lavradio, do Duque de Loulé e do Duque de Saldanha.

<sup>445</sup> Segundo a mesma fonte, «O custo da nova sala, segunda a autorização concedida ao governo pela lei de 25 de Julho de 1864, devia ser de 60 contos de réis. Em Maio de 1865 já se haviam porém gasto 120 contos, estando a obra longe da sua conclusão. A importância total despendida pelo estado, não consta até hoje de nenhum documento oficial conhecido do público» (*O Ocidente*, 15.01.78, p. 11).

<sup>446</sup> Ao invés, a antiga sala do pariato, na perspectiva do príncipe polaco Felix Lichnowsky, era «pequena, destituída de elegância e imprópria da dignidade inerente ao primeiro corpo colectivo do Estado» (LICHNOWSKY, 2005, p. 110).

<sup>447</sup> LEITÃO, 1945, p. 84.

<sup>448</sup> Apesar de ter herdado uma enorme fortuna, este incorrigível boémio de quem se contaram mil e uma histórias acabou por morrer em 1873, com 56 anos, na estância termal de Cauterets, nos Pirinéus franceses, completamente arruinado. Como afirmou Eduardo de Noronha, «Não há riqueza, por colossal que seja, capaz de resistir a tão cruentos atentados. Todavia os recursos da casa de Niza podiam considerar-se quase inexauríveis. Um belo dia, na primavera de 1866, D. Domingos vendeu ao abastado capitalista José Maria Eugénio de Almeida, pela enorme soma, para esse tempo, de trezentos e cinquenta contos, uma das mais belas fazendas agrícolas de Portugal – a propriedade do Paul. Era tão vasta que se estendia por três concelhos: pelo de Santarém, Golegã e Torres Novas. Mal administrada, como andava, rendia trinta contos de reis anuais. A contribuição de registo produziu para a fazenda pública vinte e cinco contos e tanto» (NORONHA, 1909, p. 403).

<sup>449</sup> NORONHA, 1909, p. 397.

se naquela câmara, onde, às vezes, se faz política de combate, como na câmara popular, teríamos uma coisa ridícula: uma câmara mais numerosa do que as dos países que contam trinta milhões de habitantes, e que só poderia funcionar sem incómodo, na sala do risco do arsenal”<sup>450</sup>.

De facto, a manifesta ineficácia da lei orgânica do parliamento de 3 de Maio de 1878 em servir de travão das “fornadas” deixou a Câmara dos Pares a rebentar pelas costuras<sup>451</sup>. Dada a especificidade do bicameralismo monárquico português e a indispensabilidade de constituir maioria na Câmara Alta para governar, o risco de a instituição ir ao fundo com o peso das “fornadas”, como alertava o eloquente artigo de Ramalho Ortigão<sup>452</sup>, não era apenas retórica.

### 8. A luta pela sobrevivência: o regresso do Partido Progressista às raízes

Em Setembro de 1881, Fontes Pereira de Melo regressou de mais uma reconfortante *tournee* pelo velho continente, sendo recebido de braços abertos na gare ferroviária do Entroncamento por um grupo de “quatrocentas ou quinhentas pessoas” que fizeram questão de ir mostrar ao augusto viajante o seu contentamento pelo regresso do “valido” ao país. Tudo isto era muito bonito mas, na óptica da oposição, estas manifestações de apreço que deviam calar fundo a Fontes, eram suspeitas. Como notava *O Primeiro de Janeiro*, “Já vimos que o sr. Fontes quando se aborrecia do poder organizava um ministério de mientras vuelve e depois de passear no estrangeiro regressava à pátria como Aníbal vencedor; era levantado nos escudos da sua soldadesca e ia depois ao parlamento comandar a manobra para pôr no meio da rua o gabinete de empréstimo e tomar conta do poder como directo senhor”<sup>453</sup>. Dito por outras palavras, a atmosfera de interinidade que se respirava desde a nomeação do gabinete Rodrigues Sampaio estava com os dias contados depois deste regresso em ombros de Fontes Pereira de Melo ao país.

<sup>450</sup> *O Jornal do Comércio*, 01.05.82. V. também VILHENA, 1916, Volume I, p. 138.

<sup>451</sup> Luís Espinha da Silveira refere inclusivamente que a lei de 3 de Maio de 1878 «não fez mais do que consagrar legalmente a prática das fornadas» (SILVEIRA, 1992, p. 349).

<sup>452</sup> V. ORTIGÃO, 1943, Volume IV, p.159-160.

<sup>453</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 22.09.81.

Entretanto, a vida política nacional é abalada a 3 de Maio de 1881 pela morte do Duque de Ávila e Bolama, o presidente da Câmara dos Pares e uma das figuras mais marcantes do constitucionalismo monárquico<sup>454</sup>. Excluindo o 6.º Duque do Cadaval, que, pelas razões que se conhecem, apenas exerceu funções até 14 de Março de 1828, e o 1.º Duque de Loulé, que abandonou o lugar por sua livre iniciativa, era a quinta vez, em cerca de meio século, que a Câmara Alta ficava órfã do seu presidente<sup>455</sup>. De resto, na imprensa, foram logo alvitados vários nomes dignos de vir a suceder a Ávila, sendo que, entre os mais badalados, se incluíam Mártens Ferrão e Casal Ribeiro, duas “velhas raposas” do constitucionalismo monárquico.

De facto devemos convir que, de um ponto de vista estritamente teórico, Mártens Ferrão e Casal Ribeiro, pela sua idoneidade, experiência parlamentar e independência política, seriam sem dúvida duas boas opções para ocupar a apetecível cadeira devoluta. Mas ao invés do que era habitual noutras paragens, onde “os homens que mais preponderam numa certa e determinada política, não pertencem às câmaras altas”<sup>456</sup>, o soberano português não via qualquer inconveniente nem nada de incongruente no facto de nomear para presidente da Câmara Alta um chefe partidário<sup>457</sup>. Por conseguinte, é Fontes Pereira de Melo o senhor que se segue. Por carta régia de 6 de Maio de 1881, o “valido” sucede a Ávila na presidência da Câmara dos Pares<sup>458</sup>, deixando os progressistas visivelmente irados<sup>459</sup>. E o caso não era para menos. Para

<sup>454</sup> Como refere José Miguel Sardica, «Ao contrário dos partidos regenerador e progressista, construídos, particularmente o primeiro, pelo talento aglutinador dos seus chefes, o avilismo nunca chegara a ser um partido político. A morte de Fontes e de Braamcamp não significaria – como não significou – a dissolução dos seus partidos; a morte de Ávila, bem ao invés, foi também a morte do avilismo, enquanto rótulo publicamente identificável na nomenclatura política da época» (SARDICA, 2005 a), p. 574).

<sup>455</sup> Comparativamente, podemos indicar que, entre 1834 e 1881, a Câmara dos Deputados já conhecera 31 Presidentes diferentes (V. SANTOS, 1986, Anexo VII).

<sup>456</sup> DCP, sessão de 03.04.84, p. 691.

<sup>457</sup> Esta foi uma prática iniciada no reinado de D. Luís com a nomeação em 21 de Setembro de 1870 do então Marquês de Loulé para presidente da Câmara dos Pares. Quando este solicitou a sua exoneração, a qual lhe foi concedida em 5 de Outubro de 1872, D. Luís voltou a nomear em 11 de Outubro um chefe partidário, no caso o então Marquês de Ávila.

<sup>458</sup> Por sua vez, a cadeira do Duque de Ávila no Conselho de Estado foi ocupada pelo ilustre bibliotecário, mas discreto político, Mendes Leal. Segundo *O Progresso*, a nomeação de Mendes Leal para conselheiro de estado foi a forma encontrada pelo governo regenerador de lhe retribuir «o serviço que fez à regeneração, abstendo-se de ir à câmara dos pares, estando como estava em Lisboa, colocar-se ao lado do ministério progressista, como tinha moralmente obrigação de o fazer» (*O Progresso*, 10.05.81).

<sup>459</sup> Num editorial d’*O Primeiro de Janeiro* asseverava-se inclusivamente que «A entidade da câmara desaparece[ria] agora totalmente atrás da personalidade do sr. Fontes, caracterizado na sua qualidade de chefe do partido. Quer isto dizer, que a câmara dos dignos pares, já gravemente comprometida, perdeu de todo as aparências de imparcialidade, isenção e independência constitucional, que deviam distingui-la [...]. O chefe do partido regenerador, que arrastou esta câmara a uma política facciosa e inconvenientíssima, e que capitaneou o assalto final contra o ministério progressista, investe-se, por autoridade dos ministros que ele próprio escolheu, nas funções de presidente, que ali devem ser, acima de

além do presidente da Câmara dos Pares constituir uma espécie de segunda figura hierárquica do Estado que presidia às sessões reais de abertura e de encerramento dos trabalhos parlamentares, a presidência da Câmara dos Pares era também um lugar muito importante de um ponto de vista político<sup>460</sup>. Quem o admite abertamente e sem quaisquer rodeios é o progressista José Luciano de Castro, numa carta dirigida em 25 de Janeiro de 1887 ao seu amigo Oliveira Martins. Reportando-se ao recente desaparecimento de Fontes Pereira de Melo do reino dos vivos<sup>461</sup>, aquele acaba por reconhecer que “Pessoalmente, senti viva mágoa pelo seu desaparecimento. Politicamente, penso que alguma coisa lucrámos, principalmente pelas dificuldades que nos criava na presidência da Câmara dos Pares”<sup>462</sup>. Em todo o caso, no seguimento de uma progressiva democratização que se vinha verificando na vida política oitocentista, o cargo de presidente da Câmara dos Pares deixou de ser vitalício logo após a morte de Fontes<sup>463</sup>. De acordo com o decreto de 27 de Janeiro de 1887, o presidente e o vice-presidente da Câmara dos Dignos Pares do Reino, à semelhança dos seus congéneres do Senado espanhol<sup>464</sup>, passaram a ser nomeados por decreto real, com o *agrément* do governo, no início de cada sessão legislativa ordinária<sup>465</sup>.

---

tudo, garantia de imparcialidade e de cordura!» (*O Primeiro de Janeiro*, 11.05.81). Além da presidência da Câmara dos Pares, Fontes Pereira de Melo herdou ainda de Ávila o mais apetecido de todos os lugares – o de governador da Companhia Geral do Crédito Predial Português. Após a morte de Fontes, é José Luciano de Castro que assume as funções de governador do Crédito Predial, aí se mantendo até 4 de Junho de 1910.

<sup>460</sup> Atente-se, por exemplo, no sucedido na sessão de 30.03.64 (V. BELO, 2000, pp. 98-100).

<sup>461</sup> Não deixa de ser um pouco macabro o facto de Fontes ter falecido no palacete situado no Pátio do Tijolo, ao Príncipe Real, que pertencia à família de Anselmo Braamcamp. Com efeito, «Ali morrera esse honrado estadista um pouco mais de um ano antes. Ali fora render a derradeira homenagem, ao seu adversário político, Fontes, fardado de general de divisão. Para ali mudara a residência em princípios de Janeiro de 1887. Ali faleceu num quarto, pouco distante daquele onde expirara o seu competidor na rotatividade da gerência da causa pública, decorridos dias após a sua instalação» (NORONHA, 1926, p. 289).

<sup>462</sup> MOREIRA (org.), 1998, p. 232. Com efeito, há vários exemplos de parcialidade por parte dos presidentes da Câmara dos Pares, os quais não se podiam dar ao luxo de dizer o que disse o senador Correia Barreto. Em 30 de Novembro de 1923, este político que foi nada mais, nada menos de 11 vezes eleito Presidente do Senado da Primeira República referiu o seguinte: «Desde que assumi este alto cargo não sou membro de partido algum; sou apenas Presidente do Senado» (PINTO, 2002, p. 165).

<sup>463</sup> Recordo que a nomeação do presidente e do vice-presidente da Câmara dos Deputados eram apanágio do Rei, no entanto a câmara electiva reservava-se o direito de apresentar a chamada «lista quántupla» que obrigava o monarca a escolher entre os cinco candidatos designados. Sobre as supostas desvantagens do carácter vitalício da presidência da Câmara dos Pares consultar: GARRETT, 1984, pp. 176-177.

<sup>464</sup> Na verdade, em Espanha, eram os chefes partidários que indicavam ao monarca as personalidades que desejavam ver na presidência do Senado. O Marquês de Barzanallana, um político moderado – ministro da Fazenda em vários governos de Narváez – que se uniu aos conservadores após a Restauração, foi promovido por Cánovas à presidência do Senado em seis ocasiões (1876, 1877, 1878 – ordinária e extraordinária –, 1879-80 e 1880-81). Por sua vez, o Marquês de La Habana, outro político da época isabelina reciclado pelo regime da Restauração, foi levado por Sagasta à presidência do Senado por oito vezes (1881-82, 1882-83, 1886, 1887, 1887-88, 1888-89, 1889-90 e 1893). Depois da morte deste, foi a

O render da guarda na presidência da Câmara dos Pares ocorreu na sessão de 30 de Maio de 1881. Investido no lugar, Fontes prestou a devida homenagem institucional ao finado, recordando as “altas qualidades”, as “virtudes cívicas” e os “distintos serviços” prestados pelo “benemérito homem de Estado” que, entre 1872 e 1881, “orientou cerca de quatro centenas de sessões do pariato”<sup>466</sup>. Propôs também o lançamento em acta de um voto de profundo pesar, e a colocação de um busto de mármore do Duque na sala das sessões da Câmara dos Pares. Aprovadas, por unanimidade, as propostas fontistas, tomou a palavra Melo Gouveia, o qual fez o panegírico do seu falecido chefe, reiterando mormente o papel insuprível desempenhado pelo ilustre insular na vida política nacional<sup>467</sup>. Quanto aos votos de que Ávila dispunha na Câmara dos Pares<sup>468</sup>, é importante salientar que, com excepção de um ou outro avilista que preferiu “prosseguir uma carreira a solo, engrossando o conjunto de vozes independentes e conservadoras”<sup>469</sup> que ali tinham assento, na sua maior parte, acabaram por ficar na posse do Partido Regenerador. Como notava *O Progresso*, cerca de um ano e meio após a morte do Duque, “o elemento avilista confundiu-se por tal modo com o partido regenerador, que, ou a fusão entre eles foi completa, ou deve supor-se que pelo menos durará, enquanto durar a situação presidida pelo sr. Fontes”<sup>470</sup>.

Rodrigues Sampaio demite-se precisamente na noite de São Martinho quando já está gravemente doente, invocando, como pretexto, um conflito de competências entre os ministros da Guerra e da Fazenda. Em 14 de Novembro de 1881, Fontes substitui

---

vez de Eugénio Montero Rios presidir à Câmara Alta espanhola em sete sessões legislativas (1894-95, 1898, 1901, 1902, 1905-06, 1910 e 1911). V. ANADÓN BENEDICTO, 1998, pp. 185-219.

<sup>465</sup> V. PRAÇA, 1983, Volume II, p. 389. O número de presidentes da Câmara dos Pares em virtude do decreto de 27.01.87 cifrou-se numa dezena: João Crisóstomo de Abreu e Sousa (31.03.1887 – 17.04.1890); António Teles Pereira de Vasconcelos Pimentel (18.04.1890 – 24.09.1892); Augusto César Barjona de Freitas (24.09.1892 – 26.09.1894); Luís Frederico de Bívar Gomes da Costa (27.09.1894 – 10.06.1897 e 29.12.1900 – 09.09.1904); José Maria Rodrigues de Carvalho (11.06.1897 – 28.12.1900); Alberto António Morais de Carvalho (24.09.1904 – 31.03.1905); António Cândido Ribeiro da Costa (01.04.1905 – 24.01.1906); Augusto José da Cunha (25.01.1906 – 22.04.1908); António de Azevedo Castelo Branco (23.04.1908 – 24.02.1909) e Gonçalo Pereira da Silva de Sousa de Meneses, 3.º Conde de Bertandos (25.02.1909 – 05.10.1910).

<sup>466</sup> SARDICA, 2001 b), p. 655.

<sup>467</sup> DCP, sessão de 30.05.81, pp. 333-335.

<sup>468</sup> Segundo José Miguel Sardica, entre os pares do reino amigos de Ávila em 1881, incluíam-se «Seguramente, Carlos Bento da Silva, Mexia Salema, Melo Gouveia, Silvestre Ribeiro, Sousa Pinto e Samodães; possivelmente, os Visconde de Seabra e de Chancelheiros e mais um ou outro» (SARDICA, 2005 a), p. 576).

<sup>469</sup> SARDICA, 2005 a), p. 576.

<sup>470</sup> *O Progresso*, 19.09.82.



Rodrigues Sampaio na presidência<sup>471</sup>, o qual acabará por falecer a 13 de Setembro de 1882 na bucólica vila de Sintra; acumula também a pasta da Guerra, até então do general Sanches de Castro e substitui Lopo Vaz na Fazenda, o que denota a sua determinação de pôr ordem nas finanças, uma das prioridades imarcescíveis dos seus governos e a prioridade das prioridades do país<sup>472</sup>. Os outros ministros que acompanham Fontes nesta terceira e última experiência à frente de um ministério são Tomás Ribeiro no Reino, Júlio de Vilhena na Justiça, José de Melo Gouveia na Marinha, António de Serpa nos Estrangeiros e Hintze Ribeiro nas Obras Públicas. De acordo com Oliveira Martins, “o senhor Lopo Vaz nunca perdoou ao senhor Fontes tê-lo excluído desse ministério, que formou, quando Sampaio, em 1881, bonacheirão e obediente, lhe entregou a presidência do Conselho, os colegas aproveitáveis, e a Câmara que o próprio Lopo tinha feito”<sup>473</sup>. Quem não desfrutava também de grandes simpatias junto de Fontes era Barjona de Freitas, o chefe de fila da facção mais avançada do Partido Regenerador. Tanto assim que, de acordo com *O Diário Popular*, “O sr. Barjona não foi sequer consultado acerca da organização do ministério, apesar de ter um lugar importante na câmara dos pares e contar com aderentes na câmara electiva, que dizem ser superiores em número aos do sr. Fontes”<sup>474</sup>. Corroborando de certa forma a máxima de que “Cada governo costuma mandar como embaixadores para fora aqueles que não quer ver dentro como chefes da opposição”<sup>475</sup>, ventilou-se inclusivamente na imprensa que o cargo de embaixador no Rio de Janeiro foi oferecido a Barjona de Freitas, mas que este declinou imediatamente o convite, alegando então que o seu lugar era no Parlamento<sup>476</sup>. No entanto, frustrado com as intrigas da vida política nacional, aceitaria de bom grado ser nomeado embaixador em Londres para dirimir a questão do Ultimato britânico de 11 de Janeiro de 1890<sup>477</sup>, deixando assim a sua balbuciente Esquerda Dinástica “privada dos cuidados paternos”.

<sup>471</sup> Na sessão de 04.02.82 da Câmara dos Pares, o velho radical e antigo reitor da Universidade de Coimbra Vicente Ferrer considerou que a chamada de Fontes ao poder subvertia «o princípio fundamental do governo representativo, que exige a rotação dos partidos».

<sup>472</sup> Fontes Pereira de Melo foi de longe o estadista português do século XIX que esteve durante mais tempo à frente deste ministério, totalizando 2547 dias nas quatro ocasiões em que geriu a pasta da Fazenda; seguiam-se o Duque de Ávila e Bolama com 1038 dias, em seis ocasiões; e José da Silva Carvalho com 942 dias, em três ocasiões (NORONHA, s.d. a), p. 259).

<sup>473</sup> MARTINS, 1959, Volume IV, p. 291.

<sup>474</sup> *O Diário Popular*, 21.11.81.

<sup>475</sup> QUEIRÓS, 2001, p. 252.

<sup>476</sup> *O Diário Popular*, 21.11.81.

<sup>477</sup> Na sequência do Ultimato britânico, que leva à queda do ministério progressista presidido por Luciano de Castro, os regeneradores são novamente chamados ao governo e acabam por se reunificar com o

O regresso de Fontes ao poder visava, antes de mais nada, aplacar a ofensiva política levada a cabo pela *unha-negra* regeneradora, a qual tinha redundado na “catástrofe” eleitoral dos progressistas em 21 de Agosto de 1881. Com efeito, nesta ocasião, o governo resolveu ser drástico. Como se não fosse suficiente a crise interna provocada pela sua turbulenta passagem pelo poder – o próprio Luciano de Castro, tal qual um general infeliz depois da derrota, abandonou as suas tropas e procurou refúgio no seu bastião em Anadia, onde durante largo tempo se manteve numa semi-obscuridade a desfrutar o enlevo do seu retiro doméstico –, o Partido Progressista ainda foi vítima de uma autêntica campanha de “extermínio” parlamentar<sup>478</sup>. Só meia dúzia de candidatos progressistas lograram, graças às excepcionais influências locais que possuíam, vencer a pressão oficial<sup>479</sup>. O mesmo é dizer que, dos 105 deputados que possuía na anterior legislatura, o Partido Progressista ficou reduzido apenas a 6 deputados<sup>480</sup>, não tendo sequer conseguido eleger o seu líder – o símbolo da derrocada eleitoral do Partido Progressista –, o qual, devido à guerra sem quartel que lhe foi movida, viu-se obrigado a pular de círculo em círculo, até ao clamoroso desaire final pelo círculo de Loulé<sup>481</sup>. Desvalido do influente local que à última da hora zarpou com armas e bagagens para o outro lado da barricada<sup>482</sup>, Braamcamp acabou humilhantemente derrotado por Ângelo Sarrea do Prado, um anódino miguelista cuja candidatura era, alegadamente, patrocinada pelo governo. Ou seja, uma figura de segundo plano chegou e bastou para derrotar um opositor pejado de predicados

---

regresso da Esquerda Dinástica. Tanto assim que, nas eleições de 30 de Março, conseguem eleger 115 dos 169 deputados, incluindo os antigos dissidentes que, em 1887, seguiram Barjona de Freitas.

<sup>478</sup> Como o mal nunca vem só, a esta maré negra que assolou o Partido Progressista sobreveio ainda a morte do Bispo de Viseu, D. António Alves Martins, em 5 de Fevereiro de 1882, a qual implicou o fim da Diarquia na direcção do partido.

<sup>479</sup> Inicialmente, os progressistas apresentaram candidatos em 2 dos 5 círculos eleitorais da capital mas, à última da hora, Mariano de Carvalho retirou a sua candidatura pelo círculo n.º 97 (Santa Isabel); enquanto isso, nos 3 círculos eleitorais do Porto (bairro oriental, central e ocidental), o Partido Progressista nem sequer foi a votos, alegadamente, por entender «que não valia a pena empenhar-se numa luta violenta para escolher representantes, a quem se não atribuíra nenhuma importância constitucional» (*O Progresso*, 21.08.81).

<sup>480</sup> Os deputados eleitos pelo Partido Progressista foram Luciano de Castro (Anadia), Mariano de Carvalho (Timor), Emídio Navarro (Arouca), Francisco de Barros Coelho (Viseu), Pedro Augusto Franco (Belém) e Augusto Saraiva de Carvalho (Covilhã). Perante esta magreza numérica de deputados, nem o aforismo «Nunca há grandes maiorias quando o Mariano está na oposição», alegadamente proferido por Fontes, valia ao Partido Progressista (CARVALHO, 1946, p. 173).

<sup>481</sup> Segundo *O Diário Popular* de 05.12.81, «Assim que o nome respeitável do sr. Anselmo Braamcamp aparecia em qualquer círculo, logo o governo recorria a todos os expedientes mais vis e esvaziava os cofres públicos para guerrear-lo».

<sup>482</sup> Por esta e outras razões, em 1884, quando regeneradores e progressistas acordaram uma revisão eleitoral, um dos seus objectivos foi no sentido de reforçar o poder dos chefes partidários em detrimento da influência dos caciques locais, beneficiados pelos círculos uninominais que vigoravam desde 18 de Março de 1859.

políticos. Além disso, por ocasião da renúncia de Anselmo Braamcamp ao pariatto, uma folha progressista garantira solenemente, em jeito de prenúncio, que “Pode o sr. Braamcamp encontrar um dia fechadas as portas da câmara popular [...] mas o tribuno austero não troca a alva de constante candidato popular pelos arminhos e manto luzido dos próceres”<sup>483</sup>. Por conseguinte, a este deserdado da tribuna parlamentar que se viu de um momento para o outro relegado para uma espécie de quarentena política, não restou outra senão a tribuna jornalística para destilar as suas mágoas, a qual não lhe era totalmente estranha em virtude de ter colaborado “em tempos” num discreto jornal de Coimbra<sup>484</sup>. Porém, embora o jornalismo e o exercício de certos cargos públicos também servissem para fazer política, é importante ter presente que o Parlamento era, no século XIX, o centro da vida política.

Nas palavras dos dirigentes progressistas, nem o cabralismo, nos seus estouvamentos eleitorais, ousara ir tão longe. Mas mais espantoso ainda, foi ver o velho *Sampaio da Revolução*, outrora o adversário implacável do despotismo cabralista mas um homem sem o carisma e a autoridade natural de Fontes, transigir com esta verdadeira humilhação eleitoral de que o Partido Progressista foi vítima<sup>485</sup>. De facto, se havia uma matéria em que o “ministério de títeres”, presidido por Rodrigues Sampaio, estava “à altura das circunstâncias”, era nas pugnas eleitorais. Neste capítulo, podemos peremptoriamente dizer que o governo tinha a lição muitíssimo bem estudada.

De acordo com os testemunhos da época, esta tentativa de “extermínio” parlamentar era fruto de um plano verdadeiramente maquiavélico que “implicava a marginalização ou até a dissolução do Partido Progressista” e a sua substituição pela *unha-negra* regeneradora<sup>486</sup>. Como se escrevia no editorial d’*O Primeiro de Janeiro* de 24 de Agosto de 1881, “o partido regenerador visa a dominação exclusiva e sem partilha, imaginando para isso um expediente ardiloso, com o qual espera satisfazer as exigências da rotação constitucional. Para realizar esse pensamento, era necessário, primeiro que tudo, acabar de vez com o partido progressista [...]. Excluído da câmara esse partido, reduzido ao menos a uma pequena representação parlamentar, o partido regenerador dividir-se-ia em dois. A gente mais turbulenta, a mocidade esperançosa,

---

<sup>483</sup> *O País*, 19.05.74.

<sup>484</sup> MARTINS, 1958, Volume I, p. 390.

<sup>485</sup> É importante frisar que os progressistas não exprobravam o passado patuleia de Rodrigues Sampaio. Muito pelo contrário, simplesmente estranhavam a sua conduta política no presente. Na verdade, «Navarro dedicou sempre a Rodrigues Sampaio a mais alta veneração. Foi o *Espectro* a sua bússola no marear das sirtes da imprensa» (NORONHA, 1913, p. 85).

<sup>486</sup> ALMEIDA, 2001, p. 13.

elegeria como chefe o sr. Barjona de Freitas; seria este o partido avançado, o novo partido progressista, para dar satisfação aos que pedem reformas políticas. Essa aspiração nobilíssima da consciência nacional teria como intérpretes os homens que acabam de estrangular a liberdade, depois de haverem enxovalhado e menosprezado a soberania nacional! A outra secção do partido regenerador ficaria constituída com os homens da velha guarda, tendo o sr. Fontes como chefe. E assim se completavam os *arranjos* de uns e outros! O poder não sairia das mãos dos regeneradores; as duas secções formariam os dois eixos da rotação constitucional, sem necessidade de se ressuscitar o exterminado partido progressista, ou de se chamar o partido constituinte, do mesmo modo exterminado ou absorvido previamente. Este é o plano, que em altas regiões se afaga, e é por ele, que as eleições foram dirigidas”<sup>487</sup>.

Como já foi referido, esta estratégia de afrontamento eleitoral generalizado instigada pelos “*enfants terribles*” do Partido Regenerador, não teve continuidade, sendo aplacada pelo regresso de Fontes ao poder. Aliás, a última coisa que Fontes devia querer era uma sangria nas fileiras do Partido Regenerador e que este se desintegrasse. O esboço de uma política de apaziguamento foi particularmente notório nas vésperas de uma eleição suplementar de deputados realizada em 5 de Novembro de 1882. Nessa ocasião, *O Progresso* deixava explicitamente transparecer que “o governo ofereceu ao partido progressista o círculo de Santa Isabel [Lisboa] para o sr. Braamcamp”<sup>488</sup>. No entanto, o chefe progressista decidiu fazer ouvidos de mercador a esta prova de comiserção, recusando liminarmente mais esta “gentileza” do partido que já lhe havia acenado em 1874 com o pariato. Inflexível, Anselmo Braamcamp decidiu recandidatar-se por um remoto círculo do Funchal que se encontrava vago, mas nem assim quebrou o enguiço, sendo desta feita derrotado pelo futuro presidente da República, Manuel de Arriaga, por uma margem de quase trezentos votos (1576 contra 1285)<sup>489</sup>. Como

<sup>487</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 24.08.81.

<sup>488</sup> *O Progresso*, 30.09.82.

<sup>489</sup> Inicialmente, Manuel de Arriaga ainda mostrou algumas reservas em enfrentar na urna o chefe progressista, como podemos verificar através de uma carta enviada pelo primeiro, em 04.10.82, a Alexandre Carlos de Oliveira, membro do «Directório do Partido Republicano Funchalense»: «Por fim direi que sendo notório segundo vejo na imprensa que o candidato da oposição por esse círculo é o Anselmo Braamcamp chefe do Partido Progressista não desejava combater-lo nas circunstâncias especiais em que ele se acha não porque o seu partido em face dos seus actos me mereça confiança ou simpatia; mas porque a indignidade com que os regeneradores o puseram fora do parlamento, a ele que se lá não estava como legislador perpétuo por graça do Rei ocupando um lugar do Pariato é porque não quis abusar do poder que por mais de uma vez tem exercido». Uma semana depois, em missiva datada de 11.10.82, a comissão que dirigia os trabalhos eleitorais do Partido Republicano na ilha da Madeira respondia assim a Manuel de Arriaga: «A nossa bandeira está desfraldada. Nada temos que ver com a candidatura do chefe do Partido Progressista, Braamcamp, nem somos responsáveis pelas indignidades para com ele praticadas

nenhum dos candidatos obteve maioria absoluta, foi necessário proceder a uma segunda volta, na qual Anselmo Braamcamp, certamente com os níveis anímicos muito em baixo, entendeu não participar<sup>490</sup>. Assim, à humilhante derrota averbada diante de um miguelista veio somar-se um estrepitoso desaire diante de um republicano<sup>491</sup>. Pior era impossível. Nem nos seus piores sonhos Anselmo Braamcamp imaginaria uma coisa destas<sup>492</sup>.

Na sequência desta razia eleitoral que foi uma espécie de dobre de finados da lei de 8 de Maio de 1878<sup>493</sup>, o Partido Progressista como que regressou às raízes, voltando a investir contra o mais alto magistrado da nação, o habitual bombo da festa do destempero “granjola”, o qual foi novamente usado como uma bola de pingue-pongue no jogo da política<sup>494</sup>. Em rigor, as hostilidades contra D. Luís foram reabertas nas páginas d’*O Progresso* ainda antes da derrocada eleitoral<sup>495</sup> e prolongar-se-iam até meados de 1883<sup>496</sup>. Deste facto nos dá conta José Luciano de Castro. Em carta datada de 24 de Junho de 1883, o futuro chefe progressista notificava o Visconde de Valmor em Viena de Áustria de que “a guerra contra o Rei, que de novo e talvez

---

por qualquer grupo monárquico. Soldados da democracia, o nosso dever é guerrear aquela candidatura. Estamos convencidos de que alcançamos a vitória; mas para termos dela quase certeza indubitável, pedimos instantemente a V. Ex.<sup>a</sup> que venha à Madeira no primeiro vapor que daí sair. Contamos com os operários e geralmente com a classe comercial. O resto venceremos pela convicção da nossa causa, com a verdade e justiça que nos assiste. O facto de querer o governo que seja Braamcamp eleito por este círculo deu-nos imensa força. Os próprios progressistas não ocultam a sua mágoa. O que nos falta é um chefe como V. Ex.<sup>a</sup>; pedimos-lhe o seu socorro» (V. MATOS e FREITAS (org.), 2004, pp. 103, 105 e 108-109).

<sup>490</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 530.

<sup>491</sup> *O Diário Popular* comentava assim o caso: «O sr. Braamcamp já uma vez rejeitou o pariato, que lhe foi oferecido pelo sr. Fontes, repeliu o oferecimento da candidatura por Santa Isabel, e regista a honra de ter sido vencido nas eleições gerais por um candidato oficial miguelista, e agora, por uma coligação de regeneradores e constituintes com clericais e republicanos» (*O Diário Popular*, 06.11.82).

<sup>492</sup> Por força das circunstâncias impostas pelas duas clamorosas derrotas eleitorais do chefe do partido, foi Luciano de Castro quem teve de assumir a liderança parlamentar progressista, preparando deste modo o dia não muito distante em que substituiria também Anselmo Braamcamp à frente do partido.

<sup>493</sup> Maria Filomena Mónica refere inclusive que «O que acontecera em 1879 e 1881, com inversões radicais no sentido de voto, era motivo de chacota nos salões e nas tabernas» (MÓNICA, 1996, p. 1058).

<sup>494</sup> O descalabro eleitoral do Partido Progressista foi de tal dimensão que até *O Progresso* se viu obrigado a reconhecer que a Câmara dos Pares, onde a o número de oposicionistas não oscilava ao sabor dos resultados eleitorais, «Com todos os seus defeitos de organização, representa a única força de resistência aos abusos e aos desatinos do poder» (*O Progresso*, 11.05.83). *O Primeiro de Janeiro* afinava pelo mesmo diapasão realçando que «a câmara electiva ficará realmente merecendo a denominação de câmara baixa» (*O Primeiro de Janeiro*, 27.08.81).

<sup>495</sup> V. *O Progresso*, 07.06.81.

<sup>496</sup> A esta maré negra que assolou o Partido Progressista sobreveio ainda, em 5 de Fevereiro de 1882, a morte do Bispo de Viseu, um prelado credor da estima dos seus correligionários com um notável protagonismo político durante as décadas de 1860 e 1870. O desaparecimento do «bispo mais acentuadamente original de entre todos os seus confrades portugueses» foi um facto que consternou toda a família progressista desde Anselmo José Braamcamp até ao mais obscuro militante do partido, acabando definitivamente com a Diarquia instaurada pelo Pacto firmado na Granja em 1876.

precipitadamente encetou a nossa imprensa, vai-se propagando com bastante força no país”<sup>497</sup>. Para além disso, progressistas e republicanos andavam mais uma vez “de mãos dadas”, embalados por uma nova onda de contestação radical que assolava as duas principais cidades do reino. O perigo para as instituições vigentes era portanto de molde a deixar Fontes bastante apreensivo<sup>498</sup>. É importante recordar que em 8 de Maio de 1882 tinham tido lugar as comemorações do centenário da morte do Marquês de Pombal, que embora não fossem “explicitamente antimonárquicas”, em última análise, “acabavam por sê-lo em virtude da ausência notória de qualquer representação da Igreja e do carácter anti jesuítico da manifestação”<sup>499</sup>. Efectivamente, embora desta feita os planos republicanos tivessem sido em parte frustrados pela colaboração oficial do regime nas comemorações do visionário ministro de D. José, a escalada do republicanismo era um facto indesmentível<sup>500</sup>. Só em Lisboa, o Partido Republicano passou de 6 % dos votos em 1879 para 29 % em 1881<sup>501</sup> e, no Parlamento, já dispunha de dois deputados (Elias Garcia e Manuel de Arriaga). Daí Fontes, após uma madura reflexão, ter chegado à conclusão de que, para pôr as coisas nos eixos, o melhor era trazer novamente o Partido Progressista para dentro da “órbita constitucional”.

Embora as suas ideias políticas fossem as de um conservador iluminado, que acreditava mais numa boa administração do que nas grandes reformas, Fontes teve de dar o braço a torcer. Visto que uma das condições fundamentais do sistema representativo é a exigência de alternância, “era necessário ajudar a consolidação de um

<sup>497</sup> MOREIRA (org.), 1998, p. 131. Fontes também não escapou à renovada ira progressista, sendo alvo da acusação de que «Intrigava na câmara alta, corrompendo os pares de nomeação recente; intrigava no seio da camarilha, onde lançava o pânico da guerra civil, chegando o sr. marquês de Ficalho a fazer alarde do seu medo; intrigava nos centros, de onde saíam ordens para *meetings* e arruaças [...] intrigava-se por todos os modos e feitiços, em toda a parte e sem tréguas. A intriga era do valido, mas sempre acariciada pelo paço. Os factos posteriores assim o confirmam. Derribado o governo progressista, logo houve cartas de el-rei para a rainha Vitória pedindo a suspensão das negociações acerca de Lourenço Marques; logo houve dois ministérios e algumas recomposições concedidas ao valido [...]» (*O Progresso*, 07.07.83).

<sup>498</sup> Decorridos uns bons anos, ventitou-se na imprensa a existência de uma conspiração cujo objectivo era obrigar D. Luís a abdicar, na sequência de uma viagem da família real ao estrangeiro. No *Correio da Manhã*, um jornal fundado em 1 de Dezembro de 1884 por Pinheiro Chagas, em artigo de fundo de 17 de Outubro de 1888, pode ler-se: «a conspiração que em tempo tramaram os srs. ministros da fazenda e das obras públicas para fazerem abdicar El-Rei e porem no seu lugar o príncipe real não foi por diante. Já se deixaram disso os dois ministros, como El-Rei sabe, ou deixaram-se por ora. Não há que fiar nestes senhores. Bem dedicados eles se tinham mostrado ao rei em 1880, e isso não os impediu de tramarem a abdicação em 1882». Os ministros em questão eram, respectivamente, Mariano de Carvalho e Emídio Navarro (Sobre este assunto consultar também: CABRAL, 1946, pp. 230-231).

<sup>499</sup> BONIFÁCIO, 2002 b), p. 103.

<sup>500</sup> Como realçou Vasco Pulido Valente, «se o perigo republicano não passava de uma figura retórica nos artigos de fundo, nos conselhos reais e nas conferências dos estados-maiores partidários, o P.R.P. possuía uma influência decisiva na outra verdadeira fonte do poder, além do Paço: a rua» (VALENTE, 1974, pp. 41-42).

<sup>501</sup> ALMEIDA, 1985, p. 135.

segundo partido monárquico. Uma das vias para lá se chegar seria através de uma revisão constitucional, coisa que os políticos da oposição andavam, há anos, a exigir”<sup>502</sup>. Ora, um dos tópicos nucleares da almejada revisão constitucional era, pelas razões já apontadas, a reforma da Câmara dos Pares, uma reivindicação que foi um dos pontos de honra da agenda política da esquerda liberal durante anos a fio, e agora patrocinada pelo próprio Fontes.

### ***9. Duas perspectivas antagónicas sobre a missão da Câmara dos Pares***

Apesar de separarem muito nitidamente as águas no que à Câmara dos Pares diz respeito, a constituição e os poderes da Câmara Alta não eram os únicos pontos dissonantes entre os partidos Regenerador e Progressista. Além das diferenças ideológicas e doutrinárias que os caracterizavam, ambos os partidos tinham concepções distintas no que concerne à conveniência de uma liderança exercida a partir de uma segunda câmara legislativa. Tanto assim que os regeneradores tinham o seu corifeu na Câmara dos Pares, ao passo que os progressistas se orgulhavam de ter o seu líder na Câmara dos Deputados, a fiel depositária da soberania nacional, entre os eleitos do povo.

Casal Ribeiro explicou as razões básicas que motivaram este princípio da política progressista, o qual foi seguido à risca até à nomeação de José Luciano de Castro para o pariato em 31 de Março de 1887<sup>503</sup>. Na sua óptica, “os homens que dirigem activamente o grupo a que pertencem não podem razoavelmente continuar a exercer essa preponderância em uma câmara que tem o dever de ser moderada nas suas conclusões e nas suas atitudes”<sup>504</sup>. O mais natural seria portanto que os chefes partidários, em nome da coerência e da lisura política, não fossem membros da Câmara dos Pares, pois comandar “activamente” um partido a partir de uma assembleia que,

---

<sup>502</sup> MÓNICA, 1999, p. 141.

<sup>503</sup> À primeira vista, poderá parecer algo estranha esta nomeação para o pariato mas, como conclui Fernando Moreira, José Luciano de Castro foi um político cujos «princípios ideológicos tinham a elasticidade bastante para se acomodarem à fatalidade das circunstâncias». Tanto assim que «Quando atingiu a liderança partidária [1885] e se tornou numa das traves-mestras do regime, aliou-se com todos os políticos e com todas as correntes, zangou-se, depois, com todos os políticos e com todos os aliados» (MOREIRA, 1992, Volume I, p. 352).

<sup>504</sup> DCP, sessão de 03.04.84, p. 691.

pelo menos de um ponto de vista teórico, deveria arvorar-se em conservadora e moderada, não era de forma nenhuma a mais congruente das posições.

Sucede, porém, que o critério seguido pelo Partido Progressista, durante a sua primeira experiência governativa, no que toca à selecção dos “seus” pares, acabou por deixá-lo em maus lençóis. Para que fique claro, importa desde já dizer que não estou apenas a referir-me à rebeldia de alguns pares nomeados por indicação do ministério presidido por Anselmo Braamcamp. Com efeito, se nas eleições gerais de 19 de Outubro de 1879, realizadas sob a égide progressista, foi o Partido Regenerador que se viu em grandes dificuldades para conseguir eleger algumas das suas figuras de proa como Lopo Vaz e Tomás Ribeiro, nas eleições de 21 de Agosto de 1881, foi a vez do Partido Regenerador lhe pagar na mesma moeda, mas com a agravante de que muitas das figuras de proa do Partido Progressista não possuíam então assento na Câmara dos Pares. Só para se ter uma ideia da escassez de pares do reino no topo da pirâmide progressista, podemos adiantar que, dos doze membros que integravam a primeira Comissão Executiva do partido, eleita na Assembleia Geral de 16 de Dezembro de 1876, apenas constavam dois pares do reino. Refiro-me ao Bispo de Viseu e ao 3.º Marquês de Sabugosa, o qual em 1878, no apogeu das “campanhas democráticas” contra D. Luís, se demitiu de todos os cargos partidários<sup>505</sup>. Ao passo que em 1881, muito por força das duas “fornadas” do primeiro ministério progressista, o órgão supremo do Partido Progressista já contabilizava sete pares do reino entre dezassete elementos<sup>506</sup>. É no entanto importante frisar que, entre os altos dirigentes progressistas que não eram membros da Câmara Alta, figuravam nomes sonantes como Anselmo Braamcamp, Luciano de Castro, Barros Gomes, Adriano Machado, Veiga Beirão, Emídio Navarro e Mariano de Carvalho, isto é, quase todos os pesos pesados do partido e algumas das estrelas mais cintilantes do firmamento da Granja<sup>507</sup>.

Com efeito, à excepção do 3.º Marquês de Sabugosa, sucessor de seu avô no pariato, e do Bispo de Viseu, que tinha assento na Câmara Alta por inerência de funções ao abrigo do decreto de 30 de Abril de 1826, e de mais um ou outro notável que já vinha das “fornadas” dos governos de Loulé, quase todos os “marechais” progressistas não eram pares do reino, nem viam nos arminhos de par um dos seus mais acalentados

<sup>505</sup> V. *A Revolução de Setembro*, 23.03.78.

<sup>506</sup> V. *Diário de Notícias*, 17.12.76 e 09.12.81.

<sup>507</sup> Anselmo José Braamcamp e José Luciano de Castro eram, de resto, em 1885, os deputados com mais sessões legislativas cumpridas, contabilizando então 36 sessões cada. No segundo posto vinha José Dias Ferreira com 28 (*A Revolução de Setembro*, 01.09.85).



sonhos. A começar por Anselmo José Braamcamp que, por uma questão de fidelidade aos seus imaculados princípios democráticos, não trocava “a alva de constante candidato popular pelos arminhos e manto luzido dos próceres”<sup>508</sup>, ao passo que outros “filhos da urna” desnaturados, ávidos de se “anicharem comodamente na câmara hereditária”, ao primeiro aceno de um pariato, “rasgavam com sem cerimónia o seu diploma de deputado”<sup>509</sup>. De facto, nem todos os indigitados se mostraram tão cerimoniais como Andrade Corvo que, verdadeiramente “cheio de nove-horas”, quando lhe foi oferecido um lugar na Câmara dos Pares, “quis primeiro ouvir as opiniões dos amigos e correligionários, antes de tomar uma decisão”. Corvo acabou por aceitar a distinção, mas com a pertinente desculpa de que “A entrada na Câmara dos Pares possibilitava-lhe introduzir nessa Câmara as reformas que defendia desde 1862”, bem como “evitar a sua destruição completa que é ao que aspiram os demolidores, só pelo prazer insensato de demolir”<sup>510</sup>.

Para melhor se entenderem os motivos subjacentes a esta decisão de Anselmo Braamcamp é importante recordar que, para os adeptos da soberania nacional, a nomeação de pares do reino sem número fixo pelo monarca consignada no artigo 74.º da Carta Constitucional era, para além de tudo o mais, um flagrante exemplo da subalternização do princípio da soberania popular relativamente ao princípio da soberania régia e uma “flagrante violação do princípio da igualdade que permitia a *uns quantos homens* pairarem acima do País”<sup>511</sup>. Daí os “marechais” progressistas, como “bons democratas” que eram, fazerem gala de não serem pares do reino. Anselmo Braamcamp viu inclusivamente as suas credenciais de “candidato popular” postas à prova em virtude de ter sido nomeado para o pariato em 16 de Maio de 1874, por indicação dos regeneradores<sup>512</sup>, caindo-lhe assim subitamente sobre os ombros o pouco confortável manto de arminhos. No entanto, “a sua lealdade política e austeridade do seu carácter não lhe permitiram aceitar esta nomeação”<sup>513</sup>, acabando por ver a renúncia confirmada por decreto de 21 de Maio de 1874. Só para se fazer uma pequena ideia de como esta questão era levada a peito pela esquerda liberal, podemos acrescentar que

<sup>508</sup> *O País*, 19.05.74.

<sup>509</sup> Esta acerba crítica vinda a lume nas páginas d’*O País* em 19.12.76 era dirigida especificamente a Barjona de Freitas, o qual tinha acabado de ser nomeado par do reino, isoladamente, em 07.12.76.

<sup>510</sup> CAMEIRA, 1995, p. 50.

<sup>511</sup> BONIFÁCIO, 1999, p. 353.

<sup>512</sup> Amizade paga-se com amizade e Fontes orgulhava-se muitíssimo de ter convidado alguns dos seus adversários políticos para pares do reino (V. DCP, sessão de 24.03.84, p. 252).

<sup>513</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 15.11.85.

nem a irreverente imprensa “progressista”, conhecida pela crítica cerrada com que fustigava por vezes os seus líderes, se escusou de agradecer com grande jactância a renúncia deste “Patriota dedicadíssimo” ao pariato. Eis a reacção entusiasta do órgão oficial do Partido Histórico: “Agradecemos ao sr. Braamcamp o regozijo que nos proporcionou, e que nos recorda o que sentimos, a despeito de todas as considerações de interesse político, quando vimos o sr. Duque de Loulé descer majestosamente da presidência da câmara hereditária”<sup>514</sup>. No fundo, apesar de todas as honras e regalias que o pariato proporcionava, era na Câmara dos Deputados que, fechado na sua cerrada melancolia, o austero Anselmo Braamcamp se sentia um verdadeiro *primus inter pares*<sup>515</sup>.

Estamos portanto perante duas perspectivas perfeitamente antagónicas de entender a missão constitucional da Câmara dos Pares. Por um lado, o Partido Progressista, enquanto partido de esquerda, representante da velha corrente setembrista e patuleia, cujo modelo de Câmara Alta era o Senado cem por cento electivo da Constituição de 1838, empavonava-se de não ter introduzido naquela “assembleia anacrónica” o seu chefe supremo nem as suas figuras de proa. Como tal, os progressistas não tinham outro remédio senão indicar ao Poder Moderador figuras de segundo plano para o pariato pois, “pertencendo aos representantes mais directos da soberania nacional fazer sentir de um modo permanente a sua acção sobre a política do governo, derrubando qualquer [situação] que não mereça a sua confiança, a outra câmara deve contentar-se em exercer sobre os negócios do país uma influência menos directa [...] em benefício da estabilidade das instituições que nos regem e do legítimo exercício do governo parlamentar”<sup>516</sup>. Daqui se depreende que, quando Fontes Pereira de Melo, numa carta endereçada em 14 de Dezembro de 1881 ao rei D. Luís, nas vésperas de mais uma “fornada” de Pares, começou a dar sinais de alguma contundência para com o ministério progressista ao questionar explicitamente os predicados de alguns dos nomes indicados na lista apresentada por Braamcamp, não deixava de ter uma boa dose de razão. Na verdade, em obediência aos seus propalados princípios democráticos,

---

<sup>514</sup> *O País*, 19.05.74.

<sup>515</sup> De acordo com o Dicionário Biográfico Parlamentar, «A carreira de Braamcamp na Câmara dos Deputados foi uma das mais longas do universo dos parlamentares oitocentistas, estendendo-se por dezasseis legislaturas, ao longo de mais de trinta anos» (V. MÓNICA (dir.), 2004, Volume I, pp. 423-428).

<sup>516</sup> *O Jornal do Comércio*, 15.05.83.

o Partido Progressista via-se na contingência de recrutar apenas figuras secundárias para o pariato em detrimento da nata partidária<sup>517</sup>.

Apesar de o Partido Progressista ter sobressaído por nem sempre ter primado pela coerência política, sendo mesmo acusado de ter “duas opiniões sobre cada assunto” e “duas faces em todas as situações”<sup>518</sup>, no que concerne à recusa de elevar os seus “marechais” ao pariato, nomeadamente até à realização da reforma constitucional de 24 de Julho de 1885, a qual produz uma mudança de paradigma por via do advento do pariato electivo, não cedeu um milímetro. Por isso é da mais elementar justiça reconhecer que, quando José Luciano de Castro, no seu projecto de reforma da Carta Constitucional, afirmava sem reservas nem cerimónias que “A capacidade legislativa não se transmite com a herança”, e que “Não pode ser par ou senador senão quem for indicado pelo sufrágio popular”<sup>519</sup>, tinha do seu lado um argumento de peso, uma vez que eram os “marechais” progressistas os primeiros a dar o exemplo.

Por seu lado, o Partido Regenerador, herdeiro da direita cartista e um acérrimo defensor da Câmara dos Pares que era, por definição e em teoria, uma câmara conservadora e uma “peça de cúpula essencial à moderação e funcionamento de todo o sistema”<sup>520</sup>, não só anichou ali praticamente todo o seu núcleo duro<sup>521</sup> – Fontes Pereira de Melo (1870), João de Andrade Corvo (1870), António de Serpa Pimentel (1871), Barros e Sá (1874), Barjona de Freitas (1876), António Rodrigues Sampaio (1878), José Vicente Barbosa do Bocage (1881), Tomás Ribeiro (1881), entre outros<sup>522</sup> –, como

<sup>517</sup> V. Carta de Fontes a D. Luís, datada de 14.12.80, ANTT, Arquivo da Casa Real, caixa 7341, capilha 350. Ao todo, foram nomeados 16 pares. Contudo, não é possível saber quais os nomes que, da lista apresentada por Braamcamp, tanto desagradaram a Fontes. O que podemos adiantar é que, a 7 de Janeiro de 1881, o rei nomeou para o pariato os seguintes indivíduos: Abílio Maria Mendes Pinheiro, António Augusto de Aguiar, António Luís de Sousa Henriques Seco, António Pequito Seixas de Andrade, António Pinto de Magalhães Aguiar, Basílio Cabral Teixeira de Queirós, Francisco Maria da Cunha, Henrique de Macedo Pereira Coutinho, João Crisóstomo de Abreu e Sousa, João Inácio Ferreira Lapa, Joaquim de Vasconcelos Gusmão, José Joaquim Fernandes Vaz, José Maria da Ponte Horta, Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima, Manuel Pereira Dias e Sebastião Pinto Leite (1.º visconde da Gandarinha).

<sup>518</sup> *A Revolução de Setembro*, 10.06.81.

<sup>519</sup> *Projecto de Lei de Reforma da Carta apresentado na Câmara dos Senhores Deputados na sessão de 24 de Janeiro de 1872 por José Luciano de Castro*, 1872, pp. 17-18.

<sup>520</sup> SARDICA, 2005 a), p. 57.

<sup>521</sup> O Partido Regenerador era inclusivamente imputado de ter na Câmara dos Pares o seu «quartel-general», em virtude de ali terem assento «os seus varões ilustres», «os seus estadistas eméritos, e quase todas as suas forças vivas envolvidas com os seus elementos secundários da sua organização política» (*O Progresso*, 20.05.80).

<sup>522</sup> Dos principais caudilhos do Partido Regenerador, só não tinham assento na Câmara Alta, no início da década de 1880, Hintze Ribeiro, Lopo Vaz e Júlio de Vilhena, os quais não tinham ainda a idade mínima para ingressar no pariato. Na realidade, já não vinha longe o momento em que o futuro chefe regenerador chegaria ao pariato. A sua nomeação ocorreu em 1 de Janeiro de 1886, já na recta final do reinado

ainda viu o seu carismático chefe receber de bandeja a presidência da Câmara dos Pares mal a alma do Duque de Ávila foi encomendada ao Criador. Como a presidência da Câmara dos Pares não era para qualquer um, quando Fontes foi primeiro-ministro pela terceira vez (1881-1886) coube aos vice-presidentes Mártens Ferrão (até 1883) e Andrade Corvo (depois de 1883) fazerem as vezes do chefe regenerador naquele importante lugar<sup>523</sup>, sendo digna dos maiores elogios a forma “independente” e “imparcial” como ambos desempenharam essa alta função.

Acontece que esta estratégia do Partido Regenerador de incrustar na Câmara Alta os seus prosélitos mais distintos acabava por trazer alguns inconvenientes atrelados, já que predispunha ainda mais esta assembleia para o combate político, uma das suas marcas genéticas. Como já foi referido, a forma como a Câmara Alta se comporta e a sua influência no sistema político “estão estritamente dependentes do tipo de membros que nela se sentam”<sup>524</sup>. Em última análise, o facto de o Partido Regenerador ter o seu timoneiro e a sua guarda pretoriana acantonados na Câmara dos Pares, acabou inevitavelmente por influenciar o funcionamento e a conduta política desta assembleia, a qual se tornou, por assim dizer, na arena parlamentar predilecta para os regeneradores encetarem as batalhas políticas decisivas. Como se assinalava n’*O Progresso*, “É na câmara dos pares que ela [oposição regeneradora] ensaia o seu sistema de meios impeditivos, pois se lhe afigura aí melhor azado o terreno para isso, como quem de larga data o preparou e amanhrou à sua feição e bem à sua imagem e semelhança para os dias de má ventura”<sup>525</sup>. Esses “meios impeditivos”, denunciados de viva voz pelos sectores liberais-progressistas, impeliam a câmara hereditária a exorbitar nas suas funções e a arrogar-se uma preponderância política que, de acordo com os mais elementares princípios do bicameralismo, não lhe estaria de todo reservada. A consequência disto, na óptica progressista, era a existência de uma câmara electiva desprovida do seu “natural influxo político”<sup>526</sup>. Ora, isto equivalia a uma inversão dos papéis que deviam representar as duas câmaras parlamentares, o que, segundo os

---

inaugurado em 1861 com os famosos tumultos do Natal. Por sua vez, Lopo Vaz e Júlio de Vilhena alcançariam o pariató logo após o Ultimato britânico, mais precisamente em 27 de Fevereiro de 1890.

<sup>523</sup> Efectivamente, de acordo com o artigo 12.º do Regimento Interno da Câmara dos Pares, «No impedimento do presidente fará as suas vezes o vice-presidente, e na falta deste qualquer dos pares nomeados para suprir a falta de ambos».

<sup>524</sup> RUSSEL, 2000, p. 78.

<sup>525</sup> *O Progresso*, 20.05.80.

<sup>526</sup> *O Diário Popular*, 28.11.80.

“amigos das liberdades populares”, era o “desprezo absoluto das fórmulas constitucionais” e a “irregularidade arvorada em dogma pela Câmara dos Pares”<sup>527</sup>.

Logo, a tradição regeneradora de elevar ao pariato os membros mais proeminentes do partido, contribuiu para acentuar a propensão turbulenta da Câmara dos Pares, embora essa propensão, como se disse na altura devida, estivesse por assim dizer inscrita no seu código genético.

---

<sup>527</sup> *O Progresso*, 19.06.81.

## CAPÍTULO III

### *A Câmara dos Pares face às reformas político-constitucionais*

## 1. 1870 – 1878

### 1.1. *O início do élan reformista*

Uma das consequências do chamado governo da Fusão presidido por Joaquim António de Aguiar, que esteve à frente dos desígnios nacionais entre 4 de Setembro de 1865 e 4 de Janeiro de 1868, foi o aparecimento de pequenos grupos desalinhados com a política seguida pela ala mais moderada do Partido Histórico encabeçada pelo Duque de Loulé<sup>1</sup>, um líder “popular” não muito venerado pela plebe. Com efeito, a Fusão não agradou às franjas mais radicais dos históricos, levando alguns dos seus elementos a aliar-se a certas forças políticas até então marginalizadas do espectro partidário, como eram os casos do *Centro Liberal Progressista*, herdeiro do centro *penicheiro* da Travessa da Queimada, e do *Clube dos Lunáticos*, situado no Pátio do Salema, nos quais avultavam nomes “de tendência jacobina e republicanizante”<sup>2</sup> como Oliveira Marreca, Elias Garcia, Saraiva de Carvalho e Latino Coelho. Este conhecido membro do *Clube dos Lunáticos* foi de resto o principal mentor, em Junho de 1867, numa altura em que as sete colinas de Lisboa eram palco de concorridas manifestações anti-governamentais, de uma “Exposição ao País”. Um manifesto que traduzia um “compromisso mínimo entre as várias tendências da oposição”, o qual compreendia um vasto rol de reformas políticas que iam desde a reforma da Câmara dos Pares e o alargamento do sufrágio até uma ampla descentralização administrativa<sup>3</sup>, que alguns anos mais tarde viriam a ser legal ou constitucionalmente consagrados.

Da aliança destes grupos radicais com os dissidentes históricos que seguiam Sá da Bandeira e o Bispo de Viseu, resultou a organização, em 1867, de uma nova força política, o Partido Reformista<sup>4</sup>, que era também identificado como o *Partido de Janeiro*,

---

<sup>1</sup> Citando Carlos Guimarães da Cunha, esta «solução política que resultara, como o próprio nome indicava, da fusão das facções alternantes no primeiro período do rotativismo possibilitado pela Regeneração [...] tinha implicado, em termos práticos, a inexistência de qualquer outra solução no quadro político em vigor». Este facto, segundo o autor, revelar-se-ia de «extrema importância para explicar o aparecimento de um movimento político de características novas, que despontará dos protestos das diversas camadas sociais contra medidas tomadas pelo governo no decurso d[o] ano de 1867, e muito particularmente as de carácter fiscal, destinadas a fazer frente á difícil situação financeira do estado, num contexto de clara crise económica e social que tornava bastante problemática a sua aplicação» (CUNHA, 2003, p. 13).

<sup>2</sup> CUNHA, 2003, p. 116.

<sup>3</sup> V. CUNHA, 2003, pp. 63 e 309-314 e DÓRIA, 2004, p. 51.

<sup>4</sup> O fenómeno político do reformismo, oficializado em 1867 no Partido Reformista, mergulha as suas raízes na remodelação governamental de 21 de Fevereiro de 1862, aparecendo como uma dissidência agregadora dos excluídos do Partido Histórico. O próprio António Alves Martins, o futuro líder desse

uma vez que os acontecimentos de 1 de Janeiro de 1868, data da anunciada entrada em vigor dos novos impostos decretados por Fontes e do código administrativo gizado por Mártens Ferrão, estiveram na génese da primeira experiência governativa reformista, após uma curta transição avilista. Em todo o caso, para se fazer uma ideia das dificuldades com que esta esquerda estridente se deparava para constituir um ministério exclusivamente seu, de reformismo puro e duro, podemos tão-somente referir que, além de um moderado como Ávila, era possível encontrar um católico dos mais fervorosos, como o Conde de Samodães, “colaborando com homens, como Latino, com uma formação ideológica substancialmente diferente, para não dizer mesmo oposta”<sup>5</sup>. Este facto, além de atestar a extraordinária heterogeneidade e o invulgar eclectismo das administrações reformistas, revela igualmente a necessidade de um “contrapeso respeitável num gabinete de base populista”<sup>6</sup>.

Embora a questão da fazenda constituísse o ponto número um da agenda política do Partido Reformista, os gabinetes desta nova força política não se ficaram apenas pela propalada política de contenção nas despesas públicas proposta pelo Bispo de Viseu, o homem das “economias” que “Era odiado nas sacristias e coios jesuíticos, por ter sido dos raros que em Roma votaram contra a infalibilidade do papa”<sup>7</sup>, no ano de 1870. Aliás, a obsessão de D. António Alves Martins pelas “economias”, uma herança programática que vinha dos primórdios do radicalismo, não evitou que, em 9 de Agosto de 1869, um ministério reformista presidido por Sá da Bandeira fosse censurado pela Câmara dos Pares, precisamente pelo não cumprimento das suas promessas no plano orçamental<sup>8</sup>. Como seria de esperar de uma agremiação partidária de base populista e radical, os reformistas propuseram igualmente um extenso cardápio de reformas políticas que, a serem postas em prática, alterariam profundamente o ordenamento institucional da Carta de 1826.

---

mesmo Partido Reformista, foi um dos que abandonou a maioria parlamentar pró-Loulé depois de ter sido preterido na remodelação, solidarizando-se com Ávila e Carlos Bento, os dois ministros demitidos.

<sup>5</sup> CUNHA, 2003, p. 127.

<sup>6</sup> SARDICA, 2005 a), p. 111.

<sup>7</sup> ARRIAGA, 1911, p. 157.

<sup>8</sup> V. DCP, sessão de 09.08.69, p. 388. Precisamente um mês antes desta votação que, conjuntamente com a votação de uma moção de natureza anti-ibérica, ditou a queda do ministério, este já tinha levado ali um sério aviso aquando da aprovação – por 24 votos contra 20 – de um *bill* de indemnidade relativo a um empréstimo contraído pelo executivo. Com efeito, se não fossem os votos dos três ministros que eram pares do reino (Bispo de Viseu, Marquês de Sá da Bandeira e Conde de Samodães), o executivo teria obtido uma maioria de apenas um voto que, como já vimos, não era considerada uma margem suficiente para continuar a governar (DCP, sessão de 09.07.69, p. 234).



Já há algum tempo que a ala esquerda do liberalismo vinha reivindicando o alargamento do sufrágio e a reforma da Câmara dos Pares, uma instituição que se mantinha inalterável, completamente fiel à sua organização inicial, enquanto tudo se modificava à sua volta. No que respeita ao ordenamento do sistema eleitoral ainda se registaram algumas modificações após o pronunciamento da Regeneração, nomeadamente em 1852, quando as eleições passaram a ser directas; em 1859, quando o sistema de listas foi substituído pelo sistema de círculos uninominais<sup>9</sup>; e em 1869, quando foi pela primeira vez redesenhado o mapa dos círculos<sup>10</sup>. Em 14 de Dezembro de 1870, o Bispo de Viseu apresentou ainda uma proposta de reforma da lei eleitoral, visando instaurar a representação proporcional, com salvaguarda das minorias, a qual, não obstante ter recebido expressamente o apoio de Alexandre Herculano, acabaria por não ser aprovada<sup>11</sup>. Mas no que concerne à Câmara Alta e às “prerrogativas especiais” dos seus membros, nem sequer o Acto Adicional de 5 de Julho de 1852 ousou tocá-lhes, deixando tudo na mesma. Como diria Oliveira Martins, por ora “ficaram em paz os pares”<sup>12</sup>. No entanto, nos trinta e três anos que mediaram os dois primeiros Actos Adicionais não faltaram tentativas de revisão da Carta, a primeira das quais esteve a cargo do deputado António Pinheiro da Fonseca Osório (depois 1.º Visconde de Arneirós) que, em 1854, apresentou uma proposta de alteração do artigo 39.º da Carta Constitucional, a qual previa uma Câmara dos Pares única e exclusivamente composta por membros vitalícios não hereditários. O projecto foi admitido e enviado à comissão de legislação que, não obstante as lamúrias de alguns deputados mais inconformados, nunca chegou a emitir o respectivo parecer<sup>13</sup>.

Não obstante ter sido um dos tópicos emblemáticos da agenda política da esquerda liberal e pese embora o recrudescimento da intensidade dos ataques radicais à câmara hereditária<sup>14</sup>, não deixa de ser algo surpreendente que, durante a década de 1860, ninguém tivesse tomado a iniciativa de apresentar um projecto de revisão constitucional que arrancasse a reforma da Câmara dos Pares das tenazes do conformismo. Ainda por cima, este estado de atonia corresponde a uma época de franca

---

<sup>9</sup> Maria Filomena Mónica refere que «A mais surpreendente, e a melhor, lei do constitucionalismo monárquico foi a de 1859, que impôs a uma classe política, comodamente instalada nos círculos plurinominais, a necessidade de negociar com as bases» (MÓNICA, 1996, p. 1073).

<sup>10</sup> ALMEIDA, 1991, p. 60.

<sup>11</sup> DCD, sessão de 14.12.70, pp. 478-490.

<sup>12</sup> MARTINS, 1986, Volume II, p. 237.

<sup>13</sup> *O Comércio do Porto*, 05.04.81.

<sup>14</sup> V. BONIFÁCIO, 2002 b), p. 71.

hegemonia histórica na governação em que, muito por influência da presença da *unha-negra* nos círculos do poder, foram promulgadas leis tão radicais quanto a abolição dos vínculos, o fim do monopólio do tabaco e a extinção da Companhia do Alto Douro. Na verdade, até 1868, manteve-se intacto o consenso da Regeneração. Esse consenso assentava no desenvolvimento económico do país, mas sem reformas políticas. Claro que as franjas radicais não aceitavam este consenso. Mas os partidos do regime, regeneradores e históricos, respeitavam-no. Havia uma espécie de pacto a este respeito.

A prova de que o assunto continuava bem vivo e politicamente enraizado foi o facto de, na sessão de 16 de Agosto de 1871, o deputado reformista Francisco Mendes ter apresentado um projecto de lei prevendo a reforma da Carta Constitucional pela Câmara dos Deputados subsequente, ao abrigo do que preceituavam os artigos 140.º a 143.º da Lei Fundamental<sup>15</sup>. Com efeito, para que a revisão da Carta fosse uma realidade era primeiro necessário ultrapassar uma tramitação embaraçosa que tinha respaldo constitucional nos supracitados artigos. Além do proponente, assinaram o projecto Mariano de Carvalho, Pinto Bessa, Luís de Almeida e Campos, Pinheiro Borges, Francisco de Albuquerque e Pereira de Miranda, os quais perfaziam os sete signatários exigidos pelo regimento da câmara. Embora não o tivessem rubricado, em virtude de ambos pertencerem ao pariató, o projecto teve o incondicional apoio de Sá da Bandeira e do Bispo de Viseu, que manifestou a sua adesão telegraficamente<sup>16</sup>.

Como mandava a praxe, o projecto de lei era precedido de um extenso e bem elaborado relatório que começava por ponderar que “as instituições não podem ser imutáveis”, devendo adaptar-se “ao tempo, aos costumes, aos progressos, ao estado

---

<sup>15</sup> O teor do projecto reformista era o seguinte: «Art.º 1.º A câmara dos deputados, que suceder imediatamente à presente legislatura, será eleita com plenos poderes para reformar os artigos constitucionais, definidos pelo artigo 144.º da carta constitucional, incluídos nos títulos III, IV, V, VI, VII e VIII do código político, e os artigos correspondentes do acto adicional. Art.º 2.º Logo que as actuais cortes gerais decretarem a necessidade da reforma, na conformidade do que dispõe o artigo 142.º da carta constitucional, mandar-se-á proceder imediatamente à convocação da nova câmara com plenos poderes para reformar a constituição. Art.º 3.º Fica revogada a legislação em contrário (*Projecto de lei para a reforma da Carta Constitucional apresentado à câmara electiva em sessão de 16 de Agosto de 1871 pelos deputados do Partido Reformista*, 1871, pp. 16-17). Convém referir que o processo de reforma da Carta Constitucional compreendia duas fases distintas: uma primeira fase em que as Cortes ordinárias decretavam, unicamente, a necessidade dessa revisão; e uma segunda fase em que as Cortes, munidas de poderes especiais, procediam à reforma da constituição.

<sup>16</sup> *Projecto de lei para a reforma da Carta Constitucional apresentado à câmara electiva em sessão de 16 de Agosto de 1871 pelos deputados do Partido Reformista*, 1871, pp. 18-19. Declararam que teriam assinado o projecto, se o regimento o permitisse, mais 6 deputados, enquanto 32 ex-deputados, que faziam parte da câmara dissolvida em Junho último, manifestaram também a sua adesão ao projecto.

social de cada povo”<sup>17</sup>. Detinha-se em seguida num exemplo histórico particular, paradigmático das monarquias representativas, o britânico, para caracterizar esse tipo de regime e para estabelecer a comparação com o caso português. Aqui eram dissecados os poderes do monarca, considerados excessivos e quase ilimitados. Para que o povo português dispusesse, à semelhança do que se passava no Reino Unido, de “instrumentos directos” que contrabalançassem as prerrogativas do soberano, era preciso que a Lei Fundamental assegurasse plenamente aos cidadãos “três grandes imunidades naturais, primitivas, incontestáveis, anteriores e superiores a todo o pacto constitucional”: “a liberdade do pensamento e da sua expressão oral e escrita”, “o direito de pacífica associação” e “a faculdade de se reunirem os cidadãos para discutir os assuntos do governo e acordar nos meios pelos quais possa prevalecer a vontade da nação”<sup>18</sup>. Indo ao fundo da questão, mais adiante, procurava-se demonstrar que o artigo 145.º da Carta Constitucional não garantia devidamente nenhum desses direitos inalienáveis<sup>19</sup>. Como refere Carlos Guimarães da Cunha, “ainda recentemente, no tocante à liberdade de pensamento, se assistira ao encerramento das Conferências do Casino, acto que os reformistas foram o único grupo político a condenar”<sup>20</sup>.

Como reformas políticas essenciais à democratização do sistema, conferindo à soberania popular um papel decisivo na vida política, o relatório propunha que o poder legislativo residisse unicamente em assembleias “saídas do voto nacional”, convertendo a “anacrónica” Câmara dos Pares num Senado totalmente electivo à imagem do que era preconizado na Constituição de 1838, a qual tentava harmonizar, tanto quanto possível, a Constituição de 1822 com a Carta Constitucional de 1826; a limitação dos poderes do monarca, designadamente na sua capacidade de intervenção na esfera legislativa, à semelhança do que preconizavam as constituições belga (1831) e espanhola (1869); e a consagração de um “regime democrático” que conferisse uma maior “autonomia” aos distritos e aos concelhos, como forma de obstar à forte centralização administrativa que imperava no país.

Depois de ultrapassar as três leituras exigidas pelo artigo 141.º da Carta Constitucional, o qual determinava um intervalo de seis dias entre cada uma das leituras

<sup>17</sup> *Projecto de lei para a reforma da Carta Constitucional apresentado à câmara electiva em sessão de 16 de Agosto de 1871 pelos deputados do Partido Reformista*, 1871, pp. 3-4.

<sup>18</sup> *Projecto de lei para a reforma da Carta Constitucional apresentado à câmara electiva em sessão de 16 de Agosto de 1871 pelos deputados do Partido Reformista*, 1871, p. 6.

<sup>19</sup> *Projecto de lei para a reforma da Carta Constitucional apresentado à câmara electiva em sessão de 16 de Agosto de 1871 pelos deputados do Partido Reformista*, 1871, pp. 15-16.

<sup>20</sup> CUNHA, 2003, p. 231.

(só depois da terceira leitura é que a Câmara dos Deputados deliberava se a proposta era ou não admitida à discussão), chegou finalmente o momento da verdade. Consultada a câmara sobre se o projecto apresentado por Francisco Mendes seria ou não discutido, na sessão de 29 de Agosto de 1871 foi rejeitada esta possibilidade pela expressiva votação de 52 votos contra 23. Depois de uma escalpelização dos votos, verificamos que “Votaram pela admissão todos os reformistas e constituintes presentes e sete históricos; contra, os restantes históricos [incluindo Anselmo José Braamcamp e José Luciano de Castro, que se viram assim na incómoda situação de rejeitar uma proposta que não envergonharia o Partido Histórico, mas que agora os embarçava], os regeneradores e os amigos de Ávila, ou seja, o bloco conservador que saíra vitorioso das eleições de Julho”<sup>21</sup>.

Após a votação, Barjona de Freitas declarou que não votara a admissão à discussão, porque o projecto era de tal modo indefinido que mais tendia à substituição do que à reforma da Carta. Além disso, considerava que a ocasião era inoportuna para discutir o assunto. A Barjona seguiram-se perto de trinta oradores para prestarem explicações, o que levou o proponente a observar que afinal se estava a discutir um projecto que se tinha resolvido não admitir à discussão.

Foi noticiado pelos principais órgãos jornalísticos que, aquando da apresentação do projecto reformista, “os notáveis históricos – pares, deputados e vultos importantes – realizaram três ou quatro reuniões para discutir o seu posicionamento, tendo-se revelado duas linhas dentro do partido: enquanto Loulé, o Visconde de Valmor, Santos e Silva e Silveira da Mota se pronunciaram contra, já outro grupo, que integrava Joaquim Lobo d’Ávila, Tomás de Carvalho, Belchior Garcez, José Luciano de Castro e Barros e Cunha, pronunciou-se a favor da reforma da Carta, argumentando designadamente com as suas tradições progressistas e o programa político discutido e aprovado no centro [da Rua do Alecrim] havia pouco. Esta divisão ideológica, que, no fundo, era uma continuação da que, em 1865, os levava a cindir-se entre apoiantes e adversários da Fusão – a *unha-branca* e a *unha-preta* –, obrigou-os a darem a liberdade de voto aos seus deputados”<sup>22</sup>. Ora, esta adesão de alguns históricos à iniciativa de revisão constitucional dos reformistas foi o primeiro gesto de aproximação entre os dois grupos políticos, desde as tentativas goradas do Verão de 1870, quando se procurava o derrube

---

<sup>21</sup> CUNHA, 2003, p. 232.

<sup>22</sup> CUNHA, 2003, p. 233.

da ditadura de Saldanha, a qual acabaria por concretizar-se logo após a morte do Duque de Loulé.

Quanto às razões que terão levado o minoritário Partido Reformista a apresentar, “perante uma assembleia que sabia ser-lhe francamente adversa”, um projecto de revisão constitucional tão vago em Agosto de 1871, “o objectivo principal foi, claramente, a tentativa de separar as águas políticas, procurando demarcar-se do bloco conservador e afirmar-se como o verdadeiro partido liberal progressista, atendendo [a] que os históricos também se afirmavam como tal”<sup>23</sup>.

Ao contrário do que seria de supor, a primeira reacção ao projecto de reforma da Carta Constitucional apresentado pelos deputados do Partido Reformista não veio do Partido Histórico, mas sim da Câmara dos Pares, por intermédio de um independente, no caso pelo 9.º Marquês de Nisa. Além da sua conhecida paixão por fados e guitarradas<sup>24</sup>, pelas touradas monumentais e pelas noites alucinantes da *Sociedade do Delírio*, este digno par do reino era particularmente atreito a ousadas iniciativas parlamentares. Assim, na senda da sua arrojada iniciativa de reforma dos vínculos (1861), o primeiro e decisivo passo dado no sentido da sua definitiva abolição, na sessão de 25 de Agosto de 1871, pouco mais de uma semana após a apresentação do projecto reformista, o descendente de Vasco da Gama voltou a mostrar a sua fibra de legislador vanguardista. Apresentou então um projecto de reforma da Câmara dos Pares, não obstante estar muito pouco optimista quanto ao sucesso desta sua nova iniciativa, a qual, no seu ponto vista, esbarrava na resistência mais ou menos hábil de uma instituição que no fundo não queria reformar-se. Em todo o caso, para fazer face à crise de legitimidade em que a Câmara dos Pares mergulhara, na sequência da abolição dos vínculos em 19 de Maio de 1863, que pelas razões já apontadas neste estudo, veio tornar a hereditariedade do pariato ainda mais questionável<sup>25</sup>, este companheiro de estúrdia

---

<sup>23</sup> CUNHA, 2003, p. 233.

<sup>24</sup> O Marquês vivia precisamente numa zona da cidade intimamente ligada ao fado e à boémia. Com efeito, «o Bairro Alto foi sempre preferido pela alta aristocracia. Entre as vivendas apalaçadas do Bairro sobressaíam as dos condes de Soure, de Ficalho e de Sobral; dos marqueses de Nisa, de Olhão e de Pombal; dos duques de Palmela; dos viscondes de Lançada, de Condeixa e muitos outros» (PAIS, 1985, p. 53).

<sup>25</sup> Num artigo de fundo intitulado «A Câmara dos Pares», publicado n’*O Repórter* de 27 de Julho de 1888, Oliveira Martins admite terminantemente que «Abolidos os vínculos, a hereditariedade no pariato não tinha razão de ser. Quando em Inglaterra se abolirem, acabar-se-á a hereditariedade dos *lordships*» (MARTINS, 1957 b), Volume II, p. 185).

dos Condes de Farrobo e de Vimioso<sup>26</sup> propunha-se “destruir ou pelo menos diminuir as razões de queixa justificada que se apresentam contra esta câmara e sua actual organização”<sup>27</sup>. Por outras palavras, o projecto do Marquês de Nisa preconizava fundamentalmente três coisas: a limitação do número de membros da segunda câmara, o fim do pariato hereditário<sup>28</sup> e a adopção de uma lei de incompatibilidades em virtude “[d]o pouco caso que muitos pares fazem das suas funções, contentando-se de terem as honras e as imunidades do cargo, mas fugindo ao trabalho que lhes é inerente”<sup>29</sup>. Pese embora mais esta prova de abnegação política e toda a autoridade infundida pela prestigiada estirpe do par do reino em causa, o projecto estava condenado ao fracasso, acabando sepultado no limbo de uma comissão maioritariamente composta por pares conservadores até à caducidade do mesmo no final da legislatura<sup>30</sup>. Como diria Maria Filomena Mónica, na política tudo depende “do momento, das circunstâncias, da conjuntura”<sup>31</sup>. Ora, tanto de um ponto de vista nacional (em meados de Setembro iniciar-se-ia o longo consulado de Fontes que, antes de mais nada, precisava de pôr cobro às conspirações *penicheiras*), como internacional (em Espanha e França viviam-se tempos de grande instabilidade política), 1871 não era, decididamente, um bom ano para projectos de democratização das instituições já que aquelas variáveis não eram de todo propícias a tais veleidades de reforma.

A má vontade dos meios conservadores face a qualquer tentativa de introduzir alterações na Carta Constitucional transparece, muito claramente, nos comentários pouco abonatórios que *A Revolução de Setembro* teceu ao projecto reformista. Na

<sup>26</sup> Além dos habituais companheiros de farra, o círculo de amigos do Marquês de Nisa incluía ainda personalidades tão díspares como os escritores Alexandre Herculano ou Bulhão Pato, artistas como a lendária fadista Severa ou a estrela teatral Emília das Neves e estadistas como o general Prim ou o Duque de Saldanha (V. NORONHA, 1909).

<sup>27</sup> DCP, sessão de 25.08.71, pp. 33-34.

<sup>28</sup> Por esta altura, em Inglaterra, na sequência da rejeição de uma proposta governativa de reforma do exército pelos lordes, os *Whigs* embarcaram também numa porfiada campanha pela reforma da Câmara dos Lordes cuja pedra de toque era precisamente a abolição da hereditariedade nas funções legislativas (V. *Diário de Notícias*, 26.07.71 e 02.08.71).

<sup>29</sup> DCP, sessão de 25.08.71, p. 33.

<sup>30</sup> A iniciativa do Marquês de Nisa só voltou a ser objecto de notícia por ocasião da primeira «fornada» de pares pedida por Fontes Pereira de Melo. Como se pode ler na edição de 31.12.71 d’*A Revolução de Setembro*, «Sobressaltou-se a imprensa oposicionista com a nomeação de novos pares do reino, e quis ver nisso o sintoma de que o governo julgava magnífica a organização da câmara alta [...]. Há na câmara alta uma comissão eleita para cuidar de um projecto de reforma, e está eleita por iniciativa de um digno par do reino. A qualidade de par não obsta portanto a que os membros dessa casa do parlamento sigam o impulso das ideias novas, tomem eles mesmos a iniciativa das mais liberais reformas [...]. Aumentar o número de ilustrações do senado, não significa por certo ir reforçar a falange dos inimigos do progresso. Se a câmara dos pares fosse hoje o asilo exclusivo dos conservadores decididos, ou dos reacconários, a sua reforma não podia ser efectuada senão pela revolução ou pela ditadura».

<sup>31</sup> MÓNICA, 1999, p. 99.

edição de 17 de Agosto de 1871, o mais referenciado e conceituado jornal regenerador considerava que a primeira leitura do projecto fora indevida: na sua interpretação do artigo 140.º da Carta era necessário que pelo menos um terço dos deputados o tivesse votado, o que não acontecera. Na sua opinião, fora claramente violado um preceito estatutário. Portanto, bem vistas as coisas, o projecto nem sequer deveria ter sido lido e votado à admissão.

O Partido Reformista voltou a apresentar a sua proposta de reforma da Carta no início da sessão legislativa de 1872 e, posteriormente, no princípio das sessões legislativas de 1874, 1875 e 1876, sem ter obtido melhor sorte nessas quatro ocasiões. No entanto, a “boceta de Pandora” que escudava a velha Carta Constitucional de 1826 como que se abriu novamente, uma vez que a iniciativa reformista de 16 de Agosto de 1871 haveria de suscitar um caudaloso afã reformador<sup>32</sup>, funcionando como uma espécie de detonador das demais propostas de revisão constitucional subsequentes<sup>33</sup>.

### ***1.2. A reacção regeneradora inspirada pelo “espírito do século”***

No discurso da coroa proferido na sessão real de abertura dos trabalhos parlamentares de 2 de Janeiro de 1872, D. Luís prometeu solenemente do alto do trono aos representantes nacionais presentes no hemiciclo que, “No intuito de acompanhar o espírito do século que tende ao aperfeiçoamento de todas as instituições, pelo meu governo vos será apresentada uma proposta de reforma de alguns artigos da carta constitucional, que, sem alterar a índole daquele código político, é destinada a introduzir nele melhoramentos que a sucessão dos tempos e o progresso das ideias liberais estão reclamando para a harmonia e complemento do sistema que nos rege”<sup>34</sup>. Ora, no

<sup>32</sup> Na sessão de 16 de Janeiro de 1872, um dia depois do ministério fontista apresentar o seu projecto de reforma da Carta Constitucional, o projecto apresentado pelo deputado Francisco Mendes foi rejeitado à terceira leitura por 52 votos contra 34 (DCD, sessão de 16.01.72, pp. 73-74).

<sup>33</sup> Em rigor, a onda reformadora foi desencadeada ainda durante a ditadura de Saldanha que, em 4 de Junho de 1870, emitiu uma circular onde se propunha rever a lei eleitoral e reformar a Câmara dos Pares. Para o efeito, incumbiu-se uma comissão de elaborar um projecto de reforma da Câmara dos Pares, a qual era constituída pelo Marquês de Ávila e Bolama (presidente), Barão de Foz Côa, Visconde de Alves de Sá, Eugénio de Almeida e José Maria de Almeida Teixeira de Queirós; por seu turno, o projecto de revisão da lei eleitoral ficou a cargo de uma comissão composta por Dias Ferreira (presidente), Latino Coelho, Luís António Nogueira, António Maria do Couto Monteiro, José Gabriel Holbeche, Jacinto Augusto de Freitas e Oliveira e Joaquim de Vasconcelos Gusmão (V. Diário do Governo de 10.06.70, n.º 129, p. 801 e GOMES, 1907, Volume XII, p. 376).

<sup>34</sup> *A Revolução de Setembro*, 03.01.72.

propósito de desarmar os intentos histórico-reformistas, que incidiam sobre a urgência de uma reforma da Carta num sentido mais “liberal”, o governo regenerador propôs-se também apresentar um projecto de revisão constitucional. Porém, o que parecia ser seguro passou a ser precário. Para pranto da oposição, que queria mais alguma coisa do que simples discursos, Fontes acabaria por chegar à conclusão de que não estavam reunidas as condições para pôr o seu plano em prática. Tal como o próprio reconheceu, nem a conjuntura política interna, nem tão-pouco a externa, iriam favorecer o ímpeto reformista do governo.

Antes disso, porém, e fiel ao seu compromisso pois palavra de Rei não volta atrás, em 15 de Janeiro de 1872, na véspera de o Partido Reformista apresentar pela segunda vez o seu projecto de lei de reforma da Carta e, por sinal, na antevéspera de o Conde de Peniche – uma das mais espinhosas preocupações do primeiro ministério fontista – ser exonerado do cargo de ministro em Bruxelas, o governo mandou para a mesa da presidência da câmara electiva uma proposta de reforma da Carta, na qual propunha a alteração de oito artigos bem como os correspondentes artigos do Acto Adicional. Tratava-se de um projecto bastante mais ponderado e conservador do que o projecto do Partido Reformista que, como dizia Barjona de Freitas, mais tendia à substituição do que à reforma da Carta. Isto para não falar no projecto de José Luciano de Castro que, como veremos oportunamente, era tão ou mais radical do que o projecto dos reformistas.

O preâmbulo do projecto regenerador começava com uma breve dissertação sobre a origem do poder constituinte<sup>35</sup> e o “complexo das fórmulas e cautelas por que deve proceder-se à revisão dos códigos políticos e às reformas constitucionais”<sup>36</sup>. Segundo o governo, havia uma “notável diferença de sistema, de faculdades e de situação entre fazer uma constituição ou simplesmente reformá-la. O primeiro caso é obra revolucionária que não obedece a preceitos determinados, e se inspira as mais das

---

<sup>35</sup> Segundo José Miguel Sardica, «A controvérsia em torno da reforma da Carta não derivava de um simples preciosismo técnico, mas de um ponto de doutrina filosófica muito caro ao cartismo. Entregar a reforma da Carta ao poder constituinte do parlamento era recriar uma potência política caracteristicamente revolucionária, violando assim o próprio espírito da Carta. Esta, diferentemente das constituições, era outorgada, dada, pelo rei – e uma vez dada, tornava-se, a bem da ordem e da domesticação da revolução, sagrada e imutável; mesmo o poder constituinte uma única vez exercido pelo monarca, no acto da outorga, extinguia-se para sempre. Por isso, e de acordo com os artigos 139 a 143, ela só podia ser reformada através de um complicado processo legal, muito moroso, que postergava a discussão e realização da reforma para a legislatura seguinte àquela em que a mesma tivesse sido aprovada como necessária» (SARDICA, 2005 a), p. 58, nota n.º 98).

<sup>36</sup> DCD, 15.01.72, p. 67.



vezes em circunstâncias extraordinárias e em crises mais ou menos violentas. No segundo atende-se às necessidades reais do país legal e legitimamente manifestadas; corrige-se por sucessivas modificações qualquer influência exclusiva e perigosa para a liberdade; e permite-se aos novos interesses conquistarem lugar legítimo na organização social, sem comprometer a índole da constituição reformada, nem as garantias de interesses e direitos mais antigos, ou de progressos já realizados”<sup>37</sup>.

Depois de expor clara e objectivamente o seu pensamento, bem como “o sentido e os intuitos” da reforma que pretendia levar a cabo, o governo enaltecia a “era de paz e liberdade” proporcionada pelo regime cartista aos portugueses. Como contraponto a esta visão algo idílica de uma nação que era uma espécie de oásis em termos de estabilidade constitucional, era mencionado o exemplo de determinados países que, devido à sua perene instabilidade institucional e política, enfrentaram “comoções violentas e sofreram por vezes as calamidades das revoluções e das guerras civis”<sup>38</sup>. Embora não directamente citados, estavam decerto sob a mira regeneradora os maus exemplos da Espanha, que, entre 1812 e 1876, foi regida por 6 códigos políticos diferentes, os quais foram objecto de um apreciável número de reformas<sup>39</sup>; e, também, da França, “a pátria clássica das barricadas”<sup>40</sup>, com o seu infindável cortejo de constituições de todos os tipos e matizes<sup>41</sup>.

Como não poderia deixar de ser, o ponto fulcral da proposta governativa era a reforma da Câmara dos Pares. Não tanto por razões relacionadas com o seu funcionamento e a sua actuação, mas sobretudo por motivos relacionados com a sua estrutura organizativa, julgada anacrónica por muita gente. Segundo o governo, “a sua fisionomia destoa[va] da organização desta magistratura política na máxima parte dos povos livres, e os seus privilégios não encontra[va]m justificação no estado social do país que lhe incumb[ia] representar”<sup>42</sup>. Como já observámos num dos capítulos precedentes, foi o próprio D. Pedro IV o primeiro a reconhecer, cerca de quarenta anos antes, que se tivesse um conhecimento mais aprofundado da realidade do país, em vez de uma segunda câmara vitalícia e hereditária, teria estabelecido na Carta um Senado composto por membros vitalícios e electivos, como o que havia estabelecido na

<sup>37</sup> DCD, 15.01.72, p. 67.

<sup>38</sup> DCD, 15.01.72, p. 67.

<sup>39</sup> V. NÚÑEZ RIVERO, e MARTÍNEZ SEGARRA, 2002.

<sup>40</sup> RIBEIRO, 1895, p. 139.

<sup>41</sup> V. CAETANO, 1989, Tomo I, pp. 118-119.

<sup>42</sup> DCD, sessão de 15.01.72, p. 68.

Constituição brasileira de 25 de Março de 1824. Era por isso o momento de meter mãos à obra de forma a corrigir as anomalias congénitas da Câmara dos Pares. Ainda para mais quando, na opinião do governo, “O privilégio hereditário nem [sequer] em Inglaterra conserva[va] a razão que lhe deu origem”, em virtude de já terem desaparecido “as grandes desigualdades de outra época e o sistema feudal quanto à propriedade, que explicava como se transmitia a posição e a importância política com a riqueza e importância social”<sup>43</sup>. Como diria Jorge Borges de Macedo, Fontes era um “defensor inalterável do princípio de que as instituições só podem ser defendidas se forem respeitadas, adquirindo assim o direito de se corrigirem”<sup>44</sup>.

Além da extinção do pariato hereditário, o governo prometia ainda uma Câmara dos Pares única e exclusivamente constituída por membros vitalícios, nomeados pelo Rei, sem número fixo, indicando no mesmo passo as 10 categorias socioeconómicas que deviam enquadrar as novas nomeações de pares<sup>45</sup>. Desta forma, a arbitrariedade da nomeação régia era fortemente limitada. Outro dos pontos cardeais da proposta de reforma da Carta apresentada pelo governo regenerador visava estabelecer limites às formas de dissolução parlamentar. Para tal, o governo propunha que, no caso de dissolução da câmara electiva, a nova câmara teria de ser convocada dentro do prazo de três meses e não podia ser dissolvida enquanto não transcorressem três meses efectivos de sessão. Abolia-se também a garantia administrativa e a pena de morte; determinava-se que, no caso de a Câmara dos Deputados não aceitar as alterações feitas pela Câmara dos Pares nos projectos de lei relativos a impostos e recrutamento, prevaleceria a opinião da câmara electiva. Finalmente, com vista a avolumar o corpo eleitoral, eram considerados eleitores todos os “chefes de família” e os cidadãos que soubessem ler e escrever. Segundo os cálculos do governo, com esta abolição das barreiras censitárias, o número de eleitores dispararia de uns exíguos 87 para 191 votantes por 1000 habitantes.

A proposta regeneradora foi lida nas sessões de 15, 23 e 29 de Janeiro, respeitando-se assim o intervalo mínimo de seis dias entre cada uma das leituras, estabelecido na Carta. Entretanto, na sessão de 26 de Janeiro, Mariano de Carvalho apresentou, com carácter urgente, uma proposta de interpretação dos artigos 142.º e

---

<sup>43</sup> DCD, sessão de 15.01.72, p. 68.

<sup>44</sup> MACEDO, 1990, p. 39.

<sup>45</sup> DCD, sessão de 15.01.72, p. 69.

143.º da Carta<sup>46</sup>, sustentando que do confronto dos mesmos resultava que a câmara apenas poderia discutir e votar a necessidade da reforma constitucional, ficando para a câmara eleita com poderes constituintes a discussão e aprovação da matéria a analisar. O conhecido deputado, um dos mais fogosos e violentos paladinos do Partido Reformista, “Prop[unha] que a câmara dos deputados resolva que não pode discutir, nem votar senão a necessidade da reforma de algum ou de alguns artigos constitucionais”<sup>47</sup>. Ora, o verdadeiro móbil desta proposta aparentemente inofensiva residia no facto de o projecto do governo, ao contrário dos restantes projectos de reforma da Carta, não só declarar a necessidade de reforma de alguns artigos da Carta Constitucional e do Acto Adicional, mas também encerrar as novas versões dos mesmos. Ou seja, na perspectiva de Mariano de Carvalho, o governo metera a foice em seara alheia uma vez que a sua proposta de lei de reforma da Carta compreendia matéria que era da exclusiva competência das futuras cortes constituintes. Ainda assim foi com naturalidade que a câmara acabou por não reconhecer a urgência da proposta por uma maioria de 51 votos contra 33. No entanto, quem não ficou absolutamente nada convencido foi Anselmo Braamcamp que, na sequência da dúvida suscitada por Mariano de Carvalho, declarou que seria preciso esclarecê-la por inteiro antes de se proceder a uma votação que parecia não estar de acordo com as determinações da Carta, enfermando possivelmente de algumas inconstitucionalidades.

Face à recusa da maioria em deferir as pretensões de Braamcamp, os deputados históricos e reformistas abstiveram-se de participar na derradeira votação, tendo abandonado conjuntamente a sala das sessões escassos momentos antes da proposta governamental ser admitida à discussão por 54 “amigos do governo”. Na sessão imediata, ocorrida em 31 de Janeiro de 1872, foi eleita uma comissão especial composta por 15 deputados para dar parecer sobre o assunto<sup>48</sup>. Porém, os meses foram passando

---

<sup>46</sup> Vejamos o que diziam os dois artigos em causa. Artigo 142.º: «Admitida a discussão, e vencida a necessidade da reforma do Artigo Constitucional, se expedirá a Lei, que será sancionada, e promulgada pelo Rei em forma ordinária, e na qual se ordenará aos Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura que nas Procurações lhes conferirão especial faculdade para a pretendida alteração, ou reforma». Artigo 143.º: «Na seguinte Legislatura, e na primeira Sessão será a matéria proposta, e discutida; e o que se vencer prevalecerá para a mudança, ou adição à Lei Fundamental; e juntando-se à Constituição será solenemente promulgada».

<sup>47</sup> DCD, sessão de 26.01.72, p. 137.

<sup>48</sup> A comissão era composta por José Dias Ferreira, Visconde de Moreira de Rei, Visconde de Arriaga, António Augusto Teixeira de Vasconcelos, António José de Barros e Sá, Joaquim Gonçalves Mamede, Albino Augusto Geraldês Abranches, Jacinto Augusto de Santana e Vasconcelos, Manuel Pinheiro Chagas, Carlos Bento da Silva, José de Sande Magalhães Mexia Salema, Manuel Bento da Rocha Peixoto, António Correia Caldeira, António Maria Barreiros Arrobas e José de Melo Gouveia.

sem o parecer da dita comissão dar as mais ínfimas mostras de vir a sair do segredo dos deuses. Daí, na sessão de 12 de Março de 1873, o deputado reformista Francisco Mendes ter tomado a iniciativa de apresentar uma proposta no sentido de que a câmara fixasse um prazo para a sua apresentação, de forma a arrancá-lo do limbo, a qual foi liminarmente recusada. Notoriamente, a reforma constitucional desaparecera já da agenda política de Fontes Pereira de Melo.

Não obstante o inconformismo oposicionista, a grande verdade é que Fontes era dono e senhor da agenda política graças ao apoio de uma maioria que, apesar de não ser absolutamente segura, já que congregava no seu seio várias facções, tendências e personalidades, se revelou no entanto bastante cordata. Não fosse Fontes “um mestre consumado na arte de atrair os inimigos, de os pôr sossegados e satisfeitos”<sup>49</sup>. Importa por isso frisar que, das eleições de 9 de Julho de 1871, confeccionadas por Ávila, resultara uma maioria “heterogénea e pouco segura”. Para além da “patrulha constituinte” que, logo após o advento de Fontes no poder, passou a alinhar com os regeneradores, deixando assim históricos e reformistas em minoria, “eram muitos os deputados independentes que, como era tradicional, facilmente mudavam de campo”<sup>50</sup>. Dado Fontes não ter necessitado de novas eleições para se manter no poder, não é difícil imaginar onde terão ido parar estes “independentes”.

Não obstante a promessa feita por Fontes aos pares do reino, na sessão nocturna de 2 de Maio de 1872, de que a resolução da proposta do governo ficaria reservada para a próxima sessão legislativa<sup>51</sup>, o que é certo é que nem a conjuntura política interna, nem a conjuntura política externa, favoreceram o pendor reformista do executivo. Na ânsia de responder prontamente às demais propostas de reforma da Carta que irrompem no cenário político no início da década de 1870, o governo regenerador apresentou também uma proposta de revisão constitucional, a qual vai encontrar pela frente uma conjuntura muitíssimo melindrosa e complexa. Se, por um lado, a nível interno, todos os cuidados do governo eram poucos para fazer frente às insídias *penicheiras*; por outro lado, aqui ao lado, em Espanha, fervilhava um explosivo caldo de compleição revolucionária que só se dissiparia em 1875 com a Restauração de Afonso XII, após a frustrada experiência republicana. Não esquecendo igualmente a França, onde ainda fumegavam os escombros causados pelos incêndios da Comuna de Paris e os canos das

---

<sup>49</sup> RAMOS, 1994, Volume VI, p. 110.

<sup>50</sup> DÓRIA, 2004, p. 173.

<sup>51</sup> DCP, sessão nocturna de 02.05.72, p. 190.

espingardas responsáveis pelos fuzilamentos que se seguiram. Como é óbvio, Fontes não era indiferente a tudo isto. Para além disso, evidenciava também alguma apreensão no que concerne à convocação de umas cortes constituintes, onde, na sua opinião, “se poderiam pôr em jogo todos os princípios constitucionais”<sup>52</sup>. Por conseguinte, achou por bem deixar o país sossegado em busca de fomento económico, remetendo as reformas políticas para melhores dias.

Mas acima de tudo, Fontes contava ou tinha esperanças de reeditar em 1872 o consenso partidário que houvera em 1852. Neste ano, a proposta de que resultou o I Acto Adicional foi apresentada pelo governo e nenhum partido ousou propor aditamentos ou modificações. Reformaram-se apenas os artigos propostos pelo governo e nem mais uma vírgula. Os partidos aceitaram o pacto regenerador, *responsabilizando-se solidariamente pela reforma constitucional, que deste modo se tornou numa fonte de coesão e concórdia*. Ora, em 1872, os partidos não estavam dispostos a colaborar e, naturalmente, Fontes percebe que a reforma constitucional se tornaria um factor de discórdia e guerrilha político-partidária, em vez de uma bandeira de paz. Por isso decidiu sepultar a sua proposta de reforma da Carta no limbo de uma comissão parlamentar que, à boa maneira da época, nunca demonstrou a menor intenção de emitir um parecer, remetendo assim a revisão constitucional para as “calendas gregas”.

No entanto, a questão da reforma constitucional jamais seria abandonada pelos nubentes da Granja que, doravante, nunca mais deixaram apagar a chama reformista. De tal modo que, na sequência da nomeação de 19 novos pares do reino em 16 de Maio de 1874<sup>53</sup>, o principal órgão da oposição histórica notava com a-propósito que ainda “Não cheg[ara] a ocasião das reformas prometidas mas cheg[ara] a hora das fornadas inesperadas”<sup>54</sup>. Por outro lado, históricos e reformistas fizeram igualmente questão de prosseguir com a sua cruzada pela reforma da Carta, renovando galhardamente a

---

<sup>52</sup> Nas preocupações de Fontes Pereira de Melo estaria certamente presente a incrível reviravolta política ocorrida em Espanha em que umas Cortes maioritariamente constituídas por monárquicos se pronunciaram a favor da implantação da República. Segundo José Luis Comellas, «Da balbúrdia de factos desconcertantes ocorridos entre 1868-1874, a proclamação da I República foi o mais desconcertante de todos. Em 11 de Fevereiro de 1873, umas Cortes em que os monárquicos detinham uma superioridade de 4 para 1, decidiram instaurar em Espanha uma República por 256 votos contra 32» (V. COMELLAS, 1997, p. 149).

<sup>53</sup> A «fornada» foi aprovada em 15.05.74 pelo Conselho de Estado por 4 votos (Marquês de Ávila e Bolama, Conde de Castro, Fontes e Casal Ribeiro) contra 3 (Duque de Loulé, Marquês de Sá da Bandeira e Anselmo José Braamcamp). Carlos Bento da Silva absteve-se por causa de o seu nome figurar entre os nomeados (Actas do Conselho de Estado, 1867-1875, ANTT, Casa Forte, Livro 77 D).

<sup>54</sup> *O País*, 21.05.74.

iniciativa dos seus projectos no início de cada sessão legislativa<sup>55</sup>. Uma prática parlamentar que, como veremos mais adiante, na alvorada de 1876, estaria na génese de um caso insólito e algo surrealista.

### ***1.3. A renovação do protagonismo oposicionista do Partido Histórico***

A chegada de Fontes ao poder em Setembro de 1871, deixava antever tempos particularmente duros para a oposição. Além de captar uma ampla base social e política de apoio, o primeiro governo fontista iria ser o mais longo e estável da história da monarquia constitucional. Além disso é preciso não esquecer que, após o traumático derrube do seu último ministério pelo golpe saldanhista de 19 de Maio de 1870, o Partido Histórico encontrava-se transformado numa autêntica manta de retalhos e mais dividido que nunca<sup>56</sup>. Depois da concórdia verificada durante o último governo presidido pelo Duque de Loulé (1869-1870), as relações entre a desbragada *unha-negra* e a respeitável *unha-branca* histórica voltaram a azedar. Para cúmulo, em inícios de 1872, “Lobo d’Ávila anunciou, para espanto de muitos, tencionar apoiar o governo”<sup>57</sup>.

Deste modo, aos históricos “pouco mais restava do que criar nas Câmaras focos de debate e instabilidade que perturbassem o poder regenerador e mantivessem acesa a chama de uma oposição, por demais baça e traumatizada, mas que se queria para futuro como alternativa política. Para este fim nada melhor do que propostas genéricas de reforma do regime, que não implicavam de imediato rupturas conducentes à queda do Governo e marcavam a existência de uma oposição parlamentar indispensável ao funcionamento do próprio sistema”<sup>58</sup>. Ora, a reforma da Carta Constitucional servia este objectivo às mil maravilhas. Somente desta forma se compreende a proposta apresentada pelos históricos no início de 1872, quando ainda na sessão legislativa anterior haviam rejeitado iniciativa semelhante dos reformistas, protagonizada pelo deputado Francisco Mendes.

---

<sup>55</sup> Em 23.01.74, teve lugar a terceira leitura do projecto de reforma da Carta apresentado por Francisco Mendes, o qual não foi admitido à discussão por 52 votos contra 28. Em 03.02.74, foi a vez de Luciano de Castro renovar a iniciativa do seu projecto de reforma da Carta, não tendo melhor sorte. No ano seguinte, na sessão de 11.01.75, os dois deputados renovaram mais uma vez a iniciativa dos seus projectos de reforma da Carta, mas foram ambos declinados à terceira leitura.

<sup>56</sup> V. MOREIRA (org.), 1998, p. 80.

<sup>57</sup> MÓNICA, 1999, p. 100.

<sup>58</sup> MOREIRA, 1992, Volume I, pp. 104-105.

Na realidade, por detrás desta aparente desconexão estratégica estava um importante fundamento político. “Os históricos necessitavam de não se deixar ultrapassar, como força de oposição, pelos reformistas que anteriormente haviam recorrido ao mesmo expediente. Daí que considerassem oportuno no início de 1872 o que o não fora em meados de 1871”<sup>59</sup>. Para além disso, ao analisarmos as razões que levaram José Luciano de Castro a rejeitar o projecto reformista, verificamos que era sua “convicção” e “de muitos homens ilustrados” que o “regime político” da Carta deveria ser “aperfeiçoado”. No entanto, na sua opinião, poderia “subsistir ainda durante muitos anos com leves alterações”<sup>60</sup>. Ora, à luz da realidade dos factos, esta é uma ideia algo falaciosa pois, como veremos seguidamente, o projecto de reforma constitucional dos históricos era tão ou mais audacioso do que o dos reformistas. O que estava de facto em jogo era outra coisa.

Antes de mais nada, o Partido Histórico procurava reassumir o protagonismo na acção oposicionista face à crescente saliência do Partido Reformista – que “pescava” uma boa parte do seu eleitorado nas águas revoltas do radicalismo urbano – e ao risco de este o ultrapassar no papel de parceiro do sistema rotativista. Como apregoava o órgão oficial dos regeneradores, tratava-se de uma forma de o Partido Histórico “caminhar ao lado dos que avançassem mais”<sup>61</sup>. Vale a pena recordar que, nas eleições de 9 de Julho de 1871 que antecederam o advento de Fontes no poder, os avilistas fizeram frente comum com os regeneradores, mas não conseguiram obter maioria, ficando-se pelos 49 deputados, contra 53 oposicionistas (Históricos, Reformistas e Constituintes, estes recém aparecidos no xadrez político da época). Todavia, na década de 1870, o pequeno grupo parlamentar que gravitava à volta de José Dias Ferreira colaborou quase sempre com os governos regeneradores. Tanto assim que Fontes nem sequer sentiu necessidade de pedir a dissolução da Câmara dos Deputados<sup>62</sup>, tendo concluído sem grandes sobressaltos parlamentares a 20.<sup>a</sup> Legislatura que tinha sido iniciada em 22 de Julho de 1871 pelo ministério do Marquês de Ávila e Bolama. Como é óbvio, esta bonança parlamentar teve ainda o valiosíssimo amparo de uma “fornada” de pares com a qual o governo reforçou as suas fileiras na câmara hereditária.

<sup>59</sup> MOREIRA, 1992, Volume I, p. 105.

<sup>60</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 404.

<sup>61</sup> *A Revolução de Setembro*, 24.01.72.

<sup>62</sup> Entre 1870 e 1885 registaram-se 6 dissoluções da Câmara dos Deputados e todas elas foram solicitadas por personalidades políticas diferentes. Senão vejamos: Loulé em 20.01.70; Saldanha em 21.07.70; Ávila em 03.07.71; A. Braamcamp em 28.08.79; R. Sampaio em 04.06.81 e Fontes em 24.05.84 (V. SANTOS, 1890, Volume II, Parte I, p. 187).

A elaboração do projecto-lei de reforma da Carta Constitucional do Partido Histórico esteve a cargo de Luciano de Castro que, em 24 de Janeiro de 1872, o apresentou na Câmara dos Deputados, destilando ali ininterruptamente durante quase duas horas e meia o seu credo reformista. O projecto de lei compunha-se de um preâmbulo e de um articulado no qual se declarava a necessidade de reforma de uma série de artigos, mais precisamente vinte e oito, quer da Carta Constitucional, quer do Acto adicional<sup>63</sup>, e que a mesma deveria ocorrer na próxima legislatura, devendo, para o efeito, os deputados virem munidos dos respectivos mandatos pelo eleitorado.

A parte substantiva do projecto encontrava-se no preâmbulo. José Luciano começava por dissertar sobre a transitoriedade das constituições. Na sua opinião, era preciso aproveitar os “ventos favoráveis” e “acertar com a monção própria”, a fim de “evitar, por justas concessões, à soberania popular, que a revolução armada e indómita impusesse violentamente aos poderes públicos as mudanças inevitáveis, que a resistência dos preconceitos, a relutância dos interesses criados, e o apego às velhas ideias não deixaram ordenar legal e pacificamente”<sup>64</sup>. Em seguida referia-se à oportunidade do projecto. Considerava que só depois de avaliar as indicações da opinião pública, a evolução geral do país, as posições dos partidos e das suas direcções, se deveria avançar com um projecto político desta envergadura. Na sua opinião, nada deveria obstar à revisão da constituição, se assim o indicavam a opinião pública e o interesse nacional, e mais não se faria do que seguir as pisadas de outras nações civilizadas que expressamente previam a possibilidade de rever as suas normas fundamentais.

Luciano de Castro passava depois a apresentar as razões sociais e políticas que tornavam indispensável a reforma da velha Lei Fundamental do reino. Reconhecia a validade da Carta Constitucional e a sua adequação aos interesses do país no momento em que foi outorgada aos portugueses, bem como a pertinência das alterações a que fora sujeita em 1852, mas considerava-a agora ultrapassada pelos acontecimentos políticos que nos últimos anos haviam abalado a nação. Começando pela instabilidade governativa e pelas eleições fraudulentas, não esquecendo o recurso abusivo às

---

<sup>63</sup> José Luciano de Castro propunha que se declarasse a necessidade de reforma dos artigos 6.º, 7.º, 8.º, 17.º, 21.º, 26.º, 27.º, 28.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 70.º (§§ 1.º e 4.º), 103.º, 132.º, 133.º, 135.º, 140.º, 141.º, 142.º, 143.º, 144.º, 145.º (§§ 7.º, 8.º, 9.º, 16.º, 33.º e 34.º) da Carta Constitucional e os correspondentes artigos do Acto Adicional.

<sup>64</sup> *Projecto de lei de reforma da Carta apresentado na Câmara dos Senhores Deputados em sessão de 24 de Janeiro de 1872 por José Luciano de Castro*, 1872, p. 4.



dissoluções e à ditadura, a decadência parlamentar, o atropelo dos direitos individuais pelo arbítrio da autoridade e a desordem das finanças do Estado. O corolário destes persistentes entorses era a perda de fé nos ideais liberais e na regeneração nacional<sup>65</sup>. Como diria Fernando Moreira, “O quadro traçado de tons bem negros, quase colocava o país à beira da anarquia e do caos e, claro, a reforma da constituição política era a solução. A iniciativa certa no momento certo”<sup>66</sup>.

As propostas preconizadas pelos históricos para a “calamitosa situação” nacional contemplavam seis grandes áreas de reformas políticas: os direitos individuais dos cidadãos, a organização da administração municipal, o direito de voto, a reorganização parlamentar e sua articulação com o poder moderador, a responsabilidade ministerial e, finalmente, as formas e os limites de uma futura revisão constitucional.

Os direitos individuais, a “primeira e essencialíssima base de todos os pactos constitucionais, que representando a transacção entre o poder e a liberdade, devem de inscrever com antecedência a quaisquer outras disposições as que consagram e definem as prerrogativas e franquezas populares”<sup>67</sup>, constituíam a sua principal preocupação e não se sobrepunham aos interesses sociais, antes se procurava uma conciliação entre ambos. Os direitos julgados fundamentais eram, e por esta ordem, os de livre associação, de reunião, de liberdade de ensino, de resistência ao pagamento do imposto, de requerer processo criminal, de petição, de liberdade de consciência religiosa e de igualdade perante a lei.

A proposta relativa à organização da administração municipal inseria-se numa linha de descentralização havia muito clamada pelos históricos<sup>68</sup>, mas também procurava integrar a tradição municipalista. Pretendia-se, em suma, a maior autonomia possível para os municípios e “firmar os fundamentos, em que deve assentar o governo local, e a intervenção, que neste assunto deve pertencer ao poder executivo”<sup>69</sup>.

Por sua vez, a reforma política do poder central implicava modificações a três níveis: o alargamento do direito de voto, a reorganização da vida parlamentar de forma

---

<sup>65</sup> *Projecto de lei de reforma da Carta apresentado na Câmara dos Senhores Deputados em sessão de 24 de Janeiro de 1872 por José Luciano de Castro*, 1872, pp. 6-8.

<sup>66</sup> MOREIRA, 1992, Volume I, p. 106.

<sup>67</sup> *Projecto de lei de reforma da Carta apresentado na Câmara dos Senhores Deputados em sessão de 24 de Janeiro de 1872 por José Luciano de Castro*, 1872, p. 9.

<sup>68</sup> V. ÁVILA, 1874.

<sup>69</sup> *Projecto de lei de reforma da Carta apresentado na Câmara dos Senhores Deputados em sessão de 24 de Janeiro de 1872 por José Luciano de Castro*, 1872, p. 13.

a aperfeiçoar o funcionamento do sistema representativo e uma nova definição das condições de exercício das prerrogativas régias. Segundo Fernando Moreira, “Era este o ponto mais profundamente renovador da reforma, já que iria interferir com aspectos muito sensíveis da superestrutura do aparelho de Estado”<sup>70</sup>. De uma forma sintética, propunha-se ali o direito de voto a “todos os cidadãos que estivessem na posse dos seus direitos civis”, o que praticamente se traduziria na introdução do sufrágio universal; a elaboração de uma lei eleitoral que apartasse a urna da nefasta influência da tutela e da pressão das autoridades; a passagem das legislaturas para três anos – visando dar mais autoridade e prestígio à Câmara dos Deputados; a substituição da Câmara dos Pares por um Senado electivo, “segundo o exemplo da Bélgica [Constituição de 1831] e da Espanha [Constituição de 1869]”, ou em alternativa, por um Senado em parte vitalício, em parte electivo, como o do Brasil, o qual, segundo Luciano de Castro, poderia adaptar-se melhor às circunstâncias nacionais, “e preparar a transição mais ou menos distante para vitória definitiva do primeiro sistema”<sup>71</sup>, isto é, até ao advento de um sistema totalmente electivo; a eleição directa dos presidentes e vice-presidentes pelas respectivas câmaras legislativas e a livre reunião destas sem obrigatoriedade de convocação oficial; limites às formas de dissolução e adiamento dos órgãos legislativos (de acordo com o projecto, depois de uma dissolução, não podia haver nova dissolução antes de decorrer um ano. Por seu turno, o adiamento só podia ser decretado uma vez em cada sessão por um prazo máximo de um mês, não podendo repetir-se sem autorização da Câmara); a redução do prazo de realização de novos sufrágios eleitorais (de acordo com o projecto, as novas eleições deveriam ter lugar dentro de 40 dias, e as câmaras legislativas deveriam abrir dentro de 60), para se evitar o recurso repetido aos actos eleitorais e aos períodos de ditadura. Na sequência desta proposta surgia inevitavelmente a necessidade de responsabilização ministerial, determinando-se o julgamento dos crimes comuns dos ministros nos tribunais comuns e dos crimes especiais cometidos no exercício das suas funções no Supremo Tribunal de Justiça, com sujeição total às penas prevista na lei ou que a legislação especial ordenasse. Finalmente, prevenia-se uma futura revisão, definindo claramente os artigos constitucionais e interpretando os artigos 140.º, 141.º, 142.º e 143.º, de modo a impedir qualquer revisão destes que não fosse ratificada pelo sufrágio popular.

---

<sup>70</sup> MOREIRA, 1992, Volume I, p. 107.

<sup>71</sup> *Projecto de lei de reforma da Carta apresentado na Câmara dos Senhores Deputados em sessão de 24 de Janeiro de 1872 por José Luciano de Castro*, 1872, p. 18.

Como infere Fernando Moreira, “Se o projecto teve o propósito de introduzir um pauzinho na engrenagem regeneradora, deve ser visto também como um esforço de sobrevivência de um partido excluído do poder, escurraçado da rua e em risco de ultrapassagem no papel de parceiro do sistema rotativista”. Pelo contrário, aos regeneradores “interessaria a dispersão e fragmentação das oposições. Embora senhores de uma situação inteiramente estável e com uma liderança forte, tinham alguma dificuldade em manter as Câmaras ocupadas até à apresentação das propostas para a fazenda que estavam em preparação, pelo que puderam, e lhes conveio, ser magnânimos, numa primeira atitude, para com os projectos de reforma apresentados por reformistas e históricos”<sup>72</sup>. Efectivamente, à semelhança do projecto do Partido Reformista, o projecto apresentado por José Luciano de Castro foi também aprovado por uma larga maioria – desta vez foram 73 os votos favoráveis e apenas 2 contra – para as três leituras da praxe<sup>73</sup>. Assim, os regeneradores evitavam “habilidosamente, à partida, cair na armadilha de reformistas e históricos de gerarem um outro foco de instabilidade política”<sup>74</sup>. Só depois os deputados afectos ao governo deixaram cair com toda a naturalidade o projecto histórico, ficando pelo caminho na votação posterior à última leitura, na qual recebeu apenas 26 votos a favor e 47 contra<sup>75</sup>.

Seja como for, da proposta de reforma da Carta de Luciano de Castro “ficou, ao menos, o reassumir de um protagonismo na acção oposicionista por parte dos históricos e a afirmação de um grupo coeso na direcção do partido”<sup>76</sup>. Apesar de os históricos invocarem razões de oportunidade para a apresentação da sua proposta, a grande verdade é que, em 1872, o país estava ainda demasiado verde para mudanças tão profundas na sua estrutura político-institucional, que na prática configuravam uma subversão do sistema monárquico-representativo em benefício da parlamentarização do regime. Com efeito, devemos reconhecer que propor a reforma de 28 dos 145 artigos de uma Constituição não é coisa pouca. Luciano de Castro ainda invocara no preâmbulo do projecto que era preciso aproveitar os “ventos favoráveis”, mas encontrou pela frente ventos espanhóis portadores de negros presságios. Refiro-me aos pouco bonançosos

---

<sup>72</sup> MOREIRA, 1992, Volume I, p. 109.

<sup>73</sup> DCD, sessão de 24.01.72, p. 120.

<sup>74</sup> MOREIRA, 1992, Volume I, p. 109.

<sup>75</sup> DCD, sessão de 05.02.72, p. 199.

<sup>76</sup> MOREIRA, 1992, Volume I, p. 109.

ventos de pendor republicano vindos do outro lado da fronteira<sup>77</sup> que, embora enchessem de alento no lado de cá o republicanismo autóctone<sup>78</sup>, não favoreciam de modo nenhum a viabilização de projectos de democratização do sistema político, uma vez que deixaram os governantes portugueses (a começar pelo próprio Rei)<sup>79</sup> extremamente nervosos e muito apreensivos<sup>80</sup>. No entanto, a semente reformista fora uma vez mais arremessada pela oposição e, mesmo contra ventos e marés, mais tarde ou mais cedo haveria inevitavelmente de germinar e dar frutos políticos.

#### ***1.4. A tentativa oposicionista de ressuscitar a proposta fontista***

Depois de vários anos de esforços inglórios por parte da oposição, na *rentrée* legislativa de 1876 veio novamente à tona a controversa questão da reforma da Carta Constitucional. De facto, este era um mote que, por mais que fosse glosado nas contendas diárias dos partidos, nunca se esgotava nem passava de moda. Assim, na alvorada do ano em que o código político outorgado por D. Pedro IV se preparava para celebrar as bodas de ouro, a câmara electiva foi mais uma vez palco de alguns desencontros entre os vários partidos sobre a necessidade de uma revisão constitucional.

Depois de um período de nojo em que os trabalhos parlamentares foram temporariamente suspensos devido à morte do bravo Marquês de Sá da Bandeira, um dos mais prestigiados militares do liberalismo e um lúdimo representante do velho

---

<sup>77</sup> Durante o fugaz reinado de Amadeu de Sabóia, já se respirava em Espanha uma atmosfera republicana que acabaria por se propagar em 11 de Fevereiro de 1873 à própria Assembleia Nacional que, não só aceita a abdicação do monarca, como ainda proclama por uma esmagadora maioria a I República espanhola (V. COMELLAS, 1997, p. 149, TUÑÓN DE LARA (dir.), 1983, Tomo VIII, p. 220 e DÍEZ DE ULZURRUN, 1998, p. 285).

<sup>78</sup> Recordo que em 1871, o «ano de viragem» no que concerne à escalada das conspirações *penicheiras*, foi fundada a Associação Protectora do Trabalho Nacional (A.P.T.N.), de feição republicana, «que terá algum protagonismo no ano seguinte, por iniciativa de João Bonança», um activo dirigente operário (DÓRIA, 2004, p. 171).

<sup>79</sup> «Em Junho de 1871, Antero de Quental e Batalha Reis reuniam-se, numa barça, com três internacionalistas espanhóis, a fim de fundarem a secção portuguesa da Associação Internacional do Trabalho». Segundo M. Filomena Mónica, até «O próprio rei se interrogou sobre a dimensão do perigo» (MÓNICA, 1999, pp. 100-101).

<sup>80</sup> Ainda antes de a I República (1873-1874) ter sido proclamada em Espanha, na sequência de uma proposta apresentada na Assembleia Nacional por Francisco Pi y Margall, imediatamente após a abdicação de Amadeu de Sabóia em 11.02.73, Fontes tratou logo de pedir autorização ao Parlamento para reincorporar no serviço efectivo as praças militares que se encontravam desmobilizadas na reserva. Esta medida visava principalmente reforçar a vigilância das fronteiras e travar a infiltração de agitadores republicanos. Segundo os números avançados pelo *Diário de Notícias*, existiam no exército cerca de 9000 reservistas (*Diário de Notícias*, 15.02.73).

progressismo<sup>81</sup>, logo no início do ano, na sessão de 12 de Janeiro de 1876, o solícito deputado Francisco Mendes renovou novamente – pela terceira ou quarta vez, já nem o próprio sabia – a iniciativa do projecto de lei de reforma da Carta do Partido Reformista. O próprio se queixava de que o famigerado projecto “tem sido desprezado pela câmara e que provavelmente já até é recebido com hilaridade”<sup>82</sup>. Por essa razão, além de mais uma quixotesca tentativa para iniciar um processo de revisão constitucional, o significado desta nova iniciativa reformista era lavrar também um veemente protesto contra a insensibilidade do governo relativamente a uma questão que o “partido do Bispo” considerava “inadiável e urgente”. No entanto, essa não era a opinião do governo. O projecto reformista foi novamente rejeitado (desta vez por 35 deputados), só tendo conseguido obter 16 votos favoráveis<sup>83</sup>, tantos quantos o número total de deputados de que a oposição conjunta de históricos e reformistas dispunha desde o último acto eleitoral de 12 de Julho de 1874<sup>84</sup>. Ou seja, nesta ocasião, o projecto do Partido Reformista nem sequer obteve a aprovação de um terço dos votos dos deputados presentes – neste caso 17 –, exigido pelo artigo 140.º da Carta Constitucional, a condição *sine qua non* para passar às três leituras previstas no artigo seguinte.

Três dias depois, na sessão de 15 de Janeiro de 1876, foi a vez de Luciano de Castro renovar a iniciativa do seu projecto de reforma da Carta, o qual também foi objecto de uma execução sumária ao ser rejeitado por 37 votos e aprovado por 17<sup>85</sup>, ficando portanto igualmente aquém de um terço dos votos (18). No entanto, ao arrepio de todas as normas e práticas parlamentares, a vitória do governo obrigou-o a beber o “cálice de veneno” servido pela oposição que, desta feita, vendeu bastante cara a derrota, sentenciando de imediato a pena de talião.

Na impossibilidade de fazer vingar os seus projectos, verificou-se o que Júlio de Vilhena designou de “contubérnio das três oposições em relação à reforma da carta”<sup>86</sup>, ou seja, uma acção concertada das oposições histórica, reformista e constituinte com o

---

<sup>81</sup> Terminada a guerra civil em 1834, o então Barão de Sá da Bandeira embainhou a espada, tendo a sua fidelidade à causa liberal sido recompensada com um lugar na Câmara dos Pares, na qual se sentou sempre no lado esquerdo.

<sup>82</sup> DCD, sessão de 12.01.76, p. 31.

<sup>83</sup> DCD, sessão de 13.01.76, p. 40.

<sup>84</sup> V. ALMEIDA, 1991, p. 235.

<sup>85</sup> DCD, sessão de 15.01.76, p. 52. Como Luciano de Castro requereu uma votação nominal, desta vez podemos avançar os nomes dos 17 deputados que apoiaram o projecto, a saber: Osório de Vasconcelos, Anselmo Braamcamp, Pereira de Miranda, Sousa Lobo, Conde de Bretiandos, Conde da Graciosa, Francisco Mendes, Camelo Lampreia, Paula Medeiros, Barros e Cunha, Luciano de Castro, Luís de Campos, Pires de Lima, Pinheiro Chagas, Marçal Pacheco, D. Miguel Coutinho e Mouta e Vasconcelos.

<sup>86</sup> DCD, sessão de 18.01.76, p. 94.

intuito de ressuscitar a proposta de reforma da Carta que o governo regenerador, depois de a ter patrocinado em 1872, tinha em seguida deixado cair no limbo. Foi de resto um dissidente regenerador, o jovem deputado Pinheiro Chagas<sup>87</sup> que, em 15 de Janeiro de 1876, se encarregou desta iniciativa “destinada a tornar embaraçosa e difícil a posição do governo e da maioria”<sup>88</sup>, a qual foi também subscrita pelos deputados José Luciano de Castro, Francisco Mendes e Luís de Campos. O facto de ter sido Pinheiro Chagas a assumir a empreitada, deixou Fontes um tanto surpreendido com o versátil escritor, cujos discursos eram uma espécie de “sinfonia arrebatadora”<sup>89</sup>, que “tendo hoje ideias tão avançadas sobre a necessidade da reforma da carta, então vota[ra] contra as propostas de renovação da iniciativa apresentadas pelos partidos histórico e reformista”. Para provar que não estava apenas a especular, o chefe do governo garantiu ao auditório que “Ainda ontem estive percorrendo os *Diários das Câmaras* para ver se encontrava lá o nome do ilustre deputado entre aqueles que votaram contra a admissão, e lá o encontrei”<sup>90</sup>.

Os efeitos práticos da estratégia urdida pela oposição não foram os desejados, já que a maioria governamental rejeitou o seu próprio projecto de reforma da Carta por 53 votos contra 16<sup>91</sup>, frustrando-lhe irremediavelmente os intentos. No entanto, este incidente originou uma situação francamente bicuda, da qual não havia precedentes nos anais parlamentares: por um lado, na impossibilidade de fazer vingar as suas propostas de revisão constitucional, a oposição viu-se na desconfortável posição de perfilhar a proposta do governo de 1872; por outro lado, a posição do governo não era menos embaraçosa, já que se viu na contingência de votar contra uma proposta sua que tinha sido confiscada pela oposição. Como alguns jornais observaram, tratou-se para todos os efeitos de uma trama muito bem urdida pela oposição que, perante a prepotência demonstrada pela maioria regeneradora ao impedir que os projectos dos outros partidos fossem sequer admitidos às três leituras previstas no artigo 141.º da Carta, engendrou

---

<sup>87</sup> Pinheiro Chagas foi eleito pela primeira vez deputado em 1871. Militava então nas fileiras do Partido Regenerador, no entanto, em 1875, pela mão de José Dias Ferreira, acabou por ingressar no Partido Constituinte, o qual, no começo da sessão legislativa de 1876, passou para a oposição. Os constituintes passam então a aliar-se a três deputados dissidentes do Partido Regenerador, dependentes de Vaz Preto, o qual, por motivos relacionados com a construção da linha de caminho-de-ferro da Beira Baixa, tinha rompido em 1875 com Fontes Pereira de Melo (V. *Diário de Notícias*, 22.04.75).

<sup>88</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 430.

<sup>89</sup> MENDONÇA, 1904, p. 20.

<sup>90</sup> DCD, sessão de 17.01.76, p. 64.

<sup>91</sup> DCD, sessão de 17.01.76, p. 62.

uma vingança digna de Maquiavel. Como diria o famoso florentino, os fins justificam todos os meios.

Na sequência desta memorável resolução da Câmara dos Deputados, que foi considerada por alguns jornais progressistas como uma “desprezível vitória” do governo e uma “gloriosa derrota” da oposição, o presidente do conselho de ministros decidiu prestar algumas explicações. Num jeito algo satírico e cheio de farpas na manga, Fontes começou por estranhar a estratégia da oposição já que, na sua autorizada opinião, “mudaram-se completamente os princípios e as regras parlamentares”. Depois de alguns minutos a dissecar o incidente, extraiu a sarcástica ilação de que o governo, “não tendo senão o apoio da oposição que infelizmente neste assunto teve 16 votos contra 53, não pode continuar a governar”<sup>92</sup>. Ora, esta irónica inferência não passava de uma subtil alfinetada no ex-regenerador Pinheiro Chagas, o qual pedira a demissão do ministério na sequência do escrutínio de 17 de Janeiro. “Com efeito – argumentava Pinheiro Chagas –, tendo sido repellido um projecto da iniciativa do governo, e que este ainda não retirara e contra o qual nada dissera, a resolução da câmara significava constitucionalmente uma votação de desconfiança ao governo, autor desse projecto”<sup>93</sup>.

Depois de retomar a palavra, Fontes pôs a tónica na falta de entendimento entre as diversas partes e fez questão de sublinhar que, em 1872, o seu partido “insistiu na reforma procurando aproximar-se e agrupar-se em roda dos partidos políticos para chegar a um acordo”<sup>94</sup>. Acontece que em 1872, no preciso momento em que o governo tinha apresentado a proposta de reforma da Carta que a oposição fazia agora sua, inquinando-a, os deputados históricos e reformistas haviam saído pela porta fora, comprometendo – na óptica do chefe do governo – com esta sua inusitada atitude qualquer hipótese de, eventualmente, se lhe associarem no futuro. Com efeito, o governo apresentou a sua proposta em 1872 como uma bandeira de paz na esperança de que, à semelhança do Acto Adicional de 1852, esta atenuaria as disputas políticas. Ao ver que não alcançava esse objectivo, resolveu pura e simplesmente abandoná-la. Esta tese era corroborada pel’*A Revolução de Setembro*, que reiterava em letras carregadas nas suas colunas que “Se a reforma da carta se tornou inoportuna [em 1872] deve-se [isso] à atitude intransigente dos partidos da oposição”<sup>95</sup>. Como Fontes fez questão de

---

<sup>92</sup> DCD, sessão de 17.01.76, p. 62

<sup>93</sup> DCD, sessão de 17.01.76, p. 62. Ver também sessão de 18.01.76, p. 94.

<sup>94</sup> DCD, sessão de 17.01.76, p. 63.

<sup>95</sup> *A Revolução de Setembro*, 13.01.76.

frisar, a reforma da Carta Constitucional era um assunto muito sério no qual deviam cooperar todos os partidos. Como estes não estavam em sintonia, sendo mais do que evidente a sua falta de entendimento sobre esta questão, o governo achou que o melhor era deixar tudo na mesma. Além disso, “Para Fontes, a Carta Constitucional era, tão só, o instrumento político pelo qual o estado devia funcionar, assegurando as condições fundamentais para ser posto em prática”, bem como “a única plataforma possível para o regime”<sup>96</sup>. Daí a razão de se mostrar extremamente hostil à ideia de uma reforma mais extensiva.

Esta era a história de um ponto de vista regenerador. A oposição, obviamente, fazia uma leitura bem diferente dos factos. A começar pelo *País*, o órgão oficial do Partido Histórico, para quem “uma proposta que é excelente quando o ministro a assina, torna-se abominável quando a adopta um dos seus adversários”<sup>97</sup>. Já para José Luciano de Castro, o que se tinha passado naquela arena parlamentar era um contra-senso político tremendo, uma vez que as forças da oposição se tinham revelado “mais ministeriais do que o próprio ministério”<sup>98</sup>. O delfim dos históricos resolveu então contar a sua versão sobre o projecto de reforma da Carta apresentado pelo governo em 1872. Disse que este “Apresentou a reforma da carta, esperando que a respeito dessa reforma houvesse unanimidade de opiniões [...]. Alcançada essa unanimidade, estando todos de acordo em querer a discussão da reforma apresentada pelo governo, devíamos esperar que se levantasse do banco dos ministros a voz eloquente e autorizada do sr. presidente do conselho e congratular-se com este acordo, que era o seu *desideratum* a que o governo queria chegar. Pois é exactamente então que s. ex.<sup>a</sup> se levanta para dizer à câmara – que o governo tinha apresentado a reforma da carta julgando haver unanimidade de opinião, e que, porque a não havia, retirava essa proposta!”<sup>99</sup> Sobre a “inqualificável” debandada dos deputados históricos verificada antes da votação da proposta do governo, não se escusou de dizer que “Em 1872 abandonámos a câmara, não porque considerássemos inconstitucional a proposta para a reforma da carta, mas porque a câmara não quis que se abrisse discussão sobre uma proposta do sr. Mariano de Carvalho sobre aquele assunto. Nestas circunstâncias, a oposição não se julgou habilitada para votar a proposta do governo, antes de resolvidas as dúvidas sobre a sua

---

<sup>96</sup> MACEDO, 1990, p. 15.

<sup>97</sup> *O País*, 16.01.76.

<sup>98</sup> DCD, sessão de 17.01.76, p. 122.

<sup>99</sup> DCD, sessão de 18.01.76, p. 76.



inconstitucionalidade. Por isso se retirou da sala”<sup>100</sup>. Recordo que a proposta de Mariano de Carvalho espelhava as dúvidas da oposição relativamente à forma como o governo architectara o seu projecto de revisão constitucional, o qual, na opinião daquela, não se limitava única e exclusivamente a declarar a necessidade de reforma da Carta. Profundamente indignado e de dedo em riste apontado para os bancos dos ministros, José Luciano aproveitou igualmente o ensejo para lhes colocar, num tom inquisitorial, as seguintes questões: “Que impaciências foram essas que levaram o governo a garrotar as propostas de reforma mesmo antes da sua primeira leitura? Porque não permitiu ao menos que fossem apoiadas para serem lidas?”<sup>101</sup> Apesar de pertinentes, as questões ficaram no ar, sem resposta. Embora Fontes não quisesse dar o braço a torcer, devemos reconhecer que, efectivamente, no sentido de evitar todo este agastamento por parte da oposição, teria sido bem mais curial e prudente que os projectos de históricos e reformistas tivessem tido o apoio de um terço dos deputados presentes e que só na hora da verdade, após as três leituras da praxe, o governo os deixasse ficar pelo caminho.

Seja como for, apesar de todos os desaires e contratempos, a oposição progressista nunca deixou de acalentar a ideia missionária de reformar a Carta Constitucional. Muito pelo contrário, a sua sede de reformas e o seu desejo de democratizar o sistema político continuaram bem esprevidados. Mas para além disso, este último revés de 1876 veio ainda reacender um desejo que andava latente nas fileiras histórico-reformistas de um possível enlace entre os dois partidos, funcionando em última instância como uma espécie de prenúncio do Pacto da Granja. Logo após a discussão da resposta ao discurso da coroa, mais precisamente na sessão de 22 de Março de 1876, o deputado Mariano de Carvalho propôs a nomeação de uma comissão de inquérito a todas as secretarias de Estado, “que seria a base e fundamento d’outra para a acusação criminal dos ministros”<sup>102</sup>, o que, naturalmente, não foi aprovado pela maioria<sup>103</sup>. Como sinal de protesto contra o “procedimento acintoso, intolerante e indecente da maioria parlamentar”<sup>104</sup>, os deputados dos dois partidos da ala esquerda do

<sup>100</sup> DCD, sessão de 18.01.76, p. 75.

<sup>101</sup> DCD, sessão de 17.01.76, p. 122.

<sup>102</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 431.

<sup>103</sup> A proposta foi votada na sessão de 24.03.76, sendo rejeitada por 65 votos contra 22 (V. DCD, sessão de 24.03.76, p. 760).

<sup>104</sup> *O País*, 28.03.76.

regime deixaram de comparecer às sessões da Câmara Baixa<sup>105</sup>, mantendo tal postura até 27 de Janeiro de 1877. Quando voltaram a ser vistos nos corredores de São Bento, já vinham de mãos dadas e formalmente unidos pelos laços do matrimónio ocorrido na Praia da Granja em 7 de Setembro de 1876. Paradoxalmente, o programa rasgadamente reformista do Partido Progressista servir-lhe-ia de escada para galgar o poder, mas as expectativas irrealistas suscitadas nos seus apoiantes acabariam por torná-lo vítima da sua própria divisa, já que uma vez lá instalado as prometidas reformas nunca saíram da gaveta.

### ***1.5. As reformas políticas de Maio de 1878:***

#### ***1.5.1. A reforma eleitoral***

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades! Ultrapassados os solavancos económicos da crise financeira de 1876, com um governo extremamente coeso por detrás e um contexto internacional favorável graças ao desanuviamento político operado em Espanha pela restauração de Afonso XII, Fontes Pereira de Melo resolve finalmente dar azo à sua veia reformista. Para espanto dos que criticavam o seu excessivo comedimento reformador, Fontes, de uma assentada, não só decide apadrinhar a proposta de reforma da lei eleitoral que Ávila tinha apresentado nas vésperas da sua demissão, como assume ainda um projecto de lei apresentado por Casal Ribeiro no decorrer da anterior sessão legislativa, o qual vai servir de base à discussão da nova lei orgânica do pariatto. Simultaneamente, resolve também resgatar da gaveta uma antiga proposta de lei de reforma administrativa que o ministro do Reino, António Rodrigues Sampaio, tinha apresentado na Câmara dos Deputados, em 12 de Janeiro de 1872, sem

---

<sup>105</sup> Em 28 de Março de 1876, os deputados da oposição histórica e reformista dirigiram um manifesto ao país no qual se dizia que «As mais elementares noções de decoro, os precedentes estabelecidos neste país, os princípios fundamentais do direito constitucional exigiam que os ministros se apressassem em proporcionar às cortes e à nação todos os documentos para serem verificados a legalidade, o acerto e a pureza dos seus actos. Se não houvesse razão para o processo criminal, ou ainda se os réus fossem nele absolvidos pelos juízes competentes, os ministros nessa vitória moral poriam tão alto a sua dignidade, cobrariam tamanha força, adquiririam tal prestígio, tanto enfraqueceriam a oposição, que certamente continuariam por largos anos empunhando as rédeas da governação e dirigindo os destinos do país [...] Porém, ao revés de tudo quanto era digno e razoável, se o governo estivesse convencido e certo da sua inocência, os ministros trepidaram perante o processo criminal, recearam o inquérito, temeram até o debate político acerca da necessidade deste» (GOMES, 1907, Volume XII, p. 432).

quaisquer efeitos práticos. Como se costuma dizer, os grandes homens destacam-se nos grandes momentos. Não sendo Fontes um político genuinamente reformista, esta circunstância torna ainda mais relevante o facto de ter chamado a si a execução de algumas reformas políticas de há muito reclamadas pela esquerda monárquica.

Depois de alguns anos em que foi calculadamente adiando as reformas políticas, em 1878, numa altura em que estava nos píncaros do seu prestígio como estadista, Fontes deu finalmente ouvidos aos altissonantes apelos reformistas da oposição progressista, bem como às aspirações democráticas das massas populares dos dois principais pólos urbanos do país. Mormente de Lisboa, uma cidade que começa a crescer a um ritmo acelerado a partir de 1878, altura em que já ultrapassava os 200.000 habitantes<sup>106</sup>, dos quais uma parte significativa estava completamente excluída da participação na vida política<sup>107</sup>. No entanto, Fontes era um político muito pragmático e calculista que não dava ponto sem nó. Como teremos oportunidade de ver, o corifeu regenerador iria utilizar as aspirações democráticas das massas populares para reforçar o seu próprio poder.

Em 5 de Janeiro de 1878, durante a sua terceira e última experiência ao leme dos destinos nacionais, o Marquês de Ávila apresentou uma proposta de revisão do sistema eleitoral onde sugeria o alargamento do sufrágio a todos os “chefes de família”, independentemente do grau de instrução e do nível do rendimento, e também o aumento do número de círculos uninominais. Todavia, o executivo avilista foi exonerado passadas apenas três semanas, depois de a maioria regeneradora lhe puxar o tapete, deixando a reforma eleitoral por concretizar. “Para surpresa de todos, Fontes retomou-a”<sup>108</sup>, deixando o Partido Progressista numa situação deveras embaraçosa. “Não se podendo opor à reforma, custava-lhe aceitar que uma das suas mais antigas reivindicações, o sufrágio universal, viesse a ser concretizada por iniciativa do rival”<sup>109</sup>. Ora, que fosse a direita a propor a reforma até nem é de todo paradoxal. Numa altura em que já estavam em marcha as estrepitosas “campanhas democráticas” contra D. Luís, orquestradas pelo Partido Progressista, era uma forma hábil de lhe arrebataram o eleitorado<sup>110</sup> e de, ao mesmo tempo, o colocar entre a espada e a parede: na verdade,

<sup>106</sup> V. RODRIGUES, 1995, pp. 65 e 67 e SERRÃO, 1990, p. 153.

<sup>107</sup> ALMEIDA, 1985, p. 143.

<sup>108</sup> MÓNICA, 1999, p. 119.

<sup>109</sup> MÓNICA, 1996, p. 1052.

<sup>110</sup> Pese embora o calculismo de Fontes, as eleições de 13 de Outubro de 1878, as primeiras efectuadas após a entrada em vigor da nova lei eleitoral, haveriam de correr invulgarmente bem à oposição,

mesmo que percebessem o plano fontista, os progressistas não se podiam opor à nova lei eleitoral, sob pena de caírem em profunda contradição, pois há muito que vinham defendendo acerrimamente o alargamento do corpo eleitoral<sup>111</sup>.

Como já foi dito, as movimentações políticas em prol da extensão do sufrágio, e que vieram a culminar na reforma eleitoral de 1878, remontam a finais da década de 1860. Contudo, o debate em torno da legislação eleitoral acompanhou a progressiva afirmação do sistema representativo ao longo do século XIX. De um modo geral, os objectivos dos vários sistemas representativos são quase sempre consensuais e vão, prioritariamente, no sentido de assegurar a autenticidade e a legitimidade do sufrágio, a identificação entre representantes e representados e o controlo dos eleitos pelos eleitores. Acontece que, sob a capa da consecução desses objectivos, as leis eleitorais eram muitas vezes encaradas como instrumentos de engenharia política, destinados a perpetuar hegemonias partidárias através da manipulação dos diferentes factores intervenientes. Como observou Pedro Tavares de Almeida, “A organização das circunscrições e o modo de escrutínio foram duas questões fundamentais que suscitaram invariavelmente uma acesa polémica por ocasião das reformas eleitorais. O tamanho e a divisão dos círculos eleitorais não obedeciam habitualmente a critérios de isenção e de rigor, visando antes o fortalecimento das posições dos partidos no governo e, concomitantemente, sabotar os feudos eleitorais adversários”<sup>112</sup>. Como é óbvio, a interferência do governo, “*O maior patrono de Portugal*”<sup>113</sup>, na escolha dos representantes nacionais não se ficava exclusivamente por aqui. As irregularidades na elaboração dos recenseamentos, a prorrogação do acto eleitoral durante dias a fio, o aliciamento e a intimação dos eleitores e dos membros das comissões eleitorais mediante processos que podiam ir da elementar violência física aos “acidentais” tiros de caçadeira e, inclusivamente, a “ressurreição dos mortos” nas listas de voto ao som da “trombeta eleitoral”, eram também expedientes de certa forma habituais do exercício da influência governamental sobre o eleitorado. De qualquer maneira, a fraude eleitoral e o

---

nomeadamente em Lisboa e no Porto, mostrando que as suas previsões sobre a nova lei eleitoral não eram inteiramente correctas.

<sup>111</sup> V. *Projecto de lei de reforma da Carta apresentado na Câmara dos Senhores Deputados em sessão de 24 de Janeiro de 1872 por José Luciano de Castro*, 1872, p. 14.

<sup>112</sup> ALMEIDA, 1985, p. 125.

<sup>113</sup> BONIFÁCIO, 2007 c).

caciquismo estavam longe de ser um fenómeno exclusivo do constitucionalismo monárquico português<sup>114</sup>.

Após algumas alterações introduzidas por Lopo Vaz, a proposta de reforma eleitoral resgatada pelos regeneradores começou a ser discutida, na Câmara dos Deputados, em 3 de Março de 1878. Como não podiam atribuir os louros de tão liberal iniciativa a Fontes, os progressistas, por intermédio de José Luciano de Castro, viram-se forçados a enaltecer Ávila<sup>115</sup>. Ofuscado pelo brilho reformista do governo e sem margem de manobra para criticar o projecto, José Luciano optou por reproduzir a tese propalada por alguns “velhos do Restelo” de que, em Portugal, não existiam condições para que a vontade popular se exprimisse livre e espontaneamente. Na sua óptica, a extensão do sufrágio era uma condição necessária, mas não suficiente, à verdadeira democratização do sistema eleitoral. Por conseguinte, só quando o aparelho do Estado fosse reestruturado de alto a baixo, quando os agentes do poder central fossem verdadeiramente idóneos, quando, sobretudo, o povo fosse alfabetizado, deveriam as eleições ser alargadas a todos os cidadãos. Esta era também a convicção de Nogueira Soares, um indefectível regenerador, para quem “o sufrágio é uma função ou um direito político em que somente devem ser investidos os cidadãos que reunirem suficientes condições de capacidade para o bem exercerem [...] com inteligência e consciência”<sup>116</sup>. Para demonstrar que a concessão do sufrágio universal – a um povo maioritariamente analfabeto, desmotivado e sem discernimento político – podia ser realmente perigosa, Nogueira Soares estabeleceu inclusive uma depreciativa comparação entre a reforma eleitoral inglesa de 1867<sup>117</sup> e a sua congénere portuguesa de 1878, concluindo que “ambas são efectivamente saltos nas trevas, mas que os ingleses foram forçados a saltar por um movimento irresistível da opinião pública, e nós saltamos por mera complacência com os nossos radicais – eles saltaram de cabeça para cima, e nós de cabeça para baixo – um verdadeiro salto mortal”<sup>118</sup>. Dito por outras palavras, em Portugal, o sufrágio universal não era sinónimo de mais e de melhor “democracia”. De qualquer forma, e apesar dos veementes protestos de Pedro Augusto Franco (um conhecido cacique progressista do concelho de Belém que viu o seu círculo dissolvido

<sup>114</sup> V. VARELA ORTEGA, 2001.

<sup>115</sup> Como refere José Miguel Sardica, o elogio à figura de Ávila «era também uma tentativa de chamar o avilismo, demitido em Janeiro, para as fileiras da oposição» (SARDICA, 2005 a), p. 555).

<sup>116</sup> SOARES, 1883, p. 545.

<sup>117</sup> A proposta foi apresentada pelo líder dos conservadores, Benjamin Disraeli, numa altura em que estava em funções um gabinete liberal presidido por Gladstone (V. WILLIS, 1999, pp. 18-22).

<sup>118</sup> SOARES, 1883, p. 553.

nos de Cascais e Oeiras) e do Visconde de Moreira de Rei (este progressista que com o decorrer dos anos começou a pender para a direita, só via de positivo na reforma o facto de esta aumentar o número de círculos), “os Progressistas não tinham outra solução que não fosse votar a reforma”<sup>119</sup>.

O projecto de revisão eleitoral começou a ser discutido na Câmara Alta na sessão de 15 de Abril de 1878 e aqui as críticas ao diploma foram um pouco mais acerbas. Com efeito, ao contrário dos seus colegas deputados, nos quais, de uma maneira geral, estava presente todo o proselitismo, dedicação e disciplina partidária que deve ser timbre de um militante político, os pares do reino eram muito mais independentes e atreitos a pôr a nu o que lhes ia na alma, tornando-se assim, por vezes, bastante imprevisíveis e incómodos para os governos. Veja-se por exemplo o caso de Sebastião de Almeida e Brito, um histórico-progressista nomeado para o pariatto por indicação de Loulé em 30 de Dezembro de 1862 que, “Apesar de empregado da confiança do governo, votava quando julgava a propósito contra ele na câmara dos pares”<sup>120</sup>.

De entre os considerandos aduzidos a favor do projecto por Barros e Sá, o relator da comissão especializada da Câmara dos Pares, avultava principalmente a intenção do governo de integrar as classes médias no sistema político e, por conseguinte, a indispensabilidade de se alargar o universo eleitoral do regime. Daqui resultava, “como consequência natural, a necessidade de se aumentar o número de deputados, a fim de que o corpo representante seja, quanto possível, a imagem fiel e o reflexo do corpo representado, e de se modificarem as circunscrições ou divisões territoriais para a eleição, a fim de tornar a urna mais acessível ao eleitor, e o acto eleitoral mais fácil e mais praticável”<sup>121</sup>. Ora, para alguns pares do reino, as vantagens da nova lei eleitoral eram mais aparentes do que reais. Nomeadamente para o pequeno, mas muito aguerrido, grupo de pares constituintes que abriram imediatamente as hostilidades, proclamando sem rodeios que a reforma só servia para facilitar a vida ao executivo<sup>122</sup>. Uma das suas figuras de vulto, o 4.º Conde de Rio Maior, um aristocrata detentor de vastas propriedades no Alentejo e que descendia do “grande” Marquês de Pombal, começou

<sup>119</sup> MÓNICA, 1999, p. 121.

<sup>120</sup> MIDOSI, 1878, p. 17.

<sup>121</sup> DCP, sessão de 15.04.78, p. 444.

<sup>122</sup> O órgão oficial progressista afinava pelo mesmo diapasão, opinando que «Era melhor que se promulgasse uma lei para que os deputados fossem nomeados por decreto, a aprazimento de el-rei, simplificando-se assim a operação, sem se alterarem os resultados gerais» (*O Progresso*, 13.03.78).

por dizer que também ele desejava ver aprovada, em Portugal, uma reforma tão radical quanto a lei inglesa de 1867, mas que, infelizmente, aqui a realidade era bem diversa<sup>123</sup>, daí considerar a proposta um tanto ou quanto capciosa: “chamados ao colégio eleitoral os representantes da ignorância e da inércia, os progressos da democracia serão aparentes”<sup>124</sup>. Portanto, ao contrário do que queriam fazer crer os seus paladinos, a reforma não exprimia a satisfação de uma necessidade social nem sequer conferia mais poder ao povo, uma vez que este seria facilmente manipulado pelos caciques partidários e pelos burocratas locais e de Lisboa. Na esteira de Nogueira Soares, o Conde de Rio Maior entendia que o sufrágio censitário (com uma quota censítica elevada) era o que melhor se harmonizava com o estágio de subdesenvolvimento do país e com os modestos índices de alfabetização da sociedade portuguesa, pese embora a preocupação e os esforços de Fontes Pereira de Melo com o “derramamento da instrução”<sup>125</sup>. O atraso português neste importante domínio era, de resto, um fenómeno que aparentemente preocupava a generalidade da classe política, sendo inclusivamente uma das prioridades do Programa do Partido Progressista. No entanto, tal prioridade nunca passou de uma simples promessa de sabor eleitoralista. Por sua vez, para o influente Vaz Preto, a reforma era “uma arma terrível nas mãos do governo”. Logo, o melhor, segundo ele, era regressar novamente às eleições indirectas<sup>126</sup>. Embora consubstanciasse um alargamento do direito de voto, na sua opinião, a nova lei era “perniciossíssima” e “injusta”, “porque fazendo votar quem não deve, tira[va] direitos àqueles que os tinham”<sup>127</sup>, adulterando assim a representação nacional, uma vez que conferia um valor idêntico ao voto de um indigente e ao de um proprietário. Depois de salientar na sua “voz sonora e inflamada” a “inconstitucionalidade” do diploma<sup>128</sup>, o grande proprietário beirão acusou também o governo de utilizar dois pesos e duas medidas ao conceber “círculos de um tamanho extraordinário” para criar maiores

<sup>123</sup> Segundo os dados estatísticos do Recenseamento Geral da População do Reino e Ilhas de 1 de Janeiro de 1878, dos 4.550.699 habitantes do continente e regiões autónomas, apenas 798.925 (cerca de 18 %) sabiam ler e escrever. Com efeito, «Portugal progrediu tão lentamente no domínio quer da alfabetização quer da instrução em geral, a ponto de se poder considerar, ao longo de todo o século XIX e boa parte do século XX, um dos países mais deficientes da Europa sob este aspecto» (REIS, 1993, p. 228). Por seu turno, na perspectiva ultra-pessimista de João Franco, os portugueses eram, «em face da Europa Central e Ocidental, o povo mais atrasado, mais pobre e mais infeliz» (RAMOS, 1994, Volume VI, p. 269).

<sup>124</sup> DCP, sessão de 15.04.78, p. 454.

<sup>125</sup> V. discurso de Fontes na Câmara dos Pares, sessão de 15.03.84, p. 186.

<sup>126</sup> Foi o Acto Adicional de 5 de Junho de 1852 que consagrou definitivamente o sufrágio directo. Porém, como assinala Maria Filomena Mónica, «Na prática, as eleições funcionavam como se fossem indirectas, desempenhando os caciques o papel de grande eleitor» (MÓNICA, 1999, p. 187).

<sup>127</sup> DCP, sessão de 16.04.78, p. 460.

<sup>128</sup> DCP, sessão de 16.04.78, pp. 460-461.

dificuldades à oposição<sup>129</sup>, enquanto para os seus apaniguados forjava “círculos pequenos e convenientemente arrançados”. Cedamos a palavra a Vaz Preto: “A prova é que para uns círculos vigora a base da lei de 1869, para outros a lei de 1859, para outros nenhuma base; aqui faz um círculo insignificante para poder trazer à câmara um amigo certo; noutro dividem-se os concelhos para matar a influência da oposição, noutros separam-se os concelhos, ligam-se com os mais remotos para satisfazer vinganças [...] Sr. Presidente, há círculos de 4.000 e tantos fogos e de 5.000, e outros de 10.000 e 12.000! Isto quer dizer que o projecto de lei não é senão o arbítrio e o despotismo, e que não atendeu a base nem princípio algum de justiça. Estabelece 16 círculos de 10.000 e 12.000 fogos da circunscrição de 1869, que se pretende revogar, e 22 de 4.000 e tantos fogos e de 5.000, para os quais é outra a base do governo e da maioria [...] Por esta circunscrição os deputados não são distribuídos proporcionalmente pelos distritos. Há distritos que terão de dar deputados a mais do que deviam dar, enquanto outros distritos darão a menos; estabelece-se além disso uma grande desproporção entre o número de eleitores de cada distrito, de forma que há círculos três vezes maiores do que outros, e elegem como esses outros um só deputado. Quer a câmara sancionar uma injustiça desta ordem, adoptar uma circunscrição tão viciosa para a eleição dos representantes do país?”<sup>130</sup>

As razões de toda esta indignação eram contudo perfeitamente compreensíveis. O “Patrono da Beira Baixa”<sup>131</sup> estava profundamente agastado com a forma como haviam sido redesenhados os círculos da sua região, onde, na sua óptica, se dava “o maior de todos os escândalos”. Além de ver o seu distrito, Castelo Branco, perder um mandato, passando a eleger apenas cinco deputados, em vez dos seis que elegia anteriormente, Vaz Preto estava também frontalmente contra a integração do concelho de Oleiros no círculo do Fundão, em detrimento do círculo da Sertã, a solução que preconizava mas que não viria a ser contemplada<sup>132</sup>. Parafraseando Oliveira Martins,

<sup>129</sup> Em 19.03.78, *O Progresso* já tinha denunciado também os «círculos bicudos» do senhor Fontes.

<sup>130</sup> DCP, sessão de 16.04.78, p. 461.

<sup>131</sup> Como refere Rui Ramos, «Era a ele que Castelo Branco agradecia as estradas, o telégrafo, pontes e muitos outros melhoramentos que a sua influência em Lisboa tinha alcançado para o distrito» (RAMOS, 1994, Volume VI, p. 116).

<sup>132</sup> É curioso notar que, neste caso concreto, houve uma perfeita sintonia entre o novo Código Administrativo de 6 de Maio de 1878 e a nova lei eleitoral de 8 de Maio de 1878. Senão vejamos: de acordo com o Código Administrativo de 18 de Março de 1842, «uma obra conservadora [...]» necessária para apagar os efeitos de um passado revolucionário», o distrito de Castelo Branco era constituído por 17 concelhos (correspondentes a 33.455 fogos). Pois segundo o Código Administrativo de 1878, o mesmo distrito ficou reduzido a 12 concelhos (correspondentes a 39.762 fogos), os quais integravam 5 círculos eleitorais (Covilhã: Covilhã e Belmonte; Idanha-a-Nova: Idanha-a-Nova e Penamacor; Castelo Branco:



parece que, pelo menos, desta feita “as leis” não abriram alas para o senhor *influyente* passar<sup>133</sup>.

Entretanto, na bancada reservada aos ministros encontrava-se o governo representado por quase todos os seus membros, entre os quais Fontes, que volta não volta “bocejava”. Como sucedera na Câmara Baixa, Fontes optou pelo silêncio, tentando mais uma vez passar ao lado da polémica. Mas Rio Maior e Vaz Preto obrigaram o Presidente do Conselho a proferir, de semblante sisudo, umas breves palavras sobre o assunto. Fontes considerou que a sua postura silenciosa era o melhor testemunho de que seriam inglórios quaisquer esforços para tentar convencer os pares que opinavam de uma maneira diferente, pois tendo em linha de conta as profundas divergências entre os dois campos, nada que ele pudesse dizer os levaria a mudar de ideias<sup>134</sup>. Quanto à reintrodução de eleições indirectas, limitou-se a classificar a proposta de reaccionária: “Eleições indirectas! Já as tivemos por muitos anos, e por muitos anos foi esse método de eleger guerreado por cidadãos muito esclarecidos e muito amigos da liberdade”<sup>135</sup>. Por fim, negou a inconstitucionalidade do diploma, argumentando que o artigo 144.º da Carta se destinava a vedar o cerceamento, não o alargamento, dos direitos individuais<sup>136</sup>. Como diria Maria Filomena Mónica, “Não podendo explicitar as razões por detrás da reforma, Fontes optou por deixar a imagem de que, enquanto ele era um homem capaz de evoluir, os pares que se lhe opunham eram uns reaccionários, o que, tendo em conta algumas das posições assumidas por estes – Vaz Preto criticara a adopção de ginástica nas escolas femininas e Rio Maior argumentara ser desnecessário instruir o povo – não lhe era difícil”<sup>137</sup>.

Depois de o projecto retornar à comissão, para esta analisar as emendas que, durante a discussão, haviam sido propostas por alguns pares, nomeadamente pela *troika* oposicionista constituída por Vaz Preto, pelo Visconde de Chancelheiros e pelo Marquês de Sabugosa, o mesmo foi devolvido ao plenário sem lhe ter sido alterada uma só

---

Castelo Branco, Vila Velha de Rodão e S. Vicente da Beira; Fundão: Fundão e Oleiros; Sertã: Sertã, Vila de Rei e Proença a Nova). Ora, quando nós sabemos que a lei eleitoral de 1878 manteve o sistema uninominal, aumentando no entanto o número de círculos de 100 para 137, diminuindo consequentemente a sua extensão, verificamos que o governo, no que respeita ao distrito de Castelo Branco, resolveu seguir outro critério, reduzindo ali o número de círculos eleitorais de 6 para 5.

<sup>133</sup> MARTINS, 1957 b), Volume I, p. 59.

<sup>134</sup> Rio Maior e Vaz Preto não foram vozes isoladas a clamar no deserto. O Marquês de Sabugosa e o Visconde de Chancelheiros foram outros dois pares que criticaram também ferozmente o projecto governativo.

<sup>135</sup> DCP, sessão de 16.04.78, p. 466.

<sup>136</sup> DCP, sessão de 16.04.78, p. 467.

<sup>137</sup> MÓNICA, 1999, p. 124.

vírgula. Vindo o projecto com a força granítica da unanimidade da comissão especial, com tantas iluminadas cabeças a discuti-lo, seguramente que era muito difícil introduzir-lhe quaisquer melhorias. Na votação final, 29 pares votaram favoravelmente o projecto, 9 opuseram-se e 10 abstiveram-se<sup>138</sup>. Como vimos no caso de Nogueira Soares, a proposta não caiu no gongo de todos os regeneradores. A concessão do direito de voto a milhares de analfabetos parecia, a muitos, uma coisa absurda, daí a relativamente alta taxa de abstenção verificada entre o pariatos nesta votação.

No que respeita ao incremento do corpo eleitoral, os efeitos da reforma de 1878 foram sem dúvida espectaculares. Ao alargar o direito de voto aos “cidadãos portugueses de maior idade que souberem ler e escrever” e aos “chefes de família”, a nova lei eleitoral quase duplicou o número de eleitores recenseados o qual, de um momento para o outro, passou de 478.509 para 824.726<sup>139</sup>, quase igualando o corpo eleitoral espanhol<sup>140</sup>. No entanto, para além da surpreendente derrota que o governo regenerador degustou nas eleições de 13 de Outubro de 1878, em Lisboa e na cidade invicta<sup>141</sup>, dando lugar a que se dissesse que a opinião “mais ilustrada” do país lhe era desfavorável, em termos de resultados eleitorais tudo permaneceu na mesma. Em todo o caso, a concretização da reforma eleitoral que praticamente estabeleceu o sufrágio universal havia de granjear a Fontes dois importantes feitos de uma assentada: além de arrebatado a republicanos e progressistas uma das suas principais bandeiras propagandísticas, “encaminhando por um lado, em tempo oportuno, os movimentos do radicalismo urbano para o terreno da luta parlamentar, e diluindo por outro a sua expressão política mediante a mobilização massiva do eleitorado rural, mais numeroso e tradicionalmente mais dócil”<sup>142</sup>, a sua decisão de alargar a base eleitoral da Monarquia

<sup>138</sup> Estes números são fornecidos por Maria Filomena Mónica. O *Diário da Câmara dos Pares* é omissivo quanto aos pares que participaram na votação. Refere apenas que o projecto foi aprovado na sua generalidade (DCP, sessão de 16.04.78, p. 457).

<sup>139</sup> ALMEIDA, 1991, p. 216.

<sup>140</sup> É no entanto importante frisar que algumas das novidades estabelecidas na lei eleitoral espanhola de 28 de Dezembro de 1878, como por exemplo a supressão do sufrágio universal através de um aumento do censo, tinham por objecto limitar a intervenção do governo no processo eleitoral. Um número mais reduzido de votantes, dotados de uma maior instrução e de mais independência económica, era seguramente menos manipulável do que um corpo eleitoral mais amplo, constituído sobretudo por indigentes e em larga medida analfabeto (V. TUÑÓN DE LARA (dir.), 1983, Tomo VIII, pp. 291e 324 e TUSELL e PORTERO (eds.), 1998, pp. 128-130).

<sup>141</sup> Em Lisboa, o governo conseguiu eleger apenas 1 dos 5 deputados possíveis; enquanto no Porto, não só não elegeu nenhum dos 3 deputados possíveis, como viu ainda ser aqui eleito o primeiro deputado republicano. Ou seja, o *Zé-Povinho* conseguira finalmente levar ao Parlamento um representante genuinamente seu (V. ALMEIDA, 1985, p. 135 e MÓNICA, 1999, p. 126).

<sup>142</sup> ALMEIDA, 1985, p. 89.

Constitucional veio igualmente reforçar a legitimidade do próprio regime, o qual, ao menos formalmente, foi dotado de um novo verdor democrático.

Resta referir que o sentimento geral dos pares do reino sobre esta matéria traduziu-se no escasso número de votos favoráveis obtidos pelo projecto. Com efeito, dos 120 membros da Câmara dos Pares, apenas 29 (24 % do total) votaram favoravelmente a nova lei eleitoral proposta pelo governo, isto numa votação em que somente participaram 38 dos 48 pares do reino que se dignaram comparecer na sessão. Para melhor aquilatar os a exiguidade destes números, recorde mais uma vez que, entre 1870 e 1895, a média de presenças foi de 53 pares por sessão<sup>143</sup>. Ou seja, no dia em que teve lugar esta importante votação, o número de pares presentes cifrou-se abaixo da média geral do referido período. Esta fraca afluência terá porventura subjacente uma série de causas, mas não se pode negar que o acolhimento da nova lei eleitoral pela Câmara Alta tenha de facto sido muito pouco caloroso. Com efeito, dada a inclinação natural do pariato, boa parte dele contrário a reformas políticas, era de certa forma previsível que uma medida tão arraigadamente democrática e populista como o sufrágio quase universal não seria ali tão bem acolhida como na Câmara dos Deputados<sup>144</sup>. No entanto, resta que a medida, com entusiasmo ou sem ele, foi aprovada. O teórico bastião do conservadorismo revelou-se impotente para travar o que se apresentava como uma democratização do regime.

### ***1.5.2. A reforma do pariato***

No decurso da 4.<sup>a</sup> sessão legislativa da 21.<sup>a</sup> Legislatura parlamentar, Fontes apadrinhou outra reforma política da maior importância, a da Câmara dos Pares. Depois de vários anos de ruidosa espera por parte dos seus contundentes críticos, um sopro reformista varreu finalmente a Câmara Alta. Confrontado com pressões vindas de todos os quadrantes políticos, “Fontes sabia que, mais tarde ou mais cedo, conviria ceder. Mas queria fazê-lo de acordo com o calendário por si delineado: optou pela Primavera de 1878. Após ter declarado ser conveniente que os dignos pares acompanhassem a

---

<sup>143</sup> V. Quadro 1, p. 355.

<sup>144</sup> Como refere Trindade Coelho, «A câmara saída directamente da eleição popular, é naturalmente formada de elementos activos, que não receiam as inovações; a outra, como representante que é de interesses especiais, é, necessariamente, menos propensa a reformas» (COELHO, 1906, p. 89).

evolução das sociedades, deixou que Casal Ribeiro preparasse uma reforma, introduzindo categorias no pariato, um projecto que já vinha a ser debatido desde 1845”<sup>145</sup>. Como refere o autor do projecto, à nova lei orgânica “competia marcar o mínimo de condições científicas e de fortuna ou posição social, em que se realizasse efectivamente o princípio da hereditariedade”, bem como “travar a multiplicação de fornadas de forma a evitar que o poder da instituição ficasse ainda mais minado”<sup>146</sup>. Já na óptica da oposição, “o facto incontestável e incontestado é que, desde o advento do sr. Fontes ao poder em 1871, por um acto de governo pessoal, não se cansou el-rei de consentir fornadas, levando a prodigalidade a tais extremos que a própria câmara dos pares julgou conveniente pôr limites nas faculdades de sua majestade”<sup>147</sup>.

Entrando na análise do projecto de lei propriamente dito, devemos assinalar que o mesmo se compunha de três partes distintas: a primeira destinava-se a estabelecer as regras e a regular as condições em que os pares do reino podiam ser nomeados pelo rei e admitidos a tomar assento na câmara; a segunda destinava-se a estabelecer os requisitos que os candidatos ao pariato por direito hereditário deveriam preencher para serem admitidos na câmara; a terceira destinava-se a determinar os casos em que se podia perder a dignidade de par do reino e aqueles em que podia ocorrer a suspensão das funções inerentes a esta “alta magistratura”. Aliás, uma das ideias-chave preconizadas no projecto era a tentativa que neste se esboçava de combater a fraca assiduidade do pariato. Para tal os pares do reino eram colocados num plano idêntico ao dos deputados da nação, prevendo-se no diploma que os membros da Câmara Alta perderiam todos os seus direitos e regalias no caso de não comparecerem na câmara, “sem causa legítima e motivo justificado”, durante duas sessões legislativas consecutivas. Depois de ser admitido à discussão, o projecto esteve cerca de dois meses entregue aos cuidados de uma comissão especial que, na sessão de 19 de Março de 1878, emitiu finalmente o respectivo parecer favorável<sup>148</sup>, iniciando-se imediatamente o debate.

---

<sup>145</sup> MÓNICA, 1999, p. 129.

<sup>146</sup> RIBEIRO, 1895, p. 23.

<sup>147</sup> *O Diário Popular*, 03.12.78.

<sup>148</sup> A principal alteração introduzida pela comissão no projecto de lei de Casal Ribeiro dizia respeito à idade dos pares que futuramente ingressariam na Câmara pela via hereditária: Casal Ribeiro estabelecia 30 anos como idade mínima para os pares hereditários serem admitidos na Câmara; por sua vez, a comissão entendeu estabelecer a idade de 35 anos, tal como acontecia com o Senado espanhol de 1876. No fim de contas acabou por prevalecer a primeira proposta tanto para os pares hereditários como para os pares de nomeação régia.

O extenso relatório do parecer da comissão começava por fazer a apologia do bicameralismo, um sistema parlamentar que estava muitíssimo em voga na segunda metade de Oitocentos. De entre as mais importantes nações do velho continente, somente a Grécia, um estado cujas assembleias e conselhos na antiguidade clássica foram uma espécie de embrião do sistema bicameralista moderno, possuía então regime monárquico-constitucional limitado por um sistema parlamentar baseado única e exclusivamente numa câmara legislativa<sup>149</sup>. Ou seja, a Grécia equivalia a uma pequena ilha unicameralista num imenso oceano bicameralista. Salientava-se também no relatório que “A carta estabelecendo e constituindo duas câmaras legislativas com origem diferente, reconheceu e deu sanção a uma verdade, a uma máxima da ciência política, admitida já como axioma pela generalidade dos publicistas e homens de estado, quase universalmente adoptada em todos os povos civilizados como garantia de estabilidade e de liberdade”<sup>150</sup>. No entanto, como não há bela sem senão, o diagnóstico que a comissão fazia da actuação política da Câmara dos Pares não era, nem poderia deixar de ser, dos mais lisonjeiros. Na sua perspectiva, “É[ra] precisa, pois, uma segunda câmara, uma assembleia, que menos sujeita às influências externas e às paixões, mais pacífica e sossegada, mais estável, mais reservada, menos disposta às mudanças e às inovações, que reprimindo o ardor da câmara popular quando intempestivo, e moderando-lhe os movimentos irreflectidos, prepare a opinião pública para receber as leis e as instituições que parecerem úteis ao país, e sirva, ao mesmo tempo, de intermediário conciliador entre o poder executivo e a câmara electiva”<sup>151</sup>. Dito por outras palavras, o comportamento da Câmara dos Pares era de todo impróprio de uma “assembleia conservadora”, a qual, segundo a doutrina, devia comportar sempre no seu código genético atributos essenciais como prudência, moderação e conservadorismo.

Reconhecida a necessidade da existência de duas assembleias legislativas distintas, quer na origem quer no modo de actuar, o relatório enunciava em seguida os quesitos que o projecto pretendia deliberar, nomeadamente “Que regras podem ser postas para o exercício da faculdade que compete à coroa, e do direito que resulta da

---

<sup>149</sup> Após a sua libertação do jugo otomano, ocorrida na sequência da assinatura do Tratado de San Stefano, em 3 de Março de 1878, entre a Rússia e a Turquia, a Roménia e a Sérvia preferiram também o unicameralismo.

<sup>150</sup> DCP, sessão de 19.03.78, p. 128.

<sup>151</sup> DCP, sessão de 19.03.78, p. 129.

herança?<sup>152</sup> No fundo, o que se estava a equacionar eram as condições de acesso ao pariato, quer através da nomeação régia quer através da hereditariedade, estabelecendo-se para o efeito um conjunto de categorias socioprofissionais<sup>153</sup> de forma a propiciar o advento na câmara de uma “aristocracia de mérito, da riqueza, e dos serviços que em toda a parte é constituída pelos homens distintos e pelas sumidades sociais”<sup>154</sup>. Com efeito, em todas as sociedades, mesmo nas mais igualitárias e democráticas, existe sempre uma classe de indivíduos que se distinguem pela sua inteligência, pelo seu talento e pelos relevantes serviços prestados à pátria e, segundo a comissão, era nesta fina-flor nacional, e não na aristocracia de sangue, que a câmara conservadora devia prioritariamente recrutar os seus elementos. No entanto, como não podia deixar de ser, no fim do relatório, era feita uma salutar referência ao pariato hereditário: “Não desconhecemos, nem negamos, que de todas as instituições constitucionais, a hereditariedade do pariato [estabelecida na Carta para garantir a independência da instituição] é aquela que com mais persistência é repelida pela opinião, a qual se pronuncia sempre com tal violência e paixão, que pode fazer nascer dúvidas nos espíritos, ainda mais convictos, não acerca da necessidade, mas sobre a possibilidade da sua conservação e permanência. Apesar disto, reconhecendo quanto é imperiosa a força e a corrente das ideias, diremos como Benjamin Constant que, *se é difícil introduzir o pariato hereditário nos países onde não existe, há grande conveniência e utilidade em conservá-lo naqueles em que existe com vantagem*”<sup>155</sup>. Como vimos, aquando da apresentação do seu projecto de reforma da Carta, em 15 de Janeiro de 1872, os regeneradores deram a entender que estariam prontos a ceder no ponto da hereditariedade do pariato. No entanto, apesar de estar muito atento ao espírito do século e à evolução das instituições do Estado, neste ponto em concreto, Fontes acabou por não acompanhar a par e passo o espírito do século.

Numa primeira fase, a discussão centrou-se sobretudo em dois planos distintos: o da legalidade e o da oportunidade da reforma. Com efeito, o 3.º Conde de Linhares, alegadamente “com mais talento do que razão”, entendeu por bem levantar no plenário a questão da legalidade da reforma em legislatura ordinária. Ao contrário do parecer da

<sup>152</sup> DCP, sessão de 19.03.78, p. 130.

<sup>153</sup> A comissão entendia que «O estabelecimento de categorias não importa limitação, restrição ou cerceamento da faculdade constitucional dada ao Rei; destina-se, pelo contrário, a esclarecer a consciência do monarca, e a dirigi-lo na sua escolha» (DCP, sessão de 19.03.78, p. 132).

<sup>154</sup> DCP, sessão de 19.03.78, p. 131.

<sup>155</sup> DCP, sessão de 19.03.78, p. 130.

comissão, onde se dizia expressamente que “a câmara dos pares é hereditária, vitalícia ou inamovível, não tem número fixo, e a nomeação dos seus membros pertence ao Rei; tudo quanto respeita ao método, ao modo e à forma de nomeação dos pares, pertence ao poder legislativo ordinário”<sup>156</sup>, na opinião de Linhares, o diploma continha matéria constitucional, logo devia ser observada a complexa tramitação prescrita na Carta Constitucional para a sua revisão. Para este capitão-de-fragata afecto ao Partido Progressista, o projecto era também “inconveniente”, uma vez que não satisfazia “nem progressistas, nem conservadores, deixando as coisas no *status quo*”<sup>157</sup>. Isto é, no seu entendimento, o estabelecimento de categorias no pariato não dificultava as grandes “fornadas” que, como sabemos, não só desprestigiavam a Câmara dos Pares<sup>158</sup> como, em última instância, penalizavam o Poder Moderador, colocando-o também por vezes no “olho do furacão”.

Do mesmo modo que se opôs à reforma da lei eleitoral, o 4.º Conde de Rio Maior manifestou-se também contra o projecto de lei das categorias, considerando “inoportuna a criação de categorias para a nomeação régia de pares, pela muita confiança que a câmara tem na maneira por que a coroa exerce as atribuições marcadas no artigo 74.º da carta”<sup>159</sup>. Segundo Rio Maior, o estabelecimento de categorias no pariato não só cerceava as atribuições do Poder Moderador como importava ainda um ataque à Câmara dos Pares: “Não sendo permitido entrar nesta câmara sem pertencer a alguma das dezoito primeiras categorias estabelecidas pela ilustre comissão – não me refiro à categoria, que vem por excepção no projecto, dos grandes proprietários, nem à dos industriais ou comerciantes, – creio que esta câmara passará a ser composta unicamente de funcionários públicos, mais ou menos graduados, embora todos digníssimos”<sup>160</sup>. Quer isto dizer que em vez de uma “pretensa” segunda câmara aristocrática, o Palácio de S. Bento passaria a albergar uma segunda câmara de burocratas que, salvaguardadas as devidas distâncias, só tinha paralelo no Senado

<sup>156</sup> DCP, sessão de 19.03.78, p. 133.

<sup>157</sup> DCP, sessão de 19.03.78, p. 139. De resto, logo que o Conde do Casal Ribeiro apresentou o projecto em questão, *O Diário Popular*, o porta-voz das posições de Mariano de Carvalho no seio do Partido Progressista, foi dos primeiros a reconhecer que «A reforma proposta pelo sr. conde de Casal Ribeiro, não satisfazendo nem a escola conservadora nem a progressista, tem o inconveniente de todos os *justes-milieux*» (*O Diário Popular*, 04.12.77).

<sup>158</sup> Como diria o Conde do Lavradio, «o aumento excessivo de Pares alterava a natureza da instituição e, tendendo a desconsiderá-la, diminuía a autoridade das suas resoluções» (V. LAVRADIO, 1943, Volume VIII, p. 171).

<sup>159</sup> LAVRADIO, 1943, Volume VIII, p. 139.

<sup>160</sup> LAVRADIO, 1943, Volume VIII, p. 143.

espanhol de 1876<sup>161</sup>. Já durante a discussão na especialidade, o Conde voltou uma vez mais a falar como um oráculo, considerando que “As categorias, como recurso contra as demasias do executivo, de nada servem [...] longe de serem um embaraço para o governo podem até, pelo contrário, facilitar-lhe muito a marcha que pretende seguir com relação ao melhor método de atender no futuro aos direitos de dedicados amigos, abrindo a estes todos campo largo [...] À primeira veleidade de oposição resolve o ministério a fornada, e sobrevindo os amigos do governo combina-se uma lista de trinta ou cinquenta pares, contra os quais nada há a dizer, porque a carta autoriza a coroa a nomeá-los, e além disso todos têm categoria! Quem poderá de ora avante queixar-se de um acto político tão legal e acertado?”<sup>162</sup> De facto, no que concerne à triagem dos candidatos ao pariato, devemos reconhecer que o sistema das categorias veio conferir uma maior sublimidade ao expediente das “fornadas”, tornando-o indubitavelmente mais selecto. Era aliás o próprio Casal Ribeiro, o inspirador da reforma, a admitir que esta “ia tão longe quanto possível para conservar alto o nível do pariato”<sup>163</sup>.

Depois de uma primeira revoadada de críticas, os primeiros encómios ao projecto vieram de Barros e Sá, o relator da comissão. Além de sustentar enfaticamente a legalidade do diploma, Barros e Sá aproveitou a oportunidade para alertar os seus dignos colegas de que “A oportunidade do projecto esta[va] na conveniência de evitar uma reforma radical que muitos pretendem, alegando a necessidade de acabar com o princípio hereditário”<sup>164</sup>. É importante acrescentar que a esquerda, sobretudo a mais radical e utópica, advogava um tipo de progressismo que consistia em suscitar ou apressar as transformações político-sociais, ao passo que o progressismo dos conservadores apontava uma outra via que, na medida do possível, procurava acompanhar o curso natural da evolução das sociedades modernas, mas sem nunca precipitar o progresso. Como disse José Miguel Sardica acerca de Ávila, mas o mesmo se poderia dizer também acerca de Fontes, “Ser conservador progressista não lhe parecia uma impossibilidade teórica, nem sequer um contra-senso prático: era estar atento ao espírito do século e à evolução circundante, para os comandar a partir de cima, evitando assim ver-se afastado pela sua marcha desordenada; não era resistir cegamente à mudança, mas limitá-la, controlá-la e dirigi-la; não era vetar o progresso, mas tratar de

<sup>161</sup> V. ANADÓN BENEDICTO, 1998, pp. 307-308 e VERA SANTOS, 2000, p. 63.

<sup>162</sup> DCP, sessão de 02.04.78, pp. 272-273.

<sup>163</sup> RIBEIRO, 1895, p. 38.

<sup>164</sup> DCP, sessão de 19.03.78, p. 145.



o pôr ao serviço de uma ordem político-social que ele queria manter anti-revolucionária”<sup>165</sup>.

Não obstante militar num partido que consignou no seu programa político a “urgente necessidade” de uma reforma da Câmara dos Pares, o Marquês de Sabugosa decidiu impugnar o projecto. O ex-ministro histórico era partidário de uma reforma mais radical que conciliasse o princípio da nomeação régia com a adopção do princípio electivo. Na sua perspectiva, era espantoso que, em Portugal, os governos continuassem à mercê dos caprichos de uma “câmara vitalícia” que, no fundo, não passava de “um duro calhau introduzido na engrenagem da máquina ministerial”<sup>166</sup>. Depois resumiu os objectivos da reforma da seguinte maneira: “Se as disposições do projecto forem lei, o que esta câmara fica representando é o alto funcionalismo, e essa representação nem lhe dá a força que um corpo político precisa ter, nem mesmo garantia de independência”<sup>167</sup>. Para não variar, Sabugosa advogou também a tese de que se estava a bulir com matéria que não era alterável por projecto legislativo ordinário. Por sua vez, o Visconde de Seabra entendia que o projecto tendia a limitar o exercício do Poder Moderador no que toca à nomeação de pares do reino. Por isso apresentou uma emenda onde propunha a eliminação pura e simples do artigo 4.º e todas as categorias nele compreendidas, a qual não foi sequer admitida pela Câmara. Quase sem se dar por ele, Carlos Bento subiu à tribuna para formular o desejo de que, após a promulgação da nova lei orgânica, a hereditariedade deixasse de ser extensível aos descendentes dos novos pares nomeados. No entanto, uma das intervenções mais surpreendentes veio do Conde de Cavaleiros. Este par do reino que protelou durante 13 anos a sua entrada na câmara<sup>168</sup> começou por formular um auspício: “Se nós resistirmos, se não nos reformarmos de uma maneira digna, há-de vir o tempo em que pela revolução, pela ditadura, ou pelos meios que estabelece a constituição, nós havemos de ser reformados”<sup>169</sup>. Depois de alguns minutos a bombardear o projecto, o Conde terminou a sua intervenção com um apelo: “Acabe-se com o número ilimitado dos pares hereditários, porque conservando-se o que está

<sup>165</sup> SARDICA, 2005 a), p. 63.

<sup>166</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 03.10.81.

<sup>167</sup> DCP, sessão de 20.03.78, p. 148.

<sup>168</sup> O 3.º Conde de Cavaleiros foi nomeado para o pariato em 5 de Março de 1853, mas só tomou posse na respectiva câmara em 3 de Fevereiro de 1866. Este lapso temporal que podia mediar entre a nomeação e a tomada de posse foi depois restringido pelo artigo 7.º (ponto 3) da Lei orgânica de 3 de Maio de 1878, segundo o qual «Nenhum par poderá ser privado da dignidade de par, nem impedido de exercer as suas funções senão por alguma das seguintes causas: [...] Se deixar de prestar juramento e tomar assento na câmara dentro de um ano depois de nomeado, ou de haver adquirido as condições que por lei são exigidas para o exercício do pariato, salvo havendo impedimento legítimo reconhecido tal pela câmara».

<sup>169</sup> DCP, sessão de 22.03.78, p. 164.

chegaremos a tempo em que os pares não poderão caber no Rossio, quanto mais nesta sala”<sup>170</sup>!

Como era habitual, Vaz Preto não deixou mais uma vez passar em branco o ensejo de dizer de sua justiça. O grande proprietário da Beira Baixa começou por fazer notar que o que estava em causa era nada mais, nada menos do que a independência do pariato. Em seguida expôs ao auditório as razões do seu voto contrário. Vaz Preto entendia que “o que está na carta é melhor do que o que se propõe. Digo que é melhor, porque o projecto estabelece as categorias, quase todas de funcionários públicos, e as que se refere às outras classes são tão subidas, que dificultam o ingresso nesta casa aos proprietários, comerciantes e industriais, formando-se por esta forma uma câmara quase exclusiva de empregados públicos”<sup>171</sup>. Portanto, em vez de “avigorar” a instituição e de melhorar a sua pálida imagem aos olhos da opinião pública, o projecto que estava em cima da mesa, no seu ponto de vista, retirava-lhe prestígio e coarctava-lhe a independência; para além disso, Vaz Preto entendia também que a câmara não tinha competência para tratar deste assunto: na sua opinião, “O projecto é[ra] inconstitucional, porque ataca[va] a doutrina do artigo 144.º da carta”<sup>172</sup>; como se estas razões não fossem suficientes, Vaz Preto invocou ainda mais um duplo motivo para rejeitar o projecto, uma vez que este não satisfazia às “aspirações modernas e ao espírito do século”, nem dava resposta aos “fins que o sr. relator da comissão indicou”. O projecto – disse – “não satisfaz as ideias das sociedades modernas, porque ficam da mesma forma os pares vitalícios e hereditários, nomeados pelo rei, sem um número fixo [...] Não evita a revolução nem o golpe de estado [...] Mesmo na revolução que teve lugar em 1851, a qual deu a reforma da carta e o acto adicional, mesmo nessa revolução ninguém pretendeu reformar a câmara dos pares pela indicação de categorias”<sup>173</sup>. Ou seja, a reforma não contribuía, ao contrário do que afirmavam os seus proponentes, para arredar revoluções; muito pelo contrário, fomentá-las-ia.

Não foram muitas as vozes que se dignaram apoiar a proposta do governo. Além de Barros e Sá, os únicos apoiantes que intervieram no debate foram Fontes Pereira de Melo e Casal Ribeiro. O primeiro para pedir que não se transformasse o assunto numa “bandeira de partido” e para lançar um aviso à oposição, assegurando-a de que, na

---

<sup>170</sup> DCP, sessão de 22.03.78, pp. 164-165.

<sup>171</sup> DCP, sessão de 23.03.78, p. 174.

<sup>172</sup> DCP, sessão de 23.03.78, p. 175.

<sup>173</sup> DCP, sessão de 23.03.78, p. 175.

eventualidade de o projecto vir a ser rejeitado, o governo não tiraria daí quaisquer consequências políticas<sup>174</sup>. Já Casal Ribeiro, o inspirador da proposta, apesar de reconhecer que não se tratava de uma reforma muito simpática para as pretensões radicais, congratulou-se com o facto de ter sido a Câmara dos Pares e não o executivo a apresentar a reforma em primeira mão. O regozijo de Casal Ribeiro está relacionado com o facto de ter sido o pariatato a encetar o seu próprio processo de reforma, transmitindo assim para a opinião pública a imagem de uma Câmara Alta com espírito de abertura ao progressismo.

Depois de uma proposta do Conde de Rio Maior, no sentido de o projecto regressar à comissão para ser reapreciado, ter sido rejeitada por 47 votos contra 14, o projecto foi aprovado na generalidade por 46 votos contra 10<sup>175</sup>. Durante a discussão na especialidade, o projecto ainda seria objecto de duas emendas: por um lado, como já referimos, foi reduzida a idade mínima de ingresso no pariatato, tanto pela via da nomeação régia como pela via da sucessão, de 35 para 30 anos; por outro lado, verificou-se o alargamento dos requisitos da lei de 11 de Abril de 1845 e a consequente dispensa das novas categorias, aos sucessores dos pares em efectividade de funções que, na altura da publicação da nova lei orgânica do pariatato, tivessem completado 21 anos de idade, contrariamente à versão inicial do projecto que previa a aplicação da lei de Costa Cabral apenas no caso de já se ter verificado a morte do antecessor<sup>176</sup>.

<sup>174</sup> DCP, sessão de 20.03.78, p. 155.

<sup>175</sup> Como o *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino* não refere os nomes dos pares que, na generalidade, votaram a favor e contra o projecto, creio que é pertinente avançar os nomes dos pares que participaram na primeira votação. Os 47 pares que rejeitaram a proposta do Conde de Rio Maior foram: Cardeal Patriarca de Lisboa; Duque de Ávila e de Bolama; Marqueses de Ficalho, Fronteira, Monfalmim e Viana; Condes do Bonfim, Cabral, Casal Ribeiro, Cavaleiros, Fonte Nova, Lousã e da Torre; Bispos de Bragança e do Porto; Viscondes de Algés, Bívar, Olivais, Porto Covo da Bandeira, Praia Grande de Macau, Seabra, Seisal, Silva Carvalho, Soares Franco e da Vila da Praia; D. Afonso de Serpa Pimentel, Agostinho Ornelas, Moraes Carvalho, Barros e Sá, Melo e Saldanha, Fontes Pereira de Melo, Paiva Pereira da Silva, Serpa Pimentel, Costa Lobo, Barjona de Freitas, Carlos Bento, Sequeira Pinto, Silva Torres, Jaime Larcher, Andrade Corvo, Mártens Ferrão, Marino João Franzini, Meneses Pita, Eduardo Montufar Barreiros, Xavier Palmeirim, Cau da Costa e Reis e Vasconcelos. Por seu turno, os 14 pares que votaram favoravelmente a proposta foram: Marqueses de Pombal, Sabugosa e Valada; Condes das Alcáçovas, Farrobo, Linhares, Mesquitela, Ribeira Grande e Rio Maior; Visconde de Portocarrero; Augusto Xavier da Silva, Carlos Eugénio de Almeida, José da Costa Pinto Bastos e Manuel Vaz Preto (V. DCP, sessão de 23.03.78, p. 182). Ou seja, 12 dos pares 14 pares que apoiaram a proposta do Conde de Rio Maior ingressaram no pariatato pela via hereditária (o Conde de Linhares e Pinto Bastos eram os únicos pares de nomeação régia), logo, em princípio estamos em presença de pares que gozavam de uma maior independência uma vez que não deviam fidelidade política a nenhum partido.

<sup>176</sup> O artigo 8.º, na versão inicial do projecto, rezava somente o seguinte: «Aquele em que o direito de suceder no pariatato se ache já adquirido por morte do seu antecessor ao tempo da promulgação da presente lei será admitido em conformidade das disposições da legislação anterior». Durante a discussão na especialidade, foi introduzida a seguinte emenda no supracitado artigo, o qual, na versão final do projecto, passaria a ser o artigo 9.º: «Aos sucessores dos pares actuais que ao tempo da publicação da presente lei

Conforme preceituava o artigo 45.º da Carta Constitucional, em seguida, o projecto teve de rumar à Câmara dos Deputados, onde foi alvo dos ataques dos sectores radicais, que criticaram o facto de não se ter aproveitado o momento para pôr fim à hereditariedade<sup>177</sup>. Como observa Maria Filomena Mónica, “Na Câmara dos Deputados, mais do que analisar os efeitos que a introdução de categorias provocaria, os Progressistas e os Constituintes atacaram a hereditariedade. Só na câmara alta se ouviram vozes denunciando as consequências que a reforma poderia provocar no que dizia respeito à independência da instituição”<sup>178</sup>. Com efeito, parece mais ou menos claro que Fontes estava convencido de que, ao controlar o acesso à Câmara Alta, a reforma lhe facilitaria a vida. Ou seja, as categorias facilitavam o ingresso do alto funcionalismo na Câmara dos Pares, que por isso ficaria mais dependente do governo. Eis como uma reforma com aparência democratizante servia para reforçar o executivo.

Vejamos então de que modo a reforma afectou o recrutamento dos membros da câmara e de que modo afectou a independência do pariatato. De acordo com a Lei de 3 de Maio de 1878, a nomeação de pares do reino passou a processar-se em conformidade com uma série de categorias pré-estabelecidas, o que era uma maneira de limitar a arbitrariedade da nomeação régia. Entre essas categorias fixadas na lei podíamos encontrar conselheiros de Estado, marechais do exército ou almirantes da marinha, embaixadores, lentes universitários, governadores-gerais ultramarinos, procuradores-gerais da Coroa, directores-gerais, governadores-civis, conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, ministros com pelos menos dois anos de função e deputados com pelo menos oito sessões legislativas no activo, entre outros. Por sua vez, para poderem ascender ao pariatato, os industriais ou comerciantes teriam de pagar um mínimo de 1.400\$000 réis de contribuição anual, enquanto os proprietários ou capitalistas deviam possuir um rendimento não inferior a 8.800\$000 réis anuais – pouco mais de 22.000 contos em valores de 1997<sup>179</sup> –, provados pelas respectivas matrizes de contribuição predial ou por títulos de dívida pública fundada, devidamente averbados com três anos de antecipação. Como constata Maria Filomena Mónica, “As categorias introduziam uma barreira no acesso à câmara alta”, o que na sua opinião “era grave, se nos

---

tiverem completado vinte e um anos de idade serão exigidas as habilitações literárias que estão determinadas no artigo 2.º da lei de 11 de Abril de 1845».

<sup>177</sup> Tendo em linha de conta a esmagadora maioria que os regeneradores ali dispunham, torna-se menos momentoso o facto de o *Diário da Câmara dos Deputados* não ter registado a repartição dos votos.

<sup>178</sup> MÓNICA, 1994, pp. 127-128.

<sup>179</sup> Esta cifra é avançada por Francisco de Vasconcelos (V. VASCONCELOS, 2003, p. 65).

lembrarmos que os ricos tinham, em geral, as suas propriedades subavaliadas. De certa forma, a reforma era um convite a que, por uma vez, os proprietários declarassem os seus rendimentos. Se Fontes teve esperanças, ficou desiludido. O apelo do arminho não era tão forte quanto a resistência a pagar impostos”<sup>180</sup>.

Embora não fosse uma regra de ouro, a independência parlamentar e a opulência andavam frequentemente de mãos dadas. Já o deputado José Cardoso Vieira de Castro dizia que “mal concebia uma carreira política sem fortuna, porque a fortuna permitia a independência das facções e dos chefes”<sup>181</sup>. Ora, este foi um dos aspectos em que a “lei das categorias” afectou a independência do pariato, pois foram muito poucos os grandes proprietários e os capitalistas capazes de atingir os níveis de rendimentos previstos na nova lei orgânica. Tanto assim que, em 21 de Julho de 1885, o valor do rendimento e da contribuição industrial ou bancária fixado nas categorias 19.<sup>a</sup> e 20.<sup>a</sup> do artigo 4.º da Lei de 3 de Maio de 1878 foi reduzido de 8.000\$000 para 4.000\$000 e de 1.400\$000 para 700\$000 réis, respectivamente, passando nos dois casos para metade do valor inicialmente previsto. Por outro lado, a nova lei orgânica do pariato veio acentuar, de uma forma drástica, um fenómeno que já havíamos detectado na última “fornada” do segundo governo histórico, o qual originou um novo facto político ao dar início a um processo de “invasão” da Câmara Alta pelos deputados<sup>182</sup>. Na verdade, após a promulgação da “lei das categorias”, os governos não só deram continuidade a este processo como acabaram por transformar a câmara electiva na sua base predilecta de recrutamento, fazendo recair as suas escolhas quase exclusivamente nos seus mais devotados prosélitos da Câmara dos Deputados<sup>183</sup>. Como já foi referido noutro capítulo, a maior parte dos pares do reino nomeados ao longo do período em apreço encontrava-se compreendida na 4.<sup>a</sup> categoria mencionada no artigo 4.º da Lei de 3 de Maio de 1878, relativa aos ex-deputados da nação com pelo menos oito sessões legislativas cumpridas. Com efeito, dos 96 pares de nomeação régia que tomaram posse na Câmara dos Pares entre 1870 e 1885, nada mais, nada menos de 70 (73 %) eram ex-deputados. Sabendo nós que a maioria dos deputados eram parlamentares já arregimentados partidariamente, cuja independência política deixava muito a desejar, não será um exercício demasiado

<sup>180</sup> MÓNICA, 1999, pp. 129-130.

<sup>181</sup> VALENTE, 2001, p. 269.

<sup>182</sup> V. BELO, 2000, pp. 72-73.

<sup>183</sup> Pese embora a sua fama de «bom democrata», Custódio Rebelo de Carvalho, um histórico que foi nomeado isoladamente para o pariato em 09.07.63, não teve qualquer problema de consciência em trocar a prestigiada cadeira da presidência da Câmara dos Deputados por um lugar vitalício na Câmara dos Pares.

complexo concluir-se que, ao longo do período considerado, a tendência dos governos foi no sentido de indicar ao Poder Moderador pares do reino cada vez mais dóceis e condescendentes, coarctando deste modo a independência da Câmara onde ingressavam. Como veremos mais adiante, após a reforma constitucional de 1885, a Câmara dos Pares tornar-se-á muito mais previsível e disciplinada.

É um facto insofismável que a nova lei orgânica do pariatto não conseguiu “travar a multiplicação de fornadas”, como pretendia Casal Ribeiro, mas no que concerne a estancar o afluxo de sucessores dos pares falecidos foi de uma eficácia tremenda, funcionando como um verdadeiro travão à entrada de pares na câmara pela via hereditária. Isto constituiu mais um golpe na independência e liberdade da Câmara Alta. Ou seja, os pares independentes que estavam desobrigados dos deveres da disciplina partidária, dado que deviam o seu lugar no Parlamento a um privilégio de nascimento que lhes era facultado pela Lei Fundamental do Estado, viram-se aflitos para transpor as teias da Lei de 3 de Maio de 1878. Embora correndo o risco de ser redundante, vale a pena voltar a referir que, entre 1 de Janeiro de 1870 e 31 de Dezembro de 1878, para um total de 57 pares falecidos entraram na câmara 22 pares hereditários; enquanto entre 1 de Janeiro de 1879 e 24 de Julho de 1885, data da abolição parcial do pariatto hereditário, para um total de 54 pares falecidos apenas entraram na câmara 8 pares pela via hereditária, isto é, pouco mais de um terço em relação ao primeiro período<sup>184</sup>. Ou seja, entre 1870 e 1878, a percentagem de sucessores que ocupavam a vaga dos pares falecidos foi de 38,6 %, percentagem que desceu bruscamente para 14,8 % durante o período compreendido entre 1879 e 1885. Outro indicador que acentua esta tendência é o facto de o número de pares existentes na câmara investidos pela via sucessória ter passado de 35 em 1870 para 48 em 1878; no que concerne ao período de 1879-1885, o número de pares sucessores registou um decréscimo de 6 unidades, passando de 49 para 43 elementos<sup>185</sup>. É igualmente importante salientar que, ao longo dos 16 anos compreendidos entre 1870 e 1885, o número total de membros que compunham a Câmara Alta passou de 110 para 142 pares do reino, chegando inclusive aos 156 em 1882. Estes dados numéricos revelam-nos um

<sup>184</sup> Corroborando de certa forma a tendência decrescente do segundo período (1879-1885), em 14.07.83, *A Revolução de Setembro* dá-nos conta que «Em menos de um ano têm falecido 13 dignos pares, os srs. cardeal patriarca, condes da Lousã, de Porto Covo e de Torres Novas, visconde da Praia Grande, António Francisco Machado, Xavier da Silva, Custódio Rebelo de Carvalho, D. António José de Melo, António Rodrigues de Sampaio, Rodrigo de Castro, Morais Pessanha e Melo e Carvalho. Nenhum deixou sucessor no pariatto».

<sup>185</sup> V. *Estatística do Pariatto Português desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1909*, 1910.

ingurgitamento do pariato que vem corroborar ainda mais a perda de influência dos pares investidos pela via hereditária, pois a desproporção entre estes e os pares de nomeação régia era cada vez maior. Consequentemente, também esse ingurgitamento contribuiu para uma gradual perda de independência da segunda câmara legislativa.

A reforma do pariato visava essencialmente três coisas: “travar a multiplicação de fornadas”, refrescar a legitimidade da Câmara Alta e, em íntima ligação com este propósito, cercear o princípio da hereditariedade, tornando esta mais tolerável pelo espírito do século. Contudo, não obstante ter falhado um dos seus principais objectivos, uma vez que não conseguiu evitar a proliferação de “fornadas” e de “contra-fornadas”, podemos ainda assim asseverar que a reforma do pariato de 1878 não foi uma obra legislativa inócua. Bem pelo contrário. Além de ter sido retirada a livre escolha de pares do reino ao Rei, limitando o campo de acção do Poder Moderador, a nova lei orgânica do pariato veio igualmente facilitar a vida aos governos, ora permitindo nomeações maciças de ex-deputados, ora actuando como um ínvio entrave aos sucessores dos pares falecidos<sup>186</sup>, limitando assim o grau de imprevisibilidade e a independência da instituição.

## 2. 1878 – 1885

### 2.1. *O reacendimento do afã reformista (1881-1883)*

Depois de quase três anos de letargia, as reformas políticas vieram novamente à baila em 1881, logo após o primeiro governo progressista ter recebido a guia de marcha<sup>187</sup>. Em 31 de Maio de 1881, aproveitando uma momentânea reabertura das

---

<sup>186</sup> «Acabe-se com a hereditariedade do pariato, porque a lei das categorias acabou de facto com ela». Segundo o Visconde de Monte-São, este era um argumento recorrentemente utilizado para justificar a abolição do pariato hereditário (V. MONTE-SÃO, 1884, Parte II, p. 30). O Conde de Rio Maior afinava pelo mesmo diapasão, dizendo também que foi a lei de 3 de Maio de 1878 que acabou de facto com a hereditariedade. Numa altura em que o pariato debatia a necessidade da reforma da Carta, o Conde lançou a seguinte questão: «Quer a câmara saber quantos pares hereditários tomaram posse depois da lei proposta pelo sr. conde do Casal Ribeiro? Quatro! São os srs. Margiochi, conde de Castro e do Bonfim e D. Caetano Segismundo de Bragança» (DCP, sessão de 21.03.84, p. 223).

<sup>187</sup> Apesar de tudo, ainda houve alguns sectores progressistas que viram na exoneração do ministério Braamcamp uma consequência positiva: «A reforma da câmara dos dignos pares, há dois anos, levantaria provavelmente dificuldades invencíveis; hoje está no ânimo de toda a gente, como remédio indispensável

Cortes, o deputado José Dias Ferreira apresentou um projecto de revisão da Carta Constitucional onde sustentava uma profunda reforma da Câmara dos Pares<sup>188</sup>, desfraldando assim novamente ao vento a bandeira das reformas políticas. Esta iniciativa do chefe do pequeno Partido Constituinte<sup>189</sup>, referido ironicamente por Eça de Queirós como “o nosso Zé Dias”, foi acompanhada de uma outra iniciativa individual do deputado Evaristo Augusto Pedroso Brandão que, na sessão de 2 de Junho de 1881, apresentou um projecto de reforma eleitoral em que preconizava, por um lado, um regime de escrutínio misto semelhante ao que vigorava em Espanha desde 1878, e, por outro, a concessão do direito de voto aos cidadãos portugueses residentes em países estrangeiros, uma medida que visava sobretudo a vasta comunidade de emigrantes no Brasil.

Não obstante terem sido ambos admitidos à primeira das três leituras da praxe, os dois projectos reformadores acabaram por caducar na sequência da dissolução da Câmara dos Deputados em 4 de Junho de 1881, pedida pelo gabinete Rodrigues Sampaio empossado em Março. O que não expirou contudo foi a acesa polémica suscitada pelo projecto de Dias Ferreira, um dos mais credenciados advogados da capital que, no exercício da actividade política, nunca abandonava “um especial alinhamento com algumas das teses mais esquerdistas oriundas do liberalismo vintista”<sup>190</sup>. Com efeito, quando Dias Ferreira propôs pela primeira vez a reforma da Carta Constitucional de 1826 tocou-lhe pela frente o intrépido Carlos Lobo de Ávila<sup>191</sup>, um jovem intelectual com sangue na guelra que lhe fez uma crítica cerrada nas páginas do *Diário Ilustrado*. Estas críticas foram posteriormente compiladas num volume que recebeu o faiscante título de *Reflexões críticas sobre a reforma da Carta proposta pelo sr. Dias Ferreira*. Não obstante a verdura dos seus vinte e poucos anos, o filho do

---

para restituir a ordem ao nosso regime constitucional. Foi isso que a crise deixou de bom!» (*O Primeiro de Janeiro*, 12.04.81).

<sup>188</sup> O projecto reconhecia a necessidade da reforma de 18 artigos da Carta Constitucional, a saber: 17.º, 21.º, 26.º, 27.º, 28.º, 36.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 63.º, 74.º, 75.º, 103.º, 107.º, 128.º, 131.º e 145.º e respectivos artigos do Acto Adicional.

<sup>189</sup> O Partido Constituinte foi fundado, «com jornal e porta para a rua», em 1871, e não obstante o fraco número de adesões registadas, ainda assim conseguiu atrair para a sua órbita alguns intelectuais, entre os quais Manuel Pinheiro Chagas, o que lhe deu uma relativa importância parlamentar. De resto, devido ao seu reduzido número de membros, o Partido Constituinte ficou conhecido entre os seus adversários por *Patrulha*. Como refere Rui Ramos, «À volta de Manuel Vaz e José Dias estava uma mistura de saldanhistas e de radicais da antiga Regeneração que se haviam encontrado no último governo de Saldanha em 1870» (RAMOS, 2001 b), p. 745).

<sup>190</sup> MÓNICA (dir.), 2005, Volume II, pp. 145-146.

<sup>191</sup> Carlos Lobo de Ávila foi um dos membros do grupo informal dos *Vencidos da Vida* formado por algumas das personalidades intelectuais de maior relevo da vida cultural portuguesa das últimas três décadas do século XIX, com fortes ligações à chamada *Geração de 70*.



famoso Conde de Valbom não poupou nas críticas a Dias Ferreira, acusando-o inclusive de ser um político incoerente pelo facto de este ter confessado no relatório do seu projecto que o código setembrista de 1838, uma espécie de meio-termo entre a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826<sup>192</sup>, era o seu modelo de Constituição política<sup>193</sup>. Ora, “De modo que S. Ex.<sup>a</sup> que alega, como um dos motivos para se reformar a Carta, o [facto de] ela ter sido outorgada há 55 anos, indo buscar para modelo uma constituição que tem 43 anos, e que é uma imitação da de 1822, que tem 57 anos. Não diremos que isto seja o cúmulo da coerência”<sup>194</sup>.

Como não podia deixar de ser, a Câmara dos Pares foi mais uma vez o alvo preferencial da arenga demagógica e das invectivas contundentes de Dias Ferreira, um líder partidário que, alegadamente, “aceita todas as camaradagens para atraiçoar todos os compromissos e que confessa a fé em todas as igrejas, para renegar de todas as crenças”<sup>195</sup>. Em consonância com a retórica política mais radical, o corifeu constituinte não escondia uma profunda estranheza por ainda existir uma “câmara aristocrática” num país onde quase toda a velha aristocracia se encontrava politicamente liquidada na sequência do desfecho da guerra civil, travada por liberais e absolutistas, logo no saguão da primeira experiência cartista. Lembrava também, *en passant*, que a aristocracia britânica só conseguiu preservar o seu poder porque não se deixou ultrapassar pelos acontecimentos tornando-se num anacronismo, nem desfasar das profundas transformações políticas, sociais e económicas ocorridas ao seu redor. Mas Dias Ferreira não se limitava apenas a pedir a substituição da Câmara dos Pares por um Senado totalmente electivo como o da efémera Constituição de 1838. Quiçá pelo facto de nenhum dos seus “amigos políticos” mais fiéis ostentar o ambicionado manto de arminhos – António Augusto de Aguiar estava ligado ao Partido Constituinte mas, assim que tomou assento na Câmara, começou logo a libertar-se das amarras da tutela partidária<sup>196</sup>, enquanto Vaz Preto passava por constituinte mas, como sabemos, transpirava independência política por todos os poros, constituindo por isso um caso à

<sup>192</sup> Segundo Gomes Canotilho, «Quanto aos títulos de legitimação, a Constituição setembrista recupera a mensagem da soberania da nação, consagrada logo no texto de 1822. Mas, quanto aos outros esquemas organizatórios e princípios, o setembrismo não é nem de 1822 nem de 1826. É o balanço de soluções de centro-direita (bicamaralismo) e de centro-esquerda (senado electivo); do cartismo monárquico de 1826 (direito de veto e direito de dissolução do rei) e do cartismo constitucional» (V. CANOTILHO, 1993, Volume V, p. 160).

<sup>193</sup> Oliveira Martins refere inclusivamente que Dias Ferreira era «calvo e grisalho, com bigode e pêra próprios do seu fervor pelo jacobinismo moderado de 1838» (MARTINS, 1959, Volume IV, p. 277).

<sup>194</sup> ÁVILA, 1881, pp. 18-19.

<sup>195</sup> *A Lanterna*, 28.02.72.

<sup>196</sup> V. DCP, sessão 13.03.85, p. 143.

parte –, o “Sr. Conselheiro” ousava ainda afirmar que, se dependesse apenas da sua vontade, não deixaria ficar naquele “Olimpo da vida política” nenhum dos seus membros<sup>197</sup>. Uma declaração que acabou por causar algum *frisson* no seio da própria Câmara Alta, onde ao que parece as paredes tinham ouvidos, posto que não foi do agrado de alguns dos seus ilustres membros, os quais se prezavam de ser um sustentáculo da monarquia constitucional hereditária. Na perspectiva de Dias Ferreira, “Poder vitalício e hereditário com intervenção na formação das leis só o rei” pois “Legisladores em razão do cargo, ou por direito de herança, ou de nomeação do poder executivo são absolutamente incompatíveis com as instituições de um poder livre”<sup>198</sup>. De qualquer modo, nem a paixão que nutria pela democracia, nem a predileção que manifestava pela Constituição de 1838, obstaram a que Dias Ferreira aceitasse de bom grado a nomeação para o pariato em 4 de Abril de 1905<sup>199</sup>, ficando assim mais uma vez demonstrado que, pese embora tudo o que de menos positivo se dizia sobre a Câmara dos Pares<sup>200</sup>, o apelo da farda de arminhos era praticamente irrecusável. Como vimos, os indivíduos que recusaram esta “elevada honra” e que viram a renúncia confirmada por decreto real contavam-se pelos dedos de uma mão<sup>201</sup>.

<sup>197</sup> Carlos Valbom respondia-lhe assim: «Pois sim! Pois sim! Façam uma *fornada* em que metam todos esses que berram agora pela reforma, e verão amanhã como eles fazem cruces a semelhante reforma» (ÁVILA, 1881, p. 27).

<sup>198</sup> DCD, sessão de 31.05.81, p. 1170.

<sup>199</sup> Além de Dias Ferreira, aceitaram também a distinção Alexandre Cabral, Francisco Beirão, Eduardo Vilaça, Francisco Dias Costa, Augusto José da Cunha, Ressano Garcia, Manuel Afonso de Espregueira, José de Alpoim, Luís Poças Falcão, Francisco José Machado, Pedro Maria da Fonseca Araújo, Francisco Tavares de Almeida Proença, António Maria de Lencastre, Jorge de Melo (futuro 1.º Conde do Cartaxo) e Francisco José de Medeiros.

<sup>200</sup> O que fica dito aplica-se que nem uma luva ao maldizente escritor Fialho de Almeida. Em 20 de Junho de 1891, quando o infante D. Afonso se sentou pela primeira vez na Câmara dos Pares ao abrigo do artigo 40.º da Carta Constitucional, Fialho escreveu um verrinoso artigo intitulado *O infante entre os dignos parvos* que, entre outras coisas, rezava o seguinte: «a câmara alta que parecia dever constituir para as questões de administração pública, uma segunda instância, julgada a frio por cabeças feitas e experimentadas já na resolução dos negócios de Estado, não passa realmente, aparte um ou outro caso de excepção que não faz regra, de um hospício superior de cretinos e de retóricos, onde a tradição navarresca da bravata é sustentada pelo Moreira de Rei, e a tradição da oratória estilo D. João V tem por cultores o Hintze Ribeiro e o Navarro de Paiva, dois estafermos divergentes, em pura língua» (ALMEIDA, 1916, Volume IV, p. 157). Vale a pena referir que o infante D. Afonso foi o terceiro membro da família real a usufruir do direito consagrado no artigo 40.º da Carta Constitucional; o primeiro foi o príncipe D. Augusto, primeiro marido de D. Maria II, em 1835; o segundo foi o infante D. Augusto, Duque de Coimbra, em 1875 (V. *Fórmula Adoptada para Recepção, Juramento e Posse dos Príncipes ou Infantes na Câmara dos Dignos Pares do Reino. Relação dos factos ocorridos em 1835, 1875 e 1891*, 1891). Consta que o infante D. Afonso, depois de ter sido recebido com pompa e circunstância pelos seus colegas para «proferir a fórmula do juramento em voz alta», nunca mais compareceu no Parlamento, «salvo nas sessões de abertura para exercer as suas funções de condestável do reino» (V. GALLIS, 1908, Volume I, p. 374).

<sup>201</sup> Apesar de já ter mencionado estas quatro excepções num capítulo antecedente, quer por uma questão de rigor informativo quer pelo exotismo da sua personalidade, julgo pertinente dedicar umas breves palavras a um dos indivíduos que, em 1874, recusou o pariato. Estou a referir-me ao 5.º Marquês de

Em contraponto às teses radicais de Dias Ferreira, o qual rotulava de um “demagogo” com tendência para medir tudo pela mesma bitola, Carlos Lobo de Ávila considerava os senadores vitalícios indispensáveis, principalmente pela sua independência política, considerando igualmente “absurdo e não científico querer reformar as instituições de um país de maneira antagónica com a forma de governo que se quer manter, constituindo assim uma espécie de oposição entre elementos, que só harmonizados e equilibrados podem funcionar normalmente”<sup>202</sup>. Carlos Valbom também não tinha dúvidas quanto ao modelo organizativo que os nossos governantes deveriam implementar numa futura revisão constitucional: “nós queríamos que a câmara alta entre nós tivesse número fixo para os seus membros, e esse número fosse igual a dois terços dos deputados. Depois, para obviar aos defeitos do princípio electivo como origem exclusiva e única da câmara alta, desejávamos que se lhe applicasse uma organização análoga à que estabeleceu em Espanha a constituição de 1876”<sup>203</sup>. Ou seja, uma organização em que o número de membros por direito próprio e vitalícios de nomeação régia fosse idêntico ao número de membros electivos.

O derrube do primeiro governo progressista pela Câmara Alta e os “indesculpáveis erros dos partidos”<sup>204</sup> no que respeita à profusão de sucessivas levas de pares, “formadas em grande parte de oradores que na outra assembleia se distinguiram pelo ardor, pelo ímpeto das suas paixões políticas e que transportam para esta câmara os mesmos hábitos de polémica veemente e menos reflectida”<sup>205</sup>, suscitaram também uma reacção de Casal Ribeiro que, por sua livre e espontânea vontade, resolveu abandonar o seu posto de embaixador em Madrid para vir até Lisboa, ao seio da representação nacional, apresentar a seguinte proposta: “A câmara dos pares, considerando que a lei

---

Castelo Melhor, D. João de Vasconcelos e Sousa Câmara, o último descendente de uma das mais antigas famílias da aristocracia portuguesa que residia no deslumbrante Palácio do Passeio Público (actual Palácio Foz), onde, segundo rezam as crónicas, «As audições de fado, para alguns escolhidos, alternavam com os espectáculos em S. Carlos» (V. CÂNCIO, 1962, Volume I, pp. 231-242). Amigo íntimo do Marquês de Nisa e do Conde de Farrobo e também estroina emérito da alta-roda lisboeta, o Marquês era «a última sombra típica dos antigos discípulos e continuadores das tradições do Marquês de Marialva». Segundo Maria Rattazzi, «O marquês de Castelo Melhor tinha o ar de um verdadeiro fidalgo. As suas acções, os seus gestos, a sua linguagem correspondiam à nobreza dos seus antepassados [...] Nas corridas de toiros, organizadas pelos amadores, brilhava entre os primeiros como cavaleiro e punha as farpas com tal arte e destreza, que era sempre saudado com ruidosas ovações, conquistando grande popularidade. Esta particularidade agravou ainda mais as saudades motivadas pela sua morte», em 1878, com apenas 38 anos de idade (V. RATTAZZI, 1997, pp. 129-130). Segundo Eduardo de Noronha, «Nunca quis aceitar nenhuma dignidade ou cargo público» (NORONHA, 1922, pp. 240-241).

<sup>202</sup> Ávila, 1881, p. 45.

<sup>203</sup> Ávila, 1881, p. 113.

<sup>204</sup> SOARES, 1883, p. 516.

<sup>205</sup> *O Jornal do Comércio*, 21.03.82.

promulgada em 3 de Maio de 1878 não se tem mostrado na prática suficientemente eficaz para harmonizar a organização actual desta casa do parlamento com o justo exercício das suas altas funções, resolve nomear uma comissão, a fim de estudar se é possível, dentro das prescrições da constituição do estado, adoptar-se uma nova reforma adequada a guardar o equilíbrio indispensável entre os ramos do poder legislativo, e manter a solidez e prestígio do princípio monárquico-dinástico, penhor essencial da independência e felicidade da pátria; a garantir as liberdades públicas nas suas diversas manifestações, robustecendo o princípio da autoridade inseparável delas para a sua profícua expansão; e, finalmente, a *facilitar o turno no poder dos partidos constitucionais monárquicos, lealmente compreendido e executado, em harmonia com os interesses públicos, condição esta natural e imprescindível no sistema representativo*”<sup>206</sup>. A Câmara ouviu com atenção a proposta de Casal Ribeiro mas, tal como nos dois casos anteriores, os efeitos práticos da sua iniciativa foram inócuos uma vez que a 23.<sup>a</sup> Legislatura parlamentar estava com os dias contados.

No entanto, o tema das reformas políticas não foi abandonado pela oposição, voltando à tela da discussão logo no dealbar da nova Legislatura. Com efeito, na sessão de 20 de Janeiro de 1882, Dias Ferreira renovou a iniciativa do projecto de lei de reforma da Carta que tinha apresentado em 31 de Maio do ano anterior e, como se isso não bastasse, logo na sessão do dia seguinte (21 de Janeiro) apresentou um projecto de revisão eleitoral que previa a possibilidade de serem eleitos deputados por acumulação de votos<sup>207</sup>. Por uma questão de rigor histórico convém sublinhar que, nesta altura, o Partido Constituinte vivia um dos momentos mais altos da sua história uma vez que, nas eleições de 21 de Agosto de 1881, tinha conseguido suplantar os progressistas em número de deputados, graças ao oportuno conluio com os regeneradores, então empenhados numa “guerra de extermínio” contra os progressistas. Daí todo este protagonismo político na acção oposicionista. No entanto, apesar de estar na mó de baixo, o Partido Progressista não ficou de braços cruzados.

Embora politicamente humilhado pelo desaire sofrido nas urnas em 21 de Agosto de 1881, o Partido Progressista não desarmou. Nesse sentido, na sessão de 31 de Janeiro de 1882, José Luciano de Castro, um dos paladinos do movimento reformista

<sup>206</sup> DCP, sessão de 03.06.81, p. 367 (o itálico é meu). Os decretos de exoneração de Casal Ribeiro do cargo de ministro plenipotenciário em Madrid e de nomeação de Andrade Corvo para o seu lugar são de 12.09.81.

<sup>207</sup> V. DCD, sessão de 21.01.82, pp. 65-67.

desencadeado no início da década de 1870, fez questão de apresentar um projecto de lei de reforma eleitoral que, alegadamente, o último governo de que fez parte “tencionava apresentar nos últimos dias da sessão legislativa de 1881”<sup>208</sup>. De entre as propostas contidas no projecto progressista devemos destacar os seguintes pontos: a aplicação do princípio de representação das minorias em todos os círculos eleitorais do país, supostamente “o mais saudável correctivo à perniciosa interferência dos agentes do governo na eleição”<sup>209</sup>; a constituição de um tribunal especial, composto por deputados e por juízes dos tribunais superiores, sob a presidência do presidente da Câmara dos Pares, com competências para julgar a legalidade das eleições; a eleição de cinco deputados por acumulação de votos<sup>210</sup>; e a introdução do sistema de lista incompleta, um tipo de escrutínio em que cada eleitor deveria votar num número inferior ao dos candidatos elegíveis no respectivo círculo. Para além de tudo isto, José Luciano considerava ainda a reforma eleitoral uma condição indispensável da reforma da Carta, muito especialmente da Câmara dos Pares. Escusado será dizer que os dois projectos de reforma eleitoral apresentados por constituintes e progressistas, após ultrapassarem as três leituras obrigatórias, foram admitidos à discussão e imediatamente submetidos à apreciação de uma comissão especial que nunca chegou a emitir qualquer parecer. Ao passo que o projecto de Dias Ferreira de reforma da Carta foi rejeitado por 87 votos contra 24, após a terceira leitura, na sessão do dia 3 de Fevereiro de 1882<sup>211</sup>.

A nova onda reformista que estava a irromper não era contudo a única fonte de preocupações do governo. Para não variar, as relações entre o governo e a Câmara dos Pares, a “mais insubordinada e conflituosa do Parlamento oitocentista”<sup>212</sup>, também não se adivinhavam nenhum mar de rosas. Devido à penúria de deputados nas suas hostes, os progressistas viram-se involuntariamente forçados a assestar todas as suas baterias na Câmara Alta, a qual, no seu ponto de vista, nas actuais circunstâncias, representava “a única força de resistência aos abusos e aos desatinos do poder”<sup>213</sup>. De resto, a maior parte dos periodistas afectos ao Partido Progressista não pensava nem falava noutra

<sup>208</sup> DCD, sessão de 31.01.82, p. 185. Segundo o órgão oficial dos regeneradores, «O grito das reformas políticas, renovado agora, quando a granja volveu, de novo, aos arraiais oposicionistas não significa mais do que significava quando, na oposição também, esse partido as inscrevia como artigo principal do seu falseado programa» (*A Revolução de Setembro*, 06.01.82).

<sup>209</sup> DCP, 31.01.82, p. 186.

<sup>210</sup> José Luciano de Castro propunha um mínimo de 5.000 votos acumulados. Em Espanha havia uma dezena de deputados eleitos através deste processo, enquanto o mínimo de votos acumulados se cifrava nos 10.000 (V. TUSELL e PORTERO (eds.), 1998, p. 130).

<sup>211</sup> DCD, sessão de 03.02.82, p. 197.

<sup>212</sup> BONIFÁCIO, 2007 a), p. 163.

<sup>213</sup> *O Progresso*, 11.05.83.

coisa senão em ajustes de contas. No entanto, como diz o provérbio, *homem prevenido a custo é vencido*. Por conseguinte, poucos dias antes do início da nova Legislatura, Fontes pediu uma nova “fornada” de 19 pares do reino a D. Luís, o qual, ante a presumível precariedade do governo na câmara hereditária, não teve outro remédio senão accionar a prerrogativa estabelecida no artigo 39.º da Carta pela terceira vez em menos de dois anos<sup>214</sup>. Contudo, é importante referir que a nomeação de novos pares solicitada por Fontes só não foi chumbada pelo Conselho de Estado graças ao voto favorável do chefe progressista. No entanto, a despeito da estupefacção geral que causou, este voto “caído do céu” tinha afinal uma explicação. Como veiculava uma folha progressista, “O sr. Braamcamp só votou com a declaração de que o governo havia afirmado não ter maioria na câmara dos pares. Foi exactamente como votou no passado, havendo este ano a circunstância de que nós precisamos de que o sr. Fontes complete a sua obra para se tornarem realizáveis as reformas políticas. Além disso é claro, que sendo esta fornada mais um golpe de alvião na câmara dos pares, não era natural que a rejeitasse o sr. Braamcamp, que entende indispensável a reforma”<sup>215</sup>.

Essa não era a convicção de Fontes, o qual se mostrava até um bocado surpreendido com a erupção desta nova vaga reformista. Como asseverou em 7 de Fevereiro de 1882, no púlpito hereditário da Câmara dos Pares, durante a sua última peregrinação por algumas regiões do país, as gentes apenas lhe haviam “pedido estradas, escolas, caminhos-de-ferro, reforma das pautas, melhoramentos para a agricultura e para as indústrias; mas na reforma da carta, ninguém me tem falado, porque essa reforma não está no espírito público; o que ele pretende é que se atenda, em primeiro lugar, às necessidades, cuja satisfação o país reclama”<sup>216</sup>. Nem seria de esperar outra coisa de um país conformista e sem vontade de mudanças que, numa óptica queirosiana, “ouv[ia] falar da evolução política, com a mesma distração com que ouv[ia] falar nos negócios do Cáucaso”<sup>217</sup>. Acontece que a força das circunstâncias ditadas pelo ressurgimento da contestação radical e pela espúria colaboração entre

<sup>214</sup> A chamada «fornada do réveillon» foi aplaudida pelo órgão oficial dos regeneradores da seguinte forma: «O partido regenerador tinha maioria na câmara alta, maioria pequena, porque os progressistas haviam ali metido quarenta e dois pares seus, maioria pequena, porque diferentes membros daquela casa do parlamento estão no estrangeiro em comissões de serviço nacional, porque a morte havia ceifado, desde a última nomeação, catorze pares do reino, porque estavam no gabinete três membros daquela câmara, e no nosso partido não é costume que os ministros, embora com voto em cada uma das casas do parlamento, usem desse voto em questões políticas» (*A Revolução de Setembro*, 31.12.81). O itálico é meu.

<sup>215</sup> *O Diário Popular*, 30.12.81.

<sup>216</sup> DCP, sessão de 07.02.82, p. 109.

<sup>217</sup> QUEIRÓS, 2001, p. 15.

republicanos e progressistas<sup>218</sup>, as quais ameaçaram seriamente a “paz octaviana” do antepenúltimo reinado da nossa história, em particular nos primórdios da década de 1880<sup>219</sup>, deixaram Fontes deveras preocupado, forçando-o a breve trecho a aceitar reformas susceptíveis de divorciar o Partido Progressista do Partido Republicano Português, levando aquele a reintegrar-se plenamente no regime. Como já foi dito, Fontes tinha a capacidade de reconhecer quando as reformas eram inadiáveis para não comprometer o regime. Se é verdade que, no século XIX, as revoluções tinham tendência a ocorrer onde as reformas políticas eram indefinidamente adiadas, não é menos verdade que a conquista de reformas só foi possível depois de as classes dirigentes se compenetrarem de que era melhor negociar concessões do que enfrentar revoluções. O adiamento das reformas era, para todos os efeitos, um perigoso fermento revolucionário.

Entretanto, antes de o governo regenerador apresentar a sua proposta de reforma da Carta, a vida política nacional foi abalada pelo estrépito causado pela *Salamanca*<sup>220</sup>. De entre as linhas de caminho-de-ferro que tinham sido pedidas pelas populações a Fontes Pereira de Melo, devia muito provavelmente constar o prolongamento da Linha do Douro até à fronteira luso-espanhola. A construção da chamada Linha do Douro tinha arrancado em 1873; em 1879, as locomotivas já chegavam à Régua e, no ano seguinte, à importante vila vitivinicultora do Pinhão, de onde partiam os famosos barcos Rabelo que faziam o transporte do vinho do Porto até às caves de Gaia. Em 23 de Julho de 1883, por pressão dos empresários portuenses e dos bancários desta cidade, foi aprovado por decreto-lei o prolongamento da Linha do Douro até à fronteira, situada na freguesia de Barca de Alva. Finalmente, depois de afanosas negociações com o seu homólogo português, o governo espanhol efectuou a

<sup>218</sup> V. MÓNICA, 1999, p. 140.

<sup>219</sup> Convém recordar que, nesta altura, o republicanismo – cuja «proto-história» remontava à «questão das irmãs de caridade» (1858-1862) – estava a ganhar, manifestamente, terreno aos monárquicos nas duas principais cidades do reino. Ultra-motivado ideologicamente e empolgado pelos recentes sucessos obtidos pelo jubileu camoniano, pelas comemorações pombalinas e pela desenfreada campanha contra o Tratado de Lourenço Marques, o Partido Republicano vai promover uma nova onda de contestação radical ao regime que, além de atrair o «escalavrado» Partido Progressista para fora da «órbita constitucional», incendeia de uma forma intensa as plateias dos concorridos teatros e dos furiosos clubes de Lisboa e do Porto. Isto para não falar nos grandiosos banquetes regularmente promovidos pelos republicanos cujo prato forte era, invariavelmente, um ataque cerrado a Sua Majestade. Por seu turno, no país profundo, sofedor e ignorado, praticamente não havia republicanos, ou como referia Vaz Preto, se os havia eram apenas «platónicos», embora nada tivesse de platónico a aversão que nutriam pela Monarquia. Sobre a multiplicação de clubes republicanos na cidade de Lisboa (1876-1890) ver: ALMEIDA, 1991, p. 177.

<sup>220</sup> Basílio Teles refere inclusive que esta questão «foi larga e ardentemente debatida nas câmaras, como poucas o têm sido; e uma comissão de capitalistas e proprietários, que fora a Lisboa exercer sobre elas uma espécie de pressão, chegou a ser apedrejada nas ruas pelo povo» (TELES, 1968, pp. 74-75).

concessão da construção de uma linha de caminho-de-ferro que, partindo de Salamanca, se bifurcaria em dois ramais que se dirigiam a Barca de Alva (Linha do Douro) e a Vilar Formoso (Linha da Beira Alta), a um grupo económico constituído por sete Bancos, pela Nova Companhia – Utilidade Pública (fundada em 1864) e por alguns capitalistas portugueses. Este consórcio, denominado de “Sindicato Portuense”, obteve também a adjudicação efectuada pelo governo português, tomando assim sobre os seus ombros o pesado fardo da construção desta importante linha férrea internacional.

No que respeita ao Douro, a linha projectada partiria de Barca de Alva atravessando a ponte internacional sobre o Rio Águeda, seguindo depois pela garganta deste rio até alcançar La Fregeneda, a estação fronteiriça do lado espanhol. Aqui a linha seguiria pelas vastas planícies de Castela e Leão, até à bifurcação com o ramal que fazia a ligação de Espanha à Linha da Beira Alta, na localidade de La Fuente de San Esteban. Contudo, a construção do troço entre Barca de Alva e La Fregeneda, com cerca de 17 km, era uma obra de engenharia de uma complexidade tremenda, uma vez que se tratava de uma autêntica via alpina cheia de curvas e de contra-curvas, exigindo a construção de várias pontes metálicas e de uma série de túneis. Por esta razão, este troço sinuoso localizado em terras espanholas foi em parte financiado com capitais portugueses. O governo de Madrid recusara-se a pagar a totalidade da construção de tão dispendiosa via-férrea.

Ora, era precisamente aqui que residia o pomo da discórdia. Alguns sectores políticos nacionais nunca viram com bons olhos o financiamento de uma linha de caminho-de-ferro em território espanhol com capitais portugueses subsidiados pelo Estado. No entanto, não obstante a avalanche de representações dirigidas à Mesa da Presidência apelando ao patriotismo do pariató<sup>221</sup>, a maioria dos pares do reino ignorou olímpicamente tais apelos, aprovando por 53 votos contra 31 o polémico contrato<sup>222</sup>, tendo o escrutínio ocorrido no final de uma tumultuosa sessão em que as galerias destinadas ao público estavam completamente peçadas de polícias<sup>223</sup>. Como as votações na Câmara dos Pares se revestiam sempre de alguma imprevisibilidade, nas vésperas de o projecto entrar ali em discussão, no sentido de evitar alguma surpresa menos agradável e fiel ao velho provérbio de que mais vale prevenir do que remediar, o chefe

<sup>221</sup> Em 02.07.82, *O Jornal do Comércio* publicava uma lista das representações enviadas à Câmara dos Pares da qual constavam 75 concelhos a favor e 24 contra o aludido projecto. A esta extensa lista adicionou ainda em 04.07.82 mais 18 representações favoráveis e uma representação contra.

<sup>222</sup> V. DCP, sessão de 08.07.82, p. 1142 e Anexos, pp. 342-354.

<sup>223</sup> V. *O Diário Popular*, 09.07.82.



do governo convocou uma reunião informal para efectuar uma contagem de espingardas, na qual estiveram presentes 44 pares do reino<sup>224</sup>. Fontes sabia perfeitamente que não podia confiar na docilidade da Câmara, pois não faltavam exemplos de pares que, agarrados com unhas e dentes àquele lugar, acabaram por virar as costas ao partido que os propôs, convertendo-se inclusivamente em seu acérrimo opositor. É preciso no entanto sublinhar que, apesar de ter havido alguns casos esporádicos de deserção, a continuidade das lealdades partidárias caracterizou o comportamento da maioria dos pares regeneradores e progressistas durante o período em análise. Como sustentava o Visconde de Moreira de Rei, um par tido como independente, “as fornadas eram feitas pelos governos e quase todos os pares assim nomeados se constituíam na obrigação de enfeudar o seu voto a quem os nomeara”<sup>225</sup>. Simplesmente, como já foi evocado atrás, o mecanismo da mobilização, quando eficazmente activado, podia anular a fidelidade dos pares que votavam com o governo a quem deviam a nomeação.

Entretanto, em 23 de Janeiro de 1883, logo no início da 2.<sup>a</sup> sessão legislativa da 24.<sup>a</sup> Legislatura, Luciano de Castro renovou a iniciativa do projecto de reforma da Carta Constitucional que tinha apresentado na sessão de 24 de Janeiro de 1872, o qual já foi objecto de análise pormenorizada neste estudo. Ora, esta nova vaga de projectos reformistas teve o condão de levar Fontes a pensar de novo numa reforma constitucional, quase onze anos depois de ter sepultado no limbo de uma comissão parlamentar a sua primeira proposta. Para além disso, o estadista estava cansado daquilo a que chamou uma “campanha de desprestígio” levada a cabo por progressistas e por republicanos. Como refere Júlio de Vilhena, o ministro que foi incumbido de redigir o projecto de reforma da Carta, “Tirada a proposta das mãos daqueles partidos, podia o Partido Regenerador fazer outra, que sendo menos radical, pudesse impedir, ao menos durante alguns anos, que os adversários tocassem na constituição”. Além de que, na perspectiva de Fontes, convinha também dar à Câmara dos Pares “uma organização semelhante àquela que tinha a câmara espanhola, onde uma parte electiva modificava, ou podia modificar, periodicamente a feição política da maioria”<sup>226</sup>. Assim foi dito, assim foi feito.

---

<sup>224</sup> V. *O Jornal do Comércio*, 21.06.82.

<sup>225</sup> DCP, sessão de 22.03.84, p. 230.

<sup>226</sup> VILHENA, 1916, Volume I, p. 137.

Na sessão de 30 de Janeiro de 1883 o governo regenerador apresentou na câmara electiva uma proposta de revisão constitucional. Ela visava, fundamentalmente, a reforma do regime do pariato. Estava em causa a hereditariedade dos pares. Como se dizia no relatório que precedia a proposta governativa: “As nações em que o sistema constitucional é uma realidade, com excepção da Áustria, dos países germânicos e da Inglaterra, onde o estatuto antigo fez do pariato hereditário um apanágio da aristocracia, fundada na propriedade territorial, apenas têm admitido a hereditariedade na transmissão da função monárquica que, pela natureza especial da magistratura que exerce, não pode sujeitar-se ao rigor dos preceitos jurídicos, mas é determinada pelos motivos de utilidade geral que neste ponto regulam com manifesta vantagem política o direito convencional das sociedades”<sup>227</sup>. Mas o processo de relegitimação da Câmara Alta não passava apenas pela abolição do pariato hereditário. Conforme era referido no relatório, “Não basta, porém, suprimir a hereditariedade e expungir o preceito que torna ilimitado o número dos pares, é necessário aliar o princípio electivo à prerrogativa real, dar ao sufrágio popular um quinhão do que até agora pertencia integralmente ao monarca. Ligar em íntimo consórcio o elemento real e o elemento popular, fazendo-os cooperar em razoável proporção na organização da câmara alta, constitui por si só uma reforma de tal magnitude que seria mais do que suficiente para justificar a convocação dos colégios eleitorais no exercício do seu poder constituinte. A eleição renovará periodicamente a câmara dos pares, introduzindo-lhe um elemento novo oriundo do sufrágio, saído do seio do povo, sentindo o que ele sente, pensando o que ele pensa, interpretando as suas justas aspirações, defendendo os seus legítimos interesses”<sup>228</sup>. Para não melindrar as consciências mais conservadoras, o governo comprometia-se primeiro que tudo a “salvaguardar os direitos adquiridos dos pares actuais”, para não os privar de um momento para o outro “do exercício de um poder em que foram legal e constitucionalmente investidos”<sup>229</sup>. Finalmente, o governo pretendia ainda estabelecer um número fixo de membros da Câmara dos Pares cujo montante harmonizasse, “em razoável proporção”, o pariato de nomeação régia e o pariato electivo.

Para além da reorganização da Câmara dos Pares, as outras principais medidas anunciadas pelo governo eram a redução do prazo de cada Legislatura de quatro para três anos e o reforço das atribuições do Poder Executivo no que concerne à concessão

---

<sup>227</sup> DCD, sessão de 30.01.83, p. 207.

<sup>228</sup> DCD, sessão de 30.01.83, p. 208.

<sup>229</sup> DCD, sessão de 30.01.83, p. 208.

do beneplácito régio. Ao todo, o governo reconhecia a necessidade de reformar dez artigos da Carta Constitucional. Para tal, ordenava que as Cortes fossem dissolvidas de modo que os novos deputados eleitos viessem munidos dos poderes especiais previstos no artigo 142.º da Lei Fundamental.

Pouco depois de apresentar no Parlamento a sua proposta de reforma constitucional, o governo apresentou também, em 20 de Fevereiro de 1883, uma proposta de reforma eleitoral “baseada nos métodos novíssimos ensaiados por algumas nações liberais”<sup>230</sup>. O ministro do Reino Tomás Ribeiro, o redactor do projecto, reportava-se especialmente à Espanha e à Itália, países onde já tinham sido ensaiados, com relativo sucesso, sistemas eleitorais que conferiam direito de representação às minorias. Segundo o ministro, “Na Espanha foram criados vinte e quatro círculos destinados a dar representação às minorias por meio de listas incompletas; destes vinte e quatro círculos, vinte elegem três deputados cada um, contendo as listas só dois nomes; um elege quatro deputados, contendo três nomes as listas; dois elegem cinco em listas de três nomes; e um elege oito por meio de listas de seis nomes. Todos os outros círculos do reino elegem um só deputado. Ao todo podem ser eleitos vinte e sete deputados pelo voto deixado às minorias”. Para além disso, “Também os artigos 93.º e 115.º da lei eleitoral que tem a data de 28 de Dezembro de 1878 dizem o modo por que podem ser eleitos até 10 deputados por acumulação de votos”<sup>231</sup>. Por seu turno, “Na Itália são eleitos 508 deputados nas 70 províncias do reino, divididas em 135 círculos ou colégios eleitorais; só nos círculos de 5 deputados, que são 35, as listas são limitadas, contendo apenas 4 nomes; e determina o artigo 45.º da lei que o número destes círculos nunca será inferior a 33 nem superior a 38; deste modo é evidente que só metade das províncias do reino terão um representante da minoria. Isto sem contar que a Itália dá um deputado por cada 50.000 habitantes, e nós um por cada 32.000”<sup>232</sup>. Porém, enfatizava o ministro, o governo português pretendia ir um pouco além da proporção preconizada naqueles autorizados exemplos: “Como na Itália, criámos para todo o reino o escrutínio de lista; como lá, não ultrapassamos o número de 5 deputados a eleger em qualquer círculo, excepto nos distritos a que pertence dar 6 deputados, que formam um círculo só; e, ainda seguindo-lhe o exemplo, é nestes círculos de 5, ou excepcionalmente de 6 deputados, que propomos o método de lista incompleta. Para este fim escolhemos

---

<sup>230</sup> DCD, sessão de 20.02.83, p. 404.

<sup>231</sup> DCD, sessão de 20.02.83, p. 406.

<sup>232</sup> DCD, sessão de 20.02.83, p. 406.

os círculos das capitais dos distritos que pelo recenseamento devam eleger pelo menos 6 deputados [...] Como porém cinco distritos do continente e os das ilhas não atingem a eleição deste número de deputados, e nos distritos que atingem este número, só o círculo da capital dá, por meio da lista incompleta, faculdade de representação às minorias, achámos equitativo, à semelhança do que a lei espanhola concede, aceitar a eleição de alguns deputados pelo método de votos acumulados, com a diferença de que não exceptuámos nenhum círculo de dar os seus votos a estas candidaturas”<sup>233</sup>. Ou seja, segundo a proposta do governo, além dos deputados eleitos pelos diversos círculos eleitorais, podiam ainda ser eleitos até seis deputados por acumulação de votos, escolhidos entre os candidatos que recolhessem mais de seis mil votos dispersos pelos vários círculos do Continente e Ilhas Adjacentes<sup>234</sup>. Eis os pontos fundamentais da proposta do governo.

O corupio reformista que animou a vida política nacional durante o triénio 1881-1883 culminou com a apresentação, em 6 de Abril de 1883, de um novo projecto de reforma eleitoral de José Luciano de Castro, no qual o marechal progressista insistia mais uma vez na necessidade de se introduzir a representação proporcional, um sistema de escrutínio que garantia sempre ao partido que concorria pela oposição a eleição de um número aceitável de deputados. Então Fontes decide celebrar um acordo com os progressistas, segundo o qual estes votariam a sua reforma constitucional, recebendo em contrapartida uma lei eleitoral consagrando a proporcionalidade, uma das mais acalentadas bandeiras da esquerda monárquica que já vinha expressa na Exposição Justificativa do Programa do Partido Progressista.

Este importante acordo celebrado entre regeneradores e progressistas foi sol de pouca dura, acabando por não ser cumprido na íntegra. Por muito que possa surpreender, depois de colherem os frutos de uma lei eleitoral que lhes era mais favorável, os segundos acabaram por não honrar o seu compromisso, eximindo-se de discutir e de votar a reforma da velha Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV aos portugueses em 1826.

<sup>233</sup> DCD, sessão de 20.02.83, pp. 406-407.

<sup>234</sup> Este projecto sofreu uma «profunda remodelação» na comissão respectiva, tendo sido elaborado um relatório por Augusto Fuschini, um deputado que pertencia «à sensibilidade de esquerda dentro do Partido Regenerador», cujo teor foi considerado muito radical. Numa missiva dirigida ao relator do projecto, Fontes Pereira de Melo afirmava peremptoriamente: «Não concordo com a doutrina ali exposta em vários pontos e, ainda menos, com algumas tendências que denuncia, as quais não são as minhas» (V. FUSCHINI, 1896, Anexos, pp. 3-4).

## 2.2. As segundas reformas políticas de Fontes:

### 2.2.1. A reforma eleitoral de 21 de Maio de 1884

Profundo conhecedor da realidade do país, dos bastidores da política e dos meandros do poder e tendo proporcionado as condições de desenvolvimento da actividade económica que fizeram o país entrar na rota da expansão industrial, financeira e mercantil, Fontes Pereira de Melo decide finalmente patrocinar uma reforma constitucional. No entanto, esta reforma que pretende solucionar alguns dos mais importantes problemas relacionados com a organização do poder político<sup>235</sup>, nomeadamente a magna questão da composição da Câmara dos Pares<sup>236</sup>, é vista com muitas reservas pelo Partido Progressista. Com efeito, “Ao ver Fontes propor uma reforma que eles consideravam seu património político, os Progressistas ficaram, mais uma vez, atónitos”<sup>237</sup>. Mas do mal, o menos. Na sequência desta iniciativa fontista, os progressistas viam finalmente um ponto fundamental do seu decantado Programa ser resgatado do limbo onde jazia há quase uma década. Como reconhecia o deputado Dias Ferreira, “era extremamente mais agradável que presidisse ao trabalho das reformas políticas um governo radical, que contribuísse para serem satisfeitas todas as minhas aspirações”, contudo não era segredo para ninguém que “Os interesses conservadores não se alarmam se virem à frente desta empresa o Sr. Fontes e o seu partido”<sup>238</sup>. Ou seja, com os regeneradores ao leme havia sempre a garantia de que as reformas políticas não seriam demasiado radicais e de que não deixariam em sobressalto a Corte e todo o conservadorismo português. Assim se equilibrariam as aspirações dos progressistas com os receios dos conservadores.

Mas com vista a estabelecer um alargado consenso partidário no que às reformas políticas concerne, em 24 de Outubro de 1883, Fontes começa por efectuar uma importante remodelação governamental. Além de promover a entrada de dois constituintes para as pastas das Obras Públicas (António Augusto de Aguiar) e da

---

<sup>235</sup> De facto, o Primeiro Acto Adicional (1852) não solucionou alguns dos mais importantes problemas relacionados com a organização do poder político e isso, entre outras coisas, levou os partidos, a partir da década de 1870, a reclamarem sistematicamente a reforma da Carta.

<sup>236</sup> Com efeito, não eram tanto os poderes da Câmara Alta, mas sim a sua composição, o principal alvo das críticas. No entanto, a composição da Câmara dos Pares não era apenas um problema de composição social; ligava-se também às prerrogativas do Poder Moderador, o qual era acusado de ser um elemento perturbador do equilíbrio de poderes.

<sup>237</sup> MÓNICA, 1999, p. 151.

<sup>238</sup> FERREIRA, 1884 a), p. 11.

Marinha (Pinheiro Chagas), Fontes escolhe para ocupar a importante pasta do Reino Barjona de Freitas<sup>239</sup>, “um político conhecido pelas suas reservas à representação proporcional”<sup>240</sup>, cuja escolha também foi vista como uma forma do chefe “pôr Barjona na linha”. Embora não estivesse na calha a sua substituição, o ministro da Justiça, Júlio de Vilhena, declarou logo a sua incompatibilidade com os “amigos políticos” de Dias Ferreira e pediu a demissão do cargo<sup>241</sup>, entrando para o seu lugar Lopo Vaz, um dos rostos da ala mais jovem do Partido Regenerador. Porém, as desinteligências nas fileiras regeneradoras não se ficaram por aqui. Alguns pares afectos ao governo também não gostaram de ver Fontes aliado ao Partido Constituinte tendo decidido, em inícios de 1884, passar à oposição.

Esta coligação governamental englobando regeneradores e constituintes, para conjuntamente “levarem por diante o projecto das reformas políticas”<sup>242</sup>, precedeu um importante mas não menos complexo acordo entre regeneradores e progressistas pois, como não podia deixar de ser, determinados sectores no interior deste partido não viam com bons olhos que fossem os regeneradores a cumprir alguns dos pontos fundamentais do “Programa da Granja”<sup>243</sup>. Vejamos então com detalhe como é que os factos se sucederam.

Depois de largos meses submetido aos cuidados de uma comissão especial da Câmara dos Deputados, em 19 de Dezembro de 1883 teve finalmente início a discussão do projecto-lei de reforma eleitoral que o governo tinha apresentado ao Parlamento na sessão de 20 de Fevereiro de 1883. No entanto, por deliberação da Câmara, o debate foi logo suspenso no primeiro dia de trabalhos, tendo o projecto-lei n.º 105 regressado completamente intacto à sala das comissões, onde o progressista Emídio Navarro apresentou uma proposta cujo teor abria de certa forma a porta a um acordo com o

---

<sup>239</sup> Ora, «É evidente que o Sr. Fontes não podia admitir no governo elementos constituintes sem contemplar também na partilha do poder todos os grupos regeneradores, sob pena de provocar um gravíssimo cisma» (*O Progresso*, 10.10.83).

<sup>240</sup> MÓNICA, 1999, p. 142.

<sup>241</sup> V. *O Jornal do Comércio*, 23.10.83.

<sup>242</sup> *A Revolução de Setembro*, 01.01.84.

<sup>243</sup> Era o caso do 1.º Conde de Valbom que, após a sua reentrada na órbita progressista, não deixou de lamentar «o facto de a lei vir à cena parlamentar pela mão de um partido supostamente conservador». Na sua opinião, «ao partido progressista é que pertencia, em conformidade com os bons princípios e com as conveniências do país e da coroa, propor e realizar as reformas políticas [...] Ao partido avançado, ao que professa ideias mais liberais, é que compete a missão de reformar as instituições políticas, sobretudo quando foi esse partido que levantou a bandeira das reformas políticas, contra a teimosia obstinada dos conservadores. O papel dos partidos conservadores é outro, é o de moderar e corrigir os exageros dos mais adiantados, administrando bem, fazendo frutificar praticamente as medidas que os outros promulgaram, prestando assim um alto e relevante serviço ao país» (DCP, sessão de 12.06.83, p. 512).

governo sobre as reformas políticas<sup>244</sup>. De resto, já há algum tempo que *O Progresso* levantara o véu sobre este assunto, deixando então perfeitamente claro que “A nossa cooperação na discussão dessas reformas depende essencialmente, como sempre o dissemos, de uma lei eleitoral, que dê suficientes garantias de seriedade, para que também por ela se possa fazer uma obra séria. Julgamos que essas garantias serão efectivamente concedidas, e por isso não temos motivo legítimo para recusar aquela cooperação”<sup>245</sup>. A aceitação pelo governo das condições impostas pelo Partido Progressista consta de uma missiva enviada em 28 de Dezembro de 1883 por Barjona de Freitas a Emídio Navarro<sup>246</sup>, os quais desempenharam o papel de intermediários nas laboriosas negociações do convénio que esteve subjacente à realização das reformas políticas. Por um lado, os progressistas fizeram prevalecer a introdução da representação das minorias (este sistema de voto consistia na apresentação de lista plurinominais incompletas nos círculos capitais de distrito; por exemplo, num círculo que elegeisse 6 deputados – caso de Lisboa – a lista só podia conter até quatro nomes de candidatos, ficando os restantes dois para deputados da minoria)<sup>247</sup>; por outro lado, exigiram que a nova lei eleitoral fosse aprovada antes da reforma constitucional, assegurando-se assim de que a próxima Câmara dos Deputados já seria eleita ao abrigo do novo dispositivo legal, que era sem sombra de dúvida bem mais generoso para a oposição. O próprio José Luciano de Castro admitia sem quaisquer reboços a magnanimidade da nova lei eleitoral numa missiva remetida, em 2 de Fevereiro de 1884, ao seu amigo Visconde de Valmor. O marechal progressista escrevia a dado momento que Fontes iria avançar com a “ideia das reformas políticas” mas “teve de fazer connosco acordo, para esse fim, em condições que suponho mais favoráveis para nós. Aceitou-nos algumas das principais indicações do meu projecto de reforma eleitoral e habilitou-nos a termos boa representação na futura câmara”<sup>248</sup>. De facto, ao pretender “divorciar o Partido Progressista da sua potencial base democrática”<sup>249</sup>, o

<sup>244</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 537.

<sup>245</sup> *O Progresso*, 31.10.83.

<sup>246</sup> Este importante «documento político» foi publicado n’*O Progresso* de 27.03.84 e foi posteriormente lido pelo próprio Fontes Pereira de Melo na Câmara dos Pares (V. DCP, sessão de 24.03.84, pp. 250-251).

<sup>247</sup> Como já vimos, este sistema de escrutínio não era propriamente uma inovação nacional. Em Junho de 1881, o Senado francês rejeitou uma proposta de Léon Gambetta que visava a introdução do escrutínio de lista para a eleição de deputados, o que levantou imediatamente uma questão polémica dado que não faltava quem achasse que o Senado não tinha competência para chumbar uma medida que dizia única e exclusivamente respeito à organização da Câmara dos Deputados (V. MARICHY, 1969, pp. 443 e 604).

<sup>248</sup> MOREIRA (org.), 1998, p. 145.

<sup>249</sup> BONIFÁCIO, 2002 b), p. 106.

objectivo do governo era mesmo agradar aos progressistas. Os regeneradores viam nesta cedência uma contrapartida razoável para garantir a normalidade do sistema representativo consagrado na Carta Constitucional. No entanto, a concretização do pacto eleitoral de 1884 entre regeneradores e progressistas não foi um processo fácil e isento de tensões e conflitos, já que às razões de interesse geral se sobrepuseram diversas rivalidades pessoais e conveniências políticas locais.

O projecto de revisão eleitoral contendo as bases do acordo foi anunciado para a ordem do dia da sessão de 13 de Fevereiro de 1884, sendo aprovado pelos deputados na generalidade, em 10 de Março, por 76 votos contra 6<sup>250</sup>, e na especialidade cinco dias depois, alegadamente “sem espectadores nas galerias, e com poucos deputados nas suas cadeiras”<sup>251</sup>. Como refere Maria Filomena Mónica, “As críticas ao projecto foram expressas por deputados de ideologias diversas”<sup>252</sup>. Entre estes contavam-se D. José de Saldanha, irmão mais novo do Conde de Rio Maior, António Maria de Carvalho, um grande proprietário do Oeste cujo irmão, o Visconde de Chancelheiros, se oporia também à reforma na Câmara dos Pares, Jacinto de Freitas Oliveira, o qual defendeu o restabelecimento da lei eleitoral de 23 de Novembro de 1859, o Visconde de Porto Formoso, um grande proprietário da Ilha de S. Miguel, e os republicanos José Elias Garcia e Manuel de Arriaga<sup>253</sup>. Este último afirmou taxativamente que votava contra “uma vez que o que ali estava a ser contratado era um arranjo entre partidos, de forma a excluir o Republicano”. Na sua opinião, “O plano era óbvio: através da confecção das listas, as maiorias ficariam para os Regeneradores; as minorias para os Progressistas; e os Republicanos seriam expulsos”<sup>254</sup>. Pese embora a forte plausibilidade do seu raciocínio, as negras previsões do futuro presidente da República acabaram por não se verificar na realidade posto que, nas eleições de 1884, “o maquinismo não funcionou com a perfeição esperada”<sup>255</sup>, acabando os republicanos por arrebanhar as minorias em Lisboa.

<sup>250</sup> Os deputados que votaram contra foram D. José de Saldanha, António Maria de Carvalho, Jacinto de Freitas Oliveira, 1.º Visconde de Porto Formoso (Jacinto Fernandes Gil) e os republicanos José Elias Garcia e Manuel de Arriaga.

<sup>251</sup> *A Revolução de Setembro*, 16.03.84.

<sup>252</sup> MÓNICA, 1999, p. 143.

<sup>253</sup> Apesar de criticar a reforma, Dias Ferreira «acabaria por votar a proposta, na convicção de que as candidaturas por acumulação ficariam para ele» (MÓNICA, 1996, p. 1061).

<sup>254</sup> Citação eduzida de MÓNICA, 1999, p. 144.

<sup>255</sup> BONIFÁCIO, 2002 b), p. 105.



Depois de profusa e dissecadamente debatido na Câmara dos Deputados, o projecto em questão começou a ser discutido pela Câmara dos Pares em 13 de Maio de 1884, sendo aprovado na generalidade e na especialidade pelos pares do reino em apenas três dias. Escusado será dizer que nesta assembleia, supostamente “guardiã de velhas tradições”, se reproduziram com ecos mais alarmantes as arguições feitas ao projecto na câmara electiva. Mal Teles de Vasconcelos acabou de apresentar o benévolo parecer da comissão de que era relator foi um conservador, o Conde de Rio Maior, o primeiro a pedir a palavra. Ao contrário do que se dizia, na sua opinião a reforma só iria fomentar ainda mais a expansão do republicanismo<sup>256</sup>. A única coisa desejável era a alteração da lei de 1878, a qual, tal como ele vaticinara, só servira para aumentar ainda mais a corrupção eleitoral. Já o Conde de Valbom considerava a reforma como “uma experiência proveitosa”, mormente “porque as minorias, cada vez mais diminutas, eram esmagadas pelas maiorias, cada vez mais numerosas”<sup>257</sup>, daí a trasladação das lutas políticas para a Câmara Alta onde a minoria podia dar largas à sua veia oposicionista. Por seu turno, o progressista Henrique de Macedo lamentou o facto de não ser feita uma aplicação mais lata dos “princípios orientadores” contidos na nova lei eleitoral, nomeadamente a aplicação de medidas eficazes que assegurassem efectivamente o segredo de voto<sup>258</sup>. Seguiu-se o Conde de Casal Ribeiro que, no seu estilo frontal e desassombrado, mas sempre fiel ao seu credo moderado, disse: “Voto o projecto no sentido experimental, sem entusiasmo, sem excesso de confiança e também sem grande repugnância”. No entanto, dizia preferir “mil vezes” o projecto de Barjona de Freitas ao do seu antecessor, o qual “não votava, nem mesmo como experiência”<sup>259</sup>. Importa sublinhar que o projecto de Tomás Ribeiro propunha a eliminação definitiva dos círculos uninominais que vigoravam em Portugal desde 1859. Mas “A intransigência que demonstrou na defesa dessa solução custou-lhe, no entanto, a demissão do governo. O novo ministro do Reino, Augusto Barjona de Freitas, optou então pela via do compromisso, preconizando um regime de escrutínio misto”<sup>260</sup>. Ou seja, introduziram-se os círculos plurinominais apenas nas capitais de distrito. Vaz Preto, um dos que mais criticou a reforma eleitoral de 1878, não se confinou mais uma vez a uma atitude passiva, assinando inclusive, isoladamente, o parecer da comissão com “declarações”.

<sup>256</sup> DCP, sessão de 13.05.84, p. 570.

<sup>257</sup> DCP, sessão de 13.05.84, p. 571.

<sup>258</sup> É conveniente notar que mesmo na Inglaterra, o berço do sistema representativo, o voto secreto só foi introduzido em 1872 (V. LANG, 1999, p. 88).

<sup>259</sup> DCP, sessão de 13.05.84, p. 704.

<sup>260</sup> ALMEIDA, 1991, p. 95.

Um sinal claro de que não estava inteiramente de acordo com o seu teor. Todavia, a presença de “dois dos seus maiores amigos” (Pinheiro Chagas e António Augusto de Aguiar) no governo, não obstante a ruptura entre estes e Dias Ferreira estar iminente<sup>261</sup>, era um facto político que nem um independente como Vaz Preto conseguia ignorar, acabando assim por votar uma reforma que considerava tudo menos boa. Depois de o Presidente substituto, Andrade Corvo, lhe reservar a palavra, Vaz Preto voltou a subir à tribuna na sessão parlamentar do dia seguinte, aproveitando desta vez o ensejo para fazer a sua profissão de fé: “se tivesse força e prestígio para fazer vingar as minhas ideias, neste momento passaria de preferência à eleição indirecta, ou então elevaria o censo da lei de 1878, e estabeleceria a representação das minorias pela acumulação de votos, e introduziria na lei todas as garantias, todas as penalidades a fim de que a eleição fosse uma verdade e não uma ficção. Já que o não posso fazer voto este projecto com as restrições que acabei de expor”<sup>262</sup>. Por sua vez, na opinião do Visconde de Moreira de Rei, “era péssima a lei eleitoral, e, por consequência, péssima era também a reforma, que assentava na mesma base – a falta de capacidade do eleitor”<sup>263</sup>.

O ex-ministro Tomás Ribeiro, o arquitecto da reforma eleitoral apresentada pelos regeneradores em 20 de Fevereiro de 1883, começou por criticar os pequenos círculos uninominais<sup>264</sup>, bastante mais favoráveis à proliferação do caciquismo e à influência abusiva dos interesses locais. Na sua opinião, “com círculos de um só deputado, não há governo possível, não há representantes da nação na câmara dos deputados [...] apesar de todos os preceitos que se inscrevam na lei fundamental deste país, declarando que o deputado representa a nação e não o círculo que o elegeu, [de facto] ele representa menos ainda que o círculo, pois que é procurador apenas das influências locais e traz um mandato sempre mais ou menos imperativo”<sup>265</sup>. Depois de criticar o peso avassalador do caciquismo na vida política, Tomás Ribeiro mencionou

---

<sup>261</sup> Na referida missiva enviada em 2 de Fevereiro de 1884 ao Visconde de Valmor, José Luciano de Castro dizia ainda o seguinte: «O José Dias fez há dias, na Câmara, um discurso sobre a generalidade das reformas políticas, que desagradou a todos e deixou em má situação dois ministros, seus correligionários, tratando-os com pouca consideração. Parece que principalmente o Aguiar se magoou muito e que, tanto ele como o Chagas chegaram a querer pedir a demissão. O Fontes lá os sossegou, mas creio que não tardará que rompam com o José Dias» (MOREIRA (org.), 1998, p. 146).

<sup>262</sup> DCP, sessão de 14.05.84, p. 580.

<sup>263</sup> DCP, sessão de 14.05.84, p. 580.

<sup>264</sup> Os pequenos círculos eleitorais «foram [posteriormente] abolidos (1895), parcialmente restabelecidos (1896), totalmente restabelecidos (1899), abolidos outra vez (1901), e anunciados de volta (1906)» (RAMOS, 2001 a), p. 101).

<sup>265</sup> DCP, sessão de 14.05.84, p. 581.

ainda, com a sua inconfundível “voz doce”<sup>266</sup>, que uma boa parte dos abusos praticados durante os actos eleitorais advinha da “circunstância de se conservar aberta a urna por muitos dias, às vezes para entretanto se saber o que se passa nas outras assembleias e ver o que é necessário fazer para falsificar a eleição”<sup>267</sup>. Uma “circunstância” que, segundo ele, era salvaguardada na anterior proposta governamental, mas que agora não era levada em linha de conta pelo novo titular da pasta do Reino. Como é evidente, a resposta de Barjona de Freitas não se fez esperar. Segundo este, o reparo do seu antecessor não era pertinente nem curial, uma vez que era do domínio público que “o sr. Tomás Ribeiro apresentou o seu projecto independentemente de qualquer acordo, enquanto que o projecto como está, é resultado do acordo dos diferentes partidos. Por consequência, as circunstâncias são diversas [...] Não posso portanto aceitar as propostas apresentadas, que iriam alterar toda a economia do projecto, e que, na altura em que está a sessão, fariam com que ele não pudesse ser aprovado este ano”<sup>268</sup>.

Como já foi referido, a reforma eleitoral foi discutida pelos pares do reino em apenas três dias, compreendidos entre 13 e 15 de Maio de 1884, sendo aprovada pela Câmara Alta a escassas 48 horas do final da 3.<sup>a</sup> e última sessão legislativa da 24.<sup>a</sup> Legislatura. Um facto que não passou mais uma vez em branco. Com efeito, ao longo do debate, vários pares do reino fizeram questão de mostrar o seu profundo desagrado pelo facto de um projecto tão importante ter chegado às suas mãos quase à última da hora. Como é evidente, a escassez de tempo não só deixava o pariato quase sem tempo para ler e estudar devidamente os projectos, duas premissas fundamentais para existir um controlo e uma revisão eficaz da legislação, como também limitava as intervenções dos próprios pares<sup>269</sup>, havendo por isso já algumas propostas em cima da mesa da presidência de um funcionamento nocturno mais reiterado. No entanto, como sabemos, a votação de leis à pressa na recta final das Legislaturas era uma moda parlamentar antiga.

Pese embora os louváveis progressos registados ao nível da publicação das sessões da Câmara dos Pares<sup>270</sup>, cujos atrasos na maioria dos casos não passava de

---

<sup>266</sup> V. PIMENTEL, 1925, p. 232.

<sup>267</sup> DCP, sessão de 14.05.84, p. 582.

<sup>268</sup> DCP, sessão de 14.05.84, p. 584.

<sup>269</sup> V. DCP, sessão de 08.07.85, p. 715.

<sup>270</sup> O dia-a-dia das sessões legislativas das 40 Legislaturas da Monarquia Constitucional ficou registado oficialmente desde 1821, nos vários diários e actas de sessões.

alguns dias<sup>271</sup>, lamentavelmente, a sessão de 15 de Maio de 1884 nunca chegou a ser publicada na íntegra, impossibilitando assim a apresentação do resultado das votações da nova lei eleitoral, tanto na generalidade como na especialidade, bem como a respectiva distribuição dos votos. Podemos apenas dizer que, nesta ocasião, não se verificou uma grande mobilização do pariato, pois só estiveram presentes 61 dos 143 membros da Câmara. Ainda assim não necessitamos de uma bola de cristal para asseverar com alguma segurança que a nova lei eleitoral, que combinava a proporcionalidade com os círculos uninominais, foi aprovada na Câmara dos Pares com alguma facilidade. Com efeito, era do interesse dos dois principais partidos monárquicos fazer passar uma lei que contemplava duas condições indispensáveis à rotação no poder: por um lado, a reintrodução parcial dos círculos plurinominais reforçava o poder dos chefes partidários em detrimento da influência dos caciques locais; por outro, a introdução da representação das minorias garantiria sempre ao principal partido da oposição um número razoável de deputados, evitando-se deste modo desastres eleitorais como o de 21 de Agosto de 1881, que quase ditou o extermínio parlamentar do Partido Progressista.

Como davam conta as páginas mundanas da imprensa da época, logo após a Sessão Real de Encerramento das Cortes, alguns pares do reino com mais sede de evasão, nomeadamente alguma nobreza fundiária e uma pequena burguesia rural que ali tinham assento<sup>272</sup>, eram extremamente lesto a trocar o corupio da Lisboa oitocentista – a Lisboa janota do tempo do Passeio Público – pela pacatez provinciana das suas belas propriedades de Verão, para aí gozarem tranquilamente, como verdadeiros lordes, os longos e bucólicos dias de férias parlamentares<sup>273</sup>. Por ora “Suas Excelências” podiam partir completamente descansadas já que, ao contrário dos seus colegas deputados, estavam livres do incómodo de “mendigar” votos ao *Zé-Povinho*. Com efeito, para os

<sup>271</sup> Tal acontecia, sobretudo, no final das sessões legislativas, quando no período da Ordem do Dia se analisavam dezenas de projectos de lei provenientes da Câmara dos Deputados, ou quando a discussão de assuntos mais polémicos originavam debates muito participados, tornando mais moroso o trabalho dos taquígrafos e dos extractores, bem como dos próprios pares ao reverem os seus discursos.

<sup>272</sup> Já foi dito que, nesta altura, a maioria dos membros da Câmara Alta eram funcionários públicos, mas para aqueles que não eram funcionários públicos e residiam em Lisboa, a manutenção de uma carreira parlamentar, com a eventual interrupção das actividades profissionais e os encargos inerentes a uma estadia mais ou menos prolongada na capital, exigia consideráveis meios de fortuna pessoal. Contudo, é preciso reconhecer que «Muitos dos que residiam fora de Lisboa, nem sequer quando havia debates importantes apareciam, preferindo exercer a sua influência nos bastidores» (MÓNICA, 1999, p. 161).

<sup>273</sup> Até à década de setenta de Oitocentos, vigorando o artigo 17.º da Carta, os deputados e os pares do reino podiam abandonar Lisboa a partir de Abril ou Maio, portanto nos meses primaveris. Nas décadas posteriores, normalmente as sessões ocupam metade do ano, sendo que o discurso da Coroa, proferido na abertura da Sessão Anual, tinha sempre lugar nos princípios de Janeiro.

dignos pares do reino, as porfiadas campanhas eleitorais eram vulgarmente sinónimo de um período de lazer, não de actividade política. Mas, quer estes gostassem quer não, o caso estava prestes a mudar de figura. Os regeneradores planeavam discutir o fim da hereditariedade do pariato e a introdução de uma parte electiva na Câmara Alta, antecipando-se assim mais uma vez ao “Programa da Granja”.

O primeiro ensaio da Lei eleitoral de 21 Maio de 1884 foi agendado para o dia 29 de Junho. Nela era fixado um total de 157 deputados, dos quais 151 eram eleitos pelos 79 círculos uninominais e pelos 21 círculos plurinominais do reino e ilhas adjacentes, sendo os restantes 6 deputados eleitos através do sistema de acumulação de votos. Depois de ter visto Anselmo Braamcamp falhar a eleição em 1881, o Partido Progressista já não quis correr quaisquer riscos, incluindo agora o seu próprio chefe na lista de candidatos por acumulação de votos. De facto, uma das vantagens das candidaturas por acumulação era a eleição segura de 6 deputados pelo maior partido da oposição, contanto que este não tivesse a pretensão de vencer em todos os círculos. O método era extremamente simples: bastava-lhe concentrar em seis nomes os votos obtidos nos círculos eleitorais em que não disputava a vitória aos candidatos de outro partido. Mas além de açambarcar os 6 deputados por acumulação de votos, o Partido Progressista elegeu ainda 11 deputados pelos círculos uninominais e 19 pelas minorias nos círculos plurinominais, passando assim de 6 para 36 deputados. Apenas em Lisboa, o bastião do jovem Partido Republicano, as coisas não correram conforme o planeado pois, ao contrário do que Fontes e Braamcamp previam, as minorias foram ganhas, na capital, pelos republicanos. Como se esperava, os quatro deputados da maioria foram para os regeneradores mas, em vez dos progressistas Vicente Monteiro e Ressano Garcia, foram eleitos os republicanos Elias Garcia e Consiglieri Pedroso<sup>274</sup>. Quanto ao resto, como se podia ler numa conhecida folha oposicionista, foi “o costume de que a casa gasta”. Ou seja, o Partido Regenerador, de acordo com a regra sagrada do parlamentarismo monárquico de sair vitorioso o partido instalado no poder, voltou a ganhar as eleições, arrecadando mais de 70 % dos votos. Enquanto o Partido

---

<sup>274</sup> Esta lei eleitoral que introduziu o princípio de representação das minorias levaria contudo uma violenta machadada de Hintze Ribeiro que, em 8 de Agosto de 1901, com o Parlamento dissolvido e em vésperas de eleições, com o intuito de esmagar politicamente João Franco, promulgou uma nova lei eleitoral a que se deu a designação de «ignóbil porcaria». Esta lei dividia o país em 33 círculos traçados de maneira que os eleitores das grandes cidades fossem absorvidos pelos concelhos rurais que lhes eram anexos para efeitos eleitorais, pretendendo-se desta forma neutralizar os votos que os republicanos conseguiam obter nos grandes centros e eliminar a ameaça do *franquismo*.

Constituinte voltou à sua condição de terceira força política, levando ao Parlamento os mesmos 8 deputados.

Um dos pontos de honra do acordo firmado com o Partido Progressista, isto é a realização de eleições legislativas ao abrigo de uma nova lei eleitoral de inspiração “granjola”, acabara de ser integralmente respeitado pelo ministério. Para variar, desta vez “as eleições desenrolaram-se com inteira tranquilidade, pois, para além de Lisboa, do Porto e de Ponta Delgada, o afrontamento entre candidatos confinou-se a um núcleo muito restrito de círculos uninominais”<sup>275</sup>. Tudo ficara decidido antecipadamente no recato dos gabinetes dos marechais partidários. Seria portanto expectável que aquele partido não faltasse à palavra dada e que, por sua vez, respeitasse também o compromisso que, de livre e espontânea vontade, assumira com os regeneradores. Mas depois de colherem os frutos de uma lei eleitoral benevolente, que lhes permitiu reforçar significativamente as suas depauperadas fileiras parlamentares, os progressistas voltaram com a palavra atrás, eximindo-se com isso de colaborar na revisão constitucional. Com efeito, depois de gerar um clima de tréguas políticas e de concitar um “patriótico acordo” entre os dois “partidos da rotação”, a revisão constitucional acabou por concretizar-se sem a prestimosa colaboração do Partido Progressista, o grande paladino das reformas políticas. Vejamos então o que foi que fez estalar o verniz.

A primeira machadada no acordo foi desferida em 19 de Maio de 1884, dois dias após o encerramento das Cortes. Ora, nesta data francamente aziaga, que coincidia com o décimo quarto aniversário da infausta *Saldanhada*, o governo resolveu decretar, de uma assentada, uma reforma dos quatro ramos do Exército (Artilharia, Cavalaria, Engenharia e Infantaria) e uma reforma da Marinha<sup>276</sup>. Como registou prontamente *O Progresso*, as reformas das Forças Armadas caíram como uma autêntica “bomba” no seio da vida política portuguesa: “O que parecia um boato absurdo é já um facto consumado. O *Diário* de ontem inseriu dois decretos de ditadura, um para a reforma do exército, e o outro para o alargamento dos quadros da armada. Circunstância característica: esses dois decretos têm a data de 19 de Maio. É uma data simbólica! Mas

<sup>275</sup> ALMEIDA, 1991, p. 155.

<sup>276</sup> Como refere Maria Filomena Mónica, «o que Fontes decretara não era de somenos. Não só reorganizara o Estado-Maior e aumentara o quadro de oficiais, como desenhara uma nova divisão territorial e criara 6 novos regimentos de infantaria, 2 de cavalaria e 1 de artilharia. Os batalhões de caçadores foram transformados em regimentos. Ao todo, foram criadas 141 vagas no quadro, tendo sido promovidos, de imediato, 1.158 oficiais. Além disso, Fontes mandara ainda adquirir, no estrangeiro, material bélico» (MÓNICA, 1999, pp. 156-157).

a revolta do marechal Saldanha foi menos odiosa do que a ditadura dos sr. Fontes. O marechal assaltou o paço, arriscando a vida, e fechou o parlamento usando da força bruta. Foi francamente revolucionário. O sr. Fontes fugiu do parlamento, para não se defrontar com os adversários, e esperou perfidamente que ele se fechasse para calcar aos pés as garantias constitucionais, escondendo-se atrás das responsabilidades e da assinatura do rei, que lhe autentica os decretos. Foi revolucionário com manhas de governante corrupto e cautelas de poltrão”. Logo, “A cooperação patriótica dos partidos tornou-se impossível depois deste atentado”<sup>277</sup>.

Como sabemos, as funções legislativas constitucionalmente atribuídas às Cortes foram exercidas várias vezes, durante o constitucionalismo monárquico, pelo executivo à revelia das assembleias legislativas. Fundamentando-se quer na morosidade do processo legislativo quer no não funcionamento das Câmaras, os executivos arrogavam-se de poderes legislativos fazendo aprovar decretos ditatoriais em conselho de ministros. Com efeito, “Semelhante prática veio a tornar-se um costume na vida política portuguesa particularmente pela posterior ratificação parlamentar das medidas abusivamente tomadas, concedendo-lhe o que foi denominado *bill* de indemnidade”<sup>278</sup>, o qual foi solicitado pelo governo no Discurso da Coroa proferido por D. Luís em 2 de Janeiro de 1885<sup>279</sup>. Deve no entanto acrescentar-se que, no caso em apreço, as aludidas reformas já tinham sido aprovadas pela Câmara dos Deputados e já contavam igualmente com o parecer favorável das comissões da Guerra e da Fazenda da Câmara dos Pares, necessitando apenas da aprovação do pariato para que pudessem obter a sanção régia e a subsequente publicação. Tratou-se apenas, portanto, de uma “meia ditadura”. Como sabemos, a Carta Constitucional reconhecia implicitamente o direito de controlo e de supervisão da Câmara dos Pares sobre a legislação iniciada pela Câmara Baixa, sendo igualmente necessário o acordo de ambas para que um projecto adquirisse força de lei. Segundo Marcelo Caetano, esta simetria de poderes das duas assembleias legislativas traduzia-se na existência de um *bicamaralismo perfeito*, ao passo que “No *bicamaralismo imperfeito* há só uma câmara com autoridade para deliberar e o seu voto basta”, sendo missão da segunda câmara parlamentar “sugerir à

---

<sup>277</sup> *O Progresso*, 21.05.84.

<sup>278</sup> SANTOS, 1986, p. 198.

<sup>279</sup> A resposta ao Discurso da Coroa começou a ser discutida pelos pares em 25 de Fevereiro de 1885, salientando-se especialmente o 4.º Conde e 1.º Marquês de Rio Maior, que criticou ferozmente os actos do governo praticados em ditadura, nomeadamente a «inútil, dispendiosa e inconstitucional» reforma do Exército.

assembleia deliberativa alterações, correcções, aditamentos ou eliminações que conduzam a ponderar e a redigir melhor as leis”<sup>280</sup>.

Segundo os informes veiculados na imprensa, alguns pares do reino mais ciosos da sua elevada missão constitucional não esconderam o seu profundo desagrado, criticando de viva voz a “gritante descortesia” do governo<sup>281</sup>. Mas, pelos vistos, Fontes não deu muita importância a esta saraivada de críticas já que o Parlamento foi, para todos os efeitos, encerrado na data inicialmente prevista<sup>282</sup>. Como pranteava o general João Crisóstomo, um dos mais autorizados caudilhos do Partido Progressista que viria a suceder a Fontes Pereira de Melo na Presidência da Câmara dos Pares em Março de 1887, “Não direi que quando o governo assumiu poderes discricionários as cinzas desta câmara ainda estavam quentes, porque esta câmara ainda não morreu, mas talvez as paredes desta casa ainda vibrassem com os ecos das vozes dos últimos oradores da sessão de 1884”<sup>283</sup>. Ora, levando em linha de conta o facto de já estar em marcha o moroso processo de reforma da Carta, bem como o facto de o Partido Progressista ter “pressa, muita pressa, em ver ultimada a obra de revisão constitucional”<sup>284</sup>, tudo leva a crer que era intenção do governo evitar uma eventual resistência da Câmara dos Pares, protagonizada principalmente por militares despeitados.

Devemos convir que os receios do governo não eram totalmente infundados. De acordo com a caracterização socioprofissional dos pares do reino de nomeação régia feita por Pedro Tavares de Almeida, os militares eram o grupo profissional mais representado na Câmara, somando 25,7 % da totalidade dos pares nomeados entre 1851 e 1890<sup>285</sup>. Mas a estes pares-militares potencialmente adversos às reformas decretadas em 19 Maio de 1884, devemos acrescentar ainda um número considerável de militares

<sup>280</sup> CAETANO, 1989, Tomo I, p. 228.

<sup>281</sup> Um dos pares que se mostrou mais inconformado foi o progressista Henrique de Macedo. Segundo ele, «O que o partido progressista combinara com o governo na ocasião do acordo, fora que o período das reformas políticas fosse o mais curto possível e, para isso, que a eleição se realizasse até 30 de Junho. Ele, orador, não via que tal combinação fosse incompatível com a prorrogação da sessão legislativa pelos dias precisos para que a câmara dos pares discutisse a reforma do exército que já tinha parecer das suas comissões, e menos incompatível ainda com a convocação das novas cortes para Setembro ou Outubro. O que via é que o sr. presidente do conselho, não só não antecipou a convocação das novas cortes, mas, ao contrário disso, adiou ainda a sua convocação de 5 de Novembro para 16 de Dezembro» (DCP, sessão de 25.04.85, p. 335). Consultar também MOREIRA (org.), 1998, p. 149.

<sup>282</sup> Circulavam rumores de que «as reformas não passaram porque três ou quatro pares não quiseram que passasse, demorando acintosamente a discussão de outros projectos, afim destes não chegarem a ser discutidos, sabendo-se que tinha graves inconvenientes prorrogar ainda mais as câmaras, e tendo-se até o governo comprometido a não o fazer» (*O Jornal do Comércio*, 21.05.84).

<sup>283</sup> DCP, sessão de 20.04.85, p. 358.

<sup>284</sup> *O Progresso*, 24.04.84.

<sup>285</sup> ALMEIDA, 1995, Volume I, p. 127.



que tinham ingressado no pariato pela via hereditária, como por exemplo Marino João Franzini, que considerou a reforma da instituição castrense como “um dos maiores atentados que nos tempos modernos se têm praticado contra a constituição do estado. E digo isto, tanto mais convencido e sinceramente, quando sou oficial do exército, e estou na inactividade temporária sem vencimento”<sup>286</sup>. Além disso, não podemos também esquecer as baixas provocadas pela chamada “questão dos coronéis” nas fileiras progressistas, quando o Ministro da Guerra, João Crisóstomo, pretendeu modificar o sistema de contagem do tempo de serviço para a reforma dos oficiais do Exército. Com vimos num capítulo antecedente, na sequência desta tentativa de reforma, o ministério presidido por Anselmo Braamcamp viu todos os militares recém-nomeados por indicação do Partido Progressista voltarem-lhe as costas.

Mas o acordo partidário que esteve subjacente à realização das reformas políticas ainda levaria um segundo rude golpe após as eleições legislativas de 29 de Junho de 1884. A pretexto de o ministério estar então a braços com a intricada “Questão do Zaire”, a qual estava prestes a ser dirimida pelas potências coloniais na célebre Conferência de Berlim (1884-1885), Fontes solicitou um adiamento das Cortes<sup>287</sup>. De resto, assim que começaram a circular os rumores de um eventual adiamento, o órgão oficial do Partido Progressista veio logo a terreiro para avisar que “O sr. Fontes já atirou com a ditadura para cima do acordo; o adiamento das cortes será o último golpe. Nós só temos de registar a quebra dos compromissos contraídos [...] O compromisso oficial e particular do sr. Fontes é reunir as cortes no dia 5 de Novembro”<sup>288</sup>. Por conseguinte, quando o Conselho de Estado aprovou, em 31 de Outubro, o adiamento das Cortes para 15 de Dezembro<sup>289</sup>, o acordo partidário sobre as reformas políticas ficou de uma vez por todas ferido de morte. Foi aliás o próprio conselheiro Braamcamp que declarou na reunião do Conselho de Estado convocada para o efeito que “o adiamento das cortes significa a quebra de um compromisso solene tomado pelo sr. Fontes, e que esse grave erro não podia deixar de ter profundas consequências”<sup>290</sup>. A 18 de Dezembro de 1884, foi a vez da Comissão Executiva do Partido Progressista libertar-se definitivamente das

<sup>286</sup> DCP, sessão de 13.03.85, p. 139.

<sup>287</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 547.

<sup>288</sup> *O Progresso*, 15.10.84.

<sup>289</sup> Segundo *O Jornal do Comércio*, Fontes Pereira de Melo, Serpa Pimentel, Andrade Corvo, Mendes Leal, Mártens Ferrão e o Marquês de Ficalho teriam votado a favor do adiamento, enquanto Anselmo Braamcamp, o general Caula e o Conde de Valbom teriam votado contra (*O Jornal do Comércio*, 01.11.84).

<sup>290</sup> *O Diário Popular*, 01.11.84.

grilhetas do compromisso, decidindo por unanimidade “Que o procedimento do governo desligou o partido progressista de todos os compromissos tomados no acordo, podendo, pois, proceder com inteira liberdade de acção”<sup>291</sup>. Finalmente, na sessão de 10 de Abril de 1885 da Câmara dos Deputados, isto é, exactamente no dia em que esta assembleia legislativa começou a discutir a proposta de Lei n.º 110-A de que resultou o Segundo Acto Adicional à Carta Constitucional, foi a vez de Anselmo Braamcamp declarar oficialmente aos deputados presentes que o Partido Progressista se abstinha de intervir na discussão e na votação da revisão constitucional<sup>292</sup>. Quebrado o acordo entre regeneradores e progressistas sobre a reforma da Carta, seguiu-se o inevitável ataque ao governo, liderado pelo próprio Braamcamp<sup>293</sup>, o qual foi uma espécie de canto do cisne da sua longa carreira parlamentar, visto que o chefe progressista já se encontrava então manifestamente doente, vindo a falecer em 13 de Novembro de 1885, poucos meses antes de o seu partido regressar ao poder.

Ainda assim, o silêncio do Partido Progressista gerou muito barulho. Como vociferou energicamente *A Revolução de Setembro*, a “conduta deplorável” do Partido Progressista era típica de quem estava a “cantar de galo” pois, como toda a gente sabia, “se o partido progressista tivesse rompido o acordo antes das eleições, não teria trazido à câmara mais de três ou quatro deputados”<sup>294</sup>. Como não podia deixar de ser, os progressistas foram também prolixamente acusados de colocarem os interesses partidários à frente dos superiores interesses nacionais e de voltarem com a palavra atrás como quem muda de camisa. Já o *Jornal do Comércio* limitou-se simplesmente a observar que “O silêncio sempre foi de ouro, e cremos que será do mais fino quilate, em bocas progressistas”<sup>295</sup>. No entanto, o que é realmente importante salientar é que, pela primeira e única vez nos anais do constitucionalismo monárquico, os representantes populares eram legalmente chamados a decidir como, “em que pontos e sobre que matéria era legítimo fazer-se uma revisão” da Lei Fundamental do país<sup>296</sup>, quando antes,

---

<sup>291</sup> *O Progresso*, 19.12.84.

<sup>292</sup> Como Braamcamp não era par, foi o general João Crisóstomo que fez, em 25 de Maio de 1885, esta importante declaração política na Câmara Alta em nome do Partido Progressista.

<sup>293</sup> V. DCD, sessão de 10.04.85, pp. 1075-1076.

<sup>294</sup> *A Revolução de Setembro*, 08.04.85.

<sup>295</sup> *O Jornal do Comércio*, 10.04.85.

<sup>296</sup> Como refere José Miguel Sardica, o próprio Acto Adicional de 1852 estava «ferido de inconstitucionalidade». Senão vejamos: «Por um lado, qualquer proposta de revisão da Carta tinha que ter origem no plenário da Câmara dos Deputados – e nunca num decreto governamental, ainda por cima promulgado em ditadura administrativa (situação em que o país se achava em Maio de 1851)» (SARDICA, 2005 a), p. 303).

em 1826, ela fora simplesmente outorgada pelo imperante, e em 1852 fora superficialmente reformada pelo governo, sem intervenção do Parlamento.

### **2.2.2. A reforma constitucional de 24 de Julho de 1885**

O projecto de lei n.º 246, que reconhecia a necessidade da reforma de alguns artigos da Carta Constitucional, começou a ser discutido pelos deputados em 15 de Janeiro de 1884<sup>297</sup>. Antes de mais nada importa referir que a versão inicial do projecto compunha-se de dois artigos, mas após as alterações feitas pela comissão especial da Câmara dos Deputados, a proposta governativa foi condensada num único artigo que rezava o seguinte: “É reconhecida a necessidade da reforma dos artigos 14.º, 17.º, 26.º, 27.º, 28.º, 39.º, 74.º (parágrafos 1.º, 4.º e 7.º), 75.º (parágrafos 14.º), 77.º, 140.º e 145.º (parágrafo 28.º) da carta constitucional”. *Único* – “A câmara dos deputados, que se seguir imediatamente depois da presente legislatura, será eleita com poderes especiais para a reforma de que trata o artigo antecedente, a qual será decretada pelas Cortes e sancionada pelo Rei nos termos ordinários fixados pela carta para promulgação das leis”. Ao todo, o governo propunha a revisão de 11 artigos da Constituição, sendo os artigos relativos à reorganização da segunda câmara legislativa (39.º e 74.º - parágrafo 1.º) os que, no fundo, justificavam a conveniência de uma reforma desta natureza. Recordo que o Primeiro Acto Adicional não ousara tocar, nem sequer ao de leve, na Câmara dos Pares. Os governos tinham de levar sempre em conta a opinião dos pares, sendo volta e meia obrigados a fazer concessões e, por vezes, não tiveram outra saída senão aceitar a derrota, a qual era interpretada pelos governantes como um indeclinável convite de demissão. Porém, a revisão constitucional que estava na forja não tinha na reforma da Câmara dos Pares o seu alfa e o seu ómega.

A defesa da proposta governativa esteve sobretudo a cargo de Fontes Pereira de Melo que, para além de um eminente estadista, era igualmente um parlamentar de primeiríssima ordem. Júlio de Vilhena, uma das poucas figuras de proa do Partido Regenerador que não tinha então lugar reservado na Câmara Alta, também assumiu esporadicamente esse papel, mas na qualidade de relator da comissão especial encarregada de apreciar o projecto. Entre as vozes mais críticas encontravam-se António

---

<sup>297</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 539.

Maria de Carvalho, D. José de Saldanha, Manuel de Arriaga e Dias Ferreira, o qual se opôs veementemente à continuidade do pariatto hereditário. O chefe do Partido Constituinte considerava que a Câmara Alta portuguesa, moldada à imagem e semelhança da sua congénere britânica, “nem está[va] constituída à antiga, nem à moderna”<sup>298</sup>. O ideal, para ele, era uma segunda câmara legislativa totalmente electiva como o efémero Senado setembrista. Contudo, o oponente mais duro para com o governo foi o influente deputado progressista José Luciano de Castro. Não tanto pelas críticas que teceu ao projecto, mas sobretudo por ver um executivo fontista pregar mais uma desfeita monumental ao seu partido. Não fosse a reforma da Câmara dos Pares uma das bandeiras políticas mais recorrentemente desfraldadas pelo Partido Progressista e um dos pontos fundamentais do seu audacioso Programa. Embora não condenando em absoluto “o reviramento de opiniões”, José Luciano não deixou de estranhar que o Presidente do Conselho “fosse tão longe que não duvidasse apropriar-se da ideia dominante de um partido adverso”<sup>299</sup>. Entrando na análise do projecto propriamente dito, disse que só encontrava no seu articulado “um ponto importante”. Era, obviamente, o que dizia respeito à reforma da Câmara dos Pares, um “assunto urgente e inadiável”, mas que se vinha arrastando há anos. Recordo que, no início da década de 1860, o próprio rei D. Pedro V já considerava a Câmara dos Pares uma “instituição envelhecida e depreciada”<sup>300</sup>. Fiel aos seus democráticos princípios, o caudilho progressista afirmou que nada justificava quer social quer politicamente a existência de uma câmara de legisladores vitalícios e hereditários, não sufragada pelo voto popular. Na sua opinião, era chegada a hora de introduzir o elemento electivo no pariatto mas, à semelhança do que se verificava então com o Senado da Terceira República Francesa, entendia que a proporção de pares electivos deveria corresponder a dois terços do total de membros da Câmara, um número deveras exagerado “que sabia ser inaceitável para os Regeneradores”<sup>301</sup>. Recordo que no relatório que acompanhava o projecto de lei se dizia apenas que o governo se propunha articular “em razoável proporção” o “elemento real” e o “elemento popular”. Sobre o ponto extraordinariamente polémico suscitado logo no início da discussão, ou seja, se a Câmara Alta deveria, ou não, pronunciar-se sobre a sua reforma, Luciano de Castro sustentou a opinião de que a revisão constitucional se deveria realizar “sem cooperação da câmara dos pares e sem

<sup>298</sup> FERREIRA, 1884 a), p. 14.

<sup>299</sup> DCD, sessão de 19.01.84, p. 96.

<sup>300</sup> LEITÃO (intr. e notas), 1961, p. 175.

<sup>301</sup> MÓNICA, 1999, p. 152.

necessidade da sanção régia”<sup>302</sup>, o que equivalia a proclamar a exclusiva soberania constituinte da nação, uma proposição eminentemente revolucionária. Antes de finalizar a sua intervenção, José Luciano afirmou ainda que votava a generalidade do projecto “apenas como afirmação da necessidade da reforma constitucional; mas, desejando que o governo aceite os aditamentos que propôs à câmara, ou, pelo menos, alguns, para que a obra de reforma constitucional saia tão perfeita quanto possível”<sup>303</sup>.

Como era seu hábito, “Fontes nunca deix[ava] de dizer o que entendia e como o entendia, embora o fizesse com supina e fidalga gentileza”<sup>304</sup>. Eis a sua concludente resposta à intervenção de José Luciano: “Os homens que têm lido a história contemporânea e antiga de todos os países, a história constitucional, sabem que os partidos avançados preparam as reformas e que são os partidos menos avançados, ou mais conservadores, como lhe queiram chamar, que as realizam”<sup>305</sup>. No fundo, o que “o mais inteligente e o mais hábil dos oportunistas”<sup>306</sup> políticos estava ali a elogiar, nas barbas da oposição, era o chamado “oportunismo” político “à maneira inglesa”, um princípio muito caro aos *Tories* e aos conservadores em geral. O próprio “Bismarck dizia frequentemente que os partidos deviam liderar na implementação de políticas a que se opunham e oferecia o exemplo que, com algum exagero, afirmava ter encontrado em Inglaterra”<sup>307</sup>. Quanto ao debate relativo à interpretação em torno do artigo 143.º, sobre a intervenção ou não da Câmara dos Pares no seu processo de reforma, foi deliberadamente lacónico mas não menos terminante, declarando aos 108 deputados presentes no hemiciclo que não podia estar de acordo com a tese de que os pares do reino se deveriam abster. É importante referir que a tese de Luciano de Castro era liminarmente refutada pelo precedente de 1852, uma vez que não foi esse o método seguido aquando do Primeiro Acto Adicional à Carta Constitucional, como já se referiu atrás. Para além disso, o Segundo Acto Adicional surge num momento de “solidificação do sistema constitucional” e de “alicerçamento do rotativismo”, o que permitirá reformar o documento outorgado aos portugueses por D. Pedro em 1826 de acordo com o procedimento de revisão nele estabelecido.

<sup>302</sup> DCD, sessão de 19.01.84. p. 96.

<sup>303</sup> DCD, sessão de 21.01.84, pp. 104-105.

<sup>304</sup> NORONHA, 1926, p. 34.

<sup>305</sup> DCD, sessão de 21.01.84, p. 110.

<sup>306</sup> VILHENA, 1916, Volume I, p. 165.

<sup>307</sup> TAYLOR, 2009, p. 160.

Embora o distanciamento do Conde do Casal Ribeiro face à ortodoxia regeneradora, em 1884-1885, já não deixasse margem para dúvidas, na obra “Carta e Pariato”, publicada em meados da década de 1890, na ressaca da ditadura franquista, este “antigo dignitário fontista” rebateria também, ponto por ponto, a argumentação de Luciano de Castro, considerando inclusivamente a doutrina deste último “falsa, peregrina e absolutamente original”<sup>308</sup>. No capítulo que consagrou única e exclusivamente a esta questão, Casal Ribeiro sustenta mesmo que “a exclusão da câmara dos pares é condenada pela própria redacção do artigo 143.º da carta constitucional” pois “sem o acordo absoluto das duas casas do parlamento, não há lei; nem lei ordinária, nem lei constitucional. Assim o quis e quis bem a carta. É a consequência da existência simultânea de duas câmaras. Consequência vantajosa, e muito menos atreita a perigos que se imaginem, por hipóteses extremas, do que seria origem de perigos reais e experimentados a supremacia absoluta de uma assembleia única”<sup>309</sup>. Ou seja, na sua perspectiva, tendo em conta os antecedentes históricos, a concentração do Poder Legislativo nas mãos de um único actor institucional onipotente era uma solução parlamentar não só pouco recomendável, como até perigosa.

Sobre este assunto, também *O Progresso* discorreu por diversas vezes, sustentando numa dessas ocasiões que “A doutrina de que a câmara dos pares tem de cooperar directamente na feitura das reformas corresponde praticamente à afirmação de que as coisas ficarão no anterior estado, se não ficarem piores. Em tal caso, dizemo-lo resolutamente, mais vale não bulir na Carta”<sup>310</sup>. No entanto, ao arrepio destas concepções mais radicais, a Câmara Alta não só “cooperou directamente” na revisão constitucional de que resultou o Segundo Acto Adicional, como acabou por ter uma influência absolutamente determinante no resultado final da própria revisão. Sem as substantivas alterações introduzidas pela Câmara dos Pares, a reforma constitucional de 1885 teria sido, seguramente, mais erradicativa no que respeita à hereditariedade do pariato e, por conseguinte, bem mais simpática para as pretensões radicais. Um facto

---

<sup>308</sup> RIBEIRO, 1895, p. 74.

<sup>309</sup> RIBEIRO, 1895, p. 73. O autor concluiu que «a interpretação adoptada, na parte final do § único do artigo 1.º do projecto, depois convertido na lei de 15 de Maio de 1884, reconhecendo a necessidade da intervenção das cortes, compostas de ambas as casas do parlamento, e da sanção do rei, na definitiva organização da reforma, foi correcta, conforme à lei escrita, e não preteriu a melhor e mais segura doutrina» (RIBEIRO, 1895, p. 87). Consultar também: CARMICHAEL e DIKSON (ed.), 1999, p. 71.

<sup>310</sup> *O Progresso*, 19.01.84.

que evidencia mais uma vez o protagonismo da Câmara Alta portuguesa em momentos vitais.

A 30 de Janeiro de 1884, duas semanas após o início da discussão na câmara electiva, a proposta governativa era aprovada na generalidade por uma esmagadora margem de 96 votos: 101 deputados optaram pelo sim e 5 (António Maria de Carvalho, D. José de Saldanha, o Visconde de Porto Formoso, Elias Garcia e Manuel Arriaga) pelo não. Como refere Maria Filomena Mónica, “Os debates na especialidade não trouxeram novidades, António Maria de Carvalho voltou a exhibir o seu desprezo por Fontes, José Luciano propôs que a Presidência da câmara alta passasse a electiva, Arriaga lutou por uma revisão que consagrasse a soberania da Nação, Fontes explicou ser sua intenção que dois terços dos pares continuassem a ser de nomeação régia”<sup>311</sup>. Embora esta não fosse a reforma radical com que sempre sonhara, Dias Ferreira não teve outro remédio senão votar favoravelmente a conveniência da revisão constitucional.

A 12 de Março de 1884, a Câmara Alta começou a discutir a proposta de lei fontista que estabelecia a necessidade da reforma da Carta Constitucional<sup>312</sup>, a qual se espalhou até ao dia 22 de Abril, consumindo ao todo 28 sessões ordinárias. Fontes, o mais influente político português do século XIX, estava certamente ciente de que agora, no “âmbito olímpico dos Pares”, a querela iria ser bastante mais porfiada. Regra geral, as medidas mais democráticas dos governos tinham um acolhimento muito pouco caloroso na Câmara dos Pares. Recordo a título de exemplo que “A Câmara dos Pares nunca poupou as críticas à actuação do governo [Histórico], combatendo sistematicamente todas as suas providências, ao longo dos quatro anos em que perdurou a questão das irmãs de caridade”<sup>313</sup>, funcionando assim como um travão à expulsão destas religiosas. Para além disso, na segunda câmara parlamentar existia “um grupo de indivíduos sem partido definido, indivíduos que desejavam brilhar pela sua independência, embora, uma vez por outra defendessem os actos do governo e com ele votassem”. Mas, além destes pares independentes que, segundo as más-línguas, assomavam no Parlamento com uma “intermitência caprichosa” para fazer a vida negra

---

<sup>311</sup> MÓNICA, 1999, p. 153.

<sup>312</sup> Segundo *O Diário Popular*, no primeiro dia de debate, «A câmara apresentava aspecto animado e imponente e até pode dizer-se brilhante. Nas galerias tudo cheio, e entre as pessoas que as enchiam, muitos cavalheiros conhecidos no mundo das letras, e da mais escolhida sociedade, e muitas senhoras elegantes e formosas da nossa aristocracia» (*O Diário Popular*, 15.03.84).

<sup>313</sup> BELO, 2000, p. 54.

aos governos, havia também alguns dignos pares do reino que, “pelas suas ideias verdadeiramente conservadoras, pelo seu acrisolado amor à tradição, entendiam que era um desacato bulir na hereditariedade”. Como não podia deixar de ser, “À frente destes sectários da doutrina acentuadamente conservadora [entre os quais podíamos encontrar, por exemplo, o Duque de Palmela, os Marquesses de Fronteira e de Rio Maior e os Condes de Alcáçovas e de Bonfim], colocou-se o conde de Casal Ribeiro, formando todos um grupo, de que ele passou a ser o chefe, e o tornou público na sessão de 28 de Abril, afirmando assim que este grupo seria amanhã um partido, profecia que não se realizou, pois a sua existência política foi ainda mais curta que a das rosas”<sup>314</sup>. Vem a propósito recordar que, em Espanha, durante a Restauração, dois conhecidos dissidentes do Partido Conservador – Romero Robledo e Francisco Silvela – também conjugaram esforços no sentido de viabilizar uma alternativa ao bipartidarismo, tendo constituído em finais da década de 1880 uma nova força política que, teoricamente, ocuparia uma “posição de charneira” no Parlamento. No entanto, “O equilíbrio dinâmico, alcançado não pelo reforço do centro, mas pela contraposição equilibrada dos extremos, era, nunca é demais repeti-lo, a própria essência do regime da Restauração”<sup>315</sup>.

Este novo agrupamento partidário de matriz ideológica vincadamente “conservadora e católica”, recrutado maioritariamente a partir da Câmara dos Pares, ainda chegou a apresentar um cabeça de lista às eleições gerais de 29 de Junho de 1884, como atesta “Uma carta assinada pelos Srs. Conde do Casal Ribeiro, marquês de Fronteira, José de Sande Magalhães Mexia, António José de Barros e Sá e o conde de Rio Maior, como representantes ou chefes do novo partido conservador liberal –, [na qual se] recomenda a eleição do sr. D. José de Saldanha”<sup>316</sup>. Na verdade, “o grupo de Casal Ribeiro poderia ter sido o herdeiro do avilismo (como este fora, de certa forma, o herdeiro do conservadorismo cartista), agregando aqueles amigos do Duque que não se identificavam directamente com o oportunismo táctico regenerador [...] Mas Casal Ribeiro já não tinha nem idade, nem paciência, para organizar militâncias e contar

<sup>314</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 543. Em rigor, foi durante uma interpelação ao ministro dos Negócios Estrangeiros que Casal Ribeiro anunciou o advento do novo partido. Eis a sua intervenção: «Esta é a tese. Não é só minha. Devo repetir, que esta tese é colectiva do partido a que pertença. Esta é a regra de conduta permanente do partido conservador liberal. Nunca, em situações análogas à presente, este grupo hoje, talvez partido amanhã, se Deus o favorecer, procederá de outra forma. Muito claro estabelece no seu programa que a nossa linha de conduta será diversa, oposta aquela que teve o partido regenerador, em presença da questão de Lourenço Marques» (DCP, sessão de 28.04.84, p. 430).

<sup>315</sup> TUSELL e PORTERO (eds.), 1998, p. 34. Consultar também: CARR, 2000, pp. 344-345.

<sup>316</sup> *O Jornal do Comércio*, 28.06.84.



apoios”<sup>317</sup>. Com efeito, à beira dos sessenta anos, já era demasiadamente tarde para experimentar novos hábitos políticos. Estava à margem dos partidos e era uma figura solitária que seguia uma linha política única e exclusivamente definida por si. Mas não obstante o facto de estar tão “só e desacompanhado”, como afirmou Fontes, o conde foi de longe o mais influente adversário da revisão constitucional fontista. Foi aliás o próprio Casal Ribeiro que reconheceu que só voltou ao Parlamento, “donde andava arredio, impelido pela força íntima, que lhe impunha combater o pernicioso erro de uma reforma constitucional intentada”<sup>318</sup>.

Os primeiros dias de discussão vieram confirmar as suspeitas de que os sectores mais conservadores da Câmara dos Pares não seriam condescendentes para com a proposta do governo. Foi o 3.º Conde de Bonfim, um dos pares que se bandeara recentemente para as trincheiras da oposição<sup>319</sup>, que encetou a discussão, lançando imediatamente o mote: “O que o povo pede é pão e vinho, e nós damos-lhe em vez de pão, reformas políticas, em vez de vinho, tabaco!”<sup>320</sup>. Na sua opinião, Fontes tinha sido forçado pela ala mais radical do seu partido a apresentar uma reforma constitucional que não se compaginava com os seus princípios políticos conservadores. Por isso, afirmou peremptoriamente: “voto contra” e “não cederei a quaisquer considerações partidárias, porque voto segundo as minhas convicções”<sup>321</sup>. Seguiu-se outro acérrimo opositor da reforma, o Visconde de Chancelieiros, cujo irmão – o deputado António Maria de Carvalho – já se manifestara contra na outra Câmara. Para este proprietário agrícola que foi tachado nas páginas dos jornais como “um dos pares mais novos em idade e mais retrógrado em ideias” e “o orador mais pitorescamente sarrazinante da Câmara Alta”, a verdadeira intenção do governo não era revitalizar a Câmara dos Pares, nem reabilitar a imagem desta instituição aos olhos da opinião pública, mas sim torná-la numa chancela governativa pois, uma vez reformada, a Câmara deixaria de poder apreciar com imparcialidade os actos do Executivo. Depois desta crítica estridente, resolveu colocar o dedo na ferida: “todos sabemos que os pares hereditários têm sido um núcleo de

<sup>317</sup> SARDICA, 2005 a), p. 577.

<sup>318</sup> RIBEIRO, 1895, p. 5.

<sup>319</sup> Tendo tomado assento na Câmara dos Pares em 19 de Abril de 1882, durante a vigência do governo de Fontes Pereira de Melo, o Conde do Bonfim apoiou, durante os primeiros tempos, o ministério regenerador. Contudo, em inícios de 1884, a aproximação de Fontes ao Partido Constituinte e a discussão do projecto relativo às reformas políticas levou-o a passar à oposição, insistindo, tal como havia feito na Câmara dos Deputados, nas desvantagens da introdução, na Câmara Alta, de pares eleitos e na inoportunidade da reforma face a outras questões mais importantes.

<sup>320</sup> DCP, sessão de 12.03.84, p. 165.

<sup>321</sup> DCP, sessão de 12.03.84, p. 166.

oposição desinteressada, e que por isso é que as iras do governo se voltam contra eles”. Afirmou ainda com a maior naturalidade do mundo que não estava ali graças à nomeação régia e, obviamente, “estava contente por isso”, já que “assim podia ser independente e insuspeitamente, defender a câmara dos pares contra todas as agressões que lhe são feitas”<sup>322</sup>. Por conseguinte, não lhe restava outra opção senão apresentar uma proposta de adiamento do projecto. Um “velho recurso de todas as oposições” que tinha por detrás a mão do Conde de Casal Ribeiro, o qual, “Em vez de atacar o projecto de frente, lutou pelo adiamento da discussão”. Porém, a estratégia de Casal Ribeiro não passava de “uma tentativa para ganhar tempo a fim de juntar forças para organizar o novo partido”<sup>323</sup>. Sentiu, no entanto, a obrigação de criticar Fontes por este trazer ao Parlamento uma proposta de revisão constitucional tão lesiva das prerrogativas régias estabelecidas no artigo 74.º da Carta já que, no seu entendimento, o diploma governativo restringia “nada menos que três faculdades do poder moderador”<sup>324</sup>, sendo que uma delas, a criação de pares, era uma das suas mais emblemáticas prerrogativas, ao passo que “nas do executivo propõe a ampliação de uma”<sup>325</sup>. Na sua opinião, a reforma constitucional era uma completa desnecessidade pois, ao contrário da Inglaterra, onde, na década de 1880, a frontal oposição dos lordes ao alargamento do sufrágio eleitoral desencadeou uma gigantesca onda de contestação popular reivindicando a reforma da Câmara dos Lordes e a abolição da hereditariedade dos seus membros<sup>326</sup>, os quais eram então acusados de “bloquear a vontade da nação”<sup>327</sup>, no Portugal liberal do “Sr. Fontes” as reformas políticas não despertaram nenhum movimento de opinião pública a seu favor. Como o conde fez questão de recordar, tinha sido o próprio Fontes Pereira de Melo a asseverar, em 1882, imediatamente após tomar o pulso ao país durante uma acidentada viagem, que as populações lhe haviam “pedido

<sup>322</sup> DCP, sessão de 14.03.84, p. 172.

<sup>323</sup> MÓNICA, 1999, p. 154.

<sup>324</sup> Ainda assim, o Rei continuava a ser o árbitro da política em Portugal: nomeava os ministros; convocava, adiava, prorrogava ou dissolia as Cortes; e quando as Câmaras produzissem leis com as quais não concordava podia recusar-lhes a sanção régia.

<sup>325</sup> DCP, sessão de 17.05.84, p. 686.

<sup>326</sup> Entretanto, o que se passava na Câmara dos Lordes passou a ouvir-se nas ruas de Londres e transformou-se numa violenta campanha de difamação. Em 11.08.84, o *Diário de Notícias* fazia manchete com a seguinte notícia: «Continua a agitação na Inglaterra contra a câmara dos lordes por causa da reforma eleitoral. Houve um *meeting* de 200.000 pessoas em Birmingham, e outro em Londres onde estiveram cerca de 100.000 pessoas no dia 4. Neste último, Sir Charles Dilke declarou que pretende a reforma da câmara dos lordes e a supressão do direito hereditário».

<sup>327</sup> A *Representation of the People Bill* foi rejeitada pelos lordes em 8 de Julho de 1884, sendo reintroduzida por Gladstone em 24 de Outubro de 1884. Na sequência da aprovação do *Representation Bill* e do *Redistribution Bill*, em 6 de Dezembro de 1884 e 25 de Junho de 1885, respectivamente, «O número de eleitores passou de pouco mais de dois milhões e meio para mais de cinco milhões e meio» (PARTRIDGE, 2003, p. 178).

estradas, escolas, caminhos-de-ferro, reforma das pautas, melhoramentos para a agricultura e para as indústrias; mas na reforma da carta, ninguém me tem falado, porque essa reforma não está no espírito público”<sup>328</sup>. O discurso da coroa proferido em 2 de Janeiro de 1885, que prometia um Segundo Acto Adicional à Carta Constitucional e o fim dos pares hereditários, era a prova disso. Com efeito, apesar de anunciar uma ampla transformação do sistema político, o discurso de Sua Majestade encontrou fora do Parlamento uma “atmosfera tristonha” e um “fraco entusiasmo” popular. Um facto que revela bem a profunda assimetria entre as ambições legítimas do “país político” e as necessidades concretas do “país real”, o qual não acordava da sua profunda indiferença senão quando os governos lhe pediam mais impostos para fazer face ao endividamento do Estado. No fundo, o *Zé-Povinho* simboliza perfeitamente a imagem de um povo explorado, sofredor e conformado com o seu destino.

O Conde de Rio Maior, um dos pares que esteve sempre na linha da frente do combate às reformas políticas, também não poupou nas críticas ao projecto. Na sua opinião, ia ser removido o “primeiro alicerce” do velho edifício monárquico que, inevitavelmente, mais tarde ou mais cedo, acabaria por vir “completamente abaixo”<sup>329</sup>. “Era fatal!” A abolição da hereditariedade no pariato minaria o fundamento legitimador da Monarquia – vaticinava sibilamente este par do reino. Num longo discurso que consumiu uma sessão de fio a pavio e uma boa parte de outra, Rio Maior espraçou-se em considerações pessoais, divagou por questões financeiras, rebuscou antigos discursos parlamentares, leu artigos de jornais, para em conclusão dizer que lamentava deveras o facto de “o grito de guerra contra a câmara dos dignos pares partir do seu presidente”<sup>330</sup>. Já o Visconde de Moreira de Rei, outro par do reino desligado dos compromissos partidários, apesar de se aproximar por vezes das posições dos regeneradores, começou por lembrar que não era à Câmara dos Deputados que os povos, quando tinham razões de queixa, se dirigiam, mas à Câmara Alta, a única que gozava de independência. Tal como o Conde de Rio Maior, considerava a reforma da Câmara dos Pares um perigo para a Monarquia, não só por romper com a tradicional hereditariedade do pariato, tendo o governo perfeita noção de que “Numa monarquia hereditária, a hereditariedade

<sup>328</sup> DCP, sessão de 07.02.82, p. 109.

<sup>329</sup> Como observa M. Fátima Bonifácio, este era um caminho muito perigoso pois, para os radicais, o direito hereditário era «tão absurdo como o direito divino, o que por si só recomendava a eliminação da Câmara dos Pares [...] Como toda a gente sabia que o rei era rei por direito não menos hereditário, bem se percebeu que era a própria monarquia a visada pela dedução lógica daquele princípio» (BONIFÁCIO, 2002 b), p. 71).

<sup>330</sup> V. DCP, sessão de 17.03.84, p.195.

de uma classe é indispensável”, mas também por introduzir o elemento electivo, proporcionando assim uma maior governamentalização da Câmara Alta. De resto, na sua óptica, e não sem razão, as eleições para o pariato não passariam de “fornadas disfarçadas”<sup>331</sup>, uma vez que os novos membros electivos seriam meros “hóspedes, que, finda que fosse a sua missão de defender o governo que ali os levasse, sairiam, ficando ele e os outros seus colegas à espera de novos hóspedes trazidos pelo partido contrário”<sup>332</sup>. Ou seja, aprovada a reforma, os governos veriam o seu poder reforçado pois, em última análise, a mesma tolhia a capacidade de resistência de uma assembleia que lhes provocava muitas dores de cabeça, independentemente da sua filiação partidária ou coloração política. O visconde rematou o seu discurso com um lancinante apelo: “Era indispensável que se fundasse o verdadeiro partido conservador” pois “Um partido verdadeiramente conservador não proporia ao país uma reforma assim”. Muito pelo contrário, “combatê-la-ia palavra por palavra e vírgula por vírgula”<sup>333</sup>. Um apelo que era no mínimo dos mínimos irónico já que Fontes podia ser acusado de tudo menos de não ser um político com créditos de conservador bem firmados. Barros e Sá também se manifestou contra a reforma da Carta. Numa intervenção de fundo, este antigo regenerador pronunciou-se totalmente contrário às teses da soberania nacional, “o absolutismo das multidões”, pedindo no mesmo passo aos seus dignos colegas que se preparassem “para a defesa dos princípios conservadores da sociedade e da liberdade legal, em contraposição a essa liberdade democrática, niveladora de todas as superioridades legítimas”<sup>334</sup>. As críticas à reforma foram também a tónica do discurso de Agostinho de Ornellas. Segundo este prócere madeirense, além de minar a “posição do rei”, que teoricamente era a cúpula do sistema monárquico-constitucional, a reforma constituía um manifesto ataque à independência parlamentar. Pior do que isso: “É o predomínio de todo e qualquer ministério, que nunca mais largará o poder senão quando voluntariamente quiser abdicar. Com uma câmara dos deputados eleita pela bem conhecida máquina dirigida pelo ministro do reino, com um senado onde pode introduzir um terço dos senadores escolhidos por processos análogos, teremos um governo absoluto disfarçado em governo parlamentar, um despotismo monstruoso, cujo

<sup>331</sup> *O Primeiro de Janeiro* afinava pelo mesmo diapasão ao reconhecer que «A câmara, já queixosa de tantas fornadas, vê agora que há-de ter uma disfarçada com o nome de eleição e que o governo encomenda à maioria da outra câmara, maioria que ele também mandou fazer de encomenda» (*O Primeiro de Janeiro*, 23.05.85).

<sup>332</sup> DCP, sessão de 22.03.84, p. 231.

<sup>333</sup> DCP, sessão de 22.03.84, p. 232.

<sup>334</sup> DCP, sessão de 27.03.84, p. 265.

único correctivo será a revolução”<sup>335</sup>. No entanto, as críticas tonitruantes de Ornellas não se circunscreveram única e exclusivamente à reforma da Câmara dos Pares. Este par do reino destacou-se ainda por ter sido o primeiro interveniente no debate a pronunciar-se, de uma forma frontal, contra a inclusão do artigo relativo ao beneplácito régio (alínea 14 do artigo 75.º da Carta) no diploma<sup>336</sup>, antecipando-se inclusivamente aos próprios clérigos<sup>337</sup>. De facto, é caso para se dizer que Ornellas foi mais papista que o Papa. Eis as suas contundentes palavras: “Por agora, de tão numerosos artigos que alterar, referir-me-ei apenas aos que tratam da reforma da câmara dos pares e da agravação do beneplácito régio, cuja inclusão neste projecto me surpreendeu consideravelmente”. Na verdade, “Parecia-me que as nossas relações com a cúria romana eram cordialíssimas. Até hoje não me consta que se tenha tomado nem uma só providência nesse sentido. Também não me consta que a Santa Sé tenha querido invadir as atribuições do poder temporal, atentar contra os direitos ou prerrogativas da coroa, ou praticar acto algum que exija este excesso de precauções, esta severidade extrema, que nada justifica, e que pode muitas vezes colocar o governo na mais grave e difícil situação”. Com efeito, “Nem no tempo do marquês de Pombal, em que pela primeira vez, pela lei de 2 de Abril de 1768, se estabeleceu entre nós o beneplácito no sentido de revisão pelo estado, dos actos da soberania eclesiástica, se publicaram preceitos tão severos e rigorosos”. No entanto, “estou certo que todos os prelados da igreja portuguesa, que aqui vejo presentes, hão-de levantar aqui a sua voz e pugnar pelos direitos da igreja, cujos príncipes são, e cujos direitos aqui devem defender, pois para isso são pares espirituais”<sup>338</sup>. Em suma, quando todas as atenções estavam já concentradas na reforma da Câmara dos Pares, voltou a reacender o momentaneamente aplacado conflito entre o Estado e a Igreja, desviando para este assunto todas as atenções.

<sup>335</sup> DCP, sessão de 18.04.84, p. 347.

<sup>336</sup> O beneplácito «foi direito régio pelo menos desde o reinado de D. Pedro I (1357-1367), direito de que os prelados se queixavam já nas Cortes de Elvas de 1361 e que voltaram a representar a D. João I, nas Cortes de Santarém de 1427 [...] Mesmo depois de restabelecidas as relações com a Santa Sé, interrompidas de 1760 a 1770, não se alterou a exigência do Beneplácito. Com D. Maria I estendeu-se até às instruções, pastorais ou mandados dos bispos. O Beneplácito foi mantido pelas Constituições de 1822 e 1838 e pela Carta Constitucional de 1826» (SERRÃO (dir.), 1984, Volume I, pp. 328-329).

<sup>337</sup> Agostinho de Ornellas foi igualmente um dos subscritores de uma proposta apresentada pelo Marquês de Pombal, na sessão de 1 de Fevereiro de 1893, que visava aditar ao discurso da coroa as palavras: *com auxílio da Divina Providência*. Segundo Alfredo Gallis, «Assinaram o pedido deste aditamento que deixava ver claramente a ponta da cauda do ultramontanismo, os seguintes pares: Conde de Ficalho, Visconde de Asseca, Agostinho Ornellas, Conde de Gouveia, Braamcamp Freire e Conde de Bertandos» (GALLIS, 1908, Volume I, p. 519).

<sup>338</sup> DCP, sessão de 28.03.84, pp. 281-282.

Efectivamente, os representantes da Igreja Católica ali presentes não estavam tanto preocupados com a reforma da Câmara dos Pares, mas muito mais apreensivos com o facto de a proposta do governo considerar a aquiescência do Executivo como uma condição indispensável para o deferimento do *placet*. Vejamos então o que dizia o relatório do projecto a este respeito: “Não basta que a Carta declare que o poder executivo tem como uma das suas principais atribuições conceder ou negar beneplácito aos decretos dos concílios, letras apostólicas e quaisquer outras constituições eclesiásticas, é mister declarar-se também que nenhum desses diplomas se supõe reconhecido pelo executivo senão depois da concessão expressa do beneplácito. É tão eminente a faculdade da concessão do beneplácito, que não deve julgar-se exercida por simples actos de tolerância, ou pelo consentimento tácito da parte do governo, mas carece de manifestar-se por actos de positiva afirmação”<sup>339</sup>. Por seu turno, a alínea 14 do artigo 75.º da Carta Constitucional determinava que era uma atribuição do Poder Executivo, “Conceder ou negar o Beneplácito aos Decretos dos Concílios, Letras Apostólicas e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas que se não opuserem à Constituição, e precedendo aprovação das Cortes se contiverem disposição geral”. Ou seja, de acordo com a Lei Fundamental, competia ao Poder Executivo a concessão do beneplácito, depois de autorizado pelas Cortes, quando a determinação eclesiástica contivesse disposição geral, ou por si só, no caso de conter apenas disposição particular. No entanto, muito por causa das tensas relações entre o Estado Liberal e a Igreja Católica<sup>340</sup>, este ditame constitucional que previa a aprovação pelo ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos nunca foi seguido à risca<sup>341</sup>. Daí o governo ter entendido por bem “que se declare que o beneplácito precisa, para que se repute concedido, da afirmação expressa do poder executivo”. Efectivamente, levando em conta os progressos do clericalismo e a ofensiva da Igreja, a qual estava apostada em recuperar a sua influência na sociedade, na política, no ensino e também na assistência pública, o governo procurou aumentar os mecanismos de controlo do Estado sobre a instituição religiosa. Nesse sentido, “o beneplácito régio não seria concedido à encíclica Quanta Cura e ao Syllabus e as decisões do Concílio Vaticano I também não tiveram

<sup>339</sup> VILHENA, 1916, Volume I, p. 142.

<sup>340</sup> V. NETO, 1998.

<sup>341</sup> Efectivamente, «Os prelados, segundo as leis do reino, não podem publicar as suas pastorais sem as submeter à aprovação do ministério da justiça e dos negócios eclesiásticos; sucede porém que nem todos os bispos observam à risca este preceito que a lei lhes impõe, e por esta forma é iludida a exigência do beneplácito régio, podendo os prelados tornar públicas as doutrinas das bulas, expondo-as nas suas pastorais, sem que hajam sido examinadas no ministério da justiça» (*Diário de Notícias*, 22.10.84).

divulgação oficial, em virtude da frontal oposição das teses romanas aos princípios ideológicos que fundamentavam o nosso liberalismo”<sup>342</sup>. Contudo, a partir de 1886, é de novo visível uma progressiva recuperação de privilégios por parte da Igreja Católica, nomeadamente através da legalização de congregações religiosas vocacionadas para o ensino.

Não espanta assim que a “questão do beneplácito” acabasse por suscitar uma fortíssima mobilização do episcopado português, o qual compareceu em peso no Parlamento para protestar contra a inclusão do artigo 75.º (alínea 14) no projecto de revisão constitucional<sup>343</sup>. Um par do reino mais histrião ousou mesmo dizer que os ilustres pontífices, os membros menos participativos nos trabalhos parlamentares<sup>344</sup>, desertaram das respectivas dioceses para virem em romaria a São Bento “deitar um pouco de água benta na fervura reformista”. No entanto, não foi no calor das lides parlamentares que os chamados “pares espirituais” tomaram uma decisão final sobre o melindroso assunto. À boa maneira da Igreja Católica Romana, essa importante decisão seria antes tomada num conclave eclesiástico, no qual tiveram assento todas as altas dignidades religiosas presentes na capital. Com efeito, deste concílio extraordinário, realizado no mais absoluto segredo, saiu realmente “fumo branco”. Nele ficou assente que os bispos votariam a generalidade do projecto, rejeitando no mesmo passo a alteração da alínea 14 do artigo 75.º na especialidade, “cuja doutrina entendem no campo dos princípios não poder harmonizar-se com a liberdade e independência da igreja na prática de sua administração”. Esta decisão irreversível foi anunciada no púlpito da Câmara dos Pares, em 29 de Março de 1884, pelo Bispo de Viseu (D. José Dias Correia de Carvalho), o qual, durante uma discussão ali travada em 1883, já defendera a abolição do beneplácito. Apesar de não ter estado presente na Câmara, no mesmo sentido se pronunciou então o Conde de Samodães, o líder do movimento social católico, num opúsculo intitulado *A Reforma da Carta e o Beneplácito Régio*, no qual “não só contestava o regalismo liberal e a utilidade do beneplácito como refutava o princípio da separação do Estado da Igreja que, a seu ver, levaria ao Estado ateu”<sup>345</sup>.

<sup>342</sup> NETO, 1993, Volume V, pp. 281-282.

<sup>343</sup> Ao todo, foram oito as dignidades eclesiásticas que trocaram o púlpito sagrado pela tribuna parlamentar, a saber: Patriarca de Lisboa, Arcebispo de Braga, Bispo Conde de Coimbra, Bispos de Beja, de Bragança, da Guarda e de Viseu e Bispo eleito do Algarve.

<sup>344</sup> Como se podia ler num artigo de fundo do *Novidades*, um jornal fundado por Emídio Navarro nos começos de 1885, «Algumas sessões anuais abrem-se e encerram-se, sem nelas haverem tomado parte, num único dia, algum membro do episcopado» (*Novidades*, 25.04.90).

<sup>345</sup> NETO, Vítor, 1993, Volume V, p. 275.

Fontes não devia estar à espera de tanta intransigência por parte dos veneráveis clérigos e, mesmo contra a opinião de alguns correligionários, não teve outra alternativa senão dar o braço a torcer. O testemunho de Júlio de Vilhena é, uma vez mais, precioso: “Como os bispos se recusassem a aprovar a reforma na Câmara dos Pares, Fontes, receando não ter maioria para a sua aprovação, negociou com eles uma transacção, por via da qual o artigo seria retirado da discussão, dando os bispos em troca o seu voto em favor do projecto. Os interessados na formação do partido católico celebraram a vitória, e o episcopado adquiriu nova força com a submissão do governo”. Contudo, “Quando na Câmara dos Pares se procedeu à votação [do projecto que reconhecia a necessidade da reforma da Carta], observou-se com grande decepção de Fontes, que os bispos não compareceram à sessão e que o projecto era aprovado por grande maioria. Eu não concordei com o procedimento do governo, e na Câmara dos Deputados combati o acto por ele praticado, como um atentado contra o voto das Cortes que tinha proclamado a necessidade da reforma e como uma manifestação de subserviência ao episcopado”<sup>346</sup>. Das palavras de Júlio de Vilhena infere-se portanto que, após dois anos e meio sem recorrer ao paliativo da “fornada”, Fontes já não se sentia suficientemente à vontade sem o “sacramental voto” dos bispos. Mas não foi apenas Júlio de Vilhena que não concordou com a decisão de Fontes<sup>347</sup>. O recuo do governo exasperou também os progressistas, que levaram o caso muito a mal, assim se inquinando de alguma forma o acordo<sup>348</sup>.

As vozes a favor da revisão não foram tão veementes quanto as críticas, mas ainda assim devemos destacar algumas intervenções. Ao invés do que defendiam alguns entendidos, como por exemplo Nogueira Soares, que atribuía a necessidade da reforma da Carta Constitucional aos “indesculpáveis erros dos partidos”, Tomás Ribeiro, o relator da comissão especial, imputava a necessidade da reforma constitucional às idiossincrasias do nosso sistema bicamaralista, uma vez que, nas suas próprias palavras, “Em Portugal ainda ninguém conseguiu realizar o milagre de governar sem maioria em ambas as câmaras”. Já o ministro da Marinha, Pinheiro Chagas, defendeu a tese de que “A reforma não é contra esta câmara, mas contra um abuso de que ela é vítima”. De

<sup>346</sup> VILHENA, 1916, Volume I, p. 156.

<sup>347</sup> A discordância de Júlio de Vilhena é de certa forma compreensível pois, em 1881-1882, quando era responsável pela pasta dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, já tinha insistido «em afirmar as regalias da coroa portuguesa em matéria de apresentação dos bispos, o que lhe valeu uma acerba questão com o núncio apostólico em Lisboa» (MÓNICA (coord.), 2006, Volume III, p. 1094).

<sup>348</sup> V. DCD, sessão de 10.04.85, p. 1075.



facto, não obstante Benjamin Constant ter chamado a atenção para este ponto específico ao referir que a prerrogativa de nomeação de pares devia sempre ser exercitada com a máxima parcimónia e com muita circunspecção<sup>349</sup>, o número ilimitado de pares de nomeação régia estabelecido pelo artigo 39.º da Carta Constitucional de 1826 tinha, efectivamente, como principal inconveniente o facto de os governos usarem e abusarem do expediente das “fornadas”. Embora a reforma não fosse do seu inteiro agrado, Vaz Preto teve de dar a mão à palmatória: “Como nós somos homens práticos, assim antes quisemos alguma coisa do que nada. Deste modo se explica o apoio que nós estamos dando ao sr. Fontes. Aqui tem v. ex.<sup>a</sup> a razão porque nós, os constituintes, estamos de acordo com o sr. Fontes e caminhamos actualmente ao lado dele, embora sejamos mais avançados”<sup>350</sup>. O Conde de Linhares, um aristocrata casado com uma filha do duque de Loulé, declarou que apoiava o governo porque a reforma facilitaria “a rotação no poder dos diversos partidos”. Pereira Dias, um indefectível progressista, apesar de votar favoravelmente a reforma não deixou de criticar o oportunismo político do chefe regenerador. Eis como, na sua opinião, as coisas se passavam: “Os progressistas evangelizam a ideia, preparam-lhe as condições de realização oportuna e, quando o fruto está sazonado e em condições saborosas, vem o sr. Fontes e come-o”<sup>351</sup>. Já o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, António de Serpa Pimentel, considerou as “fornadas” duplamente perniciosas. Na sua opinião, além de deixar a Câmara dos Pares a “rebentar pelas costuras”, o sistema das “fornadas” não salvaguardava devidamente a irresponsabilidade régia estabelecida no artigo 72.º da Carta Constitucional<sup>352</sup>. Como sabemos, a responsabilidade política das “fornadas” recaía inteiramente sobre os ministros de Estado por via da indispensabilidade da referenda ministerial, mas, como reconhecia o marechal regenerador, “a paixão política vai buscar a responsabilidade mais longe”<sup>353</sup>. Por conseguinte, uma vez aprovada a reforma, Sua Majestade ficaria aliviada do encargo de “fabricar” uma maioria aos ministérios na Câmara dos Pares, descomprometendo-se no mesmo passo do arriscado jogo dos interesses partidários. O

<sup>349</sup> V. CONSTANT, 1872, Volume I, p. 38.

<sup>350</sup> DCP, sessão de 07.04.84, pp. 661-662.

<sup>351</sup> DCP, sessão de 31.03.84, p. 306.

<sup>352</sup> Como referiu Serpa Pimentel, «Dado o caso do pedido da fornada, a coroa pode concede-la ou nega-la, no uso libérrimo da sua prerrogativa, e depois de ouvido o conselho de estado, cujo voto é apenas consultivo. Se a coroa concede a fornada, a paixão política faz que o partido prejudicado na sua consciência, e oxalá que fosse só na sua consciência, acuse a coroa de parcialidade ou acuse-a de fraqueza, o que não é menos funesto, porque tende a desprestigiar-la. Se a coroa nega a fornada, o partido desapossado do poder acusa, no ardor da paixão política, a coroa de facciosa» (DCP, sessão de 19.03.84, p. 206).

<sup>353</sup> DCP, sessão de 19.03.84, p. 206.

octogenário Vicente Ferrer, um par que estava afastado das lides parlamentares desde 1883, deixou o remanso da sua “Quinta do Freixo”, situada no coração da Serra da Lousã, para vir dar o seu apoio à reforma constitucional. No entanto, em vez da introdução de uma parte electiva na Câmara Alta, como pretendia o governo, Ferrer preferia que uma parte da Câmara fosse integralmente composta por pariatos vitalícios uma vez que “as duas câmaras deviam ser de natureza diversa sem o que seria inútil separá-las”. O antigo reitor da Universidade de Coimbra também não era simpatizante de um número ilimitado nem de um número fixo de pares, preferindo antes uma solução intermédia que fixasse uma fasquia máxima e uma fasquia mínima de pares do reino.

Apesar de não ser um grande adepto das reformas políticas e constitucionais, Fontes defendeu o projecto com a destreza habitual e com notável afinco. Na sua opinião, independentemente de os “senhores” pares gostarem ou não, era este o momento ideal para efectuar a reforma, uma vez que, do ponto de vista partidário, a composição da Câmara Alta estava muito equilibrada: “No momento actual eu vejo a câmara dividida em três parcelas, sendo quarenta e um pares de sucessão, quarenta e quatro de nomeação promovida pelo partido progressista e quarenta e três pelo partido que tenho a honra de pertencer”<sup>354</sup>. Sendo que “de 1851 para cá, tendo os regeneradores estado no poder dezoito anos e os progressistas quinze, há para estes a responsabilidade da nomeação de oitenta e cinco pares e para os regeneradores a de oitenta e quatro”<sup>355</sup>. Para além disso, após a abolição dos vínculos, a câmara teria necessariamente de encontrar uma nova fonte de legitimidade. Ora, a única forma de introduzir uma nova seiva na Câmara Alta teria de ser através de eleições. Como o próprio Fontes afirmou: “porventura este preceito de haver na câmara dos dignos pares uma parte electiva constituirá um absurdo político, uma anomalia, uma excepção em toda a Europa? De certo que não”<sup>356</sup>. De facto, não só a Espanha já tinha adoptado, em 1876, uma Câmara Alta semi-electiva, mas também monarquias constitucionais política e institucionalmente consolidadas como a Bélgica, a Holanda e a Suécia dispunham de segundas câmaras parlamentares cujos membros eram todos electivos.

Depois de várias sessões de acesa discussão, Fontes não deixou escapar a oportunidade de responder à letra aos seus adversários. Aos que recorrentemente o acusavam de “exclusivismo político” fez questão de lembrar: “O facto é que eu já tenho

<sup>354</sup> DCP, sessão de 24.03.84, p. 252.

<sup>355</sup> DCP, sessão de 04.04.84, p. 320.

<sup>356</sup> DCP, sessão de 15.03.84, p. 189.

proposto pares, e têm sido nomeados alguns dos meus adversários; eles é que não nomearam nunca nenhum dos meus amigos políticos”<sup>357</sup>. Aos que argumentavam que a independência da câmara assentava exclusivamente na inamovibilidade dos seus membros, respondeu que, para se ter uma voz própria e uma opinião independente, não era necessário entrar-se ali, como alguns faziam crer, pela via hereditária<sup>358</sup>. Recordando-lhes igualmente que “Quando esta câmara decretou a lei dos vínculos, declarou implicitamente a conveniência da extinção da hereditariedade, a não ser para a pessoa do monarca”<sup>359</sup>. Aos que o tinham acusado de reaccionário, respondeu: “Não tenho receio algum de que me chamem conservador, porque eu tenho a fortuna de, durante a minha vida pública, ter vinculado o meu nome a quase todas as leis liberais que se têm publicado neste país [...] Todas as reformas políticas que de há trinta anos para cá se têm feito em Portugal têm a minha assinatura, ao passo que aqueles que tanto pugnam agora por elas, e nelas vêem a salvação da pátria, nunca as fizeram”<sup>360</sup>.

A 22 de Abril, ao fim de quase um mês e meio de assanhado debate, 69 pares votaram a favor da necessidade da reforma da Carta. O Duque de Palmela, os Marquesses de Pombal e de Fronteira, os Condes das Alcáçovas, Bonfim, Casal Ribeiro e Rio Maior, os Viscondes de Chancelheiros e de Moreira de Rei, juntamente com Barros e Sá, Agostinho Ornellas, Simões Margiochi, Melo e Gouveia e Mexia Salema, votaram desfavoravelmente o projecto<sup>361</sup>. Importa dizer que o Visconde de Moreira de Rei, sentindo-se derrotado nas suas opiniões face aos poderes constituintes de que as Cortes se revestiram por virtude das eleições de 1884, tomou a decisão de abandonar temporariamente o Parlamento: “como eu não aceito o País para meu tutor, nem tão pouco tenho tenção de ser tutor dele, desejo que façam essas reformas em paz, e por isso e porque a minha ausência não será sentida, peço licença aos meus colegas para me retirar”<sup>362</sup>. No entanto, muito mais surpreendente foi o comportamento do 2.º Visconde de Monte São que, no preciso momento em que estavam em marcha as reformas políticas, publicou um trabalho sobre a hereditariedade do pariato, no qual advoga o direito de sucessão nas funções legislativas<sup>363</sup>, mas, incompreensivelmente, não se

<sup>357</sup> DCP, sessão de 24.03.84, p. 252.

<sup>358</sup> V. DCP, sessão de 24.03.84, p. 252.

<sup>359</sup> DCP, sessão de 04.04.84, p. 321.

<sup>360</sup> DCP, sessão de 14.03.84, p. 176.

<sup>361</sup> DCP, sessão de 22.04.84, p. 376.

<sup>362</sup> DCP, sessão de 04.03.85, p. 81.

<sup>363</sup> Entre outras coisas, o visconde asseverava que «A câmara dos deputados recebe um subsídio pecuniário, e adquire-se nela a categoria para entrar na câmara alta. Esta, pelo contrário, nem recebe

dignou comparecer na Câmara da qual era membro para votar em conformidade com as suas ideias.

A 15 de Maio de 1884, era promulgada a lei que reconhecia a necessidade de reforma da Carta. Os artigos que o governo se propunha reformar eram o 14.º, 17.º, 26.º, 28.º, 39.º, 74.º (alíneas 1, 4 e 5), 75.º (alínea 14), 77.º, 140.º e 145.º (alínea 28) da Carta Constitucional. No entanto, em virtude do compromisso que Fontes Pereira de Melo tinha assumido com o episcopado, submetendo-se assim às “imposições da extrema-direita da câmara dos pares”<sup>364</sup>, o governo reconsiderou a sua posição no seio da comissão especial da Câmara dos Deputados que produziu o parecer sobre a reforma da Carta, a qual, no desempenho do mandato especial de que foi investida, propôs eliminação do artigo respeitante ao beneplácito<sup>365</sup>, tendo posteriormente os deputados aprovado a proposta da comissão por 68 votos contra 16<sup>366</sup>.

A proposta de lei n.º 110-A, de 27 de Dezembro de 1884, pela qual se procedia à reforma da Carta propriamente dita, compunha-se de 11 artigos. O ponto mais importante era indiscutivelmente o artigo 6.º, respeitante à composição da segunda câmara. Nele se dizia que “A câmara dos pares é composta de cem membros vitalícios nomeados pelo Rei, de cinquenta membros electivos, e dos pares por direito próprio a que se refere o § 2.º deste artigo e o artigo 40.º da carta constitucional”. Tratava-se de conferir uma outra essência à Câmara dos Pares, como vinha exigindo a oposição progressista. Porém, referia-se logo a seguir que “Os pares do reino, que ao tempo da promulgação desta lei compuserem a respectiva câmara, continuarão a fazer parte dela na qualidade de pares vitalícios”, além de que “Fazem também parte da câmara dos pares, como pares vitalícios, o patriarca de Lisboa, e os arcebispos e bispos do continente do reino”. Por outro lado, “A parte electiva da câmara dos pares terá seis anos de duração, mas poderá ser dissolvida, simultânea ou separadamente, com a câmara dos deputados”. Sendo que “Só poderão ser eleitos pares os indivíduos que

---

ordenado nem ganha primazia de elevação. Como não tinha verba no orçamento do Estado, julgava-se suficientemente remunerada coma hereditariedade [...] Banida a hereditariedade do pariato, aí fica entre a coroa com a sua lista civil, e a câmara dos deputados ganhando um subsídio e a categoria para o pariato, um corpo moral sem futuro nenhum, a câmara dos Pares. Que estímulo fica pois ao par do reino para ir das províncias a Lisboa em serviço público, despendendo a sua fortuna e a da sua família? A glória de se enfeitar com os arminhos não, porque já se não usam» (MONTE-SÃO, 1884, Parte II, p. 27).

<sup>364</sup> *O Correio da Noite*, 14.02.85.

<sup>365</sup> Júlio de Vilhena não foi o único membro da comissão que não esteve disposto «a acompanhar o governo nesse acto de subserviência às imposições dos reaccionários». Com efeito, «Votaram [também] pela reforma do artigo relativo ao beneplácito, os srs. Júlio de Vilhena, Marçal Pacheco, Luís de Lencastre, Silveira da Mota e Dias Ferreira» (*O Primeiro de Janeiro*, 15.02.85).

<sup>366</sup> DCD, 04.05.85, p. 1418.

estejam compreendidos em determinadas categorias, que não poderão ser diferentes daquelas de entre as quais saírem os pares de nomeação régia”. Finalmente, referia-se que o tipo de sufrágio dos membros temporários da Câmara dos Pares seria indirecto. Ou seja, a reforma da Câmara Alta visava fundamentalmente três coisas: a extinção da hereditariedade, a fixação de um número limitado de pares e a introdução de uma parte electiva.

Os restantes artigos diziam respeito à duração da legislatura, a qual o governo pretendia reduzir de quatro para três anos; ao famigerado beneplácito; à compatibilidade entre o cargo de ministro e de parlamentar e à impossibilidade dos parlamentares serem presos, salvo por ordem da respectiva câmara. Para além disso, fixava-se o período de tempo em que o Rei se podia ausentar do reino sem consentimento das Cortes, estabeleciam-se as regras a seguir nas futuras reformas constitucionais e regulavam-se os direitos de reunião e de petição.

A 10 de Abril de 1885, os deputados começaram a debater a revisão constitucional. Os progressistas, pela voz de Anselmo Braamcamp, acusaram Fontes de ter “sofismado” o princípio das reformas político-constitucionais, desobrigando-se por essa razão do compromisso assumido com o governo. Para além disso, Braamcamp mostrou-se também surpreendido com as recorrentes notícias que vinham sustentando a ideia de que todos os deputados do seu partido deviam resignar o seu mandato, no caso de não cumprimento do compromisso assumido com os seus constituintes nos termos da lei de 15 de Maio de 1884. Eis a reacção de Braamcamp às parangonas dos jornais: “Não determinou a lei de 15 de Maio que um dos preceitos da carta que devia ser reformado era o do § 14.º do artigo 75.º da mesma carta? Foi o próprio governo que inscreveu este artigo na lei de 15 de Maio; e perguntarei aos senhores ministros e aos dignos deputados da maioria que receberam poderes iguais aos nossos, com que direito deixam eles de tratar da revisão deste artigo? O que é feito desta obrigação? Porque é que assim desprezam o seu mandato e faltam ao preceito da lei de 15 de Maio?” Porém, se porventura “os membros desta câmara insistissem em que me cumpria resignar o meu mandato, declaro francamente a v. ex.<sup>a</sup> que antes queria resigná-lo, do que ligar o meu nome, a minha responsabilidade, à reforma que se projecta”<sup>367</sup>. Em sintonia com as teses radicais advogadas pelo órgão oficial do seu partido<sup>368</sup>, o caudilho progressista

<sup>367</sup> DCD, sessão de 10.04.85, p. 1075.

<sup>368</sup> V. *O Progresso*, 30.12.84.

asseverou ainda que não reconhecia a constitucionalidade do artigo 10.º do projecto-lei, mas que não seria este “estorvo”, impedindo uma nova reforma da Carta, antes de decorridos quatro anos, que seria “obstáculo às legítimas aspirações populares”<sup>369</sup>. Depois desta declaração formal rebentou imediatamente uma enorme agitação no plenário. A colaboração entre os partidos do chamado arco de governação que Fontes vinha invocando desde 1872 não era de todo possível. A reforma constitucional tornou-se um factor de discórdia e guerrilha político-partidária. O seguinte comentário proferido a quente na Câmara Baixa pelo presidente do conselho é suficientemente elucidativo: “Não sei se é desastre levar a cabo esta reforma não existindo já o acordo; [mas] se o for não será por minha culpa”<sup>370</sup>. De facto, não era decididamente este o cenário político idealizado por Fontes para levar a cabo uma revisão constitucional. Porém, ficou uma vez mais provado que os grandes estadistas se revelam sobretudo nos momentos difíceis. A sua crença de que era possível renovar a Câmara Alta através de uma reforma sobrepôs-se a todas as contrariedades e apreensões.

Fontes não gostou do que ouviu e fez questão de o demonstrar com todas as letras, lembrando ao seu venerável adversário uma coisa que toda a gente sabia, “mas que se achava preferível não ser dita”. Se nas últimas eleições gerais o Partido Progressista tinha passado de meia dúzia para mais de trinta deputados, “mais do que à força própria”, o acréscimo ficara a dever-se sobretudo à sua boa vontade. Já a anunciada abstenção do Partido Progressista mereceu-lhe o seguinte comentário: “os constituintes outorgaram aos membros desta casa os poderes necessários para reformar a constituição; pois todos os constituintes erraram [...] só quem acertou foi o nobre deputado, o sr. Braamcamp, que diz interpretar melhor os sentimentos que tinham os constituintes e que eles manifestaram por escrito nas suas procurações! Quer dizer; s. ex.<sup>a</sup> declara-os ineptos e imbecis, que não souberam o que fizeram, e entende interpretar melhor o sentimento que os dominava, quando eles o mandam discutir!”<sup>371</sup> Importa dizer que a disciplina partidária imposta pela cúpula progressista foi religiosamente acatada por todos os seus prosélitos na Câmara Baixa. Tanto assim que, na sessão de 25 de Abril de 1885, quando o projecto foi votado na generalidade pelos senhores deputados, “a oposição progressista não estava representada nem por um só dos seus

<sup>369</sup> DCD, sessão de 10.04.85, p. 1076.

<sup>370</sup> DCD, sessão de 29.05.85, p. 438.

<sup>371</sup> DCD, sessão de 10.04.85, pp. 1076-1077.

membros”<sup>372</sup>. No entanto, mesmo com tantas cadeiras vazias no hemiciclo, o projecto foi aprovado na generalidade por uns expressivos 86 votos contra 7, tendo votado contra somente os deputados republicanos Elias Garcia e Consiglieri Pedroso e os constituintes Torres Carneiro, Francisco Vanzeller, Germano de Sequeira, Manuel José Vieira e Dias Ferreira<sup>373</sup>. Entre os deputados que votaram favoravelmente o projecto encontrava-se João Franco, um jovem deputado eleito pelo círculo de Guimarães e uma das mais marcantes e controversas figuras políticas do ocaso da Monarquia, o qual seria posteriormente um dos responsáveis pelo decreto governamental de 25 de Setembro de 1895 que suprimiu a parte electiva da Câmara dos Pares.

A 25 de Maio de 1885, a proposta de revisão constitucional subiu à Câmara Alta onde, como não podia deixar de ser, encontrou uma oposição bem mais procelosa. O principal argumento dos mais fortes críticos da reforma era que, abolida a hereditariedade dos seus membros, a Câmara Alta deixaria de funcionar como um contrapeso aos eventuais excessos da Câmara dos Deputados e como um garante de independência face às arbitrariedades do Poder Executivo. No entanto, como observou Fontes, desde que estivessem em causa os seus direitos e as suas regalias políticas, “era previsível que Suas Excelências se opusessem a todo e qualquer tipo de reforma”. Como já foi dito, além de estabelecer um número de fixo de pares vitalícios de nomeação régia, que, em conjunto com os pares por direito próprio, não podiam exceder o limite de 100; a proposta pretendia eliminar o princípio da hereditariedade no pariato, prevendo o advento na Câmara de 50 pares electivos. Na justificação do seu parecer, a comissão maioritariamente regeneradora que analisou o projecto alegava que “Os exemplos da Áustria, da Prússia, da Inglaterra, países onde se conserva, porém não em absoluto, a hereditariedade, não têm sido adoptados por nenhuma das nações que modernamente se têm constituído ou têm reformado as suas leis fundamentais. E todos sabem que naqueles países se mantém uma aristocracia poderosa, apoiada num estado social e económico diverso do nosso”<sup>374</sup>. Efectivamente, como já vimos, a reforma fontista inspirava-se sobretudo no modelo do Senado espanhol consagrado na Constituição de 1876, embora neste os membros vitalícios e os electivos tivessem uma representação paritária (180-180).

<sup>372</sup> *O Jornal do Comércio*, 26.04.85.

<sup>373</sup> DCD, sessão de 25.04.85, p. 1317.

<sup>374</sup> DCP, sessão de 25.05.85, p. 414.

Desta vez foi Agostinho de Ornellas que abriu as hostilidades na Câmara dos Pares: “Cada vez mais me convenço de que o único resultado de semelhante lei há-de ser a completa desautorização não só da constituição, como também dos poderes públicos, do Rei, do senhor presidente do conselho e desta câmara, que sem resistência se deixa desorganizar”<sup>375</sup>. Aliás, na sua opinião, a reforma visava única e exclusivamente derrubar uma das poucas barreiras que resistiam ao Poder Executivo: “O que virá o elemento electivo representar aqui senão que o governo achou um meio que lhe deu em resultado o poder estar tão certo de ter maioria nesta câmara como na dos senhores deputados? Desta forma a câmara dos pares não tem meio de manifestar a sua opinião, deixa de ser um poder independente, como era até agora”<sup>376</sup>. Por conseguinte, o título de “Senado parece-me mais apropriado a uma câmara que tem de receber guarnição da câmara dos senhores deputados”<sup>377</sup>. Miguel Osório, um par independente, lamentou a domesticação política da Câmara Alta que vinha sendo levada a cabo pelas sucessivas “fornadas”. Por sua vez, Barros e Sá resolveu criticar a conduta do Presidente do Conselho na “questão do Beneplácito”, referindo a este respeito que Fontes foi “pouco prudente” ao trazer para a tela dos debates parlamentares questões de índole religiosa. Na opinião do Conde de Rio Maior, a discussão que se estava a travar era inútil pois a revisão constitucional não despertava interesse em ninguém excepto na classe política. Na verdade, “O que o ministério desejava era conservar-se no poder”, recorrendo às reformas políticas somente “para prolongar a sua existência”<sup>378</sup>. O Visconde de Chancelieiros demonstrou sérias dúvidas sobre a constitucionalidade da eliminação do artigo relativo ao beneplácito, depois de reconhecida a necessidade da sua reforma pela lei de 15 de Maio de 1884. Sobre a reforma da Câmara dos Pares referiu apenas que, após a reestruturação, “acabariam as fornadas feitas pelo poder moderador pela indicação do governo; mas ficariam as fornadas feitas pela câmara dos senhores deputados pela indicação também do governo”<sup>379</sup>. Finalmente, ao contrário do circunstanciado relatório que acompanhava a proposta de revisão constitucional, onde se dizia taxativamente que a redução da Legislatura para três anos era uma forma de “dar mais autoridade e prestígio à câmara dos deputados”, o visconde asseverou que as

---

<sup>375</sup> DCP, sessão de 26.05.85, p. 424.

<sup>376</sup> DCP, sessão de 26.05.85, p. 427.

<sup>377</sup> DCP, sessão de 26.05.85, p. 427.

<sup>378</sup> DCP, sessão de 27.05.85, p. 433.

<sup>379</sup> DCP, sessão de 03.06.85, p. 475.



eleições eram “o primeiro elemento da desmoralização política do nosso povo”. Por isso, entendia que “a sua maior frequência era um agravamento do mal”<sup>380</sup>.

Havia ainda pares do reino, como o distinto Marquês de Valada e Costa Lobo, que não simpatizavam com a reforma mas eram obrigados a votá-la para, alegadamente, evitar a morte da Câmara Alta. Como dizia o último: “Voto com pesar. Voto constrangido pela necessidade. E essa necessidade deriva da seguinte alternativa: é que não há nenhuma outra escolha entre a total abolição da câmara dos pares ou a votação deste projecto”. Na sua opinião, a principal virtude de uma câmara hereditária era a independência: “um par ou um deputado eleito, por mais que digam que ele representa a Nação e não seu círculo, de facto está sempre à mercê das exigências, interesses e imposições dos eleitores”<sup>381</sup>. No entanto, não havia outra alternativa. A adopção do projecto era inevitável. A proliferação de “fornadas”, como advertira Constant, tinha descredibilizado completamente a estrutura organizativa da Câmara dos Pares. O descomedimento estava à vista de todos! Bastava olhar para o que acontecera entre 1880 e 1882. Só durante este curto espaço de tempo tinham sido nomeados nada mais, nada menos de 60 pares. Ou seja, tantos quantos a Câmara Alta se compunha em 1842. Podemos ainda acrescentar que, entre 1842 e 1882, tomaram ali posse 229 novos pares de nomeação régia, o que perfaz uma média de 5,73 novos pares por ano. À primeira vista estes números relativos ao pariato português podem não parecer muito relevantes. No entanto, se os compararmos com alguns dados estatísticos respeitantes ao pariato britânico, os números supra-indicados adquirem automaticamente outra dimensão. Senão vejamos: como já vimos num capítulo anterior, o período do reinado de Jorge III que compreende a vigência dos gabinetes de Pitt *O Jovem* (1783-1801 e 1804-1806) caracterizou-se por uma vaga de nomeações numa escala sem precedentes. Porém, quer o número de pares nomeados pelo monarca britânico – o terceiro da Casa de Hanôver – quer a média anual de novos pares verificada durante o seu reinado (1760-1820), o segundo mais longo de sempre da história britânica, é claramente inferior à média registada em Portugal entre 1842-1882. Com efeito, de acordo com os cálculos de M. W. McCahill, entre 1760 e 1811, foram criados no Reino Unido 176 novos pares, sendo que “Entre 1760 e 1783 a coroa criou 45 novos pares – uma média de cerca de 2 por ano; entre 1784 e 1799 foram criados mais 77, subindo a média anual para 5,1;

<sup>380</sup> DCP, sessão de 03.06.85, p. 476.

<sup>381</sup> DCP, sessão de 02.06.85, p. 468.

descendo depois para 3,6 por ano entre 1800 e 1810”<sup>382</sup>. Ou seja, entre 1760 e 1811, um dos períodos mais férteis em termos de nomeações no Reino Unido, foram nomeados em média 3 novos pares por ano, isto é pouco mais de metade da média registada em Portugal entre 1842 e 1882. Como assinalavam alguns dos mais lúcidos defensores do sistema bicameralista, além de desprestigiar e desacreditizar a instituição, o contínuo “ingurgitamento” da Câmara dos Pares deixava também antever o momento em que “o próprio peso da instituição sobrecarregada” se encarregaria de a “afundar”.

Ciente de que não era possível convencer todos os pares da inevitabilidade da reforma, Fontes empenhou-se sobretudo em explicar os motivos que o tinham levado a apresentar a proposta de revisão: “Tenho convicções profundas e, apesar de todas as contradições de que me acusam, a verdade é que profundamente me convenci de que, estando fatalmente condenada a Câmara dos Pares a sofrer uma modificação qualquer, eu devia procurar conseguir que essa modificação fosse o menos profunda, dentro dos limites da Constituição”<sup>383</sup>. De facto, era realmente inevitável que, um dia, se tivesse de proceder a uma reforma deste tipo. Era impossível continuar a defender o sangue como fonte de legitimidade num país onde a velha aristocracia tinha desaparecido completamente da cena política e onde as bases de legitimação, como a propriedade fundiária, estavam profundamente fragilizadas após a abolição dos vínculos.

Em vez de ficar calado, como os restantes progressistas, Pereira Cardoso, um grande proprietário do Porto, resolveu falar com franqueza. Na sessão de 1 de Junho de 1885, subiu à tribuna para apresentar um quadro bem negro do país: “Senhor Presidente, num país em que são toleradas todas as ditaduras, ainda as mais condenáveis; num país também em que os governos, quaisquer que sejam os princípios que professam e os abusos que cometem, trazem ao Parlamento enormes maiorias, e as oposições não conseguem eleger os seus principais membros; num país, ainda, em que o povo, renunciando ao direito de escolher os seus representantes, aceita os candidatos que lhe são impostos pela autoridade e que ordinariamente não conhece; num país, enfim, em que as palavras independência e moralidade política quase não têm significação, confiar do sufrágio a organização de uma parte da câmara dos dignos pares é manifestamente pretender destruir o único elemento de resistência que, entre nós, encontram as demasias

---

<sup>382</sup> McCAHILL, 2009, p. 14.

<sup>383</sup> DCP, sessão de 29.05.85, p. 471.

do poder”<sup>384</sup>. Contudo, os casos de rebeldia política entre os pares progressistas não se ficaram por aqui. Outros dois exemplos de como os pares do reino se podiam tornar muito incômodos para o partido que propôs a sua nomeação vieram de Mendonça Cortez e de Mexia Salema, dois pares nomeados em 1880 pelo ministério Braamcamp, os quais não só votaram contra a reforma da Carta, como ainda fizeram questão de criticar o silêncio imposto pelo Partido Progressista aos seus prosélitos.

No dia 2 de Junho de 1885, dada a discussão por encerrada, procedeu-se à votação. Depois de contados os votos, verificou-se que a revisão constitucional fora aprovada na generalidade por 32 votos contra 11<sup>385</sup>. Embora confortável, esta diferença de 21 votos não é absolutamente clara e esclarecedora, uma vez que se escusaram de votar nada mais, nada menos de 15 dos 58 pares que constam do Diário da Câmara, ou seja, mais de um quarto dos pares presentes<sup>386</sup>. Apesar de serem sobejamente conhecidos os motivos da ausência de pares afectos ao Partido Progressista, não deixa de ser estranho que, num momento tão crucial, não se dignassem comparecer na Câmara 84 dos seus 142 membros, isto é mais de 59 % dos pares existentes na altura. É provável que uma parte desta maioria ausente, que na década de 1860 era o verdadeiro cerne da persistente precariedade dos ministérios na Câmara Alta, estivesse a perder a apetência pela política pois, no que concerne aos pares de nomeação régia, este estado de coisas pouco mudou depois de 1885 e não necessariamente para melhor.

Contudo, a grande surpresa estava reservada para a discussão na especialidade. Com efeito, na sessão de 6 de Junho, Vaz Preto apresentou uma emenda que visava garantir que “Os imediatos sucessores dos pares falecidos e dos actuais que existirem à publicação desta lei terão ingresso na câmara dos pares pelo direito hereditário satisfazendo as condições da lei de 3 de Maio de 1878”<sup>387</sup>. Surpreendentemente, depois de aprovar a eliminação do princípio da hereditariedade no pariato, a Câmara Alta não achou inconveniente em que a proposta de Vaz Preto fosse submetida à apreciação da mesma comissão especial que emitira o parecer sobre a reforma da Carta. Como

<sup>384</sup> DCP, sessão de 01.06.85, p. 562.

<sup>385</sup> Os pares que rejeitaram a revisão constitucional foram: Duque de Palmela, Marquês de Fronteira, Condes de Alte, Praia e Monforte e Rio Maior, Visconde de Chancelheiros, Agostinho de Ornelas, Mendonça Cortez, Pereira Cardoso, Mexia Salema e Simões Margiochi.

<sup>386</sup> Os pares presentes que não participaram na votação foram: Condes de Bertandos e de Castro, Viscondes da Asseca, S. Januário e Moreira de Rei, Henriques Secco, Barjona de Freitas, Henrique de Macedo, Jaime Larcher, Vasconcelos Gusmão, Castro Guimarães, Ponte Horta, Melo Gouveia, Luís Daun e Lorena e Seíça de Almeida.

<sup>387</sup> DCP, sessão de 06.06.85, p. 485.

sabemos, não faltam exemplos de projectos e de emendas remetidas para as comissões parlamentares que, por determinação governativa, acabaram “sepultados” no fundo de uma gaveta até ao final da Legislatura. Contudo, desta feita a comissão foi extraordinariamente expedita a tomar uma decisão sobre o assunto, emitindo um parecer favorável logo na semana seguinte. Depois de ter obtido a indispensável luz verde da comissão, a emenda, que reconhecia aos imediatos sucessores dos pares falecidos e dos que ainda estavam vivos o direito adquirido de permanecerem na Câmara Alta, foi “aprovada sem discussão” na sessão de 18 de Junho de 1885. Como estipulava o artigo 51.º da Carta Constitucional, o projecto foi posteriormente remetido à Câmara Baixa para que os deputados aprovassem também a importante alteração que a Câmara dos Pares introduziu na proposta de revisão constitucional.

Segundo o diário *Novidades*, um jornal de esquerda fundado por Emídio Navarro no início de 1885, “A emenda dos *bebés*, aliás apresentada por pessoa absolutamente desinteressada e insuspeita, foi o golpe de misericórdia vibrado à iniciativa audaciosa do governo. A hereditariedade, como a Fénix, renasceu das próprias cinzas, para gáudio dos papás extremosos e proveito não só dos sucessores natos e criados, mas até dos inconscientes nascituros”<sup>388</sup>! Já *O Correio da Noite* comentava: “Emendou-se o projecto, acabando de se lhe estropiar o pensamento e a economia, unicamente para que as vergönteas enfezadas dos senhores viscondes d’Isto e dos senhores condes d’Aquilo pudessem abrilhantar a sua toilette com os arminhos de par”<sup>389</sup>. Ou seja, na perspectiva da imprensa progressista, a reforma constitucional deixava muito a desejar. *O Primeiro de Janeiro* considerou mesmo a reforma do pariato uma “união híbrida de elementos antinómicos”<sup>390</sup>. Por outro lado, houve alguns argutos observadores da vida política portuguesa que viram na aprovação da emenda que mantinha a hereditariedade do pariato para os primogénitos nascidos antes da promulgação da revisão constitucional um ajuste de contas por parte de Fontes pela desfeita do Partido Progressista. Pode não parecer muito mas, graças à chamada *lei dos bebés*<sup>391</sup>, só no período compreendido entre 1886 e 1895, tomaram posse no pariato 17 sucessores de pares falecidos. Como vimos num capítulo anterior, a Lei de 3 de Maio de 1878 acabou por se revelar um verdadeiro obstáculo à entrada indiscriminada de pares

---

<sup>388</sup> *Novidades*, 25.06.85.

<sup>389</sup> *O Correio da Noite*, 22.06.85.

<sup>390</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 22.09.85.

<sup>391</sup> V. *O Primeiro de Janeiro*, 07.06.85 e *O Progresso*, 08.06.85.

na Câmara pela via hereditária. No entanto, por via dos efeitos da Lei de 21 de Julho de 1885, que reduziu a metade os valores dos rendimentos provenientes de propriedades urbanas e rústicas bem como de propriedades industriais e comerciais, antes fixados nas respectivas categorias, mas sobretudo por via dos efeitos do decreto ditatorial de 20 de Fevereiro de 1890, que voltou a reduzir a metade o valor do rendimento predial exigido<sup>392</sup>, o número de pares investidos pela via hereditária começou a aumentar. De facto, só em 1890 tomaram posse na Câmara 6 sucessores de pares falecidos, um número deveras anormal uma vez que, desde a sua criação em 1826, nunca se verificou o ingresso de um tão grande número de sucessores no pariato no espaço de um só ano.

Com a aprovação da Lei de 24 de Julho de 1885, que culminou um prolongado processo de progressiva mas modesta democratização do sistema político, foram introduzidas na Câmara dos Pares três alterações importantes: por um lado, eliminou-se a hereditariedade no pariato, embora se reconhecesse aos “imediatos sucessores dos pares falecidos e dos actuais, que existirem à publicação desta lei” o direito de ingressarem na Câmara Alta pela via hereditária; por outro lado, estabeleceu-se um número fixo de pares vitalícios de nomeação régia que não podia exceder os cem<sup>393</sup>; finalmente, criaram-se cinquenta pares temporários e electivos, apurados por sufrágio indirecto, dos quais quarenta e cinco eram mandatados pelos colégios distritais, e os restantes cinco pelos estabelecimentos científicos e de ensino superior. A parte electiva da Câmara dos Pares tinha uma duração de seis anos, mas podia ser dissolvida ao mesmo tempo ou separadamente da Câmara dos Deputados. Para além disso, o Acto Adicional de 1885 reduziu a Legislatura de quatro para três anos; limitou o poder de dissolução, que passou a só poder ser exercido decorrida uma sessão legislativa sobre a anterior dissolução. Por outro lado, disciplinou o seu exercício, no sentido de garantir que em caso de dissolução as novas Cortes seriam obrigatoriamente convocadas e reunidas no prazo de três meses.

Logo no primeiro ensaio realizado em 2 de Dezembro de 1885, as eleições para o pariato descerraram as portas da Câmara Alta a um conhecido republicano. Com efeito, um dos 5 pares eleitos pelo colégio especial representativo dos diferentes

<sup>392</sup> Como refere Casal Ribeiro, o legislador «considerou suficiente a prova de renda predial de dois contos de réis, para o efeito de habilitar um proprietário, sem outro título senão o da fortuna, a receber um diploma de par do reino» (RIBEIRO, 1895, p. 53).

<sup>393</sup> A alínea 4 do artigo 6.º, o mais importante da Lei de 24 de Julho de 1885, previa no entanto que «Enquanto o número de pares vitalícios não estiver reduzido a cem, não contando os pares por direito próprio, o rei poderá nomear um por cada três vacaturas que ocorrerem, devendo depois estar sempre preenchido aquele número».

estabelecimentos científicos e das instituições de ensino superior foi José Maria Latino Coelho, um reputado Lente da Cadeira de Mineralogia e Geologia da Escola Politécnica de Lisboa que, depois de transitar por quase todo o espectro partidário do constitucionalismo monárquico, acabou por seguir os passos de um pequeno grupo de “reformistas desiludidos da monarquia”, sendo um dos fundadores do Centro Republicano Democrático Português em 1876<sup>394</sup>. É certo que já existiam deputados republicanos mas, de um ponto de vista simbólico, a eleição de Latino Coelho foi um marco muito importante, pois o *regime* abria um dos seus bastiões à penetração do republicanismo. De facto, o republicanismo era como que um intruso que entrava na toca do lobo mas, paradoxalmente, era o primeiro que olhava para o inimigo – o regime monárquico – como o lobo olha para as suas vítimas. Como observou Bulhão Pato, “Ele – único republicano, no meio de arminhos, escudos timbrados, leões rompantes, coroas ducais e bagos prelatícios da Câmara realenga – expondo, com o maior desassombro e a maior veemência, embora com extrema polidez, ideias e opiniões, que não podiam ter um eco sumido naquela casa! Talvez orador algum falou em tais circunstâncias; em Portugal decerto nenhum”<sup>395</sup>. O Diário da Câmara dos Pares registou tudo e o que lá vem não é edificante!

De facto, logo na primeira ocasião em que obteve luz verde por parte do Presidente para subir à tribuna onde estava embutido o vistoso relógio desenhado em 1866 pelo escultor francês Anatole Calmels, Latino Coelho entrou verdadeiramente “a matar”, proferindo um violentíssimo discurso, que veio a ser publicado sob o sugestivo título *O Preço da Monarquia*<sup>396</sup>, no qual se atira à Família Real, nomeadamente a “Sua Excelsa Majestade”, que nem uma fera<sup>397</sup>. Depois de 16 anos de ausência das lides

---

<sup>394</sup> À imagem da Restauração em Espanha, a Regeneração foi um regime que também tratou bem os intelectuais livres-pensadores. Com efeito, «Na segunda metade da década de 1870 os mais notórios positivistas e sábios revolucionários do país ensinavam a doutrina nas escolas superiores de Coimbra (Manuel Emídio Garcia, José Falcão) e de Lisboa (Jaime Batalha Reis no Instituto de Agronomia, Teófilo Braga, Vasconcelos de Abreu e Adolfo Coelho no curso superior de Letras, Luciano Cordeiro no Colégio Militar). Faziam companhia a republicanos assumidos, como Elias Garcia, Latino Coelho e outros, que Fontes insistia em conservar como professores do ensino superior oficial. Em 1878 Oliveira Martins obteve um prémio da Academia das Ciências com um parecer de assinado por Ávila, Serpa e Silvestre Ribeiro e era nomeado sócio correspondente [...] Ser pago pelo Estado não colidia com a intenção de o querer derrubar» (RAMOS, 1992, p. 517).

<sup>395</sup> PATO, 1986 a), Volume II, p. 56.

<sup>396</sup> V. COELHO, 1885. Nesta edição ampliada da sua primeira intervenção parlamentar como par do reino, Latino defende ainda a alternância entre um partido monárquico e conservador e um partido republicano e progressista, apostado em reformar as instituições.

<sup>397</sup> *O Século*, o conhecido jornal fundado em 1880 por Sebastião de Magalhães Lima, assinalou o facto num tom arraigadamente populista: «Tomou lugar, pela primeira vez, na câmara dos pares, um

parlamentares, Latino Coelho regressou a S. Bento para combater com grande acrimónia o projecto de lei n.º 144 apresentado pelo novo ministério progressista presidido por José Luciano de Castro (1886-1890). O que o governo propunha ao Parlamento neste sucinto diploma era tão-somente o aumento da dotação do príncipe herdeiro D. Carlos e a concessão de 100 contos para despesas extraordinárias do seu matrimónio com Maria Amélia de Orleães, filha primogénita do Conde de Paris, o único pretendente ao trono francês após a morte do Conde de Chambord (neto de Carlos X), e bisneta de Luís Filipe, o Rei-cidadão destronado pela revolução de 1848.

Presidia à sessão Fontes Pereira de Melo, o qual estava sentado mesmo por debaixo da tribuna onde o destemido orador proferiu o seu virulento discurso, sendo assim um dos circunstantes que certamente ouviu Latino Coelho afirmar sem cerimónias: “Que motivo podia, pois, haver para tantas festas, e tão dispendiosas?” Na sua opinião, o casamento era manifestamente desvantajoso para as cores nacionais. Portugal era um país pobre, mas ainda assim o príncipe era herdeiro de um dos mais antigos tronos da Europa, ao passo que Amélia de Orleães era uma princesa oriunda de uma Casa Real repleta de pergaminhos mas que havia passado à história. Depois das críticas estridentes ao futuro enlace real, Latino aproveitou o ensejo para deixar no ar uma série de advertências: “Se eu fosse o sr. ministro da fazenda diria a El-Rei que a ocasião era grave para festas e despesas; que o movimento republicano se acentua cada vez mais de dia para dia; que nas últimas eleições municipais fora preciso que os partidos monárquicos se coligassem para evitar que toda a vereação ficasse composta de lista republicana; que todas as revoluções célebres começam sempre por uma questão de dinheiro, e que se não era já chegado o momento da revolução, existia contudo o embrião do movimento revolucionário futuro”<sup>398</sup>. O auditório chegou rapidamente ao

---

representante do partido republicano. O rei decerto não gostará do facto; mas gosta o povo e isso basta» (*O Século*, 26.01.86).

<sup>398</sup> DCP, sessão de 30.03.86, p. 316. As intervenções de Latino Coelho na Câmara dos Pares constituíram também a «great attraction» política para os jornais. De acordo com as crónicas jornalísticas, nesta memorável sessão em que «Houve aplausos, apupos, pateada e grande agitação nas galerias», «não havia na sala um único lugar vazio». Como relata o *Diário de Notícias* de 31.03.86, «Pouco depois das 4 horas encerrava-se a sessão dos deputados por não haver número na sala. Não admira que assim sucedesse. Todas as atenções estavam voltadas para a câmara dos pares, onde se esperava brilhante torneio oratório entre os srs. Visconde de Moreira de Rei, cuja palavra é pitoresca e audaciosa e que encara as questões quase sempre de um modo original, e o sr. Latino Coelho, estilista aprimorado, o enciclopédico erudito, que há 16 anos se achava exilado, como ele próprio disse, das lutas tribunícias». No dia seguinte, houve mais do mesmo: «A concorrência à câmara dos pares foi hoje maior ainda do que ontem. As galerias estavam literalmente cheias, avultando na primeira as damas e os homens mais conhecidos da sociedade lisbonense. A câmara dos deputados não teve sessão, desertando em massa para a outra» (*Diário de Notícias*, 31.03.86).

rubro. As tentativas do Presidente Fontes Pereira de Melo de tocar a campainha da mesa para chamar à ordem a reunião falharam redondamente.

De uma certa forma, a oratória inflamada de Latino Coelho foi uma espécie de ensaio, com duas décadas de antecedência, do polémico e tumultuoso discurso proferido por Afonso Costa na Câmara dos Deputados, em 20 de Novembro de 1906, sobre os “adiantamentos” à Família Real, o qual lhe valeu a expulsão do Parlamento e a suspensão do seu mandato por um mês. No entanto, o novo ministério também não escapou incólume às críticas desabridas de Latino. Sem grande surpresa, o alvo das reprimendas do dirigente republicano foi o serôdio zelo monárquico do Partido Progressista, o qual, “logo aos primeiros vagidos no seu berço resolvera avolumar a voz para incutir terrores à coroa”, sendo por essa razão o partido político menos idóneo e menos habilitado para defender a Realeza. Como referiu Latino Coelho, “Para esta defesa o partido progressista era o mais incompetente, em geral; e dentro de um ministério progressista, o sr. Mariano de Carvalho – um dos grandes instigadores das *campanhas democráticas* contra D. Luís (1878-1879) – era o mais incompetente em particular”<sup>399</sup>. O despique verbal entre o par republicano e o senhor ministro da Fazenda foi tão assanhado que até mereceu honras de Rafael Bordalo Pinheiro na primeira página do *António Maria*, a conhecida folha satírica onde o criador do *Zé-Povinho* expunha ao ridículo as figuras políticas da época.

Não obstante a enorme sensação que as suas desbragadas intervenções provocaram no Parlamento e na imprensa política da época<sup>400</sup>, devemos no entanto salientar que o protagonismo de Latino Coelho foi uma verdadeira excepção entre os chamados pares do “galão branco”. Efectivamente, ao contrário dos pares hereditários que já não podiam ser privados dos seus privilégios, residindo aí a base da sua independência política, os pares electivos, por se tratarem na sua esmagadora maioria de ex-deputados há muito comprometidos com as regras da disciplina partidária, funcionaram como uma espécie de “guarda pretoriana” dos governos, uma vez que se sentiram na obrigação de apoiar, ainda que nem sempre de uma forma incondicional, o executivo a quem deviam o assento temporário na Câmara dos Pares e de quem

---

<sup>399</sup> DCP, sessão de 29.03.86, p. 390.

<sup>400</sup> No século XIX, a relação entre o Parlamento e a imprensa caracterizava-se por uma grande ambiguidade e promiscuidade. Por um lado, o Parlamento precisava da imprensa como caixa de ressonância dos seus debates, referindo-a muitas vezes como ponto de partida para as suas discussões. Por outro lado, a imprensa alimentava-se do Parlamento, dos seus debates e dos seus protagonistas (V. MONTEIRO, 2006, p. 304).



dependiam efectivamente em futuros actos eleitorais. Daí que seja o quase total apagamento do seu protagonismo político o aspecto que ressalta imediatamente à vista quando se analisa a actividade da Câmara dos Pares entre 1885-1895, o qual mais não é do que uma consequência directa da sua perda de independência face ao executivo.

### 3. 1885 – 1895

#### 3.1. *A decrescente influência e independência da Câmara dos Pares*

O poder desgasta! Desgasta em primeiro lugar quem trabalha afincadamente vários anos seguidos com o peso da responsabilidade de dirigir um país; desgasta igualmente a opinião pública, que se cansa de ver tanto tempo na governação os mesmos dirigentes políticos. Assim, em 20 de Fevereiro de 1886, na sequência de uma encarniçada contenda administrativa entre as cidades de Braga e Guimarães, à qual se somou um grande descontentamento popular causado pela restauração do velho imposto do real da água, para espanto dos seus amigos e dos seus adversários políticos, Fontes Pereira de Melo decidiu pedir a demissão. Consultado acerca da sucessão, o chefe regenerador indicou ao soberano José Luciano de Castro<sup>401</sup>, o qual, após a morte de Anselmo José Braamcamp, ganhara a corrida pela liderança do Partido Progressista a João Crisóstomo de Abreu e Sousa. A alternância no poder dos dois grandes partidos políticos do centro-direita e centro-esquerda do campo monárquico processou-se com celeridade, tendo José Luciano sido empossado como primeiro-ministro no dia 22 de Fevereiro. O *rotativismo* português encontrava-se, para todos os efeitos, no seu período áureo.

Aliviado do fardo da governação, Fontes Pereira de Melo reassumiu em 26 de Fevereiro de 1886 a Presidência da Câmara dos Pares, um cargo político que lhe tinha sido confiado por carta régia de 6 de Maio de 1881<sup>402</sup>, tendo presidido ainda a 17 sessões até ao final da sessão legislativa, a qual teve lugar em 8 de Abril de 1886. Por motivos que não conseguimos apurar, faltou unicamente à sessão de 1 de Abril, sendo

<sup>401</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 556.

<sup>402</sup> Além de presidente da Câmara dos Pares, Fontes Pereira de Melo era à data presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Conselheiro de Estado, General de Divisão e Governador-Geral do Crédito Predial Português (GALLIS, 1908, Volume I, p. 52).

substituído nessa ocasião pelo ex-avilista José de Melo Gouveia. A 7 de Abril, Fontes presidiu à sua derradeira sessão na Câmara dos Pares, a qual deu por encerrada às 16 horas e 45 minutos da tarde, imediatamente após ter convidado os dignos pares presentes a assistirem no dia seguinte, na Câmara dos Senhores Deputados da Nação, à Sessão Real de Encerramento das Cortes. A 22 de Janeiro de 1887, depois de lhe ter sido diagnosticada uma pneumonia, o chefe supremo do Partido Regenerador e o homem de confiança do Rei D. Luís, deixou o mundo dos vivos. Tinha 68 anos de idade. Os “dias felizes” de uma época florescente – o fontismo – chegaram assim subitamente ao fim. As suas derradeiras palavras, proferidas quando agonizava no leito de morte, foram proféticas: “Vou fazer falta!” Com efeito, a morte de Fontes Pereira de Melo foi um rude golpe no Partido Regenerador e no próprio regime monárquico que perdeu uma das suas grandes figuras e como todas as grandes figuras de uma época, de um regime, de uma nação, Fontes não tinha sucessor possível. Pode-se mesmo dizer que, de uma certa forma, a morte de Fontes assinala o início do fim da Monarquia. O Ultimato britânico de 1890, a bancarrota de 1892, as cisões partidárias de 1901 e 1905 e a tragédia da Rua do Arsenal acabariam por acelerar o fim do regime.

É certo que, ao contrário da morte de Ávila, o falecimento de Fontes não significou o eclipse do partido que chefiava. Mas mal este exalou o derradeiro suspiro, as fileiras regeneradoras desuniram-se de imediato na sequência de uma cisão levada a cabo por Barjona de Freitas que, depois de ter sido preterido na liderança partidária por António de Serpa Pimentel, resolveu formar um novo partido, a Esquerda Dinástica<sup>403</sup>. Foi o próprio Barjona de Freitas que afirmou de supetão, do alto da tribuna da Câmara dos Pares, em 1 de Agosto de 1887, “que não sabia onde estava o partido regenerador, e que era melhor que todos os seus antigos correligionários se reunissem, e fossem, em romaria piedosa, levar ao túmulo de Fontes a certidão de óbito do partido”<sup>404</sup>. De facto, os regeneradores tinham fortes razões para chorar a morte do seu chefe carismático já que enfrentavam uma situação complicada para a qual não se haviam preparado convenientemente, e em resultado disso o partido ameaçava desintegrar-se em várias

<sup>403</sup> V. VASCONCELLOS, 2001, pp. 178-180.

<sup>404</sup> GOMES, 1907, Volume XII, p. 568. Nesta sessão, Barjona de Freitas proferiu três intervenções. Contudo, o *Diário da Câmara dos Pares* não reproduz na íntegra nenhuma delas por, alegadamente, o par do reino em questão não ter restituído os seus discursos escritos (V. DCP, sessão de 01.08.87, pp. 775, 782-783).

facções<sup>405</sup>. Como afirmou o pai de João Franco, o “patrão” morrera e agora eram “muitos a mandar”<sup>406</sup>.

Entretanto, o novo executivo progressista aproveitou a vaga na cadeira da Presidência da Câmara dos Pares para começar a mostrar serviço. No seguimento de uma progressiva democratização do sistema político oitocentista cujo zénite foi a reforma constitucional de 1885<sup>407</sup>, o segundo ministério progressista e décimo quinto e último ministério do reinado de D. Luís resolveu, à semelhança do que sucedia com o Senado espanhol da Constituição de 1876, tornar a Presidência da Câmara dos Pares numa função não vitalícia. De acordo com a letra do decreto de 27 de Janeiro de 1887, o presidente e o vice-presidente da Câmara dos Dignos Pares do Reino passavam a ser nomeados por decreto real, com a indispensável aprovação do governo, no início de cada sessão legislativa ordinária<sup>408</sup>. Deve, porém, salientar-se que esta medida de certo modo desgarrada, que volta não volta era alvitada nas páginas dos jornais progressistas, nunca esteve no topo das prioridades governativas. Nem tão-pouco fazia parte do manifesto programático do Partido Progressista. Mas como lucidamente observou José Luciano de Castro, por ocasião da morte de Fontes, a importância, o prestígio pessoal e a influência política da “figura suprema do parlamento português” eram absolutamente inquestionáveis. Embora lamentando com “viva mágoa” o desaparecimento de Fontes, o novo chefe dos progressistas não deixou de confessar que, no plano político, a sua “inesperada morte” favoreceu o seu partido, “principalmente pelas dificuldades que nos criava a sua presidência na Câmara dos Pares”<sup>409</sup>. Precisamente por esse motivo, a nomeação do primeiro presidente não vitalício da Câmara dos Pares acabou, inevitavelmente, por recair numa figura grada do Partido Progressista. No entanto, não era qualquer um que podia ser presidente da Câmara Alta. Tanto mais que, por um conjunto de razões que já foram explanadas neste estudo, na ala esquerda da Câmara não se sentavam muitos dignos pares com o currículo e o perfil político que o cargo exigia. Ainda assim, nas páginas dos jornais, perfilaram-se logo vários nomes de hipotéticos candidatos ao proeminente lugar. Um dos nomes mais insistentemente

<sup>405</sup> V. *Novidades* de 20.03.87.

<sup>406</sup> RAMOS, 2001 a), p. 47.

<sup>407</sup> Como refere Jorge Miranda, «enquanto os Actos de 1852 e 1885 teriam sentido democratizante, os de 1895-1896 e 1907 corresponderiam ao propósito de engrandecimento do poder real» (MIRANDA, 1990, Tomo I, pp. 274-275).

<sup>408</sup> Para além disso, no início de cada sessão legislativa, eram igualmente nomeados dois dignos pares do reino para presidirem às sessões da Câmara dos Pares no eventual e simultâneo impedimento do presidente e do vice-presidente.

<sup>409</sup> MOREIRA (org.), 1998, p. 232.

ventilados nos jornais para ocupar a apetecível cadeira da presidência da Câmara dos Pares foi o 3.º Marquês de Sabugosa, um destacado dirigente progressista com um perfil moderado e conciliador que ingressou no pariato em 1864, por indicação do segundo governo histórico presidido por Loulé. Além disso, Sabugosa era um aristocrata que tinha a benevolência do Paço em virtude de ter desempenhado, na década de 1870, o cargo de oficial-mor da Casa Real. Digamos que, aparentemente, era o homem certo no lugar certo! Todavia, para espanto geral, uma vez que o seu nome não figurava entre os presumíveis candidatos, foi o general João Crisóstomo que, aos 76 anos de idade, foi nomeado Presidente da Câmara dos Pares por carta régia lavrada em 31 de Março de 1887<sup>410</sup>, tendo ocupado este importante cargo político até ao fim do primeiro consulado de Luciano de Castro, o qual terminou abruptamente na sequência do humilhante Ultimato britânico de 11 de Janeiro de 1890<sup>411</sup>. É caso para se dizer que, de facto, o segredo melhor guardado é o que a ninguém é revelado.

Como João Crisóstomo só assumiu pela primeira vez, como presidente, a direcção dos trabalhos da Câmara dos Pares em 3 de Maio de 1887, foi o vice-presidente Andrade Corvo que, na sessão preparatória de 4 de Abril de 1887, se encarregou de prestar a devida homenagem institucional ao presidente falecido. Com a voz embargada pela tristeza que lhe ia na alma, Corvo proferiu a seguinte declaração: “Escuso de chamar a atenção desta câmara para a grande perda que sofreu com o falecimento da pessoa do seu presidente. Os serviços que ele prestou à câmara e ao país estão na mente de todos nós. Peço pois à câmara que signifique o seu profundo sentimento, lançando-se um voto de pêsames na acta e comunicando-se esta resolução à família do ilustre finado”<sup>412</sup>. No entanto, a homenagem do pariato ao eminente estadista não se consubstanciou apenas ao lançamento em acta de um sentido voto de pêsames. Na sessão de 20 de Abril de 1887, precisamente no dia em que José Luciano de Castro, rompendo com a tradição de Braamcamp, prestou juramento e tomou assento na

---

<sup>410</sup> José Luciano de Castro e Henrique de Barros Gomes, primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, respectivamente, também foram nomeados pares em 31 de Março de 1887 (V. *O Jornal do Comércio*, 01.04.87).

<sup>411</sup> Após a demissão do primeiro governo presidido por António de Serpa Pimentel (14.01.90 - 14.10.90), foi o próprio João Crisóstomo que presidiu a um governo extra-partidário de unidade nacional, o chamado gabinete *nefelibata*, entre 14 de Outubro de 1890 e 15 de Janeiro de 1892, o qual Rui Ramos qualificou de «uma salada de gente vinda de todo o lado». Daí, aquando da morte de João Crisóstomo em 7 de Janeiro de 1895, Alfredo Gallis ter reconhecido que o velho general ia fazer falta: «Sempre era um recurso de valor, com o qual se podia contar em momento crítico, como em tempos idos se contava com o duque de Ávila» (GALLIS, 1908, Volume I, p. 587).

<sup>412</sup> DCP, sessão preparatória de 04.04.87, p. 1.

Câmara dos Pares ao abrigo do número 4 do artigo 6.º da Lei de 24 de Julho de 1885<sup>413</sup>, o novo chefe do Partido Regenerador António de Serpa Pimentel, apresentou uma proposta para a colocação de um busto de mármore de Fontes na sala das sessões do pariato onde, segundo Maria Filomena Mónica, o falecido estadista proferiu cerca de 300 discursos<sup>414</sup>. Na Câmara dos Deputados, em 15 de Abril de 1887, realizou-se também uma sessão solene em memória de Fontes Pereira de Melo. Neste palco político usaram da palavra o presidente do conselho José Luciano de Castro e os deputados Pinheiro Chagas e António Cândido, pela oposição e pela maioria, respectivamente, tendo sido aprovada por unanimidade uma proposta deste último, considerado, ao lado de José Estêvão Coelho de Magalhães, um dos maiores oradores do século XIX, que rezava o seguinte: “Proponho que se dê por terminada a sessão de hoje, em testemunho de sentimento pela morte do eminente estadista Fontes Pereira de Melo e que se comuniquem estes votos à família do ilustre finado”<sup>415</sup>.

Colmatado o vazio na cadeira da presidência da Câmara dos Pares, vejamos agora em traços gerais quem foram os indivíduos que, entre 1885 e 1895, ocuparam as cadeiras electivas da segunda câmara legislativa. Antes de mais nada convém recordar que o mandato da parte electiva da Câmara dos Pares tinha uma duração de seis anos<sup>416</sup>. No entanto, ao longo do período compreendido entre 1885 e 1895, realizaram-se em Portugal nada menos de quatro eleições de pares do reino: a primeira eleição de pares ocorreu em 2 de Dezembro de 1885; a segunda em 30 de Março de 1887 (a parte electiva da Câmara dos Pares foi dissolvida com a Câmara dos Deputados em 5 de Janeiro de 1887, tendo a eleição geral de deputados ocorrido em 6 de Março de 1887); a terceira em 14 de Abril de 1890 (a parte electiva da Câmara dos Pares foi dissolvida com a Câmara dos Deputados em 20 de Janeiro de 1890, tendo a eleição geral de

---

<sup>413</sup> Ao cabo de mais de trinta anos na Câmara dos Deputados, Luciano de Castro alcançou finalmente o cume da vida política oitocentista, sendo nomeado presidente do conselho e par do reino poucos meses após a sua aclamação como chefe do partido. Só voltaria a discursar na Câmara Baixa, onde cumpriu 38 sessões legislativas ordinárias, na condição de ministro de Estado, e não na de um simples deputado. O seu palco político passava a ser o da «elite das elites». Vem a propósito assinalar que Hintze Ribeiro também já tinha sido nomeado par do reino vitalício, em 1 de Janeiro de 1886, ao abrigo do supracitado artigo. Nele se previa que «Enquanto o número dos pares vitalícios não estiver reduzido a cem, não entrando os pares por direito próprio, o rei poderá nomear um par por cada três vacaturas que ocorrerem, devendo depois estar sempre preenchido aquele número» (V. *O Jornal do Comércio*, 31.12.85).

<sup>414</sup> MÓNICA (coord.), 2005, Volume II, p. 830.

<sup>415</sup> DCD, sessão de 15.04.87, p. 70.

<sup>416</sup> Em Espanha, o mandato dos 180 senadores electivos tinha uma duração de 10 anos. No entanto, como já aqui foi dito, metade da parte electiva da Câmara Alta espanhola era renovada de 5 em 5 anos. Em caso de dissolução da parte electiva do Senado, a renovação era total (V. ANADÓN BENEDICTO, 1998, p. 315; VERA SANTOS, 2000, p. 63 e TUSELL e PORTERO (eds.), 1998, p. 126).

deputados ocorrido em 30 de Março de 1890); e a quarta e última em 30 de Abril de 1894 (a parte electiva da Câmara dos Pares foi dissolvida com a Câmara dos Deputados em 7 de Dezembro de 1893, tendo a eleição geral de deputados ocorrido em 15 de Abril de 1894)<sup>417</sup>. Ou seja, a dissolução da Câmara dos Deputados foi sempre acompanhada da dissolução da parte electiva da Câmara dos Pares<sup>418</sup>. Tendo em conta o historial da segunda câmara portuguesa, a qual acabou por se revelar a câmara legislativa mais insubordinada e conflituosa do constitucionalismo monárquico português, não é de estranhar o facto de nenhum gabinete dos dois principais partidos monárquicos ter cometido a imprudência de governar com uma Câmara dos Pares parcialmente eleita pelos seus adversários políticos. Como afirmou Oliveira Martins, “do terço electivo da Câmara Alta depend[ia] a formação da maioria, sem a qual nenhum ministério pod[ia] governar”<sup>419</sup>. De facto, e como já foi dito, em Portugal, nenhum ministério se detinha no poder sem a confiança das duas câmaras legislativas, as quais eram dotadas de poderes simétricos, necessitando por isso de constituir ali maioria a todo o custo. No que concerne à organização eleitoral da parte electiva da Câmara dos Pares vale a pena uma vez mais referir que 45 dos 50 pares temporários eram eleitos pelos distritos administrativos, enquanto os restantes 5 eram eleitos pelos estabelecimentos científicos nacionais. O colégio eleitoral de Lisboa elegia 4 pares, o do Porto elegia 3 e cada um dos restantes distritos do reino elegia 2 pares. Por sua vez, o colégio eleitoral de cada distrito era composto pelos deputados eleitos nos círculos compreendidos no respectivo distrito, pelos delegados das juntas gerais (cada distrito elegia 4 delegados, excepto Lisboa e Porto que elegiam 7) e pelos delegados dos colégios municipais (cada colégio municipal era constituído pelos membros efectivos ou substitutos em exercício da respectiva câmara municipal, pelos 40 maiores contribuintes da contribuição predial e pelos 40 maiores contribuintes da contribuição industrial, sumptuária e de rendas de casa, residentes no concelho, “computando-se para cada contribuinte a soma das

<sup>417</sup> Como estabelecia a única alínea do artigo 15.º da Lei de 24 de Julho de 1885 que regulava a organização eleitoral da parte electiva da Câmara dos Pares, «No caso de eleição conjunta da câmara dos deputados e da parte electiva da câmara dos pares, a eleição de pares só poderá realizar-se passados quinze dias depois da eleição de deputados».

<sup>418</sup> Em 23 de Outubro de 1892, na sequência do término da 3.ª e última sessão legislativa da 28.ª Legislatura, realizaram-se também eleições gerais de deputados. No entanto, nesta ocasião, o governo de José Dias Ferreira optou por não dissolver a parte electiva da Câmara dos Pares (V. MOREIRA (org.), 1998, p. 334). Vem ainda a propósito acrescentar que, entre 1891 e 1892, foram nomeados 4 ministérios por D. Carlos. Todos tinham uma forte componente extra-partidária, embora sustentados no Parlamento pelo Partido Regenerador, que manteve a maioria – desta vez relativa – nas eleições de 23 de Outubro de 1892.

<sup>419</sup> MARTINS, 1959, Volume IV, pp. 69.

colectas destas três contribuições”)<sup>420</sup>. Já a eleição dos 5 pares provenientes dos estabelecimentos científicos era da responsabilidade de um “colégio especial” composto de 38 delegados das seguintes instituições: Universidade de Coimbra (10), Escola Politécnica de Lisboa (4), Academia Politécnica do Porto (4), Academia Real das Ciências (4), Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto (2 cada), Institutos Industriais de Lisboa e do Porto (2 cada), Curso Superior de Letras (2), Escola do Exército (2), Escola Naval (2) e Instituto Geral de Agricultura (2). Justifica-se ainda uma breve observação sobre a cobertura jornalística das eleições de pares, as quais, ao contrário das eleições de deputados, despertaram muito pouco interesse na generalidade da imprensa política da época. Os jornais reflectiam de certa forma a grande indiferença dos portugueses por este tipo de sufrágio (indirecto), limitando-se apenas a indicar os nomes dos pares eleitos, o distrito pelo qual se candidataram e pouco mais.

Quem eram então os novos membros temporários que tomaram assento na Câmara dos Pares no decurso da sessão legislativa inaugurada em 2 de Janeiro de 1886? Podemos dizer que, na sua esmagadora maioria, eram ex-deputados politicamente alinhados com o Partido Regenerador. Como dava conta o *Jornal do Comércio*, “Dos 44 pares do reino, que ultimamente foram eleitos, 33 são regeneradores, 5 progressistas, 5 independentes e um republicano”<sup>421</sup>. A bem dizer, foram 36 os antigos deputados que ingressaram na Câmara dos Pares pela via electiva em 1885, sendo que 23 saíram directamente da Câmara dos Deputados para a dos Dignos Pares do Reino<sup>422</sup>. Como vimos, antes do Acto Adicional de 1885, a outra assembleia parlamentar já era a principal fonte de recrutamento do pariato, funcionando como uma espécie de trampolim de acesso a uma nova dimensão política, uma vez que os pares do reino gozavam de um estatuto manifestamente vantajoso relativamente aos seus colegas deputados<sup>423</sup>. Tal distinção estava normalmente reservada aos deputados mais influentes e aos amigos “mais fiéis e mais dedicados” do partido do governo, os quais, regra geral, eram também os que tinham atrás de si carreiras parlamentares mais longas. Contudo,

---

<sup>420</sup> O número de membros de cada colégio eleitoral era muito variável. Por exemplo, o colégio eleitoral de Lisboa era composto por 63 eleitores; o do Porto por 53 eleitores; enquanto o de Angra, o menos numeroso, era composto apenas por 14 eleitores.

<sup>421</sup> *O Jornal do Comércio*, 15.12.85.

<sup>422</sup> O deputado que fosse eleito par do reino tinha um prazo de oito dias, depois de comunicada a respectiva eleição à Câmara dos Pares, para optar por uma das duas câmaras legislativas.

<sup>423</sup> Eis um pequeno exemplo: quer os pares quer os deputados podiam ser nomeados ministros de Estado ou conselheiros de Estado, com a diferença de que os pares continuavam a ter assento na Câmara, enquanto o deputado deixava o seu lugar vago, havendo lugar a uma nova eleição, na qual o nomeado podia ser reeleito, e acumular as duas funções.

depois da introdução do pariato electivo, este fenómeno de “invasão” da Câmara dos Pares por parte de antigos deputados da nação apresenta uma ligeira nuance. À luz da nova lei orgânica do pariato de 3 de Maio de 1878, todos os deputados da nação que completassem pelo menos oito sessões legislativas podiam ser pares do reino, sendo que, no caso de ser eleito para o pariato, o deputado tinha um prazo de oito dias, depois de comunicada a sua eleição à Câmara dos Pares, para optar por um dos lugares<sup>424</sup>. Mas as eleições para o pariato proporcionavam também uma segunda oportunidade para alguns indivíduos que tinham integrado as listas de candidatos a deputados, mas que não tinham obtido o almejado assento parlamentar. Isto só era possível porque, de acordo com a lei vigente, as eleições de pares tinham sempre lugar pelo menos duas semanas depois das eleições gerais de deputados. Assim, a Câmara Alta vai constituir uma excelente alternativa para muito boa gente que, de outro modo, ficaria arredada do Parlamento – um dos mais importantes palcos de decisão política – durante os tempos mais próximos. Em vez de regressarem tristes e cabisbaixos às suas actividades profissionais, os diversos candidatos habilitados com pelo menos oito sessões legislativas que viam frustrada a sua reeleição para a Câmara Baixa tinham agora uma segunda oportunidade de ingressar no Parlamento para cumprir, em princípio, um mandato de seis anos. Por outro lado, verificava-se ainda uma situação um tanto ou quanto curiosa que consistia no facto de alguns parlamentares serem pares electivos quando o seu partido estava no governo e deputados quando estava na oposição.

Entre os pares regeneradores eleitos em 2 de Dezembro de 1885 encontravam-se antigos ministros de Fontes como Júlio Marques de Vilhena, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Lourenço António de Carvalho e Jaime Constantino de Freitas Moniz<sup>425</sup>; altas individualidades do regime monárquico-constitucional como Luís Frederico de Bívar Gomes da Costa, presidente da Câmara dos Deputados entre 1882-1885; e nomes sonantes da política nacional como António José de Ávila Jr., sobrinho do Duque de Ávila, o qual, após a morte do tio, passou a integrar as fileiras regeneradoras, sendo eleito par do reino em três ocasiões (1885, 1890 e 1894). Por seu turno, António Caetano de Oliveira, Fernando Pereira Palha Osório Cabral, Francisco Pereira Torres Coelho, João Inácio Holbeche, Jorge Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado e o 1.º Barão

---

<sup>424</sup> O artigo 30.º da Carta Constitucional era taxativo: não se podia ser membro das duas Câmaras simultaneamente!

<sup>425</sup> Jaime Moniz foi eleito par do reino quatro vezes, sempre pelo colégio de delegados dos vários estabelecimentos científicos.



de Almeida Santos eram estreantes nestas andanças, visto que nunca tinham estado no Parlamento como representantes da nação. O percurso parlamentar de Fernando Palha foi, de resto, verdadeiramente insólito. Ao contrário da esmagadora maioria da classe política da época, este “abastado proprietário” iniciou a sua carreira de deputado em 1890<sup>426</sup>, depois de já ter sido eleito par do reino por duas vezes. A primeira pelo Partido Regenerador (1885) e posteriormente pelo Partido Progressista (1887). Segundo se dizia, este abonado vira-casaca foi arrastado para a política pelo “magnetismo da popularidade”, tendo transitado para o Partido Progressista logo após a morte de Fontes, alegadamente por ter discordado da escolha de Serpa Pimentel para a liderança do partido. Por sua vez, de entre os não regeneradores que lograram a eleição em 2 de Dezembro de 1885, incluíam-se um republicano (José Maria Latino Coelho), um “amigo” de Vaz Preto (Joaquim José Coelho de Carvalho) e três conhecidos progressistas: Adriano Machado (Ministro da Justiça e Negócios Estrangeiros entre 1879-1881), Guilhermino de Barros (um *granjola* que era conhecido por ser um “grande amigo pessoal e político” de José Luciano de Castro) e Pedro Augusto Franco (um grande proprietário que era um dos mais poderosos influentes eleitorais em Lisboa; o seu “feudo” eleitoral era o círculo de Belém, onde possuía uma farmácia)<sup>427</sup>. Significa isto que, não obstante a confortável vitória dos regeneradores, as primeiras eleições de pares do reino franquearam as portas da Câmara Alta a quase todo o espectro político-partidário do constitucionalismo monárquico e, inclusive, ao próprio Partido Republicano, que não necessitou de entrar na corrida eleitoral propriamente dita para ver um dos seus prosélitos se sentar, pela primeira vez, na Câmara dos Pares<sup>428</sup>. Contudo, os pares eleitos em 2 de Dezembro de 1885 praticamente não chegaram a aquecer o lugar já que, após a demissão do último gabinete fontista, em 20 de Fevereiro de 1886, a sua estadia na Câmara ficou com os dias contados. Na verdade, alguns pares electivos nem sequer chegaram a tomar assento uma vez que os seus diplomas não

<sup>426</sup> Esta opulência foi cabalmente demonstrada pelo processo de validação da sua eleição como par do reino, que ocupa nada mais, nada menos de dezoito páginas do *Diário da Câmara dos Pares* com o rol dos seus interesses fundiários e financeiros.

<sup>427</sup> O futuro Conde do Restelo foi eleito três vezes consecutivas para o pariato (1885, 1887 e 1890), sempre pelo distrito de Lisboa. Em 26 de Dezembro de 1895, foi nomeado par vitalício e pouco tempo depois assumiu a sua independência política.

<sup>428</sup> Como já vimos, Latino Coelho foi eleito pelo «colégio especial» dos Estabelecimentos Científicos que se reuniu para o efeito na sala da Biblioteca da Academia Real das Ciências. Como par proferiu, mal acabou de tomar posse, duas intervenções de fundo. Na primeira (30.03.86), fez uma acesa defesa do jacobinismo e criticou asperamente a existência de «um poder superior ao regime parlamentar, que faz cair e sair os ministérios». Na segunda (31.03.86), colocou a nu as contradições do Partido Progressista pelo facto deste partido ter apresentado no Parlamento um projecto relativamente ao qual «era o menos próprio para ser o seu representante e defensor».

foram examinados a tempo e horas pela assoberbada comissão de verificação de poderes<sup>429</sup>.

Como previam as vozes mais críticas da reforma constitucional empreendida por Fontes em 1885<sup>430</sup>, os expedientes habituais do exercício da influência governamental sobre o eleitorado fizeram-se igualmente sentir de uma forma bastante eficaz nas eleições do pariato<sup>431</sup>. Efectivamente, cabia aos governos “*fazerem e vencerem*” as eleições uma vez nomeados pelo monarca. Por conseguinte, em 30 de Março de 1887, cerca de três semanas depois de ter vencido confortavelmente as eleições gerais de deputados, nas quais obteve 71 % dos votos, o Partido Progressista chamou também a si uma parte de leão dos 50 lugares electivos da Câmara dos Pares. Ao todo, foram 47 os “amigos” do governo que, de uma assentada, obtiveram assento na Câmara Alta! Apenas 3 regeneradores – Emílio de Sá Brandão (Castelo Branco), Francisco de Almeida Brandão (Faro) e Jaime Constantino de Freitas Moniz (Estabelecimentos Científicos) – obtiveram ali assento pela oposição. No entanto, como reconhecia uma conhecida folha progressista a escassos dias da ida às urnas, “são precisas todas as precauções e todos os cuidados! A lição de 1881 não deve desperdiçar-se, e os exemplos das fornadas progressistas devem estar bem vivas na memória de todos”. Por isso, “É mister constituir e agrupar elementos valiosos e firmes para uma maioria decidida que normalize a acção do governo, e lhe garanta as forças indispensáveis para levar a cabo a sua ingrata e espinhosa missão”<sup>432</sup>. Escusado será dizer que os tais “elementos valiosos e firmes” eram na sua esmagadora maioria ex-deputados. Com efeito, na sequência deste acto eleitoral realizado sob a égide progressista ingressaram na Câmara dos Pares 34 ex-deputados, entre os quais se contavam conhecidos marechais progressistas como o 1.º Conde do Restelo, o 2.º Visconde de Carnide, o 2.º Barão do Salgueiro, Francisco Van-Zeller, José Maria Lobo de Ávila, Miguel Osório

<sup>429</sup> Vem a propósito acrescentar que, das 13 comissões gerais previstas no Regimento Interno da Câmara dos Dignos Pares do Reino, a comissão de verificação de poderes era única que não se conservava instituída durante toda a legislatura, uma vez que a sua eleição era anual.

<sup>430</sup> V. MARTINS, 1959, Volume IV, pp. 69-70.

<sup>431</sup> Este foi de resto um dos motivos evocados pelo governo no preâmbulo do Decreto de 25.09.95 que reduziu o número de membros da Câmara dos Pares, e suprimiu a parte electiva, criando um único tipo de par, o par vitalício nomeado pelo Rei. Ali se dizia que «Os defeitos e vícios do sistema eleitoral afectaram também a eleição do pariato, agravando-se até pela indiferença lamentável com que geralmente o corpo eleitoral aceitou o processo indirecto de eleição». Vem a propósito acrescentar que o Acto Adicional de 1895-1896 compõe-se de dois textos legislativos: o Decreto de 25.09.95 que, aprovado pelo governo com as Cortes dissolvidas, alterou a Carta Constitucional sem respeitar as normas nela previstas para a sua revisão; e a chamada «Carta de Lei de 03.04.96» que incorporou, em parte, as alterações daquele decreto.

<sup>432</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 24.03.87.

Cabral, Adriano Machado, João Crisóstomo Melício e Ressano Garcia que, à imagem do seu chefe, abandonaram o desdém que outrora nutriam pela Câmara dos Pares. De facto, o mínimo que se pode dizer é que o Partido Progressista aprendeu a lição pois, ao contrário das “fornadas” de 1880 e 1881, que nunca garantiram ao governo progressista uma maioria firme e segura, os pares electivos não só asseguraram uma confortável maioria ao gabinete de José Luciano de Castro, como ainda denotaram uma notável disciplina de voto. Na verdade, somente se verificou um “furo” na blindagem governativa por parte do Conde de Carnide que, embora nos primeiros anos tenha integrado a maioria que apoiava o governo progressista de José Luciano, nunca se contou entre os seus “incondicionais”, votando posteriormente contra algumas propostas governativas que considerava lesivas dos interesses do país.

Mudam os tempos, mudam os comportamentos! Em tempos de *Finis Patriae*, a Câmara dos Pares já não denotava ser, nem de perto nem de longe, a instituição independente que nas décadas anteriores podia funcionar como uma autêntica barreira face ao Poder Executivo, sendo manifesta a sua perda de independência em relação a este. Como afirmou Oliveira Martins num artigo redigido em inícios de 1888, “Dantes os governos podiam cair e caíam perante a oposição dos Pares; hoje, nem dos Pares, nem dos Deputados. Só podem cair por acordo, ou por incapacidade”<sup>433</sup>! De facto, depois de 1885, os ministérios sentiram-se seguros na Câmara dos Pares, o que contrasta com o que se passara nas décadas anteriores, em que os exemplos da sua influência e do seu protagonismo são numerosos. Embora não tocando nos poderes da Câmara Alta, como sucedeu por exemplo em Inglaterra com o *Parliament Act* de 1911, que restringiu significativamente os poderes da Câmara dos Lordes ao ponto de a deixar reduzida a um mero papel retardador, o Acto Adicional de 1885 afectou de uma forma muito particular a independência da Câmara dos Pares, isto é, a sua principal e mais temível arma, tornando-a praticamente numa chancela governativa.

Após 1425 dias no poder, o governo progressista presidido por José Luciano de Castro acabou por pedir a demissão na sequência do Ultimatum britânico de 11 de Janeiro de 1890. Foi a segunda vez na História de Portugal que um governo caiu por motivos de política externa e sob pressão da opinião pública – a primeira tinha sido em 1881 por causa do Tratado de Lourenço Marques e a vítima também foi um ministério do Partido Progressista, o qual acabou por soçobrar em 21 de Março de 1881 na Câmara

---

<sup>433</sup> MARTINS, 1957 b), Volume I, p. 224.

dos Pares. A 14 de Janeiro de 1890, é guindado ao poder um ministério regenerador, o primeiro presidido por António de Serpa Pimentel e o segundo do “reinado trágico” de D. Carlos. Novas eleições de pares foram agendadas para 14 de Abril de 1890 cujos resultados foram os esperados, embora com algumas surpresas. Depois de obterem uma folgada vitória eleitoral que lhes garantiu 115 dos 169 deputados, entre os quais já se incluíam os antigos dissidentes da Esquerda Dinástica, os regeneradores repetiram a dose na eleição de pares, arrebatando 40 dos 50 lugares electivos da Câmara Alta, sendo que 40 dos assentos temporários foram mais uma vez ocupados por ex-deputados. Entre os pares regeneradores eleitos neste escrutínio voltaram a figurar os Viscondes de Paço de Arcos e de Vila Mendo, o Barão de Almeida Santos, António José de Ávila Jr., António Emílio Correia de Sá Brandão, António Caetano de Oliveira, António José Teixeira, Augusto César Ferreira de Mesquita, Jaime Constantino de Freitas, Lourenço António de Carvalho, Luís Adriano de Magalhães e João Inácio Holbeche. Já Marçal Pacheco, Rosa Araújo e Afonso Pequito, três destacados representantes da nova geração do partido, faziam a sua estreia no pariato. Por sua vez, de entre os pares eleitos pela oposição contavam-se 9 progressistas e um dos “amigos de Vaz Preto”. Este influente grupo de pressão ainda elegeu outro par do reino por Castelo Branco, em 7 de Novembro de 1892, na sequência da vaga de Sá Brandão, o qual foi nomeado par vitalício em 31 de Março de 1891<sup>434</sup>. Como se sabe, mediante determinadas condições previstas na Lei de 24 de Julho de 1885, o Rei podia nomear um par do reino por cada 3 baixas ocorridas no pariato. Assim, num universo de 58 pares falecidos no período compreendido entre 1885 e 1895, foram nomeados 19 novos pares, ou seja, precisamente uma terça parte dos pares falecidos.

Os anos de 1891 e 1892 são de grande instabilidade política e de profunda crise económica. Ao todo, são quatro os ministérios nomeados durante este curto período, todos com forte componente extra-partidária, os quais eram sustentados nas duas casas do Parlamento pelo Partido Regenerador. Para agravar mais o quadro, em 31 de Janeiro de 1891, ocorre uma revolta republicana no Porto e, em Julho de 1892, depois do exterior nos fechar a torneira do crédito, Portugal mergulha na bancarrota. Os tempos eram de grande austeridade e nem a própria Família Real se eximiu aos sacrifícios,

---

<sup>434</sup> Dos 133 pares electivos que tomaram assento na Câmara entre 1886-1894, nada mais, nada menos de 44 foram posteriormente nomeados pares vitalícios.

abdicando voluntariamente de 20 % da sua dotação de 365 contos de réis anuais<sup>435</sup>, uma quantia que já de si era bem inferior à de qualquer monarca europeu<sup>436</sup>. As previsões pessimistas dos “Vencidos da Vida”, um grupo de existência relativamente curta (1887-1894) mas que marcou significativamente a vida intelectual, social e política portuguesa da época, que antevia a agonia e o fim da Monarquia, pareciam então uma realidade incontornável<sup>437</sup>.

Em 23 de Fevereiro de 1893, uma nova centelha de esperança percorreu o país com a chegada de uma nova geração regeneradora ao comando dos destinos nacionais. Mas a esperança depressa deu lugar ao desencanto. O novo ministério regenerador chefiado por Hintze Ribeiro, o qual era secundado por João Franco no Reino e por Augusto Fuschini nas Finanças, acabou por efectuar uma inversão no processo de democratização do sistema político que tinha sido levado a cabo por Fontes<sup>438</sup>, sendo responsável, entre outras medidas, pelo decreto ditatorial de 25 de Setembro de 1895 que extinguiu os pares electivos e reduziu o número de pares vitalícios a um máximo de 90<sup>439</sup>. Mas antes da eclosão da febre reformadora governamental, com o ministro João Franco a fazer uma espécie de “revolução nas páginas do Diário do Governo”, ainda foram eleitos 50 novos pares em 30 de Abril de 1894. No entanto, à semelhança dos seus colegas eleitos em 1885, os pares eleitos neste derradeiro escrutínio também não chegaram a aquecer o lugar visto que a 30.ª Legislatura, inaugurada por D. Carlos em 1 de Outubro de 1894, foi pouco depois abruptamente encerrada por um decreto de 28 de Novembro de 1894, não se tendo o Parlamento reunido por única vez em 1895. Na realidade, 1895 veio a revelar-se um autêntico *annus horribilis* em termos parlamentares, uma vez que à ditadura franquista se somou um pavoroso incêndio que destruiu parte do Palácio das Cortes, designadamente a antiga sala das sessões da Câmara dos Deputados.

Se bem que não se afigure como um fenómeno novo, o facto de mais de dois terços dos pares electivos terem sido membros da Câmara Baixa revela bem o quanto

<sup>435</sup> V. «Carta de el-rei D. Carlos ao Senhor Presidente do Conselho Dias Ferreira», publicada no *Diário de Notícias* de 31 de Janeiro de 1892.

<sup>436</sup> MORAIS, 2007, p. 45.

<sup>437</sup> Apesar de *Vencidos da Vida*, a actividade do grupo fez renascer e crescer entre os seus membros uma nova esperança, pois tinham-se tornado um círculo influente junto do príncipe herdeiro e, após a morte de D. Luís I, em 1889, passaram a influenciar o novo rei, D. Carlos I.

<sup>438</sup> V. RAMOS, 2001 a), p. 67.

<sup>439</sup> Como escreve Maria Filomena Mónica, «Nos círculos políticos, o decreto provocou um vendaval. O conde de Casal Ribeiro abandonou o silêncio a que se remetera para publicar um livro, *Carta e Pariato*, contra a medida» (MÓNICA, 1994, p. 139).

foi intenso o trânsito de deputados para a Câmara dos Pares entre 1885 e 1895. Como não podia deixar de ser, este advento maciço de deputados reflectiu-se de uma forma muito clara no comportamento da própria Câmara que, de um momento para o outro, passou de um sinistro “sarcófago governativo” a um inofensivo “retiro dos pacatos”<sup>440</sup>. Com efeito, a forma como a Câmara Alta se comporta e a sua influência no sistema político, dependem em larga medida do tipo de membros que nela se sentam. Ora, ao contrário dos pares hereditários, que por força da sua inamovibilidade gozavam de uma desafogada independência, a esmagadora maioria dos pares electivos estava comprometida com as regras da disciplina partidária e com tudo o que isso implicava na prática parlamentar<sup>441</sup>. Como afirmou o 2.º Conde de Tomar, filho do velho Costa Cabral e um dos pares mais aguerridos, “Eu nunca vi senão a parte electiva acompanhar todos os governos que a elegeram. Nunca houve o mais pequeno conflito com ela; era a guarda pretoriana, com ela é que o governo sempre contava, e não com a parte vitalícia, porque essa, dizem os governos, tem o seu lugar certo e não se sabe como votará”<sup>442</sup>. Mas para além de se mostrarem muito cordatos e obedientes, os pares electivos revelaram-se também consideravelmente mais assíduos do que os pares vitalícios. Como disse João Franco, “quem consultar o *Diário da câmara* pode verifica-lo”, pois, “na maior parte das votações, as maiorias eram formadas pelos membros electivos desta câmara”<sup>443</sup>. De facto, não se pode dizer que Franco tinha uma visão distorcida dos factos. Os dados de que dispomos indicam que a taxa de absentismo entre os pares vitalícios, durante o período em apreço, atingiu níveis nunca antes vistos. Senão vejamos: de acordo com as nossas estimativas, a média de membros da Câmara dos Pares entre 1886-1894 foi de 177 elementos<sup>444</sup>, enquanto a média de presenças diárias durante o mesmo período foi de 55 pares por sessão. Isto significa que a média de faltas se situou nos 122 pares por sessão, ou seja, qualquer coisa como 69 % de ausências diárias durante o referido período. Vale a pena recordar que a percentagem de pares ausentes por sessão entre 1870-1885 já era elevada, mas ainda assim não passava dos 60 %. Podemos ainda acrescentar que, num total de 488 sessões normais ocorridas entre

<sup>440</sup> GALLIS, 1908, Volume I, p. 381.

<sup>441</sup> Regra geral, os pares electivos mostraram-se muito discretos e pouco interventivos. Quem consultar os *Diários da Câmara* pode inclusivamente verificar que não são poucos os pares electivos dos quais não há registo de qualquer intervenção.

<sup>442</sup> DCP, sessão de 25.02.96, p. 143.

<sup>443</sup> DCP, sessão de 26.02.96, p. 149.

<sup>444</sup> Segundo as *Estatísticas do Pariato Português*, a Câmara dos Pares tinha 183 membros em 1886, 186 em 1887, 182 em 1888, 183 em 1889, 182 em 1890, 177 em 1891, 169 em 1892, 170 em 1893 e 163 em 1894.

1886 e 1894, só estiveram presentes mais de 50 % dos pares em 25 sessões, o que corresponde a pouco mais de 5 % do total de sessões. Para cúmulo, não obstante a desproporção entre pares vitalícios e pares electivos, não faltam sessões em que a presença destes é maioritária na Câmara. Ou seja, durante este período, confirma-se plenamente a vincada propensão absentista do pariato português, nomeadamente dos pares vitalícios. O caso de Casal Ribeiro, um dos pares mais interventivos nos trabalhos da Câmara durante as décadas anteriores, é paradigmático. Nos seus últimos anos de vida, mais concretamente entre 1887 e 1896, a sua presença na Câmara decresceu drasticamente. Ao longo desses 9 anos, interveio apenas três vezes, a 22 de Junho de 1891 e a 7 e 8 de Junho de 1893.

Ora, esta liberdade de faltar ou comparecer às sessões é um factor extremamente importante visto que também ajuda a explicar a decrescente influência e independência da Câmara dos Pares. Por um lado, a elevada assiduidade e a disciplina partidária dos pares electivos, não só permitiu que estes funcionassem como uma espécie de almofada que, de uma certa maneira, amorteceu a capacidade da Câmara dos Pares de desferir golpes decisivos nos governos, como ainda propiciou um quadro institucional em que, apesar de formalmente existirem duas câmaras parlamentares, na prática, era como se o Poder Legislativo estivesse confiado a uma só assembleia, já que, na realidade, a Câmara dos Pares se tornou numa espécie de reprodução imperfeita da outra assembleia legislativa. Como confessou João Franco, quando teve de justificar no Parlamento a supressão dos pares electivos, “tanto a câmara dos pares, com o elemento electivo, não passava de uma verdadeira duplicação da câmara popular, que acontecia, como era sabido de todos, os mesmos homens políticos, serem pares electivos, quando o seu partido estava no governo, e deputados, quando na oposição. Os homens eram os mesmos, apenas mudavam o nome ou título, de pares em deputados, e vice-versa”<sup>445</sup>. Por outro lado, sabendo nós que a independência dos pares era a verdadeira razão da indisciplina da Câmara dos Pares e que essa manifestação de independência se revelava, muito precisamente, na liberdade de comparecer ou de faltar às sessões meses a fio<sup>446</sup>. Ora, é esta liberdade que desaparece com a efectiva governamentalização da Câmara dos Pares a partir do momento em que a reforma constitucional de 1885 começou a produzir os seus efeitos. Acostumados à obediência partidária e a comportarem-se como

<sup>445</sup> DCP, sessão de 26.02.96, p. 149.

<sup>446</sup> Ou seja, a afluência (ou ausência) era no fundo a principal forma por que a independência dos pares se manifestava.

apoios seguros dos governos na Câmara dos Deputados, os pares electivos affectos ao governo nunca faltam à chamada nos momentos em que este precisa do seu apoio. Assim se explica a decrescente influência e independência da Câmara dos Pares que, a partir de 1885, nunca mais teve força para derrubar governos.



## ***Conclusão***

A queda de ministérios na Câmara Alta do Parlamento foi, sem dúvida, uma originalidade portuguesa. Mas porque razão uma instituição constitucionalmente vocacionada para a moderação e estabilização do regime constitucional monárquico, acabou por se revelar a Câmara mais indisciplinada e conflituosa do Parlamento oitocentista português? Ao contrário do que se poderia pensar à partida, esta desconcertante originalidade não se devia única e exclusivamente a uma insolente ingratidão do pariato português. É um facto que várias vezes os chefes partidários se arrependeram de propor determinados nomes para o pariato. No entanto, o número de pares que viraram as costas ao governo que propôs a sua nomeação não é muito significativo. Como vimos, tal originalidade estava em parte relacionada com a forma como a independência dos pares do reino se manifestava. Mas provinha também do facto de os governos, pelo menos até inícios da década de 1880, continuarem a ser confrontados com a ameaça de uma maioria ausente que, em ocasiões excepcionais, ou seja, nos momentos politicamente mais quentes e nas votações importantes, se mobilizava e afluía à segunda câmara parlamentar em massa, revelando a insuficiência das “fornadas”. Foi aliás este fenómeno que vitimou o primeiro governo do Partido Progressista (1879-1881) que, apesar de todos os seus esforços de domesticação da Câmara Alta através das “fornadas”, acabou por cair na Câmara dos Pares.

No que concerne à incidência da Câmara dos Pares na vida política, foi possível descortinar dois períodos nitidamente distintos: o primeiro corresponde ao arco temporal compreendido entre 1870 e 1885, ao longo do qual a Câmara Alta se arrogou por vezes uma iniciativa política que, manifestamente, excedia a influência que lhe era constitucionalmente reconhecida. Ao longo deste período, é igualmente flagrante a utilização de dois pesos e duas medidas por parte dos dois principais partidos monárquicos no que respeita ao papel da Câmara dos Pares no sistema político. Com efeito, quando estavam no poder, tanto regeneradores como progressistas eram os primeiros a reconhecer que a missão de uma segunda câmara parlamentar não era levantar tempestades políticas mas sim mitigá-las; no entanto, quando estavam na oposição, faziam exactamente o oposto. Ou seja, na batalha política travada no Parlamento, a Câmara dos Pares foi ao mesmo tempo escudo e arma para cada um dos

contendores. No que toca ao segundo período escrutinado, podemos dizer que é evidente que a Câmara Alta perdeu protagonismo e força política, tornando-se numa mera duplicação da Câmara dos Deputados. Ora, como se sabe, uma Câmara Alta que seja apenas uma mera duplicação da Câmara Baixa corre o risco de desaparecer pois, na prática, mais não faz do que obstruir e complicar desnecessariamente o processo legislativo.

Não sendo a terapia milagrosa para todos os problemas que afligiam o *regime*, é, no entanto, manifesto que as reformas políticas foram constantemente apregoadas como a panaceia e como a força motora que permitiria renovar e revigorar o sistema político da Monarquia Constitucional. O próprio Rei D. Luís viu com bons olhos a reforma constitucional de 1885, uma vez que estava convencido de que esta lhe seria favorável. E de facto, o fim das “fornadas” colocava-o fora do atoleiro da política partidária. Porém, no caso específico da Câmara dos Pares, foram precisamente as reorganizações de que foi alvo que, a pouco e pouco, lhe foram coarctando a independência, uma vez que a forçaram a adoptar uma postura mais defensiva que a deixou cada vez mais à mercê do Poder Executivo. Ou seja, em última análise, as medidas reformistas foram sempre tomadas no sentido de debilitar os mecanismos de resistência da Câmara Alta face ao executivo. Por tudo isto, podemos efectivamente dizer que o Segundo Acto Adicional não culminou somente um processo de progressiva democratização do sistema político. Em boa verdade, a revisão constitucional de 1885 foi também o ponto culminante de um longo e complicado processo de domesticação da Câmara dos Pares, uma vez que originou a sua efectiva governamentalização, a qual, a partir desse momento, nunca mais derrubou ministérios.

***ANEXOS***

**ANEXO 1**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**  
(Pares nomeados por proposta do Partido Regenerador)

		23.03.76	28.05.79	06.03.80	12.02.81	21.03.81	24.03.82	08.07.82	22.04.84	02.06.85
		Moção de confiança ao governo	Relações do governo com o BNU	Imposto do real de água	Proposta do bispo de Viseu	Moção de Fontes P. de Melo	Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da Carta Constituc.
Nomeados em 28.12.71	Marquês de Penafiel				oposição	oposição			governo	
	Arcebispo de Goa				+					
	Conde Castelo Branco	+								
	1.º Conde de Seisal	+								
	V. Praia Grande Macau	governo	governo			oposição	governo		+	
	A. de Serpa Pimentel			oposição	oposição	oposição		governo	governo	governo
	Mártens Ferrão	governo	governo	governo	oposição	governo	governo	governo	governo	governo
	José S. Mendes Leal							governo		
Nomeados em 16.05.74	Marquês de Monfalim			oposição	oposição	oposição	governo	governo		
	C. da Torre (8.º M. Fro.)	governo	governo	oposição	oposição	oposição	governo	governo	oposição	oposição
	Visc. de Alves de Sá			oposição	oposição	oposição			governo	governo
	Visconde de Bivar	governo		oposição	oposição	oposição	governo	governo	governo	governo
	Visconde dos Olivais	governo	governo	+						
	Visc. de S. Jerónimo						+			
	Barão do Rio Zêzere									
	A. Correia Caldeira	oposição	+							
	António J. Barros e Sá	governo	oposição	governo	oposição	oposição	governo		oposição	
	Aug. C. Cau da Costa	governo	governo		oposição	oposição			governo	governo
	Carlos Bento da Silva	oposição	oposição	governo	governo	governo				
	Aug. Xavier Palmeirim	governo	governo	oposição	oposição	oposição	governo	governo	governo	governo

Verde - votou com o governo

Vermelho - votou com a oposição

+ Havia falecido

**ANEXO 1**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**  
(Pares nomeados por proposta do Partido Regenerador)

		23.03.76	28.05.79	06.03.80	12.02.81	21.03.81	24.03.82	08.07.82	22.04.84	02.06.85
		Moção de confiança ao governo	Relações do governo com o BNU	Imposto do real de água	Proposta do bispo de Viseu	Moção de Fontes P. de Melo	Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da Carta Constituc.
Nomeados em 16.05.74	Agostinho de Ornelas		governo	oposição	oposição	oposição		governo	oposição	oposição
	A. Paiva Pereira Silva	governo	+							
	Franc. J. Silva Torres	governo			+					
	Conde de Valbom			oposição	oposição	oposição			governo	
	Marcelino Sá Vargas	governo	+							
Nomeações avulsas	2.º Duque de Loulé								governo	
	Barjona de Freitas		governo	oposição	oposição	oposição	governo		governo	
	Ant. F. de Sousa Pinto		oposição	governo	oposição	oposição		governo	governo	governo
	J. Gonçalves Mamede		governo		+					
	A. Rodrigues Sampaio			oposição	oposição	oposição	governo	governo	+	
Nomeados em 02.12.78	Conde de Torres Novas								+	
	Visconde de Sagres									
	A. M. Couto Monteiro			oposição	oposição	oposição	governo	governo	governo	governo
	Maldonado de Eça						governo	governo		governo
	Luís da Câmara Leme			oposição	oposição	oposição				
	Miguel Martins Dantas		governo							
	V. Ferreira de Novais		governo	oposição	oposição	oposição	governo	governo	+	
Nomeados em 29.12.81	Conde de Alte						governo	governo	governo	oposição
	Conde de Ficalho						governo	governo		governo
	Conde de Margaride						governo		governo	governo
	Visconde de Arriaga						governo	governo	governo	governo
	Visc. da Azarujinha						governo	governo	governo	governo

Verde - votou com o governo

Vermelho - votou com a oposição

**ANEXO 1**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**  
(Pares nomeados por proposta do Partido Regenerador)

		<b>24.03.82</b>	<b>08.07.82</b>	<b>22.04.84</b>	<b>02.06.85</b>					
		Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da Carta Constituc.					
Nomeados em 29.12.81	Visc. de Monte-São		governo							
	Visc. de Moreira de Rei		governo	oposição						
	Visc. Sieuve Meneses	governo	governo		governo					
	Barão de Santos	aprovou	governo	governo						
	A. Barreiros Arrobas	governo	governo							
	A. Teles Vasconcelos P.	governo	governo	governo	governo					
	B. Teixeira de Aguiar		+							
	Bern.º Serpa Pimentel			governo	governo					
	Franc. da Costa e Silva	governo	governo	governo	governo					
	José A. Gomes Lages	governo	governo	governo	governo					
	José Silvestre Ribeiro	governo	governo	governo	governo					
	J. V. Barbosa do Bocage	governo	governo	governo						
	L. Almeida Azevedo	governo	governo	governo						
	Tomás Ribeiro Ferreira		governo	governo	governo					

Verde - votou com o governo

Vermelho - votou com a oposição

**ANEXO 2**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**  
(Pares nomeados por proposta do Partido Progressista)

		06.03.80	12.02.81	21.03.81	24.03.82	08.07.82	22.04.84	02.06.85		
		Imposto do real de água	Proposta do bispo de Viseu	Moção de Fontes P. de Melo	Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da carta Constituc.		
Nomeados em 21.01.80	Bispo eleito do Algarve	governo	governo	governo	oposição	oposição				
	Visc. Borges de Castro	governo	governo	governo						
	A. Pereira de Miranda		governo	governo		oposição	governo			
	A. Egipcio Quaresma	governo	governo	governo		oposição				
	Vasc. Pereira Coutinho	governo	+							
	Fortunato J. Barreiros		oposição	oposição	governo	governo	governo			
	J. J. Mendonça Cortez	governo	governo	governo	oposição	oposição		oposição		
	J. Baptista de Andrade	governo	governo	governo						
	J. Joaquim de Castro	governo	governo	governo	oposição	oposição	governo			
	José Manços de Faria		oposição	oposição	+					
	José de Melo Gouveia	governo	oposição			governo	oposição			
	Pereira Costa Cardoso	governo	governo	governo	oposição	oposição		oposição		
	J. S. M. Mexia Salema		oposição	oposição	governo	governo	oposição	oposição		
	L. A. Coelho e Campos	governo	governo		+					
	Matias de Carvalho	governo								
	Plácido Cunha e Abreu	governo	oposição		governo	governo	governo	governo		
	Sebastião Calheiros	governo	governo	governo	oposição	oposição	governo			
	Tomás de Carvalho	governo	governo	governo			governo	governo		
	V. Seça de Almeida	governo	governo	governo	oposição	oposição	governo			
	M. António de Seixas	governo	governo	governo		oposição	governo			
	Luís C. Daun e Lorena	governo	governo	governo	oposição	oposição	governo			

Verde - votou com o governo

Vermelho - votou com a oposição

**ANEXO 2**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**  
(Pares nomeados por proposta do Partido Progressista)

		06.03.80	12.02.81	21.03.81	24.03.82	08.07.82	22.04.84	02.06.85		
		Imposto do real de água	Proposta do bispo de Viseu	Moção de Fontes P. de Melo	Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da Carta Constituc.		
21.01.80	Visc. de S. Januário	governo	governo	governo	oposição		governo			
	Visconde de Valmor			governo						
	J. Raposo do Amaral		governo							
Nomeados em 07.01.81	Ab.º Mendes Pinheiro		governo	governo						
	A. Augusto de Aguiar				oposição	oposição	governo			
	Luís Henriques Secco		governo	governo						
	Peq. Seixas de Andrade		governo	governo	oposição	oposição	governo			
	A. P. Magalhães Aguiar		governo	governo	+					
	Basílio Cabral Queirós				oposição	oposição	governo			
	Francisco M. da Cunha		governo	governo			governo			
	Henrique de Macedo		governo	governo	oposição	oposição	governo			
	João Crisóstomo Abreu			governo	oposição		governo			
	J. Inácio Ferreira Lapa		governo	governo	oposição	oposição				
	J. Vasconcelos Gusmão			governo	oposição	oposição	governo			
	José J. Fernandes Vaz		governo	governo	oposição	oposição				
	José M. Ponte Horta		governo	governo	oposição	oposição				
	M. S. Pires de Lima		governo	governo	oposição	oposição	+			
	Manuel Pereira Dias		governo	governo	oposição	oposição				
	Visc. da Gandarinha		governo	governo						

Verde - votou com o governo

Vermelho - votou com a oposição



**ANEXO 3**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**  
(Pares nomeados num período antecedente)

		23.03.76	28.05.79	06.03.80	12.02.81	21.03.81	24.03.82	08.07.82	22.04.84	02.06.85
		Moção de confiança ao governo	Relações do governo com o BNU	Imposto do real de água	Proposta do bispo de Viseu	Moção de Fontes P. de Melo	Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da Carta Constituc.
<b>P A R E S  N O M E A D O S</b>	1.º Duque de Saldanha		+							
	1.º Duque de Loulé	+								
	Duque d'Ávila e Bolama	oposição	oposição	governo	oposição		+			
	Duque de Palmela	oposição	oposição	governo	governo	governo			oposição	oposição
	M ar quês de Ficalho		governo	oposição	oposição	oposição	governo	governo		
	7.º M ar . de Fronteira	governo	governo	oposição		+				
	M ar quês da Graciosa									
	Visconde de Benagazil	+								
	M ar quês de Niza	+								
	1.º Visc. da Borralha	+								
	M ar . de Ponte de Lima		+							
	M ar quês da R. Grande	+								
	M ar . de Sá da Bandeira	+								
	M ar . de Sousa Holstein	governo	+							
	M ar quês de Tomar									
	1.º Visc. de Condeixa	+								
	Visc. de Fonte Arcada				+					
	Conde da Azinhaga									
	2.º Conde de Bertandos	+								
	1.º Conde de Campanhã		+							
	Conde do Casal Ribeiro	governo	oposição						oposição	
	Visconde de Leiria									

**Verde** - votou com o governo

**Vermelho** - votou com a oposição

**ANEXO 3**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**  
(Pares nomeados num período antecedente)

		23.03.76	28.05.79	06.03.80	12.02.81	21.03.81	24.03.82	08.07.82	22.04.84	02.06.85
		Moção de confiança ao governo	Relações do governo com o BNU	Imposto do real de água	Proposta do bispo de Viseu	Moção de Fontes P. de Melo	Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da Carta Constituc.
P A R E S  N O M E A D O S	1.º Conde de Castro		+							
	Conde de Cavaleiros	oposição					+			
	Conde da Fonte Nova	governo	governo	oposição	oposição	oposição	governo	governo	governo	governo
	Conde de F. de Algodres	governo	+							
	Conde do Lavradio	+								
	Conde de Linhares	oposição		governo	governo	governo			governo	
	Conde da Lousã	governo	governo					governo	+	
	Conde de Podentes				governo	governo		oposição		
	Conde de P.C. Bandeira	governo	governo				governo	governo	+	
	Conde da Praia da Vitória	+								
	3.º Conde de Rio Maior	+								
	Visconde de Monforte	governo	governo	+						
	Visconde de Seabra				oposição	oposição	governo	governo	governo	
	Conde do Sobral		+							
	1.º Visc. Soares Franco	governo	governo			oposição	governo	governo	governo	+
	Visc. da Vargem da Or.		+							
	Visconde de Vila Maior	governo		governo	governo	governo	governo	governo	governo	
	1.º Visc. Vila da Praia	+								
	Barão da Arruda	+								
	Barão de S. Pedro		+							
	Barão de Foz Côa	+								
	6.º Conde das Galveias	+								

Verde - votou com o governo

Vermelho - votou com a oposição

**ANEXO 3**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**  
(Pares nomeados num período antecedente)

		23.03.76	28.05.79	06.03.80	12.02.81	21.03.81	24.03.82	08.07.82	22.04.84	02.06.85
		Moção de confiança ao governo	Relações do governo com o BNU	Imposto do real de água	Proposta do bispo de Viseu	Moção de Fontes P. de Melo	Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da Carta Constituc.
P A R E S  N O M E A D O S	Fontes Pereira de Melo			oposição	oposição	oposição	governo	governo	governo	governo
	M orais Carvalho	governo	+							
	D. José de Melo e Sald.	governo	governo	governo	governo		governo	governo	+	
	Basílio de Cabral (1.º)		+							
	C. Rebelo de Carvalho	governo							+	
	A. Sequeira Pinto (1.º)	+								
	Félix Pereira Magalh.		+							
	Fr. Ant. da Silva Ferrão	+								
	F. Tavares A. Proença	+								
	M orais Pessanha								+	
	João de Andrade Corvo			oposição	oposição	oposição			governo	governo
	Joaquim Ant. de Aguiar	+								
	Joaq. Filipe de Soure								+	
	José Aug. Braamcamp	oposição	oposição	governo	governo	governo				
	J. C. Sousa Pinto Basto	oposição	oposição		oposição	oposição	governo	governo	governo	
	José Ferreira Pestana									
	José G. Ferreira Passos	+								
	Reise Vasconcelos	oposição	oposição			oposição				
	José Lourenço da Luz	governo		oposição					+	
	José Maria Baldy	+								
	J. Eugénio de Almeida	+								
	J. M. Baião Matoso			governo	governo			+		

Verde - votou com o governo

Vermelho - votou com a oposição

**ANEXO 3**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**  
(Pares nomeados num período antecedente)

		23.03.76	28.05.79	06.03.80	12.02.81	21.03.81	24.03.82	08.07.82	22.04.84	02.06.85
		Moção de confiança ao governo	Relações do governo com o BNU	Imposto do real de água	Proposta do bispo de Viseu	Moção de Fontes P. de Melo	Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da Carta Constituc.
<b>P A R E S  N O M E A D O S</b>	L. Aug. Rebelo da Silva	+								
	Luís de Castro Guimar.			governo		+				
	M. Almeida Pessanha	+								
	Miguel Canto e Castro	oposição		governo	governo	governo		oposição		
	R. C. Meneses Pita	oposição							+	
	R. J. Fernandes Tomás	+								
	Vicente Ferrer N. Paiva	oposição	oposição			governo	oposição	oposição	governo	

**Verde** - votou com o governo

**Vermelho** - votou com a oposição

**ANEXO 4**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**  
(Pares que ingressaram na câmara pela via hereditária)

		23.03.76	28.05.79	06.03.80	12.02.81	21.03.81	24.03.82	08.07.82	22.04.84	02.06.85
		Moção de confiança ao governo	Relações do governo com o BNU	Imposto do real de água	Proposta do bispo de Viseu	Moção de Fontes P. de Melo	Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da Carta Constituc.
P A R E S  H E R E D I T Á R I O S	2.º Duque de Saldanha				+					
	M ar quês de Angeja		oposição				+			
	M ar quês de l Pombal								oposição	
	M ar quês de Sabugosa	oposição	oposição	governo	governo	governo	oposição	oposição		
	M ar quês de Sampaio	+								
	M ar quês de Terena		+							
	M ar quês de Valada	oposição	oposição	oposição	oposição	oposição	governo	governo	governo	governo
	M ar quês de Viana	governo	governo	oposição	oposição	oposição	governo	governo	governo	
	Conde das Alcáçovas	governo					governo	governo	oposição	
	9.º Conde dos Ar cos		+							
	10.º Conde dos Ar cos			oposição	oposição	oposição	governo			
	Conde de Avilez	oposição		oposição	oposição	oposição	+			
	2.º Conde do Bonfim	governo	governo	oposição	oposição	oposição		+		
	3.º Conde do Bonfim							governo	oposição	
	2.º Conde de Castro		oposição	governo	governo	governo	oposição	governo		
	Conde de Farrobo		governo	oposição					+	
	7.º Conde das Galveias									
	2.º Conde de Paraty	governo		governo	governo	governo		governo	+	
	3.º Conde de Paraty									
	Conde de Resende	+								
	4.º Conde de Rio Maior	oposição	oposição	governo	oposição				oposição	oposição
	2.º Conde do Seisal	governo	governo	oposição		oposição		governo	governo	

Verde - votou com o governo

Vermelho - votou com a oposição

**ANEXO 4**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**  
(Pares que ingressaram na câmara pela via hereditária)

		23.03.76	28.05.79	06.03.80	12.02.81	21.03.81	24.03.82	08.07.82	22.04.84	02.06.85
		Moção de confiança ao governo	Relações do governo com o BNU	Imposto do real de água	Proposta do bispo de Viseu	Moção de Fontes P. de Melo	Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da Carta Constituc.
P A R E S  H E R E D I T Á R I O S	3.º Conde de Bertandós		oposição	governo		governo		oposição	governo	
	Conde de Mesquitela	governo								
	Conde de Cabral			oposição	oposição	oposição	governo		governo	governo
	1.º Conde de Gouveia	governo	governo	oposição	oposição	oposição	governo		governo	
	1.º Visconde de Gouveia	+								
	Conde de Samodães				governo					
	Conde da Ponte	+								
	Marquês de Alvito	governo								
	Conde da Rib.ª Grande	oposição		oposição	oposição	oposição		oposição	governo	
	Visconde de Algés							+		
	2.º Visc. de Condeixa									
	Visc. das Laranjeiras		governo		oposição	oposição				
	Visconde de Ovar			governo	governo	governo	+			
	Visc. Parad.ª do Outeiro									
	1.º Visc. Silva Carvalho	governo	governo	oposição	+					
	2.º Visc. Vila da Praia									
	Visc. de Almeida				oposição	oposição	governo	governo	governo	governo
	Visconde da Asseca						governo		governo	
	V. Praia e de Monforte		governo		oposição	oposição				oposição
	2.º Visc. da Borralha	governo		oposição	oposição				governo	
	Visc. de Portocarrero		oposição	governo	governo	governo				
	Visc. de Chanceleros	oposição		oposição	oposição	oposição		aprovou	oposição	oposição

Verde - votou com o governo

Vermelho - votou com a oposição

**ANEXO 4**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**

(Pares que ingressaram na câmara pela via hereditária)

		23.03.76	28.05.79	06.03.80	12.02.81	21.03.81	24.03.82	08.07.82	22.04.84	02.06.85
		Moção de confiança ao governo	Relações do governo com o BNU	Imposto do real de água	Proposta do bispo de Viseu	Moção de Fontes P. de Melo	Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da Carta Constituc.
P A R E S  H E R E D I T Á R I O S	A. A. Melo e Carvalho	governo	governo	oposição	oposição	oposição	governo	governo	+	
	A. Francisco Machado				oposição	oposição	governo	governo	+	
	António Gamboa e Liz	governo	+							
	Aug. C. Xavier da Silva	oposição	oposição	governo	governo	governo	oposição	oposição	+	
	C. B. Ferraz Sachety									
	F. Simões Margiochi 2.º		+							
	F. Simões Margiochi 3.º			oposição	oposição		governo	governo	oposição	oposição
	Jaime Larcher	governo						oposição	governo	
	Barão de Ancede	governo		oposição	oposição	oposição			governo	
	Miguel Osório Cabral	oposição		governo	governo					
	Manuel Vaz Preto	oposição	oposição	oposição	oposição	oposição	oposição	oposição	governo	governo
	A. S. Silva Costa Lobo	oposição	oposição	governo	governo	governo		oposição	governo	governo
	Marino João Franzini	oposição	oposição	governo	governo	oposição	oposição	oposição	governo	
	D. Caet.º Segismundo									
	C. Eugénio de Almeida			governo	governo	governo				governo
	A. Sequeira Pinto (2.º)	oposição	oposição	governo	governo				governo	
	E. Montufar Barreiros	governo	governo	oposição	oposição		governo	governo		governo
	J. Trigueiros P. Martel			oposição	oposição				governo	
	Macário de Castro e S.									
	J. de Castro Guimarães									
	2.º Visc. Silva Carvalho									
	2.º Visc. Soares Franco									

Verde - votou com o governo

Vermelho - votou com a oposição

**ANEXO 5**  
**VOTAÇÕES DA CÂMARA ALTA**  
**1870 - 1885**  
**(Episcopado)**

	<b>23.03.76</b>	<b>28.05.79</b>	<b>06.03.80</b>	<b>12.02.81</b>	<b>21.03.81</b>	<b>24.03.82</b>	<b>08.07.82</b>	<b>22.04.84</b>	<b>02.06.85</b>
	Moção de confiança ao governo	Relações do governo com o BNU	Imposto do real de água	Proposta do bispo de Viseu	Moção de Fontes P. de Melo	Imposto sobre os bens de consumo	Contrato de Salamanca	Necessidade de reforma da Carta	Revisão da Carta Constituc.
<b>Cardeal Patriarca I</b>	governo							+	
<b>Cardeal Patriarca II</b>									
<b>Arcebispo de Braga</b>									
<b>Arcebispo de Évora</b>			governo	governo	governo				
<b>Bispo C. de Coimbra I</b>	+								
<b>Bispo C. de Coimbra II</b>									
<b>Bispo de Beja</b>									
<b>Bispo de Bragança I</b>	+								
<b>Bispo de Bragança II</b>	governo	governo	governo	governo	governo	governo			+
<b>Bispo de Bragança III</b>									
<b>Bispo da Guarda I</b>		+							
<b>Bispo da Guarda II</b>									
<b>Bispo de Lamego</b>	governo			governo					
<b>Bispo de Leiria</b>	+								
<b>Bispo de Portalegre I</b>								+	
<b>Bispo de Portalegre II</b>									
<b>Bispo do Porto</b>	governo								
<b>Bispo de Viseu I</b>				governo	governo	+			
<b>Bispo de Viseu II</b>									
<b>Bispo de Betsáida</b>									

**Verde** - voto favorável ao Partido Regenerador

**Vermelho** - voto favorável ao Partido Histórico-Progressista



***QUADROS***

## QUADRO 1

Presença média diária (1870 - 1894):

PERÍODO	Média de presenças	Média total	Número de sessões
1870 - 1878	38	115	387
1879 - 1885	67	142	553
1886 - 1894	55	172	488
Média Global / Total Sessões	53	143	1428

**Fonte:** *Diário da Câmara dos Pares (1870 - 1894)*

## QUADRO 2

Média de faltas por sessão (1870 - 1894):

PERÍODO	Média de faltas	Percentagem
1870 - 1878	77	67%
1879 - 1885	75	55%
1886 - 1894	122	69%
Média Global	91	63%

**Fonte:** *Diário da Câmara dos Pares (1870 - 1894)*

**QUADRO 3**

	<b>PARES ELECTIVOS</b>		<b>PARES NÃO ELECTIVOS</b>	
	Média de pares presentes por sessão	Percentagem em relação ao total	Média de pares presentes por sessão	Percentagem em relação ao total
1886	19	44%	42	30%
1887	26	52%	43	31%
1888	26	54%	37	27%
1889	25	54%	44	32%
1890	23	47%	34	26%
1891	20	41%	36	28%
1892	17	35%	31	26%
1893	20	41%	34	28%
1894	26	62%	41	34%

**Fonte:** *Diário da Câmara dos Pares do Reino (1886 - 1894)*

**QUADRO 4**

	<b>Número de Deputados</b>	<b>Número de Pares</b>
1870	100	110
1871	100	107
1872	100	112
1873	100	112
1874	100	109
1875	100	126
1876	100	121
1877	100	120
1878	137	114
1879	137	120
1880	137	139
1881	137	146
1882	137	156
1883	137	147
1884	137	143
1885	157	142
1886	157	183
1887	157	186
1888	157	182
1889	157	183
1890	157	182
1891	157	177
1892	157	169
1893	157	121
1894	157	163
1895	114	110

**Fontes:** *Estatísticas do Pariato Português e Legislação Eleitoral Portuguesa (1820-1926)*

## Quadro 5

### Relação entre o universo populacional e o número de representantes de cada uma das câmaras legislativas de alguns países europeus no último quartel do século XIX

Países	População	N.º de deputados	Número de habitantes por deputado	N.º de pares ou senadores e sua % face ao n.º de deputados	Número de habitantes por par ou senador	Tipo de organização da Câmara Alta
<b>Espanha</b>	16.623.884	431	38.571	360 83%	46.177	Compunha-se de membros de direito, vitalícios de nomeação régia (180) e electivos (180). Desde 1876.
<b>França</b>	36.905.788	535	68.982	300 56%	123.019	Compunha-se de 225 senadores electivos e de 75 senadores vitalícios nomeados pela A. Nacional. Desde 1875.
<b>Bélgica</b>	5.536.654	132	41.944	66 50%	83.888	Todos electivos, com excepção do herdeiro presuntivo da coroa que era senador de direito logo que completasse 18 anos de idade. Desde 1831.
<b>Dinamarca</b>	2.000.100	125	16.000	66 53%	30.304	Todos electivos, com excepção de 12 vitalícios de nomeação régia. Desde 1849.
<b>Suécia</b>	4.578.901	158	28.980	133 84%	34.427	Todos electivos. Desde 1866.
<b>Noruega</b>	1.806.300	86	21.004	28 33%	64.510	O número de membros da Câmara Alta corresponde a um quarto do número total de deputados e eram eleitos por estes entre si. Desde 1814.
<b>Países Baixos</b>	4.060.580	86	47.216	39 45%	104.117	Todos electivos. Desde 1848.
<b>Inglaterra</b>	35.246.542	658	53.566	555 84%	63.507	Compunha-se de um número ilimitado de pares temporais (príncipes reais, nobreza hereditária, pares nomeados pelo rei a título hereditário, 28 pares vitalícios e 16 pares electivos) e de 26 pares espirituais (2 arcebispos e 24 bispos da (2 arcebispos e 24 bispos da Igreja Anglicana). Desde 1707.
<b>Itália</b>	28.437.097	508	55.978	322 63%	88.314	Compunha-se de membros de direito próprio (príncipes reais) e de membros vitalícios de nomeação régia em número ilimitado. Desde 1861.
<b>Prússia</b>	27.251.064	432	63.081	302 70%	90.235	Compunha-se de um número ilimitado de membros de nomeação régia que podiam ser vitalícios ou hereditários.
<b>Alemanha</b>	39.200.000	382	102.618	58 15%	675.862	O Bundesrat ou Conselho Federal compunha-se de representantes de cada um dos 25 estados da confederação alemã e a duração do seu mandato era temporal. Desde 1871.
<b>Áustria</b>	22.180.705	353	62.835	188 53%	117.982	Compunha-se de um número ilimitado de membros de nomeação régia que podiam ser vitalícios ou hereditários (príncipes imperiais maiores de idade, altas dignidades eclesiásticas, grande nobreza e altas individualidades).
<b>Hungria</b>	15.610.729	450	34.923	700 155%	22.701	Compunha-se de membros de direito e hereditários em número ilimitado (alto clero, altos dignitários do reino e nobreza titulada).
<b>Portugal</b>	4.745.124	137	31.217	143 104%	33.416	Em 1884, o ano a que respeitam estes valores, estava em curso uma revisão constitucional cuja pedra de toque era a abolição da hereditariedade no pariato.

### Quadro 5

**Fontes:** Este quadro foi elaborado tendo por base um quadro análogo publicado no *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 28.04.85, p. 1364, no qual foram introduzidos alguns dados adicionais coligidos em: BALDWIN, 2001; KURIAN (ed.), 1998, Volumes I e II; MASTIAS, 1987; PATTERSON e MUGHAN (ed.), 1999; TSEBELIS e MONEY 1997.

## ***FONTES e BIBLIOGRAFIA***

## 1. História de Portugal

### 1.1. Fontes Primárias

#### 1.1.1. *Manuscritos*

##### ARQUIVO HISTÓRICO-PARLAMENTAR:

###### *Câmara dos Pares:*

Secção V, Caixas 9, 10, 11, 12, 13 e AC

Secção VI, Caixas 4, 14, 17, 21, 52, 54 e 55

##### ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO:

###### *Actas do Conselho de Estado:*

1834-1865, Casa Forte, Livro 77 A

1867-1875, Casa Forte, Livro 77 D

1889-1905, Casa Forte, Livro 077

###### *Arquivo da Casa Real:*

Caixa 7337, capilha 347 (Cartas do Marquês de Ávila e Bolama para o Rei D. Luís)

Caixa 7337, capilha 348 (Cartas do Marquês de Sá da Bandeira para o Rei D. Luís)

Caixa 7341, capilha 350 (Cartas de Fontes Pereira de Melo para o Rei D. Luís)

Caixa 7341, capilha 351 (Cartas do Duque de Saldanha para o Rei D. Luís)

##### BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA:

###### *Reservados:*

Catálogo Geral, Caixa 142

Documentos 1-12 (Cartas autografadas de Anselmo José Braamcamp a Fausto de Queirós Guedes, 2.º Visconde de Valmor)

Catálogo Geral, Caixa 169

Documentos 47-96 (Cartas autografadas de Anselmo José Braamcamp sobre assuntos políticos e particulares)

Documentos 129-134 (Cartas autografadas de António Maria Fontes Pereira de Melo sobre assuntos políticos e particulares)



Documentos 141-148 (Cartas autografadas do Duque de Ávila e Bolama sobre assuntos políticos e particulares)

### ***1.1.2. Imprensa***

*A LANTERNA*, 1872

*A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO*, 1870-1895

*CORREIO DA MANHÃ*, 1884-1885

*CORREIO DA NOITE*, 1881-1885

*DEMOCRACIA*, 1875-1889

*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1870-1895

*DIÁRIO ILUSTRADO*, 1872-1886

*DIÁRIO POPULAR*, 1870-1886

*GAZETA DO POVO*, 1870-1873

*NOVIDADES*, 1885-1895

*O ANTÓNIO MARIA*, 1879-1895 (Esteve suspenso de Jan. de 1885 a Mar. de 1891)

*O OCCIDENTE*, 1878-1895

*O COMÉRCIO DO PORTO*, 1870-1889

*O DIA*, 1888-1895

*O JORNAL DO COMÉRCIO*, 1870-1895

*O PAÍS*, 1873-1876

*O PORTUGUÊS*, 1858, 1861 e 1865

*O PRIMEIRO DE JANEIRO*, 1870-1895

*O PROGRESSO*, 1877-1895

*O SÉCULO*, 1881-1895

### ***1.1.3. Livros, Opúsculos e Publicações Oficiais***

ALBUQUERQUE, António Tavares de, *Índice Alfabético e Remissivo dos Trabalhos Parlamentares das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903-1905, Tomos II e III.

- ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1913-1916, 6 Volumes (3.<sup>a</sup> edição).
- ALORNA, Marquês de Fronteira e de, *Memórias do Marquês de Fronteira e de Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto* (revistas e coordenadas por Ernesto de Andrada), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926-1932, 4 Volumes e 1 Apêndice.
- ARANHA, Brito, *Factos e Homens do meu Tempo: Memórias de um Jornalista*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1907-1909, 3 Volumes.
- ARNOSO, Conde de, *Justiça! Discursos proferidos na Câmara dos Dignos Pares do Reino em 1908, 1909 e 1910*, Lisboa, Tipografia Editora José Bastos, 1913.
- ARRIAGA, José de, *A Política Conservadora e as Modernas Alianças dos Partidos Políticos Portugueses*, Lisboa, Tipografia de J. G. de Sousa Neves, 1879.
- ARRIAGA, José de, *Oitenta Anos de Constitucionalismo Outorgado (1826-1905)*, Lisboa, Tipografia de M. A. Branco, 1905.
- ARRIAGA, José de, *Os Últimos 60 Anos da Monarquia. Causas da Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1911.
- ARRIAGA, Visconde de, *Exame sobre o Tratado relativo à baía e território de Lourenço Marques concluído entre Portugal e a Inglaterra em 30 de Maio de 1879*, Lisboa, Lallemand Frères, 1881.
- ARROIO, João, *Discursos sobre o Projecto de Reforma Constitucional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.
- ÁVILA, Carlos Lobo de, *Reflexões Críticas sobre a Reforma da Carta Proposta pelo Senhor Dias Ferreira*, Lisboa, Diário de Lisboa, 1881.
- ÁVILA, Joaquim Tomás Lobo de, *Estudos de Administração*, Lisboa, Tipografia Universal, 1874.
- BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1883.
- BANDEIRA, Marquês de Sá da, *Carta dirigida ao exm.<sup>o</sup> sr. José Maria Latino Coelho sobre a reforma da Carta Constitucional pelo marquês de Sá da Bandeira*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.
- BASTOS, F. J. Teixeira, *A Crise. Estudos sobre a Situação Política, Financeira, Económica e Moral da Nação Portuguesa nas suas Relações com a Crise Geral Contemporânea*, Porto, M. Lugan, 1894.

- BEMPOSTA-SUBSERRA, Marquesa de Rio Maior, *Memórias da Marquesa de Rio Maior Bemposta-Subserra*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1930.
- BESSA, José Marcelino de Almeida, *Anexo ao Manual Parlamentar para Uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.
- BESSA, José Marcelino de Almeida, *Manual Parlamentar para Uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.
- BOCAGE, Carlos Roma do, *A Reforma do Exército*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1883.
- BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983.
- BRAGA, Teófilo, *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, 1912-1914, 3 Volumes.
- BRANDÃO, Raul, *Memórias*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1988, 3 Volumes.
- BULHÕES, Miguel de, *A Fazenda Pública de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.
- CABRAL, António, *Alexandre Cabral. Memórias políticas. Homens e factos do meu tempo*, Lisboa, J. Rodrigues e C.<sup>a</sup> Editores, 1923.
- CABRAL, António, *As minhas memórias políticas. Cinzas do passado*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1929.
- CABRAL, António, *As minhas memórias políticas. Na linha de fogo*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1930.
- CABRAL, António, *As minhas memórias políticas. O agonizar da Monarquia*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1931.
- CABRAL, António, *Cartas D'el-Rei D. Carlos a José Luciano de Castro*, Lisboa, Sociedade Editora Portugal-Brasil, 1927.
- CABRAL, António, *Os culpados da queda da Monarquia*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1946.
- CÂNDIDO, António, *Discursos Parlamentares, 1880-1885*, Porto, Companhia Portuguesa, 1917.
- CÂNDIDO, António, *Princípios e Questões de Filosofia Política*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878-1881, 2 Volumes.
- CARNOTA, Conde de, *Memoirs of Field-Marshal the Duke de Saldanha with selections from his correspondence*, London, John Murray, 1880.
- CARTA Constitucional da Monarquia Portuguesa, Lisboa, Imprensa Régia, 1827.

- CASTILHO, Júlio de, *Memórias de Castilho*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926-1932, 6 Volumes (2.<sup>a</sup> edição).
- CASTRO, José Luciano de, *Legislação Eleitoral Anotada*, Lisboa, Tipografia Progresso, 1884.
- CASTRO, José Luciano de, *Reforma da Carta. Projecto de lei apresentado na Câmara dos Senhores Deputados em sessão de 24 de Janeiro de 1872*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1872.
- CASTRO, Manuel de Oliveira Chaves e, *O Beneplácito Régio em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885.
- CHAGAS, João, *Na Brecha (Panfletos: 1893-1894)*, Lisboa, Agência Universal de Publicações, 1898.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro (dir.), *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographyco, Artistico, Bibliographico e Litterario*, Lisboa, Lallement Frères, 1876-1890, 14 Volumes + 2 Suplementos.
- COELHO, José Joaquim Pinto, *Os Bancos em Portugal em 1875*, Porto, Livraria Internacional, 1875.
- COELHO, Latino, *O Preço da Monarquia*, Lisboa, Tipografia Nacional, 1885.
- COELHO, Trindade, *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira/Livraria Editora, 1906.
- CORDEIRO, Luciano, *A crise e os bancos*, Lisboa, Livraria Pacheco e Carmo, 1877.
- CORVO, João de Andrade, *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1883, Volume I.
- CORVO, João de Andrade, *Perigos: Portugal na Europa e no Mundo*, Lisboa, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2005 (1.<sup>a</sup> edição 1870).
- COSTA, D. António da, *História do Marechal Saldanha*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.
- DIÁRIO da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870-1896.
- DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870-1896.
- DIÁRIO do Governo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870-1896.
- DOCUMENTOS políticos encontrados nos palácios reais depois da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Edição ordenada pela Assembleia Nacional Constituinte, 1915.

- ESTATÍSTICA do Pariato Português desde a sua Fundação até 31 de Dezembro de 1909*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.
- FAFES, Aprigio, *Galeria Parlamentar ou Para-Lamentar de 1858*, Lisboa, Tipografia de J. G. de Sousa Neves, 1858 a).
- FAFES, Aprigio, *Galeria Pitoresca da Câmara dos Pares*, Lisboa, Tipografia de J. G. de Sousa Neves, 1858 b).
- FALCÃO, José, *A Comuna de Paris e o Governo de Versailles*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871.
- FERRARIS, Celso, *Os Partidos Políticos e a Vida da Nação*, Lisboa, Livraria Internacional, s/d.
- FERREIRA, José Dias, *Discursos proferidos por José Dias Ferreira na Câmara dos Deputados em 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884 a).
- FERREIRA, José Dias, *Discurso sobre a Reforma da Constituição proferido [na Câmara dos Deputados] em sessão de 29 de Janeiro de 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884 b).
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro, *Observações sobre a Constituição do Império do Brasil e sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal*, Paris, Rey et Cravier, 1835.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro, *Observations sur la Constitution de la Beglique*, Paris, Rey et Cravier, 1838.
- FÓRMULA Adoptada para Recepção, Juramento e Posse dos Príncipes ou Infantes na Câmara dos Dignos Pares do Reino. *Relação dos factos ocorridos em 1835, 1875 e 1891*, Lisboa, Tipografia Castro Irmão, 1891.
- FRANCO, João, *A Reforma Parlamentar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
- FREITAS, A. C. Barjona de, *A Questão Inglesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- FREITAS, J. J. Rodrigues de, *Crise Política e Monetária de 1876: causas e remédios*, Porto, Livraria More, 1876.
- FUSCHINI, Augusto, *Liquidações Políticas. Fragmentos de Memórias*, Lisboa, Companhia Tipográfica, 1896.
- FUSCHINI, Augusto, *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa, Companhia Tipográfica, 1899.
- GALLIS, Alfredo, *A Burla do Constitucionalismo*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1905.

- GARRETT, Almeida, *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1984.
- GAZETA Oficial do Governo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834.
- GOMES, Henrique de Barros, *Convicções*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira – Editor, 1896.
- HERCULANO, Alexandre, *Cartas Inéditas de Alexandre Herculano a Joaquim Filipe de Soure*, Lisboa, Fernandes e Companhia, 1946.
- HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, Lisboa, Presença, 1983, 2 Volumes.
- LARANJO, José Frederico, *Progressistas e Regeneradores. Manifesto aos eleitores do círculo de Portalegre*, Coimbra, Tipografia do Jornal O Progresso, 1881.
- LARANJO, José Frederico, *Vitalidade dos Partidos Populares e do Partido Progressista em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878.
- LAVRADIO, Marquês do, *Memórias do Conde do Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal (comentadas pelo marquês do Lavradio D. José de Almeida Correia de Sá)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943, 8 Volumes.
- LEITÃO, Ruben Andresen (Introd. e notas), *Cartas de D. Pedro V aos seus Contemporâneos*, Lisboa, Livraria Portugal, 1961.
- LEME, Luís da Câmara, *Incompatibilidades Políticas*, Lisboa, Tipografia da Gazeta de Portugal, 1889.
- LICHNOWSKY, Félix, *Portugal. Recordações do ano de 1842*, Lisboa, Frenesi, 2005.
- LOBO, J. J. Ferreira, *As Confissões dos Ministros de Portugal (1832-1871)*, Lisboa, Tipografia Lisbonense, 1871.
- MACHADO, Bernardino, *Da Monarquia para a República: 1833-1905*, Coimbra, Tipografia F. França Amado, 1905.
- MACHADO, Júlio César, *Lisboa de ontem*, Lisboa, Empresa Literária de Lisboa, 1884.
- MACHADO, Júlio César, *Lisboa na rua*, Lisboa, Frenesi, 2002 (1.<sup>a</sup> edição 1874).
- MAFRA, Conde de, *Memórias do Professor Thomaz de Mello Breyner, 4.º conde de Mafra (1869-1880)*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, 1930.
- MAFRA, Conde de, *Memórias do Professor Thomaz de Mello Breyner, 4.º conde de Mafra (1880-1883)*, Lisboa, Oficina Gráfica, Lda., 1934.
- MARTINS, Oliveira, *A Província*, Lisboa, Guimarães Editores, 1958-1959, 5 Volumes.
- MARTINS, Oliveira, *Correspondência*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1925.

- MARTINS, Oliveira, *Dispersos*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923-1924, 2 Tomos.
- MARTINS, Oliveira, *Elogio Histórico de Anselmo José Braamcamp*, Porto, Tipografia Ocidental, 1887.
- MARTINS, Oliveira, *História da República Romana*, Lisboa, Guimarães Editores, 1987, 2 Volumes.
- MARTINS, Oliveira, *Política e Economia Nacional*, Lisboa, Guimarães, 1954.
- MARTINS, Oliveira, *Política e História*, Lisboa, Guimarães, 1957 a), 2 Volumes.
- MARTINS, Oliveira, *O Repórter*, Lisboa, Guimarães Editores, 1957 b), 2 Volumes.
- MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Guimarães Editores, 1986, 2 Volumes.
- MEDINA, João, *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal (Antologia)*, Lisboa, Dom Quixote, 1984.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Elogio Histórico de Manuel Pinheiro Chagas*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1904.
- METELO, Francisco Cabral, *Épocas legislativas 1834-1906: para uso da comissão de verificação de poderes da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906.
- MIDOSI, Paulo, *Elogio Histórico de Sebastião de Almeida e Brito*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878.
- MONTE-SÃO, Visconde de, *Hereditariedade do Pariato*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884, Parte II.
- NORONHA, Eduardo de, *A Regeneração: Fontes Pereira de Melo (Subsídios para a história da sua vida, meio, obra, factos, amores e aventuras)*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, s/d. a).
- NORONHA, Eduardo de, *A Sociedade do Delírio*, Lisboa, João Romano Torres Editores, s/d. b).
- NORONHA, Eduardo de, *Estroinas e estroinices: ruína e morte do Conde de Farrobo*, Lisboa, João Romano Torres Editores, 1922.
- NORONHA, Eduardo de, *Fontes Pereira de Melo e os seus colaboradores*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1926.
- NORONHA, Eduardo de, *O Marquês de Niza*, Porto, Empresa Literária e Tipográfica, 1907.
- NORONHA, Eduardo de, *O Passado*, Porto, Magalhães e Moniz Editores, 1912.

- NORONHA, Eduardo de, *O último Marquês de Niza. A sociedade aristocrática, política, artística, democrática e estúrdia de ontem*, Porto, Magalhães e Moniz Editores, 1909.
- NORONHA, Eduardo de, *Reinado florescente. Soberano pacífico (alguns elementos para a reconstituição da época de D. Luís I)*, Lisboa, João Romano Torres, 1928.
- NORONHA, Eduardo de, *Vinte e cinco anos nos bastidores da política. Emídio Navarro e as «Novidades»*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1913.
- NUNES, J. Jacinto, *Reivindicações Democráticas*, Lisboa, Tipografia Nacional, 1886.
- O CONDE DE PENICHE, Marquês de Angeja, e o seu Manifesto*, Porto, Tipografia Lusitana, 1872.
- ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942-1946, 15 Volumes.
- ORTIGÃO, Ramalho, *Costumes e Perfis*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944.
- OUGUELA, Visconde de, *O Processo da Revolta*, Lisboa, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1873.
- PALMEIRIM, Luís Augusto, *Os Excêntricos do meu Tempo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- PARTIDO Progressista. Exposição Justificativa e Programa*, Lisboa, Tipografia do jornal *O Progresso*, 1877.
- PATO, Bulhão, *Memórias*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1986 a), 3 Volumes.
- PATO, Bulhão, *Sob os Ciprestes, Vida Íntima de Homens Ilustres*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1986 b).
- PATO, Bulhão, *O Tempo (Da Monarquia à República)*, Lisboa, Livraria Ferin, 1913.
- PEREIRA, A. X. da Silva, *Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1897.
- PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Lisboa, João Romano Torres – Editor, 1904-1915, 7 Volumes.
- PIMENTEL, Alberto, *Luar de Saudade: recordações de um velho escritor*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1925.
- PIMENTEL, Alberto, *Manual de legislação para uso da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- PIMENTEL, Alberto, *O que anda no ar*, Lisboa, Empresa Literária de Lisboa, 1881.



- PIMENTEL, A. de Serpa, *Questões de Política Positiva. Da Nacionalidade e do Governo Representativo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881.
- PRAÇA, José Joaquim Lopes, *Colecção de Leis e Subsídios para o estudo do Direito Constitucional Português*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1983, 2 Volumes.
- PRAÇA, José Joaquim Lopes, *Estudos sobre a Carta Constitucional de 1826 e Acto Adicional de 1852*, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira, 1879, 2 Volumes.
- PROJECTO de lei para a reforma da Carta Constitucional apresentado à Câmara Electiva em sessão de 16 de Agosto de 1871 pelos deputados do Partido Reformista*, Lisboa, Tipografia do Futuro, 1871.
- QUEIROZ, Eça de, *Obras Completas (Crónicas de Londres e Cartas de Inglaterra)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1982, Volume XVI (4.<sup>a</sup> edição).
- QUEIRÓS, Eça de, *Uma Campanha Alegre*, Lisboa, Livros do Brasil, 2001.
- QUENTAL, Antero de, *Prosas Socio-Políticas* (org. de Joel Serrão), Lisboa, Imprensa Nacional, 1982.
- RATTAZZI, Maria, *Portugal de Relance*, Lisboa, Antígona, 1997 (1.<sup>a</sup> edição 1880).
- REGIMENTO Interno da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884 (5.<sup>a</sup> edição).
- REI, Visconde de Moreira de, *Eleições Libérrimas à Antiga Portuguesa. Fafe e um Governo Progressista em 1879. Manifesto eleitoral ao círculo 15 e cartas políticas ao presidente do conselho de ministros Anselmo José Braamcamp*, Porto, Tipografia de A. J. Silva Teixeira, 1879.
- RELAÇÃO nominal dos Dignos Pares do Reino e suas moradas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863, 1866 e 1867.
- RIBEIRO, Conde do Casal, *Carta e Pariato*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand de José Bastos, 1895.
- RIBEIRO, Ernesto Rodolfo Hintze, *Questões Parlamentares de 1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.
- RIBEIRO, Ernesto Rodolfo Hintze, *Questão Salamanca*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882.
- SABUGOSA, Conde de, *Embrechados*, Lisboa, Livraria São Carlos, 1974 (5.<sup>a</sup> edição).
- SANTOS, Clemente José dos, *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, 2 Tomos.

- SANTOS, Clemente José dos, *Estatísticas e Biografias Parlamentares Portuguesas*, Porto, Tipografia do Comércio do Porto, 1877-1892, 6 Volumes.
- SCHWALBACH, Eduardo, *À Lareira do Passado: Memórias*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1944.
- SINOPSE dos trabalhos da Câmara dos Dignos Pares do Reino, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870-1906.
- SOARES, Duarte Gustavo Nogueira, *Considerações sobre o presente e o futuro político de Portugal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1883.
- SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883-1884, Tomos III e IV.
- SORIANO, Simão José da Luz, *Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal em Portugal*, Lisboa, União Tipográfica, 1858.
- SOUSA, António Teixeira de, *Para a História da Revolução*, Coimbra, Moura Marques e Paraísos Livraria Editora, 1912, 2 Volumes.
- TELES, Basílio, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, Lisboa, Portugália, 1968.
- TELES, Basílio, *Memórias Políticas*, Lisboa, Portugália, 1969.
- TELES, Basílio, *O Tratado de Lourenço Marques e a agitação em Lisboa*, Lisboa, Tipografia Jornal “O Progresso”, 1881.
- VILHENA, Júlio de, *Antes da República (Notas autobiográficas)*, Coimbra, França e Arménio Editores, 1916, 2 Volumes.
- VILHENA, Júlio de, *D. Pedro V e o seu reinado*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, 1 Suplemento.

## 1.2. Bibliografia

### 1.2.1. Livros

- AAVV, *As Cortes e o Parlamento em Portugal: 750 anos das Cortes de Leiria de 1254*, Lisboa, Assembleia da República, 2006.
- AFONSO, Simonetta Luz (coord.), *Os Espaços do Parlamento. Da Livraria das Necessidades ao Andar Nobre do Palácio das Cortes, 1821-1903*, Lisboa, Assembleia da República, 2003.

- ALEXANDRE, Valentim, *Origens do Colonialismo Português Moderno*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1979, 3 Volumes.
- ALMEIDA, A. Duarte de, *Monarquia Constitucional. Reinados de D. Maria II, D. Pedro V e D. Luís (1834-1889)*, Lisboa, João Romano Torres, 1977, Volume X (Colecção Portugal Histórico).
- ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, Coimbra, Edição do Autor, 1957, Volume VI (1816-1910).
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na Regeneração, 1851-1890*, Dissertação de Doutoramento apresentada na FCSH da UNL, 1995, 2 Volumes.
- ALMEIDA, P. Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (org.), *Legislação Eleitoral Portuguesa (1820-1926)*, Lisboa, INCM, 1998.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Nos Bastidores das Eleições de 1881 e 1901. Correspondência política de José Luciano de Castro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, PINTO, António Costa e BERMEO, Nancy (org.) *Quem Governa a Europa do Sul? O recrutamento ministerial, 1850-2000*, Lisboa, ICS, 2006.
- ALVES, Ana Maria, *Portugal e a Comuna de Paris*, Lisboa, Estampa, 1971.
- ALVES, Jorge Fernandes (ed.), *Rodrigues de Freitas. Intervenções Parlamentares (1870-1893)*, Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 1999.
- ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1938.
- BELO, Alberto José, *A Câmara dos Pares e o segundo Governo Histórico (1860-1865)*, Tese de Mestrado de História Contemporânea apresentada na FCSH da UNL, Lisboa, 2000.
- BONIFÁCIO, M. Fátima, *Apologia da História Política*, Lisboa, Quetzal, 1999.
- BONIFÁCIO, M. Fátima, *A Segunda Ascensão e Queda de Costa Cabral (1847-1851)*, Lisboa, ICS, 2002 a).
- BONIFÁCIO, M. Fátima, *O Século XIX Português*, Lisboa, ICS, 2002 b).
- BONIFÁCIO, M. Fátima, Lisboa, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- BONIFÁCIO, M. Fátima, *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, ICS, 2007 a).

- BRANDÃO, Fernando de Castro, *Da Monarquia Constitucional à República: 1834-1910 (Uma Cronologia)*, Lisboa, Heuris, 2003.
- CABRAL, M. Villaverde, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1976.
- CABRAL, M. Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX (Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914)*, Lisboa, Editorial Presença, 1988 (2.<sup>a</sup> edição).
- CAETANO, Marcelo, *Constituições Portuguesas*, Lisboa, Verbo, 1994.
- CAETANO, Marcelo, *Lições de Direito Constitucional e de Ciência Política*, Coimbra, Coimbra Editora, 1952.
- CAETANO, Marcelo, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Coimbra, Livraria Almedina, 1989, 2 Tomos.
- CAMEIRA, Maria Cecília de Sousa, *Para o estudo da Política Externa Portuguesa. Os Papéis de Andrade Corvo (1869-1887)*, Dissertação de Mestrado em História Cultural e Política apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- CAMPINOS, Jorge, *A Carta Constitucional de 1826*, Lisboa, Gráfica Brás Monteiro, 1975.
- CÂNCIO, Francisco, *Lisboa no tempo do Passeio Público*, Lisboa, Imprensa Barreiro, 1962-1963, 2 Volumes.
- CANOTILHO, J. J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra, Almedina, 1998.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Vida do Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa e Holstein*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898-1903, 3 Volumes.
- CARVALHO, Maria da Conceição da Cunha de, *Memórias de Mariano de Carvalho contadas por sua filha*, Lisboa, Ottosgráfica, 1946.
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal: da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 1991, 2 Volumes.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro (dir.), *Dicionário Popular Histórico, Geographico, Mitológico, Biographico, Artístico, Bibliographic e Literário*, Lisboa. Lallement Frères, 1876, 14 Volumes + 2 Suplementos.
- CLARENCE-SMITH, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema, 1985.

- CLEMENTE, Manuel, *Igreja e Sociedade Portuguesa do Liberalismo à República*, Lisboa, Grifo, 2002.
- COLEN, J. Barbosa, *História de Portugal Popular e Ilustrada de Manuel Pinheiro Chagas continuada desde a chegada de D. Pedro IV à Europa até à morte de D. Maria II por J. Barbosa Colen*, Lisboa, Empresa de História de Portugal, 1904, 1905 e 1906, Volumes IX, X e XI.
- COSTA, Fernando, *Portugal e a Guerra Anglo-Boer. Política externa e opinião pública, 1899-1902*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- COUTINHO, Lourenço Pereira, *Do Ultimato à República (Política e Diplomacia nas últimas décadas da Monarquia)*, Lisboa, Prefácio, 2003.
- CRUZ, Maria do Rosário Pombo Braga da, *Tradição e Inovação: a aristocracia inglesa entre 1832-1851*, Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996.
- CUNHA, Carlos Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista (Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.
- DIAS, José Lopes (intr.), *Cartas Políticas do Conselheiro João Franco a Tavares Proença*, Lisboa, Editorial Império, 1964.
- DICIONÁRIO Enciclopédico da História de Portugal, Lisboa, Alfa, 1990, 2 Volumes.
- DÓRIA, Luís, *Correntes do radicalismo oitocentista. O caso dos Penicheiros (1867-1872)*, Lisboa, ICS, 2004.
- EVANGELISTA, Vítor, *História das Constituições Políticas Internacionais*, Lisboa, Edições IL, 1978.
- FERREIRA, Joaquim, *Memórias de Camilo extraídas das suas obras por Joaquim Ferreira*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 1965.
- FRANÇA, José Augusto (apres. e notas), *As Conferências do Casino no Parlamento*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.
- GALLIS, Alfredo, *História de Portugal Popular e Ilustrada (Complemento). Um Reinado Trágico*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1908-1909, 2 Volumes.
- GOMES, Marques, *História de Portugal Popular e Ilustrada de Manuel Pinheiro Chagas continuada desde a chegada de D. Pedro IV à Europa até à morte de D. Maria II por J. Barbosa Colen e daí até aos nossos dias por Marques Gomes*, Lisboa, Empresa de História de Portugal, 1907, Volume XII.

- GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro, *Católicos e política (1870-1910): o pensamento e a acção do Conde de Samodães*, Maia, Publismai/Centro de Publicações do ISMAI, 2004.
- GRANDE *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s/d., 40 Volumes.
- GUIMARÃES, Ângela, *Uma corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Propaganda Republicana, 1870-1910*, Coimbra, s/e., 1990.
- LAINS, Pedro, *A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos*, Lisboa, Centro de História de Universidade de Lisboa, 2002 a).
- LAINS, Pedro, *A Economia Portuguesa no Século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1995.
- LAINS, Pedro, *História da Caixa Geral de Depósitos (1876-1910): política e finanças no liberalismo português*, Lisboa, ICS, 2002 b).
- LEITÃO, Joaquim, *O Palácio de São Bento*, Lisboa, Assembleia Nacional, 1945.
- LOBO, F. M. da Costa, *O conselheiro José Luciano de Castro e o segundo período constitucional monárquico*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1941.
- LOBO, F. M. da Costa, *O Marechal Duque de Saldanha*, Lisboa, Bertrand, 1939.
- LOUSADA, Maria Alexandre Lopes Campanhã, *O Miguelismo (1828-1834): o discurso político e o apoio da nobreza titulada*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1987.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, 1990.
- MACEDO, J. Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, I. D. N., 1987.
- MACEDO, Jorge Borges de, *O Aparecimento em Portugal do Conceito de Programa Político*, Lisboa, IDL - Instituto Amaro da Costa, 1981.
- MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução (1820-1910)*, Lisboa, Tribuna da História, 2004, Volume I.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, Editorial Delta, 1986.

- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Presença, 1996, 3 Volumes.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Palos, 1974, Volume II (Das Revoluções Liberais aos nossos dias).
- MARTINS, Rocha, D. *Carlos: História do seu Reinado*, Estoril, Oficina do ABC, 1927.
- MARTINS, Rocha, *João Franco e o seu Tempo*, Lisboa, Edição do autor, 1925.
- MATOS, Sérgio Campos e FREITAS, Joana Gaspar de (org.), *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993-1994, Volumes V e VI.
- MEDINA, João, *Herculano e a Geração de 70*, Lisboa, Terra Livre, 1977.
- MEDINA, João (ed.), *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Multilar, 1990, 2 Volumes.
- MEDINA, João (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Ediclube, 1993, Volumes VIII e IX.
- MESQUITA, António Pedro, *O Pensamento Político Português no Século XIX (Uma síntese histórico-crítica)*, Lisboa, INCM, 2006.
- MIRANDA, Jorge, *As Constituições Portuguesas*, Lisboa, Livraria Petrony, 1976.
- MIRANDA, Jorge, *Ciência Política: Formas de Governo*, Lisboa, Pedro Ferreira Editor, 1996.
- MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990, 2 Tomos.
- MONCADA, Luís Cabral de, *O Liberalismo de Vicente Ferrer Neto Paiva: a época, o homem, o filósofo, o jurista e o político*, Coimbra, s/e., 1947.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, I.C.S., 1986.
- MÓNICA, Maria Filomena (intr.), *Conversas no Turf em torno de Os Vencidos da Vida*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.
- MÓNICA, Maria Filomena (org.) *Correspondência entre D. Pedro V e Seu Tio, o Príncipe Alberto*, Lisboa, ICS/Quetzal Editores, 2000.
- MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, Lisboa, ICS/Assembleia da República, 2004 a), 2005 e 2006, 3 Volumes (Volume I/A-C; Volume II/D-M; Volume III/N-Z).
- MÓNICA, Maria Filomena, *Eça de Queirós*, Lisboa, Quetzal Editores, 2001 a).

- MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo*, Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 1999.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Isabel, Condessa de Rio Maior. Correspondência para seus filhos, 1852-1865*, Lisboa, Quetzal Editores, 2004 b).
- MÓNICA, Maria Filomena, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984.
- MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *O Século XIX em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1981.
- MÓNICA, Maria Filomena, *O Tabaco e o Poder: 100 Anos da Companhia dos Tabacos de Portugal*, Lisboa, Quetzal, 1992 a).
- MONTEIRO, Gomes, *Vencidos da Vida: relance literário e político da segunda metade do século XIX*, Lisboa, Edição Romano Torres, 1944.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1998.
- MORAIS, António Manuel, *Fado e Tauromaquia no Século XIX*, Lisboa, Hugin, 2003.
- MORAIS, Jorge, *Regicídio: a contagem decrescente*, Sintra, Zéfiro, 2007.
- MOREIRA, Fernando (org.), *José Luciano de Castro: Correspondência Política (1858-1911)*, Lisboa, ICS/Quetzal, 1998.
- MOREIRA, Fernando José Grave, *José Luciano de Castro. Itinerário, Pensamento e Acção Política*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História do século XIX apresentada na FCSH da UNL no âmbito do Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, 1992, 2 Volumes.
- NAMORADO, Maria e PINHEIRO, A. Sousa, *Legislação Eleitoral Portuguesa: Textos Históricos (1820-1974)*, Lisboa, C.N.E., 1998, 2 Volumes.
- NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1998.
- NOBRE, Eduardo, *Duelos e Atentados*, Lisboa, Quimera, 2004.
- OLIVEIRA, A. Dias (intr., recol. e selec.), *Vicente Ferrer Neto Paiva. Discursos Parlamentares, 1839-1862*, Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2005.
- PAIS, José Machado, *A Prostituição e a Lisboa Boémia do Século XIX aos Inícios do Século XX*, Lisboa, Editorial Quercus, 1985.



- PAIXÃO, Vítor Manuel Braga, *Cem anos do BNU na vida portuguesa (1864-1964)*, Lisboa, BNU, 1964, 4 Volumes.
- PAIXÃO, Vítor Manuel Braga, *Sobre alguns políticos que foram académicos*, Lisboa, Separata do Tomo XXI das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, 1980.
- PAIXÃO, Vítor Manuel Braga, *Um teste de prudência do Poder Moderador (1893)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1970.
- PEREIRA, António dos Santos, *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em tempos de crise (1851-1926)*, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002.
- PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme (dir.), *Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico, e Artístico*, Lisboa, Romano Torres, 1904-1915, 7 Volumes.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *A Questão Ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)*, Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995, 2 Volumes.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Estudos de História da Cultura Clássica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, 2 Volumes.
- PERES, Damião (org.), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense, 1935, Volume VII.
- PINTO, Albano da Silveira e BAENA, Visconde de Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Lisboa, Tipografia Franco-Portuguesa, 1890, 2 Volumes.
- PINTO, Paulo Mendes, *António Xavier Correia Barreto. Biografia de um Presidente do Senado*, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002.
- PRAÇA, J. J. Lopes, *Estudos sobre a Carta Constitucional de 1826 e Acto Adicional de 1852*, Coimbra, Imprensa Literária, 1878-1879, 2 Volumes.
- RAMOS, Rui, «A Segunda Fundação (1890-1926)», in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, Volume VI.
- RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Lisboa, Temas e Debates, 2007 (2.<sup>a</sup> edição).
- RAMOS, Rui, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal, 1884-1908*, Lisboa, ICS, 2001 a).
- REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Alfa, 1989, Volume II.

- REIS, Carlos, *As Conferências do Casino*, Lisboa, Alfa, 1990.
- REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1993.
- RODRIGUES, Teresa, *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.
- SÁ, Victor de, *Lisboa no Liberalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.
- SANTA-RITA, José Gonçalo da Costa, *O tratado de Lourenço Marques de 30 de Maio de 1879 e a política portuguesa*, Lisboa, Separata de Estudos Ultramarinos, 1957.
- SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional: Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados (1834-1910)*, Lisboa, Assembleia da República, 1986.
- SARAIVA, António José, *Tertúlia Ocidental*, Lisboa, Gradiva, 1995.
- SARAIVA, António José, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1977.
- SARDICA, José Miguel, *A dupla face do franquismo na crise da Monarquia portuguesa*, Lisboa, Cosmos, 1994.
- SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, ICS, 2001 a).
- SARDICA, José Miguel, *Duque de Ávila e Bolama: Biografia*, Lisboa, Assembleia da República/Publicações Dom Quixote, 2005 a).
- SARDICA, José Miguel, *José Maria Eugénio de Almeida. Negócios, política e sociedade no século XIX*, Lisboa, Quimera Editores, 2005 b).
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1995, Volume IX (1851-1890).
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Temas Oitocentistas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, 2 Volumes.
- SERRÃO, Joel, *Da Regeneração à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1984 a), 6 Volumes.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, 1991, Volume XI (Portugal da Monarquia para a República).

- SERRÃO, Joel (coord.), *Roteiro de Fontes de História Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984 b), 2 Volumes.
- SILBERT, Albert, *Portugal na Europa Oitocentista*, Lisboa, Salamandra, 1998.
- SILVA, António Martins de, *Nacionalizações e Privatizações em Portugal: A Desamortização Oitocentista*, Coimbra, Minerva, 1997.
- SILVA, Júlio Rodrigues da, *As Cortes Constituintes de 1837-1838: liberais em confronto*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.
- SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *Varões Ilustres das Três Épocas Constitucionais. Coleção de esboços e estudos biográficos*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1870.
- SILVEIRA, Luís Espinha, *Suas Excelências, Os Dignos Pares do Reino (1834-1842)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989 (Tese de doutoramento não publicada).
- SILVEIRA, Luís Espinha da e FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.
- SOUSA, Teixeira de, *Responsabilidades Históricas*, Coimbra, França e Arménio, 1917, 2 Volumes.
- SOUSA, J. F. Marnoco e, *Direito Político. Poderes do Estado. Sua organização segundo a Sciencia Política e o Direito Constitucional Português*, Coimbra, França Amado Editor, 1910.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês: Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990.
- TELO, António José, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Cosmos, 1994.
- TELO, António José, *Lourenço Marques na política externa portuguesa, 1875-1900*, Lisboa, Cosmos, 1991.
- TENGARRINHA, José, *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Caminho, 1983.
- TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1989 (2.<sup>a</sup> edição).
- TREMOCEIRO, Paulo Manuel e JORGE, Teresa Revés, *Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Ministério do Reino: Inventário*, Lisboa, IAN/Torre do Tombo (Direcção dos Serviços de Arquivística), 1999.

- VALE, José Miranda do, *Anselmo Braamcamp Freire. Sua actividade política*, Lisboa, Seara Nova, 1953.
- VALENTE, Vasco Pulido, *As duas tácticas da Monarquia perante a revolução*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1974.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Glória. Biografia de J. C. Vieira de Castro*, Lisboa, Gótica, 2001.
- VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo: a Revolução de 1910*, Lisboa, Gradiva, 1999.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993.
- VASCONCELOS, Francisco de, *A Nobreza do século XIX em Portugal*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003.
- VASCONCELLOS, Pedro Paes, *Conselheiro Augusto César Barjona de Freitas (1834-1900): jurista e estadista que aboliu a pena de morte*, s/l., ACD Editores, 2001.
- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961, 3 Volumes.

### **1.2.2. Artigos e capítulos de livros**

- ALMEIDA, Pedro Tavares de, «Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)», in *Análise Social*, n.º 85, 1985.
- BONIFÁCIO, Maria Fátima, «A causa de D. Maria II (1826-1834)», in *Análise Social*, n.º 172, 2004, pp. 519-545.
- BONIFÁCIO, Maria Fátima, «Costa Cabral no contexto do liberalismo doutrinário», in *Análise Social*, n.º 123-124, 1993, pp. 1043-1091.
- BONIFÁCIO, Maria Fátima, «História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico, 1856-1859», in *Análise Social*, n.º 157, 2001.
- BONIFÁCIO, Maria Fátima, «Liberalismo e Nacionalismo na primeira metade do século XIX», in *História*, n.º 3, 1998.
- BONIFÁCIO, Maria Fátima, «O Parlamento português no século XIX», in *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, ICS, 2007 b).

- BONIFÁCIO, Maria Fátima, «O maior patrono de Portugal (Problemas em torno das eleições oitocentistas, 1852-1884)», in *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, ICS, 2007 c).
- BRANCATO, Braz A., «A Carta Constitucional Portuguesa de 1826 na Europa: um exame a partir de documentos espanhóis», in *Revista de História das Ideias*, Volume 10, 1988.
- CABRAL, Manuel Villaverde, «Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo», in *Análise Social*, n.º 45, 1976, pp. 106-126.
- CANOTILHO, J. J. Gomes, «As constituições», in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Volume V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 149-165.
- COELHO, Maria de Fátima, «O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias», in *Análise Social*, n.º 61-62, 1980, pp. 111-131.
- COUTO, Jorge, «O projecto do barão de S. Pedro de abolição dos vínculos no arquipélago da Madeira, 1850», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1988, Volume I.
- CRUZ, Manuel Braga da, «Os católicos e a política nos finais do século XIX», in *O Século XIX em Portugal* (coord. Maria Filomena Mónica), Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1981.
- FONSECA, Fernando Taveira, «Elites e classes médias», in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, Volume V, pp. 459-477.
- FONSECA, Hélder A. e REIS, Jaime, «José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração», in *Análise Social*, n.º 99, 1987, pp. 865-904.
- HESPANHA. António Manuel e SCHOLZ, Johannes-Michael, «A estabilização político-institucional», in *Portugal Contemporâneo* (dir. António Reis), Volume II, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 101-110.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, «João Franco ou a tentação ditatorial» in *História de Portugal* (dir. João Medina), Lisboa, Ediclube, 1994, Volume IX, pp. 389-399.
- JUSTINO, David, «Fontismo: o impossível livre-câmbio», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 23, 1988.
- LOPES, António Cordeiro, «D. Fernando II e a Condessa de Edla, um germânico e uma suíça na corte dos Braganças: do escândalo privado à contestação da Monarquia (1869-1889)», in *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 21-22, 1996-1997.
- MACEDO, Jorge Borges de, «O anti-clericalismo em Portugal no século XIX. Ensaio de uma perspectiva sociológica», in *Communio*, n.º 5, 1985, pp. 440-450.

- MANIQUE, António Pedro, «O direito de dissolução em Portugal: normas e práticas constitucionais (1852-1865)», in *Constituição da Europa, Constituições da Europa. Europeísmo e Nacionalismo na História Constitucional Europeia*, Lisboa, Assembleia da República, 1992, pp. 151-167.
- MASCARENHAS, Manuela, «A Questão Ibérica (1850-1870)», in *Bracara Augusta*, Volume XXXIV, 1980, Tomo II.
- MATOS, Sérgio Campos, «Da crise da monarquia constitucional à primeira república em Portugal (1890 – 1910)», in *Separata de España – Portugal. Estudos de Historia Contemporânea* (dir. de Hipólito de la Torre Gómez e António Pedro Vicente), Madrid, Ed. Complutense, 1998.
- MÓNICA, Maria Filomena, «A lenta morte da Câmara dos Pares (1878-1896)», in *Análise Social*, n.º 125-126, 1994, pp. 121-152.
- MÓNICA, Maria Filomena, «As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico (1852-1910)», in *Análise Social*, n.º 139, 1996, pp. 1039-1084.
- MÓNICA, Maria Filomena, «Negócios e política: os tabacos (1800-1890)», in *Análise Social*, n.º 116-117, 1992 b), 461-479.
- MÓNICA, Maria Filomena, «Os fiéis inimigos: Eça de Queirós e Pinheiro Chagas», in *Análise Social*, n.º 160, 2001 b), pp. 711-733.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, «O Registo escrito do discurso parlamentar: uma (re)construção», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, Volume II, pp. 301-315.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «A nobreza na revolução liberal», in *Portugal Contemporâneo* (dir. António Reis), Lisboa, Alfa, 1990, Volume I.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Notas sobre a Nobreza, Fidalguia e Titulares nos finais do Antigo Regime», in *Ler História*, n.º 10, 1987, pp. 15-51.
- MOREIRA, Fernando, «As dinastias liberais. Relações de parentesco entre os membros do parlamento no período da monarquia constitucional (1834-1910)» in *Análise Social*, n.º 178, 2006, pp. 125-143.
- NETO, Vítor, «O Estado e a Igreja», in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Volume V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 265-283.
- ORTIGÃO, Ramalho, «Fornada de Pares», in *As Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943, Volume IV, pp. 159-160.

- PAIXÃO, Vítor Manuel Braga, «Câmara dos Pares», in *Anais da Academia Portuguesa de História*, Volume XXVI, 1979, pp. 265-303.
- PINHEIRO, Magda de Avelar, «Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX», in *Análise Social*, n.º 58, 1979, pp. 265-286.
- PROENÇA, Maria Cândida e MANIQUE, António Pedro, «Da reconciliação à queda da monarquia», in *Portugal Contemporâneo* (dir. António Reis), Lisboa, Alfa, 1989, Volume II, pp. 13-100.
- RAMOS, Rui, «A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)», in *Análise Social*, n.º 116-117, 1992, pp. 483-528.
- RAMOS, Rui, «João Franco: uma educação liberal (1884-1897)», in *Análise Social*, n.º 160, 2001 b), pp. 735-766.
- RAMOS, Rui, «Oligarquia e caciquismo em Oliveira Martins, Joaquín Costa e Gaetano Mosca (c. 1880 – c. 1900)», in *Análise Social*, n.º 178, 2006, pp. 31-53.
- RAMOS, Rui, «O sistema fontista», in *Portugal Contemporâneo* (dir. António Reis), Lisboa, Alfa, 1989, Volume II, pp. 125-146.
- REIS, Jaime, «Aspectos da história monetária portuguesa da segunda metade do século XIX», in *Análise Social*, n.º 125-126, 1994, pp. 33-54.
- REIS, Jaime, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», in *Análise Social*, n.º 80, 1984, pp. 7-28.
- SARDICA, José Miguel, «Um homem para todas as causas – perfil político do duque de Ávila e Bolama» in *Análise Social*, n.º 160, 2001 b), pp. 639-684.
- SERRÃO, Joel, «Nobreza», in *Dicionário de História de Portugal*, Volume IV, Porto, Figueirinhas, 1984, pp. 385-397.
- SILVA, Júlio Rodrigues da, «O rotativismo monárquico-constitucional. Eleições, caciquismo e sufrágio» in *História de Portugal* (dir. João Medina), Lisboa, Ediclube, 1993, Volume IX, pp. 47-67.
- SILVEIRA, Luís Espinha da, «Revolução liberal e pariato (1834-1842)», in *Análise Social*, n.º 116-117, 1992, pp. 329-353.
- SOARES, Mário, «Carta Constitucional», in *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), Porto, Figueirinhas, 1984, Volume I, pp. 494-497.
- SOARES, Mário, «Pariato», in *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), Porto, Figueirinhas, 1984, Volume IV, p. 544.

- SOARES, Mário, «Sistema bicameral», in *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), Porto, Figueirinhas, 1984, Volume I, pp. 341-342.
- TELO, António José, «O modelo político e económico da Regeneração e do Fontismo (1851-1890)», in *História de Portugal* (dir. João Medina), Lisboa, Ediclube, 1993, Volume IX, pp. 11-32.
- TENGARRINHA, José, «Regimes eleitorais da monarquia parlamentar» in *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Caminho, 1983.
- TENGARRINHA, José, «Três temas de história política da segunda metade do século XIX: rotativismo, reformismo, progressismo» in *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Caminho, 1983.
- VAQUINHAS, Irene Maria e CASCÃO, Rui, «Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, Volume V, pp. 441-457.
- VARGUES, Isabel Nobre e RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, «Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçnarias», in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, Volume V, pp. 183-211.

## 2. História Geral

### 2.1. Livros

- ADELMAN, Paul, *Gladstone, Disraeli and Later Victorian Politics*, London, Longman, 1983 (Second Edition).
- ALEXANDRE, Philippe e DE L'AULNOIT, Béatrix, *Victoria. A Última Rainha, 1819-1901*, Lisboa, Bertrand Editora, 2002.
- ARTOLA, Miguel (dir.), *Enciclopedia de Historia de España*, Madrid, Alianza Editorial, 1988-1993, 7 Volumes.
- ARTOLA, Miguel, *La Burguesia Revolucionária, 1808-1869*, Madrid, Alianza Editorial, 1973.



- ARTOLA, Miguel, *Partidos y Programas Políticos, 1808-1936*, Madrid, Aguilar, 1977, Tomo I.
- ASLET, Clive e MOORE, Derry, *The House of Lords*, London, Harper Collins Illustrated, 1998.
- AZIMI, Vida, *Les premiers sénateurs français*, Paris, Picard, 2000.
- BALDWIN, Nicholas, *Second Chambers*, London, Frank Cass, 2001.
- BASTID, Paul, *Benjamin Constant et sa Doctrine*, Paris, Armand Colin, 1966, 2 Volumes.
- BASTID, Paul, *Les institutions politiques de la monarchie parlementaire (1800-1848)*, Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1954.
- BASTID, Paul, *Sieyès et sa pensée*, Paris, Hachette/Pluriel, 1970.
- BEALES, Derek e BIAGINI, Eugenio, *The Risorgimento and the Unification of Italy*, London, Longman, 2003.
- BECKETT, John Vincent, *The Aristocracy in England, 1660-1914*, Oxford, Blackwell Publishers, 1988.
- BERLIN, Isaiah, *Four Essays on Liberty*, Oxford, Oxford University Press, 1969.
- BERTELSEN REPETTO, Raúl, *El Senado en España*, Madrid, Instituto de Estudios Administrativos, 1974.
- BLAKE, Robert, *Disraeli*, London, Methuen, 1966.
- BLAKE, Robert, *The Conservative Party from Peel to Churchill*, London, Fontana/Collins, 1979.
- BLEIBERG, Germán (dir.), *Diccionario de Historia de España*, Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1968-1969, 3 Tomos.
- BREUILLY, John, *Labour and Liberalism in 19th Century Europe: Essays in Comparative History*, Manchester, Manchester University Press, 1992.
- BROCK, Michael G., *The Great Reform Act*, London, Hutchinson, 1973.
- BUTLER, Lord (dir.), *The Conservatives. A history from their origins to 1965*, London, George Allen & Unwin, 1977.
- CANNADINE, David, *Aspects of Aristocracy*, London, Penguin Books, 1998.
- CANNADINE, David, *The Decline and Fall of the British Aristocracy*, New Haven, Yale University Press, 1990.
- CARMICHAEL, Paul e DICKSON, Brice (ed.), *The House of Lords. Its Parliamentary and Judicial Roles*, Oxford, Hart Publishing, 1999.
- CARR, Raymond, *España (1808-1975)*, Barcelona, Ariel, 2000 (10.<sup>a</sup> edición).

- CARVALHO, João Soares, *Antecedentes da História Parlamentar Britânica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- CEPEDA ADÁN, José, *La figura de Sagasta en la Restauración*, Madrid, Instituto Jerónimo Zurita, 1963.
- CHANDLER, David, *Dictionary of the Napoleonic Wars*, New York, Wordsworth Editions, 1999.
- CHARLOT, Monica e MARX, Roland (dir.), *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*, Lisboa, Terramar, 1995.
- CHATO GONZALO, Ignacio, *Las relaciones entre España y Portugal a través de la diplomacia (1846-1910)*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2004, 2 Tomos.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques, *Histoire des institutions et des régimes politiques de la France de 1789 à nos jours*, Paris, Armand Colin, 2000.
- CHIAPPE, Jean-François, *Le comte de Chambord et son mystère*, Paris, Perrin, 1999.
- CHRISTOL, Michel e NONY, Daniel, *Roma e o seu Império. Das origens às invasões bárbaras*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993.
- COHLER, Anne M., MILLER, Basia Carolyn e STONE, Harold Samuel (ed.), *Montesquieu: The Spirit of the Laws*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- COMELLAS, José Luis, *Cánovas del Castillo*, Barcelona, Ariel, 1997.
- COMELLAS, José Luis, *España a finales del siglo XIX*, Barcelona, Folio, 2009.
- CONSTANT, Benjamin, *Cours de Politique Constitutionnelle (Collection des Ouvrages Publiés sur le Gouvernement Représentatif)*, Paris, Guillaumin, 1872, 2 Volumes.
- COSTA, Joaquín, *Oligarquía y Caciquismo como la forma actual de Gobierno en España*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1998.
- DARESTE, François Rodolphe, *Les Constitutions Modernes. Recueil des constitutions actuellement en vigueur dans les divers états d'Europe, d'Amérique et du monde civilisé*, Paris, Challamel Ainé/Libraire-Éditeur, 1883, 2 Tomes.
- DARESTE, François Rodolphe, *Les Constitutions Modernes. Recueil des constitutions actuellement en vigueur dans les divers états d'Europe, d'Amérique et du monde civilisé*, Paris, Augustin Challamel Editeur, 1910, 2 Tomes, (troisième édition revue, corrigée et mise au courant des modifications les plus récentes).

- DAVIS, Richard W. (ed.), *Leaders in the Lords. Government Management and Party Organization in the Upper Chamber, 1765-1902*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2003.
- DE VEGA, Pedro, *La reforma constitucional y la problemática del poder constituyente*, Madrid, Tecnos, 1985.
- DELORME, Jean, *As Grandes Datas do Século XIX*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988.
- DESLANDRES, Maurice, *Histoire Constitutionnelle de la France de 1789 a 1870*, Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1932-1937, 3 Tomes.
- DIEGO GARCIA, Emilio de, *El Congreso de los Diputados en el reinado del Alfonso XII*, Tese de Doutoramento apresentada na Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2001.
- DÖRING, Herbert (ed.), *Parliaments in Western Europe: Majority Rule and Minority Rights*, New York, St. Martin Press, 1995.
- DUVERGER, Maurice, *Institutions Politiques et Droit Constitutionnel*, Paris, PUF, 1955.
- EVANS, Eric J., *Political Parties in Britain, 1783-1867*, London & New York, Methuen, 1985.
- FERNÁNDEZ SEGADO, Francisco, *Las Constituciones históricas españolas: un análisis histórico jurídico*, Madrid, Civitas, 1986.
- FERRANDO BADÍA, Juan, *La Primera República Española: historia político-parlamentaria de la República de 1873*, Madrid, Edicusa, 1973.
- FONTANA, Biancamaria (ed.), *Benjamin Constant. Political Writings*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- FONTANA, Biancamaria, *Benjamin Constant and the Post-Revolutionary Mind*, New Haven, Yale University Press, 1991.
- FONTANA, Josep e VILLARES, Ramón (dir.), *Historia de España*, Barcelona, Crítica/Marcial Pons, 2007, Volumes VI e VII.
- FORNER, Salvador (coord.), *Democracia, Elecciones y Modernización en Europa (Siglos XIX-XX)*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1997.
- FURET, François, *La Révolution Française, 1780-1880*, Paris, Hachette/Pluriel, 1988.
- GASH, Norman, *Pillars of Government: And Other Essays on State and Society (1770-1880)*, London, Edward Arnold, 1986.
- GELLNER, Ernest, *Nations and Nationalism*, Oxford, Blackwell Publishers, 1983.

- GILDEA, Robert, *Barricades and Borders (Europe 1800-1914)*, Oxford, Oxford University Press, 2003.
- GODECHOT, Jacques, *Les Constitutions de la France depuis 1789*, Paris, Garnier-Flammarion, 1970.
- GRAY, John, *O Liberalismo*, Lisboa, Estampa, 1986.
- GUIZOT, François, *Histoire de la Civilisation en Europe*, Paris, Hachette/Pluriel, 1985.
- HALÉVY, Daniel, *La Fin des Notables*, Paris, Hachette/Pluriel, 1995 a).
- HALÉVY, Daniel, *La République des Ducs*, Paris, Hachette/Pluriel, 1995 b).
- HERDER, Harry, *Europe in the Nineteenth (1830-1880)*, London, Longman, 1988.
- HILDINGER, Erik, *Swords against the Senate: the rise of the roman army and the fall of the republic*, New York, Da Capo Press, 2002.
- HOBSBAWM, Eric J., *A Era das Revoluções, 1789-1848*, Lisboa, Editorial Presença, 2001 (5.<sup>a</sup> edição).
- HOBSBAWM, Eric J., *A Era do Capital, 1848-1875*, Lisboa, Editorial Presença, 1988 (2.<sup>a</sup> edição).
- HOBSBAWM, Eric J., *A Era do Império, 1875-1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.
- HOLMES, Stephen, *Benjamin Constant and the Making of Modern Liberalism*, New Haven, Yale University Press, 1984.
- HOWARD, Michael, *The Franco-Prussian War*, London, Routledge, 2000.
- HUMBERT, Michel, *Institutions politiques et sociales de l'Antiquité*, Paris, Dalloz, 2003 (huitième édition).
- JOLL, James, *A Europa desde 1870*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995.
- JONES, Andrew, *The Politics of Reform 1884*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008.
- JONES, Clyve e JONES, David Lewis (ed.), *Peers, Politics and Power: The House of Lords (1603-1911)*, London, The Hambledon Press, 1986.
- KELLY, George Armstrong, *The Humane Comedy: Constant, Tocqueville, and French Liberalism*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.
- KENYON, John Philipps (ed.), *Dictionary of British History*, London, Wordsworth Editions, 1994.
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 1996.
- KURIAN, George Thomas (ed.), *World Encyclopedia of Parliaments and Legislatures*, Washington, Congressional Quarterly Inc., 1998, 2 Volumes.
- LAFAILLE, Franck, *Les Présidents du Sénat depuis 1875*, Paris, L'Harmattan, 2003.

- LANG, Sean, *Parliamentary Reform, 1785-1928*, London, Routledge, 1999.
- LANGA LAORGA, Maria Alicia, *España y Portugal en el Siglo XIX*, Madrid, Akal, 1990.
- LAQUIÈZE, Alain, *Les origines du régime parlementaire en France (1814-1848)*, Paris, PUF, 2002.
- LAUREYS, Véronique, VAN DEN WIJNGAERT L. et FRANCOIS, Luc, *L'histoire du Sénat de Belgique (1831 à 1995)*, Bruxelles, Racine, 1999.
- LAUVAUX, Philippe, *Le Parlamentarism*, Paris, PUF, 1987.
- LEE, Stephen J., *Aspects of European History, 1789-1980*, London, Routledge, 2001.
- LEE, Stephen J., *Gladstone and Disraeli*, London, Routledge, 2005.
- LEE, Stephen J., *Imperial Germany, 1871-1918*, London, Routledge, 1998.
- LIEVEN, Dominic, *The Aristocracy in Europe (1815-1914)*, Hampshire, Macmillan Press, 1992.
- LIJPHART, Arend, *Democracies. Patterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-One Countries*, New Haven, Yale University Press, 1984.
- LONGFORD, Lord, *A History of the House of Lords*, London, Sutton Publishing Limited, 1999.
- LUCHAIRE, François, *Naissance d'une Constitution: 1848*, Paris, Fayard, 1988.
- MALATESTA, Alberto, *Ministri, Deputati, Senatori dal 1848 al 1922*, Roma, Istituto Editoriale Italiano Bernardo Carlo Tosi, 1941, 3 Volumes.
- MARCO MARCO, Joaquín J., *Confianza y censura. La responsabilidad política del Gobierno ante el Senado durante el siglo XIX*, Madrid, Departamento de Publicaciones del Senado, 2003.
- MARICHY, Jean-Pierre, *La Deuxième Chambre dans la vie Politique Française depuis 1875*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1969.
- MARTÍNEZ QUADRADO, Miguel, *Elecciones y partidos políticos de España (1868-1931)*, Madrid, Taurus, 1969, 2 Volumes.
- MARTÍNEZ QUADRADO, Miguel, *La Burguesia Conservadora, 1874-1931*, Madrid, Alianza Editorial, 1974.
- MARTÍNEZ QUADRADO, Miguel, *Restauración y crisis de la monarquía, 1874-1931*, Madrid, Alianza Editorial, 1991.
- MARTONE, Eric, *With a Little Help from My German Friend. Leopold II of Belgium and the Berlin Conference, 1884-1885*, New York, iUniverse, 2003.

- MASTIAS, Jean e GRANGÉ, Jean (dir.), *Les secondes chambres du Parlement en Europe occidentale*, Paris, Economica, 1987.
- MAYEUR, Jean-Marie, *Les immortels du Sénat 1875-1918: les cent seize inamovibles de la Troisième République*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1995.
- McCAHILL, M. W., *The House of Lords in the Age of George III (1760-1811)*, Oxford, Wiley-Blackwell, 2009.
- MELANCON, Michael S. e SWANSON, John C. (ed.), *Nineteenth Century Europe (Sources and Perspectives from History)*, New York, Pearson/Longman, 2007.
- MÉNÉNDEZ PIDAL, Ramón, *Historia de España*, Madrid, Espasa Calpe, 1991, Volume XXXIV (La era Isabelina y el Sexenio democrático, 1834-1874).
- MÉNÉNDEZ PIDAL, Ramón, *Historia de España*, Madrid, Espasa Calpe, s.d., Volume XXXVI (La época de la Restauración, 1875-1902).
- MILL, John Stuart, *On Liberty and Other Essays*, Oxford, Oxford University Press, 1998.
- MILL, John Stuart, *Three Essays*, Oxford, University Press, 1984.
- MONTESQUIEU, Charles de, *Considerações sobre as Causas da Grandeza e Decadência dos Romanos*, Lisboa, Editorial Presença, 1965.
- MONTESQUIEU, Charles de, *Oeuvres Complètes*, Paris, Ch. Lahure, 1856, 2 Tomes.
- MORABITO, Marcel e BOURMAUD, Daniel, *Histoire Constitutionnelle et Politique de la France (1789-1958)*, Paris, Montchrestien, 1991.
- MORAN, Thomas Francis, *The rise and development of the bicameral system in America*, Charleston, BiblioLife, 2009 (first edition 1895).
- MOURRE, Michel, *Dictionnaire encyclopédique d'histoire*, Paris, Bordas, 1978, 8 Volumes.
- NISBET, Robert, *O Conservadorismo*, Lisboa, Estampa, 1987.
- NÚÑEZ RIVERO, Cayetano e MARTÍNEZ SEGARRA, Rosa María, *Historia Constitucional de España*, Madrid, Editorial Universitas, S.A., 2002.
- O'LEARY, Cornelius, *The elimination of corrupt practices in British elections, 1868-1911*, Oxford, Oxford University Press, 1962.
- PARRY, Jonathan, *Democracy and Religion: Gladstone and the Liberal Party 1867-1875*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- PARRY, Jonathan, *The Rise and Fall of Liberal Government in Victorian Britain*, New Haven, Yale University Press, 1996.
- PARTRIDGE, Michael, *Gladstone*, London, Routledge, 2003.

- PATTERSON, Samuel C. e MUGHAN, Anthony (ed.), *Senates. Bicameralism in the Contemporary World*, Columbus, Ohio State University Press, 1999.
- PÉREZ LEDESMA, Manuel (coord.), *El Senado en la Historia*, Madrid, Departamento de Publicaciones del Senado, 1998 (2.<sup>a</sup> edición).
- PIKE, Luke Owen, *Constitutional History of the House of Lords*, New York, Burt Franklin, s. d.
- POISSONNIER, Astrid, *Le Sénat et le bicaméralisme en Italie*, Paris, Université de Droit, d'Économie et de Sciences Sociales de Paris, 1986.
- PONTEIL, Félix, *Les institutions de la France de 1814 à 1870*, Paris, PUF, 1966.
- PORTER, Andrew, *The Nineteenth Century*, Oxford, Oxford University Press, 1999.
- POWELL, John (ed.), *Chronology of European History (15.000 B.C. to 1997)*, Chicago/London, Fitzroy Dearborn Publishers, 1998, 2 Volumes.
- PUGH, Martin, *The making of Modern British Politics, 1867-1939*, Oxford, Blackwell Publishers, 1982.
- RAMM, Agatha, *Europe in the Nineteenth Century (1789-1905)*, London, Longman, 1964.
- ROBERTS, Andrew, *Salisbury (Victorian Titan)*, London, Phoenix, 1999.
- ROSANVALLON, Pierre, *La monarchie impossible. Les chartes de 1814 et de 1830*, Paris, Fayard, 1994.
- ROSANVALLON, Pierre, *Le modèle politique français. La société civile contre le jacobinisme de 1789 à nos jours*, Paris, Seuil, 2004.
- RUSSELL, Meg, *Reforming the House of Lords (Lessons from Overseas)*, Oxford, Oxford University Press, 2000.
- RUSSELL, Meg, *Resolving Disputes between the Chambers*, Oxford, Oxford University Press, 1999.
- SÁNCHEZ-MEJÍA, María Luisa, *Benjamin Constant y la construcción del liberalismo posrevolucionario*, Madrid, Alianza Universidad, 1992.
- SCHMITT, Carl, *Théorie de la Constitution*, Paris, PUF, 1993.
- SEBASTIÁN LÓPEZ, José Luis, *Cánovas y la reforma del Senado. Las primeras Cortes de la Restauración (15.02.76 de Febrero de 1876 – 5 de Febrero de 1877)*, Madrid, Entinema, 2007.
- SELF, Robert, *The Evolution of the British Party System (1885-1940)*, London, Longman, 2000.
- SHELL, Donald, *The House of Lords*, London, Harvester Wheatsheaf, 1992.

- SKED, Alan, *Declínio e Queda do Império Habsburgo (1815-1918)*, Lisboa, Edições 70, 2008.
- SMITH, David L., *The Stuart Parliaments (1603-1689)*, London, Hodder Arnold Publication, 1999.
- SMITH, Edgar Albert, *The House of Lords in British Politics and Society (1815-1911)*, London, Longman, 1992.
- SMITH, Paul, *A history of the French Senate*, New York, The Edwin Mellen Press, 2005, Volume 1 (The third Republic, 1879 -1940).
- SMITH, Robert (ed.), *The House of Lords: a thousand years of British tradition*, London, Smith's Peerage, 1994.
- STEVENS, Robert, *Law and Politics. The House of Lords as a Judicial Body (1800 - 1976)*, Oxford, Clarendon Press, 1979.
- STÜRMER, Michael, *The German Empire*, London, Weidenfeld & Nicolson, 2000.
- SWATLAND, Andrew, *The House of Lords in the Reign of Charles II*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- SWENDEN, Wilfried, *Federalism and Second Chambers*, Brussels, PIE, 2004.
- SWIFT, Elaine, *The Making of an American Senate: Reconstitutive Change in Congress, 1787-1841*, Chicago, University of Michigan Press, 1996.
- TAYLOR, A. J. P., *Bismarck. O Homem e o Estadista*, Lisboa, Edições 70, 2009.
- TAYLOR, A. J. P., *Europe: Grandeur and Decline*, London, Penguin Books, 1991.
- TAYLOR, A. J. P., *The Struggle for Mastery in Europe (1848-1918)*, Oxford, Oxford University Press, 1984.
- TAYLOR, Miles, *The Decline of British Radicalism (1847-1860)*, Oxford, Clarendon Press, 1995.
- THIRY, Jean, *Le Sénat de Napoléon (1800-1814)*, Paris, Berger-Levrault, 1932.
- THOMPSON, David, *Europe since Napoleon*, London, Penguin Books, 1990.
- THOMPSON, Dennis F., *John Stuart Mill and Representative Government*, New York Princeton University Press, 1976.
- THOMPSON, Edward Palmer, *The Making of the English Working Class*, London, Penguin Books, 1991.
- THOMPSON, Francis Michael L., *English Landed Society in the Nineteenth Century*, London, Routledge & Kegan Paul, 1971.
- THOMPSON, Francis Michael L., *The rise of the respectable society: a social history of Victorian Britain (1800-1900)*, London, Fontana, 1989.



- TOCQUEVILLE, Alexis de, *Da Democracia na América*, Lisboa, Principia, 2002.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, *O Antigo Regime e a Revolução*, Brasília, Universidade de Brasília, 1982.
- TODOROV, Tzvetan, *Benjamin Constant. A Passion for Democracy*, New York, Algora Publishing, 1999.
- TOLSTOI, Lev, *Guerra e Paz*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1973, Livros III e IV.
- TSEBELIS, George e MONEY, Jeannette, *Bicameralism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- TUÑÓN DE LARA, Manuel (dir.), *Historia de España (Revolución Burguesa, Oligarquía y Constitucionalismo, 1834-1923)*, Barcelona, Editorial Labor. S. A., 1983, Tomo VIII (2.<sup>a</sup> edición).
- TUSELL, Javier e PORTERO, Florentino (eds.), *Antonio Cánovas y el sistema político de la Restauración*, Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, 1998.
- TUSELL, Javier (ed.), *El Sufragio Universal*, Madrid, Marcial Pons, 1991.
- VARELA ORTEGA, José, *Los amigos políticos. Partidos, elecciones y caciquismo en la Restauración (1875-1900)*, Madrid, Marcial Pons, 2001.
- VERA SANTOS, José Manuel, *El Senado en sus textos (Clasificación jurídica y aproximación en sus textos a la composición y a la presencia de notables en el Senado)*, Madrid, Universidad Rey Juan Carlos/Editorial Dykinson, 2000.
- VOVELLE, Michel, *A Revolução Francesa, 1789-1799*, Lisboa, Edições 70, 2007.
- WALTON, John K., *The Second Reform Act*, London, Methuen, 1987.
- WARESQUIEL, Emmanuel de, *Un groupe d'hommes considérables. Les Pairs de France et la Chambre des Pairs héréditaire de la Restauration, 1814-1831*, Paris, Fayard, 2006.
- WATTS, Duncan, *Whigs, Radicals and Liberals (1815-1914)*, London, Hodder and Stoughton, 2002.
- WELLS, John, *The House of Lords: from Saxon Wargods to a Modern Senate*, London, Hodder & Stoughton, 1997.
- WESTON, Corinne Comstock, *The House of Lords and Ideological Politics: Lord Salisbury's Referendal Theory and the Conservative Party, 1846-1922*, Philadelphia, American Philosophical Society, 1995.
- WILLIS, Michael, *Democracy and the State (1830-1945)*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

- WITTE, Els, *Political History of Belgium from 1830 onwards*, Brussels, VUB University Press, 2000.
- WOOD, Dennis, *Benjamin Constant: A Biography*, London, Routledge, 1993.
- WRIGHT, D. Gordon, *Democracy and Reform, 1815-1885*, London, Longman, 1970.

## 2.2. Artigos e capítulos de livros

- ACOSTA RAMÍREZ, Francisco, «La Cámara Alta en el reinado de Alfonso XIII», in *El Senado en la Historia* (coord. Manuel Pérez Ledesma), Madrid, Departamento de Publicaciones del Senado, 1998, pp. 349-418.
- ANADÓN BENEDICTO, Juana, «El Senado en el sistema político de la Restauración», in *El Senado en la Historia* (coord. Manuel Pérez Ledesma), Madrid, Departamento de Publicaciones del Senado, 1998, pp. 291-347.
- BORTHWIK, R. L., «Methods of Composition of Second Chambers» in *The Journal of Legislative Studies*, Volume 7, Issue 1 (special issue: Second Chambers), 2001, pp. 19-26.
- DELFOSSSE, Pascale, «Une analyse comparée dans le temps du Sénat belge» in *RIPC*, 1999, Volume 6, n.º 1, pp. 135-161.
- DÍEZ DE ULZURRUN, Javier María Donézar, «Años Revolucionários, 1868-1874», in *El Senado en la Historia* (coord. Manuel Pérez Ledesma), Madrid, Departamento de Publicaciones del Senado, 1998, pp. 227-290.
- FLORES JUBERÍAS, Carlos, «A House in search of a role: the Senato of Spain», in *Senates. Bicameralism in the Contemporary World* (ed. by Samuel C. Patterson & Anthony Mughan), Columbus, Ohio State University Press, 1999, pp. 260-300.
- FONTANA, Josep, «La época del liberalismo», in *Historia de España* (dir. Josep Fontana y Ramón Villares), Barcelona, Crítica/Marcial Pons, 2007, Volume VI.
- GIBSON, Elisabeth, «Histoire de la Chambre des Lords», in *Civitas Europa*, 2002, n.º 8, pp. 19-46.
- HOEFFEL, Daniel, «Le Sénat et le Bicamérisme», in *Droit & Economie*, n.º 87, 2000.
- LAQUIEZE, Alain, «L'histoire du bicamérisme en France», in *RPP*, n.º 1006, Mai-Juin 2000, pp. 12-28.

- LEVMORE, Saul, «Bicameralism: When are Two Decisions Better than One?» in *International Review of Law and Economics*, n.º 12, 1992, pp. 145-162.
- LODICI, Claudio, «Parliamentary Autonomy: The Italian Senato», in *Senates. Bicameralism in the Contemporary World* (ed. by Samuel C. Patterson & Anthony Mughan), Columbus, Ohio State University Press, 1999, pp. 225-259.
- MASTIAS, Jean, «A Problem of Identity: the French Sénat», in *Senates. Bicameralism in the Contemporary World* (edited by Samuel C. Patterson and Anthony Mughan), Columbus, Ohio State University Press, 1999, pp. 162-198.
- NORTON, Philip, «How many bicameral legislatures are there?» in *The Journal of Legislative Studies*, Volume 10, Issue 4, 2004, pp. 1-9.
- PATZELT, Werner J., «The Very Federal House: the German Bundesrat», in *Senates. Bicameralism in the Contemporary World* (ed. by Samuel C. Patterson & Anthony Mughan), Columbus, Ohio State University Press, 1999, pp. 59-92.
- RASCH, Bjorn Erik e TSEBELIS, George, «Patterns of Bicameralism», in *Parliaments in Western Europe: Majority Rule and Minority Rights* (ed. by Herbert Döring), New York, St. Martin Press, 1995, pp. 365-390.
- RUSSEL, Meg, «What are second Chambers for?», in *Parliamentary Affairs*, Volume 94, n.º 3, 2001, pp. 442-458.
- RUSSELL, Meg e SANDFORD, Mark, «Why are second chambers so difficult to reform?» in *The Journal of Legislative Studies*, Volume 8, Issue 3, 2002, pp. 79-89.
- SHELL, Donald, «The history of Bicameralism» in *The Journal of Legislative Studies*, Volume 7, Issue 1 (special issue: Second Chambers), 2001, pp. 5-18.
- SHELL, Donald, «The second chamber question» in *The Journal of Legislative Studies*, Volume 4, Issue 2, 1998, pp. 17-32.
- SHELL, Donald, «To revise and deliberate: the British House of Lords», in *Senates. Bicameralism in the Contemporary World* (ed. by Samuel C. Patterson & Anthony Mughan), Columbus, Ohio State University Press, 1999, pp. 199-224.
- SODDU, Francesco, «The Italian Senate in the era of Giolitti and the House of Lords: some comparative insights», in *Parlements, états et représentation*, 1998, Volume 18, pp. 103-133.
- VATTER, Adrian, «Bicameralism and policy performance: the effects of cameral structure in comparative perspective» in *The Journal of Legislative Studies*, Volume 11, Issue 2, 2005, pp. 194-215.

VILLARES, Ramón e MORENO, Luzón, «La Restauración», in *Historia de España* (dir. Josep Fontana y Ramón Villares) Barcelona, Crítica/Marcial Pons, 2007, Volume VII.